



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1634

Quinta-feira - 11 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3
Antônio Carlos	11
Ascurra.....	19
Atalanta.....	52
Balneário Rincão	60
Biguaçu	62
Blumenau	142
Bom Jesus do Oeste	155
Bom Retiro	167
Braço do Trombudo	168
Brusque.....	203
Caçador.....	215
Camboriú.....	216
Campo Alegre	223
Campos Novos	247
Canelinha	263
Canoinhas.....	264
Capinzal	269
Caxambu do Sul.....	272
Cocal do Sul.....	272
Concórdia	273
Cordilheira Alta	294
Coronel Freitas.....	296
Corupá	297
Curitibanos	302
Dionísio Cerqueira	304
Forquilha.....	305
Fraiburgo.....	311
Frei Rogério	327
Garuva	328
Gaspar	328
Grão Pará	332
Guaramirim.....	335
Guarujá do Sul	336
Herval d'Oeste	337
Ibiam	339
Ilhota	349
Imarui	349
Imbituba	350
Indaial.....	354
Ipumirim	354
Irineópolis	361
Itapiranga.....	364
Itapoá	367
Jacinto Machado	372
Joaçaba.....	384
Lages	411
Lauro Muller	412

Leoberto Leal.....	428
Lindóia do Sul	432
Luzerna	432
Mafra	435
Maracajá	436
Massaranduba.....	450
Meleiro	460
Modelo	460
Navegantes.....	470
Nova Trento	474
Novo Horizonte	477
Palhoça	478
Palmitos	487
Passo de Torres.....	488
Passos Maia	489
Paulo Lopes	490
Penha.....	492
Peritiba.....	500
Pinheiro Preto	501
Pomerode	503
Ponte Serrada	532
Porto Belo.....	534
Porto União.....	535
Rio do Sul.....	536
Salto Veloso	555
Santa Cecília	557
Santa Rosa do Sul	564
Santa Terezinha do Progresso	565
São Bento do Sul.....	565
São João do Sul	572
São Joaquim	572
São José.....	586
São Lourenço do Oeste.....	593
São Pedro de Alcântara.....	596
Schroeder	596
Serra Alta	614
Tigrinhos	627
Timbó	627
Treze Tílias	630
Tunápolis.....	630
Turvo	631
Urussanga	631
Vargem Bonita	652
Videira.....	652
Vitor Meireles.....	657
Xavantina	662
Xaxim.....	666
Zortéa	668

Consórcios

CIGA	669
CIMCATARINA.....	669
CIS Nordeste	670
CIS/AMAUC.....	682
CIS/AMOSC.....	683
CPIMMOC	683

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



11 DE DEZEMBRO

Parabéns, Jaguaruna, por seus 84 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 094/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 094/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

"DÁ NOVA REDAÇÃO AS LEIS nº 1.717/2008, 1.743/2009 e 1.250/2002 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona a presente LEI:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas posteriores alterações, esta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Artigo 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Água Doce - Santa Catarina, far-se-á através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura e lazer, profissionalização e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas, previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único - Ao atendimento a que alude este artigo deverá ser assegurada absoluta prioridade, respeitando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Artigo 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

§ 1º - É vedada no município a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas previstas nos artigos 87, 101 e 112, da Lei nº 8.069/90, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão:

- a) a orientação e apoio sócio familiar;
- b) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- c) prevenção e tratamento especializado a crianças e adolescentes, pais ou responsáveis usuários de substâncias psicoativas;
- d) identificação e localização de pais ou responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- e) proteção jurídico-social;
- f) a colocação em família substituta;
- g) ao abrigo em entidade de acolhimento;
- h) apoio aos programas de aprendizagem e profissionalização de adolescentes;
- i) ao apoio sócio-educativo em meio aberto;
- j) ao apoio sócio-educativo em meio fechado.

§ 3º - O atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes

será efetuado em regime de cooperação e articulação entre os diversos setores da administração pública e entidades não governamentais, contemplando, obrigatoriamente, a regularização do registro civil e a realização de um trabalho de orientação, apoio, inclusão e promoção das famílias.

§ 4º - Os serviços e programas acima relacionados não excluem outros, que podem vir a ser criados em benefício de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Artigo 4º - Fica mantido no Município o serviço especial de apoio, orientação, inclusão e acompanhamento familiar, a ser estruturado com recursos materiais e humanos aptos ao desempenho das finalidades previstas no artigo 3º, § 3º desta Lei.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 5º - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

II - Conselho Tutelar;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA).

Capítulo II DO CONSELHO TUTELAR

Seção I Disposições Gerais

Artigo 6º - Fica mantido o Conselho Tutelar já criado e instalado, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de desempenhar funções administrativas direcionadas ao cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 1º - Enquanto órgão público autônomo, no desempenho de suas atribuições legais, o Conselho Tutelar não se subordina, no entanto se orienta e se apoia nos Poderes Executivo e Legislativo municipais, no Poder Judiciário e no Ministério Público.

§ 2º - O Conselho Tutelar órgão integrante da administração pública municipal, será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha (Art. 132, ECA, conforme redação dada pela Lei. 12.696/2012)

§ 3º - A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, inclusive a realização de prova de conhecimentos específicos, se for assim for instituída pelo CMDCA, vedada qualquer outra forma de recondução.

§ 4º - Serão escolhidos no mesmo pleito para o Conselho Tutelar o número mínimo de 05 (cinco) suplentes.

§ 5º - Considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, a função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, observado o que determina o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e artigo 37 da Resolução nº 139/2010 do Conanda.

§ 6º - O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Artigo 7º - A escolha dos conselheiros tutelares se fará por voto facultativo e secreto dos cidadãos do Município, em pleito presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Podem votar os maiores de 16 anos de idade, inscritos como eleitores no Município, e que comprove tal condição no ato da votação.

§ 2º - O cidadão poderá votar em apenas 01 (um) candidato, constante da cédula, sendo nula a cédula que contiver mais de um nome assinalado ou que tenha qualquer tipo de inscrição que possa identificar o eleitor.

Artigo 8º - O pleito será convocado por resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta lei.

Seção II

Dos Requisitos e do Registro das Candidaturas

Artigo 9º - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, sendo vedada a formação de chapas agrupando candidatos.

Artigo 10 - Somente poderão concorrer ao pleito os candidatos que preencherem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, firmada em documentos próprios, segundo critérios estipulados pelo CMDCA, através de resolução;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município há mais de 01 (um) ano;

IV - ensino médio completo.

V - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar nos últimos 8 (oito) anos;

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - não exercer mandato político;

VIII - não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;

IX - não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;

X - estar no pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de conselheiro tutelar, a ser aferido por exame próprio precedente a posse.

§ 1º - Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo, poderá ser instituída pelo CMDCA prova de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de pré-seleção dos candidatos inscritos.

§ 2º - A realização da prova mencionada no parágrafo anterior bem como os respectivos critérios de aprovação, ficarão a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentará através de resolução.

Artigo 11 - A pré-candidatura deve ser registrada no prazo de 04 (quatro) meses antes do pleito, mediante apresentação de requerimento endereçado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, acompanhado de prova do preenchimento dos requisitos estabelecidos no "caput", do artigo 20, desta Lei.

Artigo 12 - O pedido de registro da pré-candidatura será autuado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, via de sua secretaria, que fará a publicação dos nomes dos pré-candidatos, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação por qualquer munícipe, se houver interesse.

Parágrafo único - Vencido o prazo será aberta vista ao representante do Ministério Público para eventual impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo.

Artigo 13 - Das decisões relativas às impugnações, caberá recurso ao próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação das mesmas.

Parágrafo único - Se mantiver a decisão, fará o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a remessa em 05 (cinco) dias, para o reexame da matéria ao Juízo da Infância e da Juventude.

Artigo 14 - Vencida a fase de impugnação, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos pré-candidatos habilitados ao pleito, informando, no mesmo ato, o dia da realização da prova de conhecimentos específicos, que deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se instituída for, o resultado da prova de conhecimentos específicos será publicado, a fim de que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, seja apresentada impugnação por qualquer dos pré-candidatos, se houver interesse.

§ 2º - Aplica-se às hipóteses deste artigo o disposto no parágrafo I, do artigo 20 e o disposto no artigo 21, desta Lei.

§ 3º - Vencida a fase de impugnação quanto a prova de conhecimentos específicos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital com os nomes dos candidatos habilitados ao pleito.

Seção III

Da Realização do Pleito

Artigo 15 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial (art. 139, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 16 - A eleição será convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprensa local, 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º - O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do Ministério Público.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente solicitará ao Juízo da Infância e da Juventude da Comarca, com antecedência, o apoio necessário a realização do pleito, inclusive, a relação das seções de votação do município, bem como a dos cidadãos aptos ao exercício do sufrágio.

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente editará resolução regulamentando a constituição das mesas receptoras, bem com a realização dos trabalhos no dia das eleições.

Artigo 17 - É vedada qualquer propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, ou a sua afixação em locais públicos ou particulares, admitindo-se somente a realização de debates e entrevistas, em igualdade de condições.

§ 1º - A divulgação das candidaturas será permitida através da distribuição de impressos, indicando o nome do candidato bem como suas características e propostas, sendo expressamente vedada sua afixação em prédios públicos ou particulares.

§ 2º - É vedada a propaganda feita através de camisetas, bonés e outros meios semelhantes, bem como por alto falante ou assemelhados fixos ou em veículos.

§ 3º - O período lícito de propaganda terá início a partir da data em que forem homologadas as candidaturas, encerrando-se 02 (dois) dias antes da data marcada para o pleito.

§ 4º - No dia da votação é vedado qualquer tipo de propaganda, sujeitando-se o candidato que promovê-la a cassação de seu registro de candidatura em procedimento a ser apurado perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com manifestação do Ministério Público.

Artigo 18 - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (art. 139, § 3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 19 - Não sendo eletrônica a votação, as cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - As cédulas de que trata este artigo serão rubricadas pelos membros das mesas receptoras de voto antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.

§ 2º - A cédula conterá os nomes de todos os candidatos, cujo registro de candidatura tenha sido homologado, após aprovação em prova de conhecimentos específicos, indicando a ordem do sorteio realizado na data de homologação das candidaturas, na presença de todos os candidatos, que, notificados, comparecerem, ou em ordem alfabética de acordo com decisão prévia do CMDCA.

Artigo 20 - Na medida em que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentar impugnações, que serão decididas de plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de tudo fazendo registro, cabendo recurso ao Juízo da Infância e da Juventude, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do dia da apuração.

Artigo 21 - Às eleições dos conselheiros tutelares, aplicam-se subsidiariamente as disposições da legislação eleitoral.

Seção IV

Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

Artigo 22 - Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da eleição, mandando publicar os nomes dos candidatos eleitos (titulares e suplentes) e os sufrágios recebidos.

Artigo 23 - Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

Parágrafo único - Havendo empate entre os candidatos, será considerado eleito em posição precedente aquele que tiver idade superior ao outro candidato, ficando este classificado na sequência, como titular ou suplente conforme a ordem de classificação.

Artigo 24 - A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha (art. 139, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012).

Artigo 25 - Ocorrendo a vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente, na ordem de classificação obtida na eleição, para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

§ 1º - No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas, sendo que os conselheiros em tais situações exercerão as funções somente pelo período restante do mandato original.

§ 2º - Será considerado vago o cargo de conselheiro tutelar no caso de falecimento, renúncia ou destituição do mandato.

Seção V

Dos Impedimentos

Artigo 26 - São impedidos de servir no Conselho Tutelar, no mesmo

mandato, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados enquanto assim perdurar a situação civil, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único - Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação a autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca.

Seção VI

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Artigo 27 - São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, todos da Lei nº 8.069/90.

II - atender e acompanhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, do mesmo estatuto.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

V - encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

VII - expedir notificações.

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

IX - assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII - elaborar o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta Lei (Resolução nº 75/2001, do Conanda).

§ 1º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada ou do representante do Ministério Público.

§ 2º - A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção deve ser entendida como a função de tomar providências, em nome da sociedade e fundada no ordenamento jurídico, para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Artigo 28 - O atendimento oferecido pelo Conselho Tutelar será personalizado, mantendo-se registro das providências adotadas em cada caso.

§ 1º - O horário e a forma de atendimento serão regulamentados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo observar as seguintes regras:

a) Atendimento nos dias úteis, funcionando das 7h30 as 11h30 das 13h30 as 17h30;

b) plantão noturno das 17h30 as 7h30 do dia seguinte;

c) plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

d) durante os dias úteis o atendimento será prestado diariamente por pelo menos 02 (dois) conselheiros tutelares, cuja escala será estabelecida pelos conselheiros em comum, decidindo o CMDCA em caso de impasse;

e) durante os plantões noturnos e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, observando-se sempre a

necessidade de previsão de segunda chamada (conselheiro tutelar de apoio).

§ 2º - O descumprimento, injustificado, das regras do parágrafo anterior, bem como das decisões do CMDCA a respeito, acarretará a aplicação de sanções disciplinares nos termos desta Lei.

§ 3º - As informações constantes do § 1º serão, trimestralmente, comunicadas por escrito ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Ministério Público e às Polícias, Civil e Militar, bem como ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Artigo 29 - A Administração Pública Municipal deverá fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Tutelar, devendo, para tanto, instituir dotação orçamentária específica.

§ 1º - A lei orçamentária municipal, a que se refere o "caput" deste artigo deverá, em programas de trabalhos específicos, prever dotação para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive:

a) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, ou compartilhamento com outros órgãos municipais afins, bem como sua manutenção;

b) custeio e manutenção de equipamentos e material de consumo;

c) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

d) transporte adequado permanente, exclusivo ou compartilhado prioritário, para o exercício da função, incluindo sua manutenção e motorista, podendo eventualmente o conselheiro em atividade dirigir o veículo do Conselho, se habilitado for.

§ 2º - O Conselho Tutelar deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento, contando com, materiais de escritório e de limpeza, além de um veículo e de um motorista a disposição que pode ser exclusiva, ou compartilhado com absoluta prioridade, para o cumprimento das respectivas atribuições.

Seção VII

Da Competência

Artigo 30 - A competência territorial de atuação do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, a falta dos pais ou responsável.

§ 1º - Nos casos de ato infracional, será competente em decorrência do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º - A execução das medidas poderá ser delegada a autoridade competente da residência dos pais ou responsável, ou do local onde sediar-se a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

Seção VIII

Da Remuneração

Artigo 31 - A remuneração do Conselheiro Tutelar será a atribuída ao NÍVEL 15 do Quadro de Remuneração dos Cargos Efetivos dos Servidores Públicos do Município de Água Doce, por mês, com o reajuste igual ao concedido aos servidores públicos municipais.

§ 1º - A remuneração fixada não gera relação de emprego com a municipalidade.

§ 2º - Sendo eleito funcionário público municipal, fica-lhe facultado optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.

§ 3º - Aos membros do Conselho Tutelar, apesar de não terem vínculo empregatício com o Município de Água Doce, será assegurado o direito a cobertura previdenciária, gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, licença maternidade, licença paternidade e gratificação natalina (art. 134, do Estatuto da Criança e do Adolescente,

conforme redação dada pela Lei 12.696/2012), não se estendendo aos conselheiros tutelares qualquer outro benefício ou vinculação decorrente do estatuto do servidor não previsto expressamente na presente lei que dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

§ 4º - Aos membros do Conselho Tutelar também será assegurado o direito de licença para tratamento de saúde, na forma e de acordo com os ditames do estatuto do servidor público municipal.

§ 5º - A concessão de licença remunerada não poderá ser dada a mais de 02 (dois) conselheiros no mesmo período.

§ 6º - É vedado o exercício de qualquer atividade remunerada durante o período da licença, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Artigo 32 - Os recursos necessários a remuneração dos membros dos Conselhos Tutelares terão origem no Orçamento do Município, com dotação específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -FIA.

Artigo 33 - Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias ou ajuda de custo para assegurar a indenização de suas despesas pessoais quando, fora de seu município, participarem de eventos de formação, seminários, conferências, encontros e outras atividades semelhantes, e quando nas situações de representação do conselho.

Parágrafo único - O Município deve manter um serviço de transporte de criança ou adolescente para outro município, quando eventualmente necessário. Se, excepcionalmente, o próprio conselheiro tutelar acompanhar a criança, as despesas com a criança, de qualquer forma, devem ser de responsabilidade do Município.

Seção IX

Do Regime Disciplinar

Artigo 34 - O exercício do mandato popular exige conduta compatível com os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, desta Lei Municipal e com os demais princípios da Administração Pública, sendo-lhe aplicado o regime processual disciplinar dos servidores públicos municipais de Água Doce, sendo deveres do Conselheiro Tutelar:

I - exercer suas atribuições com zelo, dedicação, honestidade, decoro, lealdade e dignidade, e preservar o sigilo dos casos atendidos;

II - observar as normas legais e regulamentares, não se omitindo ou se recusando, injustificadamente, a prestar atendimento;

III - manter conduta compatível com a moralidade exigida ao desempenho da função;

IV - ser assíduo e pontual ao serviço, não deixando de comparecer, injustificadamente, no horário de trabalho;

V - levar ao conhecimento da autoridade competente as irregularidades de que tiver ciência em razão da função;

VI - representar a autoridade competente contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder, cometido contra conselheiro tutelar.

Artigo 35 - Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documento público;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber comissões, presente ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de duas funções.

Parágrafo único - O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Artigo 36 - A qualquer tempo o Conselheiro Tutelar pode ter seu mandato suspenso ou cassado, no caso de descumprimento de suas atribuições, prática de atos ilícitos ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

§ 1º - As conclusões do procedimento administrativo devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, em sessão plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade de suspensão ou perda de mandato.

§ 2º - Aplicada a penalidade pelo CMDCA, este declarará vago o cargo, quando for o caso, situação em que será convocado o primeiro suplente, inclusive quando a suspensão exceder a 10 (dez) dias.

§ 3º - Quando a violação cometida pelo Conselheiro Tutelar constituir ilícito penal caberá aos responsáveis pela apuração oferecer notícia de tal fato ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Artigo 37 - São previstas as seguintes penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - perda do mandato.

Artigo 38 - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem, as circunstâncias agravantes e atenuantes, e os antecedentes funcionais do conselheiro tutelar.

Artigo 39 - A advertência será aplicada por escrito, nos casos de inobservância dos deveres previstos no artigo 35, desta Lei, que não justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Artigo 40 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência nas faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - Durante o período de suspensão, o Conselheiro Tutelar não receberá a respectiva remuneração.

Artigo 41 - A perda do mandato ocorrerá nos seguintes casos:

I - infração, no exercício das funções, das normas contidas na Lei nº 8.069/90;

II - condenação por crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função, com decisão transitada em julgado;

III - abandono da função por período superior a 30 (trinta) dias;

IV - inassiduidade habitual injustificada;

V - improbidade administrativa;

VI - ofensa física, em serviço, a outro conselheiro tutelar, servidor público ou a particular;

VII - conduta incompatível com o exercício do mandato;

VIII - exercício ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou atividades privadas;

IX - reincidência em duas faltas punidas com suspensão;

X - excesso no exercício da função, de modo a exorbitar de suas atribuições, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

XI - exercer ou concorrer a cargo eletivo;

XII - receber a qualquer título honorários no exercício de suas funções, exceto os previstos por esta Lei;

XIII - exercer advocacia na comarca no segmento dos direitos da criança e do adolescente;

XIV - utilização do cargo e das atribuições de conselheiro tutelar para obtenção de vantagem de qualquer natureza, em proveito próprio ou de outrem;

XV - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XVI - exercício de atividades político-partidárias.

Artigo 42 - Fica criada uma Comissão Disciplinar, com o objetivo de apurar administrativamente, na forma da Lei Municipal e a qualquer tempo, a prática de infração disciplinar atribuída a conselheiros tutelares e conselheiros municipais de direitos, que será formada por:

I - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos, representante governamental;

II - 01 (um) conselheiro municipal dos direitos, representante das organizações não-governamentais;

III - 01 (um) conselheiro tutelar.

§ 1º - Os membros da Comissão Disciplinar serão escolhidos na primeira reunião ordinária de cada ano, com duração de apenas um ano, podendo seus membros ser reconduzidos.

§ 2º - Na mesma reunião serão escolhidos os suplentes dos membros da comissão, que serão convocados nos casos de falta, ou afastamento do titular ou em situações específicas em que ao membro titular for imputado a prática de infração administrativa.

Artigo 43 - A representação de irregularidade poderá ser encaminhada por qualquer cidadão, desde que escrita, fundamentada e com indicação de provas.

§ 1º - Os procedimentos administrativos serão iniciados mediante representação por escrito, endereçada ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - As representações serão distribuídas entre os membros da Comissão Disciplinar por critério de distribuição, começando pelo representante governamental, depois para o representante das entidades não-governamentais e por fim ao representante do Conselho Tutelar.

§ 3º - Recebida a representação, será aberto prazo de 10 (dez) dias para que o Conselheiro Tutelar ou Conselheiro Municipal dos Direitos apresente sua defesa escrita, mediante notificação e cópia da representação.

§ 4º - Será admitida prova documental, pericial e/ou testemunhal, sendo que os depoimentos deverão ser reduzidos a termo;

Artigo 44 - A Comissão Disciplinar terá um relator, que conduzirá o procedimento de apuração de falta funcional ou conduta inadequada, e ao final apresentará um relatório que será submetido aos demais integrantes da comissão, que poderão concordar ou discordar do relatório, indicando qual a penalidade adequada.

§ 1º - As conclusões da sindicância administrativa devem ser remetidas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em plenária, deliberará acerca da aplicação da penalidade cabível.

§ 3º - Os demais procedimentos e prazos seguirão o estatuído no regime disciplinar processual do servidor público municipal de Água Doce.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45 - Os direitos sociais, criados pelo artigo 134 do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme redação dada pela Lei 12.696/2012 e recepcionado por esta lei, entrarão em vigor em primeiro de janeiro de 2014.

Artigo 46 - O número de conselheiros tutelares estabelecido pelo artigo 16 § 2º desta lei e a respectiva remuneração mensal, estabelecida pelo artigo 41 desta lei, aplicar-se-á a partir e para a próxima eleição regular do conselho tutelar, estabelecida pelo calendário nacional de eleições de conselhos tutelares.

Artigo 47 - Até a entrada em vigor das disposições citadas no artigo anterior, referente a número de conselheiros e remuneração, quanto a isto continuará em vigor provisoriamente as disposições das leis 1.250/2002, 1.717/2008 e 1.743/2009 e suas alterações

posteriores ou normas complementares que fixaram para o mandato corrente o número de conselheiros e remuneração.

Artigo 48 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições das Leis nº 1.717/2008, 1.743/2009 e 1.250/2002, exceto no que esta vigorar transitoriamente até a plena entrada em vigor da presente lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce - Santa Catarina,
09 de dezembro de 2014.

Novelli Sganzerla

Prefeito Municipal de Água Doce

LEI Nº 2.329/2014

LEI Nº 2.329/2014 - DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce (SC). Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral da administração direta e indireta do MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, para o exercício de 2015, discriminado nos Anexos desta Lei, "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA" em R\$ 22.754.909,21 (vinte e dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e um centavos), com a seguinte classificação:

I - CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA

RECEITAS CORRENTES	R\$ 24.701.967,41
- Receita Tributária	R\$ 1.527.574,00
- Receita de Contribuições	R\$ 376.185,00
- Receita Patrimonial	R\$ 221.550,00
- Receita Agropecuária	R\$ 15.750,00
- Transferências Correntes	R\$ 22.421.503,41
- Outras Receitas Correntes	R\$ 139.405,00
- (-) Deduções da Receita Corrente	R\$ (-) 3.147.563,20
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇ	R\$ 172.185,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 172.185,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.028.320,00
- Operações de Créditos	R\$ 0,00
- Alienação de Bens	R\$ 66.200,00
- Transferências de Capital	R\$ 962.120,00
TOTAL	R\$ 22.754.909,21

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 20.255.343,89
- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 11.722.971,78
- Outras Despesas Correntes	R\$ 8.522.692,11
- Juros e Encargos da Dívida	R\$ 9.680,00
DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 172.185,00

- Pessoal e Encargos Sociais R\$ 172.185,00

DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.269.380,32
- Investimentos	R\$ 1.654.462,32
- Inversões Financeiras	R\$ 0,00
- Amortização da Dívida	R\$ 614.918,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 58.000,00
TOTAL	R\$ 22.754.909,21

TÍTULO II

ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 19.905.633,00 (dezenove milhões, novecentos e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal em R\$ 16.614.478,50 (dezesseis milhões, seiscentos e quatorze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) e em R\$ 2.632.240,50 (dois milhões, seiscentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta centavos) as transferências financeiras aos Fundos Municipais e R\$ 811.914,00 (oitocentos e onze mil e novecentos e quatorze reais) transferências para a Câmara Municipal.

Art. 3º. A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, partes integrantes desta Lei com a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 22.294.476,20
- Receita Tributária	R\$ 1.492.884,00
- Receita de Contribuições	R\$ 204.000,00
- Receita Patrimonial	R\$ 101.550,00
- Receita Agropecuária	R\$ 15.750,00
- Transferências Correntes	R\$ 20.403.756,20
- Outras Receitas Corrente	R\$ 76.536,00
- (-) Deduções da Receita Corrente	R\$ (-) 3.147.563,20
RECEITA DE CAPITAL	R\$ 758.720,00
- Operações de Crédito	R\$ 0,00
- Alienação de Bens	R\$ 45.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 713.720,00
TOTAL	R\$ 19.905.633,00

Art. 4º. A Despesa será realizada com as discriminações apresentadas nos anexos que integram a presente Lei, com a seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES	R\$ 14.488.908,18
- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 8.461.634,00
- Outras Despesas Correntes	R\$ 6.017.594,18
- Juros e Encargos da Dívida	R\$ 9.680,00
DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 157.525,00
- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 157.525,00
DESPESA DE CAPITAL	R\$ 1.768.045,32
- Investimentos	R\$ 1.153.127,32
- Amortização da Dívida	R\$ 614.918,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 50.000,00
SUB-TOTAL	

..... R\$ 16.461.478,50
 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS
 R\$ 3.444.154,50
 TOTAL
 R\$ 19.905.633,00

TÍTULO III

ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Art. 5º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 2.090.769,96 (dois milhões, noventa mil, setecentos e sessenta e nove reais e noventa e seis centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.552.240,50 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta centavos), e fixa a Despesa em R\$ 4.643.010,46 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, dez reais e quarenta e seis centavos).

Art. 6º. A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, outras receitas correntes e transferências do Tesouro Municipal, discriminada nos quadros anexos, com a seguinte classificação:

- RECEITAS CORRENTES
 R\$ 1.821.169,96
 - Receita Tributária R\$ 34.690,00
 - Receita Patrimonial R\$ 6.193,00
 - Transferências Correntes R\$ 1.777.417,46
 - Outras Receitas Correntes R\$ 2.869,00
 - RECEITA DE CAPITAL
 R\$ 269.600,00
 - Alienação de Bens R\$ 21.200,00
 - Transferências de Capital R\$ 248.400,00
 SUB-TOTAL R\$ 2.090.769,96
 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS
 R\$ 2.552.240,50
 TOTAL
 R\$ 4.643.010,46

Art. 7º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde - FMS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, com a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES
 ... R\$ 4.156.350,46
 -Pessoal e Encargos Sociais R\$ 2.620.757,98
 - Outras Despesas Correntes R\$ 1.535.592,48
 - DESPESAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
 R\$ 14.660,00
 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 14.660,00
 - DESPESAS DE CAPITAL
R\$ 469.000,00
 - Investimentos R\$ 469.000,00
 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
 R\$ 3.000,00
 TOTAL
 R\$ 4.643.010,46

TÍTULO IV

ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 8º. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMS, para o exercício de 2015 estima a receita em R\$ 243.136,25

(duzentos e quarenta e três mil, cento e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) e as transferências financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e fixa a despesa em R\$ 323.136,25 (trezentos e vinte e três mil, cento e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Art. 9º. A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, serviços, outras receitas correntes e transferências financeiras do tesouro Municipal, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

- RECEITAS CORRENTES R\$ 243.136,25
 - Receita Patrimonial R\$ 2.807,00
 - Transferências Correntes R\$ 240.329,25
 - Transferências Financeiras R\$ 80.000,00
 TOTAL
 .. R\$ 323.136,25

Art. 10. A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social - F.M.A.S., será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, com a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES R\$ 299.901,25
 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 224.661,25
 - Outras Despesas Correntes R \$ 75.240,00
 - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 21.235,00
 - Investimentos R \$ 21.235,00
 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 2.000,00
 TOTAL
 .. R\$ 323.136,25

TÍTULO V

ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - SIMA

Art. 11. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência - SIMA, para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa R\$ 515.370,00 (quinhentos e quinze mil, trezentos e setenta reais).

Art. 12. A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, contribuições, outras receitas correntes discriminada nos quadros anexos, com a seguinte classificação:

- RECEITAS CORRENTES R\$ 343.185,00
 - Receita de Contribuições R\$ 172.185,00
 - Receita Patrimonial R\$ 111.000,00
 - Outras Receitas Correntes R\$ 60.000,00
 RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS R\$ 172.185,00
 - Receitas de Contribuições R\$ 172.185,00
 TOTAL
 . R\$ 515.370,00

Art. 13. A Despesa do Fundo Municipal de Assistência - SIMA, será realizada de acordo com os anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

- DESPESAS CORRENTES R\$ 502.370,00
 - Outras Despesas Correntes R \$ 502.370,00
 - DESPESAS DE CAPITAL R\$

10.000,00
- Investimentos R \$
10.000,00
- RESERVA DE CONTINGÊNCIA
R\$ 3.000,00
TOTAL
R\$ 515.370,00

Art. 14. A receita foi estimada com base na memória de cálculo, tendo como referência as arrecadações dos três últimos exercícios.

Parágrafo único. A Receita está classificada de conformidade com a Portaria Conjunta nº 2, de 06.08.2009 e STN/SOF para 2014 da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 15. A Despesa foi fixada de acordo com as Ações contidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e será realizada de conformidade com o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional através das portarias nº 42 de 14.04.1999 e nº 163 de 04.05.2001 e suas alterações.

Art. 16. Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento de passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, cobertura de créditos ordinários para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

Parágrafo Único. A utilização dos recursos da reserva de contingência será feita por ato do chefe do poder Executivo Municipal.

Art. 17. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 18. O Executivo está autorizado a remanejar dotações orçamentárias de um elemento de despesa para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais.

Art. 19. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 20. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, de acordo com os limites estabelecidos.

Art. 21. Comprovado o interesse público municipal mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 22. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 23. Os créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2014, ao serem reabertos, na forma do § 2º do art. 167 da Constituição Federal,

serão reclassificados em conformidade com as classificações adotadas na presente lei.

Art. 24. A presente Lei vigorará a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de dezembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N.080/2014 DE 1-12-2014

RESOLUÇÃO N. 080/2014 DE 1.º DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE ABONO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

WILSON ANTÔNIO VERONA, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais , determina:

Artigo 1.º No mês de dezembro de 2014, será concedido um Abono aos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Artigo 2.º O abono ora concedido, não se incorpora aos vencimentos para nenhum efeito e sobre esse valor não incide contribuição previdenciária.

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2014
Wilson Antônio Verona
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce, SC

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 135/2014

DECRETO Nº135/2014

Corrige o valor de serviços médicos objeto do credenciamento realizado através do Edital de chamamento público nº 02/2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, em especial a contida no artigo 56, inciso VI, e;

Considerando, que o Município fez publicar em outubro de 2013, edital de chamamento público no objetivo de credenciar clínicas médicas para realizar serviços de exames médicos e consultas com profissionais especialistas, fixando nele o valor de cada serviço;

Considerando, que é de interesse público a prorrogação do chamamento público nº. 02/2013, uma vez que, a Unidade Básica de Saúde municipal não atende satisfatoriamente a necessidade do povo antoniocarlene;

Considerando, que o item 8 do Edital convocatório prevê a possibilidade de correção dos valores para prestação dos serviços passados 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do INPC do período e publicado pelo IBGE;

Considerando, que a inflação acumulada medida pelo INPC no período de novembro de 2013 a outubro de 2014 foi de 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento),

DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigido em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento), o valor dos serviços médicos relacionados nos Anexos I e II do Edital de Chamamento Público nº 02/2013 e destinado a credenciar clínicas médicas para prestar serviços de saúde à população do Município de Antônio Carlos.

Art. 2º - O valor corrigido dos serviços médicos será aplicado a partir da data em que o credenciado protocolar o pedido de aplicação dos novos valores dos serviços.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 28 de novembro de 2014.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

DECRETO N 82/2014

DECRETO Nº 082/2014

Regulamenta os artigos 120 a 145 da Lei nº 1.397, de 28 de agosto de 2012, que dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária Municipal e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 143 da Lei Municipal nº 1.397, de 28 de agosto de 2012, decreta:

CAPÍTULO I Das Definições

Art. 1º Para os efeitos deste Regulamento, os termos expressões a seguir são assim definidos:

I. ADVERTÊNCIA: ato pelo qual a autoridade de saúde, por escrito e em caráter de penalidade, repreende e admoesta o infrator da norma sanitária, quando o mesmo for primário e a transgressão de pouca gravidade;

II. AGENTE PÚBLICO: pessoa designada por um órgão oficial de saúde, que age em nome do referido órgão, para cumprir e fazer cumprir a legislação de saúde;

III. APREENSÃO: retirada do produto, substância ou equipamento do local de venda, revenda e depósito, para fins de análise fiscal ou como resultado de processo administrativo específico;

IV. AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE: termo (documentos, formulário), através do qual a autoridade de saúde, após o julgamento do processo administrativo instaurado a partir do auto de infração, fixa e comunica ao infrator a aplicação da pena merecida;

V. AUTO DE INFRAÇÃO: documento (formulário), lavrado e assinado pela autoridade de saúde contra a pessoa que comete a infração sanitária, no qual descreve o ato ou fato constitutivo da transgressão e qualifica o infrator que, através dele, toma conhecimento da instauração de um processo administrativo, contra si, para apuração de sua responsabilidade;

VI. AUTO DE INTIMAÇÃO: termo (documento, formulário), através do qual a autoridade de saúde comunica à pessoa a imposição determinada medida ou exigência de alguma providência específica de interesse da saúde pública;

VII. AUTORIDADE DE SAÚDE: todo agente público designado para exercer funções referentes à prevenção e repressão de tudo quanto possa comprometer a saúde pública, nos termos da Lei nº 1.397, de 28 de agosto de 2012, seus regulamentos e normas técnicas;

VIII. AUTUADA: pessoa contra a qual foi lavrado auto de infração ou auto de imposição de penalidade, pela autoridade de saúde;

IX. CAPACIDADE ECONÔMICA DO INFRATOR: condição da pessoa, que cometeu a infração sanitária, de poder suportar o pagamento, em dinheiro, da multa imposta pela autoridade de saúde;

X. IMUNOTERÁPICOS: produtos destinados à prevenção e tratamento das doenças, através da estimulação do sistema imunológico ou administração direta de agentes imunizantes;

XI. INSTRUÇÃO DO PROCESSO: coleta, no processo, das informações necessárias à apuração da infração sanitária;

XII. INSUMO: droga ou matéria-prima aditiva ou complementar de qualquer natureza, destinada a emprego em medicamentos, alimentos, bebidas e outros, e seus recipientes;

XIII. INTERDIÇÃO: penalidade ou medida cautelar que consiste na proibição imposta pela autoridade de saúde à pessoa, em decorrência de infração sanitária ou de situação de perigo à saúde pública, que impede de dispor, temporária ou definitivamente, do estabelecimento, alimento, medicamento, produto ou qualquer outro bem envolvido na transgressão ou ocorrência;

XIV. LAUDO CONDENATÓRIO: termo ou documento expedido pela autoridade de saúde do Laboratório Oficial Credenciado, após realização de análise, dando o produto ou substância como impróprio para o consumo;

XV. LAUDO CONCLUSIVO: termo ou documento no qual a autoridade de saúde do Laboratório Oficial Credenciado descreve em detalhes as condições da substância ou do alimento (cheiro e/ou cor, por exemplo), e emite, com base nisso, uma decisão, um

julgamento, dizendo se o mesmo é próprio ou não para consumo;

XVI. MEDIDA CAUTELAR: ato praticado pela autoridade de saúde visando a prevenir, conservar ou defender o interesse da saúde pública, em face de fato de gravidade ou de motivo justo que o autorize;

XVII. MULTA: sanção imposta pela autoridade de saúde ao infrator da norma sanitária, consistindo na obrigação de pagar certa importância em dinheiro;

XVIII. NOTIFICAÇÃO: formalização do ato de dar ciência, de dar conhecimento à pessoa, onde a autoridade de saúde lavra auto de infração contra a mesma;

XIX. OBRIGAÇÃO SUBSISTENTE: encargo imposto ao infrator, pela autoridade de saúde, independente e além do auto de infração, destinado a sanar situação de perigo ou de prejuízo à saúde;

XX. PLASMAFERESE: complexo de operações que permite, para fins hemoterápicos, que se utilize exclusivamente a porção plasmática do sangue coletado, sendo restituídas ao doador as respectivas hemácias, o mais prontamente possível;

XXI. PENALIDADE PECUNIÁRIA: obrigação de pagamento em dinheiro imposta à pessoa que cometeu a infração sanitária;

XXII. PESSOA: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado;

XXIII. REABILITAÇÃO: benefício que consiste no cancelamento automático dos efeitos de reincidência, pelo decurso do prazo de 3 (três) anos, sem que a pessoa infracionada volte a cometer nova infração sanitária;

XXIV. RECURSOS INTERPOSTO: pedido de revisão de decisão condenatória, ou denegatória de outro recurso, apresentado pelo infrator a outra autoridade de saúde, hierarquicamente superior, indicada neste Regulamento.

Art. 2º As definições apresentadas no artigo anterior têm por finalidade explicar e facilitar a compreensão do texto legal, não esgotando os conceitos respectivos, nem afastando outras definições legais ou científicas aplicáveis, especialmente no que diz respeito à educação em saúde, apuração de infração, aplicação de penalidades, reconhecimento de direitos e estabelecimento de deveres.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º Compete à Secretaria da Saúde de Antônio Carlos formular a política municipal de saúde e manter o controle de sua execução.

Art. 4º O Setor de Vigilância Sanitária do município de Antônio Carlos, manterá:

I. o registro dos diplomas e certificados dos profissionais em ciência da saúde;

II. a concessão de licenciamento e respectivos alvarás para estabelecimentos industriais e comerciais, funcionamento de laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos; de quaisquer estabelecimentos que fabriquem ou comercializem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública; locais de elaboração e ou venda de alimentos: açougue, cantina escolar, casa de frios (laticínios e embutidos), comércio/depósito atacadista de produtos perecíveis, confeitarias, cozinhas industriais, escolares, de clubes, padarias,

confeitarias, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, cantinas, mercados, mercearias, sorveteria, bares, fruteiras, quiosques, outros; de estabelecimentos de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual; de hospitais, postos ou casa de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde; de consultórios médicos, odontológicos, de psicologia, e de quaisquer atividades paramédicas; laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e de estabelecimentos e atividades afins; de gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamento geradores de raios X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes, prótese dentária, óticas e outros; clínicas ou institutos de fisioterapia e de recuperação; creches, estabelecimentos de ensino, asilos, orfanatos, balneários, estâncias hidrominerais, termais, climáticas, de repouso, colônia de férias, ginásio de esportes, academias de ginástica, piscinas de uso coletivo, e congêneres; estabelecimento de lazer; de quaisquer estabelecimentos de interesse da saúde pública ou individual, ou que explorem atividades com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares, relacionadas com a saúde; atividades ligadas à beleza e estética, salões de beleza, e congêneres; clubes recreativos, boate e congêneres; quaisquer estabelecimentos públicos e privados, e os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sob forma de aplicar os preceitos legais referentes à saúde e segurança do trabalhador; outros estabelecimentos que interessem a saúde pública.

III. o registro de antecedentes relativos às infrações sanitárias, bem como outros documentos resultantes do exercício da fiscalização.

Parágrafo único. O exercício da fiscalização de que trata o item II do presente artigo, bem como as autuações e concessão de licenças e alvarás para as atividades acima citadas, obedecerão a pactuação anual do município para com o Estado.

Art. 5º Autoridade de vigilância sanitária, na figura do profissional concursado para o cargo de Técnico de Vigilância Sanitária, ou outro profissional, habilitado conforme lei que o disciplina, designado por processo seletivo para exercer a função, igualmente lotados e em efetivo exercício no órgão de vigilância municipal, têm competência, no âmbito de suas atribuições, para exercer as funções de vigilância e fiscalização sanitária, em caráter permanente, no município de Antônio Carlos, de conformidade com as leis, decretos e regulamentos sanitários federais, estaduais e municipais, podendo expedir, para tanto, autos de infração, de intimação e aplicação de penalidades cabíveis, além da prática dos atos intrínsecos à função de vigilância e fiscalização sanitárias.

§ 1º A autoridade de saúde, no exercício de suas atribuições, terá livre ingresso em todos os locais, a qualquer dia e hora, podendo requisitar forças da Polícia Militar ou Civil, quando necessário.

§ 2º O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social estabelecerá com o Comando das Polícias Militar e Civil do município, as normas e procedimentos de que trata o §1º.

Art. 6º Todo servidor com exercício em órgão de saúde é responsável pelo cumprimento deste Regulamento e tem compromisso com as condições de higiene e saúde nos ambientes que frequenta ou residir.

Art. 7º O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde é autoridade competente para julgar em primeira instância, recursos interpostos contra decisão do auto de infração e do auto de imposição de

penalidades, solicitando para tanto informações e parecer técnico da equipe de Vigilância Sanitária, ou do servidor autuante.

Art. 8º O Coordenado Municipal de Saúde é autoridade competente para julgar em segunda instância os recursos interpostos contra decisão do auto de infração e do auto de imposição de penalidades.

Art. 9º O Coordenador Municipal de Saúde, antes de decidir qualquer recurso, solicitará parecer dado em primeira instância, e, de acordo com a natureza da infração, parecer técnico dos seguintes Colegiados, dos quais será o presidente:

I. Conselho de Fiscalização de Alimentos, integrados pelos titulares ou representantes dos seguintes órgãos:

- a) Setor de Vigilância Sanitária;
- b) Setor de Vigilância Epidemiológica;
- c) Coordenação da Estratégia de Saúde da Família;
- d) Diretoria Clínica da Unidade Básica de Saúde;
- e) Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente;
- f) Procuradoria Jurídica da Prefeitura.

II. Conselho de Saneamento do Meio Ambiente, integrado pelos titulares ou representantes dos seguintes órgãos:

- a) Setor de Vigilância Sanitária;
- b) Setor de Vigilância Epidemiológica;
- c) Coordenação da Estratégia de Saúde da Família;
- d) Diretoria Clínica da Unidade Básica de Saúde;
- e) Serviço de Fiscalização do Meio Ambiente da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- f) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN;
- g) Procuradoria Jurídica da Prefeitura.

III. Conselho do Exercício Profissional, integrado pelos titulares ou representantes dos seguintes órgãos:

- a) Setor de Vigilância Sanitária;
- b) Setor de Vigilância Epidemiológica;
- c) Diretoria Clínica da Unidade Básica de Saúde;
- d) Conselho de Classe da profissão Envolvida;
- e) Procuradoria Jurídica da Prefeitura.

IV. Conselho da Fiscalização de Produtos Químicos e Farmacêuticos, integrado pelos titulares ou representantes dos seguintes órgãos:

- a) Setor de Vigilância Sanitária;
- b) Setor de Vigilância Epidemiológica;
- c) Coordenação da Estratégia de Saúde da Família;
- d) Diretoria Clínica da Unidade Básica de Saúde;
- e) Assistência Farmacêutica;
- f) Procuradoria Jurídica da Prefeitura.

Art. 10 O Coordenador Municipal de Saúde:

- I. elaborará, juntamente com os demais membros, o Regimento Interno dos Conselhos, que será homologado na forma do artigo 144 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012;
- II. promoverá, quando necessário, a participação de outros órgãos ou instituições, notadamente da esfera municipal, nos conselhos.

Art. 11 O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social é autoridade competente para julgar os recursos interpostos contra as decisões do Coordenador Municipal da Saúde.

Art. 12 A autoridade de saúde cientificará o órgão do Ministério Público da Comarca, através de expediente circunstanciado,

sempre que:

- I. constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;
- II. ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma.

CAPÍTULO III

Das Infrações e Penalidades

Art. 13 Para os efeitos deste Regulamento considera-se infração, na forma definida no artigo 120 da Lei Municipal nº. 1.397, de 28 de agosto de 2012, a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 14 A pessoa cometerá infração sanitária mesmo no caso em que a avaria, deterioração ou alteração de produto, substância ou bem de interesse da saúde pública, decorram de força maior, eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, se deixar de tomar, no tempo devido, as providências que a situação exigir ou a autoridade de saúde determinar.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o fabricante, manipulador, beneficiador, transportador ou acondicionador, notificado pela autoridade de saúde, deve adotar as providências necessárias ao seu recolhimento, providência, ou destino conveniente, em prazo razoável fixado, que não excederá quinze dias.

Art. 15 Fica instituída nos termos deste Regulamento, a figura da reabilitação.

§ 1º A pessoa será considerada automaticamente reabilitada, para efeitos da reincidência, três anos após o cumprimento da penalidade, caso não tenha voltado a cometer, nesse período, nova infração.

§ 2º O prazo da reabilitação será interrompido, e terá a sua contagem recomeçada, em caso de condenação por nova infração.

§ 3º Não contará para efeitos de reincidência a infração, quando a penalidade aplicada for unicamente de advertência.

CAPÍTULO IV

Da Caracterização Básica do Processo

SEÇÃO I

Do Auto de Infração

Art. 16 O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos na Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012.

Art. 17 A autoridade de saúde poderá, nos casos em que a infração exigir pronta ação para a proteção da saúde pública, aplicar de imediato as penalidades de apreensão, inutilização, interdição e outras previstas no Artigo 126 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012, lavrando o auto de imposição de penalidade, independentemente da tramitação normal do auto de infração respectivo.

Art. 18 O infrator notificado do auto de infração, poderá oferecer defesa ou impugnação no prazo de quinze dias, nos termos do artigo 134 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012.

Art. 19 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, antes de processar o auto de infração, fará um exame prévio do mesmo, ordenando a sua renovação ou retificação, se necessário.

Parágrafo único. O infrator será notificado da renovação ou reatificação do auto de infração, com as mesmas formalidades da primeira notificação, renovando-se lhe o prazo para defesa ou impugnação.

Art. 20 As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão a nulidade do mesmo, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

Art. 21 Quando o autuado for analfabeto, ou fisicamente incapacitado, poderá o auto ser assinado "a rogo" na presença de duas testemunhas, ou na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.

Art. 22 As notificações feitas pelo correio serão expedidas preferencialmente com Aviso de Recebimento - AR.

Art. 23 Sempre que a ciência do interessado se fizer por meio de publicação na imprensa, serão certificadas no processo a página e a data do jornal.

Art. 24 O edital previsto no artigo 132 da Lei n. 1397, de 28 de agosto de 2012 conterà, além dos requisitos do artigo 131 da mesma Lei:

- I. a identificação e endereço da autoridade de saúde perante a qual poderá ser apresentada a defesa ou impugnação;
- II. a advertência de que a notificação se considerará efetivada cinco dias após a publicação, contando a partir daí o prazo para a defesa ou impugnação.

Art. 25 A autoridade de saúde procederá na forma do artigo 132 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012 a notificação dos atos praticados no processo, a menos que o "ciente" seja dado diretamente nos autos pela pessoa ou seu procurador.

SEÇÃO II

Do Auto de Intimação

Art. 26 Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, a autoridade de saúde lavrará auto de intimação, fixando prazo e condições para o seu cumprimento.

Parágrafo único: Se o infrator se encontrar em lugar incerto e não sabido, a autoridade fará expedir edital, fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observando o disposto no artigo 132, § 2º, da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012.

Art. 27 A autoridade de saúde nos casos de perigo para a saúde pública ou no interesse desta, havendo ou não infração sanitária, poderá interditar local ou bem, ou determinar quaisquer medidas cautelares, mediante auto de intimação.

§ 1º Quando houver apreensão ou interdição de produto ou bem em caráter cautelar, na forma do caput deste artigo, e o responsável for idôneo, moral e financeiramente, poderá o mesmo ser designado depositário fiel; caso contrário, a mercadoria será recolhida para outro local, sob a guarda da autoridade de saúde ou de terceiro, às custas do proprietário ou responsável.

§ 2º No caso de medida cautelar não acompanhada de auto de infração, o descumprimento do auto de intimação será punido com penalidade de multa, sem prejuízo de outras, previstas na legislação vigente.

Art. 28 A autoridade de saúde executará ou contratará a realização de serviços ou obras constantes do auto de intimação,

inclusive transporte, por conta e risco do infrator ou responsável, nos seguintes casos:

- I. se não tiver condições de fazê-lo por si próprio ou se resistir à ordem, sendo que, neste último caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;
- II. se encontrar-se ausente no período ou em lugar incerto e não sabido, sem que tenha representante legal ou preposto no local.

Art. 29 No caso de prédios, equipamentos e utensílios de difícil remoção, havendo necessidade de impedir o seu uso transitório ou definido, a formalização legal será feita mediante a lavratura de auto e termo respectivos, acompanhados, se for o caso, de aposição de lacres, nos locais mais indicados.

Art. 30 O auto de intimação de que trata este Regulamento será lavrado em no mínimo três vias, manualmente ou através de Sistema Estadual de Unificação de Informações de interesse da Vigilância Sanitária, destinando-se a primeira via ao intimado, e conterà:

- I. o nome da pessoa, ou denominação da entidade intimada, especificação do seu ramo de atividade e endereço;
- II. a disposição legal ou regulamentar infringida se for o caso, e/ou dispositivo que autorize a medida;
- III. a medida sanitária exigida, com as instruções necessárias, se for o caso;
- IV. o prazo para sua execução ou duração, ou, no caso de medidas cautelares, as condições para a sua revogação;
- V. nome e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura;
- VI. a assinatura do intimado, ou na sua ausência, de seu representante legal ou preposto; e, em caso de recusa, a consignação dessa circunstância e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 31 O prazo de validade da medida cautelar não excederá noventa dias, ou quarenta e oito horas para os bens perecíveis, ao final dos quais o bem será automaticamente liberado, se não pender de outra medida sanitária ou decisão condenatória.

SEÇÃO III

Dos Procedimentos

Art. 32 Na forma estabelecida no artigo 134 da Lei n. 1397, de 28 de agosto de 2012, o infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração, no prazo de quinze dias contados da sua notificação.

Art. 33 O servidor autuante, ao prestar as informações solicitadas pela autoridade julgadora, fornecerá todos os elementos necessários à decisão, inclusive, se for o caso, planta ou laudo demonstrativo da situação e informação sobre a capacidade econômica do infrator.

Art. 34 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, que será a autoridade de saúde competente para julgar em primeira instância o auto de infração lavrado na sua área de jurisdição, antes de decidir, solicitará à equipe de Vigilância Sanitária, via ofício, informação sobre os antecedentes do infrator.

Art. 35 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, não poderá levar em consideração os argumentos da defesa ou impugnação apresentada fora do prazo legal, mesmo antes de decidir o processo.

Art. 36 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, decidindo:

- I. ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade, se julgar procedente o auto de infração;

II. remeterá obrigatoriamente o processo para reexame da equipe de Vigilância Sanitária, se der pela improcedência do auto de infração, contudo, se este órgão não acatar dita decisão, fará suas considerações e remeterá novamente ao Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde para suas considerações finais.

Art. 37 Quando ocorrer desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá ao disposto no artigo 16, com aplicação da pena de multa prevista no artigo 129, § 2º da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012 sem prejuízo de outras, cabíveis, bem como das providências prevista no artigo 12 deste Regulamento.

Parágrafo único. Poderá a autoridade de saúde fazer realizar análise ou perícia do produto, substância ou bem, na hipótese prevista no "caput" deste artigo, quando necessário para a aplicação de outras penalidades, ou no interesse da saúde pública.

Art. 38 A apreensão de produtos ou substâncias para análise fiscal, prevista no artigo 138, da Lei n. 1.397 de 28 de agosto de 2012, far-se-á mediante colheita representativa do estoque existente, a qual, dividida em três partes, será tornada inviolável, para que se assegurem as características de conservação e autenticidade, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova, e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial credenciado.

§ 1º A colheita representativa do estoque existente, para análise fiscal, será feita mediante lavratura, em três vias, de auto de coleta de amostras que conterá:

- a) nome e endereço do estabelecimento e/ou responsável;
- b) nome, marca, quantidade, volume, peso, origem, lote ou partida, prazo de validade, data de fabricação e demais características identificadoras do produto apreendido;
- c) local da coleta e data;
- d) assinatura legível da autoridade de saúde e do detentor, ou de duas testemunhas, caso o mesmo se negar, estiver impossibilitado ou for analfabeto, circunstância que será certificada no auto.

§ 2º As três vias do auto de coleta terão a seguinte destinação:

- I. interessado;
- II. laboratório oficial credenciado;
- III. processo.

§ 3º Se a quantidade ou natureza não permitir a colheita de amostras, o produto ou substância será encaminhado ao laboratório oficial credenciado, para realização da análise fiscal, na presença do seu detentor ou do representante legal da empresa e do perito pela mesma indicado.

§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se ausentes as pessoas mencionadas, serão convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

§ 5º A autoridade de saúde competente lavrará laudo minucioso e conclusivo da análise fiscal, o qual será arquivado no laboratório oficial credenciado, e extraídas cópias, uma para integrar o processo e as demais para serem entregues ao detentor ou responsável pelo produto ou substância e à empresa fabricante.

§ 6º Revelando a análise fiscal que o produto ou substância é impróprio para o consumo, a autoridade de saúde lavrará o auto de infração, caso não o tenha feito.

§ 7º O infrator, discordando do resultado condenatório da análise

fiscal poderá, em separado ou juntamente com a defesa ou impugnação, requerer perícia de contraprova, apresentando a amostra em seu poder e indicando seu próprio perito.

§ 8º Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja 1ª via integrará o processo e conterá todos os quesitos formulados pelos peritos.

§ 9º A perícia de contraprova não será efetuada se houver indício de violação da amostra em poder do infrator e, nessa hipótese, prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.

§ 10 Aplicar-se-á, na perícia de contraprova, o mesmo método de análise empregado na análise fiscal condenatória, salvo se houver concordância dos peritos quanto à adoção de outro.

§ 11 O infrator, havendo discordância entre os resultados da análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova, poderá requerer, no prazo de dez dias, novo exame pericial a ser realizado, em igual prazo, na segunda amostra em poder do laboratório oficial credenciado.

Art. 39 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde:

- I. determinará o arquivamento do processo e liberará o produto ou substância, se a análise fiscal ou perícia de contraprova vier a considerá-lo próprio para o consumo;
- II. ordenará ou tornará definitiva a sua interdição se as análises e laudos concluírem pela condenação.

Art. 40 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde presidirá o processo de que trata esta Seção, quando a apreensão ou interdição for realizada na sua área de jurisdição.

Art. 41 A autoridade de saúde ao realizar a apreensão de amostras para efeito de análise fiscal ou de controle, não procederá à interdição do produto ou substância, exceto nos casos em que sejam flagrantes os indícios de alteração ou adulteração, hipótese em que a interdição é obrigatória e terá caráter preventivo ou de medida cautelar.

§ 1º A autoridade de saúde procederá à interdição do produto ou substância, obrigatoriamente, quando resultarem provadas, em análises laboratoriais ou no exame de processos, ações fraudulentas que impliquem falsificação ou adulteração.

§ 2º A interdição do produto ou substância, e do estabelecimento, como medida cautelar, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, não podendo, em qualquer caso, exceder o prazo de noventa dias ou quarenta e oito horas para os perecíveis, findo o qual serão automaticamente liberados, caso não penderem de outra medida, ou de decisão condenatória.

Art. 42 A autoridade de saúde, se for o caso, lavrará termo de apreensão e de interdição em auto de intimação, juntamente com o auto de infração, com observância dos mesmos requisitos legais deste, especificando ainda a natureza, quantidade, nome e/ou marca, tipo, lote ou partida, nome e endereço da empresa e do detentor do produto.

Art. 43 Os alimentos, bebidas, substâncias ou insumos e outros, manifestamente deteriorados ou alterados, serão apreendidos e inutilizados imediatamente, ressalvado o disposto no artigo 68 deste Regulamento.

Art. 44 No caso de partida de grande valor econômico, assim considerado igual ou superior a 100 salários mínimos vigentes, confirmada a condenação do alimento, bebida, produto ou substância

em perícia de contraprova, poderá o interessado solicitar nova retirada de amostras aplicando-se, neste caso, adequada técnica de amostragem estatística.

Parágrafo único: Em se tratando de alimentos e bebidas, na hipótese deste artigo, considerar-se-á liberada a partida que indicar um índice de alteração ou deterioração inferior a 10% (dez por cento) do seu total, excetuados os casos de presença de organismos patogênicos ou suas toxinas.

Art. 45 A inutilização de alimentos e bebidas de grande valor econômico deverá ser levada ao conhecimento público, com os esclarecimentos necessários, através da imprensa local ou regional, pela autoridade que determinar a medida.

SEÇÃO IV

Do Auto de Imposição de Penalidade

Art. 46 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, ao julgar o auto de infração, ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade, nos termos da decisão condenatória.

Art. 47 O auto de imposição de penalidade será lavrado em três vias, destinando-se a primeira ao infrator, e conterá:

- I. o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica autuada e seu endereço;
- II. o número e data do auto de infração respectivo;
- III. a descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local;
- IV. a disposição legal ou regulamentar infringida;
- V. a penalidade imposta e seu fundamento legal;
- VI. o prazo de quinze dias para interpor recurso ao Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, contado da ciência do autuado;
- VII. a assinatura da autoridade autuante;
- VIII. a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante, com a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Art. 48 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, sempre que necessário, e especialmente nos casos em que a penalidade imposta for de apreensão, interdição ou inutilização de produto, fará com que o auto de imposição de penalidade seja acompanhado do termo respectivo, que especificará a sua natureza, quantitativa e qualitativa.

Art. 49 O auto da imposição de penalidade de multa, assinalará:

- I. valor da multa constante no Artigo 127 da Lei n. 1.397 de 28 de agosto de 2012, considerados graduação da infração, atenuantes e agravantes, determinados nesta mesma Lei;
- II. que o prazo para pagamento é de trinta dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial, nos termos do Parágrafo único do artigo 127, da 1.397 de 28 de agosto de 2012;
- III. que se o infrator efetuar o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data da notificação, gozará de redução de 20% (vinte por cento) no valor da multa, implicando em desistência tácita do recurso, nos termos do artigo 133 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012;
- IV. que o recolhimento da multa deverá ser feito exclusivamente através de Guia própria de Multa Sanitária, emitida pelo Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- V. a advertência de que o não pagamento da multa, após esgotados os recursos e o prazo legal, impedirá a expedição ou renovação de alvará de qualquer natureza, pelo Setor de Vigilância Sanitária em benefício do infrator.

Art. 50 O infrator, na impossibilidade da efetivação da providência

a que se refere o inciso VIII do artigo 47, será notificado do auto de imposição de penalidade pelo correio ou por edital, na forma do artigo 132 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012.

Art. 51 O Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, tendo em vista o benefício estabelecido pelo artigo 133 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012, nos casos em que a notificação do auto de imposição de multa for feita pelo correio, providenciará a remessa imediata do expediente ao infrator.

Art. 52 O benefício referido no artigo 133 da Lei n. 1.397, de 28 de agosto de 2012, se apresentará sob forma de guia impressa com o referido desconto previsto neste mesmo artigo.

Art. 53 O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, a requerimento do interessado ou de qualquer pessoa que o represente, ouvidos o Coordenador Municipal de Saúde e o Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, pode converter a pena de multa em atividade educativa, nos casos de comprovada incapacidade econômica do infrator, após concordância do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º A conversão da multa em atividade educativa, de que trata este artigo, será autorizada pelo Chefe do Poder Executivo, nos casos em que, tendo a multa sido lançada em Dívida Ativa, a sua cobrança judicial resultar frustrada por inexistência de bens.

§ 2º O Prefeito Municipal, poderá acrescentar normas técnicas visando a melhor aplicação deste artigo e de seu §1º.

Art. 54 A arrecadação proveniente do pagamento de multas sanitárias deverá ser de uso único e exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, podendo inclusive, servir para remuneração de pessoal e incentivo à produtividade da força de trabalho em efetivo exercício na Vigilância Sanitária, aquisição de equipamentos e infra-estrutura.

CAPÍTULO V

Do Recurso

Art. 55 O infrator poderá, no prazo de quinze (15) dias, a contar da sua intimação, recorrer da decisão condenatória do Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, e do auto de imposição de penalidade de respectivo, para o Coordenador Municipal de Saúde.

Art. 56 O Coordenador Municipal de Saúde, recebendo processo para reexame automático, nos termos do artigo 36, inciso II, deste Regulamento, procederá da seguinte maneira:

- I. ordenará a devolução dos autos para arquivamento no Setor de Vigilância Sanitária se entender que a decisão não merece reparo;
- II. abrirá visitas ao infrator para manifestar-se pelo prazo de quinze dias, se entender que a decisão é passível de modificação;
- III. devolverá os autos ao Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde para regularização e nova decisão, se o processo padecer de irregularidade que comprometa a validade do processo ou do auto de imposição de penalidade, renovando-se, após, o prazo do recurso.

Art. 57 O Coordenador Municipal de Saúde poderá, a seu critério, nos casos de maior complexidade, ou em que entender oportuno, convocar o Conselho competente, previsto no artigo 9º, deste Regulamento, para deliberação e parecer.

Art. 58 Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, no prazo de vinte dias de sua ciência ou publicação, em última instância administrativa.

Art. 59 Não será admitido recurso enquanto não for cumprida a obrigação subsistente, determinada por auto de intimação, cabendo ao Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social certificar-se do fato, antes do julgamento.

Art. 60 O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social para julgar o recurso poderá, antes de decidi-lo, ouvir a autoridade recorrida, que reconsiderará ou não a decisão.

Art. 61-O infrator tomará ciência da decisão do recurso:

I. pessoalmente, ou por seu procurador, à vista do processo; ou
II. mediante notificação, que poderá ser feita por carta registrada, ou através da imprensa oficial, sendo que, neste caso, considerar-se-á efetivada cinco dias após a publicação.

Art. 62 Uma vez tornada irrecorrível a decisão, o processo deverá ser encaminhado ao Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, para registro, após o que será devolvido ao Setor de Vigilância Sanitária, para arquivamento.

CAPÍTULO VI

Da Execução das Penalidade

SEÇÃO I

Do Processamento das Multas

Art. 63 O Setor da Vigilância Sanitária, uma vez tornada definitiva a decisão condenatória, pela não interposição, ou seja, rejeição dos recursos interpostos, receberá os autos e tomará as seguintes providências:

I. notificará a pessoa multada, pessoalmente, pelo correio, ou pela imprensa (se em lugar incerto e não sabido), e instruindo-a sobre a forma e o prazo de pagamento;
II. feita a notificação, remeterá, com prova da realização desta, uma via do auto de imposição de penalidade ao Setor de Tributos da Secretaria de Administração e Finanças, para a cobrança.

Art. 64 O recolhimento da multa e seu lançamento em Dívida Ativa nos casos de não pagamento, obedecerão normas e orientações específicas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e do Controle Interno Municipal, com base no Artigo 39, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. A Secretaria de Administração e Finanças encaminhará ao Secretário Municipal de Saúde e assistência Social, para fins de controle, uma via do Documento de Arrecadação quitado, e relação periódica das multas lançadas em Dívida Ativa.

Art. 65 O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social manterá controle dos casos em que a cobrança judicial resultar frustrada por inexistência de bens, tendo em vista a conversão da multa em atividade educativa, devendo avisar o Prefeito Municipal nestes casos.

Art. 66 A Secretaria Municipal de Administração e Finanças encaminhará ao Secretário Municipal de Saúde, e este por sua vez ao Diretor Clínico da Unidade Básica de Saúde, para ciência, comprovante de quitação da multa ou de seu lançamento em Dívida Ativa, bem como os casos em que a multa poderá ser convertida em atividade educativa, para fins de anotação e arquivamento ao processo respectivo no Setor de Vigilância Sanitária.

SEÇÃO II

Da Execução das Penalidades de Inutilização de Produto, Cancelamento do Registro, Autorização, Licença e Demais Penalidades

Art. 67 Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recursos sem apresentação da defesa ou apreciados os recursos, o Secretário Municipal de Saúde tomará as providências seguintes:

I. fará publicar as penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária;
II. remeterá cópia do processo ao órgão do Ministério Público local, nos casos em que a execução da penalidade e a legislação vigente o exigirem;
III. velará pela execução da penalidade aplicada;
IV. providenciará as comunicações de aplicação de penalidades ou medidas cautelares, quando necessário, a outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

Parágrafo único. A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro, da autorização para o funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos, somente ocorrerão após a publicação, na imprensa oficial, de decisão irrecorrível.

Art. 68 Além do disposto no artigo 45, a inutilização dos alimentos, bebidas, produtos e substâncias não serão efetuados enquanto não ficar constatado estarem impróprios para o consumo humano.

Art. 69 Se constatados impróprios para consumo humano, os alimentos, bebidas, produtos e substâncias somente estarão livres de inutilização nas seguintes hipóteses:

§ 1º Quando a critério de autoridade sanitária, o produto for passível de utilização para fins industriais ou agropecuários, sem prejuízo para a saúde pública, ou inconveniente, podendo ser transportados, por conta e risco do infrator, para local designado, ficando sujeitos a apresentação de nota de recebimento ou comprovante da empresa receptora, à autoridade de saúde.

§ 2º Os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, expostos à venda em estabelecimentos de gêneros alimentícios, quando considerados impróprios para o consumo humano, não serão inutilizados, desde que possam ser destinados ao plantio ou fins industriais, a critério da autoridade de saúde e observadas as necessárias precauções.

§ 3º Também não será inutilizado o alimento apreendido quando possível de utilização na alimentação animal, plantio, ou fins industriais não alimentícios, a critério da autoridade de saúde e observadas as necessárias precauções.

SEÇÃO III

Do Registro de Antecedentes

Art. 70 O A Vigilância Sanitária manterá registro de todos os processos em que haja decisão condenatória definitiva, baixando as normas técnicas necessárias para tal, homologadas na forma do artigo 144 da Lei nº 1.397, de 28 de agosto de 2012.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 71 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 72 Revogam-se as disposições em contrário.

Antonio Carlos, 01 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 572/2014

PORTARIA Nº 572/2014.

Prorroga contrato de trabalho de servidor act.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO que o contrato do servidor Ademir Gilberto Filieiro, ocupante do cargo de Motorista, matriculado nesta repartição sob o nº. 1384 encerra na data de 10/12/2014;

CONSIDERANDO que atualmente o servidor acima citado desempenha sua função conduzindo 01 (um) dos ônibus escolares desta municipalidade;

CONSIDERANDO que as aulas na rede municipal e estadual findar-se-ão na data de 19/12/2014, sendo este o ultimo dia em que o transporte escolar municipal estará a disposição dos alunos;

CONSIDERANDO que é vantajoso para a administração prorrogar por mais 09 (nove) dias o contrato de trabalho deste servidor, uma vez que, se convocado o candidato aprovado no concurso público 001/2014 para ocupar referido cargo, por certo, nos meses de janeiro e fevereiro próximos este servidor não laborará, restando a municipalidade despendar valor com sua remuneração.

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar, Contratação temporária do servidor ADEMIR GILBERTO FILIEIRO, no cargo de MOTORISTA, até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de dezembro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

PORTARIA N 573/2014

PORTARIA Nº 573/2014.

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei n 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora MADELAINE MAFRA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 05 de janeiro de 2015, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2004 a fevereiro/2009.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 574/2014

PORTARIA Nº 574/2014.

Concede Férias a servidores do DMER.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias a servidores da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir de 05 de janeiro de 2015, conforme abaixo discriminado:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
IVALDO PLACIDO DE CAMPOS	AUXILIAR DE MANT. CONSEV.	05/02/2013 a 04/02/2014
JAIME WEBER	OPERADOR DE MAQUINA	17/03/2010 a 16/03/2011
PEDRO ALCANTARA SILVEIRA	OFICIAL DE MANT. CONSERV.	04/05/2012 a 03/05/2013

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de dezembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de dezembro de 2014.

Ascurra**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 100/2003**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 100/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABR2240	55596424	15/12/2002	65480	229	85.12
BON4713	55596420	13/12/2002	51850	167	127.69
CEL9475	55596429	19/12/2002	50450	162 * V	191.53
LWT6596	55596416	12/12/2002	65990	230 * V	191.53
LWY6397	55596421	13/12/2002	65990	230 * V	191.53
LWY6595	55596425	15/12/2002	52150	170	191.53
LWY6595	55596425	15/12/2002	52740	175	191.53
LXC9278	55596422	14/12/2002	52740	175	191.53
LXI3190	55596413	04/12/2002	50100	162 * I	574.61
LXI3190	55596413	04/12/2002	65990	230 * V	191.53
LXI3190	55596415	04/12/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXP5856	55596419	12/12/2002	65990	230 * V	191.53
LYD7709	55596428	17/12/2002	58350	195	127.69
LYD7709	55596428	17/12/2002	66370	230 * IX	127.69
LYD7709	55596426	17/12/2002	50100	162 * I	574.61
LYD7709	55596426	17/12/2002	70300	244 * I	191.53
LYD7709	55596427	17/12/2002	65990	230 * V	191.53
LYL9995	55596423	14/12/2002	54520	181 * VIII	127.69
LZR4286	55596414	04/12/2002	50100	162 * I	574.61
LZY2415	55596418	12/12/2002	65990	230 * V	191.53
MAV5939	55596412	04/12/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 101/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 101/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMO2772	55596434	22/12/2002	65480	229	85.12
AMO2772	55596434	22/12/2002	53800	181 * I	85.12
LWR3198	55596430	20/12/2002	50100	162 * I	574.61
LXH3980	55596438	25/12/2002	53800	181 * I	85.12
LXL9519	55596437	25/12/2002	53800	181 * I	85.12
MCD8979	55596432	20/12/2002	65990	230 * V	191.53
MCH3791	55596431	20/12/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 102/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 102/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXP2680	55596439	05/01/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 103/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 103/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXV4180	55596442	13/01/2003	69120	232	53.20
LXW5437	55596440	13/01/2003	50100	162 * I	574.61
LXW5437	55596440	13/01/2003	65990	230 * V	191.53
MAQ2503	55596441	13/01/2003	65990	230 * V	191.53
MAQ2503	55596441	13/01/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 104/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 104/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYA1561	55596447	19/01/2003	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 105/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 105/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYY9220	55596449	25/01/2003	54600	181 * IX	85.12
LYY9220	55596449	25/01/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZU9973	55596450	11/02/2003	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 106/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 106/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX8390	55596451	14/02/2003	69120	232	53.20
MCM2059	55596453	19/02/2003	55250	181 * XV	85.12
MCM2059	55596453	19/02/2003	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 107/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 107/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACW8819	55596454	26/02/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 108/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 108/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU4307	55596464	16/03/2003	50450	162 * V	191.53
LWX6727	55596458	09/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LXE3723	55596457	08/03/2003	53800	181 * I	85.12
LXU6355	55596459	09/03/2003	50100	162 * I	574.61
LXW1052	55596465	16/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZA2853	55596460	15/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZQ0036	55596466	16/03/2003	52070	169	53.20
LZW9158	55596462	15/03/2003	50100	162 * I	574.61
LZW9158	55596461	15/03/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MBZ6189	55596467	16/03/2003	50100	162 * I	574.61
MBZ7859	55596456	07/03/2003	65990	230 * V	191.53
MCM4652	55596463	16/03/2003	50100	162 * I	574.61
MDT9950	55596455	02/03/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 109/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 109/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO4613	55596468	28/03/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 110/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 110/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACI0780	55596475	05/04/2003	67260	230 * XVIII	127.69
ACI0780	55596475	05/04/2003	50100	162 * I	574.61
ACI0780	55596474	05/04/2003	69120	232	53.20
ACI0780	55596474	05/04/2003	65990	230 * V	191.53
CVL3695	55596480	11/04/2003	51850	167	127.69
LWR7856	55596476	05/04/2003	65990	230 * V	191.53
LXS4482	55596484	13/04/2003	67690	230 * XXII	85.12
LZG4488	55596477	05/04/2003	50100	162 * I	574.61
LZG4488	55596477	05/04/2003	65560	230 * I	191.53
LZL9215	55596482	13/04/2003	51850	167	127.69
MBB0146	55596488	21/04/2003	50100	162 * I	574.61
MBB0146	55596488	21/04/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 111/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 111/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICE4568	55596489	23/04/2003	55500	181 * XVIII	85.12
MAJ7987	55596485	20/04/2003	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 112/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 112/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN1406	55596495	11/05/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZM2344	55596490	27/04/2003	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 113/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 113/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICX7890	55596494	10/05/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LXE6172	55596493	10/05/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZW1294	55596497	13/05/2003	53800	181 * I	85.12
MDS6452	55596496	10/05/2003	70300	244 * I	191.53
MDS6452	55596496	10/05/2003	68580	231 * VII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 114/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 114/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM2492	55596498	23/05/2003	65990	230 * V	191.53
MBR4340	55596499	25/05/2003	52820	176 * I	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 115/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 115/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA3993	55596504	06/06/2003	51850	167	127.69
MBU4219	55596503	06/06/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MBU4219	55596503	06/06/2003	52230	171	85.12
MBU4219	55596502	06/06/2003	51850	167	127.69
MBU4219	55596502	06/06/2003	50100	162 * I	574.61
MCH3791	55596501	29/05/2003	50100	162 * I	574.61
MCH3791	55596501	29/05/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 116/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 116/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR7493	55596509	14/06/2003	51930	168	191.53
LWR7493	55596509	14/06/2003	67690	230 * XXII	85.12
LWR7493	55596512	14/06/2003	51690	165	957.69
LWR7493	55596510	14/06/2003	52740	175	191.53
LZK7523	55596505	10/06/2003	50290	162 * II	957.69
LZK7523	55596505	10/06/2003	65990	230 * V	191.53
MCO3738	55596508	13/06/2003	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 117/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 117/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYR0151	55596516	28/06/2003	58350	195	127.69
LYR0151	55596516	28/06/2003	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 118/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 118/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB4292	55596524	13/07/2003	52740	175	191.53
MBB4292	55596524	13/07/2003	65990	230 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 119/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 119/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA3608	55596527	26/07/2003	50100	162 * I	574.61
LXA3608	55596527	26/07/2003	66530	230 * XI	127.69

LXJ5846	55596522	08/07/2003	50100	162 * I	574.61
MCQ3512	55596529	28/07/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCQ3512	55596528	28/07/2003	69120	232	53.20
MCQ3512	55596528	28/07/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 120/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 120/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYT5769	55596534	16/08/2003	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 121/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 121/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIS1802	55596535	16/08/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LZI1559	55596530	15/08/2003	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 122/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 122/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZD6116	55596539	07/09/2003	50100	162 * I	574.61
LZD6116	55596539	07/09/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 123/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 123/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ5441	55596542	15/09/2003	65990	230 * V	191.53
LWZ5441	55596542	15/09/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 124/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 124/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYT7158	55596555	10/10/2003	56570	182 * IX	85.12
LZU1883	55596554	10/10/2003	50100	162 * I	574.61
MAV5657	55596548	23/09/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 125/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 125/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAH1561	55596552	09/10/2003	50610	163 c/c 162 * I	574.61

AAH1561 55596552 09/10/2003 50100 162 * I 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 126/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 126/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZS0051	55596557	21/10/2003	51850	167	127.69
LZG5639	55596559	22/10/2003	50450	162 * V	191.53
LZL5923	55596556	20/10/2003	65990	230 * V	191.53
LZL5923	55596556	20/10/2003	50100	162 * I	574.61
MCJ1028	55596560	06/11/2003	50450	162 * V	191.53
MCJ1028	55596560	06/11/2003	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 127/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 127/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYE9044	55596564	10/11/2003	67340	230 * XIX	127.69
LYE9044	55596562	10/11/2003	65990	230 * V	191.53
LYE9044	55596562	10/11/2003	50100	162 * I	574.61
LYE9044	55596564	10/11/2003	66370	230 * IX	127.69
LYY1274	55596563	08/11/2003	55250	181 * XV	85.12
LZZ2678	55596561	07/11/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 128/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 128/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP5436	55596567	19/11/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 129/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 129/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU4654	55596572	22/11/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 83/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 83/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXU8690	55596257	25/04/2002	51850	167	127.69
LYG6311	55596254	25/04/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 84/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 84/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAQ5048	55596267	12/05/2002	51690	165	957.69
MAQ5048	55596266	12/05/2002	52740	175	191.53
MAQ5048	55596266	12/05/2002	52150	170	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 85/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 85/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYX0373	55596272	10/06/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 86/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 86/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZP2756	55596276	29/06/2002	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 87/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 87/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX3105	55596279	14/07/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 88/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 88/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL4553	55596278	06/07/2002	65990	230 * V	191.53
LYU4948	55596277	05/07/2002	50100	162 * I	574.61
MBC6089	55596280	13/07/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 89/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 89/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBQ4190	55596287	02/08/2002	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 90/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 90/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH3530	55596302	11/08/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MEL8640	55596284	30/07/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 91/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 91/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT2973	55596314	08/09/2002	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXX9829	55596313	14/09/2002	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 92/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 92/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXS7082	55596315	15/09/2002	50100	162 * I	574.61
LXS7082	55596315	15/09/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 93/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 93/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYO1349	55596318	27/09/2002	50100	162 * I	574.61
MBK8634	55596324	01/10/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 94/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 94/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOT6644	55596333	06/10/2002	55500	181 * XVIII	85.12
HQI3688	55596332	05/10/2002	52740	175	191.53
LXN3025	55596336	07/10/2002	50100	162 * I	574.61
LXN3025	55596336	07/10/2002	65990	230 * V	191.53
LXN8498	55596334	06/10/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXY7665	55596331	06/10/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LYF4206	55596317	27/09/2002	65990	230 * V	191.53
MAA7611	55596329	04/10/2002	52740	175	191.53
MAA7611	55596330	04/10/2002	69120	232	53.20
MAE1791	55596319	27/09/2002	50100	162 * I	574.61
MAE1791	55596319	27/09/2002	65990	230 * V	191.53
MAM0817	55596328	01/10/2002	67690	230 * XXII	85.12
MCW2360	55596326	01/10/2002	73400	252 * IV	85.12
MCW2360	55596327	01/10/2002	51850	167	127.69

MCW2360	55596326	01/10/2002	69120	232		53.20
MCW2360	55596327	01/10/2002	50100	162 * I		574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 95/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 95/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC2049	55596338	13/10/2002	50100	162 * I	574.61
LYA1453	55596339	17/10/2002	69120	232	53.20
LYA1453	55596339	17/10/2002	65990	230 * V	191.53
MBP4499	55596340	17/10/2002	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 96/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 96/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR8192	55596343	26/10/2002	69120	232	53.20
LWR8192	55596342	26/10/2002	65990	230 * V	191.53
LWR8192	55596342	26/10/2002	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 97/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 97/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IAQ3547	55596408	18/11/2002	51850	167	127.69

ICC2237	55596349	03/11/2002	65990	230	*	V	191.53
LXP7226	55596406	18/11/2002	51850	167			127.69
LXV2403	55596346	02/11/2002	50100	162	*	I	574.61
LXV2403	55596346	02/11/2002	65990	230	*	V	191.53
MAJ9328	55596401	02/11/2002	51850	167			127.69
MAJ9328	55596345	02/11/2002	65990	230	*	V	191.53
MAJ9328	55596402	02/11/2002	73400	252	*	IV	85.12
MAJ9328	55596345	02/11/2002	50100	162	*	I	574.61
MAJ9328	55596401	02/11/2002	67690	230	*	XXII	85.12
MAM4749	55596350	03/11/2002	50100	162	*	I	574.61
MBD1441	55596417	17/11/2002	58350	195			127.69
MBD1441	55596417	17/11/2002	51850	167			127.69
MPH6048	55596404	13/11/2002	69120	232			53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 98/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 98/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAH5643	55596409	26/11/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 99/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.096 99/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE1353	55596411	30/11/2002	65560	230 * I	191.53
LZE1353	55596410	30/11/2002	66100	230 * VII	127.69
LZE1353	55596410	30/11/2002	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

Atalanta**PREFEITURA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 26/1998**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 26/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 27/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 27/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AFW8232 55516264 04/05/1998 53800 181 * I 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 37/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 37/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ0732	55516345	14/11/2001	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 39/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 39/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK9874	55516350	13/12/2001	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 40/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 40/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX00313	55948470	12/01/2002	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 46/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 46/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABS8729	55108553	25/07/2002	52740	175	191.53
ABS8729	55108553	25/07/2002	52070	169	53.20
MBQ2723	55108554	27/07/2002	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 49/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 49/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDI2550	55108564	03/09/2002	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 53/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 53/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZW5080	55108576	05/03/2003	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 54/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 54/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAM1166	55108578	30/03/2003	52740	175	191.53
MAW8259	55108583	28/03/2003	50100	162 * I	574.61
MAW8259	55108580	28/03/2003	51690	165	957.69
MAW8259	55108581	28/03/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 55/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 55/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMO9476	55108577	20/03/2003	63940	220 * XIV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 56/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 56/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC6111	55108586	04/05/2003	53800	181 * I	85.12
LXU0148	55108585	25/04/2003	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 57/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.368 57/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZO7849	55108588	14/06/2003	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 093/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 093/PMBR/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 23/12/2014 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para locações, montagens, desmontagens de estruturas para eventos, sonorização, iluminação, trios elétricos, mão de obra de segurança desarmada e logística de carga e descarga para os eventos da "TEMPORADA DE VERÃO 2014/2015", no Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 10 de Dezembro de 2014.

Pregoeira

Gisele Ferreira

DECRETO 207/2014

DECRETO Nº 207/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 82/2013:

DECRETA

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO do Exercício de 2014 na importância de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

05 – SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER				
01 – DEPARTAMENTO DE TURISMO				
2.017 Manutenção do Departamento de Turismo				
3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 (90)	R\$	23.000,00		
- Aplicações Diretas				

Artigo 2º - As suplementações decorrentes do artigo anterior, correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária do elemento de despesa abaixo discriminado:

05 – SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER				
01 – DEPARTAMENTO DE TURISMO				
2.017 Manutenção do Departamento de Turismo				
3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.0000 (89)	R\$	23.000,00		
- Aplicações Diretas				

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 10 de dezembro de 2014.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 10 de dezembro de 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretaria de Administração

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 153/PMBR/2014; CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de Construção Civil para Ampliação (616,74 m²) e Reforma Parcial (60,70 m²) da Escola de Educação Básica Municipal Arroio Rincão, localizada na Rua Jaguaruna, no Centro do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 30/12/2015; ASSINATURA: 01/12/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmor Consoni.

CONTRATO Nº. 154/PMBR/2014; ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos para a adequação do espaço interno do Primeiro Grupamento de Polícia Militar do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 01/12/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Artedânio Silva Vieira.

CONTRATO Nº. 155/PMBR/2014; LIGA URUSSANGUENSE DE DESPORTOS. OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente para prestação de serviços de arbitragem de futebol de areia nas divisões principal e de acesso que se realizarão de 20 de Dezembro de 2014 a 01 de Março de 2015 no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 30/04/2015; ASSINATURA: 08/12/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Geraldo Antônio de Souza.

CONTRATO Nº. 156/PMBR/2014; CORRÊA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME: contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviço de forma parcelada de Caminhão Pipa incluindo motorista, para manutenção das estradas do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 30/05/2015; ASSINATURA: 09/12/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Marcio Corrêa Nunes.

CONTRATO Nº. 157/PMBR/2014; ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA - EPP: contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de utensílios para cozinha, para atender as necessidades das Unidades Escolares do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 09/12/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Artedanio Silva Vieira.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PREGÃO Nº 035 SAMAE/BALNEÁRIO RINCÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 23/12/2014 às 09hr:00min.
Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, locação de banheiros químicos para a temporada de verão atendendo as necessidades do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão.. Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC 10 de dezembro de 2014.

Pregoeiro

Antonio Carlos Ghisi

AVISO DE PREGÃO Nº 036 SAMAE/BALNEÁRIO RINCÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LITRO.

Data e horário da sessão de abertura: 23/12/2014 às 10h00min.
Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículos próprios e locados do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante o ano de 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-1987 e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC, de 2014.

Pregoeira

Antônio Carlos Ghisi

AVISO DE PREGÃO Nº 037 SAMAE/BALNEÁRIO RINCÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 23/12/2014 às 14h00min.

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: a contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de materiais para a Estação de Tratamento do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante 2015.

Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC, de 2014.

Pregoeira

Antônio Carlos Ghisi

CONVOCAÇÃO**CONVOCAÇÃO**

O SAMAE do Balneário Rincão, CONVOCA o senhor GUSTAVO MEDEIRO, portador do CPF 023.005.770-54, para que compareça nessa autarquia, sito Rua Paraná, 389 Centro - Balneário Rincão/SC, no prazo de 48h. sob pena de perder seu direito a vaga de agente administrativo realizado no Processo Seletivo nº 004/2014.

Balneário Rincão, 10 de Dezembro de 2014.

JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR

Diretor Presidente

Biguaçu

PREFEITURA

DESPACHO - SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2014 - FMS

DESPACHO

Pregão Presencial nº. 87/2014

Pregão Presencial nº. 87/2014

Objeto do Pregão: Contratação de empresa especializada na realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva e conservação estimada de máquinas e equipamentos odontológicos(com reposição de peças) para a Policlínica e centro de especialidades odontológicas

O Pregão Presencial nº. 87/2014 possui como objeto a contratação de empresa especializada na realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva e conservação estimada de máquinas e equipamentos odontológicos(com reposição de peças) para a Policlínica e centro de especialidades odontológicas.

Em razão da necessidade de se reavaliar o descrito do edital em questão, determino a SUSPENSÃO do processo em epígrafe.

Assim que reanalisado os itens propostos, errata será devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, informando novos prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública de licitação, em conformidade com os ditames impostos na Lei 10.250/2002 e 8.666/1993.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

EXTRATO CONTRATO Nº 10.115/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 55/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.115/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 55/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE RATICIDA PARA O USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA.

Valor: R\$ 5.814,00 (cinco mil oitocentos e quatorze reais).

Vigência: 04/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO CONTRATO Nº 10.116/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 69/2014 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.116/2014

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 69/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E VIGILÂNCIA SANITÁRIA E TUBO GEL COM ATIVADOR DE COÁGULO PARA O ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITE VIRAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME

Valor: R\$ 1.874,00 (mil oitocentos e setenta e quatro reais).

Vigência: 05/12/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

PP 246/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 246/2014 PMB

OBJETO: REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES, ESPECIALISTAS, GESTORES E TÉCNICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2015.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 6 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 janeiro, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura. Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 11 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO PP 233/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 233/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório PP 233/2014 PMB, que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS".

Biguaçu, 09 de Dezembro de 2014
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 236/2014 PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por falta de empresas interessadas, do Processo Licitatório PP 236/2014 PMB, que tem por objeto "AQUISIÇÃO DE FILTROS DE ÁGUA PARA AS CEIMS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU".

Biguaçu, 09 de Dezembro de 2014
José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 100/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 100/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR7834	54787664	21/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXB4872	54785376	08/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXC2874	54788364	23/03/1998	58350	195	127.69
LXI1157	54785654	09/03/1998	70480	244 * II	191.53
LXQ3618	54785255	07/03/1998	65990	230 * V	191.53
LXQ3618	54785255	07/03/1998	51690	165	957.69
LYP9703	54788302	09/03/1998	70300	244 * I	191.53
LYP9703	54788302	09/03/1998	50100	162 * I	574.61
LZG8208	54788585	16/03/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 101/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 101/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEZ0926	54788722	27/04/1998	55250	181 * XV	85.12
BOC4020	54788718	17/04/1998	55250	181 * XV	85.12
BUL3533	54786121	29/04/1998	55250	181 * XV	85.12
GPH0860	54787176	30/03/1998	65990	230 * V	191.53
IBG3141	54787953	31/03/1998	56650	182 * X	85.12
LWS0997	54788505	24/03/1998	65990	230 * V	191.53
LWW9746	54788580	11/03/1998	53800	181 * I	85.12
LWX2488	54787951	13/03/1998	56220	182 * VI	53.20
LWY7490	54787182	02/04/1998	55250	181 * XV	85.12
LXF0497	54785868	07/04/1998	51850	167	127.69
LXH2613	54787181	02/04/1998	51850	167	127.69
LXK7619	54037031	19/02/1998	50100	162 * I	574.61
LXK7619	54037032	19/02/1998	65560	230 * I	191.53
LXK7619	54037032	19/02/1998	70300	244 * I	191.53
LXK7619	54037031	19/02/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXN6745	54787922	06/05/1998	65800	230 * IV	191.53
LXN6745	54787922	06/05/1998	50100	162 * I	574.61
LXQ8852	54037029	30/01/1998	57380	186 * II	191.53
LXU4349	54788709	15/04/1998	55250	181 * XV	85.12
LXY3647	54785098	26/03/1998	51850	167	127.69
LXZ6417	54788355	10/03/1998	55250	181 * XV	85.12
LYA5547	54788577	10/03/1998	55090	181 * XIII	85.12
LYG7976	54037045	24/04/1998	53800	181 * I	85.12
LYM9521	54785382	07/05/1998	54520	181 * VIII	127.69
LYY4158	54785377	06/05/1998	55680	181 * XIX	127.69
LZC2569	54787919	17/02/1998	50100	162 * I	574.61
LZC3776	54788409	02/04/1998	51850	167	127.69
LZF7592	54788406	31/03/1998	55250	181 * XV	85.12
LZH3572	54788611	01/04/1998	55250	181 * XV	85.12
LZH3572	54788504	24/03/1998	53710	180	85.12
LZH4947	54785097	26/03/1998	51850	167	127.69
LZQ5969	54787196	22/04/1998	55250	181 * XV	85.12
MBK3540	54785090	15/03/1998	69120	232	53.20
MBK3540	54785089	15/03/1998	70300	244 * I	191.53
MBK3540	54785089	15/03/1998	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 102/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 102/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX08092	54788054	09/05/1998	51690	165	957.69
LXY3370	54785381	07/05/1998	55680	181 * XIX	127.69
LYF0828	54037858	10/05/1998	70300	244 * I	191.53
LYK0732	54788055	09/05/1998	70300	244 * I	191.53
LYV7373	54037860	10/05/1998	70300	244 * I	191.53
LYY8029	54037859	10/05/1998	70300	244 * I	191.53
MBB0870	54787200	28/04/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 103/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 103/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GNW2196	54788860	12/05/1998	69120	232	53.20
LWS3979	54787185	07/04/1998	69120	232	53.20
LWX2879	54787665	10/06/1998	50100	162 * I	574.61
LXC3768	54788868	19/05/1998	55250	181 * XV	85.12
LXW7261	54788437	22/05/1998	51850	167	127.69
MAR2112	54788885	10/06/1998	65990	230 * V	191.53
MAX7480	54785665	18/03/1998	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 104/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 104/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEL6075	54785410	07/06/1998	54520	181 * VIII	127.69
LXE7280	54787713	06/06/1998	70300	244 * I	191.53
LXK1642	54788304	10/06/1998	65990	230 * V	191.53
LXT0649	54788308	10/06/1998	51850	167	127.69
LXU4349	54788881	02/06/1998	53800	181 * I	85.12
LXX1228	54788060	06/06/1998	70300	244 * I	191.53
LYB0558	54785414	07/06/1998	54520	181 * VIII	127.69
MAA7560	54788059	06/06/1998	65990	230 * V	191.53
MAA7560	54788059	06/06/1998	65560	230 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
 GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
 AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
 EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
 DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 105/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 105/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABI5683	54787177	31/03/1998	51850	167	127.69
AE2620	54788858	12/05/1998	55250	181 * XV	85.12
AFG8190	54788413	02/04/1998	51850	167	127.69
AQ017	54788502	19/03/1998	68820	231 * X	85.12
AQ017	54788502	19/03/1998	50100	162 * I	574.61
LWT2781	54785383	07/05/1998	55680	181 * XIX	127.69
LWU3212	54037863	20/05/1998	65560	230 * I	191.53
LWU3212	54037863	20/05/1998	66370	230 * IX	127.69
LWZ0465	54788863	18/05/1998	55250	181 * XV	85.12
LXQ4868	54788508	31/03/1998	51850	167	127.69
LXS1787	54785091	15/03/1998	70300	244 * I	191.53
LXS1787	54785092	15/03/1998	69120	232	53.20
LXS1787	54785091	15/03/1998	50100	162 * I	574.61
LXV5399	54788701	07/04/1998	55250	181 * XV	85.12
LXY1373	54787952	13/03/1998	56220	182 * VI	53.20
LYA9760	54788420	07/05/1998	53800	181 * I	85.12
LYG1871	54788422	11/05/1998	55250	181 * XV	85.12
LYJ0781	54785656	09/03/1998	70300	244 * I	191.53
LYJ0781	54785656	09/03/1998	70480	244 * II	191.53
LYK0237	54788371	12/04/1998	52070	169	53.20
LYM8799	54788579	11/03/1998	55250	181 * XV	85.12
LYT7245	54788736	06/05/1998	55250	181 * XV	85.12
LYW3469	54788856	07/05/1998	69120	232	53.20
LYY7765	54788730	04/05/1998	55250	181 * XV	85.12
LZJ0772	54788734	04/05/1998	55250	181 * XV	85.12
LZM8820	54787184	07/04/1998	69120	232	53.20
LZQ1060	54788739	08/05/1998	53800	181 * I	85.12

LZW7020	54788432	18/05/1998	55250	181 * XV	85.12
MAB3509	54785663	18/03/1998	54600	181 * IX	85.12
MAL4280	54788625	07/04/1998	53800	181 * I	85.12
MAV1100	54788592	31/03/1998	55250	181 * XV	85.12
MCL3333	54788594	31/03/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 106/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 106/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AG230	54787721	19/06/1998	70300	244 * I	191.53
FER3999	54788436	20/05/1998	54100	181 * IV	85.12
LWS2232	54037875	14/06/1998	70300	244 * I	191.53
LXF4682	54788882	04/06/1998	55250	181 * XV	85.12
LXG5780	54788440	04/06/1998	70300	244 * I	191.53
LXH8659	54788451	17/06/1998	63940	220 * XIV	191.53
LXK3913	54037871	12/06/1998	51850	167	127.69
LXQ5035	54788884	05/06/1998	66960	230 * XV	127.69
LXX2450	54788890	12/06/1998	54100	181 * IV	85.12
LYQ3700	54037879	14/06/1998	70300	244 * I	191.53
LYX3795	54785405	07/06/1998	54520	181 * VIII	127.69
LZI7141	54788900	20/06/1998	70300	244 * I	191.53
MAK0530	54037866	09/06/1998	50100	162 * I	574.61
MAN0270	54037878	14/06/1998	70300	244 * I	191.53
MBL5640	54037872	14/06/1998	54280	181 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 107/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 107/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAI6369	54788897	20/06/1998	51850	167	127.69
LWW9413	54788899	20/06/1998	51850	167	127.69
LYR1950	54788894	20/06/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 108/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 108/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AB791	54037888	04/07/1998	70300	244 * I	191.53
AC210	54037886	04/07/1998	70300	244 * I	191.53
ACX4683	54785386	21/06/1998	65990	230 * V	191.53
LWR2414	54788450	06/07/1998	51850	167	127.69
LWT5425	54788151	29/06/1998	66370	230 * IX	127.69
LWT8001	54788955	26/06/1998	63940	220 * XIV	191.53
LXC4452	54788802	03/07/1998	65990	230 * V	191.53
LXD3929	54788162	30/06/1998	54100	181 * IV	85.12
LXD7090	54788154	30/06/1998	54100	181 * IV	85.12
LXI6843	54787885	22/06/1998	58350	195	127.69
LXI6843	54787885	22/06/1998	66020	230 * VI	191.53
LXI7711	54788312	05/07/1998	70300	244 * I	191.53
LXI7711	54788311	05/07/1998	50100	162 * I	574.61
LXI7711	54788312	05/07/1998	65560	230 * I	191.53
LXI7711	54788311	05/07/1998	66370	230 * IX	127.69
LXP7340	54788951	22/06/1998	51850	167	127.69
LYG4134	54788443	29/06/1998	65990	230 * V	191.53
LYW5381	54788444	29/06/1998	65800	230 * IV	191.53
LYW6511	54787717	09/07/1998	56650	182 * X	85.12
LYY8492	54788883	04/06/1998	55250	181 * XV	85.12
LZR7344	54037892	04/07/1998	70300	244 * I	191.53
MBP7280	54037891	04/07/1998	51850	167	127.69
MBT3320	54788952	22/06/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 109/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 109/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GLJ9438	54787891	05/07/1998	52740	175	191.53
LXC8443	54037302	13/07/1998	55250	181 * XV	85.12
LXH6031	54785004	04/07/1998	70300	244 * I	191.53
LXX0841	54037896	12/07/1998	51850	167	127.69
LYP9853	54788447	05/07/1998	70300	244 * I	191.53
LYU8638	54787892	05/07/1998	52740	175	191.53
LYU8638	54787892	05/07/1998	70300	244 * I	191.53
LYU8638	54787888	05/07/1998	66020	230 * VI	191.53
LZA0343	54037867	14/07/1998	53800	181 * I	85.12
MCB7160	54037309	13/07/1998	54100	181 * IV	85.12
MCH4330	54787894	05/07/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 110/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 110/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT3124	54788167	13/07/1998	55250	181 * XV	85.12
LXI2157	54037319	15/07/1998	51850	167	127.69
LXT9482	54037301	11/07/1998	70300	244 * I	191.53
LYC0433	54788174	15/07/1998	51850	167	127.69
LZA9100	54788168	13/07/1998	55250	181 * XV	85.12
LZG9128	54788886	10/06/1998	50100	162 * I	574.61
LZQ8934	54037310	13/07/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 111/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 111/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYU8373	54037318	15/07/1998	51850	167	127.69
LZH1767	54788438	01/06/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 112/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 112/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADI8435	54788179	20/07/1998	65990	230 * V	191.53
ATI1100	54788967	15/08/1998	54520	181 * VIII	127.69
LWS1473	54037362	21/08/1998	54100	181 * IV	85.12
LWS3979	54037308	13/07/1998	54100	181 * IV	85.12
LWT8515	54037326	03/08/1998	55250	181 * XV	85.12
LWU3249	54037401	31/07/1998	54100	181 * IV	85.12
LWY6264	54037131	20/08/1998	55250	181 * XV	85.12
LWZ0083	54785005	14/07/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXI0799	54037122	10/08/1998	55250	181 * XV	85.12
LXM6245	54787666	15/07/1998	70300	244 * I	191.53
LXP7758	54787201	08/08/1998	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXR0207	54037354	03/08/1998	66020	230 * VI	191.53
LYK2754	54037129	18/08/1998	53800	181 * I	85.12
LYS2080	54788969	20/08/1998	57200	186 * I	127.69
LZA2875	54037051	03/08/1998	65990	230 * V	191.53
LZA2875	54037051	03/08/1998	50100	162 * I	574.61
LZE6069	54788965	15/08/1998	70300	244 * I	191.53
LZG9507	54785964	28/06/1998	52740	175	191.53
LZN5801	54788964	15/08/1998	70300	244 * I	191.53
LZS4915	54037105	30/06/1998	54100	181 * IV	85.12
MAS4320	54037322	27/07/1998	70300	244 * I	191.53
MBJ0730	54037108	28/07/1998	56650	182 * X	85.12
MJC0703	54788635	18/08/1998	54520	181 * VIII	127.69
ZS467	54787895	05/07/1998	70300	244 * I	191.53
ZS467	54787895	05/07/1998	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 113/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 113/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CCO9440	54037501	02/09/1998	52740	175	191.53
LA918	54787719	28/08/1998	69120	232	53.20
LA918	54787720	28/08/1998	70300	244 * I	191.53
LA918	54787718	28/08/1998	65560	230 * I	191.53
LA918	54787720	28/08/1998	65990	230 * V	191.53
LA918	54787719	28/08/1998	50100	162 * I	574.61
LA918	54787718	28/08/1998	66370	230 * IX	127.69
LXH6031	54788316	02/09/1998	50370	162 * III	574.61
LXH6031	54788316	02/09/1998	65990	230 * V	191.53
LXI2565	54037372	03/09/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LXW2578	54037328	10/08/1998	55250	181 * XV	85.12
LYQ5214	54788971	22/08/1998	65560	230 * I	191.53
LZA2346	54037333	17/08/1998	54100	181 * IV	85.12
LZE9227	54037128	18/08/1998	55250	181 * XV	85.12
LZE9227	54037127	17/08/1998	55250	181 * XV	85.12
LZM5219	54788318	02/09/1998	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 114/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 114/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS5210	54788810	11/09/1998	51850	167	127.69
LXC2193	54788512	09/09/1998	65990	230 * V	191.53
LXC7166	54037375	11/09/1998	70300	244 * I	191.53
LXC7166	54037375	11/09/1998	66370	230 * IX	127.69
LXL1209	54037453	11/09/1998	51850	167	127.69
LYM3656	54788192	04/09/1998	67850	231 * II * a	191.53
LYN8506	54785560	31/08/1998	70300	244 * I	191.53
LZI1355	8772288023	09/09/1998	66020	230 * VI	191.53
MAN3446	54037607	16/09/1998	70480	244 * II	191.53
MAZ1590	54788981	06/09/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 115/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 115/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GTD0432	54788193	09/09/1998	54100	181 * IV	85.12
GTD5970	54037458	16/09/1998	56570	182 * IX	85.12
LWR0702	54037459	17/09/1998	65990	230 * V	191.53
LWR0702	54037459	17/09/1998	50100	162 * I	574.61
LWV7416	54787727	27/09/1998	65800	230 * IV	191.53
LWV7416	54787727	27/09/1998	70300	244 * I	191.53
LWV7416	54787728	27/09/1998	69120	232	53.20
LWV7416	54787728	27/09/1998	50100	162 * I	574.61
LWX8988	54788988	23/09/1998	50100	162 * I	574.61
LXC9776	54788320	18/09/1998	69120	232	53.20
LXD0700	54788987	23/09/1998	70300	244 * I	191.53
LXD5022	54788511	09/09/1998	65560	230 * I	191.53
LXD6346	54785185	10/09/1998	65800	230 * IV	191.53
LXM3017	54787925	22/09/1998	69120	232	53.20
LXP8056	54788746	09/09/1998	55250	181 * XV	85.12
LXR8456	54788986	23/09/1998	65990	230 * V	191.53
LXT9528	54788814	11/09/1998	65990	230 * V	191.53
LXY1373	54785257	15/09/1998	65990	230 * V	191.53
LYB7992	54037612	21/09/1998	54100	181 * IV	85.12
LYH6649	54788816	11/09/1998	69120	232	53.20
LYL6059	54785194	10/09/1998	69120	232	53.20
LYS2883	54037611	18/09/1998	50100	162 * I	574.61
LZC1821	54037615	21/09/1998	51850	167	127.69
LZV7325	54037605	16/09/1998	70480	244 * II	191.53
LZZ9408	54037608	18/09/1998	69120	232	53.20
MCF5710	54037456	14/09/1998	55680	181 * XIX	127.69
PH6895	54788458	20/09/1998	66370	230 * IX	127.69
PH6895	54788458	20/09/1998	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 116/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 116/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFC7810	54785261	26/09/1998	70300	244 * I	191.53
LWU3212	54788514	09/09/1998	65990	230 * V	191.53
LWU3212	54788514	09/09/1998	65560	230 * I	191.53
LXP3387	54037454	11/09/1998	51850	167	127.69
LYK9182	54785192	10/09/1998	51850	167	127.69
LYU0827	54787729	02/10/1998	70300	244 * I	191.53
LYU0827	54787729	02/10/1998	70480	244 * II	191.53
LYW0469	54037617	28/09/1998	54600	181 * IX	85.12
MAG7420	54037366	02/09/1998	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 117/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 117/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYZ8335	54037578	01/10/1998	53800	181 * I	85.12
MBS9240	54037616	25/09/1998	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 118/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 118/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACA9654	54787731	12/10/1998	70300	244 * I	191.53
LWT4387	54788327	18/10/1998	58350	195	127.69
LXV8712	54788328	18/10/1998	69120	232	53.20
LXV8712	54788328	18/10/1998	50100	162 * I	574.61
LXV8712	54788329	18/10/1998	66370	230 * IX	127.69
LXV8712	54788329	18/10/1998	70300	244 * I	191.53
LXZ5399	54037340	10/10/1998	54100	181 * IV	85.12
LYG4224	54785326	21/10/1998	69120	232	53.20
LYT0151	54037631	20/10/1998	66370	230 * IX	127.69
LYT6477	54037339	10/10/1998	55250	181 * XV	85.12
LYY3365	54037628	19/10/1998	66370	230 * IX	127.69
LZF7531	54788324	18/10/1998	65990	230 * V	191.53
LZI3471	54037627	19/10/1998	58350	195	127.69
LZZ0624	54037610	18/09/1998	70480	244 * II	191.53
LZZ0624	54037610	18/09/1998	65560	230 * I	191.53
MBZ6700	54037618	02/10/1998	70300	244 * I	191.53

MJP0023 54788996 19/10/1998 57380 186 * II 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 119/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 119/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXG6122	54037382	06/11/1998	65990	230 * V	191.53
LXR0207	54037344	30/10/1998	70300	244 * I	191.53
LXS5596	54037641	05/11/1998	55250	181 * XV	85.12
LYG7052	54788335	07/11/1998	70300	244 * I	191.53
LYJ5543	54788330	02/11/1998	65990	230 * V	191.53
LYL5768	54037381	06/11/1998	50100	162 * I	574.61
LYM6187	54787927	30/10/1998	69120	232	53.20
LZY2534	54788999	08/11/1998	66370	230 * IX	127.69
MCI6370	54037380	06/11/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 120/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 120/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV2334	54037654	14/11/1998	66290	230 * VIII	127.69
LXM4178	54787959	15/11/1998	52740	175	191.53
LYH8466	54037345	09/11/1998	51850	167	127.69
LYR6650	54037659	14/11/1998	70300	244 * I	191.53
LZA5532	54785332	15/11/1998	69120	232	53.20
MAK5047	54037467	15/11/1998	70300	244 * I	191.53
MAK5047	54037469	15/11/1998	70300	244 * I	191.53
VV0656	54037660	14/11/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 121/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 121/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYQ9738	54785965	11/09/1998	50100	162 * I	574.61
LYS2883	54037645	11/11/1998	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 122/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 122/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA567	54037405	28/11/1998	65800	230 * IV	191.53
AA567	54037406	28/11/1998	66370	230 * IX	127.69

AA567	54037406	28/11/1998	65990	230	*	V	191.53
AA567	54037405	28/11/1998	70300	244	*	I	191.53
ABA2470	54037662	23/11/1998	65990	230	*	V	191.53
AC269	54037907	27/11/1998	65990	230	*	V	191.53
AC269	54037907	27/11/1998	50100	162	*	I	574.61
AER8832	54037649	23/11/1998	54100	181	*	IV	85.12
AFL6839	54787929	07/12/1998	51850	167			127.69
AG160	54037655	14/11/1998	65990	230	*	V	191.53
AG160	54037655	14/11/1998	50100	162	*	I	574.61
LWU5399	54037650	23/11/1998	55250	181	*	XV	85.12
LWV4377	54037903	23/11/1998	69120	232			53.20
LWW1069	54788336	22/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LWW1069	54788336	22/11/1998	50370	162	*	III	574.61
LXB1930	54785331	15/11/1998	50100	162	*	I	574.61
LXB1930	54785331	15/11/1998	65990	230	*	V	191.53
LXB5229	54787930	07/12/1998	51850	167			127.69
LXG3132	54037404	15/11/1998	70480	244	*	II	191.53
LXJ9796	54037408	28/11/1998	69120	232			53.20
LXV5064	54785334	30/11/1998	50610	163	c/c	162 * I	574.61
LXX8506	54037664	23/11/1998	70300	244	*	I	191.53
LYT0151	54037910	10/12/1998	69120	232			53.20
LYT2851	54037656	14/11/1998	50100	162	*	I	574.61
LYT2851	54037656	14/11/1998	66530	230	*	XI	127.69
LZY8345	54785387	01/12/1998	70300	244	*	I	191.53
MBN9890	54037471	07/12/1998	51850	167			127.69
QY3695	54037904	27/11/1998	65990	230	*	V	191.53
ZS480	54788331	07/11/1998	70300	244	*	I	191.53
ZS480	54788331	07/11/1998	50100	162	*	I	574.61
ZS480	54788332	07/11/1998	69120	232			53.20
ZS480	54788332	07/11/1998	66370	230	*	IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 123/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 123/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA554	54318701	11/12/1998	70300	244 * I	191.53
LXY0709	54785341	02/01/1999	52740	175	191.53
LZR6593	54037473	23/12/1998	69120	232	53.20
LZR6593	54037473	23/12/1998	50100	162 * I	574.61
MAF8795	54037141	14/11/1998	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 124/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 124/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FE657	54787551	06/01/1999	65990	230 * V	191.53
FE657	54787551	06/01/1999	66370	230 * IX	127.69
FE657	54787551	06/01/1999	69120	232	53.20
FE657	54787551	06/01/1999	70300	244 * I	191.53
FE657	54787551	06/01/1999	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.048 125/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 125/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH7002	54787552	16/01/1999	50100	162 * I	574.61
LXH7002	54787552	16/01/1999	55250	181 * XV	85.12
LXH7002	54787552	16/01/1999	70300	244 * I	191.53
LXN4300	54318801	21/01/1999	70300	244 * I	191.53
LYM3946	54037914	15/01/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.048 126/1999**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 126/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBH2060	54788459	06/12/1998	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 127/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 127/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA5360	54037076	05/02/1999	55250	181 * XV	85.12
LZK5800	54037074	05/02/1999	55250	181 * XV	85.12
MBB0870	54037917	25/01/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 128/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 128/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD6829	54785345	03/02/1999	55760	182 * I	85.12
LYB7944	54037070	04/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYS2722	54788640	09/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZB6562	54037060	02/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
MAT5707	54037584	01/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
MBB0870	54037075	05/02/1999	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 129/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 129/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABG8286	54785918	08/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
DRC1100	54037061	02/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
GTZ7519	54037954	03/01/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWR7819	54318951	17/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWS5849	54037350	08/02/1999	70300	244 * I	191.53
LWS5849	54318802	17/02/1999	70480	244 * II	191.53
LWT9229	54787801	20/02/1999	52740	175	191.53
LWV6459	54788637	05/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXC8799	54037100	23/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXD5729	54788641	09/02/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXF7926	54037072	04/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXF7926	54037072	04/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYB2857	54037058	01/02/1999	52150	170	191.53
LYB5158	54037066	02/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LYE2040	54318504	19/02/1999	70300	244 * I	191.53
LYE2040	54318504	19/02/1999	65990	230 * V	191.53
LYI6370	54318702	22/02/1999	70300	244 * I	191.53
LYL6621	54037081	05/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYR5259	54788644	17/02/1999	70300	244 * I	191.53
LYY1307	54788643	11/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZR8024	54037053	29/01/1999	55410	181 * XVII	53.20
LZU6671	54037067	02/02/1999	55250	181 * XV	85.12
MAT4420	54788650	22/02/1999	55250	181 * XV	85.12
MAZ1859	54788642	10/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
MBV2590	54037136	04/02/1999	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 130/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 130/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA042	54318510	26/02/1999	70300	244 * I	191.53
AA042	54318509	26/02/1999	50100	162 * I	574.61
AA042	54318509	26/02/1999	69120	232	53.20
LWV1672	54318110	23/02/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LWZ3343	54318151	23/02/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LXH2224	54318203	24/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXL6615	54318322	01/03/1999	70480	244 * II	191.53
LXZ4226	54318309	26/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXZ5293	54318310	26/02/1999	70300	244 * I	191.53
LXZ5293	54318311	26/02/1999	65990	230 * V	191.53
LXZ5293	54318310	26/02/1999	50100	162 * I	574.61
LYP5612	54318314	26/02/1999	70300	244 * I	191.53
LYQ1607	54318320	27/02/1999	52740	175	191.53
LYQ1607	54318320	27/02/1999	51850	167	127.69
LYQ4411	54037926	23/02/1999	69120	232	53.20
LYU8638	54318323	01/03/1999	70300	244 * I	191.53
LYY6060	54318212	26/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZH2250	54318210	26/02/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZJ3950	54037929	24/02/1999	65990	230 * V	191.53
LZJ3950	54037929	24/02/1999	66530	230 * XI	127.69
LZK3352	54037589	24/02/1999	55250	181 * XV	85.12
LZK3970	54318317	26/02/1999	70300	244 * I	191.53
LZP3072	54318208	25/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
LZV0405	54037097	22/02/1999	56220	182 * VI	53.20
LZW0980	54318204	24/02/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 131/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 131/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACI8581	54037098	23/02/1999	55410	181 * XVII	53.20
AQ642	54318251	25/02/1999	65800	230 * IV	191.53
AQ642	54318251	25/02/1999	50100	162 * I	574.61
AQ642	54318251	25/02/1999	66100	230 * VII	127.69
BGR9696	54318327	02/03/1999	55250	181 * XV	85.12
LXU6714	54318102	22/02/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LYP0823	54318120	01/03/1999	57380	186 * II	191.53
LZC4395	54037924	19/02/1999	54100	181 * IV	85.12
LZI8383	54318129	04/03/1999	57380	186 * II	191.53
LZI8383	54318138	08/03/1999	57380	186 * II	191.53
LZJ4728	54037936	05/03/1999	65990	230 * V	191.53
LZJ4728	54318215	27/02/1999	70300	244 * I	191.53
LZN1851	54037590	24/02/1999	55250	181 * XV	85.12
LZP7997	54318220	01/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
MAI0075	54037669	09/03/1999	55500	181 * XVIII	85.12
MAK4158	54318519	04/03/1999	73580	252 * V	85.12
MAQ3268	54318137	08/03/1999	57380	186 * II	191.53
MCD2490	54037931	27/02/1999	70300	244 * I	191.53
QY3695	54318326	02/03/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 132/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 132/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AR419	54318254	08/03/1999	69120	232	53.20
AR419	54318253	08/03/1999	70560	244 * III	191.53
AR419	54318255	08/03/1999	65800	230 * IV	191.53
AR419	54318253	08/03/1999	50100	162 * I	574.61
LWU6435	54318237	20/03/1999	56570	182 * IX	85.12
LXD1210	54318523	12/03/1999	70300	244 * I	191.53
LXE8809	54318521	05/03/1999	70300	244 * I	191.53
LXE9800	54318256	12/03/1999	56220	182 * VI	53.20
LXM3586	54318147	19/03/1999	69120	232	53.20
LXT9890	54318123	04/03/1999	55250	181 * XV	85.12
LYY8029	54318141	10/03/1999	50450	162 * V	191.53
LYY8029	54318141	10/03/1999	65990	230 * V	191.53
MAI8785	54318758	17/03/1999	54520	181 * VIII	127.69
MBC5589	54318227	17/03/1999	56570	182 * IX	85.12
MBC5589	54318227	17/03/1999	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 133/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 133/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWS6414	54318241	22/03/1999	53800	181 * I	85.12
LWW3652	54318352	26/03/1999	57380	186 * II	191.53
LXB0037	54318238	20/03/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXL2082	54318554	11/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LXM5666	54318652	19/02/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXN8438	54037943	12/03/1999	66370	230 * IX	127.69
LXX5195	54788109	18/03/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZI8383	54788110	22/03/1999	57380	186 * II	191.53
LZJ7853	54318243	22/03/1999	55410	181 * XVII	53.20
LZK1816	54037388	26/03/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LZL4466	54037386	26/03/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LZT3830	54318762	27/03/1999	57380	186 * II	191.53
MDP5360	54318149	20/03/1999	56570	182 * IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 134/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 134/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW4476	54037668	09/03/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYJ0781	54318148	20/03/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 135/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 135/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ8026	54318516	26/02/1999	65800	230 * IV	191.53
AFJ8026	54318518	26/02/1999	69120	232	53.20
AFJ8026	54318517	26/02/1999	70480	244 * II	191.53
AFJ8026	54318518	26/02/1999	50100	162 * I	574.61
AFJ8026	54318517	26/02/1999	70300	244 * I	191.53
LWT0609	54788464	26/03/1999	50450	162 * V	191.53
LWT4185	54318553	19/03/1999	73660	252 * VI	85.12
LXO5154	54318360	09/04/1999	57380	186 * II	191.53
LYF9997	54318358	09/04/1999	55250	181 * XV	85.12
LYV1792	54037836	21/02/1999	51850	167	127.69
LZF2532	54318659	19/03/1999	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 136/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 136/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADK5136	54318770	13/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXG3408	54037950	16/04/1999	57380	186 * II	191.53
LXN9048	54318249	16/04/1999	70480	244 * II	191.53
LXN9048	54318249	16/04/1999	70300	244 * I	191.53
LZZ0717	54318771	15/04/1999	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 137/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 137/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVY9966	54788839	25/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
BRE2802	54318364	14/04/1999	55250	181 * XV	85.12
IBC9827	54318784	22/04/1999	65990	230 * V	191.53
KQD4721	54318785	22/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWX8145	54788834	25/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWX8537	54318565	20/04/1999	70300	244 * I	191.53
LXC7166	54318261	17/04/1999	66370	230 * IX	127.69
LXM9614	54788826	20/04/1999	70300	244 * I	191.53
LYA8532	54318259	17/04/1999	50100	162 * I	574.61
LZB0924	54318376	24/04/1999	70480	244 * II	191.53
LZC1895	54318665	24/04/1999	65990	230 * V	191.53
LZC1895	54318665	24/04/1999	69120	232	53.20
LZP3340	54318778	22/04/1999	50450	162 * V	191.53
LZV6661	54318768	13/04/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZW0944	54037396	22/04/1999	66370	230 * IX	127.69
MAI0142	54037397	22/04/1999	66020	230 * VI	191.53
MEU8300	54318563	15/04/1999	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 138/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 138/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFD2620	54318667	24/04/1999	50100	162 * I	574.61
HV133	54785920	24/02/1999	65800	230 * IV	191.53
HV133	54785920	24/02/1999	66450	230 * X	127.69
HV133	54785920	24/02/1999	65990	230 * V	191.53
LXQ6388	54318662	24/04/1999	69120	232	53.20
LXR0207	54037399	22/04/1999	65800	230 * IV	191.53
LXU1995	54787735	07/05/1999	70300	244 * I	191.53
LYO8393	54318265	29/04/1999	62620	220 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 139/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 139/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACQ5462	54318391	10/05/1999	53550	179 * I	127.69
AE008	54318372	21/04/1999	70300	244 * I	191.53
AE008	54785424	21/04/1999	50100	162 * I	574.61
AE008	54785424	21/04/1999	69120	232	53.20
AE008	54318372	21/04/1999	70480	244 * II	191.53
BCR7777	54318787	23/04/1999	58350	195	127.69
LXH1293	54318260	17/04/1999	69120	232	53.20
LXR0825	54318388	06/05/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYB5814	54318668	08/05/1999	52740	175	191.53
LYN7943	54318398	15/05/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LYX8684	54318569	23/04/1999	53800	181 * I	85.12
LZU1352	54318397	15/05/1999	53550	179 * I	127.69
MAK4776	54166011	10/05/1999	54100	181 * IV	85.12
MBC5479	54318772	15/04/1999	51930	168	191.53
MEU5855	54318566	23/04/1999	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 140/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 140/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA594	54166060	04/06/1999	58350	195	127.69
AA594	54166059	04/06/1999	70480	244 * II	191.53
AA594	54166059	04/06/1999	52740	175	191.53
AA594	54166060	04/06/1999	60760	210	191.53

ADW5312	54318374	22/04/1999	56650	182	* X	85.12
LWR1682	54318264	29/05/1999	69120	232		53.20
LWY7608	54787938	06/06/1999	50610	163	c/c 162 * I	574.61
LWY7608	54787937	06/06/1999	69120	232		53.20
LWY9295	54318528	25/05/1999	70300	244	* I	191.53
LXB4864	54166102	28/05/1999	55500	181	* XVIII	85.12
LXD2239	54166053	01/06/1999	55500	181	* XVIII	85.12
LXD7828	54166101	23/05/1999	70300	244	* I	191.53
LXG5005	54318247	26/03/1999	51850	167		127.69
LXP8026	54318670	22/05/1999	59240	203	* I	191.53
LXP8026	54318670	22/05/1999	52070	169		53.20
LXU6714	54318709	08/06/1999	54520	181	* VIII	127.69
LYK1057	54788651	04/06/1999	70300	244	* I	191.53
LYR4319	54787204	04/06/1999	70480	244	* II	191.53
LZT6527	54788840	24/05/1999	70300	244	* I	191.53
LZU9662	54787934	02/06/1999	69120	232		53.20
LZZ5876	54037947	29/03/1999	55250	181	* XV	85.12
MAP6891	54318710	08/06/1999	66370	230	* IX	127.69
MBH6219	54166012	25/05/1999	70300	244	* I	191.53
MBU4850	54318399	15/05/1999	57380	186	* II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 141/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 141/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT0162	54166014	31/05/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYO6289	54785389	30/04/1999	57380	186 * II	191.53
LYO6289	54785389	30/04/1999	70300	244 * I	191.53

LZN7122	54166056	04/06/1999	65990	230 * V	191.53
LZR8290	54787553	06/04/1999	57380	186 * II	191.53
MAX4090	54785927	19/05/1999	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 142/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 142/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU7745	54166019	24/06/1999	65560	230 * I	191.53
LWZ5671	54788652	24/06/1999	51850	167	127.69
LWZ9710	54166020	24/06/1999	50100	162 * I	574.61
LWZ9710	54166020	24/06/1999	65990	230 * V	191.53
LXE7656	54785390	24/06/1999	70480	244 * II	191.53
LXN0113	54166063	10/06/1999	65990	230 * V	191.53
LXS5359	54787554	25/06/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LYV7233	54166018	24/06/1999	69120	232	53.20
LZI7141	54787940	28/06/1999	70300	244 * I	191.53
LZX8898	54166015	18/06/1999	54100	181 * IV	85.12
LZY9183	54166030	26/06/1999	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 143/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 143/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYN2591	54788017	28/06/1999	65990	230 * V	191.53
LYO6482	54166051	25/05/1999	65990	230 * V	191.53
LYR5183	54788467	30/06/1999	65990	230 * V	191.53
MAS4402	54166055	01/06/1999	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 144/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 144/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ1405	54166058	04/06/1999	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 145/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 145/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAI0142	54166303	29/07/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 146/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 146/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JDR3654	54787683	28/07/1999	51850	167	127.69
LXB2073	54037481	03/08/1999	55680	181 * XIX	127.69
LXP6413	54787686	01/08/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 147/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 147/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD4538	54318952	08/08/1999	52740	175	191.53
LYV7233	54787568	03/08/1999	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 148/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 148/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CFQ4594	54037489	10/08/1999	55680	181 * XIX	127.69
LWW1949	54787692	17/08/1999	55250	181 * XV	85.12

LYR2512	54166456	12/08/1999	51850	167		127.69
LZB9842	54166356	06/08/1999	54520	181	* VIII	127.69
LZR0016	54318592	09/08/1999	55500	181	* XVIII	85.12
MAI0075	54166458	13/08/1999	51850	167		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 149/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 149/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ7712	54166358	12/08/1999	65990	230 * V	191.53
LYM6470	54787961	18/08/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZE7775	54318593	10/08/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 150/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 150/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGW9575	54166463	23/08/1999	55250	181 * XV	85.12
BRB1805	54166461	19/08/1999	55250	181 * XV	85.12
LXS3953	54037961	24/08/1999	65990	230 * V	191.53
MAN0412	54166454	11/08/1999	70480	244 * II	191.53
MAX7708	54318160	28/08/1999	70480	244 * II	191.53
MIL1444	54318273	23/08/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 151/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 151/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADV9542	54318168	05/09/1999	51850	167	127.69
LXE6361	54037962	24/08/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 152/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 152/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GQF0806	54166371	01/09/1999	53800	181 * I	85.12
LWS2431	54166304	30/07/1999	69120	232	53.20
LWS2431	54166304	30/07/1999	50100	162 * I	574.61
LWU5722	54787571	29/08/1999	57380	186 * II	191.53
LWX0644	54318164	05/09/1999	51930	168	191.53
LWX0644	54318164	05/09/1999	51850	167	127.69
LWZ2756	54785935	04/09/1999	65990	230 * V	191.53
LWZ2756	54785935	04/09/1999	70720	244 * V	191.53
LYB5906	54318274	23/08/1999	55500	181 * XVIII	85.12
LZT7443	54166373	10/09/1999	51850	167	127.69
MAQ5629	54787944	10/09/1999	54600	181 * IX	85.12
MBK3160	54318170	06/09/1999	70480	244 * II	191.53
MBK3160	54318170	06/09/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 153/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 153/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFZ3297	54318176	13/09/1999	55250	181 * XV	85.12
LWR7921	54318673	18/09/1999	50100	162 * I	574.61
LWV6983	54318183	18/09/1999	70300	244 * I	191.53
LWV6983	54318183	18/09/1999	70480	244 * II	191.53
LXD2040	54318537	15/09/1999	65990	230 * V	191.53
LXD2040	54318537	15/09/1999	51690	165	957.69
LXJ5644	54318333	05/09/1999	51930	168	191.53
LXJ5644	54318333	05/09/1999	51850	167	127.69
LXL3122	54166275	18/09/1999	50100	162 * I	574.61
LXL3122	54166275	18/09/1999	70560	244 * III	191.53
LXU0651	54166276	25/09/1999	70300	244 * I	191.53
LXU0651	54166276	25/09/1999	65990	230 * V	191.53
LYC2147	54166267	29/08/1999	50100	162 * I	574.61
LYC2147	54166267	29/08/1999	52820	176 * I	957.69
LYD1843	54318174	13/09/1999	70300	244 * I	191.53
LZA3610	54318180	16/09/1999	51850	167	127.69
MAJ4068	54318172	13/09/1999	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 154/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 154/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AF849	54166274	18/09/1999	50100	162 * I	574.61
AF849	54166274	18/09/1999	65990	230 * V	191.53
LXJ2100	54318187	21/09/1999	57380	186 * II	191.53
LYY8645	54318184	18/09/1999	51850	167	127.69
LYY8645	54318184	18/09/1999	51930	168	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 155/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 155/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AA554	54785933	20/09/1999	65990	230 * V	191.53
AA554	54785933	20/09/1999	50100	162 * I	574.61
LYD2079	54276602	30/09/1999	66370	230 * IX	127.69
LYD2079	54276602	30/09/1999	66020	230 * VI	191.53
LYP9853	54276601	30/09/1999	66020	230 * VI	191.53
LYP9853	54276601	30/09/1999	66370	230 * IX	127.69
LZM2622	54166377	20/09/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZN5156	54787206	02/10/1999	70480	244 * II	191.53
MAL4043	54788661	17/09/1999	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 156/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 156/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AE921	54166165	22/09/1999	65990	230 * V	191.53
AF5804	54787947	02/10/1999	65990	230 * V	191.53
AF5804	54787946	02/10/1999	69390	234	191.53
AF5804	54787946	02/10/1999	50610	163 c/c 162 * I	574.61
AF5804	54787947	02/10/1999	52740	175	191.53
LYA0107	54787694	23/09/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZP9222	54787207	06/10/1999	50100	162 * I	574.61
LZP9222	54787207	06/10/1999	70480	244 * II	191.53
MBY2980	54788659	06/09/1999	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 157/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 157/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LX03337	54037980	17/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYC6067	54037971	11/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYD5835	54166279	09/10/1999	65990	230 * V	191.53
LYD5835	54166279	09/10/1999	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 158/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 158/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR4116	54166280	09/10/1999	51690	165	957.69
LWS0737	54166381	18/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
LWZ4277	54166383	25/10/1999	55250	181 * XV	85.12
LXD2435	54785941	23/10/1999	70480	244 * II	191.53
LXD2435	54785941	23/10/1999	70300	244 * I	191.53
LXE5859	54166389	26/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
LXT3020	54166388	26/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
LYS9543	54037969	07/10/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZU1352	54318539	28/10/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 159/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 159/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADF7101	54276004	26/10/1999	58350	195	127.69
IAX2843	54166465	03/11/1999	55250	181 * XV	85.12
LXU9247	54788662	17/09/1999	59240	203 * I	191.53
LYI4431	54276054	03/11/1999	54520	181 * VIII	127.69
LZB0590	54037986	08/11/1999	54520	181 * VIII	127.69
MAI9791	54166074	28/10/1999	69120	232	53.20
MAO4617	54788026	10/11/1999	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 160/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 160/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADX2115	54318199	23/11/1999	65990	230 * V	191.53
AGT5167	54276104	30/11/1999	70300	244 * I	191.53
IEG0808	54276554	19/11/1999	55250	181 * XV	85.12
JI548	54788027	26/11/1999	50100	162 * I	574.61
JI548	54788027	26/11/1999	65990	230 * V	191.53
LWX4567	54276060	23/11/1999	50450	162 * V	191.53
LWX4567	54276060	23/11/1999	65990	230 * V	191.53
LXI1466	54318542	17/11/1999	70300	244 * I	191.53
LYO0129	54788665	08/12/1999	65990	230 * V	191.53
MAB7029	54276106	11/12/1999	70560	244 * III	191.53
MAB7029	54276106	11/12/1999	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 161/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 161/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR7344	54166398	21/12/1999	51850	167	127.69
LYO0129	54166169	21/12/1999	65990	230 * V	191.53
LYO0129	54166169	21/12/1999	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 162/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 162/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEC0471	54787696	03/01/2000	54520	181 * VIII	127.69
LXG4771	54276605	10/12/1999	52400	173	574.61
LXI3873	54318197	12/11/1999	70300	244 * I	191.53
LXJ4904	54276608	30/12/1999	65300	228	127.69
LXJ4904	54276608	30/12/1999	58350	195	127.69
LXQ1141	54785870	11/12/1999	73740	253	191.53
LYG7955	54276105	10/12/1999	70480	244 * II	191.53
LZM5449	54166396	08/12/1999	51850	167	127.69
MAI1095	54276064	24/12/1999	65300	228	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 163/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 163/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYP0613	54787695	03/01/2000	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 164/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 164/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZU4526	54276065	01/01/2000	60760	210	191.53
MAK0213	54166394	09/12/1999	55250	181 * XV	85.12
MAQ3845	54276611	12/01/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 165/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 165/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABO0643	54318545	07/01/2000	55250	181 * XV	85.12
LXN1820	54276658	19/01/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 166/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 166/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
JNK0360	54788032	23/01/2000	65990	230 * V	191.53
LWR8721	SC54168111	22/01/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXM3300	54785967	03/01/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYS2433	54276613	22/01/2000	70300	244 * I	191.53
LYU9041	54276667	21/01/2000	66370	230 * IX	127.69
MDK5890	54785876	27/01/2000	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 167/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 167/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZI8383	54785874	27/01/2000	51850	167	127.69
LZN1204	54276666	21/01/2000	51850	167	127.69
LZV9037	54276657	19/01/2000	51850	167	127.69
MAO1735	54276620	03/02/2000	51850	167	127.69
MAO1735	54276620	03/02/2000	52740	175	191.53
MCG5660	54166179	07/02/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 168/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 168/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA2580	54166176	07/02/2000	51850	167	127.69
LXY9682	54276629	11/02/2000	55250	181 * XV	85.12
LYF1630	54276636	15/02/2000	51850	167	127.69
LZL2389	54318547	10/02/2000	54520	181 * VIII	127.69
MDU3590	54276639	15/02/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 169/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 169/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAQ3845	54276648	23/02/2000	57380	186 * II	191.53
MBK4959	54276634	15/02/2000	52230	171	85.12
MCS3080	54166177	07/02/2000	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 170/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 170/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV9137	54276068	17/02/2000	54600	181 * IX	85.12
LXG5036	54318714	20/02/2000	70300	244 * I	191.53
LXQ8579	54787699	11/02/2000	51850	167	127.69
MAJ0014	54318713	20/02/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 171/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 171/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

IER7743	54318550	28/02/2000	55250	181 * XV	85.12
LYT0720	54276646	23/02/2000	51850	167	127.69
MAD6462	54166181	23/02/2000	70640	244 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 172/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 172/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZC5021	54276254	09/03/2000	55250	181 * XV	85.12
LXS6798	54276627	11/02/2000	51850	167	127.69
LXV1550	54166178	07/02/2000	51850	167	127.69
LYR6748	54166196	12/03/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYW1113	54788034	08/03/2000	70300	244 * I	191.53
MAT2611	54318717	23/02/2000	70560	244 * III	191.53
MBK4758	54276903	02/03/2000	65990	230 * V	191.53
MBK4758	54276903	02/03/2000	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 173/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 173/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX6339	54276580	27/03/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXB6846	54276806	02/03/2000	51850	167	127.69
LXF8280	54318548	26/02/2000	51850	167	127.69
LXR9570	54166286	15/03/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXS2834	54787211	19/03/2000	70480	244 * II	191.53
LXS2834	54787211	19/03/2000	70300	244 * I	191.53
MAE8823	54276680	13/03/2000	55250	181 * XV	85.12
MAI1095	54276650	23/02/2000	51850	167	127.69
MAI3937	54276682	22/03/2000	55250	181 * XV	85.12
MBK4758	54166078	20/03/2000	70560	244 * III	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 174/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 174/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLU5665	54788036	21/03/2000	53800	181 * I	85.12
ICJ7524	54276684	22/03/2000	55250	181 * XV	85.12
LWV0093	54276810	01/04/2000	51850	167	127.69
LWX1934	54333654	28/03/2000	55250	181 * XV	85.12
LYI5049	54276018	21/03/2000	55250	181 * XV	85.12
MAN3710	54333751	02/04/2000	66020	230 * VI	191.53
MAN3710	54333751	02/04/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 175/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 175/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWW0455	54276686	23/03/2000	55250	181 * XV	85.12
LYH9229	54276685	23/03/2000	55250	181 * XV	85.12
LYW8285	54166079	24/03/2000	55500	181 * XVIII	85.12
MJS0606	54276583	29/03/2000	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 176/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 176/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOJ6251	54276966	16/04/2000	51850	167	127.69
BOJ6251	54276966	16/04/2000	52070	169	53.20
IEP4941	54333811	19/04/2000	51850	167	127.69
JLY0228	54276257	09/03/2000	55250	181 * XV	85.12
LXD8764	54276808	03/03/2000	57380	186 * II	191.53
LXR3728	54276961	15/04/2000	51850	167	127.69
LXZ6617	54166083	09/04/2000	65800	230 * IV	191.53
LXZ6617	54166082	09/04/2000	50100	162 * I	574.61
LXZ6617	54166082	09/04/2000	70300	244 * I	191.53
LXZ6617	54166083	09/04/2000	52740	175	191.53
LYV2544	54276968	16/04/2000	51850	167	127.69
LZI1139	54276981	23/04/2000	57380	186 * II	191.53
LZL5270	54276114	12/04/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LZO7703	54276963	16/04/2000	65800	230 * IV	191.53
MMB2200	54333753	10/04/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 177/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 177/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJT1900	54333813	26/04/2000	55250	181 * XV	85.12
LXM5513	54276964	16/04/2000	51850	167	127.69
LXU1728	54276260	10/04/2000	55250	181 * XV	85.12
LXV1321	54788037	24/04/2000	66370	230 * IX	127.69
LXV1321	54788037	24/04/2000	69120	232	53.20
LXV1321	54788037	24/04/2000	50100	162 * I	574.61
LXV1321	54788037	24/04/2000	65990	230 * V	191.53
LYB9922	54166472	17/04/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYC0112	54333812	24/04/2000	54100	181 * IV	85.12
LYL7395	54788013	08/03/2000	70300	244 * I	191.53
LZM3335	54333804	10/04/2000	55250	181 * XV	85.12
LZP7384	54333806	14/04/2000	55250	181 * XV	85.12
MAU0597	54166475	18/04/2000	51850	167	127.69
MBO1329	54276262	19/04/2000	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 178/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 178/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXJ1328	54788039	14/05/2000	51930	168	191.53
LXR9102	54276278	20/05/2000	54520	181 * VIII	127.69
LYV0458	54276587	26/04/2000	57380	186 * II	191.53
LZC8346	54276277	20/05/2000	54520	181 * VIII	127.69
MAB4535	54037504	04/05/2000	73660	252 * VI	85.12
MAB4535	54037504	04/05/2000	51850	167	127.69
MDP0710	54785892	12/05/2000	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 179/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 179/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAJ9228	54333664	20/05/2000	55250	181 * XV	85.12
CDE0477	54333817	29/05/2000	54520	181 * VIII	127.69
IBM0365	54333815	21/05/2000	54790	181 * X	85.12
IHX4592	54785896	11/06/2000	57110	185 * II	85.12
LWX2313	54333666	20/05/2000	55250	181 * XV	85.12
LWX6339	54333901	15/06/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXS6860	54166109	24/05/2000	51850	167	127.69
LXU2378	54333822	07/06/2000	54100	181 * IV	85.12
LXU6025	54276306	26/05/2000	53800	181 * I	85.12
LYC4581	54037505	08/05/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYE5653	54333816	26/05/2000	50100	162 * I	574.61
LYE5653	54333816	26/05/2000	65990	230 * V	191.53
LYV2544	54276119	21/05/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYY8962	54276274	20/05/2000	73580	252 * V	85.12
LZH0391	54333824	07/06/2000	70480	244 * II	191.53
LZH7643	54166091	29/05/2000	50370	162 * III	574.61
LZH7643	54166091	29/05/2000	66370	230 * IX	127.69
LZZ3299	54333954	29/05/2000	73660	252 * VI	85.12
MAA7560	54333825	09/06/2000	65990	230 * V	191.53
MAA7560	54333825	09/06/2000	52070	169	53.20
MAJ6846	54333828	11/06/2000	65800	230 * IV	191.53
MAP6891	54166115	11/06/2000	69120	232	53.20
MAP6891	54166114	11/06/2000	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 180/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 180/2000**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADX1820	54333681	06/07/2000	65990	230 * V	191.53
KY627	54318194	29/09/1999	70300	244 * I	191.53
KY627	54318194	29/09/1999	65990	230 * V	191.53
LWR7693	54081852	10/07/2000	70300	244 * I	191.53
LWT5425	54333677	22/06/2000	70300	244 * I	191.53
LWY3607	54333834	22/06/2000	65990	230 * V	191.53
LXI6893	54333830	16/06/2000	65990	230 * V	191.53
LXI7106	54785895	10/06/2000	70480	244 * II	191.53
LXI7106	54785895	10/06/2000	70300	244 * I	191.53
LXL4854	54276991	03/07/2000	51850	167	127.69
LXV2098	54333906	05/07/2000	55250	181 * XV	85.12
LYN1360	54166099	29/06/2000	69120	232	53.20
LYN2293	54333960	22/06/2000	69120	232	53.20
LYX3088	54166116	15/06/2000	54520	181 * VIII	127.69
LYX3088	54333829	15/06/2000	54520	181 * VIII	127.69
LZI8383	54276989	29/06/2000	51850	167	127.69
MAA1176	54166477	13/06/2000	72340	250 * I * a	85.12
MAO3564	54166096	29/06/2000	50100	162 * I	574.61
MCO7600	54333905	05/07/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 181/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 181/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADE5117	54333908	13/07/2000	54520	181 * VIII	127.69
IFX4540	54333909	13/07/2000	54520	181 * VIII	127.69
LWT6230	54333680	06/07/2000	58350	195	127.69
LWT6230	54333680	06/07/2000	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 182/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 182/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWV9544	54081802	20/07/2000	65990	230 * V	191.53
LXH1293	54276459	21/07/2000	69120	232	53.20
LYM9720	54276451	04/07/2000	50100	162 * I	574.61
LZA1908	54166482	05/07/2000	54520	181 * VIII	127.69
MAC4129	54276201	06/07/2000	66370	230 * IX	127.69
MAC4129	54276201	06/07/2000	70300	244 * I	191.53
MAD9351	54081806	20/07/2000	65990	230 * V	191.53
MAD9351	54081806	20/07/2000	50100	162 * I	574.61
MAU0638	54333840	19/07/2000	64830	227 * I	53.20
MEC5640	54081804	20/07/2000	66370	230 * IX	127.69
MED3110	54081805	20/07/2000	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 183/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 183/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZE3233	54276455	21/07/2000	65990	230 * V	191.53
MAB9191	54276458	21/07/2000	65990	230 * V	191.53
MAP9690	54785898	30/07/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 184/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 184/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAS8591	54081809	28/07/2000	55250	181 * XV	85.12
BHG5394	54166117	03/08/2000	54520	181 * VIII	127.69
LXR8950	54276370	02/08/2000	53800	181 * I	85.12
LZK7576	54785571	30/07/2000	52740	175	191.53
MAH9678	54276362	01/08/2000	51850	167	127.69
MAX1990	54333827	28/07/2000	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 185/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 185/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB7305	54166485	11/08/2000	55250	181 * XV	85.12
LXP6233	54166489	11/08/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXX7040	54276285	15/08/2000	54520	181 * VIII	127.69
LYC5742	54333965	14/08/2000	55680	181 * XIX	127.69
LZH8214	54333912	10/08/2000	54520	181 * VIII	127.69
LZH8214	54333912	10/08/2000	58350	195	127.69
MAQ0462	54081808	28/07/2000	70560	244 * III	191.53
MAQ0462	54081808	28/07/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 186/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 186/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWX1335	54333967	19/08/2000	51850	167	127.69
LXN7663	54276468	16/08/2000	67000	230 * XVI	127.69
LXW2578	54276463	16/08/2000	67000	230 * XVI	127.69
LYJ7074	54333757	19/08/2000	51850	167	127.69
LYJ7074	54333757	19/08/2000	50100	162 * I	574.61
LYW1757	54333855	19/08/2000	69120	232	53.20
LYX2177	54276289	18/08/2000	73580	252 * V	85.12
LZQ0233	54276467	16/08/2000	65990	230 * V	191.53
LZT0375	54333856	19/08/2000	58350	195	127.69
MCB0590	54276287	15/08/2000	55250	181 * XV	85.12
MEE2830	54788050	14/08/2000	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 187/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 187/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICW5937	54276470	18/08/2000	54520	181 * VIII	127.69
LWS0067	54276475	18/08/2000	66370	230 * IX	127.69
LXJ4904	54276403	23/08/2000	65990	230 * V	191.53
MBJ4289	54333758	19/08/2000	66020	230 * VI	191.53
MBJ4289	54333759	19/08/2000	65990	230 * V	191.53
MBJ4289	54333758	19/08/2000	50100	162 * I	574.61
MGS0600	54333763	19/08/2000	66020	230 * VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 188/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 188/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD8691	54333765	27/08/2000	65800	230 * IV	191.53
LXD8691	54333765	27/08/2000	66370	230 * IX	127.69
LXR8683	54333969	19/08/2000	69120	232	53.20
LYP7198	54333459	03/09/2000	50100	162 * I	574.61
LYV0654	54333762	20/08/2000	57380	186 * II	191.53
LZN2540	54276481	29/08/2000	65990	230 * V	191.53
MAA7560	54276483	29/08/2000	58350	195	127.69
MAA7560	54276483	29/08/2000	52740	175	191.53
MAD6149	54333970	29/08/2000	55090	181 * XIII	85.12
MBF6730	54276028	25/08/2000	55500	181 * XVIII	85.12
MBF6730	54276028	25/08/2000	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 189/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 189/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU0880	54333464	09/09/2000	50450	162 * V	191.53
LXL1402	54333916	05/09/2000	51850	167	127.69
LYD9366	54166296	29/07/2000	50100	162 * I	574.61
LYD9366	54166296	29/07/2000	69120	232	53.20
LZQ9792	54333975	01/09/2000	73660	252 * VI	85.12
MAP2315	54081702	26/08/2000	70480	244 * II	191.53
MBN5189	54333971	30/08/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 190/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 190/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXK8039	54276488	14/09/2000	55410	181 * XVII	53.20
LXV7897	54276486	26/08/2000	67690	230 * XXII	85.12
MAX7708	54081856	08/09/2000	58350	195	127.69
MAX7708	54081856	08/09/2000	70480	244 * II	191.53
MDG2200	54166131	13/09/2000	54520	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 191/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 191/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBQ7943	54166134	18/09/2000	54520	181 * VIII	127.69
GTD7894	54276466	16/08/2000	67000	230 * XVI	127.69
LWT4407	54333979	21/09/2000	73660	252 * VI	85.12
LWV9930	54166408	21/09/2000	50100	162 * I	574.61
LWV9930	54166408	21/09/2000	65990	230 * V	191.53
LXD6017	54081859	20/09/2000	51850	167	127.69
LXD6017	54081858	20/09/2000	52740	175	191.53
LXD6017	54081858	20/09/2000	50100	162 * I	574.61
LXG4291	54276027	01/10/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXI0349	54166199	25/09/2000	65990	230 * V	191.53
LXV5093	54166133	15/09/2000	54520	181 * VIII	127.69
LXZ9075	54276024	01/10/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYX1159	54166129	12/09/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LZB9842	54166198	25/09/2000	50450	162 * V	191.53
LZF6006	54333921	13/09/2000	69120	232	53.20
LZU5956	54166406	21/09/2000	65990	230 * V	191.53
MAP3725	54333847	07/09/2000	70300	244 * I	191.53
MAQ0462	54166200	25/09/2000	70300	244 * I	191.53
MAQ0462	54166200	25/09/2000	58350	195	127.69
MAU2745	54166140	29/09/2000	70480	244 * II	191.53
MBD4688	54276479	29/08/2000	65990	230 * V	191.53
MEL8989	54333980	21/09/2000	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 192/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 192/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB0671	54333471	03/10/2000	55090	181 * XIII	85.12
LXS7244	54333984	28/09/2000	73660	252 * VI	85.12
LXT4831	54333473	07/10/2000	66370	230 * IX	127.69
LXT4831	54333473	07/10/2000	50100	162 * I	574.61
LZO0924	54333911	03/10/2000	51850	167	127.69
MAT6421	54081864	14/10/2000	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 193/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 193/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AE807	54333479	21/10/2000	58350	195	127.69
AE807	54333479	21/10/2000	52740	175	191.53
AE807	54333478	21/10/2000	50100	162 * I	574.61
AE807	54333478	21/10/2000	65990	230 * V	191.53
BQP8025	54333493	27/10/2000	50100	162 * I	574.61
LWW2730	54333771	19/10/2000	69120	232	53.20
LWW2730	54333772	19/10/2000	50100	162 * I	574.61
LWW2730	54333771	19/10/2000	66370	230 * IX	127.69
LWW2730	54333772	19/10/2000	66020	230 * VI	191.53
LXB3157	54333770	15/10/2000	52150	170	191.53
LXM6426	54166412	23/10/2000	66700	230 * XIII	127.69
LXQ4368	54276293	23/10/2000	69120	232	53.20
LXQ4368	54276293	23/10/2000	65990	230 * V	191.53
LYM3981	54333775	28/10/2000	66020	230 * VI	191.53

LYT6652	54333494	27/10/2000	70480	244	*	II	191.53
LYT6652	54333495	27/10/2000	52070	169			53.20
LYT6652	54333495	27/10/2000	66370	230	*	IX	127.69
LYT6652	54333494	27/10/2000	70300	244	*	I	191.53
LYU4932	54276491	17/10/2000	69120	232			53.20
LZA2875	54166411	23/10/2000	70480	244	*	II	191.53
LZX4861	54166126	06/09/2000	55500	181	*	XVIII	85.12
MAT2344	54276493	17/10/2000	69120	232			53.20
MAZ5881	54166136	19/09/2000	55500	181	*	XVIII	85.12
MBF7186	54276290	20/10/2000	54520	181	*	VIII	127.69
MBG3127	54276291	20/10/2000	55250	181	*	XV	85.12
MBL5587	54333919	19/10/2000	70480	244	*	II	191.53
MBL5587	54333919	19/10/2000	66370	230	*	IX	127.69
MCC3500	54333484	23/10/2000	70480	244	*	II	191.53
MCK3190	54276490	17/10/2000	51770	166			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 194/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 194/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AR419	54333488	23/10/2000	65560	230 * I	191.53
AR419	54333487	23/10/2000	50100	162 * I	574.61
AR419	54333487	23/10/2000	65990	230 * V	191.53
LWU8397	54081715	30/10/2000	69120	232	53.20
LWU8397	54081715	30/10/2000	65990	230 * V	191.53
LXT0649	54037677	08/11/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LYV5915	54333481	23/10/2000	65990	230 * V	191.53
MAD8079	54333492	27/10/2000	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 195/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.048 195/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQP8025	54333497	12/11/2000	50100	162 * I	574.61
BQP8025	54333497	12/11/2000	52740	175	191.53
LWR0448	54081954	06/12/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LWR8800	54166429	09/11/2000	66370	230 * IX	127.69
LWX5558	54333498	24/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXC2662	54333791	15/11/2000	51850	167	127.69
LXE4939	54333778	03/11/2000	51850	167	127.69
LXF2611	54333782	04/11/2000	65990	230 * V	191.53
LXF2611	54333782	04/11/2000	66020	230 * VI	191.53
LXF2611	54333783	04/11/2000	50100	162 * I	574.61
LXI8486	54037685	16/11/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LXL7725	54333789	15/11/2000	69120	232	53.20
LXW0489	54081457	17/11/2000	54600	181 * IX	85.12
LXX7433	54333787	12/11/2000	52740	175	191.53
LXX7433	54333787	12/11/2000	52070	169	53.20
LYO5377	54276298	17/11/2000	54100	181 * IV	85.12
LYU1387	54333779	03/11/2000	65990	230 * V	191.53
LYU6351	54037686	16/11/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LZD9106	54037682	17/11/2000	55500	181 * XVIII	85.12
LZZ8919	54333485	23/10/2000	65990	230 * V	191.53
MAM4344	54081454	14/11/2000	66370	230 * IX	127.69
MAS4320	54333774	22/10/2000	66020	230 * VI	191.53
MAS4320	54333774	22/10/2000	66370	230 * IX	127.69
MBP9409	54333793	01/12/2000	66020	230 * VI	191.53
MBP9409	54333793	01/12/2000	65990	230 * V	191.53

MBP9409	54333794	01/12/2000	66370	230	*	IX	127.69
MEL3003	54276295	07/11/2000	55250	181	*	XV	85.12
MGS0600	54333785	04/11/2000	70560	244	*	III	191.53
MGS0600	54333785	04/11/2000	66020	230	*	VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

Blumenau

PREFEITURA

1º TA CONTRATO Nº 200/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 200/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ROGÉRIO LUIZ CAVICHIOLO ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de retirada e colocação de carpete de auto tráfego.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 053, de 21 de julho de 2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.956,00 (mil novecentos e cinquenta e seis reais).

DATA: 10 de novembro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 32/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 032/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ADRO ADMINISTRAÇÃO S.A.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria destinada ao funcionamento do centro de atenção psicossocial para álcool e drogas - CAPS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-152, de 30 de outubro de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 10.572,52 (dez mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) mensais, a contar de 1º de abril de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 126.870,24 (cento e vinte e seis mil, oitocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 25 de agosto de 2014.

DECRETO Nº 10.499/2014

DECRETO Nº 10.499, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

O COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA BLUMENAU GESTÃO E TRANSPARÊNCIA, INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 10.280, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014, PASSA A SER REGIDO PELO PRESENTE DECRETO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso V, combinado com o 75, inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O Comitê Gestor do Programa Blumenau Gestão e Transparência, instituído pelo Decreto nº 10.280, de 14 de fevereiro de 2014, vinculado à Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, passa a ser regido pelo presente Decreto.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor planejar, monitorar, coordenar e fiscalizar as ações desenvolvidas no Município de Blumenau para o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos governamentais destinados ao cumprimento da Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Nacional nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§1º As ações descritas no presente artigo integram a segunda geração do Pacote de Ações de Transparência e Controle Social, constituindo-se em dezesseis metas estratégicas a serem efetivadas pela Administração Municipal no biênio 2015/2016.

§2º O Plano de Trabalho do Comitê Gestor do programa Blumenau Gestão e Transparência é parte integrante do presente Decreto, na forma de anexo.

Art. 3º O Comitê será integrado pelos seguintes servidores públicos:

I - LEANDRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG (Matrícula nº 920368);

II - MARIBEL GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM (Matrícula nº 181110);

III - JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ (matrícula nº 920187);

IV - ANDERSON ROSA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Geral, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD (matrícula nº 920387);

V - RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, lotado na Procuradoria Geral do Município - PROGEM (matrícula nº 128747);

VI - CARLA CRISTIANE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo, lotado no Gabinete do Prefeito - GAPREF (matrícula nº 920290);

VII - JÚLIO CESAR DE SOUZA SILVA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Sistemas, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG (Matrícula nº 920445)

Parágrafo único. A coordenação geral dos trabalhos do Comitê Gestor ficará sob responsabilidade do servidor designado no inciso I deste artigo, e a secretaria executiva a cargo da servidora designada no inciso II deste artigo.

Art. 4º O Comitê Gestor reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, e extraordinariamente, quando convocado por seu coordenador geral.

Art. 5º Para o cumprimento de suas atribuições o Comitê Gestor poderá solicitar documentos aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 6º Os membros do Comitê Gestor não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

ficando revogados os Decretos 10.280/2014, 10.401/2014 e 10.465/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de Dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.506/2014

DECRETO Nº 10.506, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. ALCANTARO CORRÊA, ocorrido no dia de hoje, aos 71 anos de idade, o qual entristece e enluta a nossa comunidade;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pelo finado a comunidade blumenauense através de uma vida dedicada ao desenvolvimento do setor empresarial da região, tendo inclusive presidido, por dois mandatos consecutivos, a Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC, além da Empresa Eletro Aço Altona, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, o Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC e sido Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI;

DECRETA:

Artigo único - Em homenagem à memória do Sr. ALCANTARO CORRÊA, fica declarado luto oficial de três (3) dias no Município de Blumenau.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 122/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº 122/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SOCIEDADE ESPORTIVA VASTO VERDE.

OBJETO: Locação das instalações esportivas da Sociedade esportiva Vasto Verde, com todas as infra-estruturais necessárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 072/2014.

PREÇO: O valor de R\$ 80.000,16 (oitenta mil reais e dezesseis centavos).

PRAZO: Este contrato terá a vigência a contar de 31 de maio até o dia 31 de dezembro de 2014.

DATA: 03 de junho de 2014.

HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 02-2202/14 E PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2215/14 - SAMAE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitação nº 02-2202/2014 - Contratação de empresa para Elaboração de Estudos Complementares aos Projetos Básicos e Projetos Executivos de Engenharia para a "AMPLIAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE AGUA BRUTA DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE BLUMENAU - ETA II" - CONTRATO 0425501-51/2014-CEF

Contratada: SERENCO - Serviços de Engenharia Consultiva Ltda (CNPJ: 75.091.074/0001-80)

Item 01

Valor Total R\$ 270.412,87

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo PREGÃO PRESENCIAL nº 06-2215/2014 - Aquisição de janelas de correr, 04 folhas (02 fixas e 02 móveis), vidro temperado, alumínio e ferragens na cor branca e conjunto de porta de correr de alumínio na cor incolor, com instalação.

Contratada: ALDO AZEVEDO ALVEZ - ME (CNPJ: 01.558.099/0001-04);

Item 01

Valor mensal R\$ 1.000,00

Valor Total R\$ 1.000,00

Item 02

Valor Unitário R\$ 950,00

Valor Total R\$ 8.550,00

Item 03

Valor unitário R\$ 1.300,00

Valor Total R\$ 2.600,00

Valor Total R\$ 12.150,00

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2014 - SEDEAD

Homologação Pregão Presencial nº 161/2014 - Data da homologação: 03/12/2014.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações constantes neste edital verba PROPET - FMS/SEMUS.

Empresa: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP.

Item 02 - R\$ 2.700,00

Item 03 - R\$ 810,00

Item 05 - R\$ 2.720,00

Valor total global dos itens: R\$ 39.000,00

Empresa: INFOPLAN LTDA - ME

Item 01 - R\$ 1.800,00

Valor total global do item: R\$ 10.800,00

Empresa: DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP

Item 04 - R\$ 3.294,00

Valor total global do item: R\$ 26.352,00

VALOR TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL 161/2014 R\$ 76.152,00

Flavio Junior Araujo
Pregoeiro

PORTARIA Nº 18.290/2014

PORTARIA Nº 18.290, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPENSA CRISTIANE BARCELOS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR

a servidora pública municipal CRISTIANE BARCELOS, ocupante de cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da função gratificada de confiança de Chefe do Setor de Controle dos Fundos Municipais, FGC-100%, concedido pela Portaria nº 16.875, de 12/04/2013, no dia 08 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.291/2014

PORTARIA Nº 18.291, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA CRISTIANE BARCELOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, resolve:

NOMEAR

CRISTIANE BARCELOS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no dia 09 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de dezembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.294/2014

PORTARIA Nº 18.294, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando Nº 67/14, de 08/12/2014, da Diretoria de Pessoal, resolve:

Art.1º. DESIGNAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica Oficial Especial a fim de proceder exame clínico na servidora pública Monika Haertel, candidata ao cargo de provimento efetivo de Professor I- Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014, a ser realizado na data de 15/12/2014, às 13:30horas, no Ambulatório Geral de Ortopedia do Hospital Santo Antônio, Consultório 4, localizado na Rua Itajaí, 535, Vorstadt:

I- Dr. ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dr. RODRIGO AURÉLIO MONARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Serviço de Ambulatório de Ortopedia;

III- Dr.FREDERICO ROSTON GATTI, contratado para a função de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Serviço de Ambulatório de Ortopedia.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria, deverá avaliar a capacidade laborativa da referida servidora para subsidiar decisão médica do SESOSP em relação à aptidão ou inaptidão em exame ocupacional admissional para o exercício da função, uma vez que a mesma é portadora de transtorno em coluna vertebral.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.295/2014

PORTARIA Nº 18.295, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXONERA EDUARDO ROBERGE FRUTUOSO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

EDUARDO ROBERGE FRUTUOSO, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo-Financeiro, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeado pela Portaria nº 17.965, de 16 de julho de 2014, no dia 19 de dezembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de dezembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2014 E 166/2014 - SEDEAD

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 180/2014 - Aquisição de materiais para uso ambulatorial, conforme especificações constantes neste Edital - Verba PROPET - FMS/SEMUS.EMPRESA: Dimaci SC Material Cirúrgica LTDA - Valor Total: R\$ 10.020,00.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03/12/2014.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 166/2014 - Aquisição de serviços de impressão gráfica para divulgação do evento "Magia de Natal" em nosso Município, conforme especificações constantes neste Edital - PROEB. EMPRESA: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA ME - Valor Total: R\$ 9.790,00.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/11/2014.

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 2/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - FS - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 2/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADD0325	SF00023731	14/11/1998	60500	208	191.53
ADQ2222	SF00023871	16/11/1998	60500	208	191.53
AFW4693	CM00000846	16/11/1998	57380	186 * II	191.53
AGI1064	SF00023937	21/11/1998	60500	208	191.53
BGJ9371	SF00023733	14/11/1998	60500	208	191.53
BHI7273	SF00023643	12/11/1998	60500	208	191.53
BHM8432	SF00023778	10/11/1998	60500	208	191.53
CAG4637	SF00023773	14/11/1998	60500	208	191.53
CCL3603	SF00023828	20/11/1998	60500	208	191.53
GNK7238	SF00023605	10/11/1998	60500	208	191.53
GNT8724	SF00023597	06/11/1998	60500	208	191.53
HQJ5706	SF00023954	18/11/1998	60500	208	191.53
HQP3889	SF00023860	22/11/1998	60500	208	191.53
HQQ5973	SF00023632	08/11/1998	60500	208	191.53
LWR5465	SF00023658	08/11/1998	60500	208	191.53
LWR8449	SF00023983	21/11/1998	60500	208	191.53
LWS0439	SF00023538	02/11/1998	60500	208	191.53
LWT1465	SF00023879	20/11/1998	60500	208	191.53
LWU5100	SF00023535	07/11/1998	60500	208	191.53
LWU7262	SF00023758	07/11/1998	60500	208	191.53
LWV4189	CM00000843	15/11/1998	57380	186 * II	191.53
LWX2954	SF00024003	15/11/1998	60500	208	191.53
LXC9932	SF00023228	25/10/1998	60500	208	191.53
LXE9905	SF00023611	07/11/1998	60500	208	191.53
LXF8665	SF00023548	01/11/1998	60500	208	191.53
LXH4912	SF00023635	13/11/1998	60500	208	191.53
LXH6871	PF00001649	22/11/1998	56730	183	85.12
LXH7659	SF00023792	13/11/1998	60500	208	191.53
LXJ7533	PF00001626	04/11/1998	56730	183	85.12
LXQ9181	SF00023283	25/10/1998	60500	208	191.53
LXT6634	SF00023694	09/11/1998	60500	208	191.53
LXU4072	PF00001631	13/11/1998	56730	183	85.12
LXV0939	SF00023921	21/11/1998	60500	208	191.53
LYA8371	SF00023820	13/11/1998	60500	208	191.53
LYA8551	SF00023723	11/11/1998	60500	208	191.53
LYB6864	SF00023687	07/11/1998	60500	208	191.53
LYG4554	SF00023946	15/11/1998	60500	208	191.53
LYI4309	SF00023841	22/11/1998	60500	208	191.53
LYJ0696	SF00023766	13/11/1998	60500	208	191.53
LYN2458	PF00001426	27/09/1998	56730	183	85.12
LYN5558	SF00023642	12/11/1998	60500	208	191.53
LYN7472	SF00023627	11/11/1998	60500	208	191.53
LYO6298	SF00023768	13/11/1998	60500	208	191.53
LYP4774	SF00023672	06/11/1998	60500	208	191.53

LYQ4428	SF00023630	07/11/1998	60500	208		191.53
LYQ5935	SF00023660	09/11/1998	60500	208		191.53
LYS6006	SF00023822	13/11/1998	60500	208		191.53
LYT3431	SF00023747	11/11/1998	60500	208		191.53
LYU7631	PF00001645	22/11/1998	56730	183		85.12
LYU7691	SF00023657	08/11/1998	60500	208		191.53
LYY1019	SF00023704	06/11/1998	60500	208		191.53
LYY1019	SF00023652	06/11/1998	60500	208		191.53
LZB8663	SF00023985	21/11/1998	60500	208		191.53
LZD3669	SF00023769	14/11/1998	60500	208		191.53
LZF0423	SF00023805	07/11/1998	60500	208		191.53
LZF3047	CM00000839	08/11/1998	57380	186	* II	191.53
LZF7930	SF00023906	14/11/1998	60500	208		191.53
LZG7127	SF00023759	09/11/1998	60500	208		191.53
LZH1382	SF00023776	14/11/1998	60500	208		191.53
LZK6741	PF00001650	22/11/1998	56730	183		85.12
LZL7521	SF00023843	13/11/1998	60500	208		191.53
LZN6898	SF00023609	06/11/1998	60500	208		191.53
LZO6055	SF00023536	07/11/1998	60500	208		191.53
LZT3279	SF00023874	16/11/1998	60500	208		191.53
LZT7173	SF00021470	04/09/1998	60500	208		191.53
LZV6557	SF00023623	07/11/1998	60500	208		191.53
LZZ3340	SF00023545	03/11/1998	60500	208		191.53
MAD2905	SF00023931	14/11/1998	60500	208		191.53
MAD2905	SF00023600	11/11/1998	60500	208		191.53
MAD2905	SF00023903	14/11/1998	60500	208		191.53
MAD2905	SF00023901	14/11/1998	60500	208		191.53
MAF6711	SF00023939	24/11/1998	60500	208		191.53
MAJ0795	SF00023815	12/11/1998	60500	208		191.53
MAO3156	PF00001639	14/11/1998	56730	183		85.12
MAQ0540	SF00023549	02/11/1998	60500	208		191.53
MAR6690	SF00023854	22/11/1998	60500	208		191.53
MAS0937	SF00023703	05/11/1998	60500	208		191.53
MAV0087	SF00023857	17/11/1998	60500	208		191.53
MAZ4140	SF00023969	23/11/1998	60500	208		191.53
MCW9090	SF00023671	06/11/1998	60500	208		191.53
MIN6399	SF00023644	12/11/1998	60500	208		191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 3/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - FS - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 3/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC2320	SF00023990	15/11/1998	60500	208	191.53
CLE0563	SF00023899	19/11/1998	60500	208	191.53
LWW8493	SF00023774	14/11/1998	60500	208	191.53
LWY7481	SF00023902	14/11/1998	60500	208	191.53
LXJ4649	SF00023741	15/11/1998	60500	208	191.53
LXN3732	SF00023675	07/11/1998	60500	208	191.53
LYE2698	SF00023752	06/11/1998	60500	208	191.53
LYF1652	SF00023793	13/11/1998	60500	208	191.53
LYH7732	SF00023710	14/11/1998	60500	208	191.53
LYP3914	SF00023797	14/11/1998	60500	208	191.53
LYU9354	SF00023625	10/11/1998	60500	208	191.53
LYZ4124	SF00023918	22/11/1998	60500	208	191.53
LZI9432	SF00023908	20/11/1998	60500	208	191.53
LZJ4571	SF00023756	07/11/1998	60500	208	191.53
LZX4187	SF00023957	21/11/1998	60500	208	191.53
MAB5327	SF00023618	10/11/1998	60500	208	191.53
MCH8420	SF00023802	06/11/1998	60500	208	191.53
MEG8060	SF00023636	13/11/1998	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 4/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - FS - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 4/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEW6194	PF00001686	22/11/1998	56730	183	85.12
BML7851	SF00024092	25/11/1998	60500	208	191.53
BPG8100	SF00024201	27/11/1998	60500	208	191.53
ELI8888	SF00022903	22/10/1998	60500	208	191.53
IDL8781	SF00024161	19/11/1998	60500	208	191.53
KBL2091	SF00022542	04/10/1998	60500	208	191.53
LWV7294	SF00023688	07/11/1998	60500	208	191.53
LWW3071	SF00024147	22/11/1998	60500	208	191.53
LXB9960	CM00000853	24/11/1998	57380	186 * II	191.53
LXC8291	SF00024086	26/11/1998	60500	208	191.53
LXH8726	SF00022729	08/10/1998	60500	208	191.53
LXI1207	SF00023693	08/11/1998	60500	208	191.53
LXJ7533	PF00001680	20/11/1998	56730	183	85.12
LXP6508	SF00023982	20/11/1998	60500	208	191.53
LXR8273	SF00024005	19/11/1998	60500	208	191.53
LXV6782	SF00024273	02/12/1998	60500	208	191.53
LXX7842	SF00024400	29/11/1998	60500	208	191.53
LXZ5004	SF00024625	12/12/1998	60500	208	191.53
LYB2083	SF00024100	21/11/1998	60500	208	191.53
LYG8915	SF00023721	09/11/1998	60500	208	191.53
LYH0946	SF00023925	18/11/1998	60500	208	191.53
LYR4756	SF00023813	11/11/1998	60500	208	191.53
LYV8027	SF00023867	15/11/1998	60500	208	191.53
LYX5832	CM00000855	22/11/1998	57380	186 * II	191.53
LYY9501	SF00023831	20/11/1998	60500	208	191.53
LZD0674	SF00024608	06/12/1998	60500	208	191.53
LZE5715	SF00024137	25/11/1998	60500	208	191.53
LZE9496	CM00000842	15/11/1998	57380	186 * II	191.53
LZF0423	PF00001721	26/11/1998	56730	183	85.12
LZI1429	SF00024116	25/11/1998	60500	208	191.53
LZI7816	PF00001682	25/11/1998	56730	183	85.12
LZK0647	SF00024162	19/11/1998	60500	208	191.53
LZM2430	PF00001716	28/11/1998	56730	183	85.12
LZN2979	SF00023448	21/10/1998	60500	208	191.53
LZS0294	SF00024108	21/11/1998	60500	208	191.53
LZU1214	PF00001669	25/11/1998	56730	183	85.12
LZU9914	SF00023621	07/11/1998	60500	208	191.53
LZU9914	SF00023622	07/11/1998	60500	208	191.53
LZU9914	SF00023653	07/11/1998	60500	208	191.53
LZX8885	SF00024611	10/12/1998	60500	208	191.53
MAD2395	SF00024160	19/11/1998	60500	208	191.53
MAD9066	SF00024117	26/11/1998	60500	208	191.53
MAF3951	SF00024148	22/11/1998	60500	208	191.53
MAJ6400	SF00023667	13/11/1998	60500	208	191.53

MAZ0848	SF00024167	20/11/1998	60500	208	191.53
MBR2590	SF00024046	26/11/1998	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 5/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - FS - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.532 5/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAZ2394	SF00024271	02/12/1998	60500	208	191.53
ACE2408	SF00024716	13/12/1998	60500	208	191.53
ACJ2402	SF00024464	29/11/1998	60500	208	191.53
ACK2910	PF00001712	29/11/1998	56730	183	85.12
ACN8374	SF00024520	06/12/1998	60500	208	191.53
ADB2096	SF00024529	10/12/1998	60500	208	191.53
AEA6772	SF00024764	09/12/1998	60500	208	191.53
AEW5671	SF00024242	03/12/1998	60500	208	191.53
AFL6046	SF00024492	28/11/1998	60500	208	191.53
AGL4274	PF00001699	01/12/1998	56730	183	85.12
BGE8264	PF00001725	28/11/1998	56730	183	85.12
BGM1439	SF00024449	30/11/1998	60500	208	191.53
BGT5252	SF00024441	29/11/1998	60500	208	191.53
BON9788	SF00023487	24/10/1998	60500	208	191.53
BON9788	SF00023728	12/11/1998	60500	208	191.53
BQH6647	PF00001677	27/11/1998	56730	183	85.12
CBI7758	SF00024237	02/12/1998	60500	208	191.53
GLS4706	SF00024409	29/11/1998	60500	208	191.53
GMU1637	SF00024573	05/12/1998	60500	208	191.53
IBK7227	SF00024761	09/12/1998	60500	208	191.53
IBL4181	SF00024399	29/11/1998	60500	208	191.53

ICI5745	SF00024388	28/11/1998	60500	208		191.53
ICI5745	SF00024389	28/11/1998	60500	208		191.53
IDO2351	SF00024355	05/12/1998	60500	208		191.53
LWR0807	SF00024768	11/12/1998	60500	208		191.53
LWR4188	SF00024799	08/12/1998	60500	208		191.53
LWS0644	SF00024779	05/12/1998	60500	208		191.53
LWS8503	SF00024793	12/12/1998	60500	208		191.53
LWT1034	SF00024377	27/11/1998	60500	208		191.53
LWV4245	SF00024252	02/12/1998	60500	208		191.53
LWV5974	SF00024556	07/12/1998	60500	208		191.53
LWX8860	SF00024288	04/12/1998	60500	208		191.53
LWY0474	SF00024629	13/12/1998	60500	208		191.53
LWZ4633	SF00024324	01/12/1998	60500	208		191.53
LWZ7888	SF00023117	17/10/1998	60500	208		191.53
LXA0546	PF00001732	09/12/1998	56730	183		85.12
LXA5316	SF00024825	12/12/1998	60500	208		191.53
LXB6178	CM00000860	10/12/1998	57380	186	* II	191.53
LXD0576	SF00024657	07/12/1998	60500	208		191.53
LXD0576	SF00024266	06/12/1998	60500	208		191.53
LXE0666	SF00024225	01/12/1998	60500	208		191.53
LXE1511	SF00024398	28/11/1998	60500	208		191.53
LXE7169	PF00001691	03/12/1998	56730	183		85.12
LXF1518	SF00024783	05/12/1998	60500	208		191.53
LXF3000	SF00023922	21/11/1998	60500	208		191.53
LXF5798	SF00024653	12/12/1998	60500	208		191.53
LXF7257	PF00001705	04/12/1998	56730	183		85.12
LXF7257	SF00024306	04/12/1998	60500	208		191.53
LXF7415	SF00024406	28/11/1998	60500	208		191.53
LXF9216	SF00024322	02/12/1998	60500	208		191.53
LXG0848	SF00024277	02/12/1998	60500	208		191.53
LXG4225	SF00024814	10/12/1998	60500	208		191.53
LXG6720	SF00024735	08/12/1998	60500	208		191.53
LXG8713	SF00024563	11/12/1998	60500	208		191.53
LXH0097	SF00024631	13/12/1998	60500	208		191.53
LXH4571	PF00001681	25/11/1998	56730	183		85.12
LXH5672	PF00001688	02/12/1998	56730	183		85.12
LXH8903	SF00024592	03/12/1998	60500	208		191.53
LXI2509	SF00024620	11/12/1998	60500	208		191.53
LXI6501	PF00001767	10/12/1998	56730	183		85.12
LXI7821	SF00024504	29/11/1998	60500	208		191.53
LXJ8821	SF00024689	04/12/1998	60500	208		191.53
LXJ9369	SF00024304	02/12/1998	60500	208		191.53
LXL1447	SF00024685	03/12/1998	60500	208		191.53
LXL3260	SF00023883	21/11/1998	60500	208		191.53
LXL5851	SF00024482	28/11/1998	60500	208		191.53
LXM5426	SF00024687	03/12/1998	60500	208		191.53
LXN9629	SF00023114	17/10/1998	60500	208		191.53
LXP0910	SF00024380	28/11/1998	60500	208		191.53
LXP8758	SF00024518	06/12/1998	60500	208		191.53
LXQ0406	SF00024392	29/11/1998	60500	208		191.53
LXQ1913	SF00023379	27/10/1998	60500	208		191.53
LXQ5786	SF00024235	04/12/1998	60500	208		191.53
LXR2525	SF00024360	05/12/1998	60500	208		191.53
LXR8281	SF00024739	09/12/1998	60500	208		191.53
LXS0446	SF00024688	04/12/1998	60500	208		191.53
LXS4710	SF00024456	27/11/1998	60500	208		191.53
LXT8811	SF00024647	09/12/1998	60500	208		191.53
LXU2940	SF00024692	07/12/1998	60500	208		191.53
LXU5181	PF00001772	13/12/1998	56730	183		85.12
LXU7146	SF00024462	28/11/1998	60500	208		191.53
LXV4144	SF00024664	10/12/1998	60500	208		191.53
LXX5252	SF00024756	08/12/1998	60500	208		191.53
LXX7134	SF00024192	22/11/1998	60500	208		191.53

LXY0840	SF00024095	24/11/1998	60500	208		191.53
LXY8333	SF00024334	01/12/1998	60500	208		191.53
LXY8333	SF00024605	05/12/1998	60500	208		191.53
LXY9900	SF00024278	02/12/1998	60500	208		191.53
LXZ4256	SF00023968	22/11/1998	60500	208		191.53
LXZ7187	SF00024679	13/12/1998	60500	208		191.53
LYA1306	SF00024291	05/12/1998	60500	208		191.53
LYA3822	CM00000858	05/12/1998	57380	186	* II	191.53
LYA4006	SF00024479	30/11/1998	60500	208		191.53
LYA6806	SF00024569	12/12/1998	60500	208		191.53
LYA8990	SF00024551	04/12/1998	60500	208		191.53
LYB0715	SF00023637	14/11/1998	60500	208		191.53
LYB3400	SF00024515	05/12/1998	60500	208		191.53
LYB5157	SF00023705	07/11/1998	60500	208		191.53
LYB6163	SF00024517	05/12/1998	60500	208		191.53
LYC5969	SF00024780	05/12/1998	60500	208		191.53
LYC9642	SF00024365	29/11/1998	60500	208		191.53
LYD4801	SF00022782	10/10/1998	60500	208		191.53
LYD6298	SF00024438	28/11/1998	60500	208		191.53
LYE2744	PF00001698	01/12/1998	56730	183		85.12
LYE3147	SF00024410	29/11/1998	60500	208		191.53
LYE4010	SF00023810	09/11/1998	60500	208		191.53
LYE7221	SF00024301	01/12/1998	60500	208		191.53
LYF0897	SF00024542	11/12/1998	60500	208		191.53
LYF2032	SF00024302	03/12/1998	60500	208		191.53
LYF3646	PF00001752	14/12/1998	56730	183		85.12
LYF9330	SF00024817	13/12/1998	60500	208		191.53
LYG2151	SF00024686	03/12/1998	60500	208		191.53
LYG7967	SF00024352	02/12/1998	60500	208		191.53
LYG9365	SF00024395	27/11/1998	60500	208		191.53
LYH1908	SF00024315	03/12/1998	60500	208		191.53
LYI9878	SF00024566	09/12/1998	60500	208		191.53
LYJ8706	SF00024719	11/12/1998	60500	208		191.53
LYJ8889	SF00024434	30/11/1998	60500	208		191.53
LYK3267	SF00024460	28/11/1998	60500	208		191.53
LYK3384	SF00024509	27/11/1998	60500	208		191.53
LYK6161	SF00024741	10/12/1998	60500	208		191.53
LYK7725	SF00024484	29/11/1998	60500	208		191.53
LYL0945	SF00024448	29/11/1998	60500	208		191.53
LYM0142	SF00024790	12/12/1998	60500	208		191.53
LYM0373	CM00000865	12/12/1998	57380	186	* II	191.53
LYN7533	SF00024703	11/12/1998	60500	208		191.53
LYO3051	SF00024367	30/11/1998	60500	208		191.53
LYP1045	SF00024297	05/12/1998	60500	208		191.53
LYQ1911	SF00024635	14/12/1998	60500	208		191.53
LYQ9904	SF00024633	13/12/1998	60500	208		191.53
LYR0528	SF00024408	28/11/1998	60500	208		191.53
LYR0933	SF00024622	11/12/1998	60500	208		191.53
LYS5926	SF00024179	23/11/1998	60500	208		191.53
LYT0704	SF00024439	29/11/1998	60500	208		191.53
LYT5071	PF00001744	01/12/1998	56730	183		85.12
LYT5136	SF00024375	27/11/1998	60500	208		191.53
LYU5600	SF00024655	05/12/1998	60500	208		191.53
LYU8460	SF00024639	14/12/1998	60500	208		191.53
LYW2998	SF00024587	11/12/1998	60500	208		191.53
LYX6764	SF00024263	05/12/1998	60500	208		191.53
LYY0471	SF00024564	11/12/1998	60500	208		191.53
LYY2980	SF00024597	10/12/1998	60500	208		191.53
LYY6044	SF00024787	07/12/1998	60500	208		191.53
LYY8383	SF00024490	28/11/1998	60500	208		191.53
LZA4413	SF00024524	07/12/1998	60500	208		191.53
LZB2551	SF00024541	09/12/1998	60500	208		191.53
LZB3307	SF00024550	04/12/1998	60500	208		191.53

LZE4808	PF00001689	03/12/1998	56730	183	85.12
LZE6359	SF00024532	11/12/1998	60500	208	191.53
LZF2449	SF00024638	14/12/1998	60500	208	191.53
LZG9545	SF00024264	05/12/1998	60500	208	191.53
LZH2597	SF00024506	26/11/1998	60500	208	191.53
LZH7293	SF00024533	11/12/1998	60500	208	191.53
LZI6461	SF00024512	28/11/1998	60500	208	191.53
LZI7826	SF00024654	10/12/1998	60500	208	191.53
LZI8139	SF00024330	04/12/1998	60500	208	191.53
LZK1890	SF00024667	07/12/1998	60500	208	191.53
LZM3337	PF00001708	01/12/1998	56730	183	85.12
LZM3600	SF00024419	28/11/1998	60500	208	191.53
LZM7179	PF00001748	11/12/1998	56730	183	85.12
LZN1706	PF00001722	26/11/1998	56730	183	85.12
LZN8902	SF00024424	25/11/1998	60500	208	191.53
LZO7510	SF00024473	30/11/1998	60500	208	191.53
LZR0403	SF00024623	11/12/1998	60500	208	191.53
LZR2876	PF00001694	03/12/1998	56730	183	85.12
LZR8137	PF00001745	02/12/1998	56730	183	85.12
LZT4600	PF00001754	12/12/1998	56730	183	85.12
LZT7282	SF00024618	11/12/1998	60500	208	191.53
LZT7282	SF00024701	11/12/1998	60500	208	191.53
LZT9870	SF00024720	07/12/1998	60500	208	191.53
LZW4018	SF00024241	02/12/1998	60500	208	191.53
LZW6632	SF00024602	04/12/1998	60500	208	191.53
LZW6632	SF00024200	26/11/1998	60500	208	191.53
LZX3070	PF00001727	27/11/1998	56730	183	85.12
LZX3070	SF00024413	27/11/1998	60500	208	191.53
LZX5516	SF00024423	30/11/1998	60500	208	191.53
LZX8059	SF00024562	10/12/1998	60500	208	191.53
LZZ1465	PF00001760	11/12/1998	56730	183	85.12
LZZ2656	SF00024696	09/12/1998	60500	208	191.53
LZZ2953	SF00024170	20/11/1998	60500	208	191.53
MAA2835	PF00001687	27/11/1998	56730	183	85.12
MAA8219	SF00024806	02/12/1998	60500	208	191.53
MAB3232	SF00024598	10/12/1998	60500	208	191.53
MAB7306	SF00024401	30/11/1998	60500	208	191.53
MAC6915	PF00001761	11/12/1998	56730	183	85.12
MAD5870	SF00024507	26/11/1998	60500	208	191.53
MAF5370	SF00024797	06/12/1998	60500	208	191.53
MAF8620	SF00024253	02/12/1998	60500	208	191.53
MAF8620	SF00024649	09/12/1998	60500	208	191.53
MAG5590	SF00024604	06/12/1998	60500	208	191.53
MAG9488	SF00024187	20/11/1998	60500	208	191.53
MAH0986	PF00001703	03/12/1998	56730	183	85.12
MAI6235	SF00024554	06/12/1998	60500	208	191.53
MAJ4635	SF00024628	13/12/1998	60500	208	191.53
MAJ5710	SF00024567	10/12/1998	60500	208	191.53
MAL2669	SF00024414	28/11/1998	60500	208	191.53
MAL2669	SF00024353	02/12/1998	60500	208	191.53
MAM0750	SF00024373	27/11/1998	60500	208	191.53
MAN4638	SF00024332	05/12/1998	60500	208	191.53
MAO3156	PF00001697	05/12/1998	56730	183	85.12
MAO8997	SF00024345	04/12/1998	60500	208	191.53
MAQ0010	SF00024341	04/12/1998	60500	208	191.53
MAR0890	SF00024742	11/12/1998	60500	208	191.53
MAT6959	PF00001757	09/12/1998	56730	183	85.12
MAU0819	SF00024636	14/12/1998	60500	208	191.53
MAU1090	PF00001715	27/11/1998	56730	183	85.12
MAW4658	SF00024226	01/12/1998	60500	208	191.53
MAX4680	SF00024606	05/12/1998	60500	208	191.53
MBV1470	SF00024632	13/12/1998	60500	208	191.53
MCK2970	SF00024782	05/12/1998	60500	208	191.53

MCT7777	SF00024730	07/12/1998	60500	208	191.53
MEL7890	SF00024704	11/12/1998	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIO CAMPOS DA SILVA
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Bom Jesus do Oeste com sede à Rua

Irmão Ambrósio, nº 120, centro, Bom Jesus do Oeste - SC através de seu Presidente da Mesa

Diretora Torna Publico que de acordo, com art. 2º, § 1º III da Lei 11.107/05 no art. 24, XXVI,

da Lei nº 8.666/93 e no art. 18 do Decreto Federal 6.010/07 contratou por Dispensa de Licitação.

Processo nº 002/2014 DL nº 001/2014; Contratada: CONSORCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO

PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); CNPJ: 09.427.503/0001-12; Objeto: Contratação de Serviços de

Tecnologia de informação, no âmbito do Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores (PGVC)

aprovado pelo CIGA, nos termos da Resolução CIGA nº 16/2011, envolvendo as seguintes atividades:

I - Promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo municipal de Santa Catarina; II - Inclusão digital

das Câmaras de Vereadores; III - Disponibilização de informações e serviços ao cidadão; IV -

Acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de

Vereadores; V - Divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; VI - Promoção da

gestão transparente do Poder Legislativo municipal; VII - Economia dos recursos públicos. .Valor

R\$ 2.280,00(dois mil duzentos e oitenta reais).Data de Assinatura: 10/12/2014.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4625/2014

DECRETO MUNICIPAL Nº 4628/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ESPECIAL CRIAR PROJETO / ATIVIDADE, MODALIDADE DE APLICAÇÃO E SUPLEMENTA VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA) e 900/13 de 25.10.2013 (LDO), Lei Municipal nº 949/2014 de 10.12.2014 e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Especial em Projeto/Atividade, modalidade de aplicação e suplementar verba no valor de R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4490 - Aplicações Diretas, fonte te recursos 01.62 - Outros Recursos do FNDE, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, conforme identificação a seguir:

	05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
--	---	--

	05.02 – Ensino Fundamental.	
	PROJETO: 12.361.0045.1.062	
	Construção de Quadra Escolar Coberta	
4.4.90	Aplicações Diretas (1439).....R\$	20.500,00
	Fonte: 01.62 – Outros Recursos do FNDE	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos do seguinte projeto abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais).

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	
	08.01 – Obras e Serviços Urbanos.	
	PROJETO: 1545100431.025	
	Apoio a Implantação de Industria e Comércio	
3.3.90	Aplicações Diretas (936).....R\$	10.500,00
4.4.90	Aplicações Diretas (943).....R\$	10.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 10 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 91/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014. DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 91/14 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Aprovação do Regulamento de Gestão de Patrimônio Público Municipal e dá outras providências.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, conjugado com o disposto na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações e regulamentações, Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, Portaria 448 de 13 de setembro de 2002 da Secretaria do Tesouro Nacional e, por fim, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Considerando a necessidade de disciplinar e uniformizar a responsabilidade pelo detentor de todo e qualquer bem pertencente ao Patrimônio Municipal e assegurar a gestão e controle eficientes.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento de Gestão de Patrimônio

Público Municipal/Câmara, parte integrante deste Decreto, que tem como finalidade estabelecer um plano de organização e conjunto de regras, métodos e procedimentos que visam assegurar, de forma ordenada, a gestão e o controle patrimonial, permitindo aferir o seu real valor e conhecimento integral e rigoroso da sua composição e evolução.

Parágrafo Único: Ficam também aprovados os anexos I à VIII que trata sobre os autos e acontecimentos nos setores onde há bens que terão alguma movimentação. O apêndice que trata sobre a depreciação dos bens imóveis e móveis e vida útil dos mesmos.

Art. 2º. Os registros patrimoniais no âmbito do Município/Câmara observarão as orientações contidas no presente Regulamento e no Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, sem prejuízo do atendimento dos instrumentos normativos vigentes.

Parágrafo único. As variações patrimoniais serão reconhecidas pelo regime contábil da competência patrimonial, visando garantir o reconhecimento de todos os ativos e passivos do Município, com a finalidade de ampliar a transparência sobre as contas públicas.

I - A Mesa Diretora e as Chefias ao receberem cópia do Regulamento de Gestão de Patrimônio Público Municipal procederá a sua imediata leitura e análise, esclarecendo possíveis dúvidas com a área de controle patrimonial, informando e orientando todos os servidores sob sua responsabilidade quanto a sua repercussão ou implicação nas rotinas administrativas;

II - A Mesa Diretora e Chefias atestarão o recebimento e ciência do conteúdo do Regulamento mediante recibo próprio a ser devolvido à Controladoria Geral do Município/Câmara;

III - Todas as unidades administrativas e a Controladoria Geral do Município/Câmara são solidariamente responsáveis pelo acompanhamento das respectivas legislações pertinentes às suas atribuições e deverão propor formalmente a imediata alteração do Regulamento, sempre que julgarem necessário.

Art. 5º. Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

BOM JESUS DO OESTE (SC), AOS 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVALDO DEFENDI RIBEIRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 04/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br
CNPJ 01.594.009/0001-30

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 04/2014**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

O Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, AIRTON ANTONIO REINEHR, e o Secretário Municipal de Administração e Fazenda WALTER NAUJORKS, no exercício de suas atribuições e, CONSIDERANDO o previsto na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 e também o disposto nos diplomas legais a seguir relacionados:

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (Lei nº. 5.172/1996);
LEI COMPLEMENTAR nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
LEI FEDERAL nº. 10.257./2001(Estatuto das Cidades);
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE
LEI COMPLEMENTAR nº. 820/2011 (Código Tributário Municipal);
LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR nº. 938/2014 (Institui e autoriza a Cobrança de Contribuição de Melhoria e da outras providências).

FAZEM SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influencia da obra publica de que trata a Lei Municipal nº. 938/14, de 27/08/2014, localizados na Avenida 29 de Novembro, trecho II, entre a Rua Carolina e a Rua La Salle; Avenida 29 de Novembro, trecho III, entre a Rua La Salle e Rua Irmão Ambrosio; Rua Padre Julio, trecho I, entre Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro; Rua Padre Julio, trecho II, entre Avenida Cristo Rei e Lote Urbano nº. 31 da quadra nº. 07-A; Avenida Brasília, entre a Rua Irmão Ambrosio e Parte do Lote Urbano nº. 184, da quadra nº. 21; Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro; Rua Carolina entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro, Rua Irmão Ambrosio, entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro e Rua La Salle, entre Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro, totalizando uma área de 12.305,05m² que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de reurbanização, consistente de pavimentação com pedras irregulares, drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

1. DADOS FISCAIS E FINANCEIROS DA OBRA**1.1 ORÇAMENTO/CUSTO ESTIMADO DA OBRA**

O custo total/ orçamento estimado para a consecução da obra publica de que trata este Edital com previsão na Lei Municipal nº. 938, de 27/08/2014,



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
E-Mail: administracao@bomjesusdooeste.sc.gov.br
CNPJ 01.594.009/0001-30

correspondente a quantia de R\$ 667.263,32 (seiscentos e sessenta e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos), conforme ANEXO I que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.2 FONTE DE RECURSO:

Para execução desta obra publica o Poder Executivo contará com os valores obtidos através de repasse do Governo do Estado de Santa Catarina e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Bom Jesus do Oeste.

1.3 PARCELA DE CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

O fato gerador da contribuição de melhoria será a valorização que a obra pública proporcionará a cada imóvel, a qual se apurada através de avaliação antecedente e posterior a realização da obra, e, que servirá de base de calculo da contribuição. As avaliações devem constar de Editais específicos, indicando os dados e informações necessárias ao lançamento fiscal, prazo e forma para eventuais impugnações, em conformidade com a Lei Municipal nº 938/2014.

1.4 DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A zona de influência do benefício direto da obra é aquela correspondente a extensão da Avenida 29 de Novembro, trecho II, entre a Rua Carolina e a Rua La Salle; Avenida 29 de Novembro, trecho III, entre a Rua La Salle e Rua Irmão Ambrosio; Rua Padre Julio, trecho I, entre Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro; Rua Padre Julio, trecho II, entre Avenida Cristo Rei e Lote Urbano nº. 31 da quadra nº. 07-A; Avenida Brasília, entre a Rua Irmão Ambrosio e Parte do Lote Urbano nº. 184, da quadra nº. 21; Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro; Rua Carolina entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro, Rua Irmão Ambrosio, entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro e Rua La Salle, entre Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro, totalizando uma área de 12.305,05m², nela compreendendo a relação de todos os imóveis descritos individualmente no ANEXO II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

1.5 FATOR DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA (art. 4º e seus §§, da Lei Municipal nº 938/2014)

1.5.1 A determinação da Contribuição de Melhoria será nos limites da valorização imobiliária produzida com a obra pública, rateando-se, proporcionalmente, nos limites da valorização imobiliária gerada em cada imóvel incluído na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita no presente Edital, em função dos fatores individuais. Sendo que para a apuração do valor individual do tributo será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br
CNPJ 01.594.009/0001-30

observância ao disposto na Lei Municipal nº. 938/2014, art. 145, inciso III, da Constituição Federal de 1998 c/c artigos 81 e 82 ambos da Lei nº. 5.172 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e Lei Complementar nº 820/2011 (Código Tributário Municipal).

1.5.2 A apuração far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influencia da obra pública, verificado antes e após a realização da obra pública.

II – a efetiva valorização do imóvel com a obra pública.

III – a situação do terreno na zona de influencia.

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

1.5.3. A Contribuição de Melhoria de que trata este Edital terá como limite para a absorção do custo total da obra, a efetiva valorização proporcionada em cada imóvel inserido na zona de influência do benefício direto da obra.

1.5.4. Estão incluídos nos orçamentos de custo da obra todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influencia.

1.5.5. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria de que trata este Edital, conforme previsão na Lei Municipal nº. 938/2014, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

1.5.6. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 820/2011), sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema, o que será analisado pela Autoridade Administrativa, de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido em lei e, mediante requerimento administrativo para os demais casos.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DA OBRA

2.1 DO OBJETO

2.1.1. Execução dos serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, pavimentação com pedras irregulares, obras arte corrente, sinalização viária e obras complementares da Avenida 29 de Novembro, trecho II, entre a Rua Carolina e a Rua La Salle; Avenida 29 de Novembro, trecho III, entre a Rua La Salle e Rua Irmão Ambrosio; Rua Padre Julio, trecho I, entre Avenida Brasília e



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

CNPJ 01.594.009/0001-30

Avenida 29 de Novembro; Rua Padre Julio, trecho II, entre Avenida Cristo Rei e Lote Urbano nº. 31 da quadra nº. 07-A; Avenida Brasília, entre a Rua Irmão Ambrosio e Parte do Lote Urbano nº. 184, da quadra nº. 21; Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro; Rua Carolina entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro, Rua Irmão Ambrosio, entre a Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro e Rua La Salle, entre Avenida Brasília e Avenida 29 de Novembro, totalizando uma área de 12.305,05m².

2.1.2. Os trabalhos serão executados conforme os projetos elaborados e aprovados pela Associação dos Municípios do Entre Rios – AMERIOS. Todos os detalhes e dimensões serão executados conforme projeto, que se encontra à disposição dos interessados junto à Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Bom Jesus do Oeste.

2.1.3. Serão rigorosamente observados os procedimentos técnicos e equipamentos exigidos pelas normas técnicas da ABNT, sob a fiscalização da Prefeitura do Município de Bom Jesus do Oeste.

3 DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (art. 3º e seus §§, da Lei Municipal nº938/2014).

3.1.1. A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no presente Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Órgão Fazendário do Município de Bom Jesus do Oeste, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, observando as seguintes disposições:

3.1.2. O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos neste Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil à publicação do presente, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo ao exame do Poder Judiciário.

3.1.3. As impugnações aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição formalizada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob a pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria de Administração e Finanças o qual, após manifestação das Secretarias de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000
Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041
E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br
CNPJ 01.594.009/0001-30

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

3.1.4. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, no que couber e lhe forem aplicáveis às disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e Decreto-lei nº. 195/1967.

3.1.5. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada em estrita observância à Legislação indicada neste Edital.

3.1.6. Os anexos a que se refere o presente Edital (Anexo I e II) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos para viabilização da obra pública, os quais se encontram à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento.

Registre-se e publique-se na forma da lei.

Bom Jesus do Oeste, 05 de Dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

CNPJ 01.594.009/0001-30

ANEXO I

ORÇAMENTO ESTIMATIVO – MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Lei Municipal nº. 938/2014 – Cobrança de Contribuição de Melhoria

Obra/Serviço: Reurbanização/ Pavimentação com Pedras Irregulares e Obras Complementares

Local: Avenida 29 de Novembro, Rua Padre Julio, Avenida Brasília, Rua Eduardo Sehnem, Rua Carolina, Rua Irmão Ambrosio, Rua La Salle.

Área: 12.304,05m²

Valor Estimado da Obra: 667.263,32

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL R\$
1.0	Placas Convênio e Inauguração				
1.1	Placa da obra do convênio em chapa aço galvanizada (2,00x1,25)	2,50	m²	453,89	1.134,73
2.0	Terraplenagem				
2.1	Compactação mecânica 95% do PN	556,60	m³	4,29	2.387,81
2.2	Esc/Carga e trans. 1ª cat.	1.088,35	m³	6,26	6.813,07
2.3	Esc/Carga e trans. 2ª cat. DMT 50m	466,85	m³	3,51	1.638,64
2.4	Material para aterro/reaterro	126,35	m³	22,83	2.884,57
3.0	Drenagem Pluvial				
3.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	695,14	m³	6,26	4.351,58
3.2	Reaterro e compactação mecânica	416,20	m³	23,62	9.830,65
3.3	Tubo concreto simples DN 400mm	289,00	Mts	29,39	8.493,74
3.4	Assentamento da tubulação de diâmetro 400mm	289,00	Mts	18,49	5.343,67
3.5	Tubo concreto simples DN 600mm	254,00	Mts	51,17	12.997,21
3.6	Assentamento da tubulação de diâmetro 600mm	254,00	Mts	36,00	9.144,00
3.7	Boca de lobo simples c/ grelha de diâm. DN 30 e 40	20,00	Und	535,20	10.704,00
3.8	Boca de lobo simples c/ grelha de diâm. DN 60	14,00	Und	671,35	9.398,90
3.9	Caixa de ligação e passagem DN 60	1,00	Und	960,76	960,76
3.10	Concreto armado	0,27	m³	1.868,04	504,37
3.11	Grade de ferro em barra chata 3/16"	0,25	m³	290,47	72,62
4.0	Reforma de Boca de Lobo				
4.1	Demolição de alvenaria de tijolos maciços	0,16	m³	49,35	7,90
4.2	Alvenaria tijolo maciço 7x10x20cm	0,72	m²	198,16	142,68
4.3	Demolição de alvenaria de tijolos maciços	1,40	m³	49,35	69,09
4.4	Alvenaria tijolo maciço 70x10x20cm	5,40	m²	198,16	1.070,06
5.0	Remoção				
5.1	Remoção de bueiros existentes DN 30cm	46,00	M	65,12	2.995,52
5.2	Remoção de bueiros existentes DN 40cm	74,50	M	65,12	4.851,44



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

CNPJ 01.594.009/0001-30

5.3	Remoção de bueiros existentes DN 60cm	1,00	M	65,12	65,12
6.0	Pavimentação				
6.1	Limpeza da Obra	16.017,30	m²	0,71	11.372,28
6.2	Meio fio pré moldado 12x15x30x100cm	1.830,50	M	35,79	65.513,60
6.3	Material para aterro/reaterro	521,20	m³	22,83	11.899,00
6.4	Compactação mecânica 95% do PN	521,20	m³	4,29	2.235,95
6.5	Pavimentação em pedra irregular, com rejunte de pó de pedra	12.304,05	m²	35,97	442.576,68
6.6	Colchão em argila para assentamento de pavimentação	1.845,67	m³	7,29	13.454,93
6.7	Arranhamento e remoção de paralelepípedos	274,30	m²	20,17	5.532,63
6.8	Pavimentação em pedra irregular, com rejunte de pó de pedra	274,30	m²	35,97	9.866,57
7.0	Sinalização				
7.1	Conf. de placa de sinalização semi-refletiva velocidade 40km/h	1,92	m²	154,79	297,20
7.2	Poste de aço H=2,5m D=75mm	12,00	Und	245,88	2.950,56
7.3	Conf. de placa de sinalização semi-refletiva PARE	1,28	m²	154,79	198,14
7.4	Poste de aço H=2,5m D=75mm	8,00	Und	245,88	1.967,04
7.5	Conf. de placa de sinalização semi-refletiva PARE	2,08	m²	154,79	321,97
7.6	Poste de aço H=2,5m D=75mm	13,00	Und	245,88	3.196,44
8.0	Relocar ou remover placa de sinalização				
8.1	Remoção de placa de sinalização	0,96	m²	18,96	18,20
	TOTAL				667.263,32



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE**

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

CNPJ 01.594.009/0001-30

ANEXO II

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO – MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Lei Municipal nº. 811/2011 – Cobrança de Contribuição de Melhoria

Obra/Serviço: Reurbanização/ Pavimentação com Pedras Irregulares e Obras Complementares

Local: Avenida 29 de Novembro, Rua Padre Julio, Avenida Brasília, Rua Eduardo Sehnem, Rua Carolina, Rua Irmão Ambrosio, Rua La Salle.

Área: 12.304,05m²

Valor Estimado da Obra: 667.263,32

Contribuinte	Num. Cad.	Nome da Rua	Área do Lote (m²)	Set or	Lote	Avaliação do Lote (R\$)
INES JACOBY	723-0	AVENIDA BRASÍLIA	500,00	02	186-B	R\$ 30.610,00
ANTONIO NASCIMENTO	724-0	AVENIDA BRASÍLIA	1.000,00	02	185	R\$ 61.220,00
EDIMAR SENHOR	725-0	AVENIDA BRASÍLIA	1.000,00	02	184	R\$ 61.220,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE		AVENIDA BRASÍLIA	1.000,00	02	187	R\$ 61.220,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE		AVENIDA BRASÍLIA	1.000,00	02	188	R\$ 61.220,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE		AVENIDA BRASÍLIA	1.000,00	02	189	R\$ 61.220,00
MARCOS GILMAR WANDSCHEER	797-0	RUA IRMÃO AMBROSIO	400,00	02	217-A	R\$ 24.488,00
ADEMIR LUIZ STEFFLER	1694-0	RUA IRMAO AMBROSIO	600,00	02	217-B	R\$ 36.732,00
ERNO FRIDOLINO WANDSCHEER	788-0	RUA IRMAO AMBROSIO/AVENIDA 29 DE NOVEMBRO - ESQUINA	1.000,00	03	226	R\$ 40.820,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE		RUA IRMAO AMBROSIO	1.000,00	03	196	R\$ 40.820,00
SELMAR WAGNER	789-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	225	R\$ 40.820,00
BENJAMIN LANG	790-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	224	R\$ 40.820,00
VILMA CAMARGO	791-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	223	R\$ 40.820,00
VALMEI JOSE BRUINSMA	792-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO/ RUA LA SALLE – ESQUINA	1.000,00	03	222	R\$ 40.820,00
HARI SCHMITT	833-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	617,00	03	227-A	R\$ 25.185,94
CLEVERSON CESCHINI	799-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	615,50	03	228-B	R\$ 25.124,71
CRISTINA INES SCHMITZ	818-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	615,50	03	P/228	R\$ 25.124,71
EVANDRO LUIZ DA CUNHA	800-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	614,00	03	P/229	R\$ 25.063,48
DARCISIO WERLANG	817-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	614,00	03	P/229	R\$ 25.063,48
SIBILA ANA WERLANG	801-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.225,00	03	230	R\$ 50.004,50
CELIO WILSMANN	774-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO/ RUA LA SALLE – ESQUINA	1.000,00	03	253	R\$ 40.820,00
ARLINDO SEIDER	776-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	251	R\$ 40.820,00
HILARIO NERI ZIMMERMANN	777-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	440,00	03	250	R\$ 17.960,80
CAMILA SCAPIN	1624-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO/ RUA CAROLINA – ESQUINA	440,00	03	249-C	R\$ 17.960,80
CLAUDIOMIRO ROSSI	787-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.220,00	03	254	R\$ 49.800,40
EVANDRO BOYASKI	786-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.047,00	03	255	R\$ 42.738,54
PEDRO ARLINDO SCHEICHER	785-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	898,00	03	256	R\$ 36.656,36
PEDRO ARLINDO SCHEICHER	784-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.215,00	03	257	R\$ 49.596,30
JOSE CELESTINO DO PRADO	1606-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO/ RUA CAROLINA – ESQUINA	500,00	03	277-A	R\$ 20.410,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

Avenida Nossa Senhora de Fatima, 120 CEP 89.873-000

Fone/Fax: (0 **49) 3363 0200 / 3363 0201 / 3363 0041

E-Mail: administracao@bomjesusdoeste.sc.gov.br

CNPJ 01.594.009/0001-30

ARLINDO SEIDER (EGON GARMATZ)	761-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	276	R\$ 40.820,00
LEVINO JOSE ARGENTA	762-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	275	R\$ 40.820,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE	772-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	278	R\$ 40.820,00
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE	771-0	AVENIDA 29 DE NOVEMBRO	1.000,00	03	279	R\$ 40.820,00
DERLI BRUXEL, DELMIR BRUXEL, IVANETE BUDKE	793-0	RUA LA SALLE	1.000,00	02	221	R\$ 61.220,00
PAROQUIA EVANGELICA DE MARAVILHA	783-0	RUA LA SALLE	1.000,00	02	244	R\$ 61.220,00
DAVID BIRNFELD	775-0	RUA LA SALLE	500,00	03	252	R\$ 20.410,00
EUGENIO FRANKEN	779-0	RUA CAROLINA	1.000,00	02	248	R\$ 61.220,00
ANTONIO ALBINO RAUBER	778-0	RUA CAROLINA	560,00	03	249-A	R\$ 22.859,20
VALDIR CALILO WALKER	1623-0	RUA CAROLINA	560,00	03	249-B	R\$ 22.859,20
DELICIO BRUXEL	769-0	RUA CAROLINA	500,00	02	268-A	R\$ 30.610,00
CARLOS JUNIO CECCON	1628-0	RUA CAROLINA	500,00	02	268-B	R\$ 30.610,00
LUCIANE WEBER SAUSEN	1605-0	RUA CAROLINA	500,00	03	P/277	R\$ 20.410,00
LUCIMAR RUCH	765-0	RUA EDUARDO SEHNEM	1.000,00	02	272	R\$ 61.220,00
POLIDORIO DE LIMA DA SILVA	1604-0	RUA EDUARDO SEHNEM	500,00	03	273-A	R\$ 20.410,00
VILSON GARMATZ	1603-0	RUA EDUARDO SEHNEM	500,00	03	273-B	R\$ 20.410,00
ROSENI MACHADO DE SOUZA BRUXEL	1608-0	RUA EDUARDO SEHNEM	392,50	02	288-A	R\$ 24.028,85
CELOIR GARMATZ	1607-0	RUA EDUARDO SEHNEM	392,50	02	288-B	R\$ 24.028,85
VILSON GARMATZ	752-0	RUA EDUARDO SEHNEM	392,50	03	297-B	R\$ 16.021,85
VALINHOS SA PART E INVEST	751-0	RUA EDUARDO SEHNEM	392,50	03	297-A	R\$ 16.021,85
NELSON LINCOLN HALBERSTADT	754-0	RUA PADRE JULIO	1.000,00	03	293	R\$ 40.820,00
VILMAR ADRIANO BORTOLOZO	1612-0	RUA PADRE JULIO	500,00	02	292-A	R\$ 30.610,00
ERNANI EDSON KIRCH	749-0	RUA PADRE JULIO	500,00	02	292-B	R\$ 30.610,00
ERNANI EDSON KIRCH		RUA PADRE JULIO/ CHÁCARA				
ESPORTE CLUBE RECREATIVO 21 DE SETEMBRO		RUA PADRE JULIO	10.000,00			R\$ 51.020,00
IVONETE DE FATIMA MARION	1592-0	RUA PADRE JULIO	1.000,00	01	31	R\$ 81.630,00
NOELI SALETE SEIDER FIORENTIN	1648-0	RUA PADRE JULIO	375,00	01	01	R\$ 30.611,25
CLAUDETE SKOWRONSKI CANAL	1655-0	RUA PADRE JULIO	375,00	01	08	R\$ 30.611,25
JOSE MILTON GARMATZ	1654-0	RUA PADRE JULIO	375,00	01	07	R\$ 30.611,25

Bom Jesus do Oeste, 05 de Dezembro de 2014.

Comissão de Avaliação Imobiliária:

Walter Naujorks
Membro

Adenir Machado de Souza
Membro

Maria Jaira Menegon
Membro

Ivandro Paulo Fae
Membro

Nelson Fernandes dos Santos
Membro

Jairo Boehlke
Membro

LEI MUNICIPAL Nº 949/2014

LEI MUNICIPAL Nº 949/14, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM EXECUÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4.4.90 - Aplicações Diretas, fonte de recursos 0101 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste:

	05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.	
	05.02 – Ensino Fundamental.	
	PROJETO: 12.361.0045.1.062	
	Construção de Quadra Escolar Coberta	
4.4.90	Aplicações Diretas (1439).....R\$	20.500,00
	Fonte: 01.01 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 1º da presente Lei, a ser operada mediante decreto específico, serão utilizados recursos do seguinte projeto abaixo e respectivos elementos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no valor de R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais).

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.	
	08.01 – Obras e Serviços Urbanos.	
	PROJETO: 1545100431.025	
	Apoio a Implantação de Indústria e Comércio	
3.3.90	Aplicações Diretas (936).....R\$	10.500,00
4.4.90	Aplicações Diretas (943).....R\$	10.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, em 10 de dezembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2844/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2844/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 23 de Dezembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de serviço de hora/máquina com trator de pneus para execução de atividades do departamento de Agricultura.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 11 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2846/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2846/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:15 horas do dia 23 de Dezembro de 2014, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de combustível, Gasolina Comum, Diesel Comum e Diesel S-10.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 11 de Dezembro de 2014.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

1003.12.14 - P. LIC. CASAMENTO MARIA A. FORMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1003/14 de 08.12.14
Concede Licença Motivo Casamento

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 94 Inciso III, letra a da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o requerimento protocolado sob Nº 093/2014 de 08 de dezembro de 2014 - 08 (oito) dias de Licença de Casamento, a contar do dia 06 de dezembro de 2014 com término no dia 13 de dezembro de 2014 a funcionária Maria Alvina Formento, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de dezembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1011.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1011/14 de 09.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 08 de dezembro de 2014, a funcionária Marilu de Almeida, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1012.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. H. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1012/14 de 09.12.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 04 de dezembro de 2014, a funcionária Maria Lunalva Hemkmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1013.12.14 - P. NOMEIA COMISSÃO PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1013/14 de 09.12.14
Nomeia Pregoeiro e Nova Equipe de Apoio

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e na Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Jocemar da Silva - Assistente Administrativo para ser Pregoeiro Oficial do Município de Bom Retiro para realização de pregões.

Art. 2º - A Nova equipe de apoio será composta por Jeferson Ulisses Nunes - Assessor Gabinete do Prefeito, Nilton César dos Santos - Assistente Administrativo e Samara de Almeida - Assessor de Departamento como suplente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria 013/14 de 06.01.14.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
09 de dezembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1014.12.14 - P. LIC. TRAT. SAUDE JESSICA DO NASCIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1014/14 de 10.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 09 de dezembro de 2014, a funcionária Jéssica do Nascimento, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
10 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Decreto 0147/2014**

DECRETO Nº 0147/2014

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Concurso Público 01 e 02/2014.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º Fica constituída a Comissão de Concurso Público 01/2014 e Concurso Público 02/2014, integrada pelas Sr(a)s Marilei Medeiros Domingues de Souza, Mara Eliza Schaade, Priscila Gonçalves dos Santos Coelho, Marina Solange Georg Erbs e Elisabeth Hoelgbaum para, sob a Presidência da primeira, supervisionar a execução do Concurso Público 01 e 02/2014, destinado ao preenchimento de vagas de cargos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 10 de dezembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Decreto 0148/2014

DECRETO Nº 0148/2014.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.106 - Índice de Gestão Descentralizada - IGB Bolsa Família

(30) - 4.4.90.00.00.00.00.00.1.0142 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

TOTAL R\$ 1.600,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação de 2014 do recurso 1.0142 - Bolsa Família.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 10 de dezembro de 2014.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2014

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS e EMPREGO
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO para os cargos de AGENTE DE DEFESA CIVIL, ASSISTENTE SOCIAL, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDEIRA/ SERVENTE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - TRABALHADOR BRAÇAL, FARMACÊUTICO, FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, MÉDICO VETERINÁRIO, MOTORISTA, OPERADOR DE MÁQUINAS, OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TOPÓGRAFO e VIGIA NOTURNO; e para o emprego de ENFERMEIRO -ESF (ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA). INSCRIÇÕES: Via Internet, pelo site www.concursosss1.com.br - de 11/12/2014 a 12/01/2015. Maiores informações e Editais na íntegra poderão ser obtidos no site www.concursosss1.com.br, a partir da data de abertura das inscrições.

Braço do Trombudo, 11 de dezembro de 2014.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 65/2014

EXTRATO DE CONTRATO 65/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Supermercado Porto
CNPJ 05.282.990/0001-11, sito a Rua Bruno Blaese, 21
Cidade de Trombudo Central -SC

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MONTAGEM DE CESTAS NATALINAS.

Valor: R\$ 14.151,48 (quatorze mil cento e cinquenta e um reais e quarenta e oito centavos)

Vigência até 31.12.2014.

Data da assinatura: 03.12.2014
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 66 2014

EXTRATO DE CONTRATO 66/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: S.O.S Sul Resgate - Comercio e Serviços de Segurança e Sinalização Ltda - EPP
CNPJ 03.928.511/0001-66, sito a Avenida Comendador Franco, 2267 - Bairro Guabirotuba, Curitiba - PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01(UM) QUITE RESGATE VEICULAR PARA APOIO AO ATENDIMENTO ÀS OCORRÊNCIAS DO GRUPAMENTO DE BOMBEIROMILITAR DE TROMBUDO CENTRAL.

Valor: R\$ 47.490,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e noventa reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo Diesel Comum. Exigências: Instalação de um tanque aéreo de capacidade mínima de 15.000 litros, com Bacia de Contensão Metálica. Vazão de Bomba Mínima de 50 Litros por minuto. (12338)	LTS	WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2.3700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Óleo Diesel S10. Exigências: Instalação de um Tanque aéreo de capacidade mínima de 6.000,00 litros, com bacia de contenção metálica. Vazão de bomba mínima de 50 litros por minuto. (12978)	LTS	WD COM WALENDOWSKY/DIST. DE COMB. LTDA (8418)	WDCOM	0	2,5100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10 para abastecer a bomba de combustível da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014
PROCESSO Nº 5/2014

(8418) - WD COM WALENDOWSKY DIST. DE COMB. LTDA

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 10/2014			Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		
Objeto da Compra: Aquisição de Equipamentos de Informática para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Município de Braço do Trombudo (IGD-BF).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Notebook na cor preta com Processador Intel Core i3-2375M 1.5 GHz, Cache 3 MB, Sistema operacional Windows 8, Tamanho da tela 14", Tipo de tela LCD LED backlit TFT LCD, com resolução de 1366 x 768, Unidade óptica Gravador de DVD/CD, Leitor de cartão SD, MMC, Webcam integrada, Resolução da webcam HD, Conexão s/ fio (wireless) 802.11 b/g/n, Conector combinado para microfone / fone de ouvido, Memória RAM 4 GB DDR3, Tipo de memória DDR3, Disco rígido (HD) 500 GB 5400 RPM, Portas USB 1 (2.0) e 1 (3.0), Saída HDMI, Rede 10/100, Outras conexões RJ45, VGA, Placa de vídeo Integrada, com tecnologia Intel HD Graphics 3000, Placa de som Integrada, Teclado Chidlet, Português-BR ABNT2, Mouse Touchpad, Bateria 4 células : 2600 mAh 37 Vhrs/45W AC Adapter, Duração aprox. da bateria (h) até 5 horas, Tensão/Voltagem Bivolt, Conteúdo da Embalagem: Notebook, Carregador e Certificado de garantia, Dimensões aproximadas: Altura 4,00 cm, Largura 35,00 cm, Profundidade 24,00 cm e Peso 1,92 Quilos (1381)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)	CCE	0	2.106,2516	1
2	Maleta para notebook 14", composição/material em nylon na cor preta, gênero unissex, compartimento internos com forro de algodão, alça removível, tipo de fechamento com zíper. (1382)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)	MULTILASER	0	80,4747	1
3	Mouse Óptico retrátil para notebook, roda de rolagem (scroll), alimentação USB, plug & play, cor preto. (1383)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)	PCTOP	0	32,7860	1
4	Mouse Óptico (CPU) entrada USB, roda de rolagem (scroll), na cor preta (1384)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)	PCTOP	0	24,8379	1
5	Caixa de Som, equipamentos compatíveis: iPod, MP3, PC e Notebook, estéreo, Potência RMS: 3W, Alimentação USB, na cor preta (1385)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)	PCTOP	0	53,6498	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Equipamentos de Informática para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Município de Braço do Trombudo (IGD-BF).							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME	(6186) MYMAX	0	54,2419	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 10/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de Equipamentos de Informática para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do Município de Braço do Trombudo (IGD-BF).					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014
PROCESSO Nº 10/2014

- (6183) - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME
- (6186) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA ME

Braço do Trombudo, 10 de Dezembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2 2014PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e Atividades com os idosos. (12375)	MES	Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15 (9240)		0	5.495,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2014

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 2/2014		Data do Registro: 05/03/2014		Válido até: 05/03/2015			
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Ensino de Esporte na modalidade Futsal, Voleibol e atividades com os idosos no município de Braço do Trombudo, sendo que o Profissional da empresa eventualmente contratada deverá ser Formado em Educação física e possuir CREF/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2014
PROCESSO Nº 6/2014

(9240) - Paulo Cesar Martins - 820.050.959-15

Braço do Trombudo, 5 de Março de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 1/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ROLAMENTO ESFERAS CX (15071)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	199,9150	1
2	GARFO 2-3 CX (15072)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.032,1298	1
3	ALAVANCA CX CAMBIO (15073)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	305,1857	1
4	CAPAS DE ALAVANCA CX MARCHAS (15074)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	22,1071	1
5	CILINDROS FREIOS (15075)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8669	1
6	ALAVANCA DAS REDUZIDAS (15076)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	184,2292	1
7	CORREIA (6870)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1
8	DISCO EMBREAGEM 13 ESTR FINA (15077)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	905,2755	1
9	ESPELHO EMBREAGEM (4298)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	303,3625	1
10	COBERTURA EMBRE. DUPLA (15078)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	296,3886	1
11	Arnuela isolante fibra. (11540)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1,8929	1
12	CONTRA PINO (3517)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1,4745	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 2/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
13	ROLAMENTO PRISA (15079)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	39,8306	1	
14	ROLAMENTO EMBR, CONT, PERM (15080)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8669	1	
15	ROLAMENTO EMBRE COMUM (15081)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	121,0660	1	
16	DISCO ENC ROLMET, EMBREAG (15082)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	89,3350	1	
17	PLATOR COMPLETE DUPLO (15083)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	3.052,8827	1	
18	ALAVANCA EMBREA, C/BUCHA (15084)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	294,5655	1	
19	DISCOS CERAMETÁLICOS EMBR (15085)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.210,4612	1	
20	DISCOS EMBRE 13 C/MOLAS (15086)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.242,0129	1	
21	Correia borr vent (11557)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	44,0648	1	
22	HELIÇE 6,PASS,MOTOR 4236 (15087)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	273,6439	1	
23	BOMBA ÁGUA 4236 (15088)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	442,0126	1	
24	RETENTOR TDF FORÇA LABIAL (15089)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	100,0050	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 3/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	ROLAMENTO TDF TIPO NOVO (15090)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1
26	BOMBA ALIMENT BLIND (15091)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	195,9353	1
27	BOMBA ALIMENT COMUM (15092)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	161,7236	1
28	BOMBA COMBUSTÍVEL S 4000 (15093)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	297,5543	1
29	TECLA SINALEIRA FAROL (15094)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	161,8631	1
30	TECLA AZUL ALTA (15095)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	103,1632	1
31	TECLA FAROL SERVIÇOS (15096)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	116,8518	1
32	Tecla indicadora direção. (11564)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	135,7908	1
33	Tecla pisca alerta. (11565)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	109,4596	1
34	FAROL DIANT QUADRADO (15097)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	58,9490	1
35	LAMPADA DIAN (15098)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	9,4645	1
36	LAMPADA DE IODO H3 (15099)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	12,6227	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 4/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	LAMPADA DE PAINEL (4252)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	4,5430	1
38	LAMPADA FILAM INCAD (15100)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	298,8594	1
39	KIT MOLAS ASSENTO (4285)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	88,4284	1
40	KIT DE MOTOR PERK (15101)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	473,7237	1
41	1 JG DE JUNTAS PERK (15102)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,7373	1
42	BOMBA ÁGUA PERK (15103)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	442,0126	1
43	COMANDO HIDR SIMPLES (15104)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.894,8948	1
44	INDICADOR TEMPERATURA (15105)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	97,9029	1
45	Pre filtro grande (11575)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	175,8008	1
46	PRE FILTRO (4269)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	104,2192	1
47	MANGUEIRA INFERIOR (4286)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	41,0561	1
48	MANGOTE BORR BAIXA PRESS (15106)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	38,9539	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 5/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
49	Coxim borracha tanque. (11579)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	22,1071	1
50	Flexível tanque ao filtro. (11580)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1
51	Bóia indicadora. (11571)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	115,7958	1
52	LEXIVEL DO TANQUE (15107)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	51,5766	1
53	Mola helicoidal (11583)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	11,5766	1
54	Mola pedal de embreagem. (11584)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	11,5766	1
55	TIRANTE DE EMBRE, ANTIGO (15108)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	125,2703	1
56	TIRANTE DE EMBRE, MODERNO (15109)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	83,1681	1
57	BUCHA EIXO DE DIREÇÃO (4324)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	20,6227	1
58	BUCHA DA BALANÇA (4325)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	29,4695	1
59	BUCHA DA MANGA (5955)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	19,9950	1
60	BUCHA MANGA 32 MM (15110)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	19,9950	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 6/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	ROLAMENTO DE APOIO MANGA (15111)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	22,1071	1
62	ROLAMENTO CONICO CUBO (15112)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	59,6364	1
63	RETENTOR CUBO DIANT,DIANT (15113)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	18,4110	1
64	RETENTOR MAIOR (11057)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	37,9876	1
65	RETENTOR MENOR (5966)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	17,2055	1
66	JUNTA (380)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	9,4844	1
67	ANEL FLANGE (15114)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	5,0311	1
68	Terminal tubular. (11600)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	163,9851	1
69	Terminal Longo Grosso. (8736)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	89,4845	1
70	Terminal direção. (11602)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	77,8979	1
71	Braço comando da direção. (11603)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	173,6987	1
72	Eixo direção. (11605)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	226,1620	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 7/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Braço inferior direção (7917)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	222,2965	1
74	Pino guia de aço (11606)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	64,2192	1
75	Junta Metálica. (8751)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	118,9540	1
76	ROLAMENTO E CX (15115)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	50,9788	1
77	ANEL BORRACHA CAIXA (15116)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	3,9950	1
78	Anel trava pedal (11614)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	6,3163	1
79	Filtro ar externo moderno (11839)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	71,3425	1
80	Elemento filtro ar moderno (11838)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	57,9029	1
81	Filtro de Ar Externo (10719)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	76,8419	1
82	Elemento filtro ar (10089)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,3138	1
83	FILTRO AR EXT 292-4275INT (15117)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	122,1121	1
84	FILTRO AR EXT 292-4275 (15118)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	86,3263	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 8/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
85	FILTRO HIDRAULICO (6875)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	115,7958	1
86	Elemento filtrante (9755)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	29,4795	1
87	Jg reparo reservatório. (11628)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	14,7347	1
88	Cj eixo tomada força (11629)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	677,6889	1
89	EIXO TOMADA DE 08/2007 (15119)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	951,5619	1
90	RETENTOR ESTREITO TDF (15120)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	22,1071	1
91	MÃO DE OBRA (2726)	HR	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	64,7572	1
92	PARAFUSOS RD DIANTEIRA (15121)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	7,3724	1
93	PORCA RD DIANTEIRA (15122)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	5,2603	1
94	CILINDRO DIREÇÃO (15123)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	879,0339	1
95	TERMINAL DIREÇÃO (4056)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	168,4384	1
96	REPARO DIREÇÃO (15124)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 9/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	CUBO DIANTEIRO (15125)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8689	1
98	RETENTOR DIANTEIRO (8687)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1
99	ROLAMENTO APOIO (15126)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8618	1
100	Rolamento dianteiro (10760)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1
101	BUCHA DIANTEIRA (3867)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	31,5816	1
102	PONTA EIXO DIANT (15127)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	515,8358	1
103	ARO DIANT 18 (15128)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	621,1011	1
104	PINO DIANT BALÇ (15129)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	126,3263	1
105	BUCHA DOS PEDAIS (15130)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1
106	RETENTOR DOS PEDAIS (15131)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	41,0561	1
107	EIXO DOS PEDAIS (15132)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8689	1
108	DISCOS DE FREIO (15133)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	121,0660	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 10/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
109	SEPARADOR DE FREIO (5141)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	78,9539	1	
110	HASTE DE FREIO (15134)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1	
111	TIRANTE DE FREIO (5950)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	42,1121	1	
112	VEDADOR DE FREIO (15135)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1	
113	PARAFUSO RD TRAZ (15136)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	12,6326	1	
114	PORCA RD TRAZ (15137)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	9,4745	1	
115	MOLA DE FREIO (15138)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	31,5816	1	
116	VOLANTE DIREÇÃO (15139)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	713,1957	1	
117	REPARO CX DA DIREÇÃO (15140)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	231,6016	1	
118	BOMBA DIREÇÃO (15141)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.568,4488	1	
119	REPARO BOMBA DR (15142)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	51,5866	1	
120	FLEXIVEL DIREÇÃO (15143)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	78,9539	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 11/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
121	PONTA EIXO TRZ (15144)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.842,0927	1	
122	ROLAMENTO TRZ (15145)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	231,6016	1	
123	RETENTOR TRAZ (15146)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1	
124	TRAVA EIXO TRAZ (15147)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	126,3961	1	
125	ANEL DE CARCAÇA (15148)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1	
126	DISCO RD TRAZ 15X30 (15149)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.242,2121	1	
127	REPARO TAMPA HIDR (15150)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	63,1632	1	
128	EMBOLO HIDR (15151)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8669	1	
129	GARFO DO HIDR (15152)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	821,1211	1	
130	EIXO DO HIDR (15153)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	544,9566	1	
131	ARRUELA HIDR (15154)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1	
132	BUCHA DO HIDR (15155)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	78,9539	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 12/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
133	BRAÇO DO HIDR (15156)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	480,0400	1	
134	GARFO DO LEVANTE (15157)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.031,6616	1	
135	BRAÇO ENTALHADO INT (15158)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	673,4747	1	
136	BRAÇO DR DO HIDR (15159)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	926,3963	1	
137	BRAÇO NIVELADOR (15160)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.210,6305	1	
138	TERCEIRO PONTO (15161)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8689	1	
139	PINO DO HIDR (15162)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	68,4234	1	
140	TRAVA DOS BRAÇOS (15163)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	29,4795	1	
141	BARRA DE TRACÇÃO HIDR (15164)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	621,1011	1	
142	BARRA ESTABILIZADORA (15165)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	505,3063	1	
143	TAMPA DO HIDRAULICO (15166)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	42,1121	1	
144	Engate rápido (13716)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 13/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
145	MANGUEIRA DO ENGATE (15167)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1	
146	JG DE JUNTAS MOTOR (15168)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	400,0300	1	
147	JUNTA CABEÇOTE (5186)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	126,3263	1	
148	JUNTA T VALVULAS (15169)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	42,1121	1	
149	KIT MOTOR FORD (15170)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	547,4174	1	
150	BOMBA OLEO MOTOR (15171)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	621,1011	1	
151	JOGO DE BRONZE DE MOTOR (15172)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	610,5805	1	
152	RETENTOR VIRABREQUIM (15173)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1	
153	TAMPA OLEO MOTOR (15174)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	51,5866	1	
154	VARETA OLEO MOTOR (15176)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	89,4845	1	
155	GRAMALHEIRA MOTOR (15175)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	609,4249	1	
156	JUNTA CARTER (5505)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 14/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
157	Silencioso (12026)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	294,7647	1	
158	TUBO SILENCIOSO (15177)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	357,9279	1	
159	Garfo (10089)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	484,2542	1	
160	DE JUNTAS CX (15178)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	82,1121	1	
161	RETENTOR CX (15179)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	47,3724	1	
162	ROLAMENTO CX (15180)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	126,3263	1	
163	ROLAMENTO POLGADA CX (15213)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	152,6476	1	
164	VARETA NIVEK CX (15214)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1	
165	ALAVANCA CX FORD (15215)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	252,5231	1	
166	TAMPA DE BORRACHA (15216)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	31,5816	1	
167	FUNIL CX CAMBIO (15217)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	568,4684	1	
168	EIXO ENTALHADO EMBRE (15218)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	694,7947	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 15/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
169	EIXO PRINC CX (15219)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.031,6616	1	
170	EIXO TOMADA FORÇA (5325)	CJ	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.042,1921	1	
171	RETENTOR T FORÇA (15220)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1	
172	REPARO TDF (15221)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1	
173	SAPATA DE FREIO (15222)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	189,4895	1	
174	DISCO TDF (15223)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	68,4234	1	
175	ANEL DE FERRO TDF (15224)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	51,5866	1	
176	EMBOLO TDF (15225)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1	
177	EMBOLO CURTO TDF (15226)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1	
178	ESPAÇADOR EMBOLO TDF (15227)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	126,3263	1	
179	CARCAÇA TDF (15228)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.031,6616	1	
180	ANEL MOLA TDF (15229)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	178,9590	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 16/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	BUCHA DE EMBREAGEM (15230)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	42,1121	1
182	mola embreagem (12641)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1
183	GARFO DA EMBREAGEM (15231)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1
184	DISCO EMBREAGEM (15232)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	549,8084	1
185	plator embreagem (12223)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1,347 4774	1
186	Rolamento embreagem (10065)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1
187	TAMPA RADIADOR (4261)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	42,1121	1
188	HELIÇE RADIADOR (15233)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	252,6526	1
189	MANGUEIRA RADIADOR (5184)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	68,4234	1
190	DEFLETOR RADIADOR (15234)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	294,7647	1
191	BOMBA DA ÁGUA (15235)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	400,0300	1
192	VALVULA TERMISTÁTICA (15236)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	110,5355	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 17/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	TORNEIRA DE TANQUE (15237)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	121,0461	1
194	TANQUE COMBUSTÍVEL (4072)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	715,8458	1
195	TAMPA DE TANQUE (15238)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	47,3724	1
196	BOMBA MANUAL (398)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1
197	TAMPA DO SEDIMENTADOR (15239)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	231,6016	1
198	CABO AFOGADOR (15240)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	47,3724	1
199	SOLENOIDE BOMBA INJ (15241)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1
200	PRE FILTRO AR FERRO (15242)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	183,5119	1
201	CONJ FILTRO AR COMPLETO (15243)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	515,8358	1
202	Bomba Hidráulica (12082)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.873,8437	1
203	SUPORTE DA BOMBA HIDRAULICA (15244)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.210,4612	1
204	BOIA TANQUE FORD (15245)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	205,2803	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 18/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
205	CHAVE DE PARTIDA (15246)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	73,6937	1
206	Chave de luz (10188)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	78,9539	1
207	PAINEL COMPLE (15247)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.210,6305	1
208	MOLDURA DE FAROL (15248)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	87,1432	1
209	FAROL COMPLETO (15249)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	178,9590	1
210	FAROL TRAZEIRO (15250)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	126,3263	1
211	TACOMETRO (15251)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8669	1
212	HORIMETRO (15252)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	200,0200	1
213	ASSENTO COMPLETO (15253)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	936,9169	1
214	GRADE DIANTEIRA (4730)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	305,2853	1
215	CAPO DIANTEIRO FIBRA (15256)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.242,0129	1
216	JOGO DECALQUE COMPLETO (15258)	JG	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 19/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
217	CRUZETA CRUZ DIFERENCIAL (15259)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	827,4274	1
218	ENGRENAGEM SATELITE (15260)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	204,2242	1
219	ARRUELA SATÉLITE (5152)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	63,1632	1
220	ENGRE. PLANT. ESQ (15261)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.092,0751	1
221	ENGRE. PLANT DIR (15262)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	706,3215	1
222	CINTA TDF (15263)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	240,0200	1
223	CARCAÇA TDF 5610 (15264)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.031,4623	1
224	SUPORTE TDF (15265)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	345,2953	1
225	BARRA TERMINAL (15266)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	610,5805	1
226	RETENTOR CUBO TR4 GRAN (15267)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	168,4384	1
227	RETENTOR EIXO TR4 PQ (15268)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	100,0050	1
228	RETENTOR DUPLO TR4 (15270)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	36,8419	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 20/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
229	RETENTOR RASPADOR (15269)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	29,4795	1
230	RETENTOR CARCAÇA (15271)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	29,4795	1
231	ROLAMENTO CUBO GRANDE (15272)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	242,1221	1
232	ROLAMENTO CUBO PEQUENO (15273)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	184,2292	1
233	ROLAMENTO CONICO PIVO (15274)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	101,3400	1
234	CAPA VEDAÇÃO (15275)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	22,1071	1
235	ANEL O'RING (10271)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	9,4745	1
236	Pino mancal pivô. (11506)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	242,1221	1
237	EIXO TRACÇÃO CUBO (15276)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	378,9790	1
238	SEMI EIXO TRANSMISSÃO (15277)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	294,7647	1
239	GARFO ARTICULÇÃO (15278)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	400,0300	1
240	GARFO ARTICULÇÃO PEQUENO (15279)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	397,6091	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 21/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
241	GARFO DUPLO TR 4 (15280)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	694,7947	1
242	CRUZETAS TR4 REFORÇ (15281)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	136,8568	1
243	COROA AÇO DENTADO (15283)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.031,6616	1
244	REPARO CILINDRO TR4 (15282)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1
245	CAÇAMBA DE BLOQUEIO (15284)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	400,0300	1
246	LUVA ACOPLAMENTO (15285)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	336,8689	1
247	Garfo do bloqueio (7919)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	94,7447	1
248	PLACA DE FRIO (15286)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	827,8957	1
249	ROLAMENTO (2918)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	138,8095	1
250	SEMI ARVORE TRAZ COMP (15287)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.327,6916	1
251	EIXO ARVORE (15288)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	1.736,9889	1
252	RETENTOR TAMPA REDUZIDA (15289)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	47,3724	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 22/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015				
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
253	JUNTA CORTICA (4278)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	15,7908	1	
254	PINO ELASTICO AÇO (4249)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	13,6887	1	
255	EIXO AÇO DE TRANS (15290)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	89,4845	1	
256	RETENTOR REDUÇÃO (15291)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	71,5816	1	
257	RETENTOR PLACA FREIO (15292)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	47,3724	1	
258	ANEL DIFERENCIAL (15293)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	12,6326	1	
259	JUNTA PAPEL (3719)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	11,6862	1	
260	CAPA DE BORRACHA FREIO (15294)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	17,8929	1	
261	BIELETE FREIO (15295)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	29,4795	1	
262	DISCO FICÇÃO FREIO (15296)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	92,6327	1	
263	DISCO INTERMEDIÁRIO FREIO (5306)	PC	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	50,5106	1	
264	CJ comando freio. (11473)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	517,7287	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 23/25

Número do Registro de Preços: 33/2014 Data do Registro: 10/12/2014 Válido até: 10/12/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
265	ROLAMENTO CONICO CX (15297)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	188,1246	1		
266	CONJ ROLAMENTOS (15298)	CJ	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	195,5966	1		
267	ROLAMENTO COM ANEL (15299)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	169,9926	1		
268	BRAÇO DO HIDRA, CURTO (15300)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	963,0588	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 24/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
269	ROLAMENTOS AGULHAS CAX (15301)	UND	AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME (7973)	AGCO	0	306.8494	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 33/2014

Página: 25/25

Número do Registro de Preços: 33/2014		Data do Registro: 10/12/2014		Válido até: 10/12/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Peças e Serviços de Mão de Obra para Manutenção dos Tratores Agrícolas do Setor da Agricultura do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2014
PROCESSO Nº 65/2014
(7973) - AGRICOLASUL PECAS E SERVICOS LTDA - ME

Braço do Trombudo, 10 de Dezembro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2.685/2014

PORTARIA Nº 2.685/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º- Retificar em parte, a portaria de concessão de progressão funcional horizontal de nº 942/2014, da servidora MARIA MATILDE CARDOSO,

onde se lê: O Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

leia-se: O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de dezembro de 2014.
Arnaldo Francisco da Silva
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.347/2014

PORTARIA Nº 2.347/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para a servidora ROSANA CRISTINA GONÇALVES DOGNINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, enquadrada no padrão de vencimento A, faixa nível II, passando para o padrão de vencimento B, faixa nível II, do quadro permanente de pessoal do magistério do município de Brusque, por cumprir os requisitos legais conforme disposto nos artigos 71 à 73 da LC 146/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.348/2014

PORTARIA Nº 2.348/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para a servidora ELIANE DE OLIVEIRA ROQUE DE MOURA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Auxiliar, enquadrada no padrão de vencimento A, faixa nível I, passando para o padrão de vencimento B, faixa nível I, do quadro permanente de pessoal do magistério do município de Brusque, por cumprir os requisitos legais conforme disposto nos artigos 71 à 73 da LC 146/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/11/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 001/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E A ENTIDADE LAR MENINO DEUS. Objeto: transferência de recursos por parte do concedente, a título de cooperação financeira destinados à prestação de serviços de alta complexidade da Política de Assistência Social. R\$ 38.669,40. Prazo de vigência: data de sua assinatura até 31/12/14. Contrapartida da Entidade: R\$ 81.030,00. Pelo Município: Mirella Zucco Müller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. Assistência Social; Lar Menino Deus: Helena Dias, Diretora Presidente. Data: 20 de outubro de 2014.

DECRETO Nº 7.546, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO nº 7.546, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei nº 3.817/14,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 3.948.900,00 (três milhões, novecentos e quarenta e oito mil e novecentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito**02.001 Fundo Municipal de Defesa Civil**

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

03.00 Procuradoria Geral do Município**03.001 Procuradoria Geral do Município**

0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.000,00

05.00 Secretaria de Comunicação Social**05.001 Secretaria de Comunicação Social**

0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação**09.001 Secretaria Municipal de Educação**

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação

VALOR R\$ 470.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo**10.001 Secretaria Municipal de Turismo**

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda**11.002 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda**

0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. de Agricultura e Apoio a Agric. Familiar

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 67.500,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.500,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos**13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos**

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 27.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.24.55 Transf. de Convênios Estado Outros

VALOR R\$ 100.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 23.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 521.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 14.900,00

0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 35.000,00

0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 16.000,00

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município**14.001 Encargos Gerais do Município**

0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna, Precatórios

3.2.90.00 Aplicações Diretas - Juros e Encargos da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

4.6.90.00 Aplicações Diretas - Amortização da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão**19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão**

0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade

3.3.50.00 Transf. a Instituições Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Desp. Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 80.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 120.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 321.000,00

0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 37.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.000,00
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia de Informação
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 47.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.6.4.16 Pmaq
VALOR R\$ 400.000,00
010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 800.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
0018.0541.0160.2252 Manut. Da Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 21.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 35.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manut. Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 152.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º deste Decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0330.2054 Manutenção dos Conselhos Municipais
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.000,00
0008.0244.0330.2321 Integração Comunitária
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
0014.0422.0005.2313 Manutenção das Atividades do Fundo Defesa do Consumidor
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
03.002 Fundo Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.1195 Manutenção Fundo Procuradoria
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308 Manut. das Ativ. Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 18.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
VALOR R\$ 140.000,00
0012.0362.0045.2071 Manutenção e Modernização do Ensino Médio
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
VALOR R\$ 10.000,00
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
VALOR R\$ 320.000,00
0012.032.0330.2307 Manutenção das Atividades do Conselho de Educação
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.400,00
0012.0364.0050.2063 Apoio Financeiro ao Estudante
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00

11.00 Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
11.001 Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026 Manut. Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 75.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00

0019.0572.0345.2248 Apoio ao Desenvol. De Ações de Inovação Técnica
3.3.50.00 Transf. a Instit. Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Des. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

11.002 Depto. da Agricultura e Abastecimento
0020.0601.0155.2029 Manutenção da Patrulha Mec. Agrícola
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

0020.0601.0155.2031 Programa Produção e Dist. Sementes e Mudanças
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0200.2041 Manutenção de Edificações e Bens Públicos
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.000,00

0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.24.55 Transf. de Convênios Estado Outros
VALOR R\$ 100.000,00

0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00

15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0016.0482.0130.2324 MCMV - Minha Casa Minha Vida
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0225.2008 Manut. Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 37.000,00

0004.0122.0005.2012 Manutenção e Aquisição de Equip. e Veículos
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00

0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00

0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa Financeira
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 34.500,00

21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0004.0452.0135.2318 Manut. das Ativ. Administrativa da Secretaria
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 75.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00

0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00

25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR 800.000,00

010.0301.0090.1162 Aquisição de Equipamentos (BLGEST)
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.6.4.16 Pmaq
VALOR R\$ 400.000,00

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 118.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 17.000,00

0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial - Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00

0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 90.000,00

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2301 Construção e Manutenção de Viveiros
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00

0023.0541.0160.2257 Manutenção e Est. Área Nutrição
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 13.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 0023.0695.0160.1152 Implantação do Parque de Aventura
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 250.000,00
 50.00 Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
 50.001 Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
 0015.0451.0245.2302 Elaboração de Projetos, Estudos e Informa-
 ções Municipais
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00

0015.0451.0305.2007 Atividades do Fundo Municipal de Desen-
 volv. Urbano
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 200.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 0015.0451.0305.2320 Territórios de Cidadania
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 80.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 100.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação
 Cultural
 3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 9.000,00
 0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
 3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.000,00
 75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente
 75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente
 0018.0122.0160.1197 Manutenção Fundo Municipal Meio Ambien-
 te
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 30.000,00
 0018.0541.0160.2304 Atividades e Ações de Preservação, Contro-
 le e Conservação
 3.3.50.00 Transf. a Instit. Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Des.
 Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.000,00
 0018.0541.0163.1153 Programa de Educação Ambiental
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
 Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
 Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/
 SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 7.547, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 7.547, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 714.100,00 (Setecentos e quatorze mil e cem reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e As-
 sessoria

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Cor-
 rentes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.300,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0365.0020.1005 Construção Ampliação e Reforma Escolas
 Ens. Infantil

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.58.00 Salário Educação

VALOR R\$ 200.600,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.58.00 Salário Educação

VALOR R\$ 50.300,00

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Médio Valor.
 Magistério

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Cor-
 rentes

0.1.18.00 Transferências do Fundeb (Aplic. Profis.)

VALOR R\$ 20.000,00

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferências do Fundeb (Aplic. Profis.)

VALOR R\$ 1.000,00

0012.365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.18.00 Transferências do Fundeb (Aplic. Profis.)

VALOR R\$ 200.000,00

0012.0125.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria
 de Educação

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação

VALOR R\$ 10.000,00

11.00 Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda

11.001 Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda

0022.0122.0165.2026 Manut. Secretaria Desenvolv. Economico
 Trabalho e Renda

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.000,00
 11.002 Depto. Da Agricultura e Abastecimento
 0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. De Agricultura e Apoio à Agric. Familiar
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.200,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0330.2249 Programa de Obras Comunitárias - OP
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 85.000,00
 0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 19.000,00
 15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelat e dos Direitos da Criança
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 18.00 Controladoria Geral do Município - CGM
 18.001 Controladoria Geral do Município - CGM
 0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 600,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.100,00
 0004.0122.0225.1008 Manutenção do Depto. De Suprimentos, Compras e Licitações
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.700,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 0004.0452.0135.2318 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 600,00
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 16.500,00
 40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.58.00	Salário Educação
Valor Orçado	R\$ 3.600.000,00
Valor arrecadado até a data de 21/11/2014.	R\$ 3.988.713,90
Excesso de arrecadação até a data de 03/12/2014.	R\$ 388.713,90
Valor Utilizado Decreto nº 7542/2014	38.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 7544/2014	65.200,00
Saldo a Utilizar	R\$ 350.713,90

0.1.18.00	Transferências do Fundeb (Aplic. Profis.)
Valor Orçado	R\$ 30.600.00,00
0.1.19.00	Transferências do Fundeb (Aplic. Outros)
Valor Orçado	R\$ 5.127.025,20
Total Orçado: 01.18.00/0.1.19.00	35.727.025,20
Valor arrecadado até a data de 10/12/2014.	R\$ 33.292.721,18
Previsão Arrecadação até a data de 31/12/2014	37.100.000,00
Provável Excesso de arrecadação até a data de 31/12/2014.	R\$ 1.372.974,80
Saldo a Utilizar	R\$ 1.372.974,80

II - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito
 02.001 Gabinete do Prefeito
 0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.300,00
 09.00 Secretaria Municipal de Educação
 09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Médio Valor. Magistério
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.19.00 Transferências do Fundeb (Aplic. Outros)
 VALOR R\$ 21.000,00
 0012.01255.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.01.00 Rec. De Impostos e de Transf. De Imp. - Educação
 VALOR R\$ 10.000,00
 13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
 0015.0451.0330.2249 Programa de Obras Comunitárias - OP
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 50.000,00
 3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 35.000,00
 0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 19.000,00
 11.00 Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda
 11.001 Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda
 0022.0122.0165.2026 Manut. Secretaria Desenvolv. Economico Trabalho e Renda
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 4.000,00
 0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. De Agricultura e Apoio à Agric. Familiar
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 8.200,00
 15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
 0008.0243.0108.2231 Manutenção Conselho Tutelad e dos Direitos da Criança
 3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 25.000,00
 18.00 Controladoria Geral do Município - CGM
 18.001 Controladoria Geral do Município - CGM
 0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria Geral do Município - CGM
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 600,00
 19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
 19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
 0004.0122.0195.2056 Manutenção da JSM e Tiro de Guerra
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 2.100,00
 0004.0122.0225.2008 Manutenção do Depto. De Suprimentos, Compras e Licitações
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 5.700,00
 21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
 21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade

0004.0452.0135.2318 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 600,00
 0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transp. Urbanos
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 16.500,00
 40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 10.000,00
 65.00 Fundação Cultural de Brusque
 65.001 Fundação Cultural de Brusque
 0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 3.000,00
 0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
 4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
 0.1.00.00 Recursos Ordinários
 VALOR R\$ 1.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 04/12/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de dezembro de 2014.
 PAULO ROBERTO ECCEL ELTON ROGRIGO RIFFEL
 Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
 Secretário de Orçamento e Gestão

CEDENIR ALBERTO SIMON
 Chefe Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2014

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 002/2014, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE/SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS E A ENTIDADE LAR SAGRADA FAMÍLIA. Objeto: transferência de recursos por parte do concedente, a título de cooperação financeira destinados à prestação de serviços de alta complexidade da Política de Assistência Social. R\$ 28.690,20. Prazo de vigência: data de sua assinatura até 31/12/14. Pelo Município: Mirella Zucco Müller, Secretária de Assistência Social e Habitação/Fund. Mun. Assistência Social; Lar Sagrada Família: Ingeborg Civinski, Presidente. Data: 24 de novembro de 2014.

LEI Nº 3.817, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.817, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 4.027.300,00 (quatro milhões, vinte e sete mil e trezentos reais), para atender a programação abaixo especificada:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Fundo Municipal de Defesa Civil

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

02.003 Fundo Municipal de Defesa Civil

0006.0182.0230.2035 Manutenção das Ações da Defesa Civil

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 10.000,00

03.00 Procuradoria Geral do Município

03.001 Procuradoria Geral do Município

0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 4.000,00

05.00 Secretaria de Comunicação Social

05.001 Secretaria de Comunicação Social

0004.0131.0145.2006 Manutenção da Secretaria de Comunicação Social

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.000,00

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação

VALOR R\$ 470.000,00

10.00 Secretaria Municipal de Turismo

10.001 Secretaria Municipal de Turismo

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 5.000,00

11.00 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda

11.001 Secretaria Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda

0020.0606.0155.2028 Manut. Depto. de Agricultura e Apoio a Agric. Familiar

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 67.500,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 2.500,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 27.000,00

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.24.55 Transf. de Convênios Estado Outros

VALOR R\$ 100.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 23.000,00

0015.0452.0125.2037 Manutenção Geral da Secretaria de Obras

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 521.000,00

3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 14.900,00

0015.0452.0305.2040 Manutenção e Implantação da Iluminação Pública

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 35.000,00

0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 16.000,00

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2055 Amortização e Encargos da Dívida Interna, Precatórios

3.2.90.00 Aplicações Diretas - Juros e Encargos da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

4.6.90.00 Aplicações Diretas - Amortização da Dívida

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0121.0010.2015 Manutenção do Depto. de Finanças e Contabilidade

3.3.50.00 Transf. a Instituições Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Desp. Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 80.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 70.000,00

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 120.000,00

3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 400.000,00

0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 37.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 7.000,00
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia de Informação
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 47.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Brusque
010.0301.0275.2271 Atenção Básica, ESF, ACS (BLATB)
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.6.4.16 Pmaq
VALOR R\$ 400.000,00
010.0302.0280.2273 Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR R\$ 800.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2252 Manut. Da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 21.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 35.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
0015.0122.0005.2018 Manut. Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 152.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1 desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito
0004.0122.0330.2054 Manutenção dos Conselhos Municipais
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 1.000,00
0008.0244.0330.2321 Integração Comunitária
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
03.00 Procuradoria Geral do Município
03.001 Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.2005 Manutenção da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
0014.0422.0005.2313 Manutenção das Atividades do Fundo Defesa do Consumidor
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
0014.0422.0210.2311 Manutenção do Procon Municipal
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 14.000,00
11.002 Fundo Procuradoria Geral do Município
0004.0062.0005.1195 Manutenção Fundo Procuradoria
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
04.00 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
04.001 Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
0004.0122.0005.2308 Manut. das Ativ. Secretaria de Governo e Gestão Estratégica
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 18.000,00
09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0361.0030.2003 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
VALOR R\$ 140.000,00
0012.0362.0045.2071 Manutenção e Modernização do Ensino Médio
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
VALOR R\$ 10.000,00
0012.0122.0005.2022 Manutenção Administrativa da Secretaria de Educação
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.01.00 Recursos de Impostos e de Transf. de Imp. - Educação
VALOR R\$ 320.000,00
0012.032.0330.2307 Manutenção das Atividades do Conselho de Educação
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.400,00
0012.0364.0050.2063 Apoio Financeiro ao Estudante
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
10.00 Secretaria Municipal de Turismo
10.002 Fundo Municipal de Desenvol. Turístico
0023.0695.0170.2236 Manutenção do Fundo Municipal de Desenvol. Turísticos
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
11.00 Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
11.001 Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
0022.0122.0165.2026 Manut. Secretaria de Desenvol. Econômico Trabalho e Renda
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 75.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
0019.0572.0345.2248 Apoio ao Desenvol. De Ações de Inovação Técnica
3.3.50.00 Transf. a Instit. Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Des. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
11.002 Depto. da Agricultura e Abastecimento
0020.0601.0155.2029 Manutenção da Patrulha Mec. Agrícola
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0020.0601.0155.2031 Programa Produção e Dist. Sementes e Mudanças
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0452.0200.2041 Manutenção de Edificações e Bens Públicos
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.000,00
0015.0452.0305.2066 Manutenção de Praças e Jardins
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.24.55 Transf. de Convênios Estado Outros
VALOR R\$ 100.000,00
15.00 Secretaria de Assist. Social e Habitação
15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação
0008.0243.0108.2231 Manut. Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.000,00
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
0004.0122.0005.2322 Gestão Fundo - FHIS
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 30.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
15.003 Fundo Municipal Habitação e Interesse Social
0016.0482.0130.2324 MCMV - Minha Casa Minha Vida
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 150.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0225.2008 Manut. Depto. de Suprimentos, Compras e Licitações
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 37.000,00
0004.0122.0005.2012 Manutenção e Aquisição de Equip. e Veículos
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00
0004.0122.0225.2011 Manutenção do Departamento de Recursos Humanos
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa Financeira
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 34.500,00
21.00 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
21.001 Secretaria de Trânsito e Mobilidade
0004.0452.0135.2318 Manut. das Ativ. Administrativa da Secretaria
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 75.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 20.000,00
0006.0452.0325.2303 Manutenção e Gestão do Trânsito e Transportes Urbanos
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00
25.00 Fundo Municipal de Saúde
25.001 Fundo Municipal de Saúde
010.0122.0220.2276 Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)
3.1.90.00 Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
0.1.0.2.00 Rec. de Impostos e de Transf. Imp-Saúde
VALOR 800.000,00
010.0301.0090.1162 Aquisição de Equipamentos (BLGEST)
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.6.4.16 Pmaq
VALOR R\$ 400.000,00
30.00 Fundo Municipal de Assistência Social
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social
0008.0244.0255.2326 Gestão SUAS
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 118.000,00
3.1.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 8.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 17.000,00
0008.0244.0255.2325 Brusque Carinhosa
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0008.0244.0255.2328 Proteção Social Especial - Alta Complexidade
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
0008.0244.0255.2329 Proteção Social Básica
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 90.000,00
40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
0018.0541.0160.2301 Construção e Manutenção de Viveiros
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 40.000,00
0023.0541.0160.2257 Manutenção e Est. Área Nutrição
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 13.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
0023.0695.0160.1152 Implantação do Parque de Aventura
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 250.000,00
50.00 Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
50.001 Instituto Brusquense de Planej. E Mobilidade
0015.0451.0245.2302 Elaboração de Projetos, Estudos e Informações Municipais
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0015.0451.0305.2007 Atividades do Fundo Municipal de Desenv. Urbano
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 200.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
0015.0451.0305.2320 Territórios de Cidadania
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 80.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 100.000,00
65.00 Fundação Cultural de Brusque
65.001 Fundação Cultural de Brusque
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 9.000,00
0013.0392.0060.2222 Manutenção da Biblioteca
3.1.90.00 Pessoa e Encargos Sociais - Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 4.000,00
75.00 Fundação Municipal de Meio Ambiente
75.001 Fundação Municipal de Meio Ambiente
0018.0122.0160.1197 Manutenção Fundo Municipal Meio Ambiente

4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 30.000,00
0018.0541.0160.2304 Atividades e Ações de Preservação, Controle e Conservação
3.3.50.00 Transf. a Instit. Privadas S/Fins Lucrativos - Outras Des. Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 5.000,00
0018.0541.0163.1153 Programa de Educação Ambiental
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 10.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.818, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3818, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Denomina via pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ROSINA SILVA GRISA a via classificada como Rua CD-013, transversal da Travessa Dom Joaquim, bairro Cedrinho, localizada a 65,00m - sentido bairro/centro depois da rua Henrique Cabral e Silva.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 75,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,50 metros para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.819, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI nº 3.819, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

Institui o Dia do Migrante no Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município, o Dia do Migrante, a ser comemorado, anualmente, na quinta-feira que antecede a Semana Santa.

Parágrafo único. O Município registrará oficialmente a data, podendo, no ato, promover atividades que contribuam para reflexão sobre a realidade da migração em nosso país, em especial em nossa cidade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1.235/2014

PORTARIA Nº 1.235/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para a servidora ALESSANDRA HECKERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, enquadrada no padrão de vencimento A, faixa nível II, passando para o padrão de vencimento B, faixa nível II, do quadro permanente de pessoal do magistério do município de Brusque, por cumprir os requisitos legais conforme disposto nos artigos 71 à 73 da LC 146/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/03/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de junho de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2.346/2014

PORTARIA Nº 2.346/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para a servidora MARIA DA GLORIA MOREIRA DOS SANTOS MAÇANEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, enquadrada no padrão de vencimento A, faixa nível II, passando para o padrão de vencimento B, faixa nível II, do quadro permanente de pessoal do magistério do município de Brusque, por cumprir os requisitos legais conforme disposto nos artigos 71 à 73 da LC 146/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/08/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Daniel Felício
Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6244/2014

DECRETO Nº 6.244, 09 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

3.3.90.00.0050 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

DECRETO Nº 6245/2014

DECRETO Nº 6.245, 09 de dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.0052- Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

DECRETO Nº 6246/2014

DECRETO Nº 6.246, de 09 dezembro de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais):

07.01. FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

08.243.0005.2.020 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FIA

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais):

07.01. FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE

08.243.0005.2.020 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FIA

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de dezembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 1.965/2014

DECRETO N.º 1.965/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0008 - Gestão da Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
Atividade: 1.003 - Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 74
VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 24 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.966/2014

DECRETO N.º 1.966/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no orçamento vigente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 181 - Policiamento
Programa: 0013 - Gestão de Segurança
Atividade: 2.053 - Manutenção dos Recursos do Convênio Polícia Militar
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0054 - Convênio Trânsito - Militar
Código Reduzido: 05
VALOR: R\$ 8.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 181 - Policiamento
Programa: 0013 - Gestão de Segurança
Atividade: 2.053 - Manutenção dos Recursos do Convênio Polícia Militar
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0054 - Convênio Trânsito - Militar
Código Reduzido: 04
VALOR: R\$ 8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 24 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.967/2014

DECRETO N.º 1.967/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Órgão: 14 - Fundação Municipal de Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Meio Ambiente
Função: 18 - Gestão Ambiental
Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0007 - Gestão da Proteção Ambiental
Atividade: 2.056 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 03
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Fundação Municipal de Meio Ambiente, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 14 - Fundação Municipal de Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Meio Ambiente
Função: 18 - Gestão Ambiental
Sub-função: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0007 - Gestão da Proteção Ambiental
Atividade: 2.056 - Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 09
VALOR: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 24 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.968/2014

DECRETO N.º 1.968/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) no orçamento vigente da Fundo Municipal Agropecuário.

Órgão: 04 - Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 - Agricultura
Sub-função: 606 - Extensão Rural
Programa: 0008 - Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 - Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Dir. - Oper. Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 05
VALOR: R\$ 2.500,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal Agropecuário, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 - Fundo Municipal Agropecuário
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal Agropecuário
Função: 20 - Agricultura
Sub-função: 606 - Extensão Rural
Programa: 0008 - Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.035 - Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 09
VALOR: R\$ 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 24 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.969/2014

DECRETO N.º 1.969/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 329.000,00 (trezentos e vinte nove mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 03
VALOR: R\$ 320.000,00

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Sub-função: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 0011 - Gestão da Inclusão de Desenvolvimento e Assis. Social
Atividade: 2.042 - Man. das Atividades do Fundo de Desenv. e Assis. Social
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Dir. - Oper.Intra-Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 04
VALOR: R\$ 9.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação do exercício corrente, da Prefeitura Municipal de Camboriú, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 24 de novembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.970/2014

DECRETO N.º 1.970/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria de Administração
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122 - Administração Geral
Programa: 0002 - Gestão Financeira e Administrativa
Atividade: 2.011 - Manutenção da Iluminação Pública - COSIP
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0017 - Contrib. para o custeio dos Serv. de Iluminação Pública
Código Reduzido: 40
VALOR: R\$ 150.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú no exercício corrente, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 02 de dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.971/2014

DECRETO N.º 1.971/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.615 de 18/11/2013-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.601 de 18/10/2013-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades da Educação Especial

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Priv. sem fins Lucrativos

Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impos. e de Transf. de Impostos - Educação

Código Reduzido: 32

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 19 da Lei Municipal n.º 2.615, de 18 de novembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0010 - Gestão da Educação com Qualidade

Atividade: 2.036 - Manutenção das Atividades da Educação Especial

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas de Impos. e de Transf. de Impostos - Educação

Código Reduzido: 33

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 1.976/2014

DECRETO N.º 1.976/2014

Dispõe sobre Férias Coletivas e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização das férias vencidas de parte dos servidores da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas e racionalização de recursos por parte do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a redução do movimento de cidadãos que procuram a Administração Pública Municipal entre as semanas do natal e ano novo;

DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o expediente de trabalho nas repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Camboriú, no período de 22 de dezembro de 2014 a 02 de janeiro de 2015, em virtude de Férias Coletivas.

Parágrafo único. Não serão suspensas as atividades consideradas de natureza essencial, quais sejam: as prestadas pelas Secretarias Municipais de Saúde - que deverá manter em funcionamento a secretaria e todas as unidades de saúde com escala de equipes, bem como o plantão de ambulância; de Educação - quanto ao funcionamento dos Centros de Educação Infantil Municipais com escala de equipes; de Desenvolvimento Econômico - quanto ao funcionamento do Portal Turístico; de Saneamento Básico - que deverá manter em funcionamento a secretaria com escala de equipes e em polos, assim como os serviços de coleta de lixo e de limpeza pública.

Art. 2º Os departamentos de Compras e Licitações, Gestão de Pessoas e de Contabilidade, a Controladoria Interna e a Procuradoria-Geral do Município deverão realizar expediente interno, visando o trabalho relativo ao término do exercício de 2014.

Art. 3º Os Secretários Municipais deverão informar ao Departamento de Gestão de Pessoas o nome do servidor ou servidores que permanecerão de plantão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DL 10/14 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 010/2014 - FMS

Data: 10/12/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SESSÃO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA PARA CUMPRIR A AÇÃO JUDICIAL DO PACIENTE ADRIANO GUSTAVO COPPI, AUTOS Nº 0302571-86.201.8.24.0113.

Valor total: R\$ 8.080,00 (Oito Mil e Oitenta Reais).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: HIPEROX MEDICINA HIPERARICA LTDA EPP

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 10 de Dezembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA FUCAM/COMMADES 003/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA FUCAM/COMMADES 003/2014

Disciplina atividades de terraplanagem.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES, após reunião ordinária, vêm, através de sua Presidente, Carla Rosana Krug, conforme Lei Complementar nº 67/2013, artigo 2º, Inciso II, e

CONSIDERANDO:

- A Resolução CONSEMA n.º 38 de 04 de julho de 2014, que dá publicidade ao município de Camboriú para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local, no nível II de complexidade;
- A competência do COMMADES em propor normas técnicas e legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- Resolução CONAMA 13/13;
- As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- A necessidade de promover a sustentabilidade local;
- Os altos níveis de degradação ambiental já alcançados e seus reflexos negativos sobre a saúde, o meio ambiente e a economia;
- A necessidade de compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- A crescente urbanização da cidade e as intervenções na Área Rural desta cidade com vistas à edificação de moradias e implementação de condomínios rurais;
- A importância de orientar a comunidade, o comércio, a indústria, os empreendedores e os prestadores de serviço quanto à operacionalização de suas atividades, com ênfase a preservação ambiental;
- Que a Terraplanagem é o ato de terraplenar, logo, é escavar ou aterrar uma área, deixar o terreno aplainado ou em platôs bem definidos;
- Que esta operação consiste em um conjunto de operações de escavação com transporte, espalhamento e compactação de terras e que tem como objetivo atender projetos topográficos, movimentando quantidades de solo para reforçá-lo ou torná-lo seguro;

RESOLVE:

Artigo 1º As atividades de terraplanagem prescindem de projeto aprovado para a emissão da Autorização Ambiental - AuA, expedida pela Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Parágrafo 1º: Para autorização dos respectivos trabalhos de terraplanagem deverá ser apresentado a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, projeto para execução da obra que será acompanhado por profissional habilitado, para Projeto e Execução da Terraplanagem, Levantamento Topográfico e Localização de Área de Preservação Permanente, com registro no órgão de competência, qual seja: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; ou Conselho e Arquitetura e Urbanismo - CAU e respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Parágrafo 2º: O projeto de terraplanagem deverá contar com planta topográfica atualizada do imóvel; relatório fotográfico da área de intervenção; local da execução da terraplanagem delimitado por 'piqueamento' físico; situação topográfica atual (primitivo); relatório das seções transversais (primitivo); situação topográfica

proposta (projeto); perfis transversais de estaqueamento (primitivo x projeto); resumo do cálculo volumétrico (primitivo x projeto); mapa de localização do barreiro de origem de material ou da área pública que receberá o excesso com o respectivo mapeamento das vias em que se realizará o transporte, acompanhado da declaração de ciência do requerente sobre a conservação e eventual necessidade de umectação das vias utilizadas, sistema de drenagem pluvial (projeto), projeto de contenção da encosta, se houver, projeto de contenção para aterro, se houver; projeto de supressão de vegetação, se houver; Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD;

Parágrafo 3º: A aprovação dos projetos fica, ainda, condicionada a apresentação dos seguintes documentos no momento do protocolo: Requerimento em nome do proprietário da área em que haverá intervenção; Matrícula Atualizada do Imóvel (validade de até 30 dias); Consulta de Viabilidade expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; Mapa Georreferenciado de localização do Imóvel; Lay - out de implantação (objetivo da terraplanagem); Indicação de Área de Preservação Permanente - APP no imóvel ou a mais próxima dele; cronograma de execução prevendo início e fim das obras.

Parágrafo 4º: A taxa para protocolo, análise e parecer referente à Autorização Ambiental para terraplanagem tem sua previsão na LM 2.642/2013, conforme classificação de atividade.

Parágrafo 5º: Após a aprovação do projeto, para emissão da Autorização, o proprietário deverá indicar, por escrito, a qualificação da empresa responsável pela terraplanagem, onde constará razão social, CNPJ, proprietário da mesma, quantos veículos serão utilizados para transporte de material com as respectivas numerações de placas.

Parágrafo 6º: Antes do início da obra o proprietário deverá fixar, em local visível, a "placa autorizativa da obra", sendo o modelo disponibilizado em meio digital por esta Fundação e cujo custo para produção e colocação no local da obra, correrá por conta do interessado, sendo vedado o início da obra antes da fixação da placa no local.

Parágrafo 7º: A renovação da Autorização Ambiental de Terraplanagem AuA deverá ser requisitada antes do vencimento da mesma, com justificativa para a não conclusão dentro do cronograma e seu custo está previsto na classificação de atividade, na LM 2.642/2013.

Parágrafo 8º: Renovação de licença que não for requisitada dentro da validade, será taxada como 'novo processo para análise' e o valor praticado será o previsto na classificação de atividade, na LM 2.642/2013.

Parágrafo 9º: As infrações a este instrumento estão previstas no Código de Posturas do município (LC 12/08)

Camboriú, 26 de novembro de 2014.

CARLA ROSANA KRUG

PRESIDENTE DO COMMADES

INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN / FUCAM/COMMADES 002/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN / FUCAM/COMMADES 002/2014

Disciplina atividades de indústria, serviços e comércio que se utilize de fornos e/ou caldeiras a lenha.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES, após reunião ordinária, vêm, através de sua Presidente, Carla Rosana Krug, conforme Lei Complementar nº 67/2013, artigo 2º, Inciso II, e

CONSIDERANDO:

- A Resolução CONSEMA n.º 38 de 04 de julho de 2014, que dá publicidade ao município de Camboriú para o exercício do

licenciamento de atividades com impacto ambiental local, no nível II de complexidade;

- A competência do COMMADES em propor normas técnicas e legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- O disposto nas Resoluções CONAMA n.º 05, de 15 de junho de 1989, que estabelece o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar-PRONAR, e n.º 382/2006, que estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas e n.º 436/2011, complementar as anteriores;
- As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- Os altos níveis de poluição atmosféricos já alcançados e seus reflexos negativos sobre a saúde, o meio ambiente e a economia;
- A crescente industrialização de vários bairros desta cidade com o consequente aumento do nível de emissões atmosféricas e da degradação da qualidade do ar;
- A necessidade de compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- A importância de orientar a comunidade, o comércio, a indústria e os prestadores de serviço quanto à operacionalização de suas atividades, com ênfase a preservação ambiental;
- A necessidade de se promover a sustentabilidade;

RESOLVE:

Artigo 1º A indústria, o serviço e o comércio que se utilize de fornos a lenha ou caldeiras a lenha necessitarão de sistema de tratamento para o resíduo gasoso (fumaça, fuligem e outros resíduos em suspensão), que produz e libera em suas chaminés;

Parágrafo Único: O sistema utilizado deve ter projeto e execução acompanhados por profissional habilitado, com registro no órgão de competência, com vistas à sustentabilidade, quais sejam: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; ou Conselho e Arquitetura e Urbanismo - CAU e respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Artigo 2º Os estabelecimentos instalados no Município de Camboriú, que trabalham com fornos e caldeiras a lenha, somente poderão utilizar madeira proveniente de reflorestamento.

Parágrafo Único - Estes deverão comprovar a procedência dos derivados de madeira utilizados para combustão no ato da solicitação de aprovação do projeto, bem como na renovação de alvarás.

Artigo 3º As chaminés de qualquer espécie terão altura suficiente para que a fumaça, fuligem e outros resíduos em suspensão não incomodem propriedades lindeiras ou próximas.

Parágrafo Único - A instalação destes sistemas deverá respeitar as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município de Camboriú.

Artigo 4º Fornos e caldeiras a lenha, carvão ou outro combustível, não podem ser construídos junto à parede divisória, sem que seja executado isolamento térmico, de forma a evitar interferências prejudiciais ao vizinho.

Camboriú, 25 de novembro de 2014.

CARLA ROSANA KRUG

PRESIDENTE DO COMMADES

INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN / FUCAM/COMMADES 004/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN / FUCAM/COMMADES 004/2014

Disciplina atividades de oficinas mecânicas, latoaria e pintura de veículos em geral.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES, após reunião ordinária, vêm, através de sua Presidente, Carla Rosana Krug, conforme Lei Complementar nº 67/2013, artigo 2º, Inciso II, e

CONSIDERANDO:

- A Resolução CONSEMA n.º 38 de 04 de julho de 2014, que dá publicidade ao município de Camboriú para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local, no nível II de complexidade;
- A competência do COMMADES em propor normas técnicas e legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- As recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - que é o Fórum Nacional de Normalização;
- A Resolução CONAMA nº 20/1986;
- A necessidade de complementar e pormenorizar a legislação vigente com vistas a promover a organização socioambiental da cidade;
- A importância de orientar os prestadores de serviço quanto à operacionalização de suas atividades, com ênfase a preservação ambiental;
- A importância da separação e destinação adequada de efluentes oleosos, que são resíduos oriundos de veículos, tintas e serviços gerais que possam contribuir com resíduos oleosos a poluição de águas;
- A necessidade de se promover a sustentabilidade;

RESOLVE:

Artigo 1º Empresas prestadoras de serviço na área de oficinas, latoaria e pintura de veículos em geral, comprovada sua viabilidade para instalação, deverão adotar sistema de captação, tratamento e destinação correta, de seus resíduos/efluentes.

I - O sistema utilizado deve ter projeto e execução acompanhados por profissional habilitado, com registro no órgão de competência, com vistas à sustentabilidade, quais sejam: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; ou Conselho e Arquitetura e Urbanismo - CAU e respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Artigo 2º Fica obrigatório, no Município de Camboriú, a instalação de caixas separadoras de óleo e lama, de resíduos de tintas, bem como a câmara de pintura exclusiva para estes serviços, nas empresas com estas atividades.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos previstos no caput deste artigo será de competência e responsabilidade do proprietário do estabelecimento devendo obedecer às determinações previstas na legislação vigente.

Artigo 3º Para a instalação de novos estabelecimentos que venham a utilizar-se de oficina, latoaria e pintura de veículos, só será licenciado o projeto que contemplar a construção dos itens citados no Artigo 2º.

Parágrafo Único - O alvará de funcionamento só será expedido após a verificação no local da instalação a que se refere este artigo, procedida por órgão da Prefeitura Municipal, qual seja a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Artigo 4º Como disposição transitória, a presente Instrução Normativa - IN, as empresas já estabelecidas no município, licenciadas para esta atividade, terão 180 dias, podendo por motivos justificados ser prorrogadas por mais 180 dias da publicação desta, para adequarem-se a esta Instrução Normativa.

Artigo 5º Em caso de descumprimento da presente Lei, serão aplicadas as seguintes sanções, por ordem:

I - advertência escrita, com concessão de prazo de 30 (trinta) dias para atendimento a presente Lei;
II - multa no valor 100 (cem) Unidades Fiscais Municipais (UFM's);
III -no caso de uma reincidência será cobrado em dobro o valor estipulado no inciso II;
IV -para transgressão após a reincidência será efetuado o cancelamento do alvará de funcionamento, até a regularização.

Camboriú, 25 de novembro de 2014.

CARLA ROSANA KRUG

PRESIDENTE DO COMMADES

INSTRUÇÃO NORMATIVA – IN/FUCAM/COMMADES 001/2014

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN/FUCAM/COMMADES 001/2014

Disciplina atividades de lavagem de veículos em geral.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - COMMADES, após reunião ordinária, vêm, através de sua Presidente, Carla Rosana Krug, conforme Lei Complementar nº 67/2013, artigo 2º, Inciso II,e

CONSIDERANDO:

- A Resolução CONSEMA n.º 38 de 04 de julho de 2014, que dá publicidade ao município de Camboriú para o exercício do licenciamento de atividades com impacto ambiental local, no nível II de complexidade;
- A competência do COMMADES em propor normas técnicas e legais, procedimentos e ações visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do Município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;
- As recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - que é o Fórum Nacional de Normalização;
- A Resolução CONAMA nº 20/1986;
- A necessidade de complementar e pormenorizar a legislação vigente com vistas a promover a organização socioambiental da cidade;
- A importância de orientar os prestadores de serviço quanto à operacionalização de suas atividades, com ênfase a preservação ambiental;
- A importância da separação e destinação adequada de efluentes oleosos, que são resíduos oriundos de lavagem de veículos e serviços gerais que possam contribuir com resíduos oleosos a poluição de águas;
- A necessidade de se promover a sustentabilidade;

RESOLVE:

Artigo 1º Empresas prestadoras de serviço na área de lavagem/higienização de veículos em geral, comprovada sua viabilidade para instalação, deverão adotar sistema de captação, tratamento e destinação correta, de seus resíduos/efluentes, conforme ABNT/NBR 14.605/2000 e ABNT/NBR 15.527/2007.

I - O sistema utilizado deve ter projeto e execução acompanhados por profissional habilitado, com registro no órgão de competência, com vistas à sustentabilidade, quais sejam: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; ou Conselho e Arquitetura e Urbanismo - CAU e respectivo Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.

Artigo 2º Fica obrigatório, no Município de Camboriú, a instalação de caixas separadoras de óleo e lama, de reservatórios e captadores de água da chuva e sistema de tratamento e reutilização da água usada nos estabelecimentos que mantêm sistema de lavagem de veículos.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos previstos no caput deste artigo será de competência e responsabilidade do proprietário do estabelecimento devendo obedecer as determinações previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do Município de Camboriú.

Artigo 3º Para a instalação de novos estabelecimentos que venham

a utilizar-se de lavagem de veículos, só será licenciado o projeto que contemplar a construção dos itens citados no Artigo 2º.

Parágrafo Único - A autorização de funcionamento só será expedida após a verificação no local da instalação a que se refere este artigo, procedida por órgão da Prefeitura Municipal, qual seja a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

Artigo 4º Como disposição transitória, a presente Instrução Normativa - IN, as empresas já estabelecidas no município, licenciadas para esta atividade, terão 180 dias, podendo por motivos justificados estender por mais 180 dias da publicação desta, para adequarem-se a esta Instrução Normativa.

Artigo 5º Em caso de descumprimento da presente IN, serão aplicadas as seguintes sanções, por ordem:

- I - advertência escrita, com concessão de prazo de 30 (trinta) dias para atendimento a presente IN;
- II - multa no valor 100 (cem) Unidades Fiscais Municipais (UFM's);
- III -no caso de uma reincidência será cobrado em dobro o valor estipulado no inciso II;
- IV -para transgressão após a reincidência será efetuado o cancelamento do alvará de funcionamento, até a regularização.

Camboriú, 25 de novembro de 2014.

CARLA ROSANA KRUG

PRESIDENTE DO COMMADES

RESULTADO PR 98/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 098/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

“DESERTA”

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 10 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Na qualidade de Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina e no uso das minhas atribuições conferidas no artigo 79, inciso II da Lei Orgânica do Município, HOMOLOGO o Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar n.º 002/2014, apresentado pela Comissão de Processo Administrativo instaurada pela portaria n.º 302/2014, a qual conclui o processo com as seguintes considerações:

Ante o exposto, com base no conjunto probatório existente no processo, esta Comissão Processante conclui que o servidor Jelsonmar Souza não cometeu nenhuma irregularidade no exercício de suas funções, uma vez que cumpriu com sua carga horária previamente estabelecida.

Dessa forma, determino o arquivamento do presente processo e o envio de cópia deste para a Secretaria Municipal de Educação e para o Departamento de Gestão de Pessoas vinculado à Secretaria Municipal de Administração, para conhecimento.

Cumpra-se. Intime-se. Publique-se.

Camboriú/SC, 10 de outubro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 119/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 119/2014)

Às 10:00 do dia 10/12/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de utensílios de cozinha para as escolas e creches da rede municipal para atender as necessidades diárias e a demanda de alunos.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO 8.712 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO 8.712 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.232 de 10 de Dezembro de 2041; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339014.00.119 -	Diárias - Civil	R\$ 8.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

10 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6/1951 DE 03 DE MAIO DE 1951

DECRETO Nº 6-1951

EXONERAR INILDA CAMARGO DO CARGO DE PROFESSORA MUNICIPAL PADRÃO D, DO QUADRO ÚNICO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 03 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

DECRETO Nº 8.705 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.705 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

REGULAMENTA O ATENDIMENTO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, EM REGIME DE PLANTÃO PARA ATENDIMENTO NOS PERÍODOS DE FÉRIAS E RECESSOS ESCOLARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, o inciso IV, do art. 83, da Lei Municipal nº 3.825, de 04 de abril de 2012 e art. 27, inciso VII do art. 60 e art. 69 da Resolução nº 01, de 12 de dezembro de 2012, do CMECA - Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC;

DECRETA:

Art.1º) A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, será oferecida nos Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC, para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos em Creches (berçários e maternais) e de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos no Pré-Escolar, de acordo com o número de criança estabelecidas em Lei e no Decreto nº 8.061 de 04 de Dezembro de 2013 em seu anexo VI.

Art.2º) Para as crianças regularmente matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil será ofertado o atendimento em Regime de Plantões, para crianças de 04 (zero quatro) meses a 03 (zero três) anos de idade.

Art.3º) Os plantões serão oferecidos nos períodos de férias e recessos escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art.4º) Terão direito a frequentar os plantões às crianças regularmente matriculadas na Educação Infantil, dependentes de pais e/ou responsáveis trabalhadores.

Art.5º) Serão disponibilizados plantões de atendimento no início do ano civil, para as crianças que frequentaram o ano anterior (berçário ou maternal), ou seja, àquelas que já possuem vínculo de matrícula com alguma Instituição Municipal de Educação Infantil.

Art.6º) Terão direito a frequentar o plantão do início do ano civil de que trata o Art. 5º, as crianças de Creches (maternais), que não irão completar idade para ingresso no Pré-Escolar no mesmo ano.

Art.7º) Para os períodos de plantões, serão disponibilizados em cada Instituição Educacional, profissionais Trabalhadores da Educação, entre estes, a presença de no mínimo um profissional com formação superior em Pedagogia, para prestarem serviços de atendimento e cuidado das crianças.

Art.8º) Por decisões do Conselho Tutelar e/ou Judiciais, poderão ser aceitas crianças no período regular ou de plantão a qualquer momento, quando a criança estiver em ambiente de risco.

GABINETE DO PREFEITO

Art.9º) O período de férias escolares e recessos escolares, estarão evidenciados anualmente no Calendário Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC., durante os Conselhos de Classe não haverá atendimento de Plantão.

Art.10) Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
09 de dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 09/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.706 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.706 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.223 de 10 de dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 5.352,02 (cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais, dois centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.352,02

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339014.00.766 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.300,00
339047.00.766 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 500,00
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449052.00.766 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.552,02

Total R\$ 5.352,02

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.707 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.707 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.224 de 10 de dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL .

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339001.00.141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 12.000,00	
339003.00.141 -	Pensões	R\$ 12.000,00	
339005.00.141 -	Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 20.000,00	
	Total	R\$ 44.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do IPRECAL.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.708 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.708 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.227 de 10 de dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL .

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339001.00.141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 84.000,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
94.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
09.272.0066.2.113 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00
339036.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 16.000,00
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 40.000,00
09.272.0066.2.138 -	Remuneração de Pessoal do IPRECAL.	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.000,00
319016.00.141 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 15.000,00
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339046.00.141 -	Auxílio Alimentação	R\$ 2.000,00
339049.00.141 -	Auxílio Transporte	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 84.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.709 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.709 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.228 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 6.669,54 (seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais, cinquenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0100.2.517-	Atividades PAIF - Família	
300000.00.922 -	Despesas Correntes	
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.922 -	Aplicações Diretas	
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 4.000,00
339039.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 880,00
339047.00.922 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.789,54
	Total	R\$ 6.669,54

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.710 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.710 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.229 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 61.512,08 (sessenta e um mil, quinhentos e doze reais, oito centavos), a fim de suplementar a seguintes Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 61.512,08

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Recurso 140.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.711 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.711 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.230 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 73.487,92 (setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, noventa e dois centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 73.487,92

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 17.306,76
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 3.031,00
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 33.895,22
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil	
300000.00.140 -	Despesas Correntes	
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.140 -	Aplicações Diretas	
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 2.167,68
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 17.087,26
TOTAL		R\$ 73.487,92

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 10 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.713 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.713 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.233 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social		
300000.00.102 -	Despesas Correntes		
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.102 -	Aplicações Diretas		
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras		
300000.00.102 -	Despesas Correntes		
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.102 -	Aplicações Diretas		
339048.00.102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.714 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.714 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.234 de 10 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais		

319000.00.766 -	Aplicações Diretas		
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00	
319016.00.766 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.024 -	Coleta de Lixo Urbano		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.766 -	Aplicações Diretas		
339039.00.766 -	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 10 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 10/1951 DE 27 DE AGOSTO DE 1951

LEI Nº 10-1951

CONCEDE AUXÍLIO À FUNDAÇÃO DA CASA DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA, E CORRERÁ POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 11/1951 DE 27 DE AGOSTO DE 1951

LEI Nº 11-1951

FICAM ELEVADOS APARTIR DE 1º DE JULHO DO CORRENTE ANO, OS VENCIMENTOS DA PROFESSORA DO JARDIM DE INFÂNCIA DESTA CIDADE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 12/1951 DE 27 DE AGOSTO DE 1951

LEI Nº 12-1951

ISENTA DE IMPOSTOS SOBRE INDUSTRIA E PROFISSÃO AS INDUSTRIAS FABRÍLS QUE SE ESTABELECEM E CUJO RAMO NÃO ESTEJA REPRESENTADO NO PARQUE INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

CARLOS BRANDES

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

LEI Nº 4.223 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.223 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 5.352,02 (cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais, dois centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.352,02

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339014.00.766 -	Diárias - Civil	R\$ 1.000,00
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.300,00
339047.00.766 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 500,00
400000.00.766 -	Despesas de Capital	
440000.00.766 -	Investimentos	
449000.00.766 -	Aplicações Diretas	
449052.00.766 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.552,02

Total R\$ 5.352,02

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.224 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.224 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL .

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339001.00.141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 12.000,00	
339003.00.141 -	Pensões	R\$ 12.000,00	
339005.00.141 -	Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 20.000,00	
	Total	R\$ 44.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do IPRECAL.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.225 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.225 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DENOMINA QUADRA DE ESPORTES "DYLAN MUNHOZ", SITUADA NA PRAÇA DE ESPORTES "MAURÍCIO FOITTE", MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica denominada a Quadra de Esportes Sintética, situada na Praça de Esportes "MAURÍCIO FOITTE", Centro do Município de Campo Alegre/SC., de: QUADRA DE ESPORTES SINTÉTICA "DYLAN MUNHOZ".

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

BIOGRAFIA

Nome: DYLAN MUNHOZ

Profissão: ESTUDANTE

Data de Nascimento: 23/06/2003

Nacionalidade: BRASILEIRA

Naturalidade: CAMPO ALEGRE/SC.

Data de Falecimento: 09/05/2014

Filiação: (Pai): MÁRCIO MARCELO MUNHOZ
(Mãe): MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Tempo de Residência no Município: 10 ANOS E 11 MESES

Atividades Comunitárias: JOGAVA FUTSAL "FUTEBOL DE SALÃO", NA APE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ESPORTISTAS DE CAMPO ALEGRE, ESCOLINHA DA UNIMED, PRATICAVA NATAÇÃO NA SOCIEDADE DESPORTIVA GUARANI.

Outras Informações: PARTICIPAVA DE TODAS AS MODALIDADES ESPORTIVAS REALIZADAS PELA EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, TAMBÉM FOI PARTICIPANTE NAS PROVAS DE CORRIDAS "MARATONAS INFANTIS" EM CAMPO ALEGRE E NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC., ONDE SEMPRE ALCANÇAVA AS PRIMEIRAS COLOCAÇÕES.

LEI Nº 4.226 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.226 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LAGEADO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LAGEADO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº. 06.989.112/0001-01, de Utilidade Pública Municipal, o direito de uso de bem imóvel, situado na localidade de Lageado, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

“Um terreno com área de 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), localizado na Rod. Estadual SC-110 “Prefeito Leopoldo Grosskopf”, Localidade de Lageado, Município de Campo Alegre/SC, com edificação da antiga Escola Municipal de Educação Básica Prof. Eugênio Schützler”.

Art.2º A Concessão de Direito de Uso de que trata o Artigo 1º desta Lei, será de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do respectivo Termo de Cessão de Bem Imóvel.

Art.3º A referida concessão de que trata a presente Lei fica condicionada ao uso para atividades e finalidades estatutária da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO LAGEADO.

Parágrafo único - O não cumprimento das cláusulas do Termo de Concessão a ser firmado dará causa a rescisão do mesmo, com imediata revogação da concessão.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM
IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Permissão, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.989.112/0001-01, estabelecida à Estrada Principal, snº na localidade de Lageado, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor: DANILO DOMINGUES, doravante denominada PERMISSONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal e, Lei Municipal nº 4.226 de 10 de Dezembro de 2014.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Permissão de Uso, através de Direito de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Lageado, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da PERMISSONÁRIA:

a) Trabalho Sócio Econômico a ser desenvolvido na Comunidade tais como:

b) Habitação; Saúde; Segurança; Rede de Abastecimento de Água Potável; Saneamento Básico; Urbanização; Ensino; Transporte; Lazer e Recreação.

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Permissão será a partir da promulgação da Lei Municipal nº 4.226 de 10 de Dezembro de 2014, até a data de 05 de Dezembro de 2019.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização de todos espaços “dependências”, para o atendimento, realização

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização de todos espaços “dependências”, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização de todos espaços “dependências”, para o atendimento, realização

de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações do PERMITENTE:

Compete ao PERMITENTE as seguintes obrigações:

- a) Disponibilizar os Bem Imóvel (Escola Municipal) descrita na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão Precária;
- b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso do imóvel concedido, verificando se as atividades desenvolvidas pela PERMISSÃO se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Permissão de Uso.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da PERMISSÃO
Associação de Moradores de Lageado.

Compete a PERMISSÃO - as seguintes obrigações:

- a) Preservação e manutenção das instalações do Bem Imóvel;
- b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para a PERMISSÃO;
- c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;
- d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Permissão de Uso;

Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:

É vedado a PERMISSÃO autorizar terceiros a utilizar os bens descritos na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o PERMITENTE e a PERMISSÃO.

Cláusula Décima - Da revogação:

A presente Permissão de Uso do Bem Imóvel poderá ser revogada a qualquer tempo pelo PERMITENTE, sem direito de indenização para a PERMISSÃO.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Permissão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 4.226 de 10 de Dezembro de 2014 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

- a) Ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;
- b) A qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas.

Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 4.226 e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Permissão terá validade a partir da data de 12 de Janeiro de 2014, autorizado pela Lei Municipal nº 4.226. E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (zero três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 12 de Janeiro de 2015.

PERMITENTE

RUBENS BLASZKOWSKI

PERMISSÃO

DANILO DOMINGUES

JEISON MAIKEL KWITSCHAL
ASSESSOR JURÍDICO

TESTEMUNHAS
JEFFERSSON TADEU AMORIM CUNHA
CPF/MF nº 005.522.529-21

JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF nº 304.385.869-72

LEI Nº 4.227 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.227 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente do IPRECAL .

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339001.00.141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 84.000,00	

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social		
94.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL		
09.272.0066.2.113 -	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339030.00.141 -	Material de Consumo	R\$ 8.000,00	
339036.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 16.000,00	
339039.00.141 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 40.000,00	
09.272.0066.2.138 -	Remuneração de Pessoal do IPRECAL.		
300000.00.141 -	Despesas Correntes		
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.141 -	Aplicações Diretas		
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 2.000,00	
319016.00.141 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 15.000,00	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.141 -	Aplicações Diretas		
339046.00.141 -	Auxílio Alimentação	R\$ 2.000,00	
339049.00.141 -	Auxílio Transporte	R\$ 1.000,00	
	Total	R\$ 84.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.228 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.228 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 6.669,54 (seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais, cinquenta e quatro centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0100.2.517-	Atividades PAIF - Família		
300000.00.922 -	Despesas Correntes		
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.922 -	Aplicações Diretas		
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 4.000,00	
339039.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 880,00	
339047.00.922 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.789,54	
	Total	R\$ 6.669,54	

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.229 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.229 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 61.512,08 (sessenta e um mil, quinhentos e doze reais, oito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 61.512,08	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Recurso 140.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração
Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.230 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.230 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementar no valor de R\$ 73.487,92 (setenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais, noventa e dois centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 73.487,92	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.				
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação				
12.361.0013.2.108 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas do Ensino Fundamental				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				
440000.00.140 -	Investimentos				
449000.00.140 -	Aplicações Diretas				
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 17.306,76			
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil				
400000.00.140 -	Despesas de Capital				

440000.00.140 -	Investimentos				
449000.00.140 -	Aplicações Diretas				
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 3.031,00			
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 33.895,22			
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil				
300000.00.140 -	Despesas Correntes				
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.140 -	Aplicações Diretas				
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 2.167,68			
400000.00.140 -	Despesas de Capital				
440000.00.140 -	Investimentos				
449000.00.140 -	Aplicações Diretas				
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 17.087,26			
TOTAL		R\$ 73.487,92			

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 10 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.231 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.231 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF - "PROFESSOR JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A APP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEF - "PROFESSOR JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO", com sede na Rua Fernando Jung, nº 420, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, registrado no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos de São Bento do Sul/SC, sob nº 00000030 do Livro 1-A, do Registro de Pessoas Jurídicas do Município de São Bento do Sul/SC., e na Secretaria da Receita Federal no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob nº 83.536.953/0001-04.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

10 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.232 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 174 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

EM REGIME DE URGÊNCIA

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339014.00.119 -	Diárias - Civil	R\$ 8.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapêutica	
10.303.0056.2.028 -	Realização de Diagnósticos dos Pacientes	
300000.00.119 -	Despesas Correntes	
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.119 -	Aplicações Diretas	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 8.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Dezembro de 2014.

LEI Nº 4.233 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.233 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	

300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339048.00.102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.234 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.234 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.123 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.766 -	Aplicações Diretas		
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00	
319016.00.766 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
13.01 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental		
17.512.0077.2.024 -	Coleta de Lixo Urbano		
300000.00.766 -	Despesas Correntes		
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.766 -	Aplicações Diretas		
339039.00.766 -	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 10 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 10/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 9/1951 DE 27 DE AGOSTO DE 1951

LEI Nº 9-1951

FICA EXTINTA POR FALTA DE ALUNOS A ESCOLA MUNICIPAL DE LAGEADO NESTE MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

CARLOS BRANDES
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 27 de Agosto de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 11.347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. FLÁVIA ALIANE TURECK HANTSCHER, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Matrícula Funcional nº 000674, Registro no Sistema sob nº 955105, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 08 de Dezembro de 2014 a 06 de Abril de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.348 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.348 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Sala, LUCIANE DAMÁZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000731, Registro no Sistema sob nº 955248, referente ao período aquisitivo 02 de Maio de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 10 de Dezembro de 2014 á 19 de Dezembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
08 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 3/1951 DE 04 DE MAIO DE 1951

PORTARIA Nº 3-1951

DESIGNAR O SECRETÁRIO PADRÃO K, PARA RESPONDER PELO EXPEDIENTE DA TESOURARIA, ENQUANTO A TITULA ALDAIR EBERT ESTIVER EM FÉRIAS.
PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 04 de Maio de 1951.
CARLOS BRANDES.
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 04 de Maio de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 4/1951 DE 01 DE JUNHO DE 1951

PORTARIA Nº 4-1951

DESIGNAR JOSÉ CARDOSO DE LIMA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE COVEIRO DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1951.
CARLOS BRANDES.
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 1º de Junho de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 5/1951 DE 07 DE JUNHO DE 1951

PORTARIA Nº 5-1951

DISPENSAR O SECRETÁRIO HERCÍLIO BUENO FRANCO PADRÃO K, DAS FUNÇÕES DE TESOUREIRO AS QUAIS VINHA EXERCENDO EM SUBSTITUIÇÃO A TITULAR ALDAIR EBERT, A QUAL ESTAVA EM FÉRIAS REGULAMENTARES.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de Junho de 1951.
CARLOS BRANDES.
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 07 de Junho de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO
Secretário

PORTARIA Nº 6/1951 DE 07 DE JUNHO DE 1951

PORTARIA Nº 6-1951

DESIGNAR ALDAIR EBERT PADRÃO J, PARA RESPONDER PELO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DESTA PREFEITURA ENQUANTO O TITULAR HERCÍLIO BUENO FRANCO ESTIVER DE FÉRIAS REGULAMENTARES.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de Junho de 1951.

CARLOS BRANDES.

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 07 de Junho de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PORTARIA Nº 7/1951 DE 22 DE JUNHO DE 1951

PORTARIA Nº 7-1951

CONCEDER A ASSOCIAÇÃO RURAL DESTA MUNICÍPIO UM AUXÍLIO O QUAL SERÁ PAGO PELA DOTAÇÃO 5-25-1.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 22 de Junho de 1951.

CARLOS BRANDES.

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 22 de Junho de 1951.

ALDAIR EBERT.

Secretária em Substituição

PORTARIA Nº 8/1951 DE 09 DE JULHO DE 1951

PORTARIA Nº 8-1951

DISPENSAR ALDAIR EBERT TESOUREIRA PADRÃO J, DAS FUNÇÕES DE SECRETÁRIA, AS QUAIS VINHA EXERCENDO EM SUBSTITUIÇÃO AO TITULAR HERCÍLIO BUENO FRANCO, QUE ESTAVA EM FÉRIAS REGULAMENTARES.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de Julho de 1951.

CARLOS BRANDES.

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, 09 de Julho de 1951.

HERCÍLIO BUENO FRANCO

Secretário

PREGÃO 126/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2014

MODALIDADE PREGÃO (presencial)

A licitação tem como objeto a contratação de profissional para prestação serviços técnicos relacionados ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, deste município, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO FIXADO (MENSAL)
01	12	Mês	Prestação de serviços técnicos relacionados ao Sistema de Abastecimento de Água – SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário – SES, deste município.	R\$ 2.200,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 23/12/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos, do dia 23/12/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, dos órgãos/unidades participantes do processo licitatório:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.105	Manut. e Coord. das Ativ. da Secretaria Mun.de Saneamento Ambiental
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 126/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 11 de dezembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 28/2014 - SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014

O Município de Campos Novos, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social, torna público que fará realizar no dia 23 de dezembro de 2014 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE URNAS FUNEBRES E SERVIÇOS DE TRANSLADO PARA PESSOAS CARENTES, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 10 de dezembro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 84/2014 PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de janeiro de 2015 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, AMA E ACADAV DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 09 de Dezembro de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

AVISO PP 14/2014 - F.H.J.A.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 22/12/2014 às 14h na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor preço por item, tendo como objeto a escolha da proposta mais vantajosa para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA CONSUMO NO ANO DE 2015 NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 13h às 18h diariamente.

Campos Novos, 11 de dezembro de 2014.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Iracema Trucolo Wilpert

Administradora

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014 AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE PINUS - SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 39/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2014**

No dia 8 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 26/2014, Processo Licitatório nº. 39/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE PINUS NA FORMA DE FORRO, ASSOALHO, PORTAS E OUTROS MATERIAIS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6701	GREENFORCE LTDA EPP	4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 23, 25
6386	MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME	1, 2, 3, 6, 7, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GREENFORCE LTDA EPP	14.464.652/0001-91	IVO DIAS DOS SANTOS JUNIOR	047.395.049-95
MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-	10.527.390/0001-06	SANDRO MARCOS SUZANA	777.866.889-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRA DE PINUS NA FORMA DE FORRO, ASSOALHO, PORTAS E OUTROS MATERIAIS PARA DOAÇÃO A FAMÍLIAS VULNERÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6386 - MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	FORRO DE PINUS	m²	serraria LJE	5.000,000	10,9000	54.500,00
2	ASSOALHO DE PINUS	m²	serraria LJE	4.000,000	19,0000	76.000,00
3	PAREDE DE PINUS	m²	serraria LJE	4.000,000	19,0000	76.000,00
6	PORTA INTERNA PINUS - COMPLETA (MARCO DE 10 A 13 CM, FECHADURA, DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	grando porta	100,000	195,0000	19.500,00
7	PORTA EXTERNA PINUS - COMPLETA (MARCO DE 10 A 13CM, FECHADURA, DOBRADIÇA, MONTADA)	UN	grando portas	60,000	310,0000	18.600,00
16	PREGO 12X12	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
17	PREGO 13X15	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
18	PREGO 16X24	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
19	PREGO 17X27	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
20	PREGO 18X30	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
21	PREGO 19X39	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
22	PREGO 22X44	KG	imprell	200,000	9,7000	1.940,00
24	TÁBUA DE PINUS 1x8x3	mtl	mad.suzana	3.000,000	5,0500	15.150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014

Fornecedor: 6701 - GREENFORCE LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	MEIA CANA PINUS	mtl		2.500,000	1,5400	3.850,00
5	MATA JUNTA DE PINUS	mtl		2.500,000	1,7300	4.325,00
8	RIPA DE PINUS 1x2x3	mtl		3.500,000	1,1300	3.955,00
9	RIPA DE PINUS 1x3x3	mtl		3.500,000	1,5600	5.460,00
10	RIPA DE PINUS 1x4x3	mtl		5.000,000	1,8300	9.150,00
11	RIPA DE PINUS 2x2x3	mtl		4.000,000	2,0800	8.320,00
12	RIPA DE PINUS 2x3x3	mtl		4.000,000	2,5000	10.000,00
13	RIPA DE PINUS 2x4x3	mtl		4.000,000	3,4600	13.840,00
14	RIPA DE PINUS 2x5x3	mtl		4.000,000	4,4500	17.800,00
15	RIPA DE PINUS 2x6x3	mtl		4.000,000	5,6500	22.600,00
23	ESPELHO 15 CM	mtl		2.500,000	5,6500	14.125,00
25	RODAPÉ DE PINUS	mtl		2.500,000	2,5500	6.375,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7

Processo Nº.: 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7

Processo Nº.: 39/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Dezembro de 2014.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

GREENFORCE LTDA EPP

CNPJ: 14.464.652/0001-91

MADEREIRA MADECAMPOS DE SANDRO MARCOS SUZANA-IV CNPJ: 10.527.390/0001-06

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014 MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/8

Processo Nº.: 162/2014**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2014**

No dia 8 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 79/2014, Processo Licitatório nº. 162/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL A SEREM UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6421	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	
10890	GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA	1, 7
11119	MF COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	84.583.954/0001-64	LUIZ EVERALDO RODRIGUES DA SILVA	217.042.520-91
GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA	78.218.187/0001-91		. . .
MF COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	20.337.740/0001-25	FABIANE KOMINKIEWICZ	060.118.099-28

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRAFICO E DE COMUNICAÇÃO VISUAL A SEREM UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10890 - GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONFECCÃO DE CARTAZ TAMANHO 64cmX46cm, PAPEL 150g, IMPRESSÃO 4X0 CORES	UN		250,000	1,5700	392,50
7	CONFECCÃO DE LIVRO TURISTICO , 52 PÁGINAS, 4X4 CORES, TAMANHO 11cmX17cm (FECHADO), IMPRESSO EM PAPEL COUCHÉ 150g, CAPA EM COUCHÉ 170g, ACABAMENTO EM VINCO COM 02 GRAMPOS	UN		10.000,000	1,3700	13.700,00

Fornecedor: 11119 - MF COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CONFECCÃO DE CONVITE TAMANHO 30cmX21cm, PAPEL 250g, IMPRESSÃO 4X4 CORES, ACABAMENTO COM FAÇA DE CORTE E UMA DOBRA	UN		300,000	1,5800	474,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 162/2014
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

Fornecedor: 11119 - MF COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CONFECCÃO DE CRACHÁS PADRÃO PARA EVENTO TAMANHO 10cmX15cm, PAPEL 300g, IMPRESSÃO 4X0 CORES, COM DOIS FUROS E CORDÃO TAMANHO 0,70m ESPESSURA 02mm, SENDO 04 ARTES DIFERENTES COM QUANTIDADES VARIADAS	UN		220,000	0,9700	213,40
4	CONFECCÃO DE FLYER TAMANHO 21cmX14cm, PAPEL 120g, IMPRESSÃO 4X4 CORES, COM TRÊS ARTES DIFERENTES.	UN		7.000,000	0,1200	840,00
5	CONFECCÃO DE BANNER TAMANHO 1,5mX2,0m, EM LONA VINILICA DE NO MINIMO 380g IMPRESSO EM 4X0 CORES, ACABAMENTO PADRÃO COM VARETA E CORDÃO PARA SUPORTE	UN		30,000	134,0000	4.020,00
6	CONFECCÃO DE BANNER TAMANHO 1,13mX0,40m EM LONA VINILICA DE NO MINIMO 380g, 4X4 CORES ACABAMENTO COM 10 ILHOS, INCLUINDO A INSTALAÇÃO NOS POSTES ORNAMENTAIS DE DIVULGAÇÃO NA PRAÇA LAURO MUULER	UN		40,000	44,5000	1.780,00
8	CONFECCÃO DE ADESIVO 0,8mm TRANSPARENTE, IMPRESSO INVERTIDO MAIS CAMADA BRANCA (PARA COLAR EM VIDRO INTERNO DE VEICULOS) E IMPRESSO EM 4X0 CORES, COM 04 ARTES DIFERENTES	UN		200,000	3,9500	790,00
9	ELABORAÇÃO DE PROJETO GRÁFICO DE IDENTIDADE VISUAL E DIAGRAMAÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM IMPRESSOS, CONFORME DESCRITOS NOS ITENS 01 AO 08, COM FORNECIMENTO DOS ARQUIVOS PRONTOS PARA IMPRESSÃO EM GRÁFICA E EDITÁVEIS EM COREL DROW	UN		1,000	1.200,0000	1.200,00
10	ADESIVO VINIL COLOR (duração mínima de três anos) COM RECORTE A LASER PARA ENVELOPAMENTO/PERSONALIZAÇÃO DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL	M2		650,000	31,0000	20.150,00
11	ADESIVO VINIL IMPRESSÃO DIGITAL D300 (duração mínima de três anos) COM RECORTE A LASER PARA ENVELOPAMENTO/PERSONALIZAÇÃO DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL	M2		170,000	67,5000	11.475,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8
Processo Nº.: 162/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 162/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 162/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 162/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 162/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8
Processo Nº.: 162/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2014

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Dezembro de 2014.

NELSON CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

CNPJ: 84.583.954/0001-64 _____

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

CNPJ: 78.218.187/0001-91 _____

MF COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME

CNPJ: 20.337.740/0001-25 _____

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 111/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 111/2014
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 17/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para conclusão da Quadra Coberta da E.E.B. Cantório Florentino da Silva, localizada na Rua João Busnardo, nº 160, Bairro Índia, neste Município, com área total de 686,70 m², conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, BDI, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do edital. DATA DE ABERTURA: 29 de dezembro de 2014, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 10 de dezembro de 2014.
ANTONIO DA SILVA
Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 112/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 112/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 83/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 01 veículo 0 KM, para equipar a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Canelinha, conforme especificações descritas no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 23 de dezembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 10 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 113/2014 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 113/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 84/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada de gêneros alimentícios, destinado a alimentação dos alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Fundamental, para o exercício de 2015, atendendo a Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE nº 026 de junho de 2013, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 29 de dezembro de 2014, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 10 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 15/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EP

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ARMARIO COM PORTAS DE VIDRO MEDINDO 2.000 MM X 500 MM X 2.200 MM (LXPGA) DESTINADO AO CREAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 26/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: METROMED COM. MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 7.281,94 (sete mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 14.614,18 (quatorze mil seiscentos e quatorze reais e dezoito centavos)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP MÉDICOS LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 36.850,00 (trinta e seis mil oitocentos e cinquenta reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: SERCON-INDS E COM DE APARELHOS MED HOSPITAL.LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 12.190,00 (doze mil cento e noventa reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 29.195,00 (vinte e nove mil cento e noventa e cinco reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: JD EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - ME CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: T.D & V. COM. DE PROD. ODONTOLOGICOS E HOSPITALARE

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 118.100,00 (cento e dezoito mil cem reais)

DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14

HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14

CONTRATADO: OLIDEF CZ IND. E COM. DE APARELHOS HOSPITALARES LT

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 16.300,00 (dezesesseis mil trezentos reais) DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14
CONTRATADO: CIRURGIAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERI
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 22.260,00 (vinte e dois mil duzentos e sessenta reais) DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: LANCI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLASTICOS LTD
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14
CONTRATADO: LOGITEX DISTRIBUIDORES LTDA - ME CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA AUTOCLAVES, APARELHOS DE PRESSÃO, OTOSCÓPIOS, EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS. VALOR DA DESPESA: R\$ 12.442,50 (doze mil quatrocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FUNREBOM 03/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/14
HOMOLOGAÇÃO: 10/12/14
CONTRATADO: INDUSTRIA BRASILEIRA DE GUINDASTES CONTRATANTE: FUMREBOMPM DE CANOINHAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM GUINDASTE HIDRAULICO ARTICULADO TRASEIRO TIPO CANIVETE PARA SER INSTALADO EM CAMINHÃO VOLVO 330 CV DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 124.500,00 (cento e vinte e quatro mil e quinhentos reais)
DATA: 10/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 33/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 49/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 33/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/12/2014, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento das propostas até às 09h00min do dia 23/12/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 34/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 50/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 34/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23/12/2014, às 10h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/ JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANOPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE, JARAGUÁ DO SUL E FLORIANOPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Recebimento das propostas até às 10h00min do dia 23/12/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 144/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 212/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 144/2014

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/01/2014, às 10h05min, licitação REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 13/01/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 05/CMDCA/2014

RESOLUÇÃO Nº 05/CMDCA/2014

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) criado pela Lei Municipal nº 2.445 de 19/12/1991, alterado e consolidado pela Lei nº 3.804 de 18/03/2005, no âmbito de sua competência legal, conforme deliberação em Reunião Ordinária de 05 de Novembro de 2014.

Considerando o parecer do Setor Jurídico sobre a utilização do veículo adquirido com recursos oriundos do FIA, para uso do Conselho Tutelar e que o mesmo deve ser utilizado exclusivamente para atender interesses das crianças e adolescentes deste município.

RESOLVE:

APROVAR o uso compartilhado do veículo com prioridade para a Casa de Passagem Santa Clara.

Canoinhas-SC, 03 de dezembro de 2014.

Cristine Ribeiro Isphair Maziero

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 5.980,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 19/2014

Licitação.....: 15/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) ARMÁRIO COM PORTAS DE VIDRO MEDINDO 2.000 MM X 500 MM X 2.200 MM (LXPXA) DESTINADO AO CREAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	24100	-	ARMÁRIO COM 4 PORTAS DE VIDRO E CHAVE	-	Unidade: UN		
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EF	DISMACENTER	1,000	0,0000	5.980,0000	5.980,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em/...../.....

PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - - EQUIPE DE APOIO

PAULO CESAR SAFANELLI - - PREGOEIRO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - SUPLENTE PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC

TAYNÁ MACHADO - - CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FUNREBOM 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUMREBOMPM DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano: 4/2014

Licitação.....: 3/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE UM GUINDASTE HIDRAULICO ARTICULADO TRASEIRO TIPO CANIVETE PARA SER INSTALADO EM CAMINHÃO VOLVO 330
CV DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

Processo Administrativo:

1 - FUNREBOMPM DE CANOINHAS-CORPO BOMBEIROS

Total dos Itens Vencedores: 124.500,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	- 311042554 - GUINDASTE HIDRAULICO ARTICULADO TRASEIRO TIPO CANIVETE - Unidade: UN							
16428	INDUSTRIA BRASILEIRA DE GUINDASTES		1,000	0,0000	124.500,0000	124.500,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - - Pregoeiro(a)		
MARCIANO FERNANDES CORREA - - SUPLENTE		
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - - EQUIPE DE APOIO		
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - - SUPLENTE		
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - - 28.754/SC		
JOSE CARLOS HERBST - - CRC/SC 031639/O-0		

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 186/2014

DECRETO Nº 186, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014
Dispõe sobre a doação de bens móveis.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Termo de Doação e respectivas Notas Fiscais, anexas;

DECRETA:

Art. 1º Ficam recebidos em doação bens móveis, a seguir especificados, da Associação de Pais e Professores - APP da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, inscrita no CNPJ sob o nº 00.703.961/000-62, ao Município de Capinzal, destinados à Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho:

I - 01 (uma) Lavadora A.P HD 585-Profi S 220V 60 HZ, Nota Fiscal nº 4606, no valor de R\$ 1.190,00 (um mil, cento e noventa reais);
II - 01 (um) Armário e balcão sob medida, Nota Fiscal nº 000032, no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. O valor total dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio Público Municipal é de R\$ 6.440,00 (seis mil quatrocentos e quarenta reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 4 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 187/2014

DECRETO Nº 187, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para priorizar o pagamento ao fornecedor na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8.666/93, cada Unidade da Administração nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO, a momentânea dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses e a crescente demanda de obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos, nos termos do Decreto nº 115, de 1º de agosto de 2014;

CONSIDERANDO a celebração do Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR - Convênio nº 2014TR001749, Processo nº SDR07 1336/2014, com objeto de Pavimentação de ruas do Distrito de Alto Alegre;

CONSIDERANDO o Termo Aditivo de contrapartida com recursos próprios a serem alocados para a pavimentação de ruas do Distrito de Alto Alegre, no valor de R\$ 11.665,77 (onze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), em virtude de que foram aditivados os quantitativos de área em 770m² (setecentos e setenta metros quadrados);

CONSIDERANDO o Termo Aditivo de prolongamento de extensão se fez necessário em virtude do Município de Capinzal atender a solicitação da comunidade local, a qual solicitou o aditivo, e o município empenhou esforços para a realização do projeto de acordo com as reivindicações da população.

CONSIDERANDO que há um saldo de Convênio no valor de R\$ 6.682,44 (seis mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) e rendimentos no valor de R\$ 2.854,79 (dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e nove centavos), totalizando R\$ 9.537,23 (nove mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos), e o valor total do aditivo de extensão é de R\$ 21.203,00 (vinte e um mil, duzentos e três reais), portanto, necessita-se adição com recursos próprios no valor de R\$ 11.665,77 (onze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e setenta e sete centavos), a fim de realizar o pagamento do aditivo de extensão realizado na pavimentação das ruas do Distrito do Alto Alegre à empresa Enghevia Serviços e Obras Ltda.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Administração e Finanças, através do serviço de tesouraria, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimentos das faturas para priorizar o pagamento até esta data, relativo ao fornecimento dos serviços acima especificados, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 188/2014

DECRETO Nº 188, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para priorizar o pagamento aos fornecedores na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8.666/93, cada Unidade da Administração nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas

de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO, a momentânea dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses e a crescente demanda de obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos, nos termos do Decreto nº 115, de 1º de agosto de 2014;

CONSIDERANDO a prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, água e telefone, serviços esses, imprescindíveis e essenciais e de extrema prioridade de relevante interesse público, para a continuidade da prestação de serviços públicos, necessitamos priorizar o pagamento à CELESC, SIMAE, Oi e Claro;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Administração e Finanças, através do serviço de tesouraria, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimentos das faturas para priorizar o pagamento até esta data, relativo ao fornecimento dos serviços acima especificados, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de dezembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

Decreto 189/2014

DECRETO Nº 189, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a doação de bens móveis à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC - CIRETRAN.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o Convênio nº 2013TN003649, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC - CIRETRAN e o Município de Capinzal;

CONSIDERANDO o Termo de Doação - Anexo Único;

DECRETA:

Art. 1º Ficam doados bens móveis especificados no Termo de Doação - Anexo Único, do Município de Capinzal à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados ao CIRETRAN

de Capinzal.

Parágrafo único. O valor total dos bens móveis de que trata o presente Decreto, para fins de incorporação ao Patrimônio do CIRETRAN e baixa do Patrimônio Público Municipal é de R\$ 20.664,69 (vinte mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Capinzal, SC, 8 de dezembro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças
ANEXO ÚNICO

TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC, inscrito no CNPJ 82939406/0001-07, com endereço à Rua Carmelo Zócoli, 155, centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, considerando o interesse, eficiência e melhoria do serviço público municipal, faz a doação dos bens móveis a seguir discriminados, à Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP - Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC - Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.952.294/0001-00, destinados ao CIRETRAN de Capinzal, neste ato representado pelo seu Delegado de Polícia Civil Sr. André Luis Cembranelli Barbeto, doravante denominado representante do CIRETRAN de Capinzal.

CONVÊNIO CIRETRAN

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM	PLAQUETA	VALOR R\$
01	Purificador de água, marca Latina	12489	868,79
02	Câmera digital, marca Samsung	12491	437,90
03	02 (duas) - Impressoras matricial Epson fx-2190	12493	4.100,00
04	Câmera digital Samsung es68, preta	12495	370,00
05	Câmera digital Samsung es68, preta	12496	399,00
06	Computador Pauta Power c17,estabilizador e monitor	12567	2.599,00
07	Computador Pauta Power c17,estabilizador e monitor	12568	2.599,00
08	Condicionador de ar máxima 12 qc.2lx	12743	1.548,00
09	PC Power core Intel 3330 8g ddr, HD 500 gb.	12752	1.879,00
10	Monitor de led 19,5 polegadas, marca LG	12753	510,00
11	Conjunto de monitoramento, com câmeras, dvr tcvo 08 canais, 4 câmeras de vigilância e TV Samsung 20 polegadas	12754	3.274,00
12	Estabilizador de voltagem ts shara 1000va	12778	290,00
13	Condicionador de ar split 12.000 btus, marca Electrolux	13505	1.790,00
VALOR TOTAL			20.664,69

O CIRETRAN recebe os bens acima descritos, que se encontram em ótimo estado para uso imediato, devidamente conferidos, através do presente TERMO DE DOAÇÃO, os quais passam a incorporar o seu patrimônio, sendo para constar, lavrado o presente Termo em três vias, assinadas e datadas pelo Prefeito Municipal de Capinzal e pelo representante do CIRETRAN de Capinzal.

Capinzal, em 8 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZElla André Luis Cembranelli Barbeta
Prefeito Municipal de Capinzal Delegado de Polícia Civil

SIMAE

PORTARIA N º 49/2014/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 049/2014/SIMAE-CAO, de 09 de dezembro de 2014.
Designa comissão para análise e aprovação da adequação do(s) projeto(s) e recebimento da obra do sistema de água do Loteamento Recanto dos Pássaros.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Designar os servidores ADEMAR DE GIACOMETI, CRISTINA DA SILVA, DIONISIO ALZIR ROSSET, para comporem a comissão para análise e aprovação da adequação do(s) projeto(s) e recebimento do sistema de água do Loteamento Recanto dos Pássaros, no município de Capinzal/SC.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 50/2014/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 050/2014/SIMAE-CAO, de 09 de dezembro de 2014.

Designa comissão para análise e aprovação dos projetos, fiscalização da implantação e recebimento da Estação de Tratamento de Esgoto do Loteamento Recanto dos Pássaros.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Designar os servidores ADEMAR DE GIACOMETI, CRISTINA DA SILVA, DIONISIO ALZIR ROSSET e MARCELO LAGO, para comporem a comissão de análise e aprovação dos projetos, fiscalização da implantação e recebimento da Estação de Tratamento de Esgoto para atendimento do Loteamento Recanto dos pássaros, no município de Capinzal/SC.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

PORTARIA N º 51/2014/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 051/2014/SIMAE-CAO, de 09 de dezembro de 2014.
Designa comissão para análise e aprovação do(s) projeto(s) e recebimento da obra do sistema de esgoto do Loteamento Recanto dos Pássaros.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Designar os servidores ADEMAR DE GIACOMETI, CRISTINA DA SILVA, DIONISIO ALZIR ROSSET, para comporem a comissão para aprovação do(s) projeto(s) e recebimento do sistema de esgoto do Loteamento Recanto dos Pássaros, no município de Capinzal/SC.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Caxambu do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 54/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 54/2014
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2014
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, PARA EXECUÇÃO DE TALUDE DE CONTENÇÃO DE ARGILA NA QUADRA 76, LOCALIZADA NA RUA ÍNDIO CONDÁ.
Contratada: TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES GHELLER LTDA.
R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).
Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
CAXAMBU DO SUL, 10 de dezembro de 2014.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 177/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
DECRETO Nº 000177/14 de 10 de Dezembro de 2014
Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001337/14 de 24 de Novembro de 2014.
DECRETA :

Art. 1º -
Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 17.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO
03.01 - Departamento de Administração
03.01.04.182.0003.2.004-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 17.500,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 17.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Dezembro de 2014
VILMAR FOPPA
PREFEITO

Cocal do Sul**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001.2014**

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO No 001/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL torna público o edital de regulamento do Concurso Público no 001/2014 destinado a prover vagas para seu quadro permanente, para o emprego de Médico Veterinário. As inscrições ficarão abertas a partir das 8 horas do dia 10 (dez) de dezembro até às 23h e 59min do dia 07 (sete) de janeiro de 2015. Demais informações podem ser obtidas por meio do edital completo, disponível no endereço eletrônico <http://www.cocaldosul.sc.gov.br> no mural da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, Avenida Dr Polidoro Santiago, 519, Centro, Paço Municipal "Jarvis Gaidzinski".

Cocal do Sul/SC, 10 de dezembro de 2014.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 34/2014- PMC

Objeto: aquisição de equipamentos novos, para atender as necessidades da SEMED, SEMAD, FMAS e SEMURB, com recursos oriundos do convênio Estaduais FEAS CREAS investimento e FEAS Abrigo Investimento recursos Federais IGD/SUAS, IGD/PBF e programação IGD/PBF conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 08/01/2015 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 08/01/2015 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 04 de Dezembro de 2014.

SAMIRA ABU E HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 20/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2014 - PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção da cobertura do pátio da Escola Básica Municipal Giuseppe Sette, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 08/01/2015, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/01/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 08/01/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 09/01/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 5.950, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.950, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa valor dos cartões do Controle de Estacionamento Rotativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.051, de 1º de abril de 1998 e alterações; no Decreto nº 3.959, de 28 de abril de 1998 e alterações e no Termo de Concessão de Exploração nº 1/2013, de 12 de abril de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores dos cartões do Controle de Estacionamento Rotativo, a partir de 12 de dezembro de 2014, na forma abaixo:

I - cartão de 30 (trinta) minutos: R\$ 0,50 (cinquenta centavos);

II - cartão de 1 (uma) hora: R\$ 1,00 (um real).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 12 de dezembro de 2014, o Decreto nº 5.700, de 30 de abril de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 850/2014, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 850/2014, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o cancelamento dos Editais de Processos Seletivos Públicos nºs. 3, 4 e 5/2014, de 24 de outubro de 2014 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- a Justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Administração;

- as diversas denúncias e reclamações, recebidas pelo Departamento de Ouvidoria, apontando supostas irregularidades no fornecimento de certificados de cursos de aperfeiçoamento/atualização,

emitidos por algumas Instituições de Ensino;

- que é dever da Administração Municipal, em seus atos, proceder de forma a evitar qualquer vício ou ilegalidade.

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados os Editais de Processos Seletivos Públicos nºs.:

I - 3/2014, de 24 de outubro de 2014 e alterações, que objetivam a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação nas Escolas Básicas Municipais - EBM Santa Rita e Elizabetha Pavan e Grupo Escolar Municipal - GEM Nova Brasília, durante o ano letivo de 2015, na Educação Integral - Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Base Diversificada (Literatura Dramatizada, Dança, Artesanato, Desenho, Xadrez, Laboratório Pedagógico, Tênis de Campo, Esporte Coletivo, Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Informática, Teatro e Judô);

II - 4/2014, de 24 de outubro de 2014 e alterações, que objetivam a formação de cadastro de reserva para a contratação de professores, em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental (1º ao 8º ano), Educação de Jovens e Adultos - EJA, para as Escolas Básicas, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, da Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2015;

III - 5/2014, de 24 de outubro de 2014 e alteração, que objetivam a ampliação, em caráter temporário, da carga horária, de professores efetivos, para a formação de cadastro de reserva, para atuação no Ensino Fundamental e Educação Infantil, nas Escolas Básicas, Grupos Escolares, Escolas do Campo e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de dezembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 6/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 6/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, torna pública a homologação dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 2/2014, de 25 de junho de 2014, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 10 dias do mês de dezembro de 2014.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

GRUPO I - GRUPO OCUPACIONAL ESPECIALISTA - GE

FISIOTERAPEUTA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	278	VIVIANE BORDIN MISSIO	22/12/1986	4,60	1,80	1,20	0,80	8,40
2	1573	BIANCA MENNA BARRETO LAGES	28/03/1984	4,40	2,00	1,20	0,80	8,40
3	1350	ANDREA MATIELLO	18/07/1974	4,60	2,20	0,80	0,60	8,20
4	216	MARCOS ANDRE FONTANA VASSELAI	18/01/1985	4,40	1,60	1,00	0,80	7,80
5	763	GISELE APARECIDA DALLAGNOL	17/04/1982	4,00	1,60	1,00	0,60	7,20
6	455	WILLIAMS SANTOS FERREIRA	19/02/1983	3,40	1,20	1,40	0,80	6,80

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
7	25	RENATA ALICE MACCARINI	30/04/1981	4,00	1,80	0,60	0,20	6,60
8	1898	BIBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA	04/09/1976	3,80	1,00	1,00	0,80	6,60
9	930	THAINE CRISTINE GARLET	20/05/1992	4,00	1,20	0,60	0,60	6,40
10	1742	MARLEY BRESOLLA MAGALHAES	11/10/1983	4,00	1,00	0,80	0,60	6,40
11	711	GILCIANE BEE BOGEO SIQUEIRA	22/04/1987	3,40	1,60	0,60	0,80	6,40
12	1206	GABI ACILEIA BOETTCHER FIAMETTI	01/09/1982	3,40	1,40	0,60	0,80	6,20
13	1578	ELIANDRA PAULA ROLDEN	18/03/1989	3,60	0,80	0,80	0,80	6,00
14	189	GLAUCIA DANIELE HOFF	23/06/1990	3,60	0,80	1,00	0,40	5,80
15	649	JAQUELINE DE FATIMA BIAZUS	11/03/1968	3,60	0,80	1,00	0,40	5,80
16	96	JANAINA MOLOZZI ROSSI	10/02/1979	3,40	1,00	1,20	0,20	5,80
17	780	ALINE PEREIRA DA SILVA	11/12/1980	3,60	1,40	0,00	0,60	5,60
18	1927	MAKELE JANAINA DA SILVA SEGUNDO	14/08/1989	3,40	1,00	0,80	0,40	5,60
19	1963	FLAVIANE FATIMA MANICA	29/01/1982	3,20	1,00	0,80	0,60	5,60
20	987	RAFAELA SPRICIGO DA SILVA DUTRA	27/10/1985	3,40	1,00	0,60	0,40	5,40
21	1193	CASSIO NORONHA MARTINS	22/09/1988	3,60	1,20	0,40	0,00	5,20
22	2053	PATRICIA OGLIARI	22/10/1983	3,00	1,40	0,40	0,20	5,00

TÉCNICO LEGISLATIVO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	1767	LUANA LIS REDECKER KUNRATH	21/04/1988	3,80	1,80	1,20	0,60	7,40	9,75	8,11
2	348	MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA	16/01/1970	4,00	1,20	1,00	0,80	7,00	9,25	7,68
3	584	ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA	22/11/1991	3,40	1,60	1,00	0,60	6,60	10,00	7,62
4	186	CRISTIANE PERIN	14/05/1987	3,60	1,20	1,40	0,40	6,60	9,50	7,47
5	662	GISLAINE SUHRE	05/10/1992	3,40	1,40	1,00	0,20	6,00	10,00	7,20
6	1287	CRISTIANE DILDA	23/09/1986	3,40	1,20	1,20	0,60	6,40	9,00	7,18
7	1546	ANGELO BENINI FANTIN	04/03/1990	3,00	1,60	1,00	0,60	6,20	9,00	7,04
8	1306	MARILUCIA BERGOZZA TOSCAN	01/08/1981	3,60	1,40	1,00	0,40	6,40	8,25	6,96
9	89	ANDREIA DE PINHO	20/08/1979	3,40	1,00	1,00	0,40	5,80	9,50	6,91
10	1188	ELISANGELA MARTA DA SILVA	18/07/1979	2,80	1,60	0,60	0,60	5,60	9,75	6,85
11	1857	SIMONE CRISTINA CRUZ DOS SANTOS GIOTTO	27/09/1974	4,00	1,60	1,20	0,60	7,40	5,50	6,83
12	2073	MARIANA BERNARDI TESSER CASAGRANDE	08/11/1988	3,60	2,20	1,00	0,60	7,40	5,50	6,83
13	1224	ALEXANDRA BONA MARQUES DE MELO	22/06/1984	2,80	1,80	0,40	0,60	5,60	9,50	6,77

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
14	1813	MERLI ALINE ALTHAUS	24/02/1990	3,00	1,40	1,20	0,20	5,80	8,50	6,61
15	317	LIDIANE DAL PRA	05/12/1978	3,20	1,60	0,80	0,40	6,00	8,00	6,60
16	663	DAIANE MAISA PATZLAFF	24/08/1985	3,20	1,80	0,60	0,20	5,80	8,00	6,46
17	2113	RUTINEIA ROSSI	30/07/1976	3,20	1,40	1,20	0,80	6,60	5,75	6,35
18	1754	PATRICIA MARIA PRISCE FERREIRA DE CARVALHO	16/06/1970	4,00	1,80	0,60	0,40	6,80	5,25	6,34
19	542	DIANA BERTOCHO	02/08/1981	2,80	1,40	0,80	0,20	5,20	9,00	6,34
20	885	DANIEL LORENZETI	05/01/1984	3,00	1,20	1,00	0,40	5,60	7,50	6,17
21	1358	NAYANA CRISTINA ALLIEVI DOS SANTOS	11/09/1990	2,40	1,20	0,80	0,80	5,20	8,25	6,12
22	1388	MARCIA BERGOZZA MINKS	02/06/1980	3,00	1,20	0,80	0,80	5,80	6,50	6,01
23	884	VANESSA MARGAINE SECHIM LOUREIRO	19/01/1983	2,80	1,60	0,40	0,40	5,20	7,75	5,97
24	127	EDSON FABRICIO	12/10/1974	3,60	1,40	0,80	0,40	6,20	4,75	5,77

ENFERMEIRO

Classificado	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	Nota
1	1178	SANDRA LUNARDI	20/03/1977	4,20	1,80	1,00	0,80	7,80
2	1229	MARIA EUGENIA ZANATTA MORTARI	24/04/1987	3,80	1,20	1,40	0,80	7,20
3	976	MONICA PIVOTTO	27/10/1989	3,80	1,00	0,60	0,80	6,20
4	867	AILTON BURATTO	17/10/1986	3,60	1,20	1,00	0,40	6,20
5	376	DANIELA SANTOS DA COSTA	21/10/1980	3,40	1,60	0,60	0,60	6,20
6	274	INGRIDI ZOTTI MIGNONI	27/09/1991	3,60	1,20	1,00	0,20	6,00
7	2013	IOLANDA CAROLINA TASCA AZANELLO	13/12/1986	3,00	1,40	0,80	0,60	5,80
8	800	ANA PAULA TERRES DA ROSA	09/06/1989	3,60	1,20	0,60	0,20	5,60
9	1709	DANIELA BOCCALON	23/08/1991	3,60	1,00	0,60	0,40	5,60
10	951	VAGNER RODRIGO GROLLE	03/02/1985	3,00	1,20	1,00	0,40	5,60
11	1565	DAGLIE CARLA GALVAN	09/07/1991	3,80	0,60	0,80	0,20	5,40
12	798	SANDRA MARA VARGAS SIMIONI	14/08/1982	3,20	1,20	0,80	0,20	5,40
13	1170	VANESSA DE CASSIA ESTEFANO SMORCINSKI	01/07/1987	3,20	0,60	1,00	0,60	5,40
14	1082	CLARICE MARIA SOCBZAK NASIOWSKI	18/09/1960	3,00	1,40	0,80	0,20	5,40
15	1020	ROBSON RODRIGO DA SILVA	24/03/1982	3,40	0,80	0,40	0,40	5,00
16	1911	IVANI FRANCISCA DE OLIVEIRA	05/10/1973	3,20	1,60	0,20	0,00	5,00
17	1414	RENAN ZANELLA	17/12/1988	3,20	0,80	0,60	0,40	5,00

AUDITOR FISCAL

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	1489	ANDERSON DENIS PERIN	01/03/1985	4,20	1,80	1,40	1,00	8,40
2	1823	ANDERSON DAL PRA DAL VESCO	14/09/1986	4,80	1,40	1,00	1,00	8,20
3	7	MARAISE FATIMA DE MARCO	22/03/1985	4,40	1,80	1,00	1,00	8,20
4	911	LEILA CRISTINA KRUGER	18/03/1982	3,80	2,20	0,80	1,00	7,80
5	51	LUCIANE SARTORI RECH	04/02/1985	4,60	1,80	0,80	0,40	7,60
6	2020	FERNANDO ALTENHO-FEN	26/06/1981	4,40	1,40	1,20	0,60	7,60
7	893	MARINA AUGUSTI BRINGHENTI	22/05/1987	4,00	1,40	1,40	0,80	7,60
8	2107	LUIZ ERNESTO FARIAS RODRIGUES DOS SANTOS	19/10/1972	4,40	1,40	1,00	0,60	7,40
9	242	ROBSON JOSE CORREA SILVA	12/10/1983	4,20	1,20	1,20	0,80	7,40
10	1942	TALES HENRIQUE MORES	16/04/1992	3,80	1,80	1,20	0,60	7,40
11	46	LEONICE PARIZOTTO CAMARGO	09/06/1975	4,60	1,60	0,60	0,40	7,20
12	1368	ANDRESSA GISLAINE PINTO BERGER	18/12/1987	4,20	1,60	0,60	0,80	7,20
13	1951	DIEGO FRARE	10/07/1986	3,40	2,20	0,80	0,80	7,20
14	961	GABRIELA SGANZERLA	27/02/1991	4,20	1,00	1,20	0,60	7,00
15	1490	ANGELA MARIA CERVELIN CASSOL	17/01/1980	4,00	1,40	1,00	0,60	7,00
16	1530	SOLANGE APARECIDA SEIDENSTUCKER MARCON	22/01/1985	4,00	1,40	0,80	0,80	7,00
17	1975	ANDIARA AMANCIO DETOFANO	29/04/1986	4,60	0,80	0,60	0,80	6,80
18	1931	ALEXANDRE DE OLIVEIRA SILVA	16/09/1977	4,00	1,60	0,60	0,60	6,80
19	1584	ADRIANO BOCHI	25/11/1987	4,00	1,40	1,00	0,40	6,80
20	1497	LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN	06/12/1968	3,60	1,20	1,20	0,80	6,80
21	1775	FABRICIO GREBINSKY	29/12/1976	3,60	1,20	1,20	0,80	6,80
22	27	DAIANE ROMANI	20/03/1984	4,20	1,20	1,00	0,20	6,60
23	1640	JOSE KERBER	07/11/1979	4,20	1,20	0,80	0,40	6,60
24	847	PAULO ROGERIO DUARTE	03/02/1979	4,20	0,40	1,40	0,60	6,60
25	1568	PRECILA BONI	14/09/1989	4,00	1,40	0,60	0,60	6,60
26	391	PAMELA MARIA FACCIO	18/11/1989	4,00	1,20	0,80	0,60	6,60
27	35	RICHELI LILIAN DUARTE	10/01/1989	4,00	1,20	0,60	0,80	6,60
28	1517	MARCELO SALVADEGO	13/08/1982	3,80	1,40	0,80	0,60	6,60
29	1824	MARIANGELA FRACASSO	15/03/1973	4,20	1,20	0,60	0,40	6,40
30	748	FRANCIELI MACHADO PETRY	06/02/1986	3,80	1,40	0,80	0,40	6,40
31	2091	MARLO CRISTINA RIBEIRO POMPEO	05/06/1985	3,80	1,20	1,00	0,40	6,40
32	1645	MARCELO LUCKMANN	02/03/1989	3,80	1,20	0,80	0,60	6,40
33	309	FABIOLA ZARPELON	23/08/1993	3,80	1,00	1,00	0,60	6,40
34	1373	MARLON DE LAI DENEGA	07/08/1990	3,80	1,00	1,00	0,60	6,40

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
35	2033	DEISEL VALANDRO	31/07/1990	3,80	0,60	1,40	0,60	6,40
36	1264	CAROLINE FERNANDA FRACASSO RIZZO	12/08/1982	3,60	1,80	0,80	0,20	6,40
37	108	ELIZANDRA DAL BELO	04/10/1990	4,40	0,80	0,60	0,40	6,20
38	1591	DAIANE LUNARDI	22/09/1990	4,20	1,00	0,80	0,20	6,20
39	1286	CARLOS DENILSON CARDOSO	17/11/1966	4,20	1,00	0,60	0,40	6,20
40	2143	MARINA LUPATO	10/07/1987	4,00	0,80	0,80	0,60	6,20
41	778	BRUNA EMANUELY BOSCATTO	28/05/1991	3,80	1,60	0,20	0,60	6,20
42	494	CAMILA MARCHESAN	12/10/1991	3,80	1,40	0,80	0,20	6,20
43	1694	JONATAN GELATTI	15/11/1984	3,60	1,20	0,80	0,60	6,20
44	405	NALI SIMONE ZANELLA	14/12/1983	3,40	1,40	0,80	0,60	6,20
45	1417	ADRIANO POZZO BROETTO	13/05/2014	3,40	1,40	0,60	0,80	6,20
46	2153	WILLIAN SIEGA	12/07/1989	3,20	1,40	1,00	0,60	6,20
47	1493	NAILA BELLINI	22/03/1993	3,20	1,20	1,20	0,60	6,20
48	672	PATRICIA PAGNO TRINDADE	07/04/1989	4,20	1,00	0,60	0,20	6,00
49	2070	TIANE TESCHE	21/12/1987	4,00	1,00	0,80	0,20	6,00
50	2134	ALINE MONICA LOH-MANN	11/04/1990	4,00	1,00	0,60	0,40	6,00
51	751	CAMILA DA CAMPO	05/11/1989	4,00	0,80	0,80	0,40	6,00
52	820	SILMARA APARECIDA FARIAS	16/09/1991	3,80	1,00	0,80	0,40	6,00
53	1030	MARCIELE DAL MOLIN GASPERINI	30/10/1991	3,80	0,80	0,60	0,80	6,00
54	1545	DOUGLAS PEREIRA	30/05/1990	3,60	1,20	0,80	0,40	6,00
55	84	TATIANE LONGO	19/03/1984	3,60	1,00	0,60	0,80	6,00
56	180	MARIONI ROSA SANTUARI	29/04/1966	3,40	1,80	0,40	0,40	6,00
57	1472	SIDNEI FRANCA DOS SANTOS	09/01/1975	3,00	1,20	1,40	0,40	6,00
58	36	JULIANA FRANCA FERNANDES	21/12/1992	4,00	0,60	1,00	0,20	5,80
59	2078	ALINY JACIRA KADES	28/08/1989	3,80	1,00	0,40	0,60	5,80
60	379	LIANGRA FRACASSO	17/09/1981	3,80	0,80	0,80	0,40	5,80
61	1964	DEBORA DERETTI	02/05/1992	3,80	0,60	0,40	1,00	5,80
62	1933	NORBERTO BAZZAN	27/02/1970	3,40	1,60	0,20	0,60	5,80
63	1995	JANE ANTONIETTI	06/03/1973	3,40	1,00	0,80	0,60	5,80
64	87	TABARA PASQUALOTTO	10/03/1987	3,40	0,80	1,00	0,60	5,80
65	2065	RICARDO FILIPE MARIOTTI	15/07/1991	3,00	1,00	0,80	1,00	5,80
66	2164	TAIS SAMARA PELLIN	31/08/1990	4,20	0,60	0,40	0,40	5,60
67	1953	RENATO DIAS	18/04/1982	4,00	0,60	0,60	0,40	5,60
68	2181	JANETE MARIA AMPESE	24/03/1968	4,00	0,60	0,60	0,40	5,60
69	530	LUCIANE DE CARLI	26/07/1983	3,80	1,00	0,40	0,40	5,60
70	1333	TAISE RUVIARO CEOLIN	29/03/1991	3,80	0,80	0,40	0,60	5,60
71	1664	PABLO JOSE DE MATOS	22/07/1971	3,60	1,00	0,60	0,40	5,60
72	496	DENISE SIMONI DE ABREU	06/09/1986	3,80	0,60	0,80	0,20	5,40
73	2035	LIZANDRA TEREZINHA COLUSSI	25/02/1989	3,60	0,80	0,80	0,20	5,40
74	1753	RAFAEL VOLPINI	31/05/1992	3,60	0,80	0,40	0,60	5,40
75	1583	JESSICA BOCHI	06/05/1991	3,40	1,40	0,40	0,20	5,40

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
76	1400	MARCIANA SALETE WEIS	03/02/1987	3,00	1,00	1,00	0,40	5,40
77	1820	SIMONE FATIMA PORT LEONHART	26/05/1985	3,40	0,80	0,60	0,40	5,20
78	5	PAULO CESAR DE MORAIS	22/09/1977	3,20	1,20	0,60	0,20	5,20
79	528	DEISE PASINATTO	27/03/1983	3,20	1,20	0,40	0,40	5,20
80	580	DAYANA ZUQUELLO	17/06/1982	3,00	1,00	0,80	0,40	5,20
81	511	SANDRA GUGEL	16/02/1980	3,00	1,00	0,60	0,60	5,20
82	2180	JAIME CEZAR MASIERO	30/06/1978	2,60	0,80	1,20	0,60	5,20
83	1186	JAQUELINE ZAPALAI	24/07/1989	3,80	0,40	0,80	0,00	5,00
84	1614	FERNANDO SCHEREI-NER	14/11/1976	3,60	0,80	0,60	0,00	5,00
85	2146	GRASIELE IUNG	03/12/1984	3,20	1,00	0,20	0,60	5,00
86	1482	MATEUS WESLEY SORATO	01/09/1993	2,80	1,00	0,80	0,40	5,00

ENGENHEIRO - CIVIL

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	676	GIANCARLO ZIBETTI MANTOVANI	07/05/1990	4,40	1,80	1,00	1,00	8,20
2	1479	RONALDO FRASSINI	13/04/1987	3,80	2,20	1,40	0,80	8,20
3	1176	LEILA ANA MATIELLO	25/07/1971	4,40	1,80	1,00	0,60	7,80
4	1765	JOAO VICENTE D AVILA BECKER	11/05/1989	4,00	1,80	0,80	0,80	7,40
5	1332	NELSON HENRIQUE JOLY	25/02/1991	3,60	1,60	1,20	1,00	7,40
6	1408	JOSIANE DOS SANTOS BERVIAN	04/02/1985	3,80	1,40	1,00	1,00	7,20
7	433	ROGERIO EVANDRO MORTARI	03/10/1980	4,20	1,20	0,80	0,80	7,00
8	185	ALEXANDRE CAIO MARTINS	09/03/1982	4,00	1,40	0,80	0,80	7,00
9	1038	ELISA REGINA PETTER	10/09/1990	3,80	1,40	0,80	1,00	7,00
10	1845	JESSICA DIAS DE AMARAL RINALDI	01/11/1991	4,40	1,20	0,40	0,80	6,80
11	1756	DEISI DAIANI BERSCH FUHRMANN	18/04/1982	4,00	1,60	0,60	0,60	6,80
12	1213	PATRICIA APARECIDA ZINI	10/05/1982	3,80	1,80	0,20	1,00	6,80
13	304	LARISSA VENDRUSCOLO	22/07/1991	3,60	1,20	1,00	1,00	6,80
14	1829	FILIFE MARCONATTO	31/07/1990	3,80	1,20	1,00	0,60	6,60
15	1401	LUAN PICININ SARTORI	15/02/1991	3,80	1,20	0,80	0,80	6,60
16	1666	VEREDIANE FATIMA BUSSOLARO	10/08/1991	3,80	1,20	0,80	0,80	6,60
17	556	ANA CRISTINA VIDALIS FRASSON	02/10/1991	3,60	1,80	0,40	0,80	6,60
18	1586	CAROLINE ELIDIANA SANTOS DE LUCCA	30/07/1988	4,20	1,00	0,60	0,60	6,40
19	1998	ELISANE BEATRIZ MANGOLD BERGAMO	29/07/1978	3,80	1,40	0,80	0,40	6,40
20	1986	ALESSANDRO CARLITO BORSATTI	12/08/1992	3,80	1,00	0,60	1,00	6,40
21	683	BRUNO HERON ROESE MORTARI	20/06/1986	3,20	1,60	1,00	0,60	6,40
22	1804	HOBERDAN HAUPT DE CASTILHOS	09/05/1990	3,80	1,20	0,20	0,80	6,00
23	660	MAICO DEITOS	17/09/1984	3,20	0,60	1,20	1,00	6,00

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
24	239	TANIA VALENTIM DE LIMA FANTIN	09/08/1983	3,60	1,00	0,60	0,60	5,80
25	964	FABIO SABINO DA SILVA	21/11/1990	3,40	0,60	1,20	0,60	5,80
26	1483	SABRINA NIOTTI	14/06/1989	3,00	1,40	0,80	0,60	5,80
27	641	THAISA SAYURI ROBINI	22/10/1991	2,80	1,60	0,40	0,80	5,60
28	358	CHAIANE ROANI	15/08/1992	3,40	1,20	0,40	0,40	5,40
29	2168	CAMILLA PRIOR DALLA COSTA	21/03/1992	3,20	1,20	0,60	0,40	5,40
30	2154	FABIO MARCOLIN	26/09/1972	3,20	0,60	0,80	0,80	5,40
31	1980	ANDRE LUIZ SIMON	12/07/1990	3,00	0,60	0,80	1,00	5,40
32	2124	JOELSON MEDEIROS	15/12/1978	3,20	0,60	1,00	0,40	5,20
33	1007	ALINA GABRIELA PIOLA BERTA	18/08/1990	2,80	1,20	0,20	1,00	5,20
34	730	MATHEUS VIEIRA NARCISO	25/03/1989	2,60	0,80	0,80	0,80	5,00

ENGENHEIRO - ELETRICISTA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	97	JONAS TOIGO BITTEN-COURT	09/09/1989	4,60	2,20	1,00	1,00	8,80
2	704	TIAGO GABRIEL DE SOUZA	09/06/1982	4,40	1,80	1,20	1,00	8,40
3	1575	CASSIO ANDRE FERRAZ DE SOUZA	14/09/1987	4,20	2,20	1,00	1,00	8,40
4	781	LUCAS EDUARDO ZANDONAI	04/03/1991	4,80	1,40	1,20	0,80	8,20
5	571	FABRICIO DE ANDRADE	23/07/1986	4,40	2,20	1,00	0,60	8,20
6	1320	GUILHERME BATTALINI SILVA	31/03/1988	4,00	2,40	0,80	0,80	8,00
7	1053	GUILHERME THIE-MANN	08/09/1984	3,80	1,60	1,40	1,00	7,80
8	1508	DANIEL BICICGO	07/10/1982	4,20	1,40	0,80	0,80	7,20
9	399	LUCIANO KUHN DE SOUZA	01/05/1979	4,00	1,40	1,20	0,60	7,20
10	170	WILLY WING MOREIRA	26/05/1989	4,00	1,60	0,60	0,80	7,00
11	112	BERNARDO ARAUJO CEZAROTTO	12/11/1987	3,80	2,20	0,60	0,40	7,00
12	426	JOAO PAULO BERTOLINI SEHN	10/10/1992	3,80	1,20	1,20	0,80	7,00
13	2001	FELIPE RODRIGUES	07/09/1986	3,80	1,20	1,00	1,00	7,00
14	1839	GUILHERME AUGUSTO DE LIMA FREITAS	23/02/1989	4,20	1,40	0,60	0,60	6,80
15	664	GILIARD PAGANINI	19/03/1991	4,20	1,40	0,40	0,80	6,80
16	1798	RAFAEL ZOTTIS	09/03/1990	3,60	1,80	0,60	0,80	6,80
17	195	FERNANDO HENRIQUE CORSICO	20/05/1988	4,00	1,40	0,40	0,80	6,60
18	656	RICARDO VENDRUS-COLO	12/09/1983	3,60	1,00	1,00	0,80	6,40
19	803	JULIANA RODRIGUES LODDI	15/02/1984	2,20	1,80	1,40	1,00	6,40
20	1228	RENATO BERGAMO	16/09/1980	3,80	0,80	0,60	1,00	6,20
21	1380	MARCOS FRANCESCHET	03/07/1990	3,80	0,60	1,00	0,80	6,20
22	648	ANDRE LUIS DA SILVA	17/05/1982	3,60	0,80	1,00	0,80	6,20
23	173	LUIS EDUARDO CARNIEL	17/02/1993	3,00	1,20	1,20	0,80	6,20
24	162	ANDRE TOCHETTO	03/09/1988	4,20	0,40	0,60	0,80	6,00

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
25	1766	VALDERI JUNOT BABINSKI	21/05/1990	3,60	1,20	0,40	0,80	6,00
26	259	DIEGO SANTOS	30/10/1984	3,60	1,00	0,80	0,60	6,00
27	1960	LUIS HENRIQUE BERNARDI	30/03/1984	3,40	1,20	0,80	0,40	5,80
28	1039	GELSON FERNANDES DE OLIVEIRA	02/01/1986	3,00	1,20	1,00	0,60	5,80
29	1	AIRTON JOSE POZZO	04/11/1990	3,80	0,40	0,40	1,00	5,60
30	11	MARCOS ALEXANDRO AIOLFI	22/10/1981	2,80	1,20	1,00	0,60	5,60
31	33	TADEU LORASCHI	28/03/1991	3,20	0,80	0,60	0,80	5,40
32	1465	ODILIO DE SOUZA DUARTE	30/10/1977	3,40	0,80	0,40	0,40	5,00
33	1085	GEFERSON FARINA	11/12/1985	2,80	1,00	0,40	0,80	5,00

MÉDICO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	1842	ALAN ROBERTO MENEGAT	02/10/1985	2,80	1,60	1,40	0,60	6,40	5,00	6,12
2	1952	FABIO RUSCHEL	27/12/1969	2,60	1,80	1,00	0,60	6,00	1,00	5,00

GRUPO II - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	806	MICHELI FURMANN COMARELLA	23/05/1978	3,80	1,20	1,00	0,20	6,20	5,00	5,96
2	529	THAIMARA TRAMONTINA	05/08/1988	3,40	1,40	0,80	0,60	6,20	5,00	5,96
3	1618	FRANCIELE ELISABETH GERHARDT	24/04/1982	3,40	1,20	0,80	0,60	6,00	5,00	5,80
4	512	PATRICIA LUANA ZAIONS	21/01/1989	2,60	1,20	1,40	0,60	5,80	5,00	5,64
5	1387	VANDERLEIA GHENO BORDIGNON	07/03/1967	3,20	0,80	1,00	0,60	5,60	5,00	5,48
6	1063	SIMONI MARAFON GRUHLKE	28/01/1980	2,80	1,60	0,60	0,60	5,60	5,00	5,48
7	1158	ARIANE DELAI CECCHIN	27/12/1979	3,00	0,80	0,80	0,60	5,20	5,00	5,16
8	102	SUZANA CRISTINA FLECK	22/05/1990	2,80	1,00	1,00	0,40	5,20	5,00	5,16
9	1205	ALINE CARIN DA SILVA PANSERA	30/04/1991	2,60	1,60	0,80	0,20	5,20	5,00	5,16
10	182	ROSANGELA TERESINHA FRACASSO	17/06/1964	2,60	1,00	1,20	0,40	5,20	5,00	5,16
11	589	IRENE ELAINE SAATKAMP	01/05/1978	2,40	1,20	1,20	0,40	5,20	5,00	5,16
12	1144	SIMONE TOERHORST BALENA	04/09/1977	2,40	1,00	1,40	0,40	5,20	5,00	5,16
13	983	LUCIANA KOWACICZ SANDI	16/10/1974	2,80	1,00	0,80	0,40	5,00	5,00	5,00

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
14	740	SOELI FATIMA OLIVEIRA DOS SANTOS	11/09/1981	2,60	1,20	0,80	0,40	5,00	5,00	5,00
15	136	PATRICIA DO AMARAL BURLA-MAQUI PICKER-SGILL	18/05/1975	2,00	1,80	0,80	0,40	5,00	5,00	5,00
16	222	ROSELENE DEU-NER	21/12/1987	3,20	1,20	0,80	0,60	5,80	0,00	4,64
17	1473	ELIDA DE SOUZA BENTO	27/07/1983	3,20	1,40	0,40	0,60	5,60	0,00	4,48
18	968	ILOINE SANDERS HERBICH	08/05/1967	3,40	1,20	0,40	0,40	5,40	0,00	4,32
19	2063	HELOISE BONIN	13/10/1977	2,40	1,40	1,00	0,60	5,40	0,00	4,32
20	384	DARLEIA PRIAMO	16/01/1981	2,40	1,20	1,20	0,60	5,40	0,00	4,32
21	814	NATALIA REMOR DURIGON	07/06/1991	2,80	1,00	0,80	0,60	5,20	0,00	4,16
22	297	JAIRA ZAMPIE- RON	04/08/1987	2,60	1,80	0,40	0,40	5,20	0,00	4,16
23	149	ELISANGELA GA- BRIELA GERHARD	07/06/1986	2,20	1,20	1,00	0,80	5,20	0,00	4,16
24	2025	CARINA LUISA MULLER	23/05/1991	3,00	0,40	1,00	0,60	5,00	0,00	4,00
25	131	SANDRA MARA SARTORI CA- GLIARI	01/10/1981	2,60	1,00	0,60	0,80	5,00	0,00	4,00

PROFESSOR - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	1737	SIMONE LAZAROTTO	20/09/1982	3,20	1,20	0,60	0,80	5,80	5,00	5,64
2	359	SIMONE MARIA FICAGNA	19/06/1987	3,00	1,40	0,80	0,60	5,80	5,00	5,64
3	1374	DAIANE FRIGO	28/08/1982	3,00	1,20	1,00	0,60	5,80	5,00	5,64
4	1203	MARISTELA MACIEL	07/02/1973	2,40	1,40	1,20	0,40	5,40	5,00	5,32
5	1518	SONIMARA CAZAROTTO	30/05/1977	2,60	1,20	1,00	0,40	5,20	5,00	5,16
6	403	ANA MARIA FONTANA MATTIA	23/07/1964	2,40	1,40	1,00	0,20	5,00	5,00	5,00
7	1848	MARGUDT HASSMER POTTRATZ	05/04/1972	2,20	1,00	1,40	0,40	5,00	5,00	5,00
8	1407	DEBORA CRISTINA LUCAS	21/02/1989	1,80	1,80	1,00	0,40	5,00	0,00	4,00

PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	1600	ARIANE BONATTO MUNARETTO	13/04/1979	3,00	1,20	0,80	0,60	5,60	5,00	5,48
2	1667	ANDRESSA CRUZ DA SILVA	26/05/1982	3,00	1,00	0,60	0,60	5,20	5,00	5,16
3	617	ALEX MADRUGA DA ROSA SBARAINI	12/12/1976	2,80	0,80	0,80	0,80	5,20	0,00	4,16
4	434	MARIELE COREZZOLLA	16/08/1989	2,40	1,20	1,00	0,60	5,20	0,00	4,16

PROFESSOR - ARTES

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	66	ROSELEI DATSCH	18/06/1978	3,60	0,40	0,80	0,60	5,40	0,00	4,32
2	143	ELIANE DA SILVA	08/08/1992	3,20	0,80	0,80	0,20	5,00	0,00	4,00
3	869	DAIANE COMIN	26/08/1990	2,40	1,20	0,80	0,60	5,00	0,00	4,00

PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	161	CINTIA MARA BURALI	26/11/1983	3,40	1,60	0,60	0,60	6,20	5,00	5,96
2	464	FABIANA PAULA PICININ	25/01/1973	3,40	1,00	1,00	0,80	6,20	5,00	5,96
3	303	VALERIA SGANZERLA ZWIRTES	05/03/1985	3,00	1,00	1,20	0,80	6,00	5,00	5,80
4	2043	PABLO LUIS ORLANDINI	18/12/1978	2,80	1,40	1,00	0,80	6,00	5,00	5,80
5	1391	CRISTINA ZOTTI	15/07/1976	3,60	1,00	0,80	0,20	5,60	5,00	5,48
6	1797	ELIZA ALVES DE LIMA	05/06/1977	3,60	1,00	0,60	0,40	5,60	5,00	5,48
7	1094	FERNANDA FUHR	26/07/1977	3,20	1,00	0,80	0,60	5,60	5,00	5,48
8	1782	ELISABETE PALUDO SANDI	23/09/1980	3,40	1,40	0,60	0,00	5,40	5,00	5,32
9	1238	JADERSON MORETTO	06/04/1987	3,20	0,80	0,80	0,60	5,40	5,00	5,32
10	564	SILVIA TREVISAN	06/09/1975	3,20	0,40	1,00	0,80	5,40	5,00	5,32
11	906	EDSON PEDROSO	20/11/1972	3,00	1,20	0,80	0,40	5,40	5,00	5,32
12	420	SCHEILA BORGES VIEIRA	02/04/1990	2,80	1,20	0,60	0,80	5,40	5,00	5,32
13	508	BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA	02/05/1989	2,80	1,00	1,20	0,40	5,40	5,00	5,32
14	154	SANDRA MARIA LISBOA REBELATTO	14/04/1966	2,60	1,40	1,00	0,40	5,40	5,00	5,32
15	1553	DANIEL AULER	13/11/1986	3,00	1,60	1,20	0,80	6,60	0,00	5,28
16	1153	ADILSON LUIS SPAGNOL	26/03/1990	3,00	1,20	0,40	0,60	5,20	5,00	5,16
17	524	DAIANE CHIAPETTI	30/01/1988	2,80	1,40	1,20	1,00	6,40	0,00	5,12
18	1291	ERIKA KATIA DE OLIVEIRA	06/07/1981	3,20	0,80	0,60	0,40	5,00	5,00	5,00
19	1005	ROZIELI RAMOS ORSOLIN	27/06/1986	3,00	1,20	0,40	0,40	5,00	5,00	5,00
20	101	CLEIDE REGINA BARON	06/01/1969	3,00	1,00	0,60	0,40	5,00	5,00	5,00

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
21	1790	SILVANA DE VARGAS	07/04/1969	2,80	1,00	0,80	0,40	5,00	5,00	5,00
22	321	FRANCIELI PRE-SOTTO	16/07/1990	2,80	0,80	0,80	0,60	5,00	5,00	5,00
23	1858	LEONARDO GASPAROTTO	10/02/1987	2,60	1,00	1,20	0,20	5,00	5,00	5,00
24	1531	EZEQUIEL RAMOS ORSOLIN	16/09/1979	3,20	1,40	0,60	0,80	6,00	0,00	4,80
25	587	CARLA GRAZIELA VESCOVI SOR-GETZT	26/09/1989	3,60	0,80	0,80	0,60	5,80	0,00	4,64
26	408	LAERCIO GIOVANNI DIAS	13/06/1993	3,40	0,60	1,00	0,40	5,40	0,00	4,32
27	1164	TIAGO DA SILVA	11/12/1980	2,80	0,80	1,00	0,60	5,20	0,00	4,16
28	1220	SIDNEI TURMINA	05/12/1983	3,00	0,80	0,80	0,40	5,00	0,00	4,00
29	802	DARCI DE MATOS JUNIOR	03/01/1991	3,00	0,80	0,80	0,40	5,00	0,00	4,00

PROFESSOR - LÍNGUA ESPANHOLA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	593	SONIA TERESINHA BIASUS	12/08/1959	3,40	1,80	0,40	0,40	6,00	7,00	6,20
2	287	DIVANIA INEZ BOTECA CASADEI	09/07/1978	3,60	1,20	0,60	0,40	5,80	5,00	5,64
3	1367	ZENILDA VICENTE RIBEIRO DA SILVA	12/06/1974	3,40	1,40	0,40	0,40	5,60	5,00	5,48
4	1764	GABRIELE TAFAREL	14/07/1994	3,60	1,40	1,00	0,40	6,40	0,00	5,12
5	916	NEIDI MARA JANKE	13/06/1976	2,80	1,80	0,20	0,20	5,00	5,00	5,00
6	1860	REJANE MARIA CAITANO SANTIAGO	21/02/1985	3,20	1,40	0,80	0,20	5,60	0,00	4,48

PROFESSOR - GEOGRAFIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	1056	EUNICE AMPESE	29/03/1970	3,60	1,20	0,80	0,20	5,80	5,00	5,64
2	475	RAFAEL PAVIANI	04/04/1983	4,20	0,80	1,20	0,60	6,80	0,00	5,44
3	789	BRUNA MARCOS VELHO	05/10/1992	4,40	1,00	0,80	0,40	6,60	0,00	5,28
4	1892	LUCIO FLAVIO KESSLER	28/02/1975	3,80	1,40	0,80	0,60	6,60	0,00	5,28
5	1935	NAURI MARTINI MERLINI	04/03/1970	2,80	1,40	0,80	0,20	5,20	5,00	5,16
6	1091	ROSSENA DAL BOSCO	25/11/1983	3,80	1,20	0,60	0,60	6,20	0,00	4,96
7	471	CASSIANO BOITA	13/10/1977	3,40	0,80	0,80	0,80	5,80	0,00	4,64

ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO - ORIENTAÇÃO ESCOLAR

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	2086	MARISTELA LONGO	18/05/1986	2,80	2,00	1,00	0,40	6,20	5,00	5,96
2	1145	FERNANDA SCHNEIDER	31/08/1988	3,60	1,00	0,80	0,60	6,00	5,00	5,80
3	1212	LETICIA SAVARIS	06/03/1992	2,80	1,40	0,80	0,60	5,60	5,00	5,48
4	424	EULITA BERTOLINI SEHN	20/12/1967	2,60	1,80	0,60	0,60	5,60	5,00	5,48
5	168	KATIA GERUSA BASEGGIO	03/03/1980	2,40	1,80	0,60	0,20	5,00	5,00	5,00
6	2089	ROSMARI BASSANESE DE AZEVEDO	14/09/1965	2,40	1,40	0,40	0,80	5,00	5,00	5,00
7	2057	JULIANO ANDRE DEOTTI DA SILVA	06/06/1984	2,80	1,60	0,40	0,60	5,40	0,00	4,32

GRUPO III - GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO - GT

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	1521	ACACIO GUERREIRO	31/05/1997	4,40	0,80	1,40	1,00	7,60	8,25	7,80
2	207	ALEXSANDRO WILLIAM HERPICH	18/03/1995	3,60	1,20	1,20	0,60	6,60	9,75	7,55
3	1118	DAIANE VERRUCK PIEROSAN	20/03/1994	3,80	0,80	1,20	1,00	6,80	9,25	7,54
4	64	MARIANA FREIXELA HERNANDEZ	26/07/1994	3,20	1,00	1,60	0,60	6,40	9,25	7,26
5	1610	LADEMIRA DUARTE DE MELO WOICIECHOSKI	11/04/1980	3,00	0,60	1,40	0,80	5,80	9,75	6,99
6	1993	MARGARETE REGINA SCHNEIDER	23/09/1993	4,00	0,40	1,20	0,40	6,00	9,25	6,98
7	104	JESSICA CRISTINA LASSEN	29/01/1994	4,00	0,40	1,20	0,60	6,20	7,75	6,67
8	1428	THIAGO LUIS ROSSO	20/09/1986	3,80	0,60	0,80	0,20	5,40	9,50	6,63
9	305	JAQUELINE MENEGETTI	29/01/1989	4,20	0,40	1,20	0,40	6,20	7,00	6,44
10	1313	JOAO CARLOS DOMINGUES	09/07/1984	3,60	1,40	0,60	0,60	6,20	7,00	6,44
11	141	JULIANO FISCHER	15/05/1984	3,80	0,60	1,60	0,60	6,60	5,75	6,35
12	152	SOLANGE PASQUALIN	20/08/1986	4,20	0,80	1,20	0,60	6,80	5,00	6,26
13	1789	JONAS SPRICIGO	10/08/1990	3,20	1,00	1,00	0,60	5,80	4,75	5,49
14	135	LUCAS ANTONIO BACCHI	09/04/1996	3,20	0,60	1,00	0,60	5,40	5,25	5,36
15	1810	RAFAELA DOS SANTOS MAGARINOS	09/11/1985	3,60	0,60	0,80	0,80	5,80	4,00	5,26
16	586	CARLOS ALBERTO DE PINHO TIEPO	11/09/1996	3,20	0,80	0,60	0,40	5,00	5,25	5,08
17	147	JOSEANO DE ALENCAR CARVALHO	05/12/1988	2,40	1,00	1,20	0,40	5,00	3,25	4,48

TOPOGRAFO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	695	PAULO RODRIGO DA SILVA	31/12/1982	3,40	1,00	1,40	1,00	6,80

GRUPO IV - GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - GF

AGENTE DA AUTORIDADE DE TRÂNSITO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	417	MARCIO COLLA	07/09/1985	3,20	0,40	1,40	0,80	5,80	9,25	6,84
2	1235	DAIANA CARLA FOSCARINI SKO-WRONSKI	23/10/1988	2,80	0,60	1,40	0,60	5,40	8,75	6,41
3	1930	ALINE FALABRETTI	13/11/1991	2,80	1,00	1,40	0,80	6,00	7,25	6,38
4	78	ALAN DIEGO SIQUEIRA	09/12/1987	3,00	1,00	1,40	0,40	5,80	5,00	5,56
5	1538	CLEITON LUIZ FREISLEBEN	12/11/1985	2,40	1,00	1,20	1,00	5,60	5,00	5,42
6	1121	MARINALVA GASPARETTO	12/04/1988	3,00	0,80	1,40	0,80	6,00	4,00	5,40
7	539	JOSE ROBERTO DALMUT	21/02/1995	2,60	0,60	1,40	0,60	5,20	4,25	4,92
8	1752	MARCELO LEONHART	25/01/1982	2,40	0,60	1,20	0,80	5,00	4,50	4,85
9	1549	GISLAINE TELLES TORRES	03/05/1984	2,20	1,00	1,40	0,40	5,00	4,25	4,78

AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	1602	MARCOS ANTONIO MIOR	02/05/1984	3,20	1,20	1,60	0,80	6,80	9,75	7,69
2	1925	ELISANGELA DE SOUZA STRINGHINI	27/12/1977	3,60	1,00	1,40	0,60	6,60	7,00	6,72
3	1488	LOURDES CADORIN DE LIMA	05/03/1977	3,80	1,20	1,00	0,80	6,80	6,50	6,71
4	1893	MARCIA TERESINHA BACH	25/03/1983	3,40	0,40	1,20	0,80	5,80	7,25	6,24
5	1426	VINICIUS CAMPOS PIRES	20/02/1982	3,60	0,60	1,40	0,40	6,00	6,25	6,08
6	2048	RICARDO HENRIQUE MORETTO	21/10/1990	3,20	0,80	1,20	0,40	5,60	6,25	5,80
7	848	GENI DATSCH	20/10/1977	3,80	1,00	1,00	0,40	6,20	4,00	5,54
8	1969	JEAN CARLOS MATTANA	04/03/1984	2,80	0,80	0,80	0,60	5,00	6,75	5,53
9	281	HILDA GENI ALVES PAIXAO	24/10/1983	3,60	1,20	0,60	0,60	6,00	4,25	5,48
10	889	VANESSA DA CRUZ	18/12/1986	3,00	0,40	1,40	0,40	5,20	5,75	5,37
11	622	NAIANA XAVIER ALVES MINOSSO	29/04/1982	3,00	1,00	0,80	0,40	5,20	3,75	4,77
12	1734	JESSICA DEGGERONE CHINELATO DE LIMA	12/02/1992	3,20	0,40	1,20	0,60	5,40	3,25	4,76

AGENTE DE OPERAÇÃO AEROPORTUÁRIA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	109	ALEXANDRE MARTINS	01/02/1985	3,80	0,40	1,00	0,80	6,00
2	388	CAROLINE CARVALHO PINTO	27/03/1993	3,40	0,80	1,20	0,40	5,80

AGENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	44	RODRIGO DAL ZOT RITTER	21/06/1995	4,20	1,00	1,40	1,00	7,60	9,75	8,25
2	608	THALITA HELENA DALMAGO	03/09/1987	3,80	1,40	0,80	1,00	7,00	10,00	7,90
3	522	LUCIANO ANDRE DA SILVA KADZER-SKI	23/06/1993	3,80	1,40	1,40	0,80	7,40	8,75	7,81
4	791	MARIANA ZOLET RIGO	11/10/1993	3,40	1,40	1,40	0,60	6,80	10,00	7,76
5	1204	ADEMIR RAMOS CUCHI	25/11/1989	4,00	1,60	1,40	0,60	7,60	8,00	7,72
6	458	CLAUDIA CRISTINA RAUBER	07/12/1991	3,80	0,80	1,20	1,00	6,80	9,50	7,61
7	1055	GUILHERME ARTHUR FASOLO MARXREITER	23/08/1995	3,60	0,60	1,20	1,00	6,40	10,00	7,48
8	1612	FABIOLA PRUDENTE SPRICIGO	02/10/1990	4,00	0,60	1,60	0,40	6,60	9,50	7,47
9	1715	CRISTIANE SILVEIRA CASADO	02/11/1996	3,40	2,00	1,20	0,60	7,20	8,00	7,44
10	252	FERNANDA KRUGER	06/06/1989	3,60	1,40	1,20	0,40	6,60	9,25	7,40
11	362	CAMILA KRUSE	29/05/1994	3,40	0,80	1,20	0,80	6,20	10,00	7,34
12	890	PATRICIA SALETE MUNGHOL OL-DONI	14/02/1991	3,60	0,80	1,40	0,40	6,20	9,75	7,27
13	314	MATEUS GELAIN	03/03/1995	3,20	0,80	1,40	0,80	6,20	9,75	7,27
14	1799	RODINEI SURDI	25/03/1981	3,60	1,20	1,40	0,20	6,40	9,00	7,18
15	2074	CHARLES KOPSEL	17/05/1993	3,60	0,80	1,40	0,60	6,40	8,75	7,11
16	937	ALINE CONTE	03/06/1989	3,60	1,40	1,00	0,60	6,60	8,00	7,02
17	1985	NELSON NELDO LUDESCHER	11/11/1960	3,60	1,00	1,40	1,00	7,00	7,00	7,00
18	1199	EDUARDO MALTAURO	30/05/1992	3,40	0,80	1,20	0,80	6,20	8,75	6,97
19	1307	DAIANA FRANCISCA MAGRO	07/02/1992	3,40	1,20	1,60	0,40	6,60	7,25	6,80
20	15	ANEMARIE RECH	06/09/1976	3,60	0,80	1,40	0,80	6,60	6,75	6,65
21	620	ANAXIMANDRO BERTOCHO	23/01/1980	3,20	1,60	1,40	0,60	6,80	6,00	6,56
22	946	SUSANE DEPARIS	19/10/1995	3,20	1,20	1,40	0,80	6,60	6,25	6,50
23	1148	NATAN FILIPE STRINGHINI	28/07/1995	3,40	1,40	1,20	0,60	6,60	6,00	6,42
24	1763	JULIANA SCHMITT ZIERTH	26/04/1978	3,20	1,00	1,60	0,60	6,40	6,00	6,28
25	1913	ALINE SYCHOCKI	11/12/1989	4,20	0,60	1,20	0,40	6,40	5,75	6,21
26	557	ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA	03/06/1966	3,60	1,40	1,20	0,40	6,60	5,25	6,20
27	1010	MAURO FRIGO	04/09/1972	3,80	0,40	1,40	0,60	6,20	6,00	6,14
28	340	MURILO DA CAMPO	14/09/1992	3,60	0,60	1,60	0,40	6,20	5,75	6,07
29	349	HELLEN CRISTINA GALLI	26/05/1993	3,00	0,80	1,60	0,80	6,20	5,75	6,07
30	1551	MARISETE DA SILVA	14/08/1973	3,40	1,40	1,20	0,60	6,60	4,75	6,05
31	1861	MARIA LOURDES TAGLIARI	28/09/1954	3,00	1,20	1,40	0,60	6,20	5,00	5,84
32	1691	CLEVI FALCAO	14/07/1982	3,80	0,60	1,20	0,80	6,40	4,50	5,83

FISCAL DE TRIBUTOS

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	898	SCHEILA GROSS	20/01/1990	4,60	1,60	1,20	1,00	8,40	9,25	8,66
2	365	AUGUSTO REINOLDO FRIEDRICH	08/03/1984	4,40	1,60	1,40	1,00	8,40	9,00	8,58
3	1552	ELIZA DE PINHO	06/01/1983	4,00	1,60	1,60	0,80	8,00	9,25	8,38
4	1903	WILLIAM AMPESE	01/05/1991	4,60	1,00	1,20	0,80	7,60	9,75	8,25
5	71	MATEUS MULLER	19/09/1995	4,40	0,80	1,40	1,00	7,60	9,75	8,25
6	657	PAULO HENRIQUE WEIS	18/07/1985	4,40	0,60	1,40	0,80	7,20	9,50	7,89
7	1449	GUILHERME FABRICIO VOLPINI	24/05/1994	3,60	1,00	1,40	0,80	6,80	9,75	7,69
8	1174	KELLY CRISTINA MARTINI	04/10/1991	4,40	0,80	1,20	0,40	6,80	9,50	7,61
9	2145	RENAN AGNOLIN	21/04/1991	3,80	1,20	1,60	0,20	6,80	9,50	7,61
10	953	ELISANGELA CUCCHI BERGHAHN	26/06/1981	4,40	0,80	1,40	0,40	7,00	8,25	7,38
11	1064	TASSIA LETICIA RODRIGUES DA SILVA	22/10/1992	3,80	1,00	1,20	0,40	6,40	9,50	7,33
12	1269	KAREN DAIANA BATTISTI	11/12/1994	3,80	1,00	1,20	0,80	6,80	8,50	7,31
13	2069	ALEXANDRE COITINHO ABRAHAO	05/05/1991	4,00	1,40	1,00	0,80	7,20	7,50	7,29
14	506	ALESSANDRA DONATI	10/02/1992	3,80	0,60	1,20	0,80	6,40	9,25	7,26
15	1663	SILMARA CRISTINA MUELLER RIBEIRO	25/06/1990	3,40	0,60	1,40	1,00	6,40	9,25	7,26
16	523	MARILDA PETTESSEN	06/12/1980	4,20	0,60	1,40	0,40	6,60	8,50	7,17
17	868	DANIELA BALSAN ZANETTI	17/11/1984	3,80	0,80	1,60	0,60	6,80	8,00	7,16
18	1703	GRAZIELA MARIANI	03/05/1986	4,40	1,00	1,40	0,60	7,40	6,25	7,06
19	1404	TALITA ROMAN	10/02/1986	4,00	0,80	1,20	0,40	6,40	8,50	7,03
20	56	ELISIANE DA SILVA	18/10/1992	3,80	1,40	1,60	0,80	7,60	5,50	6,97
21	1803	JOAO ANTONIO ZERBIELLI	13/08/1992	3,40	1,20	1,00	0,80	6,40	8,00	6,88
22	733	AMANDA JUNG GUERINI	02/09/1995	4,20	0,80	1,00	0,60	6,60	7,50	6,87
23	2129	DEISE MARA GUSATTO	02/05/1994	3,40	1,20	1,60	0,60	6,80	6,50	6,71
24	1415	EDCASSIO DALA COSTA	15/08/1985	3,80	0,80	1,40	1,00	7,00	5,50	6,55
25	1899	JOANA CARINE GOLDMEYER	20/11/1983	4,00	0,60	1,20	0,60	6,40	6,00	6,28
26	1366	CRISTIANO KOT-TWITZ	09/04/1986	3,80	1,00	1,60	0,80	7,20	4,00	6,24
27	1169	ALINE SCHWINGEL MUSHINSKI	18/12/1991	3,40	1,20	1,60	0,40	6,60	5,25	6,20
28	1665	MARILEI STOLL CHIARELLO	16/12/1975	3,80	1,00	1,20	0,40	6,40	3,00	5,38

GRUPO V - GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL - GO

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (PÁ CARREGADEIRA)

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	1973	MARCOS LEANDRO MAZIERO	01/02/1975	2,40	0,80	1,00	1,00	5,20	9,60	7,40
2	1581	RODRIGO CARLOS VALCARENGHI	26/01/1974	3,20	0,80	1,40	1,00	6,40	7,10	6,75
3	246	IVANIR ANTONI-NHO GOMES	20/10/1976	2,60	0,80	1,60	0,00	5,00	5,20	5,10

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (MOTONIVELADORA)

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PP	NF
1	1833	MELIO LUIZ KANIGOSKI	10/06/1980	2,60	1,20	1,80	1,00	6,60	8,80	7,70
2	2040	NERI JOAO RITTA	23/05/1960	3,00	0,80	0,80	1,00	5,60	7,90	6,75
3	1649	DIRCEU CECHIN	03/04/1979	3,00	1,00	1,40	0,60	6,00	7,30	6,65
4	1965	WILLIAN ABEL BRAGHIROLI	25/09/1993	2,80	0,80	1,60	0,40	5,60	7,70	6,65
5	2188	VALDERES PIPPER HOPPEN	11/04/1980	2,60	0,80	0,80	0,40	4,60	6,40	5,50
6	1673	ELEANDRO PICHETTI	27/11/1975	1,80	0,60	0,80	1,00	4,20	6,30	5,25

PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF

ENFERMEIRO COMUNITÁRIO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	959	CLECI CARMEM DA ROSA	02/06/1967	3,40	1,60	1,20	0,60	6,80	10,00	7,44
2	1527	MARISETE BRITO SULENTA	26/02/1971	3,60	1,20	1,00	0,60	6,40	10,00	7,12
3	181	GABRIELA ZANOTTO	07/07/1986	4,20	2,00	0,80	0,60	7,60	5,00	7,08
4	2034	FRANCARLO GOUVEA	04/07/1980	3,80	1,20	0,60	0,60	6,20	10,00	6,96
5	22	MARIANA DALLAGNOL	26/10/1986	3,60	1,40	0,40	0,80	6,20	10,00	6,96
6	1272	RENATE SCHMELING SEEMANN	25/02/1965	3,40	1,80	1,00	0,60	6,80	7,50	6,94
7	1613	SARAONICE SARTURI PROVENCIO	16/02/1975	3,40	1,80	0,80	0,60	6,60	7,50	6,78
8	1653	LETICIA TURMENA	30/09/1987	3,80	1,80	0,80	0,80	7,20	5,00	6,76
9	2050	JUSARA FATIMA DAS NEVES	25/03/2014	2,80	1,00	0,80	0,80	5,40	10,00	6,32
10	385	ROSALBA SCHMIDT CAMPANA KESSLER	27/09/1971	3,80	0,80	1,00	0,40	6,00	7,50	6,30
11	949	MONICA FARIAS COSTA CESTONARO	25/05/1976	3,60	1,40	0,60	0,40	6,00	7,50	6,30
12	241	ADRIANA PAULA FRANCESCHINA	28/08/1981	3,60	1,40	0,60	0,40	6,00	7,50	6,30
13	1862	INGRID PUJOL HANZEN	27/10/1983	4,00	1,60	0,80	0,20	6,60	5,00	6,28
14	1607	SILVANA TERESINHA DAL PUPPO	21/09/1981	3,80	1,20	1,20	0,40	6,60	5,00	6,28
15	75	SUELI TONIELO	22/06/1990	4,00	0,80	0,40	0,60	5,80	7,50	6,14

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
16	1101	ELIANI MORTARI	28/05/1981	3,20	0,40	0,60	0,80	5,00	10,00	6,00
17	2052	MARISA SALETE CECCHI	18/08/1978	3,00	1,60	0,80	0,80	6,20	5,00	5,96
18	1539	TATIELE NAIARA VOGT	20/07/1990	3,60	1,40	0,80	0,20	6,00	5,00	5,80
19	1185	LUCIANE REGINA RIGONI	25/08/1977	3,40	1,00	0,80	0,80	6,00	5,00	5,80
20	1324	ALINE PAULA BOMBASSARO	24/05/1984	2,80	1,00	0,80	0,60	5,20	7,50	5,66
21	1062	DEBBIE JESSICA GUESSER	13/03/1989	3,40	0,80	1,20	0,40	5,80	5,00	5,64
22	1456	ANGELA MARIA PERTUSSATI	19/06/1989	3,60	0,40	1,00	0,60	5,60	5,00	5,48
23	793	ELAINE LUNARDI	13/02/1983	3,40	1,40	0,80	0,40	6,00	2,50	5,30
24	1434	VANESSA DEVE-RAS	15/06/1982	3,40	1,20	1,00	0,20	5,80	2,50	5,14
25	1419	LETICIA BARBIERI	20/12/1987	2,60	1,60	0,80	0,80	5,80	2,50	5,14
26	1617	DANIELA MARA STRAPASSON	28/04/1990	3,40	1,40	1,00	0,40	6,20	0,00	4,96
27	1090	LUCIMARA FABIANA FORNARI	06/07/1989	3,40	1,20	0,80	0,80	6,20	0,00	4,96
28	567	LUANA RENOSTO	22/12/1991	3,20	1,40	1,00	0,60	6,20	0,00	4,96
29	1881	VANESSA CRISTINE FUNEZ	08/11/1972	3,00	1,80	0,80	0,60	6,20	0,00	4,96
30	443	DANIELA DAMBROS	07/10/1982	3,20	1,00	0,40	0,80	5,40	2,50	4,82
31	1895	RAQUEL MIGNONI	24/04/1989	3,60	1,60	0,60	0,20	6,00	0,00	4,80
32	275	RAQUEL PELISSARI	01/09/1987	3,60	1,40	0,20	0,60	5,80	0,00	4,64
33	1371	FERNANDA LIMA MORILHO	02/05/1989	3,60	1,00	0,60	0,60	5,80	0,00	4,64
34	824	TAIZA DAL PIAN	29/07/1991	3,20	1,20	1,00	0,40	5,80	0,00	4,64
35	833	MARISETE LONGO MARTINI	08/03/1971	3,20	1,40	0,60	0,40	5,60	0,00	4,48
36	582	GABRIELI APARECIDA ROSSONI	22/08/1989	3,80	0,40	0,80	0,40	5,40	0,00	4,32
37	2132	JOAQUINA PINTO DE FRANCA	08/11/1961	2,60	1,20	1,00	0,60	5,40	0,00	4,32
38	238	JAQUELINE FERNANDA SCHEIFLER	09/01/1990	3,60	0,60	0,60	0,40	5,20	0,00	4,16
39	2140	ROSANA ALVES DE OLIVEIRA	19/10/1982	2,40	1,40	0,80	0,40	5,00	0,00	4,00

TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	NF
1	1637	FERNANDA APARECIDA HOLOVATY	31/10/1985	3,80	0,80	1,40	0,60	6,60
2	886	IDIANE VARGAS	12/02/1983	3,40	0,40	1,20	0,40	5,40
3	1356	LUCILENE MARA DE MOURA SIMIONI	07/05/1984	3,00	0,80	0,80	0,40	5,00
4	1755	DANIELE GILVANA LOHMANN	21/05/1987	2,80	1,20	0,60	0,40	5,00

TÉCNICO DE ENFERMAGEM COMUNITÁRIO

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	865	JEFERSON RICARDO RHEINHIMER	06/07/1987	3,80	1,20	1,20	1,00	7,20	2,50	6,26
2	1515	CLAUDIA RUECKERT	03/07/1973	3,60	0,80	1,40	0,40	6,20	5,00	5,96
3	2111	GRACIELA FORNER MALAKOWSKI	15/05/1981	3,60	0,80	1,60	0,40	6,40	2,50	5,62
4	741	SILVANA RESMINI	22/10/1986	3,20	0,80	1,20	0,20	5,40	5,00	5,32
5	1863	LUANA GABRIELE MARTINS	03/01/1993	3,60	0,80	1,40	0,80	6,60	0,00	5,28
6	1506	PATRICIA JOHANN	10/07/1984	3,60	0,60	1,00	0,40	5,60	2,50	4,98
7	1433	DAIANE USINGER	17/12/1989	3,00	0,40	1,60	0,60	5,60	2,50	4,98
8	1458	JAQUELINE CISOTTO	07/09/1992	3,40	0,40	1,00	0,60	5,40	2,50	4,82
9	1996	ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA POZZO	08/07/1976	3,20	1,00	0,80	0,40	5,40	2,50	4,82
10	499	ELOANE SALETE REIMERS	25/11/1974	3,40	0,20	1,40	0,20	5,20	2,50	4,66
11	1487	MARLENI TEREZINHA VOGT	30/10/1978	3,00	0,60	1,20	0,20	5,00	2,50	4,50
12	447	GRACIELI DENISE WUADEN	23/06/1993	3,00	0,60	1,00	0,40	5,00	2,50	4,50
13	1285	GISELE CRISTINA PEDRUSSI	07/01/1992	3,60	0,20	1,40	0,40	5,60	0,00	4,48
14	130	MARIZA SALETE EGER BISCHOFF	23/09/1976	3,20	0,60	1,40	0,40	5,60	0,00	4,48
15	156	DARLAN RIZZO	16/03/1981	3,00	0,80	1,40	0,40	5,60	0,00	4,48
16	921	DAIANA REGINA DE BRITTO	26/06/1994	3,00	0,60	1,40	0,60	5,60	0,00	4,48
17	153	LUCIANE RAFAELI	11/03/1992	3,80	0,20	1,00	0,40	5,40	0,00	4,32
18	233	VANESSA FATIMA SANDRE	05/07/1992	3,60	0,40	1,00	0,40	5,40	0,00	4,32
19	1126	ELSI LOURDES DA SILVA	28/07/1965	3,60	0,20	1,40	0,20	5,40	0,00	4,32
20	507	SANDRA MARA CAMILLO	19/05/1983	3,40	1,00	0,80	0,20	5,40	0,00	4,32
21	1596	DIRLENA DE BORBA	29/08/1979	3,20	0,40	1,40	0,40	5,40	0,00	4,32
22	2096	MARCIA GASPERINI	16/04/1986	3,00	0,80	1,40	0,20	5,40	0,00	4,32
23	1319	LETICIA DIAS ROSA	14/08/1989	3,60	0,80	0,60	0,20	5,20	0,00	4,16
24	165	JULIANA CRISTINA KUHN	14/09/1982	3,60	0,40	0,80	0,40	5,20	0,00	4,16
25	491	SILVANA EVA MARTELLO WOLOSZYN	26/07/1980	3,40	0,80	0,80	0,20	5,20	0,00	4,16
26	1904	CATIA MOSELE	18/12/1986	3,40	0,20	1,40	0,20	5,20	0,00	4,16
27	225	RODRIGO DREHMER	28/10/1987	2,80	0,80	1,40	0,20	5,20	0,00	4,16
28	846	LURDES SACONTICIANI	12/06/1975	3,40	0,60	0,80	0,20	5,00	0,00	4,00
29	1652	JOELI MARIA BIANCHI MORTARI	07/12/1969	3,40	0,40	1,00	0,20	5,00	0,00	4,00

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
30	500	FABIANE SCHIAVINI	10/07/1990	3,40	0,20	1,00	0,40	5,00	0,00	4,00
31	576	ISANARA DA ROSA PAVIANI	01/02/1985	3,00	0,60	1,20	0,20	5,00	0,00	4,00
32	1629	LAURECI JORGE GONCALVES PROINELLI	26/02/1975	2,40	0,60	1,40	0,60	5,00	0,00	4,00

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU

MOTORISTA SOCORRISTA

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	1468	IDIVAN NUNES DA SILVA	13/05/1986	3,80	1,20	1,60	1,00	7,60	4,00	6,88
2	498	DANIEL MORAES-DOS SANTOS	06/04/1980	3,40	1,40	1,40	1,00	7,20	4,00	6,56
3	1619	ANIBALDO ROGELIN	22/12/1972	3,80	1,60	1,00	1,00	7,40	2,00	6,32
4	616	CRISTIAN ANDRE ROMANI	11/02/1988	3,80	1,00	1,20	0,80	6,80	2,00	5,84
5	989	FABIO LEONOR BACH	29/03/1977	3,20	0,80	1,60	0,80	6,40	2,00	5,52
6	1910	GIOVANI MAURO CESARI	30/11/1974	3,00	0,80	1,60	1,00	6,40	2,00	5,52
7	1163	MARCELO PAIM	27/04/1981	3,60	0,40	1,20	0,60	5,80	4,00	5,44
8	2121	MARCOS REINALDO SOARES DA SILVA	27/03/1979	3,20	1,00	1,20	0,80	6,20	2,00	5,36
9	1223	JOSE GILBERTO MARTIN JUNIOR	26/11/1979	3,20	0,60	1,20	0,60	5,60	4,00	5,28
10	1343	MAICON SALU BENELLI	20/05/1984	2,80	1,00	1,60	1,00	6,40	0,00	5,12
11	1398	MARCOS FERNANDO BORTOLI	28/07/1978	3,60	0,60	1,00	0,60	5,80	2,00	5,04
12	1435	ALEXANDRE GROLLI	11/09/1989	2,40	0,40	1,40	0,80	5,00	4,00	4,80
13	877	FILIPPE VARGAS	07/01/1989	3,00	1,00	0,60	0,60	5,20	2,00	4,56
14	1831	SERGIO CONSTANTINO DA ROSA	29/12/1971	1,80	1,00	1,40	1,00	5,20	0,00	4,16
15	825	ANTONIO BARAZETTI	18/06/1962	2,80	0,20	1,00	1,00	5,00	0,00	4,00
16	1757	LEANDRO LUIS PEDRON	17/08/1974	2,40	0,80	0,80	1,00	5,00	0,00	4,00
17	69	ANDREW ALAN DUARTE	13/04/1991	3,20	0,80	0,60	0,20	4,80	0,00	3,84
18	1294	MAICON FINGER	21/10/1989	2,20	0,40	1,20	0,60	4,40	0,00	3,52
19	974	IVONETE FUHR	26/11/1991	2,60	0,20	0,80	0,40	4,00	0,00	3,20

TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
1	167	PAULO FERREIRA DE SOUZA	18/01/1963	3,80	0,80	1,20	0,40	6,20	7,00	6,36
2	2150	ANDERSON ROBERTO CORREIA	14/12/1989	3,20	0,60	1,40	0,80	6,00	3,00	5,40
3	729	MARILENA SALETE PIRAN	04/06/1965	3,20	0,40	1,20	0,20	5,00	7,00	5,40

Classificação	Insc	Nome do Candidato	Data de Nascimento	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	NF
4	862	RODOLFO DE JESUS DAMBROSIO	10/02/1982	3,40	0,40	1,00	0,60	5,40	5,00	5,32
5	544	GRACIELA INES MUNARETTO KLASSMANN	27/12/1980	3,00	0,60	1,60	0,20	5,40	2,00	4,72
6	1748	JULIANO RODRIGUES BORGES	08/01/1989	3,60	0,60	0,60	0,20	5,00	2,00	4,40
7	2136	MARCIA SHIMITT	07/08/1980	3,00	0,60	1,00	0,40	5,00	2,00	4,40

*Insc = Número de Inscrição;

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*NF = Nota Final;

*PE = Nota da Prova Escrita;

*PP = Nota da Prova Prática;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*N/C = Não Compareceu.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 59/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

DE LICITAÇÃO Nº 59/2014

O Diretor de Desenvolvimento Econômico e Turismo torna público que ratificou o ato do Senhor Rodinei Zanella, Chefe de Departamento, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 09 de dezembro de 2014, para a aquisição de área de terras para implantação das futuras instalações da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – conforme a Lei Complementar Municipal nº 680, de 02 de dezembro de 2014, em favor de: Amélia Bussolaro, no valor total de R\$ 1.120.855,77 (UM MILHÃO, CENTO E VINTE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS); ADIR DALLAGNOL, no valor total de R\$ 610.128,15 (SEISCENTOS E DEZ MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS E QUINZE CENTAVOS); JOSE ALBERTO OLMÍ, no valor total de R\$ 1.260.459,00 (UM MILHÃO DUZENTOS E SESSENTA MIL E QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS); e AGROINDUSTRIA SIMIONI LTDA, no valor total de R\$ 1.501.548,45 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS); totalizando o valor de R\$ 4.505.733,75 (QUATRO MILHÕES, QUINHENTOS E CINCO MIL, SETECENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).

JOSE ANTONIO SARETTA

Diretor de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 37/2014 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE RP Nº 22/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2014

Processo de Licitação n. 56/2014

Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n. 37/2014

A Comissão de Licitação do município de Cordilheira Alta/SC torna público aos interessados, e em especial a Empresa detentora de Ata de Registro de Preços nº 022/2014, que conforme disposto no Art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda, de acordo com justificativa fundamentada anexada aos autos do processo administrativo nº 56/2014, foi efetuado aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo registrado do item 02 (Serviço de hora máquina de escavadeira hidráulica, com capacidade de caçamba mínima de 1,2m³, peso operacional mínimo de 21000kg, ano de fabricação igual ou superior a 2010 (com operador) pertencente à Ata de Registro de Preços em epígrafe, cujo quantitativo registrado passará a ser conforme planilha demonstrativa abaixo.

Item	Especificação	Unid	Forneced	Preço Unit.	Quant. Registrada	Perc.	Quant. Aditivada
02	Serviço de hora máquina de escavadeira hidráulica, com capacidade de caçamba mínima de 1,2m³, peso operacional mínimo de 21000kg, ano de fabricação igual ou superior a 2010 (com operador)	hr	Tosatec – Transporte e Terraplenagem Ltda-ME	148,00	1.200	25%	300

Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preço nº 022/2014, estendendo-a até 09/06/2015.

As demais obrigações e cláusulas permanecem inalteradas.

Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2014.

Comissão:

Michele Endler - Presidente da Comissão

Ivanete Lourdes Pederssetti - Secretária

Katia Ana Di Domenico- Membro

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

TOSATC - TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA ME
Repres. Thiago Tosatec

Testemunhas:

Nome: Emanuelle Cella Tozzo Nome: Sonia Cristina Briancini

CPF: 479.240.392-87

CPF: 853.595.809-68

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO - DISPENSA 11/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Edital de chamamento para recebimento de propostas para aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, de acordo com a Lei nº 11.947/09 e Resolução 26 de 17/06/2013.

Processo Administrativo n. 106/2014.

Edital: Dispensa de Licitação n.11/2014.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: Chamamento para recebimento de proposta e habilitação para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados à alimentação escolar para o primeiro semestre do exercício de 2015 no Município de Cordilheira Alta, conforme Lei nº 11.947/09 e Resolução FNDE nº 26 de 17/06/2013.

As propostas e habilitação dos interessados serão aceitas até às 10:15 horas do dia 30/12/2014. A abertura dos envelopes ocorrerá às 10:30 horas do mesmo dia.

O Edital poderá ser obtido presencialmente no endereço: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PP 68/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 101/2014.

Pregão Presencial n. 68/2014.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de tênis e mochilas para os alunos que frequentam a rede municipal de ensino para o exercício de 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 07:30 horas do dia 23/12/2014

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 23/12/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PP 69/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 102/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 69/2014.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material para manutenção da redes de água e esgoto do município para o exercício de 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 23/12/2014

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 23/12/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PP 70/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 103/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 70/2014.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de Laboratório Químico para coleta e realização de exames para o exercício de 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 07:30 horas do dia 29/12/2014

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 29/12/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PP 71/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 104/2014.

Pregão Presencial n. 71/2014.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino para o exercício de 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 29/12/2014.

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 29/12/2014.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PP 72/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n.105/2014

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 72/2014

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para preparo da merenda escolar para o primeiro semestre 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 07:30 horas do dia 30/12/2014

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 30/12/2014

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL LICITAÇÃO PP 73/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 107/2014.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 73/2014.

Tipo: Menor preço.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de divulgação de publicidade institucional para o exercício de 2015.

Entrega dos Envelopes: até às 11:45 horas do dia 30/12/2014.

Abertura dos Envelopes: 12:00 horas do dia 30/12/2014.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas**PREFEITURA****DECRETO N. 6.979**

DECRETO Nº. 6.979, 31 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Valentin Antonio Tonini, para o cargo de Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2014.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

LEI MUNICIPAL N. 2.029

LEI MUNICIPAL Nº. 2.029, 02 de outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, DO PERÍODO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Interino de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Diovani Pagnocelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono o seguinte projeto de lei:

Art.1º. Os anexos I, II, III e VII da Lei Municipal nº 1.960/2013, alterado pela Lei Municipal nº. 1.983/2014, Lei Municipal nº. 2.006/2014 e Lei Municipal nº. 2.014/2014, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014-2017, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a IV da presente Lei, sendo:

I - Anexo 01, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2014-2017;

II - Anexo 02, que demonstra os Programas, ações, e metas financeiras para o período de 2014-2017;

III - Anexo 03, que demonstra a Compatibilização das Fontes com

a Destinação dos Recursos para o período de 2014-2017;

IV - Anexo 04, Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações para o período de 2014-2017.

Art. 2º. Ficam alteradas as metas físicas e financeiras da Lei 2.004/2014 Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015, mantendo compatibilidade com o PPA 2014-2017.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de outubro de 2014.
Diovani Pagnocelli
Prefeito Interino

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Cladis de Fatima Smaniotto Vivian
Assistente Administrativa

PREGÃO PRESENCIAL 63/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial Nº 63/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR SERVIÇOS DE SEGURANÇA MEDICINA E HIGIENE NO TRABALHO

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega dos envelopes: até as 10:30 horas do dia 29/12/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 10:30 horas do dia 29/12/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 11 de Dezembro de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 816/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 816/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.65	Aplicações Diretas	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
04 de dezembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos quatro dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

EXTRATO DE CONTRATO 168/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 168/14

Processo Licitatório nº 136/14

Pregão Presencial nº 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.501.603/0001-65 e inscrição Estadual nº 25.399.080-7, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos nº 205 - sala 02, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.932,00 (oito mil e novecentos e trinta e dois reais)

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 169/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 169/14

Processo Licitatório nº 136/14

Pregão Presencial nº 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02 e inscrição Estadual nº 253.148.995, estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas - CEP 89.163-554, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.088,30 (três mil e oitenta e oito reais e trinta centavos)

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 170/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 170/14

Processo Licitatório nº 136/14

Pregão Presencial nº 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA,

inscrita no CNPJ sob o nº 13.365.644/0001-25 e inscrição Estadual nº 256.353.204, estabelecida na Rua Maria Umbelina da Silva, 680 - Sala 02 e 03 - Água Verde - CEP 88252-490, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.975,50 (dois mil e novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 171/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 171/14

Processo Licitatório nº 136/14

Pregão Presencial nº 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20 e inscrição Estadual nº 254.582.702, estabelecida na Rua Ary Miguel da Silveira, nº 391, Jardim Eldorado - CEP 88.133-531, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.456,00 (Um mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais)

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 172/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 172/14

Processo Licitatório nº 136/14

Pregão Presencial nº 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.101.480/0001-01 e inscrição Estadual nº 904.92848-85, estabelecida na Rua Das Carmelitas, nº 634, Vila Hauer - CEP 81610-070, Município de Curitiba, Estado do Paraná.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.086,00 (dois mil e oitenta e seis reais)

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 173/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 173/14
Processo Licitatório nº 136/14
Pregão Presencial nº 062/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: METROMED - COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22 e inscrição Estadual nº 252.244.710, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundo Canoas - CEP 89.163-920, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 56.104,10 (cinquenta e seis mil e cento e quatro reais e dez centavos)
Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 174/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 174/14
Processo Licitatório nº 136/14
Pregão Presencial nº 062/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12 e inscrição Estadual nº 253.869.366, estabelecida na Rua Fernando de Souza de Silva, nº 1199, Itoupava Norte - CEP 89052-475, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.641,00 (vinte e um mil e seiscentos e quarenta e um reais)
Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 175/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 175/14
Processo Licitatório nº 136/14
Pregão Presencial nº 062/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.200.303/0001-22 e inscrição Estadual nº 039/0140279, estabelecida na Av. Mauricio Cardoso, nº 706, Centro - CEP 99700-000, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.
OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO: R\$43.044,30 (Quarenta e três mil e quarenta e quatro reais e trinta centavos)
Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 176/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 176/14
Processo Licitatório nº 136/14
Pregão Presencial nº 062/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.505.263/0001-40 e inscrição Estadual nº 253.962.625, estabelecida na Rua Colibri, nº 425, Salto Weissbach - CEP 89032-235, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO: R\$4.904,70 (Quatro mil e novecentos e quatro reais e setenta centavos)
Data da Assinatura: 14/10/2014
Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 177/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 177/14

Processo Licitatório nº 136/14

Pregão Presencial nº 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.223.342/0001-04 e inscrição Estadual nº 901.46349-21, estabelecida na Rua Benjamin Antonio Ansai, nº 180, Novo Mundo - CEP 81030-490, Município de Curitiba, Estado do Paraná.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$1.627,70 (Um mil e seiscentos e vinte e sete reais e setenta centavos)

Data da Assinatura: 14/10/2014

Data da Vigência: 14/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 178/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 178/14

Processo Licitatório nº 137/14

Pregão Presencial nº 063/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - FARMÁCIA 511 - JARAGUÁ DO SUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.777.341/0094-65 e inscrição Estadual nº 250.368.579, estabelecida na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca nº 635 - Sala 07, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-701.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de medicamentos, destinados a distribuição nas unidades de Saúde do Município e aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: percentual de 20,06% correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 063/14.

Data da Assinatura: 16/10/2014

Data da Vigência: 16/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 179/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 179/14

Processo Licitatório nº 143/14

Dispensa de Licitação 064/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SET SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.151.299/0001-64, situada na Rua Padre Francken, nº 110, Centro, CEP 89251-040, Município de Jaraguá do Sul - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de limpeza completa dos novos Postos de Saúde do Município de Corupá.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.600,00 (Quatro Mil e Seiscentos Reais).

Data da Assinatura: 20/10/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 180/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 180/14

Processo Licitatório nº 109/14

Pregão Presencial nº 052/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1º de Maio s/n esquina com a rua Klara Hermann, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de troféus e medalhas destinados às premiações do Calendário Esportivo da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Corupá, conforme as especificações e quantidades de cada item constante no Anexo I que acompanha este edital.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 50.383,00 (cinquenta mil e trezentos e oitenta e três reais).

Data da Assinatura: 20/10/2014

Data da Vigência: 20/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 181/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 181/14

Processo Licitatório nº 138/14

Pregão Presencial no 064/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: M MOBILE EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 15.764.033/0001-85 e inscrição Estadual nº 256.755.965, estabelecida na Rua Eduardo Neidert nº 1803, bairro Barro Preto, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295-000.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de mobiliário para uso dos PSF(s) 1 e 4, adquiridos com recursos do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.190,00 (dois mil e cento e noventa reais).

Data da Assinatura: 16/10/2014

Data da Vigência: 16/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 182/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 182/14

Processo Licitatório nº 138/14

Pregão Presencial no 064/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: NELITA GOMES FARIAS EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.943.540/0001-25 e inscrição Estadual nº 256.093.598, estabelecida na Rua 600 nº 500, bairro Centro, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP 88.330-630.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de mobiliário para uso dos PSF(s) 1 e 4, adquiridos com recursos do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.864,00 (dois mil e oitocentos e sessenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 16/10/2014

Data da Vigência: 16/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 183/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 183/14

Processo Licitatório nº 138/14

Pregão Presencial no 064/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TODT COMERCIAL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.535.116/0001-89 e inscrição Estadual nº 255.755.279,

estabelecida na Rua Edmundo Koch nº 1527, bairro Nereu Ramos, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.265-515.

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de mobiliário para uso dos PSF(s) 1 e 4, adquiridos com recursos do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ), conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 872,00 (oitocentos e setenta e dois reais).

Data da Assinatura: 16/10/2014

Data da Vigência: 16/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3100/14

PORTARIA Nº 3100/14

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR NORBERTO ADLER BAUMLE PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor Sr. NORBERTO ADLER BAUMLE, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, portador da CNH Registro nº 01724162271, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 09 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

RESOLUÇÃO 019/2014 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Lei Municipal n.º 1.612/2005

RESOLUÇÃO 019/2014

Dispõe sobre a Convocação da

VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/Corupá, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.612, de 20 de setembro de 2005, em conformidade com a deliberação da Quarta Reunião Ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2014.

Considerando o Art.11 da Lei Municipal nº 1.612/2005 " Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho de Direitos da Criança e do adolescente, [...]"; Considerando o Art. 13, inc. IV da Lei Municipal nº 1.612/2005,

competem ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente "Liberar os recursos a serem aplicados em benefício de criança e adolescente, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente"; Considerando o Art. 2 da Resolução 137/2010/CONANDA: "Os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ser vinculados aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente [...] órgãos formuladores, deliberativos e controladores das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no §2º do Art. 260 da Lei nº 8.069 de 1990; Considerando que o Art. 12 da Resolução 137/2010/CONANDA nos trás que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto no artigo 7º (leia-se 9º), deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a VI Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Corupá a ser realizada no dia 25 de março de 2015, tendo como tema central: "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Criança e Adolescente - fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 26 de Novembro de 2014.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES

PRESIDENTE DO CMDCA

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 284/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 284/2014

Aos dez dias do mês de Dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 284/2014, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÕES EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE, TRANSPORTE DE ALUNOS PARA O IFC/RIODO SUL E CEDUP/ SÃO JOSÉ DO SERRITO, TRANSPORTE DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA TERCEIRA IDADE, TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIARIA DE SÃO CRISTOVAO DO SUL A CURITIBANOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, E TRANSPORTE DE PACIENTES COM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO, DURANTE O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e

Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo departamento competente, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA ATA: 32/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 69/2014 - PR

Processo Administrativo:	69/2014
Processo de Licitação:	69/2014
Data do Processo:	24/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 32/2014 (Sequência: 3)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MOBILIARIO PARA USO NOS CEIS, NUCLEOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE APRESENTAÇÃO DE RECURSO, FICA APRAZADO 7 (SETE) DIAS ÚTEIS PARA A EMPRESA ERGO - MOBILI INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA APRESENTAR AMOSTRA REFERENTE AO ITEM Nº 02, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO E MULTA CONFORME LEI Nº 8.666/93.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - -
Pregoeiro(a)

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE TELA DE 2,00M DE ALTURA, MALHA 12, ARAME GALVANIZADO FIO 12 (2,76MM) PARA USO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/01/2015.

A partir das 14:00 horas do dia 12/01/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS E ADITIVOS 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 008/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Macoenge Ltda -EPP

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para realização de ampliações e reformas nos postos de saúde do Bairro União Origem: Tomada de Preço 011/2014 FMS - Por esse instrumento Aditava-se o prazo do contrato para 31/03/2015. - Dionísio Cerqueira 10/12/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 009/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Macoenge Ltda -EPP

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para realização de ampliações e reformas nos postos de saúde do Bairro Três Fronteiras. Origem: Tomada de Preço 011/2014 FMS - Por esse instrumento Aditava-se o prazo do contrato para 31/03/2015. - Dionísio Cerqueira 10/12/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 021/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Construtora da Cruz Ltda - ME

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para realização de ampliações e reformas nos postos de saúde do Distrito de Idamar e Distrito de Jorge Lacerda. Origem: Tomada de Preço 025/2014 FMS - Por esse instrumento Aditava-se o prazo do contrato para 31/03/2015.

Dionísio Cerqueira 10/12/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 022/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: JCV Construção e Incorporação Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para realização de ampliações e reformas nos postos de saúde do Distrito de São Pedro Tobias Origem: Tomada de Preço 025/2014 FMS - Por esse instrumento Aditava-se o prazo do contrato para 31/03/2015.

Dionísio Cerqueira 10/12/2014.

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
NOVAÇÃO DE CONTRATO: 100/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: Caixa Econômica Federal

Objeto: Novação de contrato de serviços com a Caixa Econômica Federal para pagamento mensal dos créditos decorrentes da folha de pagamento dos Servidores públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos Municipais do poder executivo e autarquias, Hospital Dr Luiz Carlos Barreiro, sem qualquer ônus para o Município de Dionísio

Cerqueira. Origem: DL 126/2014 PMDC - Valor R\$ 371.247,22 - Vigência: 60 meses. - Dionísio Cerqueira 10/12/2014.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação PREGÃO nº 121/2014, Objeto: Contratação de empresa para confecção de banners, cartazes coloridos e folders para divulgação da campanha acessuas - Secretaria de Assistência Social.. Vencedor: Dangraf Artes Gráficas - Valor R\$ 8.060,00 - Lotérica e Comercio SL Ltda. Valor R\$ 7.746,00.

Dionísio Cerqueira SC 10/12/2014

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação DL nº 126/2014, Objeto: Novação de contrato de serviços com a Caixa Econômica Federal para pagamento mensal dos créditos decorrentes da folha de pagamento dos Servidores públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, ativos e inativos, pensionistas e agentes políticos Municipais do poder executivo e autarquias, Hospital Dr Luiz Carlos Barreiro, sem qualquer ônus para o Município de Dionísio Cerqueira. Vencedor: Caixa Econômica Federal -. Valor R\$ 371.247,22.

Dionísio Cerqueira SC 10/12/2014

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 36/FMS/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 36/FMS/2014

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados com objetivo de prestar de serviços de assistência à saúde, por meio de clínicas especializadas no tratamento de pessoas com dependência química, em regime de internação, de caráter voluntário, involuntário e compulsório, para adultos e adolescentes de ambos os sexos, para o exercício de 2015.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 11/12/2014 a 30/11/2015.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 10 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CONTRATO Nº 28/FMA/2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E A EMPRESA ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ/MF nº. 11.496.657/0001-08 estabelecida na AC Linha Seminário, 550, fundos, Bairro Linha Seminário, Cidade de Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Felipe Dagostin, brasileiro, CI nº. 3.659.797, CPF nº. 023.493.879-09, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº. 208/PMF/2014 de 13/11/2014 (MULTI-ENTIDADES), homologado em 28/11/2014, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto

nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada e especificações a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

a) 100.000 litros de óleo diesel.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda conformidade com o Pregão nº 208/PMF/2014 e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo administrativo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. O CONTRATADO, compromete-se por sua vez, a entregar o objeto deste contrato de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sendo o óleo diesel no pátio de máquinas do Município de Forquilha, sito a Av. 25 de julho, s/nº, e o óleo S10 e o óleo ARLA 32 dentro do perímetro urbano ou no pátio de máquinas. Para a entrega no pátio de máquinas o fornecedor deverá instalar bombas próprias, num prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, atendendo rigorosamente todas as normas do ANP (Agência Nacional de Petróleo) mediante requisição devidamente assinada pelo Departamento de Material e Patrimônio, para o funcionamento regular do serviço público, garantindo sua continuidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a bomba não seja instalada no prazo anteriormente assinalado, incidirá multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso.

2. Os produtos deverão ser entregues, de acordo com as características exigidas neste contrato, assim como com toda a sua documentação;

3. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

4. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

CLÁUSULA QUARTA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

1. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.

2. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente

substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O prazo de vigência deste contrato será por um contados a partir de 02/01/2015 até 31/12/2015, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante Termo Aditivo, na forma da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelo fornecimento dos Produtos, os valores unitários propostos que são:

1.1. Óleo Diesel: R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) por litro;

2. Os preços especificados serão absolutamente líquidos, já com todas as despesas com impostos, taxas, frete/transporte, seguro, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, na tesouraria do CONTRATANTE, mediante apresentação das Notas Fiscais Eletrônicas, conforme legislação vigente, acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado na proposta apresentada pela CONTRATADA.

1.1. Deverão constar necessariamente na nota fiscal/fatura o Nº do processo licitatório e número da autorização de fornecimento.

2. Nenhum pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA exiba, nas datas de liquidação, o CND do INSS e o CRS do FGTS, devidamente atualizados.

3. Os quantitativos dos produtos determinados neste instrumento, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação do CONTRATANTE, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLAUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇO

1. Os preços propostos somente sofrerão reajuste com base na majoração autorizada pelo órgão competente do Ministério das Minas e Energia do Governo Federal, ou outro órgão competente, na mesma data e percentuais estabelecidos. Ocorrendo redução de preços, excepcionalmente, os valores que serviram de base para a contratação serão automaticamente reduzidos no mesmo percentual, conforme a Lei Nº 8.666/93 e ato oficial que reduziu ou majorou os valores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR

1. O valor global estimado deste contrato é de: R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO

1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE

a) quando houver modificação dos serviços ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1o. do Artigo 65 da Lei No. 8.666.

1.2. Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço.

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitando os termos do Parágrafo 1o. do Artigo 65 da Lei No. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitante adjudicada que descumprir as condições deste Edital de Licitação, poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

1.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do termo contratual, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do mesmo.

1.2. No caso de atraso ou negligência no fornecimento dos produtos, será aplicada multa diária de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) e que será descontado da fatura.

1.3. Em caso de não instalação da bomba e tanque na garagem de máquinas da Prefeitura, ou no perímetro urbano do município de Forquilha, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato, incidirá multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, além das demais sanções.

1.4. Em caso de inexecução parcial ou total do termo contratual, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Termo Contratual;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Forquilha pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Forquilha, enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

1.5. Os valores das multas serão descontados de qualquer fatura ou crédito existente no Órgão não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada.

1.6. O valor da multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Forquilha.

1.7. Nenhum pagamento será feito a licitante a ser contratada, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

1.8. A aplicação das penalidades estabelecidas no presente Edital é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

1.9. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior aquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 da Lei No. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

1.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes contratantes, mediante Aviso Prévio, e desde que seja feito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

1.2. O presente Instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, que judicial ou extrajudicial, uma vez verificada a ocorrência de uma dos seguintes eventos:

- a) falência ou pedido de concordata da CONTRATADA;
- b) a dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO, se for firma individual ou pessoa física;
- c) a insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos;
- d) o não cumprimento de qualquer das Cláusulas do presente contrato, desde que não tomadas as devidas providências dentro de 30 (trinta) dias, a contar do envio, pela CONTRATANTE, da notificação de tal evento;
- e) a subcontratação, do objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

1.3. A rescisão contratual, nos casos acima especificados acarretará a CONTRATADA;

- a) responsabilidade financeira pelos prejuízos causados a CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até a apuração dos prejuízos causados a CONTRATANTE, a seus servidores ou a terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da Comarca de FORQUILHINHA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

FORQUILHINHA - SC, 28 de novembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA
VANDERLEI ALEXANDRE	Felipe Dagostin
Prefeito Municipal	CONTRATADA

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
VALDECIR TISCOSKI	ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 28/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 208/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 109/FMS/2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº 8.666 DE 21/06/93 E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ/MF nº. 11.496.657/0001-08 estabelecida na AC Linha Seminário, 550, fundos, Bairro Linha Seminário, Cidade de

Turvo/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Felipe Dagostin, brasileiro, CI nº. 3.659.797, CPF nº. 023.493.879-09, celebram o presente Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº. 208/PMF/2014 de 13/11/2014 (MULTIPLICIDADE), homologado em 28/11/2014, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada e especificações a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) 25.000 litros de óleo diesel.
- b) 12.000 litros óleo diesel S 10;
- c) 30 baldes óleo ARLA 32 - Balde 20 litros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda conformidade com o Pregão nº 208/PMF/2014 e seus Anexos, vinculando-se, ainda, à Proposta de Preços da CONTRATADA, à Nota de Empenho e demais documentos constantes do Processo administrativo que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

O CONTRATADO, compromete-se por sua vez, a entregar o objeto deste contrato de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sendo o óleo diesel no pátio de máquinas do Município de Forquilha, sito a Av. 25 de julho, s/nº, e o óleo S10 e o óleo ARLA 32 dentro do perímetro urbano ou no pátio de máquinas. Para a entrega no pátio de máquinas o fornecedor deverá instalar bombas próprias, num prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, atendendo rigorosamente todas as normas do ANP (Agência Nacional de Petróleo) mediante requisição devidamente assinada pelo Departamento de Material e Patrimônio, para o funcionamento regular do serviço público, garantindo sua continuidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a bomba não seja instalada no prazo anteriormente assinalado, incidirá multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso.

2. Os produtos deverão ser entregues, de acordo com as características exigidas neste contrato, assim como com toda a sua documentação;

3. O prazo de entrega deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

4. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, ao Setor de compras do CONTRATANTE, antes do vencimento do prazo.

CLÁUSULA QUARTA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

1. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos

após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste Termo Contratual.

2. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

1. O prazo de vigência deste contrato, será por um contados a partir de 02/01/2015, até 31/12/2015, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante Termo Aditivo, na forma da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelo fornecimento dos Produtos, os valores unitários propostos que são:

- 1.1. Óleo Diesel: R\$ 2,37 (dois reais e trinta e sete centavos) por litro;
- 1.2. Óleo S10: R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por litro;
- 1.3. Arla 32: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por balde de 20 litros.

2. Os preços especificados serão absolutamente líquidos, já com todas as despesas com impostos, taxas, frete/transporte, seguro, etc.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, na tesouraria do CONTRATANTE, mediante apresentação das Notas Fiscais Eletrônicas, conforme legislação vigente, acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado na proposta apresentada pela CONTRATADA.

- 1.1. Deverão constar necessariamente na nota fiscal/fatura o Nº e a data deste Contrato e número da autorização de fornecimento.
2. Nenhum pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA exiba, nas datas de liquidação, o CND do INSS e o CRS do FGTS, devidamente atualizados.

3. Os quantitativos dos produtos determinados neste instrumento, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação do CONTRATANTE, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLAUSULA OITAVA - DO REAJUSTE DE PREÇO

1. Os preços propostos somente sofrerão reajuste com base na majoração autorizada pelo órgão competente do Ministério das Minas e Energia do Governo Federal, ou outro órgão competente, na mesma data e percentuais estabelecidos. Ocorrendo redução de preços, excepcionalmente, os valores que serviram de base para a contratação serão automaticamente reduzidos no mesmo percentual, conforme a Lei Nº 8.666/93 e ato oficial que reduziu ou majorou os valores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por

conta das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR

1. O valor global estimado deste contrato é de: R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO

1. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

1.1. Unilateralmente pela CONTRATANTE

- a) quando houver modificação dos serviços ou das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1o. do Artigo 65 da Lei No. 8.666.

1.2. Por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço.

2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, respeitando os termos do Parágrafo 1o. do Artigo 65 da Lei No. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitante adjudicada que descumprir as condições deste Edital de Licitação, poderá a Administração, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

1.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do termo contratual, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do mesmo.

1.2. No caso de atraso ou negligencia no fornecimento dos produtos, será aplicada multa diária de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) e que será descontado da fatura.

1.3. Em caso de não instalação da bomba e tanque na garagem de máquinas da Prefeitura, ou no perímetro urbano do município de Forquilha, no prazo de 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato, incidirá multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, além das demais sanções.

1.4. Em caso de inexecução parcial ou total do termo contratual, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as

seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Termo Contratual;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Município de Forquilha pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Forquilha, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

1.5. Os valores das multas serão descontados de qualquer fatura ou crédito existente no Órgão não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto referida multa houver sido paga ou relevada a penalidade aplicada.

1.6. O valor da multa será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Forquilha.

1.7. Nenhum pagamento será feito a licitante a ser contratada, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

1.8. A aplicação das penalidades estabelecidas no presente Edital é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

1.9. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior aquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109 da Lei No. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

1.1. O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes contratantes, mediante Aviso Prévio, e desde que seja feito com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

1.2. O presente Instrumento considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer notificação, que judicial ou extrajudicial, uma vez verificada a ocorrência de uma dos seguintes eventos:

- a) falência ou pedido de concordata da CONTRATADA;
- b) a dissolução da sociedade ou falecimento do CONTRATADO, se for firma individual ou pessoa física;
- c) a insolvência da CONTRATADA, caracterizada pelo protesto de títulos;
- d) o não cumprimento de qualquer das Cláusulas do presente contrato, desde que não tomadas as devidas providências dentro de 30 (trinta) dias, a contar do envio, pela CONTRATANTE, da notificação de tal evento;
- e) a subcontratação, do objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

1.3. A rescisão contratual, nos casos acima especificados acarretará a CONTRATADA;

- a) responsabilidade financeira pelos prejuízos causados a CONTRATANTE;
- b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até a apuração dos prejuízos causados a CONTRATANTE, a seus servidores ou a terceiros;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da Comarca de FORQUILHINHA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo.

FORQUILHINHA - SC, 28 de novembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA
VANDERLEI ALEXANDRE	Felipe Dagostin
Prefeito Municipal	CONTRATADA

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
VALDECIR TISCOSKI	ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 109/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015, até 31/12/2015

DOTAÇÃO - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 208/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 235/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 235/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSÓRCIO DE INFO. DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Forquilha no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

VALOR - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 580,00, totalizando o valor de R\$ 6.960,00.

VIGÊNCIA - O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

DOTAÇÃO - 3.3.93.39

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 209/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 17 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 240/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 240/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

OBJETO - O objeto do presente contrato compreende no fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 633.750,00 (seiscentos e trinta e três mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - EDUCAÇÃO: dotação correspondente ao exercício de 2015.

FROTA: dotação correspondente ao exercício de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 208/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001_2014 FMS

AVISO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2014 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

O Município de Fraiburgo - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica que está procedendo ao chamamento público de entidade Pública, Filantrópica ou Privada prestadora de serviços de saúde interessadas na prestação de serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde do Município de Fraiburgo. Objeto e Vigência: Chamada Pública de empresas do ramo, prestadora de serviços de consultas médicas especializadas e procedimentos ortopédicos ambulatoriais, cuja relação de procedimentos e valores encontram-se discriminados na Tabela de Procedimentos de Ortopedia - 2015 (ANEXO II do Edital), em conformidade com a Deliberação 017/CMS/14 do Conselho Municipal de Saúde (ANEXO I do Edital), com base na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, para o período de 1 (um) ano. Prazo para Habilitação: a partir desta publicação até o dia 10.01.2015.

Fraiburgo (SC), 10 de dezembro de 2014.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde.

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0002_2014 FMS

AVISO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 0002/2014 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC

O Município de Fraiburgo - SC, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica que está procedendo ao chamamento público de entidade Pública, Filantrópica ou Privada prestadora de serviços de saúde interessadas na prestação de serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde do Município de Fraiburgo. Objeto e Vigência: Chamada Pública de empresas do ramo, prestadora de serviços de confecção de próteses dentárias dos tipos descritos na tabela 01 (anexo ao Edital), cuja relação de procedimentos e valores encontram-se discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", disponível através do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de saúde - SUS no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, para o período de 1 (um) ano. Prazo para Habilitação: a partir desta publicação até o dia 10.01.2015.

Fraiburgo (SC), 10 de dezembro de 2014.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde.

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0153 - PMF

Aviso de Republicação do Pregão Presencial nº 0153/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0153/2014A

O Prefeito Municipal, torna público a REPUBLICAÇÃO do certame em epígrafe cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos e serviço de mão de obra elétrica, para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 23.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: 1.200 - Ordinários - Departamento de Cultura. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0157_2014-PMF RP 0080

Aviso de Republicação do Pregão Presencial nº 0153/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0153/2014A

O Prefeito Municipal, torna público a REPUBLICAÇÃO do certame em epígrafe cujo objeto é a aquisição de materiais elétricos e serviço de mão de obra elétrica, para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 23.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Recursos: 1.200 - Ordinários - Departamento de Cultura. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 10 de dezembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0331-2014

DECRETO Nº 0331, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
4.6.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (44)	R\$	7.500,00
Total	R\$	7.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

06.00 – Secretaria de Finanças		
06.02 – Encargos Gerais		
28.843.0000.0.100 – Amortização da Dívida Fundada Interna		
3.2.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (43)	R\$	7.500,00
Total	R\$	7.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4076/2014

PORTARIA N.º 4.076, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n.º 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 5690 de 09 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para apuração dos atos e fatos atribuídos ao servidor público JOSIANI TIBOLA, matrícula 11.263, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

- I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;
- II - LENI HUBER WEBER- Membro;
- III - ELISANGELA CONTE BARBOSA - Secretária.

Parágrafo Único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4077/2014

PORTARIA Nº 4.077, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1415/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE TEREZINHA DE OLIVEIRA FORLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 938.491.259-04, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4078/2014

PORTARIA Nº 4.078, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1416/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.770.439-30, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4079/2014

PORTARIA Nº 4.079, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1417/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SAMARA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 103.517.509-67, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4080/2014

PORTARIA Nº 4.080, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1418/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.739.349-25, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4081/2014

PORTARIA Nº 4.081, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1419/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCELI PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.744.249-54, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4082/2014

PORTARIA Nº 4.082, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1421/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEUDILENE SOUSA SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.192.653-17, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4083/2014

PORTARIA Nº 4.083, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1422/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FERNANDA DIAS PINHEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 084.003.819-47, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4084/2014

PORTARIA Nº 4.084, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1423/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário KAROLINE APARECIDA DO PRADO, brasileira, divorciada inscrita no CPF sob o n.º 004.520.559-03, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4085/2014

PORTARIA Nº 4.085 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1424/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MIRIAN LILIAN RUCHEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 054.362.219-39, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4086/2014

PORTARIA Nº 4.086 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1425/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LIDIANE GARCIA DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.611.039-03, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4087/2014

PORTARIA Nº 4.087 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1426/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PRISCILA MACIEL DA SILVA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 056.321.319-12, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4088/2014

PORTARIA Nº 4.088 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1427/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEILIANE RODRIGUES AUGUSTIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.271.569-84, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4089/2014

PORTARIA Nº 4.089 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1428/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELIZA ANDREIA MAGAGNIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.644.929-33, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4090/2014

PORTARIA Nº 4.090 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1430/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONETE DE FÁTIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 003.372.609-40, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4091/2014

PORTARIA Nº 4.091 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1431/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARILUCY YARA ALONSO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 063.352.029-21, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4092/2014

PORTARIA Nº 4.092 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1432/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ZULEIDE DE LARA CIRINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 693.496.579-53, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4093/2014

PORTARIA Nº 4.093 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1433/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário BEATRIZ APARECIDA GOMES DOMINSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 072.540.499-03, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4094/2014

PORTARIA Nº 4.094 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1434/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.150.599-10, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4095/2014

PORTARIA Nº 4.095 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1435/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 088.614.039-05, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4096/2014

PORTARIA Nº 4.096 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1437/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SUZANA GOMES MARCONDES ANTONIASSI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.917.909-28, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4097/2014

PORTARIA Nº 4.097 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1438/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ROSÁRIA RIBEIRO DA SILVA ANDERSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 781.776.859-53, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4098/2014

PORTARIA Nº 4.098 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1439/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CIBELE APARECIDA DOS SANTOS ROSA DIAS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 076.401.679-22, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 4099/2014

PORTARIA Nº 4.099 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1440/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EDNA ALVES DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.324.919-12, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5000/2014

PORTARIA Nº 5.000 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1441/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULIANA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.800.529-92, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5001/2014

PORTARIA Nº 5.001 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1445/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELAÍNE DOMINGUES GRANEMANN MUSSOLIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 071.065.959-85, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5002/2014

PORTARIA Nº 5.002 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1446/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVANE DE OLIVEIRA CASTILHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 095.388.469-40, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5003/2014

PORTARIA N.º 5.003, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.584.989-40, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5004/2014

PORTARIA N.º 5.004, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA SBARDELLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.012.469-24, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5005/2014

PORTARIA N.º 5.005, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.957.429-04, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5006/2014

PORTARIA N.º 5.006, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014 de 31 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGÉLICA ANA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.273.089-42, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5007/2014

PORTARIA N.º 5.007, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0031 de 16 de julho de 2013; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5008/2014

PORTARIA N.º 5.008, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5009/2014

PORTARIA N.º 5.009, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.597.859-54, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5010/2014

PORTARIA N.º 5.010, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5011/2014

PORTARIA N.º 5.011, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÁTIA ALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 021.919.299-58, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5012/2014

PORTARIA N.º 5.012, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5013/2014

PORTARIA N.º 5.013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA RAMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.973.969-14, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5014/2014

PORTARIA N.º 5.014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE MARIA ANGOLERI, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.799-00, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5015/2014

PORTARIA N.º 5.015, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEONICE FRANCIONE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 004.723.209-98, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5016/2014

PORTARIA N.º 5.016, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 06 de março de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.315.349-38, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5017/2014

PORTARIA N.º 5.017, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5018/2014

PORTARIA N.º 5.018, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5019/2014

PORTARIA N.º 5.019, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5020/2014

PORTARIA N.º 5.020, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5021/2014

PORTARIA N.º 5.021, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de EUNICE PEDROZO MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 744.239.249-00, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5022/2014

PORTARIA N.º 5.022, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5023/2014

PORTARIA N.º 5.023, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.723.219-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5024/2014

PORTARIA N.º 5.024, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0017 de 28 de fevereiro de 2013; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRMA MORAES, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 476.369.719-68, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5025/2014

PORTARIA N.º 5.025, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 560.017.119-68, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5026/2014

PORTARIA N.º 5.026, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.664.179-61, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5027/2014

PORTARIA N.º 5.027, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028 de 09 de junho de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOELMA VICENTINA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.416.359-07, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5028/2014

PORTARIA N.º 5.028, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.327.429-85, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5029/2014

PORTARIA N.º 5.029, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KAREN DE CARVALHO PIRES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 090.082.199-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5030/2014

PORTARIA N.º 5.030, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENI DA SILVA COELHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 893.959.999-34, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5031/2014

PORTARIA N.º 5.031, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5032/2014

PORTARIA N.º 5.032, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 11 de dezembro de 2012; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5033/2014

PORTARIA N.º 5.033, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 02 de janeiro de 2014; e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LETICIA APARECIDA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.832.819-56, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de janeiro 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5034/2014

PORTARIA N.º 5.034, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0014, de 31 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANA ROSANA REGINATTO FROZZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.235.119-20, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de dezembro de 2014 até 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5035/2014

PORTARIA N.º 5.035, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de JULIANA HASS TEODORO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.831.869-75, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 5036/2014

PORTARIA Nº 5.036, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora REZILDA DE ALCANTARA FERNANDES PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 899.847.909-59, nomeada no cargo de efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de dezembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****RESUMO ATA Nº 24, PROCESSO LICITATORIO 26/2014, PR 018/204, SRP 09/2014**

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

ATA Nº 024/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2014, CUJO OBJETIVO É A AQUISIÇÕES DE FORMA FRACIONADA DE OLEO DIESEL ADITIVADO - S10 E ARLA 32, PARA A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPOE PARTE DA FROTA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, PELO PERÍODO DE UM ANO, CONFORME DISCRIMINADOS NO ANEXO I DESTE INSTRUMENTO, DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA ATA, FOI A EMPRESA CESCA & CIA LTDA, FILIAL FREI ROGERIO COM A QUAL FOI FIRMADA A SEGUINTE ATA.

ATA Nº 024/2014

VALOR TOTAL DA ATA R\$ 285.900,00 (DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL E NOVECENTOS REAIS)

FREI ROGÉRIO - SC, 10 DE DEZEMBRO DE 2014
OSNY BATISTA ALBERTON
PREFEITO MUNICIPAL

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 450/2014

PORTARIA Nº 450, de 05 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, Processo nº. 3104/2014;

CONSIDERANDO, parecer da Assistente Social;

CONSIDERANDO, parecer Jurídico fl. n.º 17/18;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, CAPÍTULO IV, SEÇÃO II, E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença por motivo de doença na família, pelo período de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal MADALENA VANEIDE DE CARVALHO GONÇALVES, ocupante do cargo de Merendeira.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de novembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 452/2014

PORTARIA Nº. 452, de 08 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA DE LOURDES PAKUSZEWSKI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO, a Portaria de readaptação nº. 326 de 23 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO, o Processo de readaptação funcional nº. 001/2007;

CONSIDERANDO, parecer da Junta Médica do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS Nº 001/98, 002/98 e 012/01,

RESOLVE:

Art. 1o. Remanejar definitivamente a servidora pública municipal MARIA DE LOURDES PAKUSZEWSKI, do cargo de Técnica em Enfermagem lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer em caráter definitivo, funções administrativas, junto à mesma Secretaria, com carga horária de 220 horas mensais e com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Junta Médica Oficial de Readaptação.

Art. 2º. Comunique-se a Junta Médica oficial de Readaptação para reavaliar a servidora após 01 (um) ano a contar da data da publicação desta Portaria.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.148, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.148, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 45 3.3.90.00.00.00.00.00	R\$ 89.000,00
Aplicações Diretas	
Despesa: 44 3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 259.000,00
Aplicações Diretas	
Despesa: 43 3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 234.200,00
Aplicações Diretas	

Art. 2º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 48 3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 120.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 3º Por conta da anulação do art. 2º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 47 3.1.90.00.00.00.00.00	R\$ 120.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 4º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL

DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.2054 Manutenção das ações da Secretaria	
Despesa: 65 3.3.90.00.00.00.00	R\$ 10.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 5º Por conta da anulação do art. 4º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Unidade: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0013 Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
Atividade: 2.2054 Manutenção das ações da Secretaria	
Despesa: 64 3.1.90.00.00.00.00	R\$ 10.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 6º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Despesa: 02 3.3.90.00.00.00.00	R\$ 10.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 7º Por conta da anulação do art. 6º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2.2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Despesa: 01 3.1.90.00.00.00.00	R\$ 10.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.140, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.140, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei nº 3.618, de 19 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados, nos valores indicados, os seguintes saldos de dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2.2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Despesa: 94 3.1.90.00.00.00.00	R\$ 198.000,00
Aplicações Diretas	
Despesa: 93 3.1.90.00.00.00.00	R\$ 79.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2.2038 Manutenção da Educação Infantil	
Despesa: 43 3.1.90.00.00.00.00	R\$ 277.000,00
Aplicações Diretas	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.624, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.624, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A ANULAR SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CRIAR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a anular a seguinte dotação, no valor de R\$ 6.274,80 (seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), constante do orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 301 ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 200152 (2152) Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Despesa: 114	
Modalidade: 3.3.71 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 6.274,80

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior, fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, no valor de R\$ 6.274,80 (seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), junto ao quadro orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, na forma indicada:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 301 ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 200152 (2152) Ampliar, Manter e Equipar o Fundo Municipal de Saúde	
Modalidade: 4.4.71 Transferências a Consórcios Públicos	R\$ 6.274,80

Art. 3º Fica o Município de Gaspar autorizado a criar o crédito especial abaixo, oriundo de superávit financeiro, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), junto ao quadro orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, na forma indicada:

Órgão: 06 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função: 10 SAÚDE	
SubFunção: 301 ATENÇÃO BÁSICA	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Destino: 2 – Atividade	
Ação: 200140 (2140) Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza a NOAS/SUS	
Modalidade: 3.3.3.93 Aplic. Decor Oper Entid Integ Orç Fisc Segur Social c/ cc	R\$ 60.000,00

Art. 4º Os valores das despesas previstas para o ano de 2014, constantes na Lei nº 3.545, de 20 de novembro de 2013, com suas modificações, deverão levar em conta as alterações orçamentárias previstas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 10 de dezembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2014

Aprova as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2012.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de decreto e ele decreta:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito Municipal de Gaspar relativas ao exercício financeiro de 2012, na forma do Parecer Prévio nº 0112/2013 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarado em 5 de agosto de 2013, no processo nº PCP-13/00318870.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 10 de dezembro de 2014.
Marcelo de Souza Brick
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 02/2014

Altera e consolida o Decreto Legislativo nº 10/2001, que "Institui o Programa Vereador Mirim e dá outras providências".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, com fundamento no art. 37, inciso VII, alínea "f", do Regimento Interno,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Gaspar aprovou o projeto e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º O Programa Vereador Mirim instituído pela Câmara de Vereadores de Gaspar através do Decreto Legislativo nº 10, de 11 de dezembro de 2001, passa a ser regido por este Decreto Legislativo.

Art. 2º O Programa Vereador Mirim tem por objetivo geral promover a interação entre a Câmara de Vereadores de Gaspar e as escolas instaladas no Município, permitindo ao estudante compreender o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social em que vive, contribuindo para a formação da sua cidadania e entendimento dos aspectos políticos da sociedade brasileira.

Art. 3º O Programa Vereador Mirim compreende a adesão das escolas e abrangerá os estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

Parágrafo único. Poderão candidatar-se a Vereador Mirim os estudantes que:

a) estiverem cursando até o 8º ano quando da realização das eleições; e

b) possuírem no máximo quinze anos de idade até o final do mandato a ser exercido.

Art. 4º Constituem objetivos específicos do Programa Vereador Mirim:

I - proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre projetos, leis e atividades gerais da Câmara de Vereadores de Gaspar;

II - possibilitar que os estudantes tenham acesso aos Vereadores da Câmara de Vereadores de Gaspar, conhecendo os representantes do Legislativo, bem como as propostas apresentadas em favor da comunidade;

III - favorecer atividades de discussão e reflexão sobre os problemas do Município de Gaspar que mais afetam a população;

IV - proporcionar situações em que os estudantes, representando as figuras dos Vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões do Município ou de determinados grupos sociais; e

V - sensibilizar professores e pais de estudantes para participarem do programa e apresentarem sugestões para o seu aperfeiçoamento.

Art. 5º O Programa Vereador Mirim será executado observando-se:

I - a elaboração de projeto;

II - o planejamento de atividades;

III - a pesquisa e a seleção de material informativo;

IV - o estabelecimento de calendário junto às escolas para visitas mútuas entre a Câmara de Vereadores de Gaspar e as escolas participantes do programa;

V - a visita dos agentes do programa às unidades escolares para orientar e avaliar o andamento do programa junto aos professores e estudantes;

VI - a promoção de atividades com os seguintes temas:

a) história da Câmara de Vereadores de Gaspar;

b) perfil dos Vereadores e funcionamento da Câmara de Vereadores de Gaspar; e

c) tramitação de proposições;

VII - a visita dos estudantes eleitos Vereadores Mirins à Câmara de Vereadores de Gaspar para assistirem a sessão ordinária dentro de calendário previamente definido;

VIII - a realização de sessão especial com os Vereadores Mirins para diplomação dos eleitos e entrega de certificados de participação aos demais candidatos;

IX - a participação dos Vereadores Mirins em reuniões plenárias da Câmara de Vereadores de Gaspar, sempre que possível;

X - a participação dos estudantes eleitos Vereadores Mirins em encontros e visitas programadas a órgãos, instituições e entidades públicas ou privadas; e

XI - a participação dos estudantes do 6º ao 9º ano nas reuniões da Câmara de Vereadores Mirins, mediante agendamento com as escolas.

Art. 6º Os critérios de eleição, a posse, o exercício do mandato dos Vereadores Mirins e o funcionamento da Câmara de Vereadores Mirins serão regulamentados através de Regimento Interno

próprio, por ato da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 7º Fica a Mesa Diretora autorizada a efetuar, dentre outras, as seguintes despesas para aquisição de bens e serviços para execução do Programa Vereador Mirim:

I - concessão de transporte e alimentação para os estudantes eleitos Vereadores Mirins, quando da participação de reuniões da Câmara Mirim e demais atividades realizadas em razão do mandato;

II - confecção de uniformes do programa para os estudantes eleitos Vereadores Mirins;

III - elaboração e confecção de materiais para divulgação do programa e realização das eleições; e

IV - concessão de transporte aos estudantes do 6º ao 9º ano das escolas participantes do programa para prestigiarem as reuniões da Câmara de Vereadores Mirins.

Art. 8º As despesas oriundas deste Decreto Legislativo serão suportadas pelo orçamento da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 9º Fica recepcionada por este Decreto Legislativo a Resolução nº 7, de 29 de abril de 2004, e suas alterações, que "Dispõe sobre o Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Gaspar".

Art. 10. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o Decreto Legislativo nº 10, de 11 de dezembro de 2001.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 10 de dezembro de 2014.
Marcelo de Souza Brick
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 80/2014

RESOLUÇÃO Nº 80/2014

Fixa ajuda de custo para Estudantes Eleitos Vereadores Mirins que participam do Programa Vereador Mirim instituído pela Câmara de Vereadores de Gaspar.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Gaspar aprovou o projeto e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica fixada ajuda de custo para estudantes eleitos Vereadores Mirins que participam do Programa Vereador Mirim instituído pela Câmara de Vereadores de Gaspar, regulamentando-se o artigo 24 da Resolução nº 07, de 29 de abril de 2004, que dispõe sobre o Regimento Interno dos Vereadores Mirins da Câmara Municipal de Gaspar.

Art. 2º A ajuda de custo a que se refere esta Resolução compreende a concessão, pela Câmara de Vereadores de Gaspar, de:

I - vale transporte para o percurso de ida e volta do estudante Vereador Mirim; e

II - lanches aos estudantes Vereadores Mirins.

Art. 3º A ajuda de custo será concedida quando do comparecimento

do estudante Vereador Mirim às reuniões da Câmara de Vereadores Mirins e demais atividades solicitadas ou convocadas pela própria Câmara Mirim.

Art. 4º As despesas oriundas desta Resolução serão suportadas pelo orçamento da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Gaspar, em 10 de dezembro de 2014.
Marcelo de Souza Brick
Presidente

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº. 67/2014

OBJETO: Registro de Preços visando o fornecimento de combustíveis para a frota de veículos do SAMAE.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 22/01/2015.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 22/01/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 09 de dezembro de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 75-2014 (ROSANE BELARMINDA FAUSTINA)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 75/2014, DATADO DE 5 DE JUNHO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O SENHORA ROSANE BELARMINDA FAUSTINA, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTESANATO JUNTO AOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NAS SEGUNDAS, QUARTAS E QUINTAS-FEIRAS, NO PERÍODO VESPERTINO, E NAS SEGUNDAS E/OU QUARTAS-FEIRAS, NO PERÍODO NOTURNO, DURANTE OS MESES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO DE 2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhora ROSANE BELARMINDA FAUSTINA, brasileira, residente e domiciliada na Rua Presidente Vargas, 456, Centro, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 025.037.749-70, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 75/2014, no que diz respeito à alteração da vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, até 31/12/2014 de vigência do Contrato n. 75/2014, assinado em 5 de junho de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 28 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

ROSANE BELARMINDA FAUSTINA
Contratada

TESTEMUNHAS

CONTRATO N 93-2014 EPLAN
CONTRATO N. 93/2014

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa EPLAN CONSULTORIA ASSOCIADA LTDA ME, com sede na Rua XV de Novembro, nº 132, sala 30, Galeria Zomer e Berger, Centro do Município de Orleans, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Sócio Administrador Senhor RONALDO AUGUSTO PIRES, portador de CPF 987.718.929-15 e RG 3.387.325, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO E CONSULTORIA PÚBLICA PARA ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA OS CARGOS DE PSICOLOGO, FARMÁCEUTICO, NUTRICIONISTA, ASSISTENTE SOCIAL, FISIOTERAPEUTA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PERTENCENTES AO QUADRO PESSOAL DO NASF -NÚCLEO DE APOIO DA SAÚDE DA FAMÍLIA E SERVENTE DE OBRAS, PERTENCENTE AO QUATRO PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ.

CLÁUSULA II - DO VALOR E DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula I, a Contratada receberá a importância total de R\$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais), divididos em 2(duas) parcelas iguais, sendo a 1ª (primeira) parcela após o deferimento das Inscrições e a 2ª (segunda) parcela após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, já incluso no valor os custos com comissões incidentes sobre mão-de-obra especializada, encargos sociais, impostos federais, estaduais e municipais, transporte, estadas, alimentação, frete, telefonemas, telex, fax e demais despesas necessárias à execução dos serviços licitados.

Parágrafo Único. O preço cotado no processo licitatório e homologado pelo Prefeito Municipal é fixo e irrevogável.

2.2 O prazo para realização do Processo Seletivo Simplificado é de, no máximo, 60 dias, contados a partir da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA III - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado após a homologação do Processo Seletivo Simplificado.

CLÁUSULA IV - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir de 05 de dezembro de 2014 e seu término será em 31 de agosto de 2015.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos serviços ora solicitados;
- II. Nomear Comissão para acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado;
- III. Realizar as inscrições dos Candidatos;
- IV. Realizar as publicações necessárias referente ao Processo Seletivo Simplificado;
- V. Acompanhar todos os atos do Processo Seletivo Simplificado.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Prestar os serviços objeto deste Contrato em total consonância com a Cláusula I deste Contrato;
- II. Elaborar o Edital de Processo Seletivo Simplificado;
- III. Nomear Equipe de Fiscais por dia de realização da(s) prova(s);
- IV. Corrigir as provas, divulgar o gabarito, apresentar o resultado parcial, e o resultado final;
- V. Responder a quaisquer recursos que existirem;
- VI. Realizar todos os demais atos necessários ao bom andamento do Processo Seletivo Simplificado.

CLÁUSULA VII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos por dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob n.:

03.01.2.003.3.3.90.39.48.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 8).

CLÁUSULA VIII - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

CLÁUSULA IX - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 68/2014 - Edital de Dispensa n. 31/2014-DL, de 05 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA X - DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a Contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único. A Contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

CLÁUSULA XI - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/

SC.

Grão-Pará/ SC, 05 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

RONALDO AUGUSTO PIRES
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

DECRETO N 28-2014-CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

DECRETO Nº 28/2014

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

“CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Trânsito do Município de Grão-Pará, para o período de 08 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.051, de 27 de abril de 2001, ficando assim constituído:

I - REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

Representante do Poder Executivo: HELIO ALBERTON JUNIOR

Representante do Poder Legislativo: VANILTO DE SOUZA MÜLLER

II - REPRESENTANTES DA POLÍCIA

Representantes da Polícia Militar: JOSÉ CLAUDIO MIRANDA e ADILSON BARBOSA DE SOUZA

Representante da Polícia Civil: VITOR JOSÉ GAMBA DE MATTOS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
08 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 08 de dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 29-2014-REVOGA DECRETOS GRATIFICAÇÃO E ABONO

DECRETO Nº 29/2014

DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

“REVOGA OS DECRETOS MUNICIPAIS DE Nº 20 E 21/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Ficam revogados os Decretos Municipais de nº 20/2014, de 16 de outubro de 2014, e 21/2014, de 29 de outubro de 2014, que dispõe, respectivamente, sobre a suspensão dos efeitos da

Lei Municipal nº 1.732/2011 e sobre a suspensão do pagamento de gratificações.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
09 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 09 de dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 30-2014 COMISSÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DECRETO Nº 30/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e demais Legislações Vigentes,

DECRETA

Art. 1º. Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, integrada pelos Servidores Salésio Pickler Dacoregio, Jiseli Kons, Jane Bonin e Joseli Venito Pickler Schmidt para, sob a presidência de Salésio Pickler Dacoregio, acompanharem a realização de todos os atos do referido Processo Seletivo Simplificado, destinados ao preenchimento de vagas das categorias funcionais constantes na Lei Complementar Municipal nº 04/2013 e na Lei Municipal nº 991/2000, e suas respectivas alterações legislativas.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo 1º acompanhará as inscrições dos candidatos, que será de responsabilidade de Eduarda Zanelato Engels, ocupante do Cargo de Auxiliar de Contabilidade, e acompanhará, também, todas as ações a serem realizadas pela empresa executora do Processo Seletivo Simplificado e tomará as devidas providências para sua fiel execução e julgamento.

Parágrafo Único. A Comissão resolverá, também, outras questões oriundas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, não constantes neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
10 de dezembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 10 de dezembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

ERRATA AO CONTRATO 75/2014**ERRATA**

Errata ao Contrato firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, inscrita no CNPJ 82.558.149/0001-55, e a Senhora ROSANE BELARMINDA FAUSTINA, brasileira, residente e domiciliada na Rua Presidente Vargas, 456, Centro, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 025.037.749-70, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTESANATO JUNTO AOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, NAS SEGUNDAS, QUARTAS E QUINTAS-FEIRAS, NO PERÍODO VESPERTINO, E NAS SEGUNDAS E/OU QUARTAS-FEIRAS, NO PERÍODO NOTURNO, DURANTE OS MESES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO DE 2014.

ONDE SE LÊ: "[...]31 DE OUTUBRO DE 2014";

LEIA-SE: "[...] 30 DE NOVEMBRO DE 2014".

Grão-Pará/SC, 03 de novembro de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim**PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 74.2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO 74/2014 - PMG

Processo Licitatório: 136/2014 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação:. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, ESTUDOS TÉCNICOS, ELABORAÇÃO DE PARECERES E ASSESSORIA TÉCNICA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E INSTALAÇÃO EM GERAL. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: CRAVO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.215.332/0001-19, com sede na Rua Dr. Heitor Blum, nº 230, bairro Estreito, no Município de Florianópolis, SC.

Valor do Aditivo: R\$7.750,00 (sete mil setecentos e cinquenta reais).

Data de Vigência: 09/12/2014 a 19/12/2014

GUARAMIRIM (SC), 10/12/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 448/2014

PORTARIA Nº 448/2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE a Raquel Iracema Krueger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade a Raquel Iracema Krueger, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 08 de dezembro de 2014.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**ATA Nº 004/2014**

ATA N.º 004 - REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Aos nove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze (09/12/2014), às dezesseis horas (16:00), na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Guaramirim/SC, reunida a Comissão Permanente de Licitação, constituída pela Portaria n.º 001/2014, para receber o julgamento da Subcomissão Técnica dos Recursos Administrativos impetrados em face do Julgamento da Proposta Técnica protocolados pelas empresas Sal Propaganda Ltda e ClicZoom Propaganda e Publicidade Ltda.

Após análise do julgamento dos recursos verifica-se que a subcomissão decidiu pela desclassificação da empresa Sal Propaganda Ltda.

Diante da nova decisão prolatada pela Subcomissão Técnica pela desclassificação da empresa Sal Propaganda Ltda, determina-se a intimação das empresas participantes, concedendo o prazo de cinco dias úteis para as empresas, querendo, apresentar Recurso Administrativo, com fundamento no item 17.1 do Edital.

Proceda-se a intimação das empresas participantes, bem como, a publicação desta Ata no Diário Oficial.

Guaramirim/SC, 09 de Dezembro de 2014.

AURÉLIO TADEU TOMASELLI

Presidente

ADY ESTERLITA PERSUHN DENKER

Membro

IRINEU JOSÉ VEIGA

Membro

Guarujá do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 70**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 70/2014 - Pregão Presencial Nº. 38/2014.
Objeto: Prestação de serviços de Assessoria e Consultoria na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundos e Bancos Oficiais, bem como, acompanhamento da execução e prestação de contas de projetos de orientação geral aos Setores da Administração, no cumprimento dos projetos contratados, em todas as áreas de atuação deste Governo Municipal de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 29/12/2014 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 13:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 10 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.376/2014.

DECRETO Nº 3.376/2014.

"DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO, POR PRAZO DETERMINADO, À CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D'OESTE - CDL".

O PREFEITO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

DECRETA:

Art. 1º. Fica outorgada à CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D'OESTE - CDL a permissão de uso, a título precário e gratuito, por prazo determinado, de bem público que assim se descreve: "Área da Praça Daniel Olímpio da Rocha".

Art. 2º. A permissão de uso será formalizada mediante Termo Permissão de Uso de bem público municipal nos termos do presente Decreto, a ser lavrado obedecendo as seguintes cláusulas:

I - a natureza gratuita da permissão;

II - a finalidade exclusiva do uso do bem pela CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE HERVAL D'OESTE - CDL para a execução da programação alusiva às festividades de final de ano/Natal de 2014 no o período de 17 a 19 de dezembro de 2014;

III - a proibição da transferência a qualquer título a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão, salvo anuência expressa do Município;

IV - a proibição da modificação do uso a que se destina, sem expressa e estrita concordância da administração;

V - a obrigação da permissionária de zelar pela conservação do bem, sendo responsável pelos danos ou prejuízos causados a terceiros, de ordem pessoal ou material, ocorridos no espaço de terreno objeto desta permissão;

VI - a plena rescindibilidade de permissão por ato administrativo do Município, sem que fique com isto obrigada a pagar à permissionária indenização de qualquer espécie:

a) a qualquer momento em que o bem seja necessário ao Município;

b) quando ocorrer inadimplemento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem público;

c) a revogação da permissão de uso em razão de qualquer desses itens mencionados implicará no imediato retorno do bem ao Patrimônio Municipal;

VII - Cumprir com todas as exigências técnicas de segurança, nos termos das normas exigentes no Código de Postura do Município de Herval D'Oeste, com apresentação dos laudos técnicos necessários a que se refere ao Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária;

VIII - Pagamento de tributos inerente à sua atividade, bem como, despesas decorrentes do uso de água e energia elétrica para instalação e funcionamento perante os órgãos públicos competentes.

Art. 3º. A presente permissão de uso de bem público municipal se faz exclusivamente em função de relevante interesse público voltado à cultura e ao lazer.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 10 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

DECRETO Nº 3.377/2014.

DECRETO Nº 3.377/2014.

"DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO, POR PRAZO DETERMINADO, À RÁDIO NOVA LÍDER DE HERVAL D'OESTE(SC)".

O PREFEITO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

DECRETA:

Art. 1º. Fica outorgada à RÁDIO NOVA LÍDER DE HERVAL D'OESTE (SC) a permissão de uso, a título precário e gratuito, por prazo determinado, de bem público que assim se descreve: "Área da Praça Daniel Olímpio da Rocha".

Art. 2º. A permissão de uso será formalizada mediante Termo Permissão de Uso de bem público municipal nos termos do presente Decreto, a ser lavrado obedecendo as seguintes cláusulas:

I - a natureza gratuita da permissão;

II - a finalidade exclusiva do uso do bem pela RÁDIO NOVA LÍDER DE HERVAL D'OESTE (SC) para a execução da programação alusiva às festividades de final de ano/Natal de 2014 nos dias 15 e 16 de dezembro de 2014;

III - a proibição da transferência a qualquer título a quem quer que seja, dos direitos decorrentes da permissão, salvo anuência expressa do Município;

IV - a proibição da modificação do uso a que se destina, sem expressa e estrita concordância da administração;

V - a obrigação da permissionária de zelar pela conservação do bem, sendo responsável pelos danos ou prejuízos causados a terceiros, de ordem pessoal ou material, ocorridos no espaço de terreno objeto desta permissão;

VI - a plena rescindibilidade de permissão por ato administrativo do Município, sem que fique com isto obrigada a pagar à permissionária indenização de qualquer espécie:

a) a qualquer momento em que o bem seja necessário ao Município;

b) quando ocorrer inadimplemento de qualquer das cláusulas do respectivo termo administrativo de permissão de uso de bem público;

c) a revogação da permissão de uso em razão de qualquer desses itens mencionados implicará no imediato retorno do bem ao Patrimônio Municipal;

VII - Cumprir com todas as exigências técnicas de segurança, nos termos das normas exigentes no Código de Postura do Município de Herval D'Oeste, com apresentação dos laudos técnicos necessários a que se refere ao Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária;

VIII - Pagamento de tributos inerente à sua atividade, bem como, despesas decorrentes do uso de água e energia elétrica para instalação e funcionamento perante os órgãos públicos competentes.

Art. 3º. A presente permissão de uso de bem público municipal se faz exclusivamente em função de relevante interesse público voltado à cultura e ao lazer.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 10 de dezembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 1326/2014

PORTARIA Nº 1326/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora MICHELE ALINE DENBINSKI (Matr. 3396), a contar de 09 de dezembro de 2014, a qual exerce a função de Médico, Nível - 14 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1327/2014

PORTARIA Nº 1327/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JAQUELINE BRESSAN DA SILVA (Matr. 2573), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 20 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 10 de dezembro de 2014 a 21 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1328/2014

PORTARIA Nº 1328/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JIANA GLÁUCIA CELLA (Matr. 3086), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível -12/1, Referência "A", com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11 de janeiro de 2013 e 10 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 10 de dezembro de 2014 a 08 de janeiro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1329/2014

PORTARIA Nº 1329/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora QUÊNIA BRINCK-MANN (Matr. 2897), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Secretária de Assistência Social, Nível - Agente Político, constante do Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2013 e 07 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 10 de dezembro de 2014 a 08 de janeiro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1330/2014

PORTARIA Nº 1330/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor AMARILDO SCHUMACHER (Matr. 141), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Agente Operacional, Nível - 4, Referência "M", com carga horária de (40) quarenta horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 10 de janeiro de 2013 e 09 de janeiro de 2014, para serem gozadas a contar de 10 de dezembro de 2014 a 08 de janeiro de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1331/2014

PORTARIA Nº 1331/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora MICHELE ALINE DENBINSKI (Matr. 4043), a partir de 10 de dezembro de 2014, aprovada e classificada em 4º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Médico, Nível - 14, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, de conformidade com a LC Nº 224/2007. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 10 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****CONTRATO Nº 26/2014 - RH**

CONTRATO Nº 026/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratado, o Sr. NICOLAS ANTOINE VERGETIS, brasileiro, casado, Médico, CI 3.250.341, CPF nº 006.356.209-01, CRM 12865-SC, residente no município de Florianópolis/SC, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 1º e inc. VII - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; e considerando que os candidatos classificados no Concurso Público aberto pelo Edital nº 001, de 05.04.2013, desistiram de assumir a vaga; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 004, de 23.05.2014, homologado pelo Decreto nº 2.661, de 07.07.2014; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata o Sr. NICOLAS ANTOINE VERGETIS, para exercer as funções do cargo de MÉDICO, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Cláusula Segunda - O contratado receberá os vencimentos de R\$ 16.285,64 (dezesesseis mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), conforme Anexo Único, da Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

§ 1º - O contratado receberá adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município, conforme art. 62, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 326, de 30.08.2006, bem como Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, de 02.01.2014 e Decreto nº 2722, de 27.11.2014.

§ 2º - O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiado ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 31.12.2015 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

Cláusula Quarta - Poderá haver a prorrogação do contrato, pelo prazo de até 01 (um) ano, desde que persistam os motivos da contratação.

Cláusula Quinta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

Cláusula Sexta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:
Órgão: 03 - Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Projeto/atividade: 2039 - Manutenção das atividades da saúde
Elemento de Despesa: 31900000 - 0102 - Aplicações Diretas
Projeto/atividade: 2041 - Manutenção piso de atenção básica variável
Elemento de Despesa: 31900000 - 0164 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, Processo Seletivo - Edital nº 004, de 23 de maio de 2014, Portaria nº 151, de 16 de julho de 2014 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 08 de dezembro de 2014.
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal
CPF - 497.720.319-49

NICOLAS ANTOINE VERGETIS
CPF - 006.356.209-01
CRM 12865-SC

Testemunhas:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA ERICA THOMÉ LAIDNES
CPF - 807.451.729-20 CPF - 006.854.259-32

MELZI CAVAZZOLA
ADVOGADO - OAB/SC 3.076

DECRETO Nº 2713/2014

DECRETO Nº 2713, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

CONSIDERANDO: O fato de que o Município de forma unilateral por falência da empresa contratada realizou distrato do contrato de prestação de serviço;

CONSIDERANDO: Que a contabilidade após receber de forma verbal o comunicado efetuou o cancelamento da despesa;

CONSIDERANDO: Que a recurso financeiro encontra-se depositado na conta bancária 14.779-6;

CONSIDERANDO: Que a referida obra será realizada com quase na sua totalidade recursos vinculados a convênio, os quais encontram-se depositados em conta corrente..

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 16.911,26 (Dezesseis mil novecentos e onze reais e vinte e seis centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Projeto: 1014 - Ampliação da Rede Física de Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0323 - Recursos Vinculados - Exercício Anterior Saúde
Valor R\$ 16.911,26

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado provável excesso de arrecadação do convênio de recursos federais fundo a fundo para construção de academia de saúde

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2716/2014

DECRETO Nº 2716, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0364 - Exer.Anterior Atenção Básica
Valor R\$ 5.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2717/2014

DECRETO Nº 2717, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.
REGULAMENTA A LEI Nº 558, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Nº 558 de 18 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1º Com o produto da anulação do art. 2º da lei nº 558 de 18 de novembro de 2014, fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 310.500,00 (Trezentos e dez mil e quinhentos reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

0203 - Secretaria da Administração e da Fazenda
04.122.0402.2018 - Manutenção das Atividades Administrativas
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00
Total R\$ 10.000,00

02.04 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.2001.2021 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" R\$ 5.000,00
Total R\$ 10.000,00

0205 - Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes
26.782.2601.1002 - Obras de Infraestrutura Rural
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 110.000,00
Total R\$ 110.000,00

02.06 - Secretaria Municipal de Educação
12.361.1201.2026 - Manutenção das ativ. Ensino Fundamental
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0118' R\$ 120.000,00
12.362.1201.2028 - Apoio ao Ensino Médio
33900000 - Aplicações Diretas Fonte "0161" R\$ 8.000,00
12.365.1201.2030 - Manutenção da Educação Infantil
31900000 - Aplicações Diretas Fonte "0101" R\$ 8.000,00

10.306.1002.2025 - Programa Suplementar de Alimentação Escolar
33900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
Total R\$ 141.000,00

02.08 - Sec. Mun.de Desenv. Comunitário, Cultura e Esporte
13.392.1301. 2032 - Manut. Festividades e Ativid. Culturais
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" R\$ 39.500,00
TOTAL R\$ 39.500,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Ibiã, totalizando R\$ 310.500,00 (Trezentos e dez mil e quinhentos reais), a saber:

02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito
04.122.0401.2016 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Vice
31900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 13.000,00
TOTAL R\$ 13.000,00

0202 - Secretaria de Planejamento e Gestão Administrativa
04.122.0402.2017 - Manutenção das Atividades de Planejamento e Gestão
31900000-Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 12.000,00
33900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 10.000,00
Total R\$ 22.000,00

0203 - Secretaria da Administração e da Fazenda
04.122.0403.2019 - Contribuição Financeira a Entidades
33500000- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
Fonte '0100' R\$ 9.000,00
Total R\$ 9.000,00

02.04 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
18.541.1801.2049 - Manutenção das Atividades de Proteção Ambiental
33900000- Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 3.000,00
Total R\$ 3.000,00

0205 - Secretaria Munic. De Infraestrutura, Obras e Transportes
15.452.1501.2022 - Manut. Dos Serviços de Utilidade Pública
31710000 - Transf. A Consórcios Púb. Fonte '0100' R\$ 500,00
33710000 - Transf. A Consórcios Púb. Fonte '0100' R\$ 2.000,00
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" R\$ 10.000,00
17.512.1701.1005 -Saneamento Básico em Geral
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100' R\$ 5.000,00
17.512.1701-2050- Limpeza Pública
33900000- Aplicações Diretas Fonte "0100" R\$ 40.000,00

Total
..... R\$ 57.500,00

02.06 - Secretaria Municipal de Educação
12.361.1201.2026 - Manutenção das ativ. Ensino Fundamental
33900000- Aplicações Diretas Fonte '0161'
..... R\$ 8.000,00

12.365.1201.2030 - Manutenção da Educação Infantil
31900000- Aplicações Diretas Fonte '0118'
..... R\$ 120.000,00

Total
... R\$ 128.000,00

0207 - Secretaria Munic. De Assistência Social
08.244.0801.1011 - Obras de Infraestrutura Social
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 5.000,00

Total
..... R\$ 5.000,00

0208 - Secretaria Munic. Do Desen.Comunitário, Cultura e Esporte
27.812.2701.2033 - Manutenção das Atividades Esportivas
31900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 24.000,00
23.695.0801.2035 - Manutenção das Ativid.Voltadas ao Turismo
33900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 2.000,00

Total
..... R\$ 26.000,00

0209 - Secretaria da Indústria, Com. Turismo e Serviços
22.661.0901.1012 - Promoção da Indústria e Comércio
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 10.000,00
45900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 10.000,00

Total
..... R\$ 20.000,00

0210 - Fundo Municipal de Habitação
16.481.1601.1013 - Apoio ao sistema Habitacional
44900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 2.000,00

Total
..... R\$ 2.000,00

0212 - Previdência Social
09.271.0901.2037 - Encargos Previdenciários do Regime Geral
31900000 - Aplicações Diretas Fonte '0100'
..... R\$ 25.000,00 Total
..... R\$ 25.000,00

Art. 3o. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, SC,
em 18 de Novembro de 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em:

Laércio Antonio Gasaniga
Secretário Municipal Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 2718/2014

DECRETO Nº 2718, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 14.599,66 (Quatorze mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0302 - Fundo Municipal da Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Subfunção: 244- Assistência Comunitária

Programa: 0801 - Assistência Social Geral

Atividade: 2047 - Manutenção da Assist. Social Geral

Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0363 - Exer.Anterior - Recursos IGD PBF

Valor R\$ 14.599,66

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã.

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉRCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2719/2014

DECRETO Nº 2719, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 10.860,00 (Dez mil, oitocentos e sessenta reais) no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na

seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0204 - Sec. De Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244- Assistência Comunitária
Programa: 0801 - Assistência Social Geral
Projeto/Atividade: 2031 Manut.Secret. de Assistência Social
Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários
Valor: R\$ 10.860,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
27 DE NOVEMBRO 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2720/2014

DECRETO Nº 2720, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 4.645,40 (Quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Atividade: 2041 - Manutenção Piso Atenção Básica Variável
Modalidade de Aplicação: 31900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0364 - Exer.Anterior Atenção Básica -SB
Valor R\$ 4.645,40

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2725/2014

DECRETO Nº 2725, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
"REGULAMENTA A APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 24, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006,

DECRETA:

Art. 1º. A apresentação de Atestados Médicos, previstas no art. 1º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, extensiva a todos os servidores do Município, obedecerá as disposições estabelecidas por este Decreto.

Art. 2º As faltas ao serviço por motivo de doença (consulta, exame ou tratamento de saúde) do servidor serão justificadas para fins de anotação no assentamento individual e pagamento, desde que a impossibilidade do comparecimento seja abonada pela chefia imediata mediante atestado médico, o qual será aceito para afastamentos de até 3 (três) dias e, para período superior a este, caberá avaliação por Junta Médica Oficial do Município ou, na ausência, por profissional servidor deste.

§ 1º. Somente será aceito atestado original, não sendo acatado documento enviado por qualquer outra forma.

§ 2º. Os atestados devem ser entregues, no mesmo dia, diretamente à chefia imediata ficando a cargo desta a decisão sobre o aceite ou não desses atestados que são passíveis de sindicância e fiscalização.

Art. 3º O Atestado deverá comprovar o período de permanência do servidor em consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde, sob pena de perda, total ou parcial, do vencimento, da remuneração ou do salário do dia.

Art. 4º Os atestados deverão ser emitidos obrigatoriamente por profissional habilitado, devendo constar, de forma legível, as seguintes informações:

I - nome completo do servidor;

II - número de dias de afastamento (numérico e por extenso);

III - data do atestado;

IV - carimbo profissional (contendo nome e número do registro do conselho de classe do profissional que efetuou o atendimento);

V - local do atendimento;

VI - assinatura do emitente; e

VII - número do Código Internacional de Doenças - CID, salvo casos de proibição legal, devendo constar no Atestado o motivo.

Art. 5º Os atestados deverão conter o número de dias de afastamentos na forma do inciso II, do art. 3º deste Decreto; quando o afastamento se dê por 24 horas ou mais, será considerada a data da emissão do atestado como data de início.

§ 1º. O atestado com período igual a 15 (quinze) dias consecutivos de afastamento por motivo de doença, fica a cargo do órgão público a responsabilidade de pagar ao servidor a sua remuneração.

§ 2º. Quando a incapacidade ultrapassar os 15 (quinze) dias consecutivos, ou seja, a partir do 16º dia o segurado será encaminhado à perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

§ 3º. Os atestados somados dentro do período de 60 (sessenta) dias e quando atingirem os primeiros 15 (quinze) dias, embora de forma descontínuas, serão pagos pelo órgão público, ficando o INSS responsável pelos dias restantes.

Art. 6º Atestado de Comparecimento, Atestado de Horas ou Declaração de Comparecimento, tem a função de indicar que o servidor submeteu-se à consulta ou exame médico, durante o tempo designado no mesmo, justificando a ausência no trabalho, nesse intervalo de tempo (apenas as horas em que o servidor não compareceu ao trabalho).

Parágrafo Único. No abono das horas, será levado em consideração o devido tempo do trajeto.

Art. 7º O disposto no artigo 1º deste decreto aplica-se ao servidor que, nos mesmos termos e condições, acompanhar consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde:

- I - de filhos menores;
- II - do cônjuge, companheiro ou companheira;
- III - dos pais, padrasto ou madrastra;
- IV - de irmãos;
- V - pessoa que viva sob sua dependência.

§ 1º. Do atestado deverá constar, obrigatoriamente, a necessidade do acompanhamento de que trata este artigo.

§ 2º. O não comparecimento ao serviço decorrente da aplicação do disposto no caput deste artigo, será considerado nos mesmos termos do art. 3º deste Decreto.

§ 3º. Deverá ser requerida licença para tratamento de saúde ou licença por motivo de doença de pessoa da família, nos termos da lei, se o não comparecimento do servidor exceder 01 (um) dia.

§ 4º. O pedido de licença por motivo de doença de pessoa da família obedecerá as disposições previstas no Decreto nº 1894, de 10 de março de 2009.

§ 5º. Quando se tratar de Declaração de Comparecimento, o abono será somente do horário de ausência no serviço, nos mesmos termos do art. 6º deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 1956, de 31 de agosto de 2009.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
01 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 2728/2014

DECRETO Nº 2728, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

REGULAMENTA A LEI Nº 560, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Nº 560 de 10 de Dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação, Projeto com indicação das fontes de recursos em programa da Lei nº 526/13, que trata do Plano Plurianual 2014/2017, e Lei nº 532/2013, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014:

PROGRAMA 08.01- ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL Nº06					
Ativ. Nº	Ação	Descrição	Quant.	Fonte	Valor R\$
2055	55	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	01	01.00	20.000,00
Total da ação R\$					20.000,00

Art. 2º Com o produto da anulação do art. 3º da lei nº 560 de 10 de dezembro de 2014, fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
ATIVIDADE: 2055 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3390000 - Aplicações Diretas -
Fonte: 0100 - R\$ 20.000,00

Art. 3º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, será anulada parcialmente a dotação e programação de despesa abaixo especificada, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Ibiã, totalizando R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), a saber:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
ATIVIDADE: 2031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3190000 - Aplicações Diretas -
Fonte: 0100 - R\$ 20.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, SC,
em 10 de Dezembro de 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em:

Laércio Antonio Gasaniga

Secretário Municipal Adm. e Fazenda

LEI Nº 560/2014

LEI Nº560, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AÇÃO EM PROGRAMA DO PPA E LDO, ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inc I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação, Projeto com indicação das fontes de recursos em programa da Lei nº 526/13, que trata do Plano Plurianual 2014/2017, e Lei nº 532/2013, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014:

PROGRAMA 08.01- ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL Nº06					
Ativ. Nº	Ação	Descrição	Quant.	Fonte	Valor R\$
2055	55	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	01	01.00	20.000,00
Total da ação R\$					20.000,00

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento em vigor para o exercício de 2014, da Prefeitura Municipal de Ibiã, para atendimento a inclusão da ação/projeto - na seguinte programação de despesa:

02.07- Secretaria Municipal de Assistência Social	
08.243.2055 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar 3390 – Aplicações Diretas	(fonte 01.00 – Recursos Ordinários)
R\$ 20.000,00	
Total	R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior, será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

ATIVIDADE: 2031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3190000 - Aplicações Diretas

- Fonte: 0100 - R\$ 20.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

10 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAÉRCIO ANTONIO GASANIGA

SEC. MUNICIPAL ADM. E FAZENDA

PL 070/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE COLHEDORA DE FORRAGENS, GRADE ARADORA E CARRETA AGRÍCOLA PARA A SEC. DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE IBIAM. Entrega dos envelopes no Setor de Protocolo: 30/12/2014 até às 13:00 horas

Abertura dos envelopes: 30/12/2014 horas às 15:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 10 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

PL 69/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA COM RECURSOS MDA/ CAIXA PROCESSO 1019146-63/2014 E UM ROLO COMPACTADOR COM RECURSOS DO MDA/CAIXA PROCESSO 1019855-09/2014

Entrega dos envelopes no Setor de Protocolo: 30/12/2014 até às 13:00 horas

Abertura dos envelopes: 30/12/2014 horas às 13:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 10 de Dezembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

PORTARIA Nº 265/2014

PORTARIA Nº 265, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Maria Solange da Silva Matos Borsoi	01.02.2012 a 30.09.2013	01.12.2014 a 15.12.2014
Rose Mari Kowalczyk	01.06.2013 a 31.05.2014	15.12.2014 a 13.01.2015
Salete Maria Balbinote	01.07.2013 a 30.06.2014	01.12.2014 a 30.12.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
01 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 266/2014

PORTARIA Nº 266, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Arnaldo Luiz Micheluzzi	11.02.2013 a 10.02.2014	01.12.2014 a 30.12.2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 267/2014

PORTARIA Nº 267, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Manoela Junges Fernandes Jardim	03.04.2013 a 02.04.2014	15.12.2014 a 13.01.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
01 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 268/2014

PORTARIA Nº 268, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor WALDEMAR CORDEIRO, servidor efetivo no cargo de Motorista - Nível 2 - Referência A, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O primeiro período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Hélio Sandoval Barbosa - CRM/SC 1724, para o período de 22 a 28 de outubro de 2014.

Art. 3º. O segundo período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Daniel Ribas dos Santos - CRM 20599, para o período de 29 a 31 de outubro de 2014.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de outubro de 2014.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 269/2014

PORTARIA Nº 269, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor WALDIR ANTONIO RAMPON, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Regis Ariel Ribeiro Jordão- CRM/SC 12297, para o período de 10 a 12 de novembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 270/2014

PORTARIA Nº 270, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI, servidora efetiva no cargo de Professor II - Nível 5 - Referência C, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Kellyn Regina de Oliveira Reineher - CRO/SC 10143, para o período de 24 a 30 de novembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de novembro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
04 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 271/2014

PORTARIA Nº 271, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JUSTINA INES DALMOLIN, servidora efetiva no cargo de Servente - Nível 1 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico da Dra. Kellyn Regina de Oliveira Reineher - CRO/SC 10143, para o período de 24 a 30 de novembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de novembro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 272/2014

PORTARIA Nº 272, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor IVAIR CERON, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, para o período de 01 a 08 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
04 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 273/2014

PORTARIA Nº 273, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando, o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 004/2014, homologado pelo Decreto nº 2661/2014;

Com amparo no art. 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 2º, § 1º, inciso VII, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar em caráter temporário, o Sr. NICOLAS ANTOINE VERGETIS, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Florianópolis/SC, para exercer as funções do cargo de Médico - Nível 14 - Referência A, com vencimentos conforme Anexo 2, da Lei Municipal nº 044/1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º. O prazo da contratação será de conformidade com o item 7, do Processo Seletivo - Edital nº 004, de 23 de maio de 2014.

Art. 3º. O contratado será regido pelo regime jurídico especial de que trata a Lei Municipal nº 112/1999 e filiado ao regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º. O contratado receberá adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município, conforme art. 62, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 326, de 30.08.2006, bem como Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT, de 02.01.2014 e Decreto nº 2722, de 27.11.2014.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 274/2014

PORTARIA Nº 274, 08 DE DEZEMBRO DE 2014

"CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento do servidor protocolado em 18 de julho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor MIGUEL ERNESTO HETZLER, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 21.08.2013.

Parágrafo único. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 01 a 10 de dezembro de 2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
08 DE DEZEMBRO DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota**PREFEITURA****DECRETO 45 2014**

DECRETO nº45/2014

Anula e Suplementa Dotações do Orçamento Vigente.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 12 inciso II da Lei Municipal nº: 1765/2013 de 23 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Ilhota autorizado a anular a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) da seguinte dotação do orçamento vigente abaixo discriminada:

Órgão 01 - CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA
 Unidade 01 - CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA
 Funcional - 01.031.0001.2.001 - Manutenção e Funcionamento das Atividades Legislativas
 3.3.9.0.00.00.00.00.0.0.0143 - Aplicações Diretas (04)
 R\$ 4.500,00

Art. 2º - Fica o setor de Contabilidade da Câmara Municipal de Ilhota autorizado a suplementar a importância de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), das seguintes dotações do orçamento vigente abaixo discriminada:

Órgão 01- CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA
 Unidade 01 - CAMARA MUNICIPAL DE ILHOTA
 Funcional - 01.031.0001.2.001 - Manutenção e Funcionamento das Atividades Legislativas
 3.1.9.0.00.00.00.00.0.0.0143 - Aplicação Direta(01)
 R\$ 1.000,00
 3.1.9.1.00.00.00.00.0.0.0143 - Aplicação Direta(02)
 R\$ 2.700,00
 3.2.9.0.00.00.00.00.0.0.0143 - Aplicação Direta(03)
 R\$ 800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ilhota (SC), 01 de dezembro de 2014.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal de Ilhota

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 140, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 140, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, EXERCÍCIO 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e em atenção as disposições da Lei municipal nº1.761, de 23 de dezembro de 2013,

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente, exercício 2014, no importe de R\$23.000,00 (vinte e três mil reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.13.00.00.00.00	132	1000	Obrigações Patronais	23.000,00
Total Suplementação				23.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o item anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.re-sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00	142	1000	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica	23.000,00
Total Suplementação				23.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 10 de dezembro de 2014.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 139/2014

EDITAL SEAGP Nº 139/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 09 de Dezembro a 08 de Janeiro de 2015, no horário das 14h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 09 de dezembro de 2014.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de essa

EDITAL SEAGP Nº 139/2014

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira
Joelma do Nascimento Ovidio

PORTARIA PMI/DGP Nº 532/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 532, de 09 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, os abaixo relacionados, admitidos temporariamente através dos Processos Seletivos Simplificados correspondentes, para exercerem os cargos/funções conforme descritos na tabela abaixo.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
ADRIANA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	Professor II 20hs.	00457164980	12/12/2014
ADRIANA DE SOUZA PIRES	Professor I 40hs.	02548684954	12/12/2014
AGATHA SILVA	Professor II 20hs.	04424975983	12/12/2014
ALEXANDRA DE AMORIM CARVALHO	Professor II 20hs.	00006994970	12/12/2014
ALINE DA ROCHA GOULART	Professor II 20hs.	78031915091	12/12/2014
ALINE DE AGUIAR D'AVILA	Professor II 20hs.	04723531955	12/12/2014
ALINE NASCIMENTO GONÇALVES	Professor I 20hs.	09607582918	12/12/2014
ALOISIO DE MELLO FILHO	Professor I 40hs.	57868867949	12/12/2014
ALTAIR SOARES QUERINO CANTO	Professor II 20hs.	57854297991	12/12/2014
ANA PAULA DE OLIVEIRA INACIO	Professor II 20hs.	03866601905	12/12/2014
ANA PAULA DE SOUZA	Professor I 40hs.	05953067992	12/12/2014
ANA PAULA DO NASCIMENTO	Professor I 40hs.	09204351900	12/12/2014
ANDERSON LUIS DE ANDRADE	Professor II 40hs.	06032891933	12/12/2014
ANDREIA DO NASCIMENTO ESTEVES	Professor II 20hs.	52071790049	12/12/2014
ANDREZA DE SOUZA ANTUNES	Professor II 20hs.	00379306999	12/12/2014
ANDREZA FELICIANO DO NASCIMENTO	Professor II 20hs.	05765066992	12/12/2014
BEATRIZ HIGINO ADRIANO	Professor II 20hs.	06757450984	12/12/2014
BERNARDO SAIBE MARTINS	Professor I 20hs.	05387058928	12/12/2014
BILL CLYNTON LAUREANO	Professor I 40hs.	07894111996	12/12/2014
BRUNA MACHADO ESPINDOLA	Professor I 30 Horas	09954372970	12/12/2014
CAMILA DA ROSA NASCIMENTO	Professor I 30 Horas	05240595941	12/12/2014
CAMILA GOMES DOS REIS	Professor II 20hs.	06633243944	12/12/2014

CAMILA LUCIANA DOS SANTOS	Professor II 20hs.	07404797926	12/12/2014
CAROLINA DUTRA FARINA	Professor II 20hs.	95865810049	12/12/2014
CAROLINE DAMÁZIO DE SOUZA	Professor I 20hs.	09080091944	12/12/2014
CIBELE DE FREITAS ALBINO	Professor I 20hs.	05766860935	12/12/2014
CIRLENE DA SILVA FLOR	Professor I 20hs.	02143405979	12/12/2014
CLAUDIA DA SILVEIRA MARTINS	Professor II 20hs.	02976936978	12/12/2014
CLAUDIA MARIA CARVALHO DE SOUZA	Professor II 20hs.	02124869930	12/12/2014
CLEUCINEIA DOS SANTOS	Professor II 20hs.	03683920904	12/12/2014
CRISTIANE DAMAZIO DE SOUZA ALVES	Professor II 20hs.	05271707989	12/12/2014
CRISTIANE DAMAZIO DE SOUZA ALVES	Professor II 20hs.	05271707989	12/12/2014
CRISTIANE MEDEIROS DIAS	Professor I 40hs.	09867172906	12/12/2014
DANIELA FERNANDES FLORES BORGES	Professor I 20hs.	02770493930	12/12/2014
ELIZIANE HIPO-LITO DA ROSA	Professor II 40hs.	78479371900	12/12/2014
FABIANA QUERINO DE SOUZA	Professor I 40hs.	84125098972	12/12/2014
FABIO ANTONIO DE CARVALHO PIRES	Professor II 40hs.	06149942929	12/12/2014
FELIPE DA SILVEIRA	Professor I 40hs.	04173592922	12/12/2014
FERNANDA SILVEIRA JOSE	Professor II 40hs.	01003562906	12/12/2014
GABRIELA CIRILO ROLDAO	Professor II 40hs.	05238312938	12/12/2014
GABRIELLA ZEFERINO CUSTODIO MARTINS	Professor II 20hs.	06566702903	12/12/2014
GISELE ABRAHAO COSTA	Professor II 30 Horas	95316060130	12/12/2014
GISLENE PIRES	Professor I 20hs.	03493108907	12/12/2014
GRAZIELA DA SILVA DEMETRIO	Professor II 20hs.	00872283941	12/12/2014
GRAZIELA DE CARVALHO FORTUNATO AMÉRICO	Professor II 20hs.	04440977910	12/12/2014
HUNTER WESSLER FREITAS	Professor II 40hs.	02997907977	12/12/2014
JADNA PEREIRA MORAES GONÇALVES	Professor I 20hs.	03681969922	12/12/2014
JADNA PEREIRA MORAES GONÇALVES	Professor I 20hs.	03681969922	12/12/2014
JONAS BRANDALISE ALVES	Professor I 30 Horas	05281094998	12/12/2014
JOSÉ MANUEL CRESPO FRANCO	Professor II 40hs.	20703066900	12/12/2014

JOSIANA CARDOSO DA COSTA	Professor II 20hs.	03424516937	12/12/2014
JULIANA CANDIDO SILVA	Professor II 40hs.	01025667980	12/12/2014
JULIO CESAR MAGALHAES	Professor I 20hs.	08431510994	12/12/2014
KATIANE TOMAZ MACHADO	Professor II 40hs.	05083203995	12/12/2014
LUCIANE BEATRIZ AMARAL ALVES	Professor II 20hs.	80121616991	12/12/2014
LUCILENE MACIEL ALEXANDRE	Professor II 40hs.	04754625994	12/12/2014
MANOELA MACHADO DE MELLO	Professor I 20hs.	09187742926	12/12/2014
MARCELO DAL FORNO BASTOS	Professor II 40hs.	00411972081	12/12/2014
MARIA CONCEIÇÃO RAMILDES FERREIRA	Professor II 20hs.	90978986920	12/12/2014
MARIA GISELE FREITAS SIMIÃO	Professor I 20hs.	00501351981	12/12/2014
MARIANE DE SOUZA ÁVILA	Professor I 20hs.	09031397903	12/12/2014
MARIANE TOLENTINO DA ROSA	Professor II 20hs.	07237743902	12/12/2014
MARLI RAMOS COELHO DE MELLO	Professor II 20hs.	89552601991	12/12/2014
MARLI RAMOS COELHO DE MELLO	Professor II 20hs.	89552601991	12/12/2014
MATHEUS CARDOSO SERAFIM	Professor II 40hs.	08161051976	12/12/2014
MAYCK ESPINDOLA COSTA	Professor II 30 Horas	03662710919	12/12/2014
MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA	Professor II 20hs.	74116568015	12/12/2014
MILTON FERNANDO DE SOUZA BARROCA	Professor II 40hs.	73737518068	12/12/2014
ODETE MENDONÇA MARTINS	Professor II 20hs.	02389081940	12/12/2014
PATRICIA SILVA OLIVEIRA	Professor II 40hs.	89195930000	12/12/2014
PAULA DE OLIVEIRA	Professor I 20hs.	10059621974	12/12/2014
PEDRA DA ROSA	Professor II 20hs.	04171973902	12/12/2014
REJANE RUIZ	Professor I 20hs.	80647367904	12/12/2014
REJANE RUIZ	Professor I 20hs.	80647367904	12/12/2014
RENATA VIEIRA ADRIANO	Professor I 20hs.	08418508957	12/12/2014
ROSÂNGELA DIAS SEBASTIÃO	Professor II 20hs.	04127606908	12/12/2014
ROSICLÉIA PINTO DOS SANTOS FERREIRA	Professor II 40hs.	47618000387	12/12/2014
ROSILETE TEIXEIRA MACHADO PIRES	Professor II 20hs.	01675146950	12/12/2014
SARA BASILIO	Professor II 20hs.	03613403978	12/12/2014

SILEDIA MARIA BRESCIANINI	Professor II 40hs.	57869782904	12/12/2014
SIRLENE DA ROSA TOMAZ	Professor II 20hs.	00494502983	12/12/2014
SUELEN CAR- DOSO	Professor II 40hs.	06861209902	12/12/2014
SUELLEN AVILA MELLO DA CRUZ	Professor II 40hs.	05873077908	12/12/2014
SUELY DA SILVA	Professor II 20hs.	03095378947	12/12/2014
TALITA GISELE PEREIRA	Professor I 40hs.	05196500936	12/12/2014
TAMIRES DIAS VIEGAS	Professor II 20hs.	05897500975	12/12/2014
TATIANE SÁ DE SOUZA	Professor II 40hs.	04510805993	12/12/2014
TERESINHA HEIDEMANN	Professor II 30 Horas	22396870963	12/12/2014
VALERIA DO NASCIMENTO	Professor I 20hs.	88846733991	12/12/2014
VERA LUCIA DO NASCIMENTO MOTA	Professor II 20hs.	77615409934	12/12/2014
VIVIANE CYRILLO CUS- TÓDIO	Professor II 20hs.	05240092958	12/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de 12 de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 09 de dezembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 173/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de combustíveis, óleos e filtros, por meio de pregão, visando atender às necessidades da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Imbituba.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de dezembro de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário de Infraestrutura

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 174/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2014

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada na distribuição de combustíveis, óleos e filtros para secretaria municipal de educação.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de dezembro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária da Educação

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 49/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e materiais destinados aos veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretaria Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA CMI Nº 057/2014**

PORTARIA CMI Nº 057/2014

"Desafeta Bens Móveis Inservíveis da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

-Desafetar bens móveis inservíveis da Câmara Municipal de Imbituba descritos nos anexos das seguintes leis municipais autorizadas: Lei nº4185/2013, Lei nº4204/2013 e Lei nº4.477/2014.

-Resolve, ainda, determinar que os bens desafetados pela presente sejam baixados definitivamente do Patrimônio Público da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba (SC), em 09 de Dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 09/12/2014.

PORTARIA CMI Nº 058/2014

PORTARIA CMI Nº 058/2014

"Dispõe sobre a admissão de Técnica Legislativo aprovado em concurso público, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37, II da Constituição Federal de 1988 e a Lei Municipal n.º 1.145/91, de 15 de maio de 1991,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público realizado consoante as disposições do Edital nº 001/2014, de 08 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a partir do dia 10 de dezembro de 2014, a Sra. Gisele Stofelli, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 5.233.799 SSP/SC e do CPF n.º 070.823.999-44, aprovada e classificada como 2ª colocada em concurso público nos termos do Edital n.º 001/2014, para provimento do emprego público de TÉCNICA LEGISLATIVO, com a remuneração e vantagens estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 2º A candidata nomeada fica lotada no Departamento Legislativo, no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 19. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com atribuições previstas no ANEXO VII da mesma Lei.

Art. 3º. No prazo do estágio probatório de 03 (três) anos, o empregado será submetido a avaliações periódicas de desempenho por Comissão designada por ato do Chefe do Poder Legislativo. Parágrafo único. Satisfeitos os critérios de avaliação de desempenho, será expedido ato de efetivação do empregado no serviço público municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), em 10 de Dezembro de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 10/12/2014.

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 270/2014**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 270/2014.

Concorrência nº 005/2014-10430

Objeto: Realização dos serviços de guincho e pátio para depósito de veículos apreendidos em contravenção à legislação de trânsito. Entrega dos envelopes: 05/02/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 05/02/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****EDITAL Nº. 023/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014**

REPUBLICA O RESULTADO E A CLASSIFICAÇÃO FINAL, EM TODOS OS CARGOS CONTEMPLADOS DOS CONCORRENTES DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, e

Considerando as decisões proferidas, em sede administrativa, em razão dos recursos interpostos em face do resultado da classificação final dos concorrentes aos cargos do processo seletivo nº 001/2014, divulgado em 28/11/2014;

Considerando as decisões proferidas, em sede administrativa, em razão dos desacertos de digitação em face do resultado da classificação final dos concorrentes aos cargos do processo seletivo nº 001/2014, divulgado em 28/11/2014;

Torna Público, em REPUBLICAÇÃO, para o conhecimento dos interessados, O RESULTADO e a CLASSIFICAÇÃO FINAL em todos os cargos contemplados no Processo Seletivo nº 001/2014, destinado à seleção de Professores em Caráter Temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de Educação Infantil e Ensino fundamental do ensino regular da rede pública municipal e nas modalidades esportivas e culturais, conforme consta dos quadros seguintes:

I - CLASSIFICAÇÃO

1) Área/Disciplina: Educação Infantil – Pré Escolar		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Ivanete Zuanazzi	960	1º
Werenise Schach Ludescher	837,5	2º
Aneliria Tecchio	593	3º
Juliana Kel	460	4º
Carina da Silva Galelli	456	5º
Anelise Andrin Barbieri	365	6º
Angélica Priscila Silvestre	360	7º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Cristiele Schouten	260	1º
Larisa Teles da Rocha Knecht	240	2º
Katia Franciele Zummach Skolaude	227	3º
Beatriz Cristina Kiekow de Oliveira	200,5	4º
Elizandra Haboski Schmidt	180	5º
Adriane Marisa Wille	166	6º
Maritania M.B. Eisenhardt	135	7º
Morgana Cason Weimer	40	8º

2) Área/Disciplina: Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Marta Ines de Mello	1.215	1º
Eliane Regina Bonissoni Rossetto	1021,5	2º
Ivanete Zuanazzi	960	3º
Edite L. S. Krueztzmann	909	4º
Angela Maria Demarco Fiorentin	897	5º
Sirléia Kist	858	6º
Werenise Schach Ludescher	837,5	7º
Clessimar S. Divensi	789	8º
Margarete Colcinski Corso	624	9º
Carla Mueller	600	10º
Idiane Regina Pottratz Wildner	597	11º
Raquel Evangelista	558	12º
Rosane W. Kern	555	13º
Mariluci Vottri Trombetta	552	14º
Dariane Pilatti	547	15º
Cristina Cilene Guerini Otowicz	523,5	16º
Juciane Raimundi	520	17º
Denise Regina Lutz	519	18º
Simone Regina Scalco	460	19º
Mélin Luci Nath	460	20º
Rosimar Ferrazzo	460	21º
Juliana Kel	460	22º
Luciane Andrin	457	23º
Carina da Silva Galelli	456	24º
Sheila Spricigo	434,5	25º
Cristiane Rodrigues Galvão de Tomin	365	26º
Anelise Andrin Barbieri	365	27º
Angelica Priscila Silvestre	360	28º
Ilei Carmem Frigeri	316	29º
Daniela Rosana Kochenborger	221	30º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Keli Cristina Guerini	295	1º
Cleia B. Metz	295	2º
Lisandra Biffi	295	3º
Viviane Perosin	286	4º
Beatriz Taiane Wermwier Bauer	280	5º
Adriana Toffoli	260	6º
Franciele Henger Benini	260	7º
Larissa Teles da Rocha Knecht	240	8º
Adrieli Cisotto Lodi	230	9º
Naíza Elizete Haeffiger	205,5	10º
Beatriz Cristina Keikow de Oliveira	200,5	11º
Elizandra Haboski Schmidt	180	12º
Andreia Aparecida Pereira	142,5	13º
Maritania M. B. Eisenhardt	135	14º
Tatiane Rodio	80	15º
Cristina Ferrazzo Torres dos Reis	60	16º
Elizandra Lovera Lazzarotto	40	17º
Morgana Cason Weimer	40	18º

Janaina Tironi	40	19º

3) Área/Disciplina: Artes		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Alana Carla Guerini	40	1º

4) Área/Disciplina: Ciências		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Janete Aparecida Simoni	879	1º
Mariluci Vottri Trombetta	502	2º
Nivia Rosane Weber	496	3º
Marilete Terezinha Valandro	443	4º
Luciane A. Gugel	298	5º

5) Área/Disciplina: Educação Física		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Wiliam L. Artmann	578,5	1º
Eduardo Zanatta	517	2º
Gabriela Brandelero	481	3º
Eluana Schwertz	435	4º
Gabriela Luiza Schrammel	427	5º
Angélica Mendes	418	6º
Sandra B. Zulian	368	7º
Alan Tremea	233	8º
Eduarda Moscon	200	9º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Tiago Vinicius Tremea	94	1º
Mateus Guerini	60	2º
Samuel Junior Costa	60	3º
Andreia Fürhr	40	4º
Dyonatan Scalco	40	5º

6) Área/Disciplina: Geografia		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

7) Área/Disciplina: História		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Josemara Darléia Teles	260	1º
Taline Bobato Stadler Teixeira	197,5	2º
Andressa Benelli	117,5	3º

8) Área/Disciplina: Inglês		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Carla Mueller	410	1º
Gisandra Schwerz	341	2º

9) Área/Disciplina: Língua Portuguesa		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Gisele Rodrigues Santos Ávila	79	1º

10) Área/Disciplina: Matemática		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
André Moterle	514	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Maiane Bernardi	292	1º
Cheila Felipe Chiella	278,5	2º
Géssica Natana Silvestre	210	3º
Tuane Vieira	125,5	4º
Darlusa Zat	60	5º
Rosane Lazzarotto Rossetto	40	6º

11) Área/Modalidade: AEE		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação

Jussara Elisa Simoni	604	1º
Rosimar Ferrazzo	460	2º
Jéssica Duana Locatelli	120	3º
Ana Cristina Andrin	120	4º

12) Área/Modalidade: Substituto Para Afastamentos Legais		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Janete Aparecida Simoni	879	1º
Mirian Catia Fister	790	2º
Raquel Evangelista	558	3º
Marilete Terezinha Valandro	443	4º
Luciane Antonia Gugel	298	5º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Cheila Felipe Chiella	278,5	1º
Jaíne Maria Albiero	240	2º
Taline Bobato Stadler Teixeira	197,5	3º
Ray Junior Zat	160	4º
Tuane Vieira	125,5	5º
Candice Venancio	115	6º
Juciane S. Soares Baranoski	100	7º
Gisele Rodrigues Santos Ávila	79	8º
Rosane Lazzarotto Rossetto	40	9º
Alana Carla Guerini	40	10º

13) Área/Modalidade: Reforço Escolar		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Marta Ines de Mello	1.215	1º
Edite Lourdes Siebeneichler Kruetzmann	909	2º
Angela Maria Demarco Fiorentin	897	3º
Margarete Colcinski Corso	624	4º
Denise Regina Lutz	519	5º
Cristiane Rodrigues Galvão de Tomin	365	6º
Daniela Rosana Kochenborger	221	7º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Adriane Marisa Wille	166	1º
Danieli Florinda Vortmann	40	2º

14) Área/Modalidade: Sala de Informática		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação

Monica Telles dos Santos Regert	565	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Dariane Pilatti	547	1º
Lucas Eduardo Zanatta	330,5	2º
Ray Junior Zat	160	3º

15) Área/Modalidade: Turmas com Alunos de Inclusão		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Eliane Regina Bonissoni Rossetto	971,5	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Sirléia Kist	808	1º
Mirian Cátia Fister	790	2º
Clessimara S. Divensi	739	3º
Jussara Eliza Simoni	604	4º
Aneliria Techio	593	5º
Idiane Regina Pottratz Wildner	547	6º
Cristiana Cilene Guerini Otowicz	523,5	7º
Juciane Raimundi	520	8º
Rosane Weiss Kern	505	9º
Simone R. Scalco	460	10º
Mérilin Luci Nath	460	11º
Luciane Andrin	457	12º
Sheila Sprigigo	434,5	13º
Keli Cristina Guerini	298	14º
Cléia B. Metz	295	15º
Lisandra Biffi	295	16º
Viviane Perosin	286	17º
Beatriz Taiane Wermeier Bauer	280	18º
Cristiele Schoultzen	266	19º
Adriana Toffoli	260	20º
Franciele Henger Benini	260	21º
Jaine Maria Albiero	240	22º
Adrieli Cisotto Lodi	230	23º
Kátia Franciele Zummach Skolaude	227	24º
Naíza Elizete Haefliger	205,5	25º
Andréia Aparecida Pereira	142,5	26º
Jésica Duana Locatelli	120	27º
Ana Cristina Andrin	120	28º
Candice Venancio	115	29º
Juciane S. Soares Baranoski	100	30º
Tatiane Rodio	80	31º
Cristina Ferrazzo Torres dos Reis	60	32º

Elizandra Lovera Lazzarotto	40	33º
Janaina Tironi	40	34º
Danieli Florinda Vortmann	40	35º

16) Área/Modalidade: Futebol de Salão		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Dilviana Cason	812,5	1º
Willian Luiz Artmann	528,5	2º
Alan Treméa	233	3º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Tiago Vinicius Treméa	94	1º
Samuel Junior Costa	60	2º

17) Área/Modalidade: Atletismo e Voleibol		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Edson Pedroso	884,5	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

18) Área/Modalidade: Dança Folclórica e Artística		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Vanderson Cerutti	617,5	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

19) Área/Modalidade: Instrutor Musical		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Margner Adriano Helbing	85	1º
Paulo José Lersch	78	2º

II - DA OCORRÊNCIA DE EMPATES:

Os empates foram resolvidos, com a aplicação das regras previstas no item "11.2", do Edital nº 018/2014, que disciplina este Processo Seletivo.

Ipumirim-SC, 10 de dezembro de 2014.
VALDIR ZANELLA
PREFEITO

PORTARIA Nº.436/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA

JUCIANE RAIMUNDI, Brasileira, casada, portadora da cédula de identidade nº. 4.334.490 e CPF sob o nº. 055.779.159-61 residente e domiciliada na cidade de Ipumirim - SC, no cargo em Caráter Temporário de Professora, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2014.

Ipumirim - SC, 10 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256,00m², destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatas a área de saúde pública, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 10/12/2014

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 257m², piso parte superior e mais 110m². piso parte inferior, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 10/12/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 15, DL 5/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 15/2014 Data do Processo: 10/12/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2014
b) Licitação Nr.: 5/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/12/2014
e) Objeto da Licitação: locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256,00 m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatadas a área de saúde pública, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA VITA LUCE LTDA. (6366)

1	locação de instalações da Clínica Vita Luce, com área de 256,00 m² destinada ao funcionamento das atividades de fisioterapia e demais atividades correlatadas a área de saúde pública, para o exercício de 2015.	SER	12,00	0,0000	2.621,00	31.452,00
---	--	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 31.452,00

Total Geral: 31.452,00

Ipumirim, 10 de Dezembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 80, DL 19-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 19/2014 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 80/2014 Data do Processo: 10/12/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 80/2014
b) Licitação Nr.: 19/2014-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/12/2014
e) Objeto da Licitação: Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves destinado ao funcionamento da Secretaria de Assistência Social e CRAS, com área de 257m², piso parte superior e mais 110m². piso parte inferior, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA VITA LUCE LTDA (7970)

2 Locação de imóvel na Rua Bento Gonçalves para funcionamento da Secretaria da Assistência Social e CRAS, com área de 257m², na parte superior e 110 m², de área na parte Inferior, para o exercício de 2015.	SER	12,00	0,0000	2.329,00	27.948,00
---	-----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 27.948,00

Total Geral: 27.948,00

Ipumirim, 10 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.729/2014

Decreto nº 2.729/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art. 13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.034 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0260 (25)	Aplicações Diretas	R\$ 29.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0260 (33)	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
T O T A L R\$ 37.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0260 - Recursos PMAQ.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.730/2014

Decreto nº 2.730/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art. 13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.039 – Manutenção do Programa Vigilância Sanitária		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0218 (62)	Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0218 (64)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

T O T A L	R\$ 10.000,00
-----------	---------------

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da fonte de recursos 0218 - Recursos Vigilância Sanitária.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.731/2014

Decreto nº 2.731/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizada pela Lei nº 1758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art. 13,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificadas, no montante de R\$ 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais).

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.032 – Atendimento Através do Piso de Atenção Básica		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0214 (16)	Aplicações Diretas	R\$ 7.700,00
T O T A L R\$ 7.700,00		

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de dispêndio no exercício do valor atribuído.

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.032 – Atendimento Através do Piso de Atenção Básica		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0214 (14)	Aplicações Diretas	R\$ 7.700,00
T O T A L R\$ 7.700,00		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 10 de dezembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EDITAL RESULTADO PROCESSO SELETIVO

Prefeitura Municipal de Irineópolis
Secretaria Municipal de Educação
CNPJ 83.102.558/0001-05

EDITAL 05/2014/SME

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, conforme o Edital Nº 04/2014 - ACT 2015, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, o resultado final do Processo Seletivo para a contratação temporária de monitores e professores para atuar no ano de 2015.

1. CARGO MONITOR - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
SILVIA FRANCO DE LIMA	----X----	----X----	----X----	----X----
LETÍCIA HALABURA	----X----	----X----	----X----	----X----
LUANA CARLA BAY	----X----	----X----	----X----	----X----

NÃO HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
PRISCILA BISOGNIN	200	----X----	----X----	200
VANESSA OLESCOVICZ DE SOUZA	150	37	----X----	187
CARLA C. R. DAS CHAGAS	----X----	----X----	----X----	----X----
DANIELE DEMÉTRIO	----X----	----X----	----X----	----X----
LOICE FABIANE OLTMAN	----X----	----X----	----X----	----X----
JESSICA CAROLINE DE OLIVEIRA	----X----	----X----	----X----	----X----

2. CARGO EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
IVONETE DE FÁTIMA JAVORESKI RUCKL	200	62	250	512
CIDILAINE ZIELINSKI	200	52	250	502
JUCIMARIA CASTANHO	200	42	250	492
SIMONE ZIELINSKI	200	31	250	481

CRISLAINE DRANKA NOGARA	200	70	200	470
CLAUDIMARA TILGNER KOWODZEI-CHACK	200	----X----	250	450
GISELI PATRÍCIA SENFF ARBIGAUS	200	47	200	447
FRANCIÉLI LEMES BARBOSA	150	66	250	466
DANICE DOS SANTOS	200	40	200	440
DOROTI KOWODZEI-CHACK	190	32	200	422
MICHELE M. F. G. JUNG	200	12	----X----	212
MICHELE RUTCHENSKI	----X----	----X----	200	200
ROSANE DENK	90	04	----X----	94
CARLA FIGURA	----X----	----X----	----X----	----X----

NÃO HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
CIBELI KARINA DOS SANTOS	200	15	----X----	215
PRICILA BISOGNIN	200	----X----	----X----	200
ELISABETE SILVEIRA	176	20	----X----	196
VANESSA OLESCOVICZ DE SOUZA	150	37	----X----	187
FLÁVIA NOGARA	120	04	----X----	124

3. CARGO CIÊNCIAS - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
VANESSA POLIANA WEIWANKO	190	31	200	421
ADRIANA JURASZEK	----X----	----X----	250	250
MARIANA AP. KOTOWSKI GONÇALVES	15	14	200	229

NÃO HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
THAIS REGINA CHAVES	71	10	----X----	81

4. CARGO MATEMÁTICA - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
KEITY ALESANDRA KOCHAN	----X----	33	----X----	33

NÃO HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
THAIS REGINA CHAVES	71	10	----X----	81

5. CARGO EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
CRISTIANA FIGURA FUCK	200	51	200	451
KELLIN C. MICHAHOU-SKI BOESING	125	131	----X----	256
SAYONARA SENFF MIRANDA	200	07	----X----	207
ALDRIELI NASCIMENTO	80	38	----X----	118

NÃO HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
ELISABETE SILVEIRA	176	20	----X----	196

6. CARGO PORTUGUÊS E INGLÊS - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
CRISTIELI PAVARIN	40	34	200	274
ANDRIELI AP. DENK	102	08	----X----	110

7. CARGO GEOGRAFIA E HISTÓRIA - HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
GISLAINE FRIEDRICH STREMLow	55	----X----	----X----	55

8. CARGO ARTES - NÃO HABILITADOS

NOME	PONTOS CURSOS	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS FORMAÇÃO	TOTAL DE PONTOS
TANIA KEROLIM DZIEDZIC	195	19	----X----	214

3. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

3.1. O prazo para entrar com recurso será de 02 (dois) dias após a publicação deste edital, sendo através de requerimento próprio, entregue junto a Secretaria Municipal de Educação.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 10 de dezembro de 2014.

Lillian Eliane Batschauer Ferreira
Secretária Municipal de Educação

Itapiranga

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº 170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 170/2014

OBJETO: Aquisição de peças para conserto da motoniveladora marca Volvo, da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.

Contratado: Linck Máquinas S.A

CNPJ: 92.747.492/0010-92

Valor: R\$ 5.819,41

Vigência: 90 dias

Fundamento: Inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.666.

Itapiranga - SC., 09 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a regularização de construções irregulares e ou clandestinas.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar as edificações irregulares e clandestinas iniciadas e/ou executadas anteriormente à data de publicação das Leis Complementares nº 50/2012, nº 51/2012 e nº 52/2012, edificadas em desconformidade com os limites urbanísticos estabelecidos na legislação pertinente e vigente, desde que apresentem condições de segurança contra incêndios e condições mínimas de higiene, segurança, estabilidade, salubridade e habitabilidade.

Parágrafo único. Para efeitos do que trata o caput deste artigo, considera-se:

I - construção irregular: aquela cuja licença foi expedida pelo Poder Público Municipal, porém executada total ou parcialmente em desacordo com o projeto aprovado;

II - construção clandestina: aquela executada sem prévia autorização do Poder Público Municipal, ou seja, sem projeto aprovado e sem a correspondente licença;

III - construção clandestina parcial: aquela correspondente a ampliação e/ou reforma de construção legalmente autorizada, porém, sem licença do Poder Público Municipal.

Art. 2º São passíveis de regularização as construções que apresentarem as seguintes irregularidades:

I - edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares:

- a) recuo frontal, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo com as normas técnicas vigentes, em se tratando de edificações multifamiliares;
- b) afastamentos laterais e de fundos;
- c) taxa de ocupação e permeabilidade;

- d) índices de aproveitamento;
- e) projeção de sacadas e pavimentos superiores sobre o logradouro público (passeio) no limite máximo de 1,50m;
- f) dimensões mínimas dos cômodos;
- g) pé-direito, com tolerância de redução de até 15% (quinze por cento) a menos do mínimo exigido;
- h) área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- i) área de iluminação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;
- j) redução dos prismas de ventilação e iluminação que não atendem ao Código de Edificações;
- k) número de box/abrigos para estacionamento, com tolerância de redução de até 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido, desconsiderada a fração, podendo ser dispensada quando se tratar de regularização de unidade situada no subsolo da edificação.

II - edificações de uso comercial ou misto (residenciais/comerciais/prestação de serviços):

- a) recuo frontal, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo as normas vigentes;
- b) afastamentos laterais e de fundos;
- c) taxa de ocupação e permeabilidade;
- d) índices de aproveitamento;
- e) projeção de sacadas e pavimentos sobre o logradouro público (passeio) no limite máximo de 1,50 m;
- f) dimensões mínimas dos cômodos;
- g) pé-direito, com tolerância de redução de até 15% (quinze por cento) a menos do mínimo exigido;
- h) área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) na dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentada uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- i) área de iluminação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;
- j) número de box/abrigos para estacionamento, com tolerância de redução de até 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido;
- k) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de 50% (cinquenta por cento) do mínimo exigido;
- l) redução dos prismas de ventilação e iluminação que não atendem ao Código de Edificações.

III - edificações de uso industrial, depósito, galpões e telheiros:

- a) recuo frontal, desde que respeitadas as condições para locação da central de gás de acordo com as normas vigentes;
- b) afastamentos laterais e de fundos;
- c) taxa de ocupação e permeabilidade;
- d) índice de aproveitamento;
- e) área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;
- f) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido;

IV - edificações de uso público, tais como igrejas, templos, salões comunitários, ginásios, entre outros semelhantes:

- a) recuo frontal;
- b) afastamentos laterais e de fundos;
- c) taxa de ocupação e permeabilidade;
- d) índice de aproveitamento;
- e) área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória;

f) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido.

Parágrafo único. Sempre que a regularização tratar de afastamento lateral, o proprietário deverá apresentar declaração dos vizinhos lindeiros, que ficará anexado ao processo, onde estes não se opõem à irregularidade apresentada na edificação.

Art. 3º Não serão passíveis de regularização, para os efeitos desta Lei Complementar, as edificações que:

I - estejam localizados em logradouros ou terrenos públicos;

II - estejam localizados em faixas não edificáveis consideradas áreas de interesse ambiental, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

III - que causem danos ao meio ambiente e/ou ao patrimônio histórico ou cultural.

Art. 4º A regularização das construções de que trata esta Lei Complementar, dependerá da apresentação pelo proprietário, compromissário comprador ou cessionário do imóvel dos seguintes documentos:

I - requerimento do interessado contendo a qualificação do requerente, localização da construção irregular e descrição do objeto;

II - cópia da Notificação emitida por fiscal de obras e posturas do Município, se for o caso;

III - comprovante de que a construção foi iniciada e/ou concluída anteriormente à data estabelecida no caput do art. 1º da presente Lei Complementar;

Parágrafo único. Para fins de comprovação da construção aceitar-se-á:

a) imagem de satélite ou impressa anterior à data prevista no caput do art. 1º da presente Lei Complementar;

b) declaração assinada pelo interessado com duas testemunhas, com firma reconhecida em cartório, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, sob as penas da Lei;

IV - cópia da matrícula imobiliária atualizada;

V - certidão negativa de tributos Municipais do requerente e do proprietário do imóvel;

VI - documento de Responsabilidade Técnica referente à regularização da obra, com laudo técnico, informando as condições da edificação;

VII - projetos arquitetônico e complementares da edificação, constando:

a) plantas de situação e locação;

b) planta baixa de cada pavimento não repetido;

c) cortes longitudinais e transversais, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

d) planta de cobertura;

e) elevação das fachadas voltadas para as vias públicas;

f) projeto hidrosanitário de acordo com as normas vigentes;

g) para edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar, o atestado de aprovação de projeto preventivo contra incêndio emitido pelo Corpo de Bombeiros, conforme legislação vigente.

Art. 5º Nas regularizações para qualquer tipo de edificação incidirão as taxas de licença para obras e urbanização, previstas no Código Tributário Municipal em vigor.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 08 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.945, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.945, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a concessão de abono natalino aos servidores municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica autorizada a concessão de um abono pecuniário natalino a todos os servidores públicos municipais investidos em cargos de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, bem como àqueles admitidos em caráter temporário, empregados públicos e cargos em comissão, exceto aos agentes políticos, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).

Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei será pago em parcela única, em pecúnia, juntamente com os vencimentos dos servidores beneficiados, no mês de dezembro de 2014.

Art. 2º Não terão direito ao recebimento do abono de que trata a presente Lei os servidores públicos municipais nas seguintes situações:

I - que se encontrarem no gozo de licença para tratar de interesses particulares;

II - que se encontrarem em licença especial para atendimento a pessoa de necessidades especiais.

Art. 3º As despesas resultantes da execução financeira da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas no orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 9 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

LEI Nº 2.946, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.946, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014.

Concede abono natalino aos servidores ativos do Poder Legislativo do Município de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal de Itapiranga/SC, autorizado a conceder um abono pecuniário natalino, aos servidores públicos ocupantes de cargo de provimento efetivo e comissionados, exceto aos agentes políticos, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais).

Parágrafo único. O abono de que trata esta Lei será pago em parcela única, em pecúnia, juntamente com os vencimentos dos servidores beneficiados, no mês de dezembro de 2014.

Art.2º - Não terão direito ao recebimento do abono de que trata a presente Lei os Servidores do Poder Legislativo nas seguintes situações:

I - que se encontrarem no gozo de licença para tratar de interesses particulares;

II - que se encontrarem em licença especial para atendimento a pessoa de necessidades especiais.

Art.3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 9 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler

Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO Nº 171/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 171/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 171/2014 cujo objeto é a aquisição de troféus e medalhas destinadas para premiação dos vencedores dos 18º JAIT - Jogos Abertos de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 10 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 172/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 172/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 172/2014 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas, para uso do prefeito, vice prefeito, secretários, servidores municipais que se deslocam para cursos e treinamento e para pacientes que realizam tratamento de saúde. Entrega da documentação e proposta até às 10:30 horas do dia 23 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 10 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 173/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 173/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 173/2014 cujo objeto é a contratação de serviços de imprensa escrita para divulgação de atos oficiais desta municipalidade, em jornal de circulação diária e estadual, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 10 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 174/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 174/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 174/2014 cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra para manutenção e reparos nas instalações elétricas das diversas secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 15:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 10 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 175/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 175/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 175/2014 cujo objeto é a contratação de serviços de máquinas e caminhão para atendimento aos programas autorizados por Leis Municipais e outros serviços de interesse desta municipalidade, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 16:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 10 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 39/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 39/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 39/2014, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do SUS e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores municipais, para o ano de 2015. Entrega da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC, 10 de dezembro de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Adm. Fundo Municipal Saúde

Itapoá**PREFEITURA****ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 13-2014**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	10/12/2014	Horário início: 11h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 13/2014 Nº 139/2014

OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia elétrica para construção de rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública para atender o loteamento SÃO JOSÉ II, execução de projeto de geração autônoma de iluminação pública, paisagística e decorativa do Deck da 3ª Pedra, Construção de rede de distribuição de energia elétrica para atender iluminação pública, da Avenida João Horácio, Itapoá /SC, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 21/11/2014 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA, CNPJ/MF: 09.008.659/0001-69, ENGECO PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ/MF: 83.538.132/0001-07, RAYON ENGENHARIA LTDA EPP, CNPJ/MF: 01.709.355/0001-17. Exatamente às 10h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
10/12/2014	798	08h:51m	ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA	09.008.659/0001-69

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA	R\$ 1.083.706,15

Portanto a empresa foi ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA vencedora do objeto com o valor de R\$ 1.083.706,15 (um milhão oitenta e três mil, setecentos e seis reais e quinze centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 1.097.904,99 (um milhão e noventa e sete mil, novecentos e quatro reais e noventa e nove centavos). Anexo à proposta foi entregue pelo licitante relatório de ensaio técnico conforme cláusula 6º - Da apresentação das amostras (1.1.59 e 3.1.1). Ao ser consultado, o representante da respectiva empresa manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à

lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE	VALÉRIO PACHECO MEMBRO
Presente na Sessão: DANIEL CRAVO SILVEIRA ENGENHEIRO ELETRICISTA CNPJ/MF: 589.830.079-15 CRAVO ENGENHARIA LTDA CONTRATO ADM Nº 94/2013 TERMO ADITIVO Nº 55/2014 APOIO TÉCNICO	Licitantes presentes: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA FERNANDO SATTIS TRENTIN CNPJ/MF: 999.645.030-91

ATA DE SESSÃO PÚBLICA TOMADA DE PREÇO Nº 16-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	10/12/2014	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 16/2014 Nº 157/2014

OBJETO:

Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia sanitária para realizar a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde do município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios, site e mural público municipal, no dia 21/11/2014 a fim de ampla divulgação. Retiraram edital as empresas: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF: 07.336.801/0001-71, SERRANA ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF: 83.073.536/0001-64. Exatamente as 09h00min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelopes a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
10/12/2014	798	08h:51m	SERRANA ENGENHARIA LTDA	83.073.536/0001-64

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa estava de acordo com o edital, e, portanto considerada HABILITADA. Passando à fase seguinte foi aberto o envelope de PROPOSTA da empresa habilitada, o qual foi achado conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor
SERRANA ENGENHARIA LTDA	R\$ 111.975,00

Portanto a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 111.975,00 (cento e onze mil novecentos e setenta e cinco reais), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 115.695,00 (cento e quinze mil seiscentos e noventa e cinco reais). Ao ser consultado, o representante da respectiva empresa manifestou a renúncia do direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA MEMBRO
Licitantes presentes: SERRANA ENGENHARIA LTDA CARLOS EDUARDO DUARTE CNPJ/MF: 044.019.769-40	

EXTRATO DO CONTRATO Nº117/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº117/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: LS CLIMATIZAÇÕES LTDA, com sede 104 Norte Rua NE 9, s/n, Centro - Palmas/TO, CEP: 77.006-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.197.752/0003-00, e Inscrição Estadual nº 29.433.901-9, representada neste ato pelo Procurador, o Sr. ADEMIR DE MARCHI, portador do CNPJ/MF nº 025.951.039-46, e do CI.RG nº 6.715.758-3 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº85/2014 - PROCESSO Nº158/2014.

Objeto: Aquisição de equipamentos de ar-condicionado tipo Split, para aquisição de ar- condicionados para uso nas Unidades de Saúdes e PA 24 horas, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

VALOR R\$: R\$ 56.700,00(cinquenta e seis mil setecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/12/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato iniciará na data da assinatura, e o seu término está condicionado a entrega do objeto e prestação dos serviços, ou até 31/12/2014.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 10 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 116/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratada: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA - ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 12/2014 - PROCESSO Nº 137/2014;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de 84 gavetas com ossário, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 85.818,58 (oitenta e cinco mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos).

Orçamento:

Descrição	Cód.	Órgão	Un	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Obras	194	11	02	2080	10000	44905199
Obras	254	11	02	2080	30000	44905199
Obras	218	11	02	2080	10042	44905199

Data da assinatura: 05/12/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 05 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: SOLO ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Bracatinga, nº 25, CXP 100, Bairro: Lageado na cidade de Campo Alegre/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.139-75 e do CI.RG nº 4.358.866 SSP/SC.

Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 14/2014 - PROCESSO Nº 141/2014;

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

Valor total: R\$ 494.417,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil quatrocentos e dezessete reais).

Data da assinatura: 10/12/2014;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, com término condicionado a 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93.

Itapoá, 10 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 80/14 AO CONTRATO Nº58/14

TERMO ADITIVO Nº 80/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. JEFERSON RUBENS GARCIA, portador do CI.RG nº 2195991 SSP/SC e do CNPF/MF nº 791.929.639-00 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 230944279-87 e RG nº 873994 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa: SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede a Rodovia da Uva, nº2990, Colombo/PR, CEP: 83402-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.046.464/0001-63, e Inscrição Estadual: 10301694-05, representada neste ato por administrador, o Sr. EVALDO SILVEIRA, portador do CNPF/MF nº 343.947.459-34, e do CI.RG nº 1.531.427 SSP-SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual ao objeto de Aquisição de placas de sinalização viária vertical, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO Nº 33/2014 - PROCESSO Nº 60/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula terceira "do preço", o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totalizando um acréscimo de R\$ 15.637,50 (quinze mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), o qual corresponde a 24,63% do valor total do respectivo Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação o quantitativo descrito a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Placa de regulamentação L-25 cm octogonal, R1 (PARE) semi refletiva, com suporte para fixação em tubo galvanizado a fogo 1" ½ 48,30x2,00mmx3,00m, com trava anti giro, parafusos e arruelas. As placas deverão atender todas as normas técnicas vigentes previstas nas resoluções da CONTRAN. As placas deverão ser fornecidas em aço galvanizado nº.18 (1,25mm), Em seu verso as placas deverão ser pintadas com tinta cor de preta fosca.	Cjt	75	R\$ 134,26	R\$ 10.069,50
2	Placa de regulamentação D=50 cm, R6a (PROIBIDO ESTACIONAR) semi refletiva, com suporte para fixação em tubo galvanizado a fogo 1" ½ 48,30x2,00mmx3,00m, com trava anti giro, parafusos e arruelas. As placas deverão atender todas as normas técnicas vigentes previstas nas resoluções da CONTRAN. As placas deverão ser fornecidas em aço galvanizado nº.18 (1,25mm), Em seu verso as placas deverão ser pintadas com tinta cor de preta fosca.	Cjt	12	R\$ 116,00	R\$ 1.392,00
3	Placa de regulamentação D=50 cm, R4a (PROIBIDO VIRAR A ESQUERDA) semi refletiva, com suporte para fixação em tubo galvanizado a fogo 1" ½ 48,30x2,00mmx3,00m, com trava anti giro, parafusos e arruelas. As placas deverão atender todas as normas técnicas vigentes previstas nas resoluções da CONTRAN. As placas deverão ser fornecidas em aço galvanizado nº.18 (1,25mm), Em seu verso as placas deverão ser pintadas com tinta cor de preta fosca.	Cjt	7	R\$ 116,00	R\$ 812,00

4	Placa de regulamentação D=50 cm, R4b (PROIBIDO VIRAR A DIREITA) semi refletiva, com suporte para fixação em tubo galvanizado a fogo 1" ½ 48,30x2,00mmx3,00m, com trava anti giro, parafusos e arruelas. As placas deverão atender todas as normas técnicas vigentes previstas nas resoluções da CONTRAN. As placas deverão ser fornecidas em aço galvanizado nº.18 (1,25mm), Em seu verso as placas deverão ser pintadas com tinta cor de preta fosca.	Cjt	7	R\$ 116,00	R\$ 812,00
5	Placa de regulamentação D=50 cm, R3 (SENTIDO PROIBIDO) semi refletiva, com suporte para fixação em tubo galvanizado a fogo 1" ½ 48,30x2,00mmx3,00m, com trava anti giro, parafusos e arruelas. As placas deverão atender todas as normas técnicas vigentes previstas nas resoluções da CONTRAN. As placas deverão ser fornecidas em aço galvanizado nº.18 (1,25mm), Em seu verso as placas deverão ser pintadas com tinta cor de preta fosca.	Cjt	10	R\$ 116,00	R\$ 1.160,00
6	Placa de advertência 50x50cm, R6a (SALIENTE ou LOMBADA) semi refletiva, com suporte para fixação em tubo galvanizado a fogo 1" ½ 48,30x2,00mmx3,00m, com trava anti giro, parafusos e arruelas. As placas deverão atender todas as normas técnicas vigentes previstas nas resoluções da CONTRAN. As placas deverão ser fornecidas em aço galvanizado nº.18 (1,25mm), Em seu verso as placas deverão ser pintadas com tinta cor de preta fosca.	Cjt	12	R\$ 116,00	R\$ 1.392,00
					R\$ 15.637,50

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 58/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 58/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 09 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SINCO SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EVALDO SILVEIRA
CONTRATANTE JEFERSON RUBENS GARCIA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CNPJ/MF:

TERMO ADITIVO Nº 79/14 AO CONTRATO Nº 09/14
TERMO ADITIVO Nº 79/2014 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, a Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº: 758.746.0019-53 e portador do CI.RG: 2895530-7 SSP/SC e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPJ/MF nº 230944279-87 e RG nº 873994 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA com sede à Rua Albano Schimidt, nº 2850, Bairro: Boa Vista, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.820.448/0107-94 e Inscrição Estadual nº 251.898.768, representada neste ato por representante legal, o Sr. ANDRE LUIS BIANCARELLI, portador do CNPJ/MF nº 004.010.859-70 e do CI. RG nº 2053924 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual ao objeto de Contratação de empresa para Aquisição de 900 m3 de oxigênio a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no anexo I do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONVITE Nº 04/2014 - PROCESSO Nº 17/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula terceira "do preço", o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários totalizando um acréscimo de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), o qual corresponde a 25% do valor

total do respectivo Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação o quantitativo descrito a seguir:

Item	Qtd	Un	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
01	225	m³	Oxigênio medicinal em cilindros	R\$ 44,00	R\$ 9.900,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 09/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 09/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 09 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA ANDRE LUIS BIANCARELLI
CONTRATANTE CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CNPJ/MF:

Jacinto Machado

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, LOCAL E HORÁRIOS PROVA ESCRITA DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

Ato 005/PMJM/ED001/14

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, LOCAL E HORÁRIOS PROVA ESCRITA

DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, conforme segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS, as inscrições deferidas do Concurso Público Edital 001/2014, conforme anexo I deste edital.

2. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 14 de dezembro de 2014, para a realização da Prova Escrita, no seguinte local e horário:

2.1 LOCAL:

E.E.B Jacinto Machado

Avenida Padre Herval Fontanella, n.º 1063 - Centro, Jacinto Machado/SC.

2.2 HORARIO:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
Todos os cargos (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

Jacinto Machado, 10 de Dezembro de 2014.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

ANEXO I - Ato 005/PMJM/ED001/14
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Agente de Defesa Civil - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34712	Aires Medeiros Godinho	29/12/1968	Deferido
2	24133	Aline Zattera Biasuz Deboni	26/12/1988	Deferido
3	24105	Angelo Jose Abatti	07/09/1957	Deferido
4	31910	Angerson Zanatta De Souza	14/02/1987	Deferido
5	34726	Ariel Iuri De Freitas	09/03/1989	Deferido
6	30215	Bráz Pereira Moro	03/02/1979	Deferido
7	25797	Cássio Costa Barboza	06/01/1989	Deferido
8	30043	Cirleza De Quadra Da Silva	21/03/1974	Deferido
9	24737	Elton Pereira	20/06/1989	Deferido
10	27902	Everson Cardoso Tommasi	02/03/1993	Deferido
11	30551	Felipe Neves Leite	16/08/1984	Deferido
12	29948	Francis ângelo Mezzari	10/11/1977	Deferido
13	34516	Gean Albano	11/08/1990	Deferido
14	34519	Heraldo Correia De Brito	19/04/1978	Deferido
15	24479	Jailta Silva Monteiro Guimarães Marcos	27/12/1973	Deferido
16	34594	Jaqueline Vefago Giassi	31/01/1998	Deferido
17	32628	Júlio César Dos Santos	14/09/1978	Deferido
18	30261	Jeferson Luiz Da Rosa França	06/05/1986	Deferido
19	34510	Juliana Claudino Mateus	13/09/1995	Deferido
20	34819	Luan Cristiano Albano	22/10/1990	Deferido
21	27986	Luciana Lessa Bitencourt	14/02/1984	Deferido
22	34455	Luiz Pedro Floriano Garcia	09/04/1994	Deferido
23	34640	Mariane Gerhardt De Souza	25/08/1991	Deferido
24	27775	Marina Ingrid De Oliveira Barbosa	07/06/1992	Deferido
25	26623	Micael Allan Dias Brunelli	04/06/1991	Deferido
26	26358	Ricardo Cechinel Da Rosa	17/02/1993	Deferido
27	34436	Sandro Alves	26/02/1969	Deferido

28	26490	Tiago Dos Passos Oliveira	07/08/1986	Deferido
29	28081	Tiago Mathias	03/08/1986	Deferido
30	24577	Viviane De Menezes	18/04/1982	Deferido

Assistente Social - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34358	Ana Beatriz Souza Teixeira Roldao	04/09/1966	Deferido
2	24265	Ana Maria Back Machado	04/11/1962	Deferido
3	30571	Cléia Borges Dal Pont	07/12/1982	Deferido
4	34824	Enedir Sartor	01/01/1970	Deferido
5	29945	Graziela Albano Coêlho	16/06/1980	Deferido
6	27351	Maria Das Graças Fernandes Isoppo	09/08/1982	Deferido
7	34381	Moara Monteiro Sant Helena	25/04/1990	Deferido
8	29880	Patricia Pereira De Oliveira Casagrande (lactante)	29/01/1982	Deferido
9	34453	Robson Rodrigo Coelho	22/03/1980	Deferido
10	24847	Sirlane Homem Dos Santos	20/04/1978	Deferido
11	23105	Susana Casagrande	03/06/1979	Deferido
12	34708	Thayse Brovedan Piazza Manenti	22/07/1986	Deferido

Auditor Fiscal - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34585	Angelica Dos Santos Antoneli	22/08/1993	Deferido
2	34699	Bianca Matos De Almeida	16/07/1989	Deferido
3	24352	Carlos Alberto Machado	18/02/1960	Deferido
4	29890	Denize Gonçalves Cararo	13/01/1980	Deferido
5	30461	Gabriel Da Rosa De Almeida	20/02/1993	Deferido
6	29234	Gessica Mezzari Silveira	24/05/1991	Deferido

7	29887	Gislene Recco De Araujo Onorio	03/02/1981	Deferido
8	27068	Jaine Elias Alexandrino	24/01/1993	Deferido
9	26359	Joao Batista Alves	16/07/1964	Deferido
10	28000	Jonas Da Silva	03/03/1994	Deferido
11	34536	Katieli Coelho Claudino	19/11/1993	Deferido
12	24131	Magda Magnus Teixeira	01/06/1993	Deferido
13	34796	Maurício Darabas Ronçani	29/01/1993	Deferido
14	27245	Melânia Colares Paulo Martins	19/06/1988	Deferido
15	34807	Milca Barcelos Machado	28/03/1992	Deferido
16	28719	Milton Horn Junior	28/06/1990	Deferido
17	34598	Monise Pereira Borges	08/07/1994	Deferido
18	34440	Rafael Colares Antunes	21/12/1984	Deferido
19	28446	Rafaela De Jesús Colares	25/08/1991	Deferido
20	34697	Sergio Boteon	19/04/1965	Deferido
21	23821	Talita Smielevski Casagrande	27/01/1990	Deferido

Auditor Sanitário - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	33385	Everton Bordini Giusti	13/06/1992	Deferido
2	30181	Gregory Peterle Panatta	09/01/1992	Deferido
3	28755	Luciana Bozello Beteli	28/02/1988	Deferido
4	34284	Mariéli Cechinel Piva	13/06/1985	Deferido
5	34616	Samuel Duminelli Pereira	11/12/1990	Deferido
6	32476	Sergio Hennemann Alonso	03/09/1977	Deferido
7	34724	Tamara Bellettini Munari	01/03/1991	Deferido
8	23507	Vivia Borges Da Rosa	20/08/1982	Deferido

Auxiliar Administrativo - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29006	Alini Talau Sartor	21/10/1980	Deferido

2	34502	Laura Koch-hann Trikeis	22/09/1996	Deferido
3	34327	Lilian Bristot Luckmann	14/06/1988	Deferido
4	30593	Lisiane Bratti Rosso	08/08/1985	Deferido
5	23588	Mariani Rocha	05/10/1992	Deferido
6	34474	Marlei Domingos Felix	25/02/1978	Deferido
7	34700	Richard Cunha Cardoso	17/05/1996	Deferido
8	25433	Samuel Selau Da Cunha	18/08/1989	Deferido
9	27747	Tiago Dos Santos Fernandes	29/12/1985	Deferido
10	29901	Vanessa De Oliveira Fagundes	06/02/1987	Deferido

Auxiliar de Biblioteca - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34425	Angela Beatriz Morgerot Aguiar	29/12/1978	Deferido
2	25519	Barbara Savi Mondo	17/10/1992	Deferido
3	34413	Bruna Teresa Silva Pereira	24/03/1987	Deferido
4	23212	Diane Ferreira Fontani Gelati	30/10/1985	Deferido
5	34757	Fernanda Rodrigues Trevisol	22/07/1991	Deferido
6	30586	Gissele Burin Candiotto	13/05/1991	Deferido
7	24132	Kristyan Pescador Recco	21/08/1986	Deferido
8	34586	Leocir Bristot	24/06/1965	Deferido
9	28435	Maria Pícolo Borges	09/03/1995	Deferido
10	33962	Renata Tramontin Tonetto	17/04/1984	Deferido

Auxiliar de Ensino - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34545	Adicirleia Paganini Cardoso	09/08/1985	Deferido
2	23410	Adriana Marcolino Euzebio Dos Santos	20/01/1990	Deferido
3	30021	Adriana Semprebom Dos Santos	11/12/1982	Deferido

4	24545	Aline Frassetto Borges	30/11/1993	Deferido
5	33018	Aline Gomes Da Rosa	06/06/1996	Deferido
6	32369	Aline Martins Benedet	17/02/1989	Deferido
7	34761	Aline Matias Bernardo	09/06/1981	Deferido
8	29960	Angélica De Bitencourt Candeo Apolinario	22/06/1983	Deferido
9	26341	Angélica Semprebom Gomes	22/09/1993	Deferido
10	25855	Angelita Bada Ronconi	14/03/1982	Deferido
11	28141	Arcangela Ciquinel Lazzarin Paganini	10/09/1979	Deferido
12	31154	édna Carla De Oliveira Padilha	04/01/1980	Deferido
13	33523	Bruna Aparecida De Britto Guetner	15/08/1993	Deferido
14	24591	Bruna Guetner De Souza	13/02/1989	Deferido
15	25738	Bruna Tomaz Da Rocha	10/10/1990	Deferido
16	27235	Carmen Lucia Manjourani Pereira De Farias	09/09/1968	Deferido
17	26319	Cinara Ranakoski Guetner Zeferino	04/04/1991	Deferido
18	28723	Cintia Regina Gabriel	24/08/1981	Deferido
19	34298	Claudete Mazzucco Figueredo	17/06/1983	Deferido
20	30298	Cristiani Da Rosa Patricio	10/08/1985	Deferido
21	34360	Daiane De Mattos Ferreira	20/08/1983	Deferido
22	34310	Dalcione Inacio Monteiro	19/08/1994	Deferido
23	26639	Daniela Sartor Paulino	29/06/1986	Deferido
24	34749	Deise Casagrande	06/07/1987	Deferido
25	26465	Deise Paulino Ferreira	13/02/1993	Deferido
26	29913	Deli De Noni Ferreira	24/01/1972	Deferido
27	31027	Denise Dos Santos Possamai	19/02/1994	Deferido
28	25443	Dervane Rodrigues dos Santos	08/05/1980	Deferido

29	28834	Diana Vitorino	26/05/1987	Deferido
30	23853	Dilseia Da Silva Santos De Borba	24/08/1979	Deferido
31	30401	Edileuza Rosso Piva Da Rosa	04/09/1969	Deferido
32	24383	Edlaine De Melo Recco	27/04/1995	Deferido
33	31185	Edna Hendz Martins	02/01/1978	Deferido
34	23907	Egraziele Da Silva Damiani	09/05/1985	Deferido
35	28711	Elaine M ^a Semprebon Giusti Ghizzo	19/05/1986	Deferido
36	28077	Elaine Mota Ferreira	27/02/1992	Deferido
37	25733	Elenita Valdemar Borges	29/03/1970	Deferido
38	27728	Eleticia De Noni Vefago Montovani	02/08/1990	Deferido
39	29917	Elisabete Antônio Rodrigues	09/12/1984	Deferido
40	27382	Fabiana Manenti Tommasi	19/10/1975	Deferido
41	32333	Fabiane Borges Martins Gabriel	05/07/1985	Deferido
42	30505	Fernanda De Souza Possamai Della	30/09/1982	Deferido
43	30830	Francieli Nazario Generoso	25/06/1991	Deferido
44	28958	Gabriela De Carvalho Piva	26/10/1989	Deferido
45	34277	Géssica Carolina Fröhlich Schilling	06/10/1979	Deferido
46	26068	Géssica Eufrasio Possamai Dela	19/10/1992	Deferido
47	34562	Gecica Cardoso Bellettini	31/12/1990	Deferido
48	33091	Gerusa Zanatta De Oliveira	17/03/1986	Deferido
49	34493	Gislaine Fátima Vieira	02/10/1977	Deferido
50	26016	Graziela Rocha Camargo Ranakoski	27/12/1983	Deferido
51	29404	Idaina Irene De Sousa Sperb	21/07/1983	Deferido
52	31023	Jadina Piva Da Silva Nicoletti	10/04/1991	Deferido
53	25782	Janaina Montovani Manarin	17/12/1992	Deferido

54	29821	Janete Pelissari Prestes Goulart	09/09/1976	Deferido
55	32998	Janete Tommasi De Melo	03/09/1975	Deferido
56	34459	Jádna Possamai	28/11/1982	Deferido
57	34821	Jessica Pereira Americo	15/02/1995	Deferido
58	29546	Jhonata Tramontin Gregorini	29/10/1996	Deferido
59	29655	Joelma Aparecida Pereira Matheus	02/01/1988	Deferido
60	25623	Joelma Pereira Paulino	02/11/1985	Deferido
61	34612	Joseli Elisabete Krutli	10/07/1980	Deferido
62	30200	Jucilani Vicente Da Rocha	16/10/1980	Deferido
63	25282	Juliana Arminda Borges Tuon	02/11/1983	Deferido
64	24684	Karina Pereira Boteon	18/10/1991	Deferido
65	34309	Kelen Evangelista Nart	13/06/1996	Deferido
66	24559	Laleska Guimarães Marcos	28/12/1995	Deferido
67	33564	Lane Carla Dos Santos	02/09/1987	Deferido
68	32326	Larissa Rosso Ronsani	10/06/1996	Deferido
69	23700	Letiane Goulart Crestani	07/10/1991	Deferido
70	30358	Liezer Piva Pereira	22/08/1985	Deferido
71	28083	Lorete Damiani Cardoso	27/10/1975	Deferido
72	32082	Lorizete Antonio	29/10/1982	Deferido
73	24856	Lourdes Possamai	16/11/1964	Deferido
74	30909	Luciana Brogni Albuquerque	07/10/1978	Deferido
75	26420	Luciana Inacio Gomes Dos Santos	05/09/1979	Deferido
76	26310	Luciani De Souza Possamai Dela De Oliveira	26/11/1978	Deferido
77	31105	Lucila Brogni Albuquerque	26/01/1988	Deferido
78	23404	Lucimar Ferreira Dos Santos	19/06/1987	Deferido
79	33509	Marcia Maria De Farias Zanatta	04/07/1979	Deferido

80	34511	Marcia Simone Cardoso Claudino Mateus	29/08/1972	Deferido
81	29810	Margareth Almeida Da Silva	25/10/1982	Deferido
82	25463	Maria Conceição Matias Bada	21/10/1969	Deferido
83	30922	Maria Cristina Cararo	13/05/1984	Deferido
84	34082	Maria Das Graças Fontana	26/03/1971	Deferido
85	28521	Maria De Fatima Fernandes	10/06/1968	Deferido
86	27075	Maria Helena Gomes Antoneli	16/02/1962	Deferido
87	27069	Maria Roselani Baesso	25/03/1962	Deferido
88	29126	Maria Terezinha Zanatta	01/10/1979	Deferido
89	24596	Mariana Montovani Manarin Monteiro	03/12/1984	Deferido
90	23829	Marieli Tuon Peruchi	17/04/1985	Deferido
91	32956	Mariléia De Matos Novelli Herônimo	27/01/1977	Deferido
92	34595	Marilia Tramontin Borges	18/06/1990	Deferido
93	30524	Marisa Nart	29/03/1975	Deferido
94	25401	Mariza Possamai Canteli	18/03/1976	Deferido
95	24120	Marli Aparecida Silveira Borges	01/07/1980	Deferido
96	26373	Mônica Ronçani Rodrigues	13/10/1988	Deferido
97	30512	Michele Mezzari Lucietti	28/08/1989	Deferido
98	23868	Michelle Do Rocio Costa De Oliveira	10/08/1980	Deferido
99	34543	Mirdes Bohn	11/05/1982	Deferido
100	34535	Natalia Pedro Borges	11/03/1991	Deferido
101	24152	Neusa Rocha	21/12/1974	Deferido
102	31007	Odete Piva	30/11/1966	Deferido
103	25268	Onésia Silva Paulino	24/05/1968	Deferido
104	34500	Patricia Mezzari Savi	14/06/1985	Deferido
105	29544	Patricia Tramontin Gregorini	24/01/1993	Deferido
106	24885	Patrini Dos Santos	23/02/1996	Deferido

107	24770	Pricila De Fáveri Candiott De Melo	11/04/1985	Deferido
108	27026	Raquel Almeida Gomes	29/12/1989	Deferido
109	25162	Ronaldo Fernandes	11/09/1972	Deferido
110	27969	Rosane De Borba	17/02/1979	Deferido
111	29093	Rosangela Buzello	24/01/1976	Deferido
112	24634	Rosangela Elisa Da Silva Fagundes	03/06/1995	Deferido
113	26481	Roseli Cambruzzi De Borba	20/06/1996	Deferido
114	34678	Samara Rosso Possamai Dela	19/02/1987	Deferido
115	26874	Sandra Aparecida Bigheti Lopes	28/03/1973	Deferido
116	34295	Seloir Gomes Machado	28/03/1974	Deferido
117	24892	Silvani Dos Santos Candiott	29/06/1974	Deferido
118	26922	Simone Mateus Réus Vieira	19/07/1989	Deferido
119	30973	Simoni Lopes De Souza	14/09/1984	Deferido
120	27173	Sirlene Giusti Ronçani Dos Santos	28/12/1982	Deferido
121	25829	Suelen Titoni Elias	03/08/1990	Deferido
122	26422	Susana Schmidt Ranauskoski (DF)	10/06/1984	Deferido
123	31507	Suzana Felipe Bonfante Manfoletti	18/04/1987	Deferido
124	26377	Talita Ronçani Roldrigues	21/11/1993	Deferido
125	34480	Tamara Gomes Silveira	09/02/1996	Deferido
126	26251	Tamires Da Silva Da Rosa	07/03/1988	Deferido
127	30499	Tamires Magenis Elias	05/02/1996	Deferido
128	25576	Thais Floriano De Souza	27/01/1995	Deferido
129	24335	Vanderleia Marcolino Euzebio	16/08/1968	Deferido
130	28264	Vanessa Bellettini Giassi	30/05/1985	Deferido
131	29175	Vanice Da Rocha Da Costa	10/03/1988	Deferido
132	30528	Vilma Antoneli Furlaneto	23/11/1968	Deferido
133	25145	Virginia De Noni Campos	04/08/1982	Deferido

134	30207	Zirlei Borges Cardoso	22/12/1963	Deferido
135	24514	Zulmira Ferreira Ronzani	13/07/1957	Deferido

Auxiliar de Mecânico - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28191	Bruno Albino Damiani Dardoso	08/11/1997	Deferido
2	34696	Claudinei Fagundes Monteiro	30/06/1991	Deferido
3	28767	Mateus Nascimento Borges	08/03/1995	Deferido
4	34613	Valdir Rodrigues Dos Santos	04/09/1964	Deferido

Auxiliar de Serviços Gerais - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28431	Carlos Roberto Peterle	29/01/1966	Deferido
2	32909	Edilane Mezzari Gomes	06/01/1986	Deferido
3	25941	Géssica Maciel Santos	22/02/1991	Deferido
4	23307	Gerusa Dos Santos Monteiro	25/08/1996	Deferido
5	23472	Ionir Terezinha Bratti Sartor	24/08/1962	Deferido
6	30532	Joao Batista Ferreira De Macedo	21/09/1964	Deferido
7	31941	Luiz Antonio Viera Dos Santos	11/06/1988	Deferido
8	31241	Luiz Vanio Vieira Dos Santos	11/09/1989	Deferido
9	34334	Sabrina Luciano Elias	27/07/1995	Deferido
10	23666	Teresinha De Oliveira Monteiro	20/04/1962	Deferido
11	30521	Valdecir Darabas Policarpo	06/08/1960	Deferido
12	34354	Vanessa Cardoso Dos Santos	03/12/1986	Deferido
13	28426	Vorlei Darabas Policarpo	01/10/1966	Deferido

Borracheiro - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Carpinteiro - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30832	João Batista Dos Santos Paulo	10/03/1990	Deferido

Contador - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34012	Alan Piva	13/10/1986	Deferido
2	23943	Alexsander Dos Santos	15/10/1975	Deferido
3	30258	Aline Martins Rodrigues	20/10/1989	Deferido
4	28650	Camila Pizzetti Dal Toé	08/05/1990	Deferido
5	34785	Daiane Abatti Patricio	26/08/1991	Deferido
6	32451	Felipe Nunes Cardoso	14/04/1987	Deferido
7	28923	Joel Giusti Paschoali	22/01/1986	Deferido
8	34565	Juarez Clezar Da Silva Junior	08/03/1991	Deferido
9	30224	Katiane Da Cunha Mafioleti	10/10/1987	Deferido
10	24538	Larissa Merlo Morales	01/11/1993	Deferido
11	26352	Maiane De Santana Rocha	02/08/1991	Deferido
12	34492	Samuel Farias Oliveira	21/06/1987	Deferido
13	32244	Silvio Silva Pedroso	29/08/1980	Deferido
14	33413	Thiago Walter Boteon	13/09/1989	Deferido
15	24900	Vagner Bittencourt Alves	19/12/1981	Deferido

Enfermeiro - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23203	Ana Carolina Saretto Da Silva	25/10/1994	Deferido
2	34657	Claudia Coelho De Bitencourt	17/02/1989	Deferido
3	23959	Cristiane Ré	13/11/1984	Deferido
4	29261	Danielle Just Goulart	09/12/1988	Deferido
5	34625	Gabriella Baldezar Polla	12/01/1985	Deferido

6	27716	Ivam Melo Da Silva	15/12/1988	Deferido
7	29430	Mariele Felipe Dassoler	17/05/1987	Deferido
8	31166	Renato Bellettini Bristot	30/10/1980	Deferido
9	34588	Sandra Terezinha Da Rosa	28/02/1977	Deferido
10	23760	Tania Maria Da Silva Giassi	17/03/1987	Deferido
11	29030	Tatiana Casteller Emidio Recco	19/05/1982	Deferido

Engenheiro Agrimensor - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	26831	Anderson Fernando Rocha	13/06/1986	Deferido
2	29999	Ezequiel Gallio	15/03/1988	Deferido
3	33997	Ruth Tramon-tin Tonetto	26/09/1989	Deferido
4	34491	Tays Felisber-to Bilésimo	21/05/1990	Deferido
5	23664	Zenilton Jose Correa	02/04/1962	Deferido

Engenheiro Civil - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28417	Cíntia Velho Marcon	15/12/1987	Deferido
2	24843	Evandro Boff De Mello	21/04/1965	Deferido
3	26102	Franciele Pe-reira Magnus	28/08/1991	Deferido
4	23927	Jan Mar-cel Gomes Martins	15/02/1989	Deferido
5	33400	Roberto Pereira	09/07/1981	Deferido

Fiscal de Desenvolvimento Municipal - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34754	Alan De Noni Dos Santos	29/08/1995	Deferido
2	32802	Ariel Silveira Dal Pont	29/05/1995	Deferido
3	24759	Bruno Tra-montin Rosso	25/04/1990	Deferido
4	26482	Christiano Tramontin Lopes	23/06/1974	Deferido

5	34446	Claudemir Freitas Pe-reira	16/07/1983	Deferido
6	24688	Regis De Lavechia Tavares	08/09/1993	Deferido
7	28078	Rnaldo Pas-coali	09/09/1969	Deferido

Fiscal Sanitário - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34280	João Carlos Mezzari Dagostin	26/12/1989	Deferido

Fisioterapeuta - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29449	Cinara Caeta-no Pereira	17/10/1990	Deferido
2	34365	Daniela Luiz Tomasi	08/10/1986	Deferido
3	23802	Diego De Boni	06/09/1982	Deferido
4	34524	Jonas Améri-co Walther	16/03/1982	Deferido
5	31811	Karen Cristina Darabas Zanatta	05/03/1984	Deferido
6	29373	Katerine Pos-samai Della	02/05/1987	Deferido
7	24166	Luana Gracie-li Bettiol	21/03/1988	Deferido
8	34330	Silvana Trombim Chechetto	01/02/1988	Deferido

Fonoaudiólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29893	Gabriela Sala Bianchini	04/08/1988	Deferido

Médico Veterinário - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27874	Everton Bor-ba Teixeira	14/11/1985	Deferido
2	32593	Joana Ferrei-ra Da Silva	05/12/1986	Deferido
3	23251	Luciano Zac-ca Schmidt	16/04/1980	Deferido
4	31403	Moacir Vieira Semprebon Júnior	25/07/1990	Deferido

Mecânico - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31153	Hilario Anelli	13/01/1959	Deferido
2	34591	Ramon Mezzari Elias	09/03/1997	Deferido

Motorista - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30465	Adriano Berenznicki	10/03/1998	Deferido
2	33650	Anderson Yuri Machado	29/10/1986	Deferido
3	27999	Antonio Jose De Bitencourt	16/09/1960	Deferido
4	27543	Celio Fornaza Silvestre	19/03/1981	Deferido
5	23880	Dirceu Candido De Borba	13/12/1973	Deferido
6	27102	Eder Mota Ferreira	11/10/1983	Deferido
7	27219	Edson Candido De Borba	07/06/1981	Deferido
8	32690	Eliseu Lorenzo Land De Borba	27/01/1976	Deferido
9	29458	Flávio Nunes Ferreira	08/05/1993	Deferido
10	34441	Getulio Ferreira	29/09/1968	Deferido
11	32786	Gilso Roque Velho De Castilhos	30/08/1962	Deferido
12	28419	Hildo Giusti	18/06/1962	Deferido
13	32605	Humberto Machado Amorin	15/03/1992	Deferido
14	24425	Jailson Dos Santos Pokomaier	06/10/1986	Deferido
15	24023	Jairo Teixeira	18/08/1977	Deferido
16	23872	Joao Paulo Burin Bristot	27/09/1990	Deferido
17	28581	João Paulo Teixeira De Souza	13/06/1989	Deferido
18	29831	Jonas Matos Cardoso	28/02/1989	Deferido
19	23878	Jose Antonio Da Silva	22/09/1956	Deferido
20	24002	Jose Francisco De Aguiar	04/09/1957	Deferido
21	33446	Jucinei Medeiros Dos Santos	02/03/1976	Deferido
22	29147	Julio Cesar Mario Da Silva	03/04/1977	Deferido
23	33183	Leonardo Evandro De Castilhos	28/10/1984	Deferido

24	34089	Luciano Da Luz	24/08/1982	Deferido
25	26309	Luiz Pereira	04/01/1964	Deferido
26	26304	Marcos Pereira Francisco	11/01/1986	Deferido
27	30009	Rafael De Quadros Moretto	18/02/1980	Deferido
28	24420	Sander Fontana Tomasi	17/12/1971	Deferido
29	25717	Valdomiro Dos Santos	23/12/1975	Deferido
30	24167	Valmir Veronêz	13/07/1959	Deferido
31	23417	Valter Da Silveira Machado	11/08/1985	Deferido

Nutricionista (20h) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	25606	Ana Paula Magagnin	09/07/1991	Deferido
2	24746	Daniela Regina Dos Santos Isoppo	08/06/1989	Deferido
3	25632	Flávia Da Rosa Silveira	10/12/1992	Deferido
4	28400	Luana Machado Serafim	06/08/1991	Deferido
5	30814	Natana Angelino Casagrande	18/04/1990	Deferido

Nutricionista (40h) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34397	Andrea De Queiroz Marculino	28/11/1968	Deferido
2	27655	Carulina Goulart	25/08/1990	Deferido
3	26331	Chellen Teixeira Nagel	26/03/1986	Deferido
4	34418	Fernanda Machado Alexandre	31/12/1989	Deferido
5	23586	Graziela Cardoso Machado	07/09/1987	Deferido
6	33285	Roni Henrique De Souza	04/10/1989	Deferido
7	34815	Rubia Furlanetto De Souza	04/01/1985	Deferido

Odontólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34816	Adriana Paula Marques Muller	22/02/1975	Deferido
2	31598	Andreia Collodel	05/08/1982	Deferido
3	23656	Angelica Cardoso Costa	30/10/1989	Deferido
4	32212	Bruna Casagrande Cechella	01/12/1988	Deferido
5	30675	Débora Mus-satto Guzmán	27/03/1971	Deferido
6	33761	Douglas De Oliveira Lúcio	05/10/1990	Deferido
7	34552	Gustavo Rinaldi	21/01/1991	Deferido

Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34694	Claudio Fagundes Monteiro	04/03/1984	Deferido
2	29009	Donizeti Da Cruz	03/11/0196	Deferido
3	32820	Evani Alves	04/04/1981	Deferido
4	29807	Normelio Tramontin	28/09/1964	Deferido
5	25987	Valerio Fernandes Cadorin	28/05/1980	Deferido

Operador de Máquinas Pesadas - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	23969	Ademir Pos-samai	05/09/1966	Deferido
2	32948	Carlo Dolizete Paulino	02/05/1973	Deferido
3	31783	Claudionor Nicoleti	01/12/1966	Deferido
4	25739	Everaldo Alexandrino	08/12/1975	Deferido
5	31871	João Antonio Dos Santos	24/03/1991	Deferido
6	24551	Joelson Morgerot Policarpo	23/04/1974	Deferido
7	28855	Jonas Da Cruz	21/08/1976	Deferido
8	30800	Leandro De Borba Borges	15/05/1995	Deferido
9	27220	Liberalino Gonçalves	31/12/1950	Deferido
10	25438	Lourivaldo De Medeiros Elias	03/04/1958	Deferido

11	26849	Tiago Candi-do Darabas	18/12/1990	Deferido
----	-------	------------------------	------------	----------

Pedreiro - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28004	Alacleto Borges	04/03/1970	Deferido
2	30744	Alexandre Mauro Dos Santos Da Silva	12/06/1969	Deferido
3	27205	Amarildo Saviato Tra-montin	19/05/1967	Deferido

Professor de Artes (10h) - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Professor de Artes (20h) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30888	Cinthia Boeira Michels	16/08/1990	Deferido
2	25607	Fabricia Gias-si Furlanetto	23/03/1991	Deferido
3	26344	Jordana Sar-tor Gabriel	12/04/1984	Deferido
4	24989	Sheila Borges Hilzendeger Teixeira	26/07/1982	Deferido
5	25564	Susana Pos-samai Nart	13/03/1982	Deferido
6	32662	Tanya Ribeiro Schaukoski	06/01/1994	Deferido

Professor de Educação Infantil - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31263	Adriana Burin	08/05/1971	Deferido
2	30988	Aldeniria De Castilhos Borges	20/05/1973	Deferido
3	30974	Andreia De Castilhos Borges	20/01/1986	Deferido
4	26471	Barbara Go-mes Borges Cararo	30/12/1989	Deferido
5	25780	Cláudia Dos Santos José	07/12/1988	Deferido
6	28837	Cristiane Tei-xeira Cechinel	10/01/1978	Deferido
7	26457	Daiane Velho Paulino	21/07/1987	Deferido
8	23870	Denise Francisco Da Silva	21/09/1971	Deferido

9	30961	Diandra Pereira Rosso Ronzani	25/11/1989	Deferido
10	30473	Dione Pacheco Prudêncio	21/06/1962	Deferido
11	25770	Doralice Fabiana Pokomaier De Betio	24/10/1977	Deferido
12	29631	Elaine Gonçalves De Souza	09/10/1975	Deferido
13	34297	Eligiane Matias	07/02/1975	Deferido
14	27960	Grasiela De Carvalho Dagostin	02/02/1979	Deferido
15	24061	Helena Martins Silveira	12/03/1981	Deferido
16	28464	Janice Speck Da Silva Ramos	29/04/1968	Deferido
17	26367	Jucimar Gomes Tomaz	25/07/1980	Deferido
18	34470	Liane Hahn Fernandes	04/03/1980	Deferido
19	25216	Liliane De Souza Piva Coelho	19/02/1989	Deferido
20	31335	Lucinei Gubert Teixeira Custódio	16/11/1967	Deferido
21	25303	Lucir Borges Hilzendeger	10/05/1961	Deferido
22	34532	Maria Izabel Magnus Dos Santos	24/09/1986	Deferido
23	34487	Nair Bada Tuon	26/01/1965	Deferido
24	26349	Rosilene Da Silva Isoppo	24/05/1970	Deferido
25	26378	Sandra Antoneli Possamai Della	08/09/1973	Deferido
26	34351	Simone Recco Ronsani	13/02/1979	Deferido
27	32897	Susana Warmeling Matias Da Silva	15/11/1975	Deferido
28	26152	Tatiana Mattos De Freitas Dos Santos	21/08/1978	Deferido

Professor de Espanhol - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24369	Giseli Terezinha De Souza Verones	12/12/1980	Deferido
2	29270	Marksa Berterli Da Silva Molgato	17/01/1984	Deferido
3	25061	Maurício Réus	23/07/1975	Deferido

4	34375	Rozane Rodrigues	03/10/1974	Deferido
---	-------	------------------	------------	----------

Psicólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	33425	Adriane Da Silva Florentino	23/08/1989	Deferido
2	34681	Felipe Manfioleti Denoni	30/07/1985	Deferido
3	25370	Giovana Aparecida Mezzari	01/09/1983	Deferido
4	34503	Ieda Maria Gomes Machado	09/09/1983	Deferido
5	23325	Josimar Silveira Teixeira	24/02/1990	Deferido
6	25063	Junior César Goulart	08/12/1977	Deferido
7	32347	Naja Eli Velho	14/01/1984	Deferido
8	25395	Nayume Magaldi Da Silva	08/03/1985	Deferido
9	34641	Schirlei Scheffer Pereira	29/05/1986	Deferido
10	23823	Tiago Matias Vitali	06/02/1986	Deferido

Servente - Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	24878	Adriana De Souza Da Rosa	27/06/1973	Deferido
2	31874	Adriane Dos Santos Bornmann	01/03/1976	Deferido
3	25281	Aline Pereira Rocha	08/09/1988	Deferido
4	29972	Anita Cristina Neotti Maia	07/06/1975	Deferido
5	25451	Bernadina Jesus Da Rosa	06/07/1974	Deferido
6	23899	Cleonice Gomes Clarinda	21/11/1976	Deferido
7	24188	Cleusa Tommasi Casas	07/12/1996	Deferido
8	24778	Cristiane Vieira	10/12/1994	Deferido
9	29992	Danúbia Bárbara De Assunção Laurindo	22/06/1987	Deferido
10	25266	Diandra Vieira Mezzari	18/09/1990	Deferido
11	24676	Dilva De Fatima Vitto Pokomaier	28/06/1957	Deferido
12	33746	Diva Marisa Da Rosa	19/01/1965	Deferido

13	24782	Elenice Paraol Possamai	30/06/1968	Deferido
14	28160	Elenita Da Silva Vicente Giusti	10/07/1967	Deferido
15	34822	Eliane Da Silva Teixeira De Souza	09/01/1959	Deferido
16	25825	Elisandra de Carvalho Monteiro Bettiol	26/02/1976	Deferido
17	30216	Elisangela Da Silva Consoni De Araujo	07/06/1981	Deferido
18	23293	GIANE DOS SANTOS MONTEIRO	11/01/1982	Deferido
19	25570	Jadna De Betio De Freitas	29/06/1980	Deferido
20	24421	Jane Beatriz De Souza Elias	02/11/1978	Deferido
21	31781	Joice Teresinha Silveira	12/01/1985	Deferido
22	27188	Jucimara Cardoso Votri Bellettini	03/07/1983	Deferido
23	24089	Luciléia Mateus Da Silva De Aguiar	26/12/1974	Deferido
24	26357	Lucimar Lentz De Carvalho	03/02/1984	Deferido
25	24381	Lucineia Laurindo De Melo Recco	19/03/1995	Deferido
26	25000	Madalena José Monsani	21/08/1960	Deferido
27	25800	Maria Aparecida Silveira Paulino	07/05/1966	Deferido
28	29315	Maria De Fatima Prestes	08/11/1965	Deferido
29	24184	Marilda Da Rocha Pereira Titoni	22/05/1964	Deferido
30	24435	Marina Do Amaral Ferreira	12/10/1968	Deferido
31	30616	Marli Da Silva Nazário	03/04/1987	Deferido
32	31455	Renata Vicente Agostinho	25/03/1989	Deferido
33	24269	Rosane Mezzari	01/01/1900	Deferido
34	33518	Sezete Aparecida Giusti	08/09/1966	Deferido
35	24929	Tomazia Nazaré De Bittencourt	22/09/1983	Deferido
36	23754	Valdete Tonetto Salvato	14/08/1970	Deferido
37	28466	Valentina Cambruzzi De Borba	21/12/1982	Deferido

Técnico de Enfermagem - Ensino Médio Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34623	Aline Pereira Chechetto	28/07/1980	Deferido
2	29481	Claudia Borges Mota	01/10/1984	Deferido
3	23679	Claudia Fernanda De Oliveira Dal Pont	26/08/1981	Deferido
4	24681	Dihessica Dos Santos Bozello	17/05/1991	Deferido
5	24163	Edi Rodrigues Padilha	10/03/1973	Deferido
6	29266	Elisabete Ferreira	18/09/1967	Deferido
7	32596	Elizandra Guimarães Machado	25/05/1977	Deferido
8	23850	Grasiela Dalponte Emerich	20/11/1980	Deferido
9	24408	Ivone Barbosa Monteiro	17/10/1966	Deferido
10	24419	Janice Terezi-nha Cararo	02/12/1959	Deferido
11	30462	Jerusa Tomazi Borges Moro	06/05/1983	Deferido
12	34740	Juliana Monteiro Bet Valnier	11/09/1992	Deferido
13	24171	Kelen Coelho Claudino	30/05/1982	Deferido
14	33111	Leila Gonçalves Vieira Da Silva	07/03/1986	Deferido
15	24017	Liliana Maria Etges	03/06/1987	Deferido
16	28920	Mônica Dordete De Freitas	27/08/1985	Deferido
17	25794	Patricia Dos Santos Coelho	15/09/1983	Deferido
18	32814	Patricia Mota De Quadros	29/04/1978	Deferido
19	24914	Raquel Paulino	24/12/1970	Deferido
20	30162	Remilda Rocha Fagundes	04/06/1985	Deferido
21	24794	Rodrigo Cardoso Santos Nunes	08/01/1989	Deferido
22	29154	Sandra Borges De Britos	12/08/1979	Deferido
23	28245	Simoni Pereira Martins Paganini	17/08/1983	Deferido
24	33021	Tais Joaquim Barbara	31/07/1996	Deferido

25	32556	Tereza Sebastião Pedro Evangelista	27/10/1967	Deferido
26	34404	Viviane Da Rosa Raupp Albino	28/12/1981	Deferido
27	34478	Zelia Possamai Della	04/02/1965	Deferido

Vigia - Ensino Fundamental Completo e Médio Incompleto

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32826	Adão Erni Velho De Castilhos	01/03/1955	Deferido
2	34431	Antonio Borges Mota	21/05/1983	Deferido
3	34442	Frank Neves Motta	04/02/1992	Deferido
4	30655	Magno Oliveira Homem	25/04/1995	Deferido
5	28839	Osmar Dorvalino Machado	14/07/1955	Deferido
6	29651	Osvaldo Oni Roque	08/10/1962	Deferido
7	23312	Rafael Henrique Maria	13/01/1989	Deferido
8	32120	Rodrigo Antonio A Silva Borges	02/10/1988	Deferido
9	27875	Valdemar De Betio	28/08/1969	Deferido

Joaçaba

PREFEITURA

139/2013 TA 01

CONTRATO Nº 139/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Avenida Alcides Antonio D'Agostini, nº 80, Setor Industrial, no Município de Maravilha - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MARCOS FERNANDES GASPAS DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº 1.717.885-1 - SSP/SC.e CPF nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Avenida Presidente Kennedy, 509 - Bairro Padre Antonio, na cidade de Maravilha - SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 139/2013/PMJ, firmado em 20/12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 96/2013/PMJ, Edital CC nº 6/2013/PMJ, homologado em 17/12/2013, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, pelo regime de empreitada global, dos serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, compreendendo o fornecimento de 01 (uma) Equipe para os Serviços de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis (lixo inorgânico/seco) na área do perímetro urbano do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 20 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

O valor do contrato fica reajustado em 6,3338%, correspondente à variação do INPC/IBGE no período de 01/12/2013 a 30/11/2014, passando o valor mensal de R\$ 32.074,96 para R\$ 34.106,52 (trinta e quatro mil cento e seis reais e cinquenta e dois centavos), sendo R\$ 23.304,16 correspondentes ao material e meio mecânico e R\$ 10.802,36 correspondentes aos serviços.

Diante do reajuste e da prorrogação, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 409.278,24 (quatrocentos e nove mil duzentos e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer

outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LAS KE

Prefeito

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CONTRATADA

MARCOS FERNANDES GASPAS DE LIMA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

163/2014 TA 01

CONTRATO Nº 163//2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao contrato nº 163/2014/PMJ, firmado em 28/04/2014, cujo objeto é a prestação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, onde se ADITA a cláusula sétima - DO PREÇO E DO PAGAMENTO, a cláusula décima - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO e a cláusula décima segunda - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula Sétima - Para a execução do objeto deste aditivo contratual, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CONSÓRCIO a importância de R\$ 1.165,00 (mil cento e sessenta e cinco reais). Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do contrato original e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 (cento e seis reais) por hora.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste aditivo contratual correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 - Aplicações Diretas, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Orçamentária Anual.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2015, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993.

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

189/2014 TA 01

CONTRATO Nº 189/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO e JOCELINO DE MARCO, portador do CPF 352.651.329-53 doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 189/2014/PMJ, firmado em 12/08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 55/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 39/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pelo CONTRATADO, de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.075,25 (mil e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar de 425,00 m³ de material pétreo de cascalheira localizada na Zona 05.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATANTE

RAFAEL LASKE

Prefeito

JOCELINO DE MARCO

CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

34/2013 TA 03

CONTRATO Nº 34/2013/PMJ - TA 03

LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.205.690/0001-42, com sede na Rua Frederico Mayer, nº 477, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, representada por seu sócio administrador, Sr. ARTUR LINDNER, brasileiro, casado, industrial, portador da carteira de identidade nº 11/C 457.006-SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 103.499.109-44, residente na Rua Frederico Mayer, nº 477, Bairro Flor da Serra, Joaçaba, SC, por este instrumento particular, as partes qualificadas, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 34/2013/PMJ, firmado em 20/02/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 18/2013/PMJ - Termo de Dispensa de Licitação nº 1/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de imóvel localizado na Avenida Rio Branco, nº 85, centro, Joaçaba, SC, para o desenvolvimento de atividades da pré-escola do Centro Educacional Roberto Trompowsky, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO E DO REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 54.778,68 (cinquenta e quatro mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 10 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - LOCATÁRIO
RAFAEL LASKE
Prefeito

CARDINAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - LOCADOR
ARTUR LINDNER

Testemunhas:

1. _____
2. _____

50/2013 TA 02

CONTRATO Nº 50/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e o CLUBE 10 DE MAIO, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, nº 106, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 82.779.315/0001-43, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Ary Reginatto, inscrito no CPF sob nº 347.342.109-00, portador da Carteira de Identidade nº 809.521, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, por este instrumento particular, as partes qualificadas, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 50/2013/PMJ, firmado em 15/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 27/2013/PMJ - Dispensa de Licitação nº 2/2013/PMJ, cujo objeto é a locação das dependências do ginásio de esportes de propriedade do LOCADOR, compreendendo a quadra e sala no subsolo do mesmo, localizado na Rua Getulio Vargas, esquina com a Avenida XV de Novembro, destinadas à prática de atividades esportivas dos alunos do Centro Educacional Roberto Trompowsky - CERT, de segunda a sexta-feira, no período matutino e vespertino, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 58.008,00 (cinquenta e oito mil e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento,

juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 10 de dezembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - LOCATÁRIO
Rafael Laske
Prefeito

CLUBE 10 DE MAIO - LOCADOR
Ary Reginatto
Presidente

Testemunhas:

1. _____
2. _____

547/2010 TA 09

CONTRATO Nº 547/2010/PMJ - TA 09

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE e a empresa TRANSGRAEF TRANSPORTES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.280.535/0001-14, estabelecida na Linha Ferreirinha, S/N, Interior, Caixa Postal 2044, no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 547/2010/PMJ, celebrado em 19/04/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2010-PMJ, instaurado através do Edital PP nº 12/2010-PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de abril de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 10 de dezembro de 2014.
MUNICIPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
PREFEITO

TRANSGRAEF TRANSPORTES LTDA - ME
RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA

Testemunhas:

1. _____ 2ª _____

548/2010 TA 08

CONTRATO Nº 548/2010/PMJ - TA 08

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE e a empresa D. OLIVO TRANSPORTES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.160.585/0001-56, estabelecida na Rua Ondina Sganzerla, nº 114, Bairro Vila Remor, no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DOMINGOS OLIVO, portador da Carteira de Identidade nº 1.692.995 e CPF nº 593.559.809-49, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 548/2010/PMJ, celebrado em 19/04/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2010-PMJ, instaurado através do Edital PP nº 12/2010-PMJ, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, de acordo com o Calendário Escolar 2010 da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de abril de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 10 de dezembro de 2014.
MUNICIPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
PREFEITO

D. OLIVO TRANSPORTES - ME
DOMINGOS OLIVO

Testemunhas:

1. _____ 2ª _____

553/2010 TA 06

CONTRATO Nº 553/2010/PMJ - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito Sr. RAFAEL LASKE e a empresa FERNANDO CÉSAR SUFREDINI TRANSPORTES - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.679.555/0001-65, estabelecida na Rua Armindo Raimundo Heberle, nº 185, Sala 02, Fundos, Bairro Vila Remor, no Município de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO CÉSAR SUFREDINI, portador da Carteira de Identidade nº 3.711.535 e CPF nº 007.867.679-79, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 553/2010/PMJ, celebrado em 19 de abril de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 19/2010-PMJ, instaurado através do Edital PP nº 12/2010-PMJ, homologado no dia 19 de abril de 2010, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Joaçaba, de acordo com o Calendário Escolar da Secretaria Municipal de Educação e em dias especialmente marcados para atividades que incluam a participação de alunos, em conformidade com a legislação vigente, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 30 de abril de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 10 de dezembro de 2014.
MUNICIPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
PREFEITO

FERNANDO CÉSAR SUFREDINI TRANSPORTES - ME
FERNANDO CÉSAR SUFREDINI

Testemunhas:

1. _____ 2ª _____

580/2010 TA 05

CONTRATO Nº 580/2010/PMJ - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, e a MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Avenida Santa Terezinha, nº 68, centro, em Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ nº 83.226.506/0001-40, representada neste ato pelo Tesoureiro da Comissão Administrativa, Sr. RENI CAVALLI, CPF nº 294.776.979-15, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 382.992, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominada simplesmente LOCADORA resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 580/2010, firmado em 28/06/2010, proveniente do Processo de Licitação 43/2010/PMJ - Dispensa de Licitação 4/2010/PMJ, cujo objeto é a locação de 02 (duas) salas nas dependências do PAVILHÃO COMUNITÁRIO DO BAIRRO FREI BRUNO, para ser utilizada como sala de aula por alunos da Escola Municipal Frida Regensburger, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Considerando não haver mais necessidade da locação de uma sala, a cláusula primeira - do objeto, passa a ter a redação do contrato original, conforme segue:

- Este contrato tem por objeto a locação de 01 (uma) sala nas dependências do PAVILHÃO COMUNITÁRIO DO BAIRRO FREI BRUNO, para ser utilizada como sala de aula por alunos da Escola Municipal Frida Regensburger.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Diante da supressão da locação de 01 (uma) sala conforme descrito na cláusula primeira e da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para

todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LOCATÁRIO

MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA

LOCADORA

RENI CAVALLI

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

614/2010 TA 04

CONTRATO Nº 614/2010 - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546 - Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, resolvem de comum acordo e obedecendo as normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 614/2010, celebrado em 11 de agosto de 2010, proveniente do Processo de Licitação nº 63/2010 - Dispensa nº 07/2010, homologado no dia 11 de agosto de 2010, que tem como objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Joaçaba ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 613/2010, onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO RATEIO, a CLÁUSULA SEXTA - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA e a CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO RATEIO

Para a execução do objeto contratado, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais), totalizando o valor de R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA SEXTA - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A despesa total decorrente do presente aditivo contratual está prevista na rubrica a seguir discriminada, nos termos da Lei Orçamentária Anual deste Município:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

(Testemunha 01) (Testemunha 02)

887/2012 TA 03

CONTRATO Nº 887/2012/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, com sede administrativa na Rua Roberto Trompowski, 110, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ nº 84.592.484/0001-03, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Rony Edson Lenz, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, celebram de comum acordo o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 887/2012/PMJ, firmado em 13/01/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 4/2012/PMJ - Dispensa de Licitação nº 2/2012/PMJ, cujo objeto é a locação das dependências do ginásio de esportes de propriedade do LOCADOR, destinadas à execução das aulas de Educação Física para os alunos da rede municipal de ensino - do Centro Educacional Roberto Trompowsky, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2015, a contar de 01 de janeiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo

Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 27.204,00 (vinte e sete mil duzentos e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 10 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - LOCATÁRIO

Rafael Laske

Prefeito

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - LOCADOR

Rony Edson Lenz

Presidente

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EDITAL N. 03/2014/SME

EDITAL N. 03/2014/SME

PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGAS DESTINADO AOS PROFESSORES DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E ESPORTES PARA ATUAÇÃO JUNTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO

FIXA DATA E ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGAS DESTINADO AOS OCUPANTES DO CARGO DE PROFESSOR DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES PARA ATUAÇÃO JUNTO AO QUADRO EFETIVO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO DE JOAÇABA, Sr. Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o artigo 37, §1º, inciso II da Lei Complementar n. 76, de 11 de dezembro de 2003, e artigos 30 e seguintes da Lei Complementar n. 210, de 05 de dezembro de 2011, baixa este Edital fixando data e procedimentos para o processo de ESCOLHA DE VAGAS destinado aos ocupantes do cargo de Professor efetivo da Fundação de Cultura e Esportes para atuação junto ao Magistério Público Municipal, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do previsto.

1. DA ESCOLHA DE VAGAS

1.1 Poderão participar do Processo de Escolha de Vagas os ocupantes do Cargo de Professor do quadro efetivo lotados na Fundação Municipal de Cultura e Esportes para atuação junto ao Magistério Público Municipal, com atuação nas unidades escolares da rede pública municipal, conforme vagas indicadas no Anexo I.

1.2 No ato de inscrição, o professor deverá indicar a unidade escolar de sua opção, dentro de sua habilitação profissional, desde que haja vaga disponível.

1.3 As opções do professor devem ser compatíveis com o seu regime de trabalho, uma vez que não será permitido alterá-lo por intermédio deste processo.

1.4 Quando existir mais de um candidato por vaga, no caso dos servidores do magistério, serão utilizados os seguintes critérios, conforme dispõe o artigo 37, §5, da Lei Complementar n. 76/2003:

a) Maior habilitação na área de atuação;
b) Maior tempo de serviço no magistério público municipal;
c) Sorteio na presença dos candidatos inscritos nas vagas.
1.5 Realizada a inscrição, estas serão analisadas pela Comissão nomeada pelo Secretário Municipal de Educação, a qual analisará também os pedidos dos Editais nº01/2014/SME e 02/2014/SME, nos termos do artigo 36, da Lei Complementar n. 210/2011, a qual é formada por sete integrantes, sendo:
I - dois representantes indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal;
II - um representante indicado pelo Conselho Municipal de Educação;
III - um representante indicado pela Secretaria de Gestão Administrativa;
IV - três servidores efetivos indicados pela Secretaria Municipal de Educação.
1.6 O candidato que, sob quaisquer hipóteses, não atender às normas deste edital e demais procedimentos aplicáveis, estará, automaticamente, eliminado do processo.
1.7 Será publicada em Diário Oficial do Município e na página oficial do Município de Joaçaba a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas, bem como o resultado do processo de escolha de vagas de que trata este Edital.
1.8 O candidato irá atuar na unidade escolar em que escolheu a partir de 02 de janeiro de 2015.

2. DAS INSCRIÇÕES E DAS ESCOLHAS

2.1 As inscrições deverão ser realizadas no dia 15/12/2014, a partir das 14h00 na Secretaria Municipal de Educação, com a entrega da documentação abaixo relacionada, para a Comissão nomeada, a qual irá proceder à análise das mesmas.
2.2 Na data de 17/12/2014, será promovida a homologação das inscrições deferidas, com publicação no site oficial do Município e no Diário Oficial dos Municípios.
2.3 A ficha de inscrição (Anexo 1) deverá ser preenchida de acordo com a documentação apresentada, devidamente assinada pelo requerente, em que conste expressamente a vaga que pretende atuar.
2.4 Deverão ser anexados à ficha de inscrição:
a) Cópias de CPF e Identidade;
b) O Atestado de Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal, expedido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Joaçaba, com data final de 30/11/2014;
c) Cópia da Portaria de Lotação atual;
d) Cópia dos Diplomas de habilitação, isto é, especialização, mestrado e/ou doutorado.

2.5 A falta de um dos documentos mencionados no item anterior implica no imediato indeferimento da inscrição.
2.6 Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, a inscrição por procuração específica para este fim, reconhecida em cartório.
2.7 A listagem preliminar de classificação dos candidatos inscritos será publicada no endereço eletrônico e no mural da Prefeitura Municipal.
2.8 O candidato que não concordar com o resultado de sua classificação poderá interpor recurso mediante protocolo para este fim, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a publicação da listagem preliminar, justificando a necessidade de revisão da classificação.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 O pedido de inscrição do professor importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas deste processo de escolha de vagas.
3.2 As vagas das unidades escolares disponíveis para esta escolha de vagas constam no Anexo 02 do presente edital.
3.3 O professor que irá atuar junto às unidades escolares não estará lotado nas mesmas, e poderá ser removido a qualquer tempo para qualquer unidade de ensino, conforme necessidade da

Secretaria de Educação.

3.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Comissão responsável pela análise dos pedidos.

Joaçaba, 10 de dezembro de 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

ANEXO 1

EDITAL N. 03/2014/SME - PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGAS
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PEDIDO DE ESCOLHA DE VAGAS

DADOS DO SERVIDOR:		
NOME:		MATRÍCULA:
CPF:	RG:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:
ENDEREÇO:		NÚMERO:
BAIRRO:	CEP:	MUNICÍPIO:
EMAIL:		TELEFONE: CELULAR:
CARGO / NÍVEL:		
ÁREA EM QUE ESTÁ HABILITADO:		
DATA DE ADMISSÃO:	DATA DE NASCIMENTO:	
CARGA HORÁRIA:	TURNOS DE TRABALHO:	
UNIDADE DE ENSINO PARA ATUAÇÃO:		
VAGA / DISCIPLINA A QUE CONCORRE:		
TÍTULOS/ HABILITAÇÃO (ESPECIALIZAÇÃO/ MESTRADO OU DOUTORADO):		
TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO MUNICIPAL:		
<p>Declaro para os devidos fins de direito junto a Secretaria de Educação que ACEITO OS CRITÉRIOS estabelecidos no Edital 03/2014, sob pena de indeferimento da inscrição no Processo de Escolha de Vagas. Data: ____/____/____</p> <p>_____ SERVIDOR</p>		
DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELA COMISSÃO		
UNIDADE DE ENSINO A ATUAR: _____		
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO: _____		
NOME E ASSINATURA DOS MEMBROS DA COMISSÃO: DATA: ____/____/____		

ANEXO 2 QUADRO DE VAGAS

ESCOLA	HABILITAÇÃO	NUMERO DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNO
Centro de Educação Infantil Anzolin / Centro de Educação Infantil Clara Zomkowski	Educação Física	01	23h	Matutino/ Vespertino
Centro Educacional Frei Bruno	Educação Física	01	40h	Matutino/ Vespertino
Centro Educacional Frei Bruno	Educação Física	01	20h	Matutino/ Vespertino
Centro Educacional Frei Bruno	Magistério	01	40h	Matutino/ Vespertino
Centro Educacional Roberto Trompowsky	Educação Física – 02 vagas vinculadas	03	40h	Matutino/ Vespertino
Centro Educacional Roberto Trompowsky	Educação Física – vaga vinculada	01	20h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Anita Lopes Vieira	Educação Física	01	40h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Anita Lopes Vieira / NUPERAJO	Educação Física – Dança – vaga vinculada	01	40h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Frida Regensburg	Educação Física	01	10h	Matutino/ Vespertino

Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes	Educação Física - vaga vinculada	01	40h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Rotary Fritz Lucht	Educação Física - Judô	01	20h	Matutino/ Vespertino
Escola Municipal Rotary Fritz Lucht	Educação Física – Oficinas – Vaga vinculada	01	40 h	Matutino/ Vespertino
NUPERAJO	Educação Física – vaga vinculada	01	40h	Matutino/ Vespertino

EXTRATO ALTERAÇÃO PP 1/2014/PLASS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLASS
AVISO DE ALTERAÇÃO 1
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2014/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2014/PMJ

O Plano de Saúde e Assistência Social do Município de Joaçaba - PLASS, neste ato representado por seu Diretor Executivo JULIO CESAR BISSANI, torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital PP nº 1/2014/PLASS, PUBLICADO NO DOM em 02/12/2014, cujo objeto é o "fornecimento de medicamentos, conforme o interesse

dos segurados do PLASS para o exercício de 2015, mediante desconto em folha de pagamento.”:

1) A data e horário do credenciamento e entrega de envelopes ficam alterados de até 14h do dia 18/12/2014, para até às 14h do dia 19/12/2014;

2) A data e horário de abertura/processamento do Pregão, ficam alterados do dia 18/12/2014, a partir das 14h, para o dia 19/12/2014, a partir das 14 h.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto ao PLASS, situado na Avenida XV de novembro, 378, Centro, Joaçaba em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 19h ou site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação desse aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao PLASS, no endereço acima citado, pelo telefone 049 3527 8804 ou pelo e-mail: plassjba@gmail.com.

Joaçaba (SC), 10/12/2014

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

EXTRATO PL 3/2014/IMPRES - PP 2/2014/IMPRES

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2014/IMPRES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2014/IMPRES

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC), para avaliação de possível aposentadoria por invalidez, de revisão de aposentadoria por invalidez ou de dependente inválido. Forma de Julgamento: Menor preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 13/01/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/01/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 10 de dezembro de 2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora-presidente do IMPRES

EXTRATO PP 22/2014/FMS - PL 31/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2014/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos manipulados por farmácia especializada, destinados aos programas e serviços mantidos pelo Fundo Municipal

de Saúde de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 08/01/2015, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 08/01/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 10 de dezembro de 2014.
MARCOS WEISS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA N.º 3373

PORTARIA Nº 3.373 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ALESSANDRA COLUSSO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como 2º professor para atendimento de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3374

PORTARIA Nº 3.374 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ALINI ALVES CABRAL, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal

de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da professora Danusa de Britto Oliveira que esta atuando como Coordenadora do Ensino Fundamental.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3375

PORTARIA Nº 3.375 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) AMANDA LUZIA FERRANDIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro Educacional Frei Bruno em processo de municipalização.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3376

PORTARIA Nº 3.376 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ADRIANA POSPOR,

para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3377

PORTARIA Nº 3.377 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ADRIANA APARECIDA DOS REIS ALVES, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga vinculada da Sra. Clarice Maria Peccin Enderle que esta atuando na direção do Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3378

PORTARIA Nº 3.378 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005,

resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANA RAQUEL MARCON, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professora Elizete Ap. Severgini que esta atuando como Diretor Escolar no Centro Educacional Roberto Trompowisky.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3379

PORTARIA Nº 3.379 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANDREA DA CRUZ MOREIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3380

PORTARIA Nº 3.380 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANDREIA APARECIDA SCALABRIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3381

PORTARIA Nº 3.381 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANDREIA BONASSI RAMPON, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professora Neusa Hack em licença médica.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3382

PORTARIA Nº 3.382 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANDRESSA STREY, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro Educacional Roberto Trompowsky em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3383

PORTARIA Nº 3.383 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) BIANCA RADEL MARTINS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Caroline Recalcatti da Espada Vaccari que esta atuando na Direção Escolar do Centro de Educação Infantil Menino Deus.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3384

PORTARIA Nº 3.384 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ARLETE GELATI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3385

PORTARIA Nº 3.385 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ANGELA APARECIDA FERRONATO RAMOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura,

produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3386

PORTARIA Nº 3.386 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) BRUNA MARIA BARAN-CELLI ALVES, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3387

PORTARIA Nº 3.387 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CAMILA DE CASSIA VALMORBIDA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Daniela Borsoi Dalla Lasta

que esta atuando na Direção Escolar do Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3388

PORTARIA Nº 3.388 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CARLA FIORESE KRUG, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Eliane Ferronato Filipiacki que esta atuando na Coordenação de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3389

PORTARIA Nº 3.389 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CARINA BUCHALI MARCA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº

080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3390

PORTARIA Nº 3.390 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CAROLINE APARECIDA BARILLI GUTERRES, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3391

PORTARIA Nº 3.391 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CICELE CRISTINA HARO GUEDES, para exercer as funções de Professor Temporário,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar em turma excedente no Centro de Educação Infantil Anzolin.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3392

PORTARIA Nº 3.392 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CLAUDIA ROSANE CAMARA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra Mara Helaine Damasio que esta atuando na Direção Escolar do Centro de Educação Infantil Rita Maria Costenaro Petry.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3393

PORTARIA Nº 3.393 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CLECIANE CALEGARI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar nas Escolas Municipais Anita Lopes Vieira e Frida Regensburger em função do aumento do número de matrículas para o próximo ano letivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3394

PORTARIA Nº 3.394 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) CRISTIANE LIMA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Infantil Nossa Senhora de Lourdes pois houveram matrículas superiores ao ano anterior.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3395

PORTARIA Nº 3.395 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) DAIANA ALVES DE CAMPOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro de Educação Mundo Encantado pois houveram matrículas superiores ao ano anterior.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3396

PORTARIA Nº 3.396 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) DANIELI FAVARO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3397

PORTARIA Nº 3.397 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) DANIELI DEBUS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professora Maria Elisa Martins da Silva que esta atuando no CEI Nossa Senhora de Lourdes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3398

PORTARIA Nº 3.398 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 18 de dezembro de 2015 do (a) Servidor (a) Sr. (a) DANIELA SOUZA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na vaga da Sra. Arlete T. Campos Pasquali em função de readaptação funcional.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3399

PORTARIA Nº 3.399 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 3.264/2014 com a finalidade de que se apure possível cumulação ilegal de cargos do servidor Oumar Cassol, professor com carga horária de 40 horas semanais no Município de Joaçaba e 40 horas semanais no Município de Treze Tílias.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3400

PORTARIA Nº 3.400 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) CRISTIANE VOLPATO MICHELON, Farmacêutica, das funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3401

PORTARIA Nº 3.401 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr(a) SHEILA FERRI, Farmacêutica, para exercer as funções de Chefe da Farmácia Municipal, nível FC-1, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3402

PORTARIA Nº 3.402 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr(a) LUCIANE CALDART, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir do dia 01 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3403

PORTARIA Nº 3.403 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - REDUZ A CARGA HORÁRIA d(a) Sr.(a) CONSTANCIA RODRIGUES, Professor Temporário, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como segundo professor para atendimento de aluno com necessidades especiais, com carga horária de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a partir de 27 de outubro de 2014.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3404

PORTARIA Nº 3.404 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANA CATARINA ANTES, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal Assistência Social, referente ao período de 02 de abril de 2013 a 01 de abril de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3405

PORTARIA Nº 3.405 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEWDIBERTO NIVALDO ANTONIO GHIGGI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3406

PORTARIA Nº 3.406 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) TATIANE MARATEU BORGES, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3407

PORTARIA Nº 3.407 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABIANO GRANDO POLETO, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3408

PORTARIA Nº 3.408 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RUBIA KAREN PROVENCI, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 01 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3409

PORTARIA Nº 3.409 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROSANE BERNARDI DA CRUZ, Professor Nível II - Pós Graduação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133766 de 27 de março de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3410

PORTARIA Nº 3.410 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANTENOR FERNANDES DA SILVA, Pedreiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Gerencia de Habitação e Regularidade Fundiária, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 03 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3411

PORTARIA Nº 3.411 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) IARA TEREZINHA CASTAGNARO SCHNEIDER, Professor Nível II - Pós Graduação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 133.795 de 28 de março de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3412

PORTARIA Nº 3.412 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JANA TERESINHA PINTO PILGER, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 136.273 de 10 de novembro de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3413

PORTARIA Nº 3.413 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) HELENA ARENHARDT, Auxiliar de Saúde Bucal, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias), 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 10 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3414

PORTARIA Nº 3.414 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDUARDO BARBOSA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 136.288 de 11 de novembro de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3415

PORTARIA Nº 3.415 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 01 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3416

PORTARIA Nº 3.416 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANDERSON ANDRES, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3417

PORTARIA Nº 3.417 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DEBORAH APARECIDA SUFREDINI, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3418

PORTARIA Nº 3.418 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) EDSON BARETTA, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3419

PORTARIA Nº 3.419 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIO VALECIO FERREIRA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 02 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3420

PORTARIA Nº 3.420 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) PAULO HENRIQUE STROHER, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3421

PORTARIA Nº 3.421 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) RAYLANDER ALVES RIGHI, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3422

PORTARIA Nº 3.422 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JORGE CAMILO GAVASSO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3423

PORTARIA Nº 3.423 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MICHEL PETRY DALAPRIA, Professor da Fundação, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente aos períodos de 14 de março de 2012 a 13 de março de 2013 (12 dias) e 14 de março de 2013 a 13 de março de 2014 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 01 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3424

PORTARIA Nº 3.424 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VALERIA TEREZINHA FERREIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 05 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3425

PORTARIA Nº 3.425 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ZAIRA DE MARCO TERES, Monitor Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 05 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3426

PORTARIA Nº 3.426 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ALBERI BORGES DA SILVA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3427

PORTARIA Nº 3.427 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ELOI ADAO NORA, Eletricista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 08 de dezembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3428

PORTARIA Nº 3.428 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) SOLANO KOZLINSKI DO PRADO durante o período de 01 de dezembro de 2014 a 23 de fevereiro de 2015, para exercer as funções de Motorista Socorrista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 05/2014/FMS, para substituição do Sr. Givanildo Amaral Conceição em auxílio doença.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3429

PORTARIA Nº 3.429 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) LUIZ FERNANDO FRAGOSO durante o período de 01 de dezembro de 2014 a 30 de novembro de 2015, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital n.º 08/2014/FMS, para fechamento da escala de plantões.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de dezembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3430

PORTARIA Nº 3.430 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 02 de dezembro de 2014, do(a) Sr.(a) FERNANDA LOURENÇO DE ALMEIDA, das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, que estava atuando na vaga da professora Claudiana Fatima Santini que esta em licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de dezembro de 2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3431

PORTARIA Nº 3.432 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - CONTRATAR o(a) Sr.(a) HENRIQUE VENTURA OLMOS, pelo período de 05 de dezembro de 2014 a 10 de março de 2015, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS e do pedido de demissão da Sra. Danielle Coco Pozzebon.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3432

PORTARIA Nº 3.432 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
"CONTRATA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - CONTRATAR o(a) Sr.(a) HENRIQUE VENTURA OLMOS, pelo período de 05 de dezembro de 2014 a 10 de março de 2015, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS e do pedido de demissão da Sra. Danielle Coco Pozzebon.

Art. 2º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3433

PORTARIA Nº 3.433 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) IVETE APARECIDA FACIN, Gerente de Conservação e Ajardinamento, nível CC-3, com lotação na Coordenadoria de Serviços Públicos, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito desde 04 de dezembro de 2014, obedecendo o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 05 de dezembro de 2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE

ALTERÇÃO EDITAL PP 0054/2014-ESCAVAÇÃO HIDRÁULICA

COMUNICADO AOS PROPONENTES INTERESSADOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2014

Processo Licitatório Nº 0074/2014

Protocolo Nº 3276/2014

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E COM ROMPEDOR PARA ESCAVAÇÃO, REFERENTE RETIRADA DE ROCHAS E MATAÇÕES DE VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ REDES DE AGUA E ESGOTO.

ASSUNTO:

Alteração de exigências do edital.

ONDE LÊ-SE, NO EDITAL :

Item 7.2 alínea i:

a. Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, serviços que sejam compatíveis com o objeto da licitação, através de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinados por pessoa responsável e carimbado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, comprovando já ter realizado obras de drenagem;

LEIA-SE :

a. Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, serviços que sejam compatíveis com o objeto da licitação, através de 01 (um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinados por pessoa responsável e carimbado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

2. ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA ABERTURA DO PREGÃO

Tendo em vista que a alteração do objeto, efetuada pelo SIMAE, afetou a formulação das propostas e/ou interesse dos fornecedores na participação desta licitação, a abertura do Pregão JHL 0054/2014 fica alterado para :

Data/Hora: Dia 23/12/2014 até às 14:00 horas.

JUSTIFICATIVA:

Solicitação de fornecedores acatada pelo SIMAE.

Joaçaba - SC, 11 de dezembro de 2014.

Atenciosamente

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora do SIMAE

RESUMO CONTRATO JHL 0095/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 095/2014
TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0098/2011
PREGÃO PRESENCIAL 0046/2011
PROTOCOLO Nº 3051/2011

Data: 10/12/2014

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GINÁSTICA LABORAL, CUJAS AULAS SÃO MINISTRADAS AOS SERVIDORES DO SIMAE, NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, EM JOAÇABA.

CONTRATADO: T & A ACADEMIA DINÂMICA LTDA - ME

Valor: R\$ 1.165,74 (Hum mil, cento e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) mensais.

PROGRAMA: 14.01.2.060 e 2.061

ELEMENTO: 3.3.90.39.99.00

Prazo de vigência: 01/01/2015 a 31/12/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0097/2014 SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0097/2014

SMOS JHL 0665/2013

PROTOCOLO Nº3611/2013

Data: 10/12/2014

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA HOSPEDAGEM DO DOMÍNIO DO SIMAE NO EXERCÍCIO 2015.

Contratado: A L EDITORAÇÃO ELETRÔNICA LTDA ME

Valor do contrato: R\$ 70,18 (Setenta reais e dezoito centavos) hospedagem mensal.

R\$ 74,43 (Setenta e quatro reais e quarenta e três centavos) a

hora técnica.


PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.99.00

Prazo de vigência: 03/01/2015 a 31/12/2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PP50/2014 SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2014 - PR
	Processo Administrativo: 70/2014 Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 07/11/2014

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 70/2014
 b) Licitação Nr.: 50/2014-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 05/12/2014
 e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA, DE ESCRITORIO E PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:


	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LA INFORMATICA E SUPRIMENTO PARA ESCRITORIO LTDA (8216)

8	CARTUCHO AMARELO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	72,40	362,00
9	CARTUCHO CIANO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	72,40	362,00
10	CARTUCHO MAGENTA HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	5,00	0,0000	72,40	362,00
12	PERFURADOR DE PAPEL METALICO, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR ATÉ 30 FOLHAS DE 75G/M2, DIÂMETRO DO FURO DE ATÉ 5,5MM, DISTÂNCIA DOS FUROS: 80 MM, COM BASE PLÁSTICA PROTETORA PARA ESVAZIAR O CONFETE. - Marca: MASTER PRINT	PÇ	2,00	0,0000	37,00	74,00

Total do Fornecedor: 1.160,00

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 50/2014 - PR
	Processo Administrativo: 70/2014 Processo de Licitação: 70/2014 Data do Processo: 07/11/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)

6	CARTUCHO PRETO HP PRO 8100 PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO 8100, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, 8ML, CONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO ORIGINAL DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA DE 01 (HUM) ANO. - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	95,50	955,00
7	CARTUCHO PARA IMPRESSORA HP OFFICEJET PRO K5400, PRETO, C9385AL 88, COM SELO ORIGINAL DO FABRICANTE, CONTENDO 20,5 ML NO MÍNIMO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VÁCUO DO FABRICANTE, CAIXA EXTERNA CONTENDO TODAS AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, VALIDADE MÍNIMA 01 ANO - Marca: HP	UN	10,00	0,0000	72,50	725,00
11	GRAMPEADOR GRANDE DE MESA EM ESTRUTURA METÁLICA, TAM 20 CM X 4,5 CM X 8,5 CM, COM ACEITAÇÃO DE GRAMPOS 26/6 E 24/6, CAPACIDADE 30 FOLHAS - Marca: TRIS	UN	6,00	0,0000	25,00	150,00

Total do Fornecedor: 1.830,00

Total Geral: 2.990,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (3), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18)

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

ANULAÇÃO TP 05-2014 SEMASA

ANULAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014 SEMASA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ELEVADO- R16, NO BAIRRO PRÓ MORAR, NESTA CIDADE.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, fundamentado em Parecer Jurídico tendo em vista que o edital foi lançado por Secretaria incompetente e se tratando de recursos oriundos de verba federal, não atendendo o § 1º da art. 21 da Lei 8.666/93, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe.

Lages, 10 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

CHAMADA PÚBLICA 02/2014 PML

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 02/2014

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal da Educação, torna público para conhecimento dos interessados o lançamento do Edital de Chamada Pública nº 02/2014, que tem como objeto o Cadastramento de fornecedores individuais de grupos formais e informais de agricultores familiares para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Lages, no ano de 2015. A retirada do Edital far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18 horas, no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC, ou através do site. www.lages.sc.gov.br Maiores informações pelo telefone (49) 3225-3828.

Lages, 10 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 54-2014 FMAS

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014 FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE CONSUMO, EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA PARA O CREAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, conforme solicitação da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento:

- Excluir o Lote 03.
 - Em decorrência da exclusão do referido lote, o Pregão passa a ter um valor total estimado de R\$ 75.636,72.
- As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO PP 55-2014 FMAS

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014 FMAS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A CASA DE APOIO A MULHER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em decorrência de erro de digitação, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II - Termo de Referência do Edital em comento:

- No item 04.2 do lote 04, no valor máximo total estimado, leia-se: R\$ 149,50.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 10 de dezembro de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº128/2014 PMLM 50/2014 FMS 51/2014 HMHL

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº128/2014 PMLM 50/2014
FMS 51/2014 HMHL

PROCESSO Nº124/2014 50/2014 FMS 51/2014 HMHL

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE e HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram retificações referentes a clausula nona, da vigencia contratual do edital que esta agendado para dia 18 de dezembro de 2014 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de seguro para veículos da frota oficial do município de Lauro Muller - SC, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no edital e seus anexos, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de dezembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

RREO 5º BIM/2014

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF- Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	46.765.021,52	4.219.232,91	29.266.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	100,00	58,31	19.495.005,51	
Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	197.209,73	981.634,11	191.728,69	963.050,85	3,53	66,88	476.949,15	
Ação Legislativa	1.440.000,00	1.440.000,00	197.209,73	981.634,11	191.728,69	963.050,85	3,53	66,88	476.949,15	
Administração	4.902.500,00	5.807.694,57	832.673,32	4.449.101,49	971.833,95	4.364.966,56	16,01	75,16	1.442.728,01	
Administração Geral	4.565.000,00	4.705.000,00	594.921,81	3.824.658,41	704.684,27	3.774.630,69	13,84	80,23	930.369,31	
Alimentação e Nutrição	287.500,00	422.694,57	130.820,04	387.398,23	151.680,21	353.291,02	1,30	83,58	69.403,55	
Ensino Superior	50.000,00	680.000,00	106.931,47	237.044,85	115.469,47	237.044,85	0,87	34,86	442.955,15	
Segurança Pública	116.600,00	146.600,00	41.637,72	92.850,90	32.903,28	83.954,46	0,31	57,27	62.645,54	
Policimento	116.600,00	146.600,00	41.637,72	92.850,90	32.903,28	83.954,46	0,31	57,27	62.645,54	
Assistência Social	1.909.040,00	2.089.956,52	81.974,57	1.091.048,16	151.417,95	1.009.212,70	3,70	48,29	1.080.743,82	
Assistência ao Idoso	425.000,00	375.000,00	0,00	100.802,68	6.564,15	83.601,12	0,31	22,29	291.398,88	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.065.600,00	1.015.600,00	30.353,46	383.138,86	33.195,67	375.465,75	1,38	36,97	640.134,25	
Assistência Comunitária	418.440,00	699.356,52	51.621,11	607.106,62	111.658,13	550.145,83	2,02	78,66	149.210,69	
Saúde	7.713.372,00	10.403.254,44	1.009.561,89	8.192.894,57	1.559.490,52	7.467.445,80	27,38	71,78	2.935.808,64	
Atenção Básica	6.948.372,00	9.788.254,44	882.418,71	7.878.413,37	1.408.925,21	7.152.969,60	26,23	73,08	2.635.284,84	
Vigilância Sanitária	665.000,00	515.000,00	127.143,18	265.961,87	145.143,18	265.961,87	0,98	51,64	249.038,13	
Vigilância Epidemiológica	100.000,00	100.000,00	0,00	48.519,33	5.422,13	48.514,33	0,18	48,51	51.485,67	
Educação	10.127.000,00	11.151.647,41	1.179.114,41	7.016.084,45	1.297.287,91	6.893.013,29	25,28	61,81	4.258.634,12	
Ensino Fundamental	6.507.000,00	7.387.647,41	1.078.672,89	4.678.282,83	1.203.893,32	4.593.663,08	16,85	62,18	2.793.984,33	
Educação Infantil	3.620.000,00	3.764.000,00	100.441,52	2.337.801,62	93.394,59	2.299.350,21	8,43	61,09	1.464.649,79	
Cultura	540.000,00	540.000,00	2.520,29	418.527,88	22.461,09	277.923,30	1,02	51,47	262.076,70	
Diffusão Cultural	540.000,00	540.000,00	2.520,29	418.527,88	22.461,09	277.923,30	1,02	51,47	262.076,70	
Urbanismo	2.550.580,00	2.947.890,38	52.644,13	1.413.207,74	250.594,01	1.273.556,64	4,67	43,20	1.674.333,74	
Infra-Estrutura Urbana	1.140.000,00	1.140.000,00	3.647,85	3.647,85	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140.000,00	
Serviços Urbanos	1.410.580,00	1.807.890,38	48.996,28	1.409.559,89	250.594,01	1.273.556,64	4,67	70,44	534.333,74	
Habituação	1.300.000,00	1.354.037,20	168.574,34	253.204,28	148.572,04	233.201,98	0,86	17,22	1.120.835,22	
Habitação Urbana	1.300.000,00	1.354.037,20	168.574,34	253.204,28	148.572,04	233.201,98	0,86	17,22	1.120.835,22	
Saneamento	1.260.000,00	1.260.000,00	27.009,08	693.976,29	62.855,33	669.954,64	2,46	53,17	590.045,36	
Saneamento Básico Urbano	1.260.000,00	1.260.000,00	27.009,08	693.976,29	62.855,33	669.954,64	2,46	53,17	590.045,36	
Agricultura	1.284.000,00	1.284.000,00	47.015,78	960.058,55	140.784,66	812.836,56	2,98	63,31	471.163,44	
Extensão Rural	1.284.000,00	1.284.000,00	47.015,78	960.058,55	140.784,66	812.836,56	2,98	63,31	471.163,44	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	46.765.021,52	4.219.232,91	29.266.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	100,00	58,31
Indústria	1.500.000,00	1.500.000,00	31.300,00	50.000,00	22.004,71	24.342,21	0,09	1,62
Promoção Industrial	1.500.000,00	1.500.000,00	31.300,00	50.000,00	22.004,71	24.342,21	0,09	1,62
Comércio e Serviços	300.000,00	300.000,00	15.596,00	20.596,00	15.596,00	18.933,00	0,07	6,31
Turismo	300.000,00	300.000,00	15.596,00	20.596,00	15.596,00	18.933,00	0,07	6,31
Transporte	3.100.000,00	3.360.062,67	428.796,22	2.867.861,72	513.367,78	2.747.167,51	10,07	81,76
Transporte Rodoviário	3.100.000,00	3.360.062,67	428.796,22	2.867.861,72	513.367,78	2.747.167,51	10,07	81,76
Desporto e Lazer	1.200.000,00	2.858.000,00	52.802,88	549.772,31	109.718,82	214.275,02	0,79	7,50
Desporto Comunitário	1.200.000,00	2.858.000,00	52.802,88	549.772,31	109.718,82	214.275,02	0,79	7,50
Encargos Especiais	500.000,00	320.000,00	50.802,55	216.181,49	50.802,55	216.181,49	0,79	67,56
Outros Encargos Especiais	500.000,00	320.000,00	50.802,55	216.181,49	50.802,55	216.181,49	0,79	67,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	1.878,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	39.793.092,00	46.765.021,52	4.219.232,91	29.266.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	100,00	58,31

FONTE:

Lauro Muller, 10/12/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.436.761,65	2.559.874,37	2.670.717,57	2.382.972,14	3.062.772,65	2.361.639,51	2.153.655,22	2.412.222,31	2.338.047,72	3.246.204,39	2.849.770,47	3.19.336,80	28.796.194,80
I.P.T.U.	72.550,38	170.840,99	607.596,19	39.301,76	551.727,81	142.244,65	98.351,97	139.342,48	134.900,06	206.295,89	58.636,89	2.578,29	2.227.357,36
I.R.R.F.	548,17	15.830,89	392.604,23	0,00	280.363,92	11.650,20	4.373,45	5.089,29	6.552,21	2.987,02	0,00	0,00	719.899,38
I.S.S.	55.485,54	48.210,77	80.151,09	37,24	704,88	16.766,61	37,24	37,24	1.197,03	55.449,48	2.377,49	0,00	90.880,10
I.T.B.I.	3.487,94	12.965,08	45.352,35	0,00	60.493,59	11.296,89	8.871,58	24.311,94	23.311,61	13.707,86	0,00	0,00	846.681,49
Outras Receitas Tributárias	13.028,73	82.385,25	86.773,63	0,00	61.474,73	12.165,30	19.411,66	31.106,12	17.060,63	40.711,50	0,00	0,00	203.798,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.369,38	6.030,69	6.692,41	9.204,72	8.807,05	5.854,88	5.685,69	7.434,61	7.863,98	4.107,46	6.534,21	0,00	364.097,55
RECEITA PATRIMONIAL	31.356,22	4.236,55	7.482,63	6.618,01	19.585,71	12.090,13	12.730,83	13.347,98	9.641,05	24.792,89	0,00	2.775,28	74.595,08
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.696,00	9.489,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.294.968,61	2.365.106,09	2.028.624,35	2.323.769,89	2.432.840,47	2.140.014,52	2.007.243,72	2.226.154,48	2.126.986,04	2.271.142,53	2.661.436,17	313.983,23	21.185,83
Cota-Parte do F.P.M.	991.385,62	1.058.624,83	627.986,82	715.743,50	955.148,85	716.296,98	615.211,05	747.376,76	655.138,22	616.173,08	819.554,76	0,00	27.831.151,50
Cota-Parte do I.C.M.S.	603.889,82	567.671,44	574.403,10	561.745,76	570.516,18	573.170,74	538.294,40	585.021,67	594.346,32	631.613,40	671.667,34	30.573,77	8.522.645,47
Cota-Parte do I.P.V.A.	51.607,31	114.031,05	97.806,82	109.930,82	131.021,50	114.485,71	128.170,08	119.557,07	130.179,78	205.783,94	239.946,98	41.304,89	6.484.017,94
Outras Transferências Correntes	188.018,56	166.177,65	314.135,89	517.453,36	319.044,45	321.626,08	320.455,17	362.377,54	309.744,41	1.694,39	0,00	0,00	1.484.000,00
Transferências da LC 61/1989	7.723,20	6.538,65	6.389,10	6.955,45	7.585,21	7.205,46	9.271,50	9.833,94	7.180,30	7.689,50	10.342,75	5.102,20	2.506,35
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.987,50
Transferências do FUNDEB	452.374,10	451.857,22	407.871,29	410.955,10	449.342,28	407.134,45	393.747,52	421.189,76	430.193,38	449.089,35	468.852,15	18.714,94	3.845.196,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.811,06	4.170,22	20.331,99	4.057,76	50.011,61	61.635,33	29.643,01	25.942,76	58.655,59	738.855,62	123.160,20	0,00	91.597,25
DEDUÇÕES (II)	329.886,55	351.474,76	280.103,49	276.207,94	331.847,84	282.366,90	260.394,86	289.833,12	276.913,76	295.267,61	546.514,10	14.333,37	4.761.321,54
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	329.886,55	351.469,51	260.076,16	276.202,04	331.847,84	282.286,79	260.300,86	289.435,38	276.712,13	293.573,12	546.514,10	14.333,37	4.452.000,00
ITR - 15%	0,00	5,25	27,33	5,90	0,00	80,11	94,00	397,74	201,63	1.694,39	0,00	0,00	679.804,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.106.885,10	2.208.399,61	2.410.614,08	2.104.764,20	2.730.924,81	2.079.472,61	1.893.260,36	2.122.389,19	2.061.133,96	2.952.936,88	2.303.256,37	305.003,43	27.967.904,25

FONTE:

Lauro Muller, 10/12/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.795.509,72	2.743.080,89	2.734.953,22
DEDUÇÕES (II)	670.541,21	1.373.008,99	879.064,55
Disponibilidade de Caixa Bruta	720.656,74	2.735.131,35	2.597.877,30
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	50.115,53	1.362.122,36	1.718.812,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.124.968,51	1.370.071,90	1.855.888,67
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	2.124.968,51	1.370.071,90	1.855.888,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2014 (C - A)
VALOR	485.816,77	-269.079,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.422.589,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Ago 2014 (B)	Em 31 Out 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Lauro Muller, 10/12/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planejamento

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS					Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos		Cancelados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	46.720,03	3.395,50	810,00	-	49.305,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	-	7.718,65
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	42.637,03	3.395,50	810,00	0,00	45.222,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	0,00	7.718,65
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	1.409,11	0,00	0,00	0,00	1.409,11	7.262,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.262,13
Fundo municipal do Meio Ambiente	0,00	3.395,50	810,00	0,00	2.585,50	0,00	163,37	163,37	163,37	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	8,23	0,00	0,00	0,00	8,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRET.MUNIC.DA ADM.FINANÇAS E PLANEJAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52	0,00	0,00	0,00	0,00	456,52
SECRET.MUNIC.DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICO	41.219,69	0,00	0,00	0,00	41.219,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	0,00	0,00	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	4.083,00	0,00	0,00	0,00	4.083,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	46.720,03	3.395,50	810,00	0,00	49.305,53	7.718,65	163,37	163,37	163,37	0,00	7.718,65

FONTE:

FONTE:

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.350.874,00	3.350.874,00	333.892,85	1.933.261,31	57,69
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.137.341,00	1.137.341,00	57.008,26	850.417,26	74,77
1.1.1- IPTU	729.763,00	729.763,00	9.539,23	719.899,38	98,65
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	407.578,00	407.578,00	47.469,03	130.517,88	32,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	37.019,47	203.980,17	39,29
1.2.1- ITBI	519.169,00	519.169,00	37.019,47	203.798,84	39,25
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	181,33	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	183.218,61	790.361,27	82,85
1.3.1- ISS	954.000,00	954.000,00	183.218,61	789.843,80	82,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	517,47	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	56.646,51	88.502,61	11,95
1.4.1- IRRF	740.364,00	740.364,00	56.646,51	88.502,61	11,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.267.200,00	20.267.200,00	2.851.106,54	14.764.705,92	72,85
2.1- Cota-Parte FPM	11.448.000,00	11.448.000,00	1.274.311,30	7.703.090,71	67,29
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.448.000,00	11.448.000,00	1.274.311,30	7.703.090,71	67,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	1.225.961,72	5.781.876,83	80,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	14.869,80	76.152,30	59,87
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	335.963,72	1.203.586,08	81,10
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.618.074,00	23.618.074,00	3.184.999,39	16.697.967,23	70,70
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO DE ENSINO	—	0,00	100,86	267,12	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	716.016,00	716.016,00	120.582,85	590.272,94	82,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	477.000,00	477.000,00	89.180,80	417.081,55	87,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	153.827,00	153.827,00	31.168,00	124.792,00	81,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	85.189,00	85.189,00	0,00	46.327,00	54,38
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	234,05	2.072,39	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	2.343,86	9.432,42	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	2.343,86	9.432,42	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	212.500,00	212.500,00	0,00	2.301.683,02	1.083,14
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	928.516,00	928.516,00	123.027,57	2.901.655,50	312,50
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.063.510,00	4.063.510,00	570.285,25	2.953.790,38	72,69
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.289.600,00	2.289.600,00	254.862,22	1.543.464,54	67,41
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.441.600,00	1.441.600,00	245.192,32	1.158.419,38	80,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.420,00	7.420,00	510,22	4.081,76	55,01
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	25.440,00	25.440,00	0,00	3.873,11	15,22
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.650,00	2.650,00	2.527,94	3.235,10	122,08
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	296.800,00	296.800,00	67.192,55	240.716,49	81,10
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	881.598,86	4.286.698,82	96,29
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.452.000,00	4.452.000,00	879.282,73	4.273.754,45	96,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	2.316,13	12.944,37	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	388.490,00	388.490,00	308.997,48	1.319.964,07	339,77
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.000.000,00	4.245.571,49	689.309,73	3.994.690,72	94,09
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	100,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.800.000,00	3.045.571,49	689.309,73	2.794.690,72	91,76
14- OUTRAS DESPESAS	452.000,00	952.000,00	241.317,23	620.256,87	65,15
14.1- Com Educação Infantil	152.000,00	152.000,00	0,00	151.701,50	99,80
14.2- Com Ensino Fundamental	300.000,00	800.000,00	241.317,23	468.555,37	58,57
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.452.000,00	5.197.571,49	930.626,96	4.614.947,59	88,79
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					4.614.947,59
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					93,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					14,47
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-7,66
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.904.518,50	5.904.518,50	796.249,85	4.174.491,81	70,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.170.000,00	3.110.000,00	93.394,59	2.099.350,21	67,50
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.700.000,00	5.445.571,49	1.056.681,87	3.801.615,69	69,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.100.000,00	3.845.571,49	930.626,96	3.263.246,09	84,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.600.000,00	1.600.000,00	126.054,91	538.369,60	33,65
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.870.000,00	8.555.571,49	1.150.076,46	5.900.965,90	68,97
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.319.964,07
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					12.944,37
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					245.571,49
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.578.479,93
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.322.485,97
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,89
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	477.000,00	612.075,92	24.788,81	389.154,23	63,58
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.700.000,00	1.905.374,57	122.422,64	600.831,31	31,53
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.177.000,00	2.517.450,49	147.211,45	989.985,54	39,32
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.047.000,00	11.073.021,98	1.297.287,91	6.890.951,44	62,23

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		245.571,49	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.273.754,45	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.546.028,66	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		4.546.028,66	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		12.944,37	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		-13.758,35	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 245.571,49, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (b)	(b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.350.874,00	3.350.874,00	1.845.428,13	55,07	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	729.763,00	729.763,00	719.899,38	98,65	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	519.169,00	519.169,00	203.798,84	39,25	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	954.000,00	954.000,00	702.191,95	73,61	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	740.364,00	740.364,00	88.502,61	11,95	
Dívida Ativa dos Impostos	407.578,00	407.578,00	131.035,35	32,15	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.819.200,00	8.819.200,00	7.061.615,21	80,07	
Conta-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conta-Parte IPVA	1.484.000,00	1.484.000,00	1.203.586,08	81,10	
Conta-Parte ICMS	7.208.000,00	7.208.000,00	5.781.876,83	80,21	
Conta-Parte IPI-Exportação	127.200,00	127.200,00	76.152,30	59,87	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.170.074,00	12.170.074,00	8.907.043,34	73,19	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		%
			Até o Bimestre (d)	(d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		%
			Até o Bimestre (f)	(f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	6.595.772,00	9.401.066,44	7.763.403,71	82,58	75,31
Pessoal e Encargos Sociais	3.935.000,00	4.523.213,84	3.770.051,93	83,35	81,73
Outras Despesas Correntes	2.660.772,00	4.877.852,60	3.993.351,78	81,87	69,36
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.002.188,00	429.490,86	42,86	38,65
Investimentos	1.117.600,00	1.002.188,00	429.490,86	42,86	38,65

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.117.600,00	1.002.188,00	429.490,86	42,86	387.383,54	38,65
Investimentos	1.117.600,00	1.002.188,00	429.490,86	42,86	387.383,54	38,65
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.713.372,00	10.403.254,44	8.192.894,57	78,75	7.467.445,80	71,78
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.363.600,00	4.174.330,60	2.816.926,37	34,38	2.747.267,95	36,79
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.141.200,00	2.811.930,60	1.950.174,39	23,80	1.935.430,43	25,92
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.222.400,00	1.362.400,00	866.751,98	10,58	811.837,52	10,87
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.363.600,00	4.174.330,60	2.816.926,37	34,38	2.747.267,95	36,79
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.349.772,00	6.228.923,84	5.375.968,20	44,37	4.720.177,85	34,99
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%			4 e 5			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIB)/100]			3.384.121,35			

Continua 2/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-		-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
	6.948.372,00	9.788.254,44	7.878.413,37	96,16	7.152.969,60	95,79
	665.000,00	515.000,00	265.961,87	3,25	265.961,87	3,56
	100.000,00	100.000,00	48.519,33	0,59	48.514,33	0,65
	7.713.372,00	10.403.254,44	8.192.894,57	100,00	7.467.445,80	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+l) - (15 \times l/lb)/100]$

Continua 3/4

Município de Lauro Muller - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	39.793.092,00	39.793.092,00	4.962.156,03	12,47	26.907.395,45	67,62
RECEITAS CORRENTES	30.273.439,25	30.273.439,25	5.213.092,83	17,22	23.817.538,44	78,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.295.701,00	3.295.701,00	344.195,95	10,44	2.166.457,67	65,74
IMPOSTOS	2.943.296,00	2.943.296,00	286.423,82	9,73	1.802.044,63	61,23
TAXAS	352.405,00	352.405,00	57.772,13	16,39	364.413,04	103,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.600,00	63.600,00	11.971,44	18,82	68.050,87	107,00
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	63.600,00	63.600,00	11.971,44	18,82	68.050,87	107,00
RECEITA PATRIMONIAL	70.900,00	70.900,00	35.503,91	50,08	146.118,80	206,09
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.900,00	70.900,00	35.503,91	50,08	146.118,80	206,09
RECEITA DE SERVIÇOS	131.949,75	131.949,75	0,00	0,00	21.185,83	16,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.914.884,00	25.914.884,00	4.010.593,32	15,48	20.303.517,22	78,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	25.243.092,00	25.243.092,00	3.840.227,05	15,21	19.556.930,77	77,47
Transf. de Conv.	671.792,00	671.792,00	170.366,27	25,36	746.586,45	111,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	796.404,50	796.404,50	810.828,21	101,81	1.112.208,05	139,65
Multas e Juros de Mora	116.600,00	116.600,00	13.306,00	11,41	99.082,10	84,98
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	407.578,00	407.578,00	47.469,03	11,65	131.216,68	32,19
RECEITAS DIVERSAS	272.226,50	272.226,50	750.053,18	275,53	881.909,27	323,96
RECEITAS DE CAPITAL	9.519.652,75	9.519.652,75	-250.936,80	0,00	3.089.857,01	32,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.919.652,75	8.919.652,75	-250.936,80	0,00	3.089.857,01	34,64
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.919.652,75	8.919.652,75	-250.936,80	0,00	3.089.857,01	34,64
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	39.793.092,00	39.793.092,00	4.962.156,03	12,47	26.907.395,45	67,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	39.793.092,00	39.793.092,00	4.962.156,03	12,47	26.907.395,45	67,62	12.885.696,55
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	362.620,56	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	39.793.092,00	39.793.092,00	4.962.156,03	12,47	27.270.016,01	67,62	12.885.696,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	289.021,98	—	—	245.571,49	—	—
Superávit Financeiro	—	289.021,98	—	—	245.571,49	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	39.793.092,00	6.971.929,52	46.765.021,52	4.219.232,91	29.266.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	19.495.005,51
DESPESAS CORRENTES	26.488.481,00	6.065.310,52	32.553.791,52	3.991.430,02	25.385.711,03	5.155.255,42	24.088.244,76	8.465.546,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.040.000,00	1.491.719,88	17.531.719,88	2.796.532,98	13.974.275,07	2.784.117,55	13.872.717,45	3.659.002,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.448.481,00	4.573.590,64	15.022.071,64	1.194.897,04	11.411.435,96	2.371.137,87	10.215.527,31	4.806.544,33
DESPESAS DE CAPITAL	13.254.611,00	954.740,67	14.209.351,67	227.802,89	3.881.288,91	386.163,87	3.181.771,25	11.027.580,42
INVESTIMENTOS	12.494.611,00	1.374.740,67	13.869.351,67	219.675,22	3.662.387,89	378.036,20	2.962.870,23	10.906.481,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	760.000,00	-420.000,00	340.000,00	8.127,67	218.901,02	8.127,67	218.901,02	121.098,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-48.121,67	1.878,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1.878,33
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	39.793.092,00	6.971.929,52	46.765.021,52	4.219.232,91	29.266.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	19.495.005,51
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Lauro Muller - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	39.793.092,00	6.971.929,52	46.765.021,52	4.219.232,91	29.286.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	19.495.005,51
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	39.793.092,00	6.971.929,52	46.765.021,52	4.219.232,91	29.286.999,94	5.541.419,29	27.270.016,01	19.495.005,51

FONTE:
Lauro Muller, 10/12/2014

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

EDUARDO GONZAGA BETT
Secret. de Adm. Finanças e Planej

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 129/2014

DECRETO Nº 129, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.442,46
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	15.442,46
Função	10	Saúde	15.442,46
Sub-função	301	Atenção Básica	15.442,46
Programa	06	Saúde com Excelência	15.442,46
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	15.442,46
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.442,46
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	15.442,46
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.442,46
Fonte de Recursos	0.1.0064.13	Atenção Básica – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	15.442,46
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			15.442,46

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Atenção Básica – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0.1.0064.13	15.442,46
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO		15.442,46

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.107/2014

LEI Nº 1.107, DE 10 DE DEZEMBRO 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, até o limite de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.500,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.500,00
Função	8	Assistência Social	1.500,00
Sub-Função	243	Assistência a Criança e Adolescente	1.500,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	1.500,00
Projeto/ Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do FIA	1.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	35.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	35.000,00
Função	26	Transporte	35.000,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	35.000,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	35.000,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	35.000,00

Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	35.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	35.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	35.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	35.000,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	10.000,00
Função	20	Agricultura	10.000,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	10.000,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	10.000,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	10.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			46.500,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	1.500,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	1.500,00
Função	4	Administração	1.500,00
Sub-Função	122	Administração Geral	1.500,00
Programa	0002	Gestão Geral com Excelência	1.500,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	1.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	1.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	1.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	1.500,00

Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	45.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	45.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	45.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	45.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	45.000,00
Projeto/ Atividade	1.042	Construção de Campo de Futebol – Alto Vargedo	45.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	45.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	45.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	45.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	45.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			46.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de dezembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 136/2014

Portaria n.º 136, de 03 de novembro de 2014.
"Nomeia Nutricionista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear KARINA ALVES, portadora do CPF nº 064.533.479-03 e RG nº 4.390.292, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de Nutricionista, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar seus serviços, a partir de 03 de novembro de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade habilitação exigida para o cargo, representada pelo Diploma de conclusão do curso de Enfermagem;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
 - Prova de Identidade, CPF e CRN;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública

penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
- Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 03 de novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 137/2014

Portaria n.º 137, de 03 de novembro de 2014.

“Prorroga contrato de Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 038, de 05 de maio de 2014, da servidora EVANI KREUSCH FARIAS, portadora do CPF nº 007.750.589-12 e RG nº 4.469.861, admitida em caráter temporário, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 04 de novembro de 2014, até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 04 de novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 138/2014

Portaria n.º 138, de 03 de novembro de 2014.

“Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAQUELINI SERAFIM, portadora do CPF nº 010.118.269-41 e RG nº 4.932.059-9, aprovada no concurso nº 001/2014, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar seus serviços, a partir de 03 de novembro de 2014, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais), oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 2 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo,

mediante atestado fornecido por médico oficial;
3 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
4 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:
- Prova de Identidade e CPF;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável e;
- Comprovante de endereço e,

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 03 de novembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 139/2014

Portaria n.º 139, de 10 de novembro de 2014.

“Designar Comissão Especial para averiguação de construções no perímetro do Município de Leoberto Leal, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para sob a coordenação do presidente, integrar a Comissão Especial que terá o objetivo de promover averiguações a respeito da situação relativa a construções no perímetro do Município de Leoberto Leal, que estão em desacordo com o Plano Diretor Participativo, bem como, aquelas constantes nos autos dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público de Santa Catarina, conforme segue abaixo:

- 1- Anderson Hoffmann - Fiscal de Obras
Presidente
- 2- Jackson Marcondes Calbuch - Engenheiro Civil
Secretário
- 3- Arno Haschel Lohn - Assessor de Assuntos Administrativos
Membro

Art. 2º À Comissão ficam concedidos poderes de investigação em geral, ficando autorizada a promover perícia na obra, requisitar documentos, promover notificação, citação/intimação para fins de defesa, e demais atos que se fizerem necessários para a realização das atividades.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 115, de 02 de setembro de 2014.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de novembro de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 140/2014

Portaria n.º 140, de 10 de novembro de 2014.

"Exonera servidor Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera o servidor Municipal da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1510	Renato Roberto Otto	Secretario da Administração	05.11.2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 05/11/2014, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de novembro de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 141/2014

Portaria nº 141, de 12 de novembro de 2014.

Concede incorporação, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, ao servidor MARCIO LOPES, e dá outras providencias.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor Marcio Lopes, ocupante do cargo em efetivo exercício de Assistente Administrativo, inscrito sob a matrícula nº 69, foi Diretor Executivo do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Leoberto Leal - SC, IPRELL, no período de 08 de fevereiro de 2007 a 07 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Conceder incorporação nos termos do art. 71, II, da Lei nº 418/1990, ao servidor MARCIO LOPES, portador do CPF nº 715.711,679-00, detentor da matrícula funcional nº 69, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

Art. 2º Autorizar a incorporação no vencimento do valor de R\$ 858,34 (oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), que corresponde 05 anos de efetivo exercício nas funções de Diretor de IPRELL, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de agosto de 2014, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de novembro de 2014.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 007/2014 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR**

PORTARIA Nº 007, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede Férias à Servidor e dá outras providencias

PAULO HENRIQUE KNAUL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Concedidas Férias ao servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal - SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	1175	JOÉLCIO DE OLIVEIRA	27/08/2011 À 26/08/2012	02/12/2014 À 31/12/2014

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Dezembro de 2014.

PAULO HENRIQUE KNAUL
PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 11/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para proposta mais vantajosa para prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal de circulação regional, no dia 16 de janeiro de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de dezembro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 09/2014

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL Estado de Santa Catarina

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC, RETIFICA o extrato do aviso de licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2014, publicado no DOM- SC, edição nº 1633, do dia 10/12/2014, conforme abaixo:

Onde se lê: "no dia 12 de janeiro de 2014"

Leia-se: "no dia 12 de janeiro de 2015"

Maiores informações poderão ser obtidas diretamente no departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC, ou pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 10 de dezembro de 2014.

VANDERLEI CESAR SEGNETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 1949

DECRETO Nº 1949 de 09 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 22 da Lei nº 1.171 de 12/11/13,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-36

Valor: R\$ 30.000,00

Proj./Atividade: 2.061 - Operação e Manutenção do Sistema de Água-Urbano

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0000-40

Valor: R\$ 80.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1950

DECRETO Nº 1950 de 10 de dezembro de 2014.

"FIXA PRAZOS PARA O RECOLHIMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS DO CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS - CATRIM"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art.1º- Ficam fixados os prazos para recolhimento de Impostos e Taxas do CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM a vigorar no exercício de 2015, a seguir discriminados:

CALENDÁRIO ANUAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS/CATRIM

MARÇO

IPTU e Taxas - 1ª Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 16/03/2015

ABRIL

IPTU e Taxas - 2ª Cota Única com 5% (cinco por cento) de desconto ou 2ª parcela sem desconto 15/04/2015
ALVARÁ - Renovação do Alvará de Licença para Localização e Fiscalização de Funcionamento 30/04/2015

MAIO

IPTU e Taxas - 3ª Cota Única valor sem desconto e sem acréscimo ou 3ª parcela sem desconto 15/05/2015
ISS OFÍCIO - Autônomos e Profissionais Liberais - Cota Única com 10% (dez por cento) de desconto ou 1ª parcela sem desconto 29/05/2015

JUNHO

IPTU e Taxas - 4ª parcela sem desconto 15/06/2015

JULHO

IPTU e Taxas - 5ª parcela sem desconto 15/07/2015

AGOSTO

IPTU e Taxas - 6ª parcela sem desconto 17/08/2015

SETEMBRO

ISS OFÍCIO - Autônomos e Profissionais Liberais - 2ª parcela sem desconto 30/09/2015

ISS HOMOLOGADO - MENSAL - ATRAVÉS DO SISTEMA FLY E-NOTA

Vencimento até o dia 15 do mês subsequente às operações realizadas, em caso da data ocorrer em finais de semana ou feriados considerar o primeiro dia útil.

Art.2º- No caso de descumprimento dos prazos fixados no CATRIM serão aplicados juros e multa em conformidade com a legislação municipal.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1951

DECRETO Nº 1951 de 10 de dezembro de 2014.

"FIXA ÍNDICE DE CORREÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art.413 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 072 de 21 de agosto de 2008,

DECRETA:

Art.1º- Ficam corrigidos monetariamente, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, do período de dezembro de 2013 a novembro de 2014, no percentual de 6,33% todos os débitos de origem tributária, incluindo o principal, os juros e multas moratórias, bem como todos os demais valores utilizados como base de cálculo ou referência de cálculo de valor de tributos ou de penalidades integrantes dos demonstrativos e tabelas integrantes do Código Tributário Municipal,

passando a UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal de R\$ 73,99 (setenta e três reais e noventa e nove centavos) para R\$ 78,67 (setenta e oito reais e sessenta e sete centavos).

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de dezembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 143/2014 - PP 087/2014 - COMBUSTÍVEL; ÓLEOS, LAVAGENS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 143/2014 - PML

Pregão Presencial nº 087/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o fornecimento de combustíveis, óleo lubrificante e serviço de lavagem para manutenção de veículos oficiais das diversas Secretarias do Município de Luzerna/SC e Fundos Especiais.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 22 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 22 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 09/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 09/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		252.023,22
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	250.773,56
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	250.773,56
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	250.773,56
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	250.773,56
4.1.7.2.1.01.02.10.04	FPM Cota extra - 1%	0,00
4.1.7.2.1.01.02.10.04	Cota-Parte do FPM 75% - Próprios	188.080,17
4.1.7.2.1.01.02.10.04	Cota-Parte do FPM 25% - Educação	62.693,39
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	1.249,66
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.249,66
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	749,80
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	499,86

Luzerna, 10/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3798

DECRETO Nº. 3798

Data: 02.12.2013.

DIVULGA OS FERIADOS E DIAS DE PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PARA OS ÓRGÃOS E AUTARQUIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, no uso de suas atribuições, de acordo com o art.68, item XVII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art.1º - Ficam estabelecidos os dias de Feriado e Ponto Facultativo no período de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 para os órgãos e autarquias da Administração Municipal.

- I. 01 de janeiro - quarta-feira - Confraternização Universal (feriado nacional)
- II. 05 de janeiro - segunda-feira - Retorno das atividades da Prefeitura Municipal de Mafra - SC
- III. 16 de fevereiro - segunda-feira - Véspera de Carnaval - (ponto facultativo)
- IV. 17 de fevereiro - terça-feira - Carnaval (feriado nacional)
- V. 18 de fevereiro - quarta-feira - Cinzas (ponto facultativo)
- VI. 19 de março - quinta-feira - São José Padroeiro de Mafra (ponto facultativo)
- VII. 03 de abril - sexta-feira - Paixão de Cristo (feriado nacional)
- VIII. 21 de abril - terça-feira - Tiradentes (feriado nacional)
- IX. 01 de maio - sexta-feira - Dia do Trabalhador (feriado nacional)
- X. 04 de junho - quinta-feira - Corpus Christi (feriado nacional)
- XI. 25 de julho - sábado - Dia do Colono (feriado municipal)

- XII. 07 de setembro - segunda-feira - Independência do Brasil - (feriado nacional)
- XIII. 08 de setembro - terça-feira - Aniversário do Município (feriado municipal)
- XIV. 12 de outubro - segunda-feira - Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional)
- XV. 15 de Outubro - quinta-feira - Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas da rede municipal)
- XVI. 28 de outubro - quarta-feira - Dia do Funcionário Público (ponto facultativo)
- XVII. 02 de novembro - segunda - Finados (feriado nacional)
- XVIII. 15 de novembro - domingo - Proclamação da República (feriado nacional)
- XIX. 21 de dezembro - segunda-feira - Início de recesso da Prefeitura Municipal de Mafra SC
- XX. 24 de dezembro - quinta-feira - Véspera de Natal - (ponto facultativo)
- XXI. 25 de Dezembro - sexta-feira - Natal - (feriado nacional)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3710 de 02 de Dezembro 2013.

Prefeitura do Município de Mafra, em 03 de Novembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 016/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 016/2014

FORNECEDOR: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA - EPP

CNPJ: 04.096.738/0001-55

OBJETO: Aquisição de materiais socioeducativos, destinados ao trabalho com o público atendido na Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 12.480,00 (Doze mil quatrocentos e oitenta reais)

Mafra, (SC) 10 de dezembro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4066

LEI MUNICIPAL Nº. 4066

DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL, O "CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE MAFRA"

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica para todos os efeitos reconhecida de Utilidade Pública Municipal, o Conselho da Comunidade da Comarca de Mafra, sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos, raciais ou religiosos, com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro na Avenida Coronel José Severiano Maia, nº 863, Bairro Centro, em Mafra/Santa Catarina, fundada em 29 de abril de 1998 e reativada no dia 27 de junho de 2002, inscrita no CNPJ sob nº 05.198.195/0001-40, protocolada junto ao Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos, sob o registro nº 168, livro A-01 auxiliar, fls168.

Art. 2º À Entidade de que trata a presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da Legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 03 de dezembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 4067

LEI MUNICIPAL Nº. 4067

DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

DENOMINA RUA BENEMÉRITA CRISTINA SCHEUBAUER DE MELO, A RUA QUE INICIA AO LADO PAR DA RUA PIONEIRO JOÃO MATHEUS LEICK, COM TÉRMINO NA RESIDÊNCIA DA SENHORA TE-REZA HENRIQUE FRANÇA. A FAIXA DE DOMÍNIO DA RUA É DE 14,00 M (QUATORZE METROS).

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz

saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Benemerita Cristina Scheubauer de Melo, a rua que inicia ao lado par da Rua Pioneiro João Matheus Leick, com término na residência da Senhora Tereza Henrique França. A faixa de domínio da rua é de 14,00 m (quatorze metros).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 03 de dezembro de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL Nº 001/2013

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.808, de 13 de Abril de 2012 que dispõe sobre Emprego Público e a Lei Federal Nº 11.350 de 05 de outubro de 2006 regidos pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e no uso das atribuições legais, convoca os cidadãos a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo, Edital nº 001/2013 desta Municipalidade, a comparecer no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os CANDIDATOS CONVOCADOS a seguir:

01- Agentes Comunitários de Saúde- Comparecer até dia 15.12.2014 (para manifestar interesse pela vaga)

Bairro/ Localidade	Nome
VISTA ALEGRE	MARIA SIMONE BAUER CARDOSO
VISTA ALEGRE	ZELINDA LOURENÇO

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 001/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los pela classificação no Processo Seletivo nº 001/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 04 de dezembro de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Tadeu David Geronasso
Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 124/2014

DECRETO Nº 124 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR CESAR TOMAZ PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Cesar Tomaz Pereira;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 012/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Cesar Tomaz Pereira;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 05 de Novembro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor CESAR TOMAZ PEREIRA, brasileiro, nascido em 05 de março de 1951, portador do CPF nº 223.848.129-04, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 670.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 012/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor CESAR TOMAZ PEREIRA, brasileiro, nascido em 05 de março de 1951, portador do CPF nº 223.848.129-04, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 670, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 125/2014

DECRETO Nº 125 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR RAFAEL BATISTA PRUDÊNCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Rafael Batista Prudêncio;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 008/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Rafael Batista Prudêncio;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 21 de Outubro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor RAFAEL BATISTA PRUDÊNCIO, brasileiro, nascido em 07 de dezembro de 1982, portador do CPF nº 047.455.069-96, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 499.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 008/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez com o valor de R\$ 882,52 (oitocentos e oitenta e dois reais, cinquenta e dois centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor RAFAEL BATISTA PRUDÊNCIO, brasileiro, nascido em 07 de dezembro de 1982, portador do CPF nº 047.455.069-96, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 499, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 126/2014

DECRETO Nº 126 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR JOÃO CARRADORE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por João Carradore;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 005/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por João Carradore;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 21 de Outubro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor JOÃO CARRADORE, brasileiro, nascido em 26 de abril de 1960, portador do CPF nº 022.202.909-99, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 727.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 005/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez com o valor de R\$ 842,40 (oitocentos e quarenta e dois reais, quarenta centavos), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor JOÃO CARRADORE, brasileiro, nascido em 26 de abril de 1960, portador do CPF nº 022.202.909-99, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 727, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 127/2014

DECRETO Nº 127 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ AO SERVIDOR PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Pedro Francisco de Oliveira;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 011/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Pedro Francisco de Oliveira;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 05 de Novembro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez do servidor PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 24 de julho de 1963, portador do CPF nº 501.653.649-04, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 294.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 011/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor PEDRO FRANCISCO DE OLIVEIRA, brasileiro, nascido em 24 de julho de 1963, portador do CPF nº 501.653.649-04, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 294, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 128/2014

DECRETO Nº 128 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA MARLENE SUMARA ROCHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Marlene Sumara Rocha;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 010/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Marlene Sumara Rocha;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 05 de Novembro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez da servidora MARLENE SUMARA ROCHA, brasileira, nascida em 08 de abril de 1963, portador do CPF nº 845.913.079-72, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 349.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 010/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora MARLENE SUMARA ROCHA, brasileira, nascida em 08 de abril de 1963, portador do CPF nº 845.913.079-72, ocupante do cargo de Merendeira, matrícula nº 349, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 129/2014

DECRETO Nº 129 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 18, XXXI e art. 73, VI da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, um terreno urbano, situado em Vila Beatriz, Bairro do município de Maracajá/SC, com a área de 786,00 M², Área Desmembrada nº 08 de propriedade do Sr. MAIKON ROCHA DA SILVA, brasileiro, solteiro, maior, músico, inscrito no CPF nº 045.231.899-86, residente e domiciliado na Rodovia BR 101, 815, Km 402, bairro Vila Beatriz, município de Maracajá/SC, e que assinam como anuentes a Sra. MARÍLIA ROCHA DA SILVA BENEDET, brasileira, micro empresária, inscrita no CPF nº 983.450.879-49, casada com JEFERSON CARLOS BENEDET, brasileiro, empresário, inscrito no CPF nº 570.178.409-68, residentes e domiciliados na Rodovia BR 101, Km 402, bairro Vila Beatriz, município de Maracajá/SC, imóvel sob o registro geral de matrícula nº 60.669, Fls. 2, Ano 2013, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araranguá, estando a presente com as seguintes medidas e confrontações:

- Ao NORTE, onde mede 60,00 m², com as Áreas Desmembradas nº 06 e 07, de Sonia Cecília Rocha Gonçalves; Ao SUL, onde mede 79,50 m², com a Área Desmembrada nº 09 de Sonia Cecília Rocha Gonçalves; Ao LESTE, onde mede 32,80 m², com o Acesso Lateral da Rodovia BR-101; e Ao OESTE, ponto agudo.

Art. 2º A área acima descrita, destina-se a Prefeitura Municipal de Maracajá.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 130/2014

DECRETO Nº 130 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA IVONETE DE OLIVEIRA CAPELA REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO JUNTO A SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, IVONETE DE OLIVEIRA CAPELA, brasileira, maior, nascida em 25 de fevereiro de 1959, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 588.635.830-72, para exercer a função de representante do município de Maracajá, Estado de Santa Catarina junto a Secretaria de

Direitos Humanos da Presidência da República.

Parágrafo único - Não haverá nenhum tipo de remuneração para exercer a função do caput deste artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
28 de Novembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 28 de Novembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 132/2014

DECRETO Nº 132 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o artigo 264 da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Maracajá, para o exercício de 2015, está fixado da seguinte forma:

I - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadora de Serviços:

a) parcela única até 27 de Fevereiro de 2014.

II - Imposto Predial, Territorial Urbano e Taxas decorrentes da Utilização de Serviços Públicos:

a) pagamento em parcela única ou em até 05 (cinco) parcelas;	
b) vencimento da parcela única	15/05/2015;
c) vencimento da primeira parcela	15/05/2015;
d) vencimento da segunda parcela	15/06/2015;
e) vencimento da terceira parcela	15/07/2015;
f) vencimento da quarta parcela	15/08/2015;
g) vencimento da quinta parcela	15/09/2015;

Art. 2º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
09 de Dezembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 09 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 133/2014

DECRETO Nº 133 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

FIXA O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o artigo 471 e artigo 475, da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado nos termos do art. 471 do Código Tributário Municipal a correção do valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, para o exercício de 2015, em conformidade com o índice oficial de inflação IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado).

Art. 2º A UFM - Unidade Fiscal Municipal terá seu valor unitário a partir de 1ª de Janeiro de 2015 fixado em R\$ 132,00 (cento e trinta e dois reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
09 de Dezembro 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 09 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

DECRETO 134/2014

DECRETO Nº 134 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ A SERVIDORA LUCINARA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por Lucinara da Conceição Gonçalves;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 014/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por Lucinara da Conceição Gonçalves;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 26 de Novembro de 2014, a Aposentadoria por Invalidez da servidora LUCINARA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, brasileira, nascida em 04

de maio de 1974, portadora do CPF nº 018.550.609-73, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 337.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 014/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera a servidora LUCINARA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, brasileira, nascida em 04 de maio de 1974, portadora do CPF nº 018.550.609-73, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 337, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
10 de Dezembro de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 10 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI 1013/2014

LEI Nº 1013 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ISENTAR COBRANÇA DE PREÇO PÚBLICO MUNICIPAL PARA SERVIÇO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar, por prazo indeterminado, a cobrança do preço público municipal para o serviço de entrada individual no Parque Ecológico.
Parágrafo único - A isenção de que trata o caput deste artigo, ocorrerá até a execução da obra de reconstrução de novas trilhas suspensas nos locais das atuais existentes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
04 de Dezembro de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 04 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR 38/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 38 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
REVOGA ARTIGO QUE MENCIONA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01 DE 05 DE AGOSTO DE 1997.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município de Maracajá, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado, em todos os seus termos, o artigo 93 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 01 de 05 de Agosto de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito,
10 de Dezembro de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na Secretaria de Administração em 10 de Dezembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

PORTARIA 326/2014

Portaria nº 326 de 1º de setembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VI,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ROSANE ROCHA, brasileira, maior, nascida em 18 de março de 1969, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 910.179.479-53, para exercer o cargo de Merendeira - ACT, 40 horas, no período de 1º de setembro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 327/2014

PORTARIA Nº 327 DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR HUGO DANIEL DA SILVA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao servidor público Hugo Daniel da Silva referente ao período de 1º/4/2007 à 31/3/2012.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 1º/9/2014 à 30/9/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 1º de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 328/2014

Portaria Nº 328, de 1º de setembro de 2014.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Enfermeiro - ACT, MONIQUE FRANCELICIO SPACEK CPF 054.050.009-73, matrícula Nº 1838, nascida em 25 de junho de 1985.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 263/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 329/2014

PORTARIA Nº. 329 DE 1º DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam: Amarildo Bortolotto de Souza, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 24/4/2013 a 23/4/2014, com gozo em 1º/9/2014 e término em 30/9/2014.

Antonio de Bem, ocupante do Cargo de Pedreiro, referente ao período aquisitivo de 25/1/2012 a 24/1/2013, com gozo em 1º/9/2014 e término em 30/9/2014.

José Zacarias Felisberto, ocupante do Cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, referente ao período aquisitivo de 2/3/2013 a 1º/3/2014, com gozo em 15/9/2014 e término em 14/10/2014. Morgana Steckert Nolla, ocupante do Cargo de Odontóloga, referente ao período aquisitivo de 23/5/2012 a 22/5/2013, com gozo em 17/9/2014 e término em 16/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 1º de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 330/2014

Portaria nº 330 de 5 de setembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

Considerando que foi realizado o chamamento público e o mesmo restou deserto;

Considerando que após notificação dos aprovados em Processo Seletivo, todos desistiram da vaga;

Considerando a necessidade do município em caráter de urgência da contratação de Farmacêutico;

RESOLVE

Art. 1º Nomear LEILA APARECIDA MACHADO, brasileira, maior, nascida em 1º de janeiro de 1978, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 887.396.359-53, para exercer o cargo de Farmacêutica - ACT, 40 horas, em substituição a servidora Wanice Lemos Valério que se encontra de licença.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 331/2014

PORTARIA Nº. 331 DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:
Rosane Roldão de Faveri, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 18/3/2013 a

17/3/2014, com gozo em 8/9/2014 e término em 7/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 5 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 332/2014

PORTARIA Nº. 332 DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Luiz Serafim Martins, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao período aquisitivo de 17/4/2013 à 16/4/2014, com gozo em 4/9/2014 e término em 13/9/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 4 de setembro de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 5 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 333/2014

PORTARIA Nº. 333 DE 5 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor que se relaciona:
Antonio Joelson Peruchi, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 1º/7/2013 a 30/6/2014, com gozo em 15/9/2014 e término em 14/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 5 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 5 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 334/2014

Portaria Nº 334, de 10 de setembro de 2014.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem - PSF - ACT, BARBARA BARCELOS ROSA CPF 005.772.489-01, matrícula Nº 1846, nascida em 9 de dezembro de 1980, devido ao retorno da servidora Silvana Bilésimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 289/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 335/2014

PORTARIA Nº 335 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA SAMARA GASPAR.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 11 de setembro de 2014, a servidora SAMARA GASPAR, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, a contar de 11/9/2014 a 8/1/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 10 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 10 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 336/2014

Portaria nº 336 de 15 de setembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º,

RESOLVE

Art. 1º Nomear ALINE LUMMERTZ DIAS DE MATTOS, brasileira, maior, nascida em 5 de janeiro de 1983, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 035.305.559-08, para exercer o cargo de Enfermeira - ACT, 40 horas, no período de 15 de setembro de 2014 podendo vigorar até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de insalubridade, conforme LTCAT, a servidora nomeada para o cargo de Enfermeira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 337/2014

PORTARIA Nº. 337 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Karine dos Santos Marques, ocupante do Cargo de Recepcionista, referente ao período aquisitivo de 18/3/2012 à 14/12/2013, com gozo em 15/9/2014 e término em 24/9/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 338/2014

Portaria Nº 338, de 15 de setembro de 2014.
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 11 de setembro de 2014, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Fisioterapeuta - PSF - ACT, MORVANA LOURENÇO DALMORO CPF 052.319.119-76, matrícula Nº 1833, nascida em 23 de junho de 1984, devido ao retorno da servidora Camila de Freitas Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11 de setembro de 2014.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 248/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 339/2014

Portaria nº 339 de 15 de setembro de 2014.

Altera a Gratificação do servidor nomeado para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 426/1997 e a Lei Municipal 427/1997, em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010 e a Lei 985 de 12 de junho de 2014, resolve:

Alterar

Art. 1º A gratificação do servidor Marcelo Martinelli, brasileiro, maior, nascido a 31 de outubro de 1972, passando de 100% (cem por cento) para 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. Concedo a gratificação mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre os vencimentos do qual faz jus, a título de vantagem horizontal e dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 340/2014

Portaria nº 340 de 15 de setembro de 2014.

Altera a Gratificação da servidora nomeada para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Arrecadação e Tributos.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 426/1997 e a Lei Municipal 427/1997, em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010 e a Lei 985 de 12 de junho de 2014, resolve:

Alterar

Art. 1º A gratificação da servidora Micheline Costa Francisco,

brasileira, maior, nascida a 15 de agosto de 1974, passando de 100% (cem por cento) para 70% (setenta por cento).

Parágrafo único. Concedo a gratificação mensal de 70% (setenta por cento) sobre os vencimentos da qual faz jus, a título de vantagem horizontal e dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação com efeitos retroativos a contar de 1º de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 341/2014

Portaria nº 341 de 15 de setembro de 2014.

ALTERA GRATIFICAÇÃO DA SERVIDORA COMISSIONADA ROSA CORREA DA SILVA MARTINELLO, CHEFE DA DIVISÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010 e a Lei 985 de 12 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a gratificação mensal da servidora comissionada ROSA CORREA DA SILVA MARTINELLO, brasileira, maior, nascida em 10 de maio de 1967, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 004.923.339-47, de 60% (sessenta por cento) para 65% (sessenta e cinco por cento).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 342/2014

Portaria nº 342 de 15 de setembro de 2014.

Altera a Gratificação do servidor nomeado para exercer o cargo em Comissão de Coordenador Executivo da COMPDEC .

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 951 de 26 de setembro de 2013, resolve:

Alterar

Art. 1º A gratificação do servidor Francisco Demétrio da Rocha, brasileiro, maior, nascido a 16 de maio de 1960, passando de 30% (trinta por cento) para 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. Concedo a gratificação mensal de 50% (cinquenta por cento) sobre os vencimentos do qual faz jus, a título de

vantagem horizontal e dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 343/2014

Portaria nº 343 de 15 de setembro de 2014.
Altera a Gratificação do servidor nomeado para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Contabilidade.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 426/1997 e a Lei Municipal 427/1997, em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010 e a Lei 985 de 12 de junho de 2014, resolve:

Alterar

Art. 1º A gratificação do servidor Helder Francisco Loch, brasileiro, maior, nascido a 3 de junho de 1955, passando de 50% (cinquenta por cento) para 70% (setenta por cento).
Parágrafo único. Concedo a gratificação mensal de 70% (setenta por cento) sobre os vencimentos do qual faz jus, a título de vantagem horizontal e dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 15 de setembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 15 de setembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 344/2014

PORTARIA Nº. 344 DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Suelen Calegari Monteiro Zandonadi, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao período aquisitivo de 5/6/2013 à 4/6/2014, com gozo em 1º/10/2014 e término em 10/10/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 345/2014

PORTARIA Nº. 345 DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora Olinda Aparecida Fernandes Rocha, ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 2/1/2013 à 1º/1/2014, com gozo em 1º/10/2014 e término em 10/10/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias da servidora supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 346/2014

Portaria nº 346 de 1º de outubro de 2014.
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA EFETIVA MARIA JULIANI PERUCHI MONTEIRO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 28 da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a pedido, a carga horária de 30h (trinta horas) para 20h (vinte horas) da professora efetiva Maria Juliani Peruchi Monteiro, matrícula 467.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 1º de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 347/2014

Portaria nº 347 de 1º de outubro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear EDITE SCARDUELLI, brasileira, maior, nascida em 10 de agosto de 1961, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 442.780.559-00, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20 horas, ref. LP-1A, no período de 1º de outubro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente na E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 348/2014

PORTARIA Nº. 348 DE 1º DE OUTUBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Marcelo Martinelli, ocupante do Cargo de Oficial Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 30/12/2011 à 29/12/2012, com gozo em 1º/10/2014 e término em 10/10/2014.

Art. 2º Nos termos do §2º do art. 91 da Lei Complementar nº 01, 07 de outubro de 1997, fica convertido 20 (vinte) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 349/2014

Portaria nº 349 de 1º de outubro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, VII,

RESOLVE

Art. 1º Nomear DOUGLAS DAROLT DOS SANTOS, brasileiro, maior, nascido em 24 de maio de 1991, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 065.394.729-19, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, 40 horas, em substituição ao servidor Francisco João Narcizo que se encontra de licença.

Art. 2º Fica concedido o percentual de 20% de adicional de insalubridade ao servidor ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, conforme LTCAT, por prestar seus serviços no Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos, utilizando a roçadeira.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de outubro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 1º de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 350/2014

Portaria Nº 350, de 16 de outubro de 2014.
EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 1º de outubro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público JOÃO HENRIQUE KINDERMANN, CPF 044.871.999-13, matrícula Nº 688, nascido em 16 de agosto de 1984, nomeado pelo Decreto nº 34 de 6 de março de 2006, do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 16 de outubro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 16 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 351/2014

Portaria Nº 351, de 20 de outubro de 2014.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 20 de outubro de 2014, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, LETICIA COSTA DIAS CPF 059.040.239-01, matrícula Nº 1837, nascida em 12 de janeiro de 1989.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 254/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 352/2014

Portaria Nº 352, de 20 de outubro de 2014.
EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com as Leis Nº 426 e 427 de 1º de outubro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir do dia 31 de outubro de 2014, a servidora pública JOICE MARTINS MEDEIROS, CPF 022.447.979-29, matrícula Nº 510, nascida em 8 de fevereiro de 1978, nomeada pelo Decreto nº 105 de 2 de maio de 2002, do cargo de Auxiliar de Assistente Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 353/2014

Portaria nº 353 de 20 de outubro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a partir do dia 13 de outubro de 2014, BRUNA DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 31 de janeiro de 1996, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 101.957.419-43, para exercer o cargo de Professor - ACT, 20

horas, ref. MAG 80%, para preenchimento de vaga excedente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 354/2014

PORTARIA Nº 354 DE 27 DE OUTUBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ADENIR LUIZ PADILHA DA SILVA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao servidor público Adenir Luiz Padilha da Silva referente ao período de 17/2/2003 à 14/4/2008.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 27/10/2014 à 25/11/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 27 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 355/2014

Portaria Nº 355, de 27 de outubro de 2014.

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 24 de outubro de 2014, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, SINAIRA ROCHA DE SOUZA CPF 004.844.099-05, matrícula Nº 1850, nascida em 23 de março de 1982, devido ao retorno da servidora Crislaine Dondossola da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24 de outubro de 2014.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 315/2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 de outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 356/2014

Portaria nº 356 de 27 de outubro de 2014.

Altera a Gratificação da servidora nomeada para exercer o cargo de Chefe da Divisão Técnica Administrativa.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 426/1997 e a Lei Municipal 427/1997, em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010 e a Lei 985 de 12 de junho de 2014, resolve:

Alterar

Art. 1º A gratificação da servidora Samara Correa Demetrio, brasileira, maior, nascida a 2 de outubro de 1972, passando de 30% (trinta por cento) para 60% (sessenta por cento).

Parágrafo único. Concedo a gratificação mensal de 60% (sessenta por cento) sobre os vencimentos da qual faz jus, a título de vantagem horizontal e dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação com efeitos retroativos a contar de 1º de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 357/2014

Portaria nº 357 de 27 de outubro de 2014.

Altera a Gratificação da servidora nomeada para exercer o cargo de Chefe da Divisão de Ensino.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 426/1997 e a Lei Municipal 427/1997, em concordância com o Decreto 257 de 13 de agosto de 2010 e a Lei 985 de 12 de junho de 2014, resolve:

Alterar

Art. 1º A gratificação da servidora Andréia Eli Machado, brasileira, maior, nascida a 5 de setembro de 1970, passando de 50% (cinquenta por cento) para 80% (oitenta por cento).

Parágrafo único. Concedo a gratificação mensal de 80% (oitenta por cento) sobre os vencimentos da qual faz jus, a título de vantagem horizontal e dedicação exclusiva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação com efeitos retroativos a contar de 1º de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 outubro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de outubro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 358/2014

Portaria nº 358 de 3 de novembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012, Art. 2º, IV,

RESOLVE

Art. 1º Nomear SINARA ROCHA DE SOUZA, brasileira, maior, nascida em 23 de março de 1982, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 004.844.099-05, para exercer o cargo de Professor - ACT, 30 horas, ref. MAG 80%, para preenchimento de vaga excedente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 3 de novembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 359/2014

PORTARIA Nº 359 DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA SIMONE FREITAS BITENCOURT.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 102 da Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Simone Freitas Bitencourt, referente ao período de 30/12/2005 à 29/12/2010.

Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 01 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 3/11/2014 à 2/12/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 3 de novembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 3 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 360/2014

PORTARIA Nº. 360 DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 91 da Lei Complementar Nº. 01 de 07/10/97,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias a servidora que se relaciona:

Ana Lucia Réus da Rocha, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 1º/2/2012 a 31/1/2013, com gozo em 3/11/2014 e término em 2/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,
em 3 de novembro de 2014.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 361/2014

Portaria nº 361 de 3 de novembro de 2014.

O Prefeito Municipal de Maracajá em Exercício, no uso de sua competência que lhe confere a Lei nº 914 de 13 de dezembro de 2012,

Considerando que não há mais nomes na lista dos aprovados no Processo Seletivo para o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil;

Considerando a necessidade do município em caráter de urgência da contratação de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil para manutenção do Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha;

RESOLVE

Art. 1º Nomear GESSICA PEREIRA VELHO, brasileira, maior, nascida em 13 de junho de 1992, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 069.919.749-00, para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, 40 horas, no período de 3 de novembro de 2014 podendo vigorar até 19 de dezembro de 2014, para preenchimento de vaga excedente no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomazi Rocha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 3 de novembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 3 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 362/2014

PORTARIA Nº 362 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA CASSIANDRA BAVARESCO RIBEIRO DORDETTI.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 12 de novembro de 2014, a servidora CASSIANDRA BAVARESCO RIBEIRO DORDETTI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde-PSF - ACT, a contar de 12/11/2014 a 11/3/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 12 de novembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 12 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 363/2014

PORTARIA Nº 363 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA AURIDEIA REUS CARDOSO MORAES.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 18 de novembro de 2014, a servidora AURIDEIA REUS CARDOSO MORAES, ocupante do cargo de Professor - ACT, a contar de 18/11/2014 a 17/3/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de novembro de 2014.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

PORTARIA 364/2014

Portaria Nº 364, de 25 de novembro de 2014.

EXONERA, DO CARGO EM COMISSÃO, O SERVIDOR LUCIO ANTONIO GASPAR.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 888 de 14 de março de 2012, e de conformidade com o inciso VII, do Art 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor comissionado LUCIO ANTONIO GASPAR, CPF 378.836.159-04, matrícula 1436, nascido em 13 de dezembro de 1959, nomeado para exercer o cargo em comissão de Administrador do Cemitério Municipal de Maracajá.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 022 de 2 de janeiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 25 de novembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 25 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

PORTARIA 365/2014

PORTARIA Nº 365 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA GESIANE BASILIO DE ALMEIDA SOMARIVA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a partir do dia 27 de novembro de 2014, a servidora GESIANE BASILIO DE ALMEIDA SOMARIVA, ocupante do cargo de Professor - ACT, a contar de 27/11/2014 a 26/3/2015, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 27 de novembro de 2014.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 27 de novembro de 2014.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Massaranduba**PREFEITURA****DECRETO Nº 3029 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3029 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) no programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof) R\$ 20.000,00

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil Creches

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof) R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Dezembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

ATA 29.2014 - AQUISIÇÃO DE LAJOTAS E MEIO FIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 29/2014

Processo Licitatório Nº. 85 / 2014

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 51 / 2014

VALIDADE: 12 (doze) meses (08-12-2014 a 08-12-2015)

Aos oito dias do mês de dezembro de 2014, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 85/2014 - Pregão Presencial Nº. 51/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de lajotas e meio fio para pavimentação e manutenção de diversas ruas do município

de Massaranduba (SC)), pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presente às empresas e seus representantes:

PARTICIPANTES	CNPJ/CPF
SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP, neste ato representado por LEOCIR VANDERLEI SAFANELLI	06.957.836/0001-65
SOBERANA SERVICOS E CONSTRUÇOES LTDA, neste ato representado por ROBERTO CARLOS IMME	01.408.643/0001-31

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Aquisição de lajotas e meio fio para pavimentação e manutenção de diversas ruas do município de Massaranduba (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
01	SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP	LAJOTAS SEXTAVADAS 25cm X 25cm X 8cm - 35 FCK	M2	Sólidos	20.000	27,95	R\$ 559.000,00
02	SOLIDOS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP	MEIO FIO EM CONCRETO PRE-MOLDADO 25CM X 80CM X 8CM	M	Sólidos	4.000	13,00	R\$ 52.000,00
Total do Fornecedor: R\$ 611.000,00							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 611.000,00 (seiscentos e onze mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 85/2014 - Pregão Presencial Nº. 51/2014.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 85/2014 - Pregão Presencial Nº. 51/2014 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Será adotado o seguinte critério:

4.2. Os pagamentos dos serviços executados ficam condicionados à comprovação dos recolhimentos dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.3. Para os materiais adquiridos destinados a manutenção de ruas, a Prefeitura de Massaranduba, se compromete a efetuar o pagamento: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento.

4.4. Para os materiais adquiridos destinados a pavimentação comunitária de ruas, os lindeiros pagarão diretamente ao fornecedor, de acordo com os valores registrados no processo licitatório.

4.5. Os proprietários lindeiros (denominados aderentes ao projeto de pavimentação), pagarão os valores definidos na Lei Municipal nº. 1596/2014 e alterações, devendo tal condição ser especificada no contrato a ser firmado entre o lindeiro e a empresa licitante vencedora.

4.6. A empresa Contratada deverá contratar com os lindeiros e manter os preços à vista para 2 (dois) pagamentos.

4.7. A empresa Contratada deverá negociar prazos de parcelamento com os lindeiros em até 24 (vinte e quatro) meses.

4.8. A empresa Contratada deverá negociar prazos com os lindeiros, porém a taxa de juros para parcelamento entre 03 (três) a 24 (vinte quatro) meses não poderá exceder a 2,00% ao mês.

4.9. Para que a Contratada realize a cobrança junto aos lindeiros, deverá firmar Contrato entre ambas as partes (EMPRESA CONTRATADA E LINDEIROS), individualmente, conforme os valores definidos pela administração pública.

4.10. Para os lindeiros não aderentes, que não firmarem contrato com a Empresa Contratada, o custo da obra será absorvido pela Prefeitura, que efetuará o pagamento à CONTRATADA, efetuando a cobrança relativamente à contribuição de melhoria.

4.11. O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvada as hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

4.12. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Massaranduba (Artigo 55, inciso XIII da Lei nº. 8.666/93).

4.13. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

4.14. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.15. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

4	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
1	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
2025	CONSERVACAO DOS SERVICOS URBANOS.
3390309900	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
10000	Recursos Ordinários
4	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
1	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
2025	CONSERVACAO DOS SERVICOS URBANOS.
4490519100	OBRAS EM ANDAMENTO
10000	Recursos Ordinários
4	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
1	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
2025	CONSERVACAO DOS SERVICOS URBANOS.
3390309900	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
10000	Recursos Ordinários
4	SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVICOS URBANOS
1	GERENCIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS
2025	CONSERVACAO DOS SERVICOS URBANOS.
4490519100	OBRAS EM ANDAMENTO
10000	Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega será de 03 (três) dias consecutivos após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.2. Local de entrega: NO LOCAL AONDE A OBRA SERÁ EXECUTADA.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência;

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar

comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO

solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas na Ordem de Compra e Cronograma de Entrega, no local aonde a obra será executada, respeitando o horário de entrega entre 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min;

11.1.3. Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito;

11.1.4. Pagar todos os tributos fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

11.1.5. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

11.1.6. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

11.1.7. Aceitar as condições de pagamento, previstas neste edital;

11.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste edital, sem prévia e expressa anuência da Administração;

11.1.9. Entregar parceladamente o objeto desta licitação, conforme a quantidade a ser solicitada, devendo o licitante vencedor providenciar a entrega no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos após solicitação, independente de valor para faturamento;

11.1.10. O material deverá ser entregue acondicionado adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue juntamente com o produto.

11.1.11. Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 85/2014 - Pregão Presencial Nº. 51/2014., e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	08	de	Dezembro	de	2014
-------------------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA
MARIO FERNANDO REINKE
Contratante

SOLIDOS IND. E COM. DE PRE-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP LEOCIR VANDERLEI SAFANELLI Contratada
--

CO 38/2013 AD 38/5 - PAV. 1º BRAÇO - TRECHO SÃO PAULINO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 38/2013

QUINTO ADITIVO (38/5) - PRAZO

Processo Licitatório nº. 57/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da estrada 1º Braço do Norte, trecho São Paulinho ao morro do Santo Anjo, fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 01 de Janeiro de 2015, findando em 29 de Junho de 2015, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original.

Massaranduba, 05 de Dezembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

DECRETO Nº 3028 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3028 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof) R\$ 97.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (aplic.outras) R\$ 60.500,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (aplic.outras) R\$ 36.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Dezembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº 3030 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3030 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creches

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof) R\$ 14.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creches

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (aplic.outras) R\$ 14.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 09 de Dezembro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº. 3031 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3031 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1640 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL

0301.004.122.0031.2011 - Administração de Recursos Humanos

0301 - 31900000 - Aplicações Diretas

0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0301 - 33900000 - Aplicações Diretas

0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0302.004.122.0030.2013 - Administração de Serviços Gerais

0302 - 31900000 - Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0302 - 33900000 - Aplicações Diretas

0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Municipais

0403 - 3190000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

0403 - 33900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 65.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1020 - Pavimentação de Vias

0401 - 4490000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 140.000,00

0401.022.661.0160.2026 - Apoio a Indústria

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.364.0086.2047 - Apoio aos Universitários

0501 - 3390000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº. 3032 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3032 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1641 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 3190000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof)

..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0084.1044 - Construção de Escolas

0501 - 4490000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outras aplic) R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

DECRETO Nº. 3033 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 3033 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1642 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família

0602 - 3190000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde R\$ 100.000,00

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atend. à População

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creches

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 60.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação
..... R\$ 90.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

LEI Nº. 1639 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1639 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014
Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município
de Massaranduba para o Exercício de 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba, (SC), faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Massaranduba para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 39.605.000,00(Trinta e nove milhões, seiscentos e cinco mil reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, convênios e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	39.688.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$	3.733.500,00
1.2 Receita de Contribuições	R\$	720.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$	327.200,00
1.4 Receita de Serviços	R\$	1.715.500,00
1.5 Transferências Correntes	R\$	32.501.150,00 690.650,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$	690.650,00 2.450.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.450.000,00
2.1 Operações de Créditos	R\$	2.000.000,00
2.2 Alienação de Bens	R\$	140.000,00
2.3 Transferências de Capital	R\$	310.000,00
3. Deduções Receita Transferência FUNDEB	R\$	5.078.000,00
TOTAL	R\$	37.060.000,00

§ 2º A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	756.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	3.440.000,00
04 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SER.URB	R\$	9.218.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULT.ESP.E TURISMO	R\$	11.928.000,00
08 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	R\$	450.000,00
09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	1.160.000,00
00 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	932.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	400.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	8.776.000,00
TOTAL	R\$	37.060.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$	3.366.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	156.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$	11.238.000,00
13 - CULTURA	R\$	150.000,00
15 - URBANISMO	R\$	6.010.000,00
16 - HABITAÇÃO	R\$	50.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$	50.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$	1.110.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$	50.000,00
25 - ENERGIA	R\$	732.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$	2.300.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$	540.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	2.132.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	400.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	8.776.000,00
TOTAL	R\$	37.060.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	21.038.100,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	11.572.000,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	300.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	9.166.100,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	6.845.900,00
4.4.00.00 - Investimentos	R\$	5.815.900,00

4.5.00.00 – Inversões Financeiras	R\$	130.000,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	R\$	900.000,00
9.9.99.99 – Reserva de Contingência	R\$	400.000,00
Transferências Financeiras	R\$	8.776.000,00
TOTAL	R\$	37.060.000,00

Art 2º. O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.740.000,00(Hum milhão, setecentos e quarenta mil reais).

§ 1º. - A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências financeiras da Prefeitura Municipal de Massaranduba.

1. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	1.740.000,00
1.1 - Transferências Financeiras	R\$	1.740.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	1.740.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.329.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	1.110.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	219.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	411.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	411.000,00
TOTAL	R\$	1.740.000,00

Art 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.616.000,00(Oito milhões, seiscentos e dezesseis mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	2.265.000,00
1.1 Receita Tributária	R\$	56.300,00
1.2 Receita Patrimonial	R\$	87.300,00
1.3 Receita de Serviços	R\$	50.000,00
1.4 Transferências Correntes	R\$	2.051.400,00
1.5 Outras Receitas Correntes	R\$	20.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	100.000,00
2.1 Transferências de Capital	R\$	100.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	2.365.000,00
Transferências Financeiras	R\$	6.251.000,00
TOTAL GERAL	R\$	8.616.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes e da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	7.384.300,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	4.788.400,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	2.595.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.231.700,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	1.231.700,00
TOTAL	R\$	8.616.000,00

Art 4º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício financeiro de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 965.000,00(Novecentos e sessenta e cinco mil reais).

§ 1º A receita relativa ao orçamento será oriunda de transferências da União, Estado e de outras receitas próprias do Fundo, de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$	170.000,00
1.1 Receita Patrimonial	R\$	15.000,00
1.2 Transferências Correntes	R\$	153.700,00
1.3 Outras Receitas Correntes	R\$	1.300,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	10.000,00
2.1 – Transferências de Capital	R\$	10.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	180.000,00
Transferências Financeiras	R\$	785.000,00
TOTAL GERAL	R\$	965.000,00

§ 2º A despesa relativa ao orçamento a que se refere esse artigo é fixada segundo a discriminação dos anexos constantes, da seguinte forma:

DESPESAS CORRENTES	R\$	889.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	225.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$	664.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	76.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	R\$	76.000,00
TOTAL	R\$	965.000,00

Art 5º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de Riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
1. Intempéries	R\$	300.000,00
3. Decisões Judiciais	R\$	30.000,00
6. Indenizações por Resc. Contratuais	R\$	10.000,00
99 Outros Passivos Contingentes	R\$	40.000,00
99.1 Despesas não orçadas ou orçadas a menor	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	400.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados aos eventos previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para Abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art 7º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º. da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, desde que não comprometidos.
II - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art 8º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fonte oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para

fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art 10. Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art 11. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º. de Janeiro.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

LEI Nº. 1640 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1640 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 - Administração de Recursos Humanos
0301 - 3190000 - Aplicações Diretas
0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00
0301 - 33900000 - Aplicações Diretas
0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0302 - GERÊNCIA DE PATRIMONIO
0302.004.122.0030.2013 - Administração de Serviços Gerais
0302 - 31900000 - Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
0302 - 33900000 - Aplicações Diretas
0302 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0060.2029 - Conservação de Estradas Municipais
0403 - 3190000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 35.000,00
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 65.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0050.1020 - Pavimentação de Vias

0401 - 4490000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 140.000,00

0401.022.661.0160.2026 - Apoio a Indústria

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.364.0086.2047 - Apoio aos Universitários

0501 - 3390000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

LEI Nº. 1641 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1641 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 3190000 - Aplicações Diretas

0501 - 11800 - Transferências do FUNDEB (aplic.prof) R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0084.1044 - Construção de Escolas

0501 - 4490000 - Aplicações Diretas

0501 - 11900 - Transferências do FUNDEB (outras aplic) R\$ 50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

LEI Nº. 1642 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº. 1642 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a Abertura de Créditos Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2095 - Manutenção das atividades da Estratégia da Família

0602 - 3190000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde R\$ 100.000,00

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção dos Serviços de Atend. à População

0602 - 31900000 - Aplicações Diretas

0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Saúde R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), dos seguintes programas e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creches

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 60.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos/ Educação R\$ 90.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 09 DE DEZEMBRO DE 2014

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

Meleiro**PREFEITURA****DECRETO N.º 094/2014**

DECRETO n.º 094/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, nos dias 26 e 31 de Dezembro de 2014.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 05 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

LEI Nº 1666/2014

LEI Nº 1666/2014

TRATA DA NOMENCLATURA DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º A Rua 73, com início na Rua José Zilli (Rua 44) e término no final do perímetro urbano do Bairro Sanga Grande, possuindo 12m (doze metros) de largura, passa a denominar-se "RUA GREGÓRIO PEREIRA FILHO".

Art. 2 º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 09 de dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****DECRETO Nº 308/2014**

DECRETO Nº 308/2014 de 09.12.2014.

DISPÕE SOBRE PONTOS FACULTATIVOS, FERIADO E EXPEDIENTE DE ATENDIMENTO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Reforma Administrativa e demais normas legais pertinentes, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.663/2006 que fixa feriados municipais, CONSIDERANDO as festividades do Natal e Ano Novo, CONSIDERANDO as disposições da LRF e em especial as atividades de encerramento do exercício de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido que não haverá expediente de atendimento ao público nas repartições públicas do Município de Modelo - SC, relativo ao Feriado e Pontos Facultativos nos dias a seguir relacionados:

24 de dezembro - Véspera de Natal - atendimento no turno matutino - Ponto Facultativo no turno vespertino;

26 de dezembro - Ponto Facultativo;

30 de dezembro - Emancipação Política Administrativa do Município de Modelo/SC - Feriado Municipal;

31 de dezembro - Véspera de Ano Novo - Ponto Facultativo

02 de janeiro de 2015 - Ponto Facultativo

Art. 2º - Nos dias de Ponto Facultativo e no Feriado do dia 30 de dezembro de 2014, estabelecidos neste Decreto, serão mantidos os serviços internos de Contabilidade, Tesouraria, Tributação e Administrativos, podendo ser realizados pagamentos, lançamentos de arrecadação e baixa e demais procedimentos, com os respectivos registros, para atendimento do encerramento do exercício financeiro de 2014, sendo o planejamento das atividades e execução dos serviços organizados pelos respectivos Setores.

Art. 3º - Para fins de atendimento dos Processos Licitatórios com abertura prevista no exercício de 2014, os dias de Pontos Facultativos estabelecidos neste Decreto serão contados como dia útil, e o atendimento será efetuado através do Setor de Licitações, com informações disponibilizadas no site do município.

Art. 4º - As urgências e emergências na área da Saúde serão atendidas na Associação Hospitalar Beneficente de Modelo, através do sobreaviso médico e conforme necessidade, serão encaminhadas às unidades de referências, observadas as prescrições médicas e em atendimento às disposições legais, mantido igualmente para esses serviços, a escala de sobreaviso dos motoristas no transporte dos pacientes.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 309/2014

DECRETO Nº 309/2014 de 09.12.2014.

DISPÕE SOBRE O EXPEDIENTE INTERNO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas legais pertinentes.

Considerando as providências e a disponibilidade aos servidores da área administrativa e financeira, para execução dos trabalhos de Prestação de Contas do Exercício de 2014 e abertura das atividades do ano de 2015,

Considerando em especial a implantação da nova Contabilidade Pública (PCASP e NBCASP) e procedimentos da LRF, Considerando igualmente o período de Planejamento das atividades e organização interna dos Setores para 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido, no período de 05.01.2015 a 30.01.2015, expediente especial de atendimento ao público e serviços internos, dos setores com funcionamento na Sede da Prefeitura Municipal, da seguinte forma:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA (SEDE DA PREFEITURA):

I - das 07:30 às 11:30 horas - expediente aberto ao público em geral

II - das 13:30 às 17:30 horas - expediente interno (Não haverá atendimento ao público no turno Vespertino)

Art. 2º - Para os demais Departamentos o expediente será normal, observada programação de atividades e férias de cada Departamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 09 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

LEI MUNICIPAL Nº 2172/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2172/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,
FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE MODELO - SC, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.489.389/0001-12, com sede na Av. Rua Jose Bonifácio, no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para desenvolvimento de atividades culturais e artísticas, em benefício dos interessados, do Município de Modelo SC, de conformidade com as disposições legais, em especial da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 9.000,00 (Nove mil reais.), para o exercício de 2014, em complementação a Lei Municipal 2137/2014, a ser pago em até 2 parcelas, para desenvolvimento e manutenção das atividades da entidade e para realização de projetos para reestruturação de museu, atividades culturais, ornamentações e organização natalina 2014.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento da contribuição financeira de que dispõe o caput deste artigo, a entidade deverá apresentar juntamente com os documentos solicitados no artigo 3º da presente Lei, o Plano de trabalho para aplicação dos recursos e demais documentos para habilitação ao convenio.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos, à entidade dever apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Descrição detalhada do objeto a ser adquirido e ou executado;
- c) Fotocópia da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Fotocópia do Estatuto;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data;
- f) Fotocópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidão Negativa do Município de Modelo

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Cópia dos documentos da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancárias emitidas;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Relação dos alunos participantes de cada curso, beneficiado

com a contribuição de que dispõe esta lei.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 9º- O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2173/2014

LEI MUNICIPAL 2173/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE MODELO-SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.625.411/0001-01, com sede na Av. Rua Benjamin Constant, no Município de Modelo - SC, para manutenção da entidade, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais), para o exercício de 2015, destinado ao atendimento e desenvolvimento da Educação Especial, conforme disposições estatutárias da entidade, a ser pago em até 12 (doze) parcelas, conforme Plano de trabalho e atendimento das disposições desta Lei.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade dever apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;

- f) Copiado CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvará de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente,

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água).

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos atendidos pela entidade;
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei ensejará aplicação de penalidades e demais providências de conformidade com as disposições legais.

Art. 8º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na contribuição financeira de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa, no atendimento da finalidade desta Lei.

Art. 9º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal de 2015.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2174/2014

LEI MUNICIPAL Nº2174/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA DE MODELO - SC, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 97.489.389/0001-12, com sede na Av. Rua Jose Bonifácio, no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para manutenção e desenvolvimento das entidades da entidade, através de atividades culturais e artísticas, em benefício dos interessados, do Município de Modelo SC, realização de projetos pra revitalização do museu, ações comemorativas e festividades do município de Modelo, de conformidade com as disposições estatutárias e legais, em especial da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais), para o exercício de 2015, a ser pago em até 11 (onze) parcelas, para desenvolvimento e manutenção de cursos, atividades culturais e artísticas, projeto de reestruturação de museu e demais atividades da entidade, conforme disposições estatutárias e no atendimento cultural e artístico dos Municípios Modelenses.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento da contribuição financeira de que dispõe o caput deste artigo, a entidade deverá apresentar juntamente com os documentos solicitados no artigo 3º da presente Lei, os projetos dos cursos a serem oferecidos.

§ 2º - Os cursos a serem oferecidos devem ser aprovados pelo

Departamento Municipal da Cultura do Município de Modelo SC e deverão estar abertos para atendimentos de todos os interessados, munícipes modelenses, observadas as disposições legais.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade dever apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Copiado CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo -SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos participantes de cada curso, beneficiado com a contribuição de que dispõe esta lei.
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos

recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
aos 10 de dezembro de 2014
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2175/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2175/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE MODELO-SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E AMIGOS CASA FAMILIAR RURAL, de caráter familiar educacional, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.906.526/0001-38, com sede na Linha Salete, no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinados a manutenção e desenvolvimento da entidade, observadas as disposições legais, conforme Plano de Trabalho e cronograma financeiro a ser apresentado pela entidade, com vigência a partir de 2015.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;

- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvará de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado de Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto Básico, devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água);
- e) Alvarás de licença expedidos pelos órgãos competentes inclusive se for o caso junto aos órgãos ambientais;
- f) Registro fotográfico da situação por ocasião, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimos.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos em até trinta dias do recebimento, devendo prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos atendidos pela entidade;
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;

n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de aplicação de penalidades conforme dispõe o convenio e a presente Lei, inclusive da devolução de recursos.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na contribuição financeira de até 20 (Vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa, no atendimento da finalidade desta Lei.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal do exercício de 2015.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2176/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2176/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASPUMO - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MODELO-SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASPUMO - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 80.625.502/0001-47, com sede no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para aplicação em despesas correntes, na manutenção das suas atividades meio e fim.

Art. 2º. A contribuição financeira será no valor de até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), para o exercício de 2014, podendo ser paga em 01 (uma) parcela, quando da apresentação da documentação solicitada no artigo 3º da presente lei, atendido a Lei de Responsabilidade

Fiscal e demais normas legais de que dispõe a presente Lei.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvará de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado no prazo de até 90 (Noventa dias) e prestar contas em até 30 (trinta) dias do término da sua aplicação, conforme termos do convenio.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Cópia dos documentos da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei é causa de imediata devolução dos recursos e tomada de contas especial nos termos legais.

Art. 8º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),
aos 10 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2177/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2177/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES, DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO MODELENSE DE ESPORTES, Pessoa jurídica de direito privado, com fins esportivos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.488.594/0001-36, com sede na Rua XV de novembro, Centro, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais.), para o exercício de 2015, a ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais, destinados à manutenção e desenvolvimento das atividades desportivas, recreativas e demais, conforme finalidades e disposições estatutárias, observadas as disposições legais.

Art. 3º. Para celebrar o convenio e recebimento dos recursos, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;

- Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- Cópia do Alvara de funcionamento;
- Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 30 (trinta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo - SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- Cópia dos documentos da despesa;
- Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
- Extrato bancário com toda a movimentação;
- Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012 .

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei poderá ser causa da devolução dos recursos, suspensão de novos repasses e ou encerramento de convenio.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal de 2015.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2178/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2178/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, EXERCÍCIO DE 2014, CONFORME ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde de Modelo SC, autorizado a efetuar contribuição financeira a SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.303.339/0001-94, com sede na Av. XV de novembro, Bairro Laranjeiras, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para auxiliar na manutenção e custeio de suas atividades, incluído o sobreaviso de 24 horas, no atendimento hospitalar e ambulatorial de munícipes modelenses.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), em complementação a contribuição aprovada através da Lei Municipal 2129/2014, a ser pago em até 02 (duas) parcelas, para o exercício de 2014, observada as disponibilidades financeiras, programação e cronograma de arrecadação e de desembolso, conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- n) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- o) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela

concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto devidamente aprovado pela Amerios;
 - b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
 - c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água).
- Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento, ou conforme cronograma físico financeiro, junto ao Município de Modelo -SC/Fundo Municipal de Saúde.
- Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:
- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
 - b) Cópia dos documentos da despesa;
 - c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
 - d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
 - e) Extrato bancário com toda a movimentação;
 - f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
 - g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
 - h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
 - i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
 - j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei pode ser causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de dezembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2179/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2179/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS À SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, PARA MANUTENÇÃO E CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Saúde de Modelo SC, autorizado a efetuar a transferência de recursos financeiros à SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO SC, Pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.303.339/0001-94, com sede na Av. XV de novembro, Bairro Laranjeiras, do Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei, para auxiliar na manutenção e custeio de suas atividades dos serviços de saúde, incluído o sobreaviso de 24 horas, no atendimento hospitalar e ambulatorial de municípios modelenses.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais), a ser pago parceladamente, conforme Plano de Trabalho e documentos para celebração de convenio, do cronograma físico financeiro, apresentado pela entidade nos termos da presente Lei, com vigência para o exercício de 2015, observada as disponibilidades financeiras, programação e cronograma de arrecadação e de desembolso do Município, conforme disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos à entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem

como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água).

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, em até 30 (trinta) dias após o recebimento dos recursos, e prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento, ou conforme cronograma físico financeiro, junto ao Município de Modelo -SC/Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Cópia dos documentos da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Demais documentos solicitados pelo Município para firmar o termo de convenio em atendimento a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 14/2012.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei pode ser causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal com vigência para 2015.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 10 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2180/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2180/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DE INAUGURAÇÕES E FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS 53 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no usadas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a realização da programação de inaugurações e festividades em comemoração aos 53 anos de emancipação político administrativo do Município de Modelo SC, de conformidade com a programação anexa, integrante desta Lei.

Art. 2º - Fica igualmente autorizada a realização das despesas destinadas ao atendimento do caput deste artigo, incluídas as despesas para o almoço, a ser realizado no dia 30 dezembro de 2014, aniversário do município, com aquisição de gêneros alimentícios e refrigerantes, a serem distribuídos para os Municípios, com locação de brinquedos para lazer infantil, sonorização, divulgação, impressão gráfica e outras necessárias a realização deste evento e das festividades, atividades de inauguração, ações administrativas, de interesse público, para integração, divulgação e comemoração da data de aniversário da emancipação político administrativo do município de Modelo SC, no exercício de 2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei estão previstas no orçamento vigente, sendo:

Projeto/atividade: 1569500156.2.245 - Realização da fepar e outros eventos do município, ações e desenvolvimento do turismo, folders e outros.

3.3.90.00.00.00 - Aplicação Direta

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 10 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA

LEI MUNICIPAL Nº 2181/2014

LEI MUNICIPAL Nº 2181/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES QUATRO FRONTEIRAS, DE MODELO SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar transferência financeira a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES QUATRO FRONTEIRAS, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o Nº 19.321.858/0001-86 com sede administrativa na Linha Janguta, município de Modelo, SC, nos termos da presente Lei, para manutenção e desenvolvimento das atividades da entidade, de conformidade com as disposições estatutárias e legais, em especial da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para o exercício de 2015, a ser pago em até 2 (duas) parcelas.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos a entidade deve apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidão Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvará de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado de Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;
- o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;
- p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos, para os fins a que foi solicitado, devendo prestar contas em até 90 (noventa) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo -SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancária emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;

l) Relação dos agricultores participantes beneficiados com a contribuição de que dispõe esta lei, participantes da entidade.

m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;

n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagas, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei é causa de imediata da devolução dos recursos.

Art. 8º - Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na transferência financeira de até 20% (vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa de ampliação do objeto do convenio.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 10 - O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo(SC),

aos 10 de dezembro de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 211/2014 PMN (RETIFICADO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2014 PMN

---- retificado ----

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAFÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER E GERAÇÃO DE ORTOFOTOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT. Data da entrega dos envelopes: 23/12/2014 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 23/12/2014 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 234/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 234/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE CARNES PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES) PARA COMPOSIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CRECHES, ESCOLA DE ENSINO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL) ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 23/12/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 23/12/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 10 de dezembro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

DECRETO 783 TARIFA DO LIXO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 783 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2014

ESPECIFICA TARIFA PARA COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, inciso III da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO que a lei 8.666/93, em seu art. 55, III, dispõe que são cláusulas necessárias em todo Contrato as que estabeleçam "o preço e as condições de pagamento, os critérios, datas-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento",

CONSIDERANDO que no respectivo Contrato de Concessão (nº 33/2002), firmado pelo Município com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., a cláusula quarta prevê a garantia do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste,

CONSIDERANDO que o regime jurídico da remuneração dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos domiciliares prestados pela concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. através do referido Contrato de Concessão é tarifário,

CONSIDERANDO que o ato de alteração dos valores das tarifas de serviços públicos é privativo do Chefe do Poder Executivo,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 19/2014 da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e Parecer Técnico nº 049/2014 da Diretoria de Regulação da ARIS;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 89 da Lei Orgânica do município, que dispõe que "as tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Prefeito, tendo-se em vista a justa remuneração",

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustada a tarifa relativa à remuneração dos serviços públicos de coleta, transporte e disposição final do lixo de Navegantes pelo índice IGPM, conforme previsão contida na cláusula quarta do Contrato de Concessão 033/2002, cuja variação, até novembro de 2014, deu-se em 3,65%.

Parágrafo Único: Passará, a Concessionária, a cobrar dos munícipes, a partir de 1º/1/2015, os seguintes valores pelos serviços prestados, indicados no Contrato de Concessão 033/2002:

A a/

Descrição dos Serviços	Bairro	Periodicidade	Tarifa 2014	IGPM (%)	Tarifa 2015
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	São Pedro, Gravatá, São Domingos I, Centro (da praia até Av. João Sacavém e da Av. Prefeito José Juvenal Mafra até Av. Conselheiro João Gaya) Aeroporto.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$ 20,83	3,65%	R\$ 21,59
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	São Pedro, Gravatá, São Domingos I, Centro (da praia até Av. João Sacavém e da Av. Prefeito José Juvenal Mafra até Av. Conselheiro João Gaya) Aeroporto I.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$ 41,67	3,65%	R\$ 43,19
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	São Domingos II, Porto das Balsas e Meia Praia.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$20,83	3,65%	R\$ 21,59
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	São Domingos II, Porto das Balsas e Meia Praia.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$ 41,67	3,65%	R\$ 43,19
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	São Paulo.	Quarta-Feira e Sábado.	R\$9,46	3,65%	R\$ 9,80
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	São Paulo.	Quarta-Feira e Sábado.	R\$18,92	3,65%	R\$ 19,61
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Machados.	Terça-Feira e Sábado.	R\$9,46	3,65%	R\$ 9,80
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Machados.	Terça-Feira e Sábado	R\$18,92	3,65%	R\$ 19,61
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Nossa Senhora das Graças.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$9,46	3,65%	R\$ 9,80
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Nossa Senhora das Graças.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$18,92	3,65%	R\$ 19,61
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Jardim Paranaense.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$9,46	3,65%	R\$ 9,80

Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Jardim Paranaense.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$18,92	3,65%	R\$ 19,61
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 01 vez por semana.	Volta Grande e Pedreiras.	Quinta-Feira.	R\$9,46	3,65%	R\$ 9,80
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 01 vez por semana.	Volta Grande e Pedreiras.	Quinta Feira.	R\$18,92	3,65%	R\$ 19,61
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos hospitalares.			R\$ 7,99	3,65%	8,28
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos de farmácias, consultórios odontológicos, clínicas médicas e veterinárias e outros resíduos da área de saúde.			R\$ 204,57	3,65%	212,03
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos de laboratórios.			R\$ 361,08	3,65%	374,25

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014, revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 1223 de 26/12/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 4 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 298/2014.

Extrato Contratual PMN 298/2014.

Contrato Nº.: 298/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55.

Vigência : Início: 08/12/2014 Término:08/03/2015.

Licitação : Tomada de Preços nº 200/2014.

Valor Total: R\$ 329.598,13 (trezentos e vinte e nove mil quinhentos e noventa e oito reais e treze centavos).

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM PAVERS E DRENAGEM PLUVIAL (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DO BECO DO ANICETO, DA RUA VALMIR S. BENASSI E DO BECO MANOEL JOÃO LAMIN, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO, DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DO PASSEIO COM PAVER HOLLAND (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), DA RUA BELMIRO SANTIAGO E DA SERVIDÃO RONAN R. MACCARINI, LOCALIZADAS NO BAIRRO MACHADOS E NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 200/2014.

Navegantes, 08 de dezembro de 2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 300/2014.

Extrato Contratual PMN 300/2014.

Contrato Nº.: 300/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA.

CNPJ: 80.738.016/0001-35.

Vigência : Início: 11/12/2014 Término:10/04/2015.

Licitação : Tomada de Preços nº 217/2014.

Valor Total: R\$ R\$ 334.539,94 (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULAR DE CONCRETO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DA RUA FRANCISCO JOSÉ BARON, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIO PRAIA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO SALDO RESIDUAL DO CONTRATO Nº 0349.433-01/2011 FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 217/2014.

Navegantes, 11 de dezembro de 2014.

HOMOLOGAÇÃO TP217/2014.

HOMOLOGAÇÃO TP217/2014.

Data: 11/12/2014.

Prefeitura Municipal de Navegantes

Processo: Tomada de Preço nº 217/2014.

Objeto: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS RETANGULAR DE CONCRETO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DA RUA FRANCISCO JOSÉ BARON, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIO PRAIA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO SALDO RESIDUAL DO CONTRATO Nº 0349.433-01/2011 FIRMADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Empresa/Fornecedor: ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA.
Valor Total: R\$ 334.539,94 (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Navegantes, 11 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

PORTARIA 3531 NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 3531 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e pela lei n º 1019 de 2 de setembro de 1993,

RESOLVE:

I NOMEAR o senhor LUIZ CARLOS ALBANAZ para o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar Suplente no período de 10/12/2014 a 9/1/2015, em substituição ao Conselheiro Titular Jairton Fabeni Domingos.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - ATA REGISTRO PREÇOS 173/2014.

RETIFICAÇÃO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2014

O Município de Navegantes RETIFICA a Publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços nº 173/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 173/2014: Vigência: 12 (doze) meses.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 201/2014

DECRETO Nº 201/2014

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 94, item VIII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Concurso Público, integrada pelos servidores Rosimar Darós, efetiva no cargo de Professora, Aprigio José Bottameli, efetivo no cargo de Assistente Administrativo e nomeado no cargo em comissão de Gerente de Serviços de Contabilidade, e Adriana Borralho Gonçalves Santos, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, para sob a Presidência do primeiro, acompanhar e supervisionar o Concurso Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos que fazem parte do quadro de profissionais do magistério da Administração Municipal, a ser realizado no dia 14 de dezembro de 2014.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo contratou empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 03 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1.012/2014

PORTARIA Nº 1.012/2014

Dispõe sobre a Nomeação da Comissão do Plano Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão para coordenar e sistematizar o Plano Municipal de Educação do Município de Nova Trento/SC, composta pelos servidores abaixo elencados:

1. Luiz Carlos Orsi - Secretário Municipal de Educação e Esporte;
2. Lilian Cristiani Fontanelli - Secretária Adjunta Municipal de Educação;
3. Fabiana Marchiori - Diretora de Ensino;
4. Ana Miria Cipriani Marchi - Supervisora da Educação Infantil;

5. Hyndianara Antunes dos Passos - Supervisora da Educação Especial;
6. Jananaina Táis Barauna - Supervisora do Ensino Fundamental;
7. Rosimar Darós - Supervisora Administrativa Escolar;
8. Moacir Antonio Facchini - Diretor Adjunto Escolar;
9. Rosilda Maria Dalri Merizio - Diretora Escolar;
10. Eloiza Tridapalli Dalri Orsi - Assistente Administrativo.

Art. 2º. Designar a funcionária Fabiana Marchiori - Diretora de Ensino, como Coordenadora Geral do Plano Municipal de Educação, a quem compete: conduzir, distribuir atividades e praticar atos necessários ao desempenho dos trabalhos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor, com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2014.

Nova Trento, em 10 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1005/2014

PORTARIA Nº 1.005/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, NORBERTO CIPRIANI, matrícula nº 10, concursado, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência I, (Ensino Fundamental - Geografia), com 15 (quinze) horas semanais, lotado na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pelo período de 26 (vinte e seis) dias, a contar de 24 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 02/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 1006/2014

PORTARIA Nº 1.006/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, matrícula nº 6500, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Geografia), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 24 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, em substituição ao Titular Norberto Cipriani, afastado conforme Portaria nº 1.005/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Tiburcio Taurino Bosano, nº 297, Bairro Centro, Município de São João Batista, portador do CPF nº 054.154.419-56, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental - Geografia), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Norberto Cipriani, afastado conforme Portaria nº 1.005/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 549,78 (quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), pagos na mesma data a que

tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 24 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de novembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Rafael Junior Reis de Assis

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de novembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1008/2014

PORTARIA Nº 1.008/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 561/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, NEUZA APARECIDA TAURINHO MARCOLLA, matrícula nº 6405, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 07 de dezembro de 2014 a 04 de junho de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 08 de dezembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esporte

Registrada e publicada a presente Portaria em 08 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora NEUZA APARECIDA TAURINHO MARCOLLA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Estrada Geral, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 932.054.579-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e

quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 07 de dezembro de 2014 a 04 de junho de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 07 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Neuza Ap. Taurinho Marcolla

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 07 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1010/2014

PORTARIA Nº 1.010/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, alterado pela Lei Complementar nº 584/2012 de 13 de abril de 2012,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 964/2014, que Concedeu Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARIA NAZARETE CIPRIANI, matrícula nº 1059, concursada no cargo de Professor Nível III, Referência E (Educação Infantil), com 20 (vinte) horas semanais, lotada na E. E. F. João Bayer Sobrinho - Claraíba, Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 07 de dezembro de 2014 a 21 de dezembro de 2014, conforme atestado médico datado de 08/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de dezembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 08 de dezembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DO RESULTADO DO PREGÃO FMS Nº 011/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 011/2014

O Fundo Municipal de Saúde, do município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 011/2014, cujo objeto é a Aquisição de 01(Um) Veículo automotor novo, tipo VAN MINIBUS, com capacidade de no mínimo 15 (quinze) lugares, no mínimo ano de fabricação 2014 e no mínimo modelo 2014, para uso no transporte de pacientes do município de Novo Horizonte/SC. Que na data de sua realização: Dia 10/12/2014 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante a saber: RUDIGER AUTOMOVIES LTDA, sendo vencedora do item com valor de R\$ 145.900,00 (Cento e quarenta cinco mil e novecentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz a exigência do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; o preço cotado esta dentro do limite estabelecido no edital, foi encerrada as etapas do Pregão e vencedoras a empresa acima identificada.

Novo Horizonte/SC, em 10 de Dezembro de 2.014.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

EXTRATO DO PL Nº 074/2014-PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

Processo Licitatório Nº 074/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2014

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULO PARA ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE -SC, com recursos do contrato de repasse nº 1.019.124-93/2014/MDA/CAIXA. As características e demais informações dos itens são os constantes no anexo VIII do edital.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 23/12/2014, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 11 de Dezembro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

REPUBLICACAO TP 195-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 195/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 195/2014, no dia 15 de janeiro de 2015, às 14h-00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações. A Tomada de Preços nº 209/2014 consiste na contratação de empresa especializada para elaboração do projeto de engenharia para execução da dragagem e proteção da margem esquerda do Rio Cubatão com Espigões, Guias Correntes e Enrocamentos na localidade da Guarda do Cubatão, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 09 de dezembro de 2014.
COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

RESOLUÇÃO N º 086 CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 086 / 2014

Revoga a Resolução 042/2014 e dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias da Secretaria de Assistência Social 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Resolução nº 042/2014;

Art. 2º Aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 da Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$: 22.320.000,00 (vinte e dois milhões e trezentos e vinte mil reais);

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL ARNS STOBBE
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

RESULTADO PREGÃO 222-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
222/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 222/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como aquisição móveis para Secretaria da Receita e Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

FAMOVESC IND. E COM. DE MOVEIS E ESTOFADOS LTDA EPP foi vencedora do ITEM 01 totalizando R\$ 5.267,00 (cinco mil duzentos e sessenta e sete reais)

NELITA GOMES FARIAS EPP foi vencedora do ITEM 02 totalizando R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais)

Palhoça, 10 de dezembro de 2014

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 217/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 217/2014

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 217/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais de limpeza e higiene, para Faculdade Municipal de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

CELIA REGINA W. SANI ME, CNPJ 04.195.853/0001-87, venceu o item 23, totalizando a importância de R\$ 36,00 (trinta e seis mil reais);

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME, CNPJ 09.196.745/0001-42, venceu os itens 01, 07, 11, 17, 25, 26, 27, totalizando a importância de R\$ 21.047,50 (vinte e um mil, quarenta e sete reais e cinquenta centavos);

GIZELE REGINA DA SILVA ME, CNPJ 13.839.796/0001-12, venceu em primeiro lugar os itens 5 e 6, totalizando a importância de R\$ 42.780,00 (quarenta e dois mil, setecentos e oitenta reais);

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ 14.990.312/0001-02, venceu em primeiro lugar os itens 2,3,9,10,12,18,21,24, totalizando a importância de R\$ 91.946,30 (Noventa e um mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos);

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME CNPJ 13.965.228/0001-68, venceu em primeiro lugar os itens 4 e 14, totalizando a importância de R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais);

PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP, venceu em primeiro lugar os itens 08, 13, 15, 20, totalizando a importância de R\$ 11.835,00 (Onze mil, oitocentos e trinta e cinco reais);

JULIANO JAIRO MELO ME CNPJ 14.546.646/0001-83, venceu em primeiro lugar os itens 16, 19, 22, totalizando a importância de R\$ 89.428,80 (oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

Palhoça, 05 de dezembro de 2014.
Shirley Regina de Farias
Pregoeira - Portaria n. 2365/2014

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº220/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL
220/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 220/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para locação de estruturas, equipamentos e serviços relacionados ao evento Reveillon da Natureza, na Praia da Pinheira, no Município de Palhoça.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1 - HDR SERVIÇO, COMÉRCIO & TRANSPORTE NA CONST. CIVIL LTDA ME foi vencedora, totalizando a importância de 34.010,00 (trinta e quatro mil e dez reais).

Palhoça, 10 de Dezembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 346/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 346/2014.
APROVA MINUTA DE CONCESSÃO REAL DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Concessão Real de Uso, que entre si celebram o Município de Palhoça e o Grupo Abelhas Operárias, cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Decreto originado do Projeto de Decreto Legislativo nº 117/2014.

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO Nº 002/2013

EMENDA à lei orgânica do município Nº 002/2013.
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Câmara de Vereadores do Município de Palhoça, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 54, I, da Lei Orgânica Municipal, modifica o artigo 36 da Lei Orgânica do Município de Palhoça”

Artigo 1º O artigo 36 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 - Fica fixado em 17 (dezessete) o número de vereadores na Câmara Municipal de Palhoça”.

Artigo 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 401/2014

PROJETO DE LEI Nº 401/2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Orlandina Olivia da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada SERVIDÃO ORLANDINA OLIVIA DA SILVA, com extensão de 300 metros de comprimento e 5 metros de largura, via pública com início na Rua Alaor Silveira, via pública localizada no Bairro São Sebastião, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que se trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2014.
FÁBIO COELHO
Presidente e. e.

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 419/2014

PROJETO DE LEI Nº 419/2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Justina Cardoso Horácio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Servidão Justina Cardoso Horácio, com extensão de 80 metros e largura de 4 metros, via pública, localizada no Bairro Bela Vista, com início na Rua João Francisco Barcelos Junior, no município de Palhoça.

Parágrafo único. A localização da via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2014.

FÁBIO COELHO

Presidente e. e.

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 443/2014

PROJETO DE LEI Nº 443/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Ivo João Steinbach.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Ivo João Steinbach, com extensão de aproximadamente 170 metros e largura de 10 metros, via pública, localizada no Bairro São Sebastião, com início na Rua Thomaz Domingos da Silveira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2014.

FÁBIO COELHO

Presidente e. e.

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº 446/2014

PROJETO DE LEI Nº 446/2014.

CONCESSÃO REAL DE USO. Autoriza o Poder Executivo a ceder direito de uso de área para o Grupo Abelhas Operárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso o GRUPO ABELHAS OPERÁRIAS, CNPJ/MF sob o nº 95.887.154/0001-53, com sede na Rua José Carlos Martins - Centro, Palhoça/SC, uma área de 123 m² (cento e vinte três metros quadrados), sendo parte de área maior pertencente à matrícula 24.783, do cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC, situada na Rua José Martins, fundos da sede do grupo, com o objetivo de construir uma sala para melhor acomodar as gestantes carentes,

bem como as famílias mais necessitadas do Município, obrigando-se a utilizá-la com o máximo de cuidado, como se verdadeiro dono fosse, coibindo invasões e apossamento.

Art. 2º O prazo de que trata a presente Lei será de 20 (vinte) anos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº. 122/2013

PROJETO DE LEI Nº. 122/2013.

FIXA O SUBSIDIO DOS VEREADORES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores fica fixado, em parcela única, no valor de 50% (cinquenta por cento) do estabelecido, em espécie, como subsídio mensal dos subsídios dos Deputados Estaduais do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único O Vereador faz jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral, em dezembro de cada sessão legislativa, se exerceu o mandato durante todo o período ou proporcional ao tempo de exercício do mandato, no mês de seu afastamento, considerando-se a fração igual ou superior a de 15 dias de exercício do mandato como mês integral, bem como a parcela indenizatória suplementar ao Presidente de Câmara Municipal de Palhoça.

Art. 2º Em caso de licença para tratamento de saúde pelo prazo recomendado em laudo médico, deverá o Vereador ser remunerado pelo próprio ente pagador, no caso, Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º Em caso de viagem fora do Município, a serviço ou para representação da Câmara Municipal de Palhoça, deliberada pelo Plenário, Mesa Diretora ou Presidência, poderá o Vereador receber diárias a serem fixadas mediante legislação própria, desde que a mesma seja de interesse da Administração Pública e da coletividade como um todo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

PROJETO DE LEI Nº. 436/2014

PROJETO DE LEI Nº. 436/2014.

LOA. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento do Município de Palhoça para o exercício de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Palhoça para o Exercício Financeiro de 2015 na forma apresentada nos anexos, em R\$ 545.243.250,00 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais), nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 101 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei nº /2014, para o exercício de 2015 - e do PPA, Lei nº 3923/2013, Quadriênio 2013 a 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Palhoça, referente aos Poderes, Legislativo e Executivo, incluídos os das Fundações, dos Fundos, e das Autarquias.

Parágrafo único. A importância correspondente a 15% (quinze por cento) do total previsto no "caput" deste artigo, fica disponível para Abertura de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, a que se refere o artigo 17, em atendimento às necessidades da Prefeitura, dos Fundos, Autarquias e Fundações, em até 15% (Quinze por cento), da receita estimada consolidada do Município.

Art. 2º A receita total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 545.243.250,00 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais), decorrerá da arrecadação dos tributos, demais receitas correntes, das transferências correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, além das receitas auferidas pelas Fundações, Autarquias e Fundos, e terá a seguinte composição:

II - DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO E DA SEGURIDADE SOCIAL**1 - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - CONSOLIDADO - TODAS AS FONTES**

1.1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 394.497.250,00
- Receitas Tributárias	R\$ 89.035.000,00
- Receitas de Contribuições	R\$ 24.764.000,00
- Receitas Patrimoniais	R\$ 10.494.000,00
- Receitas de Serviços	R\$ 45.626.000,00
- Transferências Correntes	R\$ 201.754.500,00
- Outras Receitas Correntes	R\$ 22.823.750,00
- DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 20.648.000,00
- RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 16.100.000,00
- Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 16.100.000,00
2.1 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 155.294.000,00
- Operações de Créditos	R\$ 23.400.000,00
- Alienações de Bens	R\$ 100.000,00
- Transferências de Capital	R\$ 31.794.000,00

TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00
--------------------	---------------------------

Art. 3º A Despesa total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 545.243.250,00 (Quinhentos e quarenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta reais) e será realizada de acordo com as discriminações das modalidades de aplicação diretas, constantes dos Anexos de Despesas desta Lei, à conta de recursos próprios e vinculados, da Administração Direta e Indireta, Fundações, Fundos, e Autarquias:

2 - DESPESAS DO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO - TODAS AS FONTES**2.1 - POR ÓRGÃO/UNIDADE - RECURSOS TOTAIS**

I - PODER LEGISLATIVO	R\$ 11.025.000,00
01.00 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 11.025.000,00
II - PODER EXECUTIVO	R\$ 534.218.250,00
04.00 -- Gabinete do Prefeito	R\$ 2.785.000,00
05.01 - Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP	R\$ 21.270.000,00
06.01 - Secretaria Municipal de Habitação	R\$ 20.980.000,00
07.01 -- Procuradoria Geral do Município	R\$ 4.608.359,73
08.01 -- Secretaria Municipal de Governo	R\$ 501.000,00
09.01 - Secretaria Municipal de Receita	R\$ 17.892.000,00
10.01 - Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 4.676.000,00
11.01 - Secretaria Desenv. Econômico e Sustentável	R\$ 1.650.000,00
12.01 - Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca	R\$ 1.890.000,00
13.01 - Secretaria Municipal de Educação	R\$ 103.186.250,00
14.01 - Secretaria. de Planejamento e Infraestrutura	R\$ 73.394.665,27
15.01 - Secretaria de Assistência Social	R\$ 520.000,00
24.01 - Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura	
25.01 - Secretaria Municipal da Região Sul	R\$ 3.911.000,00
27.01 - Secretaria Municipal de Administração	R\$ 3.709.000,00
28.01 - Secretaria de Segurança Pública e Def. do Cidadão	R\$ 10.574.000,00
99.99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 7.046.500,00
16.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	R\$ 5.656.225,00
17.01 - Fundo Municipal de Saúde	R\$ 11.925.000,00
18.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 71.438.250,00
19.01 - Instituto de Previdência Social - IPPA	R\$ 22.320.000,00
20.01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente	R\$ 42.800.000,00
21.01 - Fundo Municipal do corpo de Bombeiro- FUNREBOM	R\$ 1.827.500,00
22.01 - Faculdade Municipal de Palhoça	R\$ 1.392.500,00
	R\$ 7.710.000,00

23.01 – Fundo Municipal da Infância e do Adolescente	R\$ 1.165.000,00
26.01 _ Águas de Palhoça	R\$ 89.390.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00
3 - POR FUNÇÃO DE GOVERNO – CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
01 – Legislativa	R\$ 11.025.000,00
02 – Judiciária	R\$ 2.115.000,00
04 – Administração	R\$ 59.623.025,00
06 - Segurança Pública	R\$ 8.419.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 24.422.500,00
09 - Previdência Social	R\$ 14.985.000,00
10 – Saúde	R\$ 71.438.250,00
12 – Educação	R\$ 110.876.250,00
13 - Cultura	R\$ 1.265.000,00
15 – Urbanismo	R\$ 74.630.500,00
16 – Habitação	R\$ 8.330.000,00
17 – Saneamento	R\$ 101.240.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 1.827.500,00
20 – Agricultura	R\$ 1.890.000,00
21 – Organização Agrária	R\$ 200.000,00
22 – Indústria	R\$ 125.000,00
23- Comércio e Serviços	R\$ 955.000,00
25 – Energia	R\$ 13.800.000,00
26 - Desporto e Lazer	R\$ 2.180.000,00
27 - Encargos Especiais	R\$ 2.425.000,00
77 - Reserva de Contingência – IPPA	R\$ 27.815.000,00
99 - Reserva de Contingência – Administração Direta	R\$ 5.656.225,00
TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00
4 - POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA –CONSOLIDADO - RECURSOS TOTAIS	
1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 308.768.525,06
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 167.089.415,27
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 1.100.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 140.579.109,79
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 203.003.499,94
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 199.403.499,94
2.2 _ AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 3.600.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 33.471.225,00
3.1 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA –IPPA	R\$ 27.815.000,00
3.2 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Administração Direta	R\$ 5.656.225,00

TOTAL GERAL	R\$ 545.243.250,00
-------------	--------------------

DOS ORÇAMENTOS FISCAIS

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça, para o exercício de 2015, fixa a despesa em R\$ 11.025.000,00 (Onze milhões e vinte e cinco mil reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Palhoça será realizada mediante Transferências Financeiras Concedidas.

1 - DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 11.025.000,00
1 – Suprimento	R\$ 11.025.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 11.025.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 9.725.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 7.280.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 2.445.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.300.000,00
2.1 _ INVESTIMENTOS	R\$ 1.300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 11.025.000,00

2 - DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 5º O Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 361.247.750,00 (Trezentos e sessenta e um milhões, duzentos e quarenta e sete mil e setecentos e cinquenta reais).

§ 1º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça será realizada mediante receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, transferências, de alienação de bens imóveis e de operações de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 285.145.250,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 77.275.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	R\$ 14.764.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 834.000,00
1.4 – Receitas de Serviços	R\$ 3.006.000,00
1.5 - Transferências Correntes	R\$ 170.600.000,00
1.6 Outras Receitas Correntes	R\$ 18.666.250,00
DEDUÇÃO DAS RECEITAS DO FUNDEB	R\$ - 20.648.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 96.750.500,00
2.1- Operações de Crédito	R\$ 23.400.000,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$ 73.300.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 361.247.750,00

§ 2º A Despesa do Orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 171.933.275,06
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 92.691.915,27
1.2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$ 1.100.000,00
1.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 78.141.359,79
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 118.585.499,94
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 114.985.499,94
2.2 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ 3.600.000,00
3 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 5.656.225,00
3.1- Reserva De Contingência	R\$ 5.656.225,00
4 - + TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	R\$ 65.072.750,00
TOTAL GERAL	R\$ 361.247.750,00

3 - DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR MUNICIPAL DE PALHOÇA-IPPA.

Art. 6º O Orçamento do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça - IPPA, para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 42.800.000,00 (Quarenta e dois milhões e oitocentos mil reais).

§ 1º A Receita do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada como segue:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 23.200.000,00
1.1 - Receitas de Contribuições do Servidor	R\$ 10.000.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 9.200.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 4.000.000,00
2 - RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$ 16.100.000,00
2.1 - Receitas de Contribuições Patronais	R\$ 16.100.000,00
+ Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 3.500.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 42.800.000,00

§ 2º A Despesa do Instituto de Previdência Social do Servidor Municipal de Palhoça-IPPA, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 14.185.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 13.085.000,00
2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 800.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 800.000,00

(+) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 27.815.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 42.800.000,00

4 - DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º O Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente, para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.827.500,00 (Hum milhão, oitocentos e vinte e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada mediante Transferências Financeiras de recursos da Prefeitura, de receita tributária, patrimonial e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 510.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 420.000,00
1.2 - Outras Receitas Correntes	R\$ 60.000,00
1.3 - Receita Patrimonial	R\$ 30.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 1.317.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.827.500,00

§ 2º A Despesa da Fundação Municipal do Meio Ambiente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.645.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.356.250,00
1.2- OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 288.750,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 182.500,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 182.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.827.500,00

5 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 8º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 71.438.250,00 (Setenta e um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos e cinquenta reais).

§ 1º A receita do Fundo Municipal de Saúde, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas Tributária, Patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 27.835.000,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$ 340.000,00
1.2 - Transferências Correntes	R\$ 27.480.000,00
1.3 - Outras Receitas Correntes	R\$ 15.000,00

2 – RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 13.153.000,00
2.1 – Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
2.2 – Transferências de Capital	R\$ 13.103.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 30.450.250,00
TOTAL GERAL	R\$ 71.438.250,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Saúde, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 55.302.750,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 37.525.750,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 17.777.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 16.135.500,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 16.135.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 71.438.250,00

6 - DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 9º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 22.320.000,00 (Vinte e dois milhões e trezentos e vinte mil reais).

§ 1º A Receita do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, receitas tributárias, patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 3.094.500,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 3.074.500,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 20.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 12.035.000,00
2 – RECEITA DE CAPITAL	R\$ 7.190.500,00
2.1 – Transferência de Capital	R\$ 7.190.500,00
TOTAL GERAL	R\$ 22.320.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 13.840.000,00
- PESSOAL 1.1 E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 9.156.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 4.684.000,00

2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 8.480.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 8.480.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 22.320.000,00

7 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA

Art. 10 O Orçamento do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA, para o Exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.165.000,00 (Hum milhão e cento e sessenta e cinco mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura e de receitas patrimoniais, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 600.000,00
1.2 – Transferências Correntes	R\$ 600.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 565.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.165.000,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.100.000,00
2- DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.000,00
2.1 – INVESTIMENTOS	R\$ 65.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.165.000,00

8 - DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO - FUNREBOM

Art. 11 O Orçamento Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - Funrebom, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 1.392.000,00 (Hum milhão e trezentos e noventa e dois mil reais).

§ 1º A Receita Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro - FUNREBOM, será realizada mediante transferências de recursos da Prefeitura, receitas patrimoniais e de outras receitas correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.022.500,00
1.1 – Receita de Serviços	R\$ 980.000,00
1.2 – Receita Patrimonial	R\$ 30.000,00
1.3 – Outras Receitas Correntes	R\$ 12.500,00

(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 70.000,00
2 - RECEITA DE CAPITAL	R\$ 300.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 300.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.392.500,00

§ 2º A Despesa do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro- FUNREBOM, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 537.500,00
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 74.500,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 463.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 855.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 855.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 1.392.500,00

9 - DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Art. 12 O Orçamento da Faculdade Municipal de Palhoça, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 7.710.000,00 (Sete milhões e setecentos e dez mil reais).

§ 1º A Receita da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, patrimoniais e de outras transferências correntes, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 50.000,00
1.2 - Outras Receitas Correntes	R\$ 50.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.550.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 1.550.000,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 6.110.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 7.710.000,00

§ 2º A Despesa da Faculdade Municipal de Palhoça, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 5.710.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 4.680.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.030.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 2.000.000,00

2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 2.000.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 7.710.000,00

10 - DA SAMAE

Art. 13 O Orçamento da SAMAE, para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 89.390.000,00 (Oitenta e nove milhões e trezentos e noventa mil reais).

§ 1º Receita da SAMAE, será realizada mediante transferências financeiras de recursos da Prefeitura, de receitas, de serviços, receita tributárias, receitas patrimoniais e de outras transferências correntes e de capital, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS CORRENTES	R\$ 53.040.000,00
1.1 - Receita Tributária	R\$ 11.000.000,00
1.2 - Receita Patrimonial	R\$ 400.000,00
1.3 - Receitas de Serviços	R\$ 41.640.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 36.350.000,00
2.1 - Transferências de Capital	R\$ 36.350.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 89.390.000,00

§ 2º A Despesa da SAMAE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional e econômica, distribuídas da seguinte maneira:

1 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 34.790.000,00
1.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 1.240.000,00
1.2 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 33.550.000,00
2 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 54.600.000,00
2.1 - INVESTIMENTOS	R\$ 54.600.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 89.390.000,00

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 14 O Poder Executivo é autorizado a contratar Operações de Crédito, nos limites e prazos estabelecidos nas legislações vigentes.

Art. 15 Na realização do Orçamento referente as Despesas de Capital, os investimentos em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 16 É vedada a redução de recursos, destinados à execução de investimentos já iniciados, para acorrer despesas resultantes de novos projetos

Art. 17 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, mediante Decreto, a suplementar/remanejar dotações Orçamentárias, criar elementos de despesas, transferir de uma categoria econômica para outra, de um projeto/atividade para outro, de uma unidade/entidade para outra, abrir Créditos Adicionais Especiais e Suplementares,

em atendimento às necessidades de suplementações e anulações do orçamento da Prefeitura, dos Fundos, Fundações, autarquias e Legislativo, em até 15% (quinze por cento), do total da receita estimada consolidada do Município, aprovada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para o exercício de 2015.

Parágrafo único. São recursos hábeis para atendimento às autorizações de aberturas de Créditos Adicionais Especiais e Suplementares, contidas na presente Lei, as anulações totais ou parciais de dotações não mais utilizáveis; o superávit financeiro do exercício anterior; o provável excesso de arrecadação, resultante de operações de créditos e outros próprios e vinculados, da Prefeitura Municipal de Palhoça, Fundos, fundações e Autarquias.

Art. 18 Os saldos provenientes dos créditos adicionais especiais e extraordinários, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício, podem ser reabertos para o exercício seguinte, mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme dispositivos da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 19 Os recursos da Reserva de Contingência destinados a cobertura dos riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 28 de dezembro de 2015, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldos insuficientes.

Art. 20 As ações, de obras, serviços, equipamentos, projetos/atividades de manutenção e demais investimentos e os programas de manutenção e conservação da máquina administrativa pública da administração direta e indireta, ora inseridos no Orçamento do Município de Palhoça, para o exercício de 2015, ainda não contemplados, passam a integrar a LDO/2015 e o Plano Plurianual, Quadriênio de 2013 a 2017.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2014.
FÁBIO COELHO
Presidente e. e.

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

RESOLUÇÃO Nº 018/2014

RESOLUÇÃO Nº 018/2014

Altera o Regimento Interno desta Casa Legislativa (Resolução nº 04/93).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu Promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. O artigo 17 do Regimento Interno desta Casa Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 Em caso de vacância, os cargos da Mesa Diretora serão assim preenchidos:

I) Caso vago o cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente;
II) Caso vago o cargo de Vice-Presidente, assumirá o 1º Secretário;
III) Caso vagos os cargos de 1º Secretário, e de 2º Secretário, serão eles preenchidos em eleição a ser realizada na primeira reunião ordinária subsequente, não podendo ser candidatos os vereadores substitutos".

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2014.
NIRDO ARTUR LUZ
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

Resolução originado do Projeto de Resolução nº 005/2014

Palmitos

PREFEITURA

Lei Municipal 3828

<p>LEI Nº. 3.828/2014. De 11 de dezembro de 2014.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
---	--

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 2.039 - Manutenção da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(88)
R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.02 - Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 2.053 - Manutenção do Departamento de Transportes
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(129)
R\$ 85.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(130)
R\$ 30.000,00
TOTAL
R\$ 115.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.02 - Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 1.015 - Pavimentação de Vias Rurais
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(124)
R\$ 45.000,00
TOTAL
R\$ 45.000,00

LEI Nº. 3.828/2014.
De 11 de dezembro de 2014.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.02 - Departamento de Transportes e Serviços Viários
Projeto: 1.018 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(126)
R\$ 10.000,00
TOTAL
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.010 - Construção de Praças e Parques
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(109)
R\$ 10.000,00
TOTAL
R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto: 1.011 - Pavimentação de Vias Urbanas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(111)
R\$ 35.000,00
TOTAL
R\$ 35.000,00

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade: 06.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto: 1.017 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Implementos Agrícola
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(85)
R\$ 45.000,00
TOTAL R\$ 45.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 11 de dezembro de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Lei Municipal 3829

<p>LEI Nº. 3.829/2014. De 11 de dezembro de 2014.</p>	<p>MODIFICA O ART. 2º DA LEI Nº 3.694/2013 E O INCISO XI, DA CLÁUSULA QUARTA, DO CONVÊNIO GP Nº 006/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:</p>
---	---

Art. 1º O artigo 2º, da Lei nº 3.694/2013, de 19 de setembro de 2013, é alterado, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Município repassará a RFCC de Palmitos/SC, o valor de R\$ 1.266,00 (um mil duzentos e sessenta e seis reais) por mês, para fins de gastos com a manutenção da entidade, aquisição de móveis, equipamentos e materiais, até 30 de setembro de 2015,

tendo por termo inicial a data de assinatura do convênio, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitando a 60 (sessenta) meses.”

Art. 2º O inciso XI, da Cláusula Quarta, do Convênio GP Nº 006/2013, de 23 de setembro de 2013, é homologado com a seguinte redação:

“XI - Utilizar os recursos repassados, para despesas com fatura de água (CASAN), fatura de energia elétrica (CELESC), faturas de telefone, manutenção em geral e aquisição de móveis, equipamentos e materiais.”

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pela Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 11 de dezembro de 2014.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PR 100/2014 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO “MENOR PREÇO”, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO, EXECUÇÃO, PRODUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE EVENTOS, COM VIABILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E FORNECIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO REVEILLON DE PASSO DE TORRES, A SER REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 14:00 HORAS DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2014, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER -PREFEITO MUNICIPAL
LUCIA ALVES HESPANHOL - PREGOEIRA

EXTRATO EDITAL PR 99/2014 PMPT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 99/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, DE ACORDO COM AS LEIS 10.520, DE 17/07/2002, SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 DE 21/06/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ALTERAÇÕES POSTERIORES, TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTA A LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO “MENOR PREÇO”, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A ESCOLA MUN. DE ENS. FUNDAMENTAL MANOEL RODRIGUES DA SILVA, ESCOLA MUNICIPAL DE ENS. FUNDAMENTAL VILA NOVA, PARA O EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) E PROJETO MAIS EDUCAÇÃO. PARA O EXERCÍCIO DE 2015 COM ENTREGAS DIARIAMENTE. A ÍNTEGRA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS ESTARÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS A PARTIR DESTA DATA, NO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, NO HORÁRIO DAS 13 ÀS 19 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, SITO NA AVENIDA BEIRA RIO, 20, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

AS PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ 16:00 HORAS DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2014, COM INÍCIO DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES E JULGAMENTO NA MESMA DATA E HORA.

PASSO DE TORRES, 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER -PREFEITO MUNICIPAL
LUCIA ALVES HESPANHOL - PREGOEIRA

Passos Maia**PREFEITURA****EXTRATO TERMO ADITIVO 0002/2014 AO CONTRATO 0035/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0035/2013
PROCESSO LICITATORIO n. 0016/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0011/2013
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: INSTITUTO FAE S/C LTDA
Vigência : Fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo n. 0035/2013, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.
Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 10 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0001/2014 AO CONTRATO N.0033/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO n. 0001/2014 AO CONTRATO n.0033/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0011/2014
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO n. 0001/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: CRI - Coleta Reciclagem e Incineração de Lixo LTDA
Vigência : Fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo n. 0033/2014, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2015.
Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia, SC, 10 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 0002/2014 AO CONTRATO N.0037/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO n. 0002/2014 AO CONTRATO n.0037/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0016/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0010/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: MARCELI MARCHESINI
Vigência : Fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo n. 0037/2014, passando a vigorar até 30 de novembro de 2015.
Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia, SC, 10 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N.0001/2014 AO CONTRATO N.0038/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO n. 0001/2014 AO CONTRATO n.0038/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0018/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0011/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: PATRICIA ANSELM
Vigência : Fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo n. 0038/2014, passando a vigorar até 30 de novembro de 2015.
Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia, SC, 10 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO N.0001/2014 AO CONTRATO N.0039/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO n. 0001/2014 AO CONTRATO n.0039/2014
PROCESSO LICITATORIO n. 0020/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0013/2014
Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC
Contratada: CLINITRAUMA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE LAGES LTDA
Vigência : Fica prorrogado a vigência do Contrato Administrativo n. 0039/2014, passando a vigorar até 30 de novembro de 2015.
Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia, SC, 10 de dezembro de 2014.
Ivandre Bocalon
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 431/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 431/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente Resolve:

DECLARAR ESTÁVEL, o Servidor Público Municipal, efetivo, Valdemir de Jesus brasileiro, portador do CPF nº 595.124.409-97 matrícula nº 10715, ocupante do cargo de Oficial de Manutenção e Conservação, com carga horária de 220 horas mensais, nomeado pela portaria nº 392/2011, a disposição da Secretaria Municipal Transportes e Obras e Serviços Urbanos, após conclusão do período de estágio probatório de 02/12/2011 à 01/12/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 432/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 432/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente Resolve:

DECLARAR ESTÁVEL, o Servidor Público Municipal, efetivo, Saul Anderson Garcia de Athayde, brasileiro, portador do CPF nº 595.124.409-97, matrícula nº 10715, ocupante do cargo de Farmacêutico, com carga horária de 220 horas mensais, nomeada pela portaria nº 395/2011, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, após conclusão do período de estágio probatório de 05/12/2011 à 04/12/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 433/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 433/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Ademir João Machado, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 552.321.169-91, matrícula nº 39, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos no período de 08/12/2014 à 06/01/2015, referente ao quinquênio de 01/06/2008 à 31/05/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 434/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 434/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Silvio Joaquim Bernardo, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 379.072.719-91, matrícula nº 35, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos no período de 08/12/2014 à 06/01/2015, referente ao quinquênio de 02/06/2008 à 01/06/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 435/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 435/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Antonio João Machado, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 509.570.589-34, matrícula nº 998, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos no período de 08/12/2014 à 06/01/2015, referente ao quinquênio de 02/01/2006 à 01/01/2011, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 436/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 436/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, Jose Carmo Schutz, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 942.177.939-87, matrícula nº 614, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos no período de 08/12/2014 à 06/01/2015, referente ao quinquênio de 16/01/2002 à 15/01/2007, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 437/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 437/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, brasileiro, Saul Anderson Garcia Athayde, portadora do CPF nº 516.359.419-20 matrícula nº 10718 a disposição na Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Dezembro 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 438/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 438/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, brasileiro, Valdemir de Jesus, portadora do CPF nº 595.124.409-97 matrícula nº 10715 a disposição na Secretaria Municipal de Transporte Obras e Serviços Urbanos.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Dezembro 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA Nº 66/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2014 - PMP
Processo nº 104/2014 - PMP Pregão presencial nº 58/2014 - PMP
Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL ÓLEO DIESEL S10 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO PENHA/SC.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: AUTO POSTO GIROTTI LTDA

Valor R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais).

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC, ou no site www.penha.sc.gov.br

Penha, 10 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2130/2014

DECRETO Nº 2130/2014

REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO, ATRAVÉS DE REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO:

- As normas contidas na Constituição Federal e a preservação do meio ambiente;
- O desenvolvimento turístico do Município,
- A criação do projeto "Ação Verão" no município entre os meses de dezembro/2014 a março/2015;
- A necessidade da contratação temporária de serviço braçal para a execução desses serviços;
- A autorização prevista no Artigo 64 da Lei Complementar nº 01/05 e seus incisos para a contratação de serviços de excepcional interesse público, envolvendo diretamente a saúde pública e a limpeza urbana,
- Outros motivos intrínsecos que impõem a tomada de medidas urgentes,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a contratação temporária, na forma prevista no Art. 37 inciso IX da CF/88, através de regime Jurídico Administrativo, sendo regido pela Lei Complementar nº 001/05 em seu Artigo 64, cujas condições serão estabelecidas em contrato administrativo, nos seguintes termos:

- a) A contratação será pelo período de 90 (noventa) dias;
- b) Serão contratados 20 (vinte) auxiliares operacionais, através de Processo Seletivo;
- c) O salário contratual será de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) mensais;
- d) Deverá ser descontado do contratado o valor respectivo a contribuição para com o INSS;
- e) Inexiste vínculo de emprego entre as partes, ante a ausência

de concurso público;

f) O contrato não gerará aos contratados o direito a percepção de verbas de natureza trabalhista;

Art. 2º - Faz parte integrante do presente decreto o Projeto "Ação Verão 2014-2015".

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 09 de dezembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014 - PMP

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2014 - PMP

Edital de Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, visando a contratação de pessoal, em número de 20 (vinte), conforme o quadro de vagas em anexo, por prazo determinado, para desempenhar função de Auxiliar Operacional, amparada em excepcional interesse público devidamente reconhecido por intermédio da Lei Complementar Municipal nº 01/2005, com fulcro no art. 37, IX, da Constituição da República, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e no Decreto nº 2130 de 09/12/2014.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por quatro servidores efetivos, designados através da Portaria nº 98 de 19/02/2014.

1.1.1 As reuniões e deliberações da Comissão serão objeto de registros em atas.

1.2 Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 O Edital de abertura do Processo seletivo Simplificado será publicado integralmente no site oficial da Prefeitura Municipal www.penha.sc.gov.br, no Diário oficial dos municípios de SC - DOM, sendo o seu extrato veiculado, ao menos uma vez, em jornal de circulação local.

1.4 Os demais atos e decisões, inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado, serão publicados no site oficial da Prefeitura Municipal www.penha.sc.gov.br e no Diário oficial dos municípios de SC - DOM.

1.5 Os prazos definidos neste Edital observarão o disposto no art. 64 da Lei Complementar Municipal nº 01/2005.

1.6 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos dos candidatos pela Comissão, conforme critérios definidos neste Edital.

1.7 A contratação será pelo período de 90 (noventa) dias.

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 A função temporária de que trata este Processo Seletivo simplificado corresponde ao exercício da seguinte atividade: Auxiliar Operacional, Lei Complementar nº 01/2005.

2.2 A carga horária semanal será de 44 horas, com base no Regime Jurídico da Prefeitura Municipal de Penha, devendo os selecionados trabalhar principalmente nos sábados, domingos e feriados, resguardado um dia da semana.

2.3 Pelo efetivo exercício da função temporária serão pago mensalmente o vencimento fixado em R\$ 724,00 para regime de 44 horas semanais.

2.3.1 Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão efetuadas na Secretaria Municipal de Administração sita a Avenida Nereu Ramos, nº08, no período de 11 a 15 de dezembro de 2014, das 13:30h às 17:00h.

3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

3.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

3.3 As inscrições serão gratuitas.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1, ou por intermédio de procurador munido de instrumento público ou particular de mandato (com poderes especiais para realizar a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado), apresentando, em ambos os casos, os seguintes documentos.

4.1.1 Ficha de inscrição disponibilizada no ato pela Comissão, devidamente preenchida e assinada.

4.1.2 Cópia autenticada de documento de identidade oficial com foto, quais sejam: carteiras ou cédulas de identidades expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97, artigo 15).

4.1.3 Prova de quitação das obrigações militares e eleitorais.

4.1.4 Atestado de escolaridade (Alfabetizado).

4.1.5 Comprovante de Endereço atualizado.

4.1.6 Currículo profissional de acordo com o modelo apresentado no Anexo I do presente edital, acompanhado de cópia autenticada dos títulos que comprovam as informações contidas no currículo. Somente serão aceitos títulos de formações realizadas nos últimos cinco anos.

4.2 Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 Encerrado o prazo fixado pelo item 3.1, a Comissão publicará, no site da Prefeitura Municipal www.penha.sc.gov.br do Diário Oficial dos municípios de SC - DOM, no prazo de um dia, edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

5.2 Os candidatos que não tiveram as suas inscrições homologadas poderão interpor recursos escritos perante a Comissão, no prazo de um dia, mediante a apresentação das razões que apearrem a sua irrisignação.

5.2.1 No prazo de um dia, a Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passara a constar no rol de inscrições homologadas.

5.2.2 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.

5.2.3 A lista final de inscrições homologadas será publicada na

forma do item 5.1, no prazo de um dia, após a decisão dos recursos.

5.3 Não havendo interposição de recursos, o fato será certificado pela Comissão, passando-se imediatamente a próxima etapa do processo seletivo.

6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS

6.1 O currículo profissional deverá ser preenchido pelo candidato nos moldes do Anexo I do presente Edital.

6.2 Os critérios de avaliação dos currículos totaliza o Máximo de 100 (cem) pontos.

6.3 Somente serão considerados os títulos expedidos por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que atenderem os critérios definidos neste Edital.

6.4 Nenhum título receberá dupla valoração.

6.5 A classificação dos candidatos será efetuada da pontuação dos títulos apresentados, em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme os seguintes critérios.

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Escolaridade	20 pontos	20 pontos
Títulos (Cursos relacionados á área de atuação)	5 pontos (máximo 4 títulos)	20 pontos
Experiência na função de Auxiliar Operacional, comprovada através de atestado, e ou carteira de trabalho, como no mínimo 01 (um) ano.	20 pontos para cada ano (máximo de 3 (três) anos)	60 pontos

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

7.1 No prazo de até 02 (dois) dias, a Comissão deverá proceder á análise dos currículos.

7.2 Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal www.penha.sc.gov.br no Diário oficial dos municípios de SC - DOM, se houver, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

8. RECURSOS

8.1 Da classificação preliminar dos candidatos, cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no prazo comum de um dia.

8.1.1 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

8.1.2 Será possibilitada vista dos currículos e documentos na presença da Comissão, permitindo-se as anotações.

8.1.3 Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.

8.1.4 Sendo mantida a decisão da Comissão, o recurso será encaminhado ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo de um dia, cuja decisão deverá ser motivada.

9. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

9.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

9.1.1 Tiver obtido a maior nota no critério de análise do currículo, conforme item 7.

9.1.2 Tiver certificado de especialização mais condizente com o cargo, fato que será avaliado pela Comissão responsável; seguido do maior número de horas em cursos/seminários de formação continuada.

9.1.3 Apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos.

9.1.4 Sorteio em ato público.

9.2 O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definido pela Comissão, na presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

9.3 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista dos selecionados.

10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

10.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação, no prazo de um dia.

10.2 Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

11.1 Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, será convocado o primeiro colocado, para, no prazo de 02 (dois) dias, prorrogável uma única vez, à critério da Administração, comprovar o atendimentos das seguintes condições:

11.1.1 Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da lei;

11.1.2 Ter idade mínima de 18 anos;

11.1.3 Apresentar atestado médico exarado pelo serviço oficial do Município, no sentido de gozar de boa saúde física e mental;

11.1.4 Ter nível de escolaridade mínima na área de atuação;

11.1.5 Apresentar declaração de bens e rendas conforme modelo disponibilizado pelo Município.

11.2 A convocação do candidato classificado será realizada por meio de Edital publicado no site da Prefeitura Municipal www.penha.sc.gov.br e no Diário Oficial dos municípios de SC - DOM.

11.3 Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória crescente.

11.4 O candidato que não tiver interesse na contratação poderá requerer, uma única vez, sua alocação no final da lista de aprovados.

11.5 O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de 06 meses, prorrogável por igual período.

11.6 No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para a contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

11.7 Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, incluindo aqueles que optaram por passar para o final da lista, havendo ainda necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

12.2 Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados seus endereços.

12.3 Respeitada à natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

12.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

12.5 As publicações sobre o processamento deste processo seletivo serão veiculados junto ao site da Prefeitura Municipal de Penha www.penha.sc.gov.br e no Diário oficial dos municípios de SC.

Penha, 09 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

ANEXO I

MODELO DE CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1.DADOS PESSOAIS

1.1 Nome Completo:

1.2 Filiação:

1.3 Nacionalidade:

1.4 Naturalidade:

1.5 Data de Nascimento:

1.6 Estado Civil:

2.DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 Carteira de identidade e órgão expedidor:

2.2 Cadastro de Pessoa Física - CPF:

2.3 Título de eleitor Zona: Seção:

2.4 Número do certificado de reservista:

2.5 Endereço residencial:

2.6 Endereço eletrônico:

2.7 Telefone residencial e celular:

3.ESCOLARIDADE:

3.1 Instituição de ensino:

3.2 Ano de conclusão:

4. CURSOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA AFIM À FUNÇÃO:

Curso/área:

Instituição de ensino:

Data de início e conclusão:

Carga horária:

Curso/área:

Instituição de ensino:

Data de início e conclusão:

Carga horária:

Penha, ____ de dezembro de 2014.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO II

ÁREA/DISCIPLINA HABILITAÇÃO CARGA/HORÁRIA

AUXILIAR OPERACIONAL	Alfabetizado	44 horas semanais
----------------------	--------------	-------------------

LEI Nº 2734/2014

LEI Nº. 2734/2014

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PENHA PARA O EXERCÍCIO DE 2015"

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Penha para o exercício de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$-64.742.860,19 (Sessenta e quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e dezenove centavos), distribuídos entre as seguintes Unidades Gestoras:

Receita Estimada

Prefeitura Municipal de Penha	R\$	59.600.777,16
Fundo Municipal de Saúde	R\$	4.655.645,74
Fundo Municipal de Turismo	R\$	5.783,00
Fundo Municipal da Assistência Social	R\$	428.439,12
Fundo Rotativo Habitacional	R\$	45.810,17
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	2.730,00
Fundação Municipal de Esportes	R\$	3.675,00
TOTAL	R\$	64.742.860,19

Despesa Fixada

Prefeitura Municipal de Penha	R\$	46.180.532,81
Câmara Municipal de Vereadores de Penha	R\$	3.245.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$	12.261.322,40
Fundo Municipal de Turismo	R\$	790.050,00
Fundo Municipal da Assistência Social	R\$	1.312.829,98
Fundo Rotativo Habitacional	R\$	209.000,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	178.500,00
Fundação Municipal de Esportes	R\$	565.625,00
TOTAL	R\$	64.742.860,19

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Artigo 2º - O Orçamento do Poder Executivo, para o exercício de 2015 estima a receita em R\$-59.600.777,16 (Cinquenta e nove milhões, seiscentos mil, setecentos e setenta e sete reais e dezesseis centavos), e fixa a despesa em R\$-46.180.532,81 (Quarenta e seis milhões, cento e oitenta mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos), somando-se as transferências Financeiras do Tesouro Municipal para os fundos, fundação e Câmara Municipal de Vereadores em R\$-13.420.244,35 (Treze milhões, quatrocentos e vinte mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

RECEITAS CORRENTES	R\$	57.060.777,16
Receita Tributária	R\$	15.269.162,14
Receita de Contribuições	R\$	2.931.680,97
Receita Patrimonial	R\$	445.012,79
Receita de Serviços	R\$	613.625,00
Transferências Correntes	R\$	34.905.590,50
Outras Receitas Correntes	R\$	2.895.705,76
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.540.000,00
Operações de Crédito	R\$	2.000.000,00
Alienação de Bens	R\$	10.000,00
Transferências de Capital	R\$	530.000,00
TOTAL	R\$	59.600.777,16

§ 2º - A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I-CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02-GABINETE DO PREFEITO	R\$	525.000,00
03-GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	215.000,00
04-PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	615.300,00
05-SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	R\$	3.259.910,19
06-SECRETARIA DA FAZENDA	R\$	2.366.100,00
07-CONTROLADORIA INTERNA	R\$	199.500,00
08-SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	R\$	532.112,50
09-SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	986.500,00
10-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$	24.343.648,60

11-SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	R\$	977.247,00
12-SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	R\$	9.607.269,50
14-SECRETARIA DE TURISMO	R\$	336.000,00
15-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	R\$	2.164.445,02
99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	52.500,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	R\$	13.420.244,35
TOTAL	R\$	59.600.777,16

II-CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04-ADMINISTRATIVA	R\$	8.089.069,69
06-SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	683.495,02
08-ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	986.500,00
12-EDUCAÇÃO	R\$	24.061.148,60
13-CULTURA	R\$	282.500,00
15-URBANISMO	R\$	5.050.116,35
16-HABITAÇÃO	R\$	52.500,00
17-SANEAMENTO	R\$	789.000,00
20-AGRICULTURA	R\$	283.250,00
23-COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	762.300,00
25-ENERGIA	R\$	2.931.680,97
26-TRANSPORTE	R\$	950.472,18
28-ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	1.206.000,00
99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	52.500,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	R\$	13.420.244,35
TOTAL	R\$	59.600.777,16

IV-CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DE DESPESA

DESPESAS CORRENTES	R\$	36.338.473,22
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	22.406.292,62
3.2.00.00.00.00-JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	36.000,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	13.896.180,60
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	9.789.559,59
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	9.669.559,59
4.6.00.00.00.00-AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	120.000,00
9.9.99.99.99.99-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	52.500,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	13.420.244,35
TOTAL	R\$	59.600.777,16

DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PENHA

Artigo 3º - O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Penha, para o exercício de 2015, fixa a Transferência financeira do Tesouro Municipal em R\$3.245.000,00 (Três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil reais) e fixa a despesa em R\$3.245.000,00 (Três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil reais).

§ 1º - Os recursos financeiros da Câmara Municipal de Vereadores de Penha, serão oriundos de transferência financeira do Município.

§ 2º - A Despesa da Câmara Municipal de Vereadores de Penha será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - LEGISLATIVA	R\$	3.245.000,00
TOTAL	R\$	3.245.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	2.945.000,00
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	2.271.500,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	673.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	300.000,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	300.000,00
TOTAL	R\$	3.245.000,00

DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Artigo 4º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Penha, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$-4.655.645,74 (Quatro milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-7.605.676,66 (Sete milhões, seiscentos e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) e fixa a despesa em R\$-12.261.322,40 (Doze milhões, duzentos e sessenta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação e rendas e transferências, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	4.634.645,74
Receita Tributária	R\$	407.991,41
Receita Patrimonial	R\$	174.984,51
Transferências Correntes	R\$	4.050.094,82

Outras Receitas Correntes	R\$	1.575,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	21.000,00
Transferências de Capital	R\$	21.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	7.605.676,66
TOTAL	R\$	12.261.322,40

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - SAÚDE	R\$	12.261.322,40
TOTAL	R\$	12.261.322,40

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0014-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - SAUDE	R\$	11.890.096,72
0305-PENHA MAIS SAUDE	R\$	371.225,68
TOTAL	R\$	12.261.322,40

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	10.804.949,88
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	6.290.675,28
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	4.514.274,60
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.456.372,52
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	1.456.372,52
TOTAL	R\$	12.261.322,40

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Artigo 5º - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$-2.730,00 (Dois mil setecentos e trinta reais), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-175.770,00 (Cento e setenta e cinco mil, setecentos e setenta reais) e fixa a despesa em R\$-178.500,00 (Cento e setenta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e transferências, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	2.730,00
Receita Patrimonial	R\$	105,00
Transferências Correntes	R\$	2.100,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	175.770,00
TOTAL	R\$	178.500,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	178.500,00
TOTAL	R\$	178.500,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0062-ASSISTÊNCIA AO MENOR	R\$	178.500,00
TOTAL	R\$	178.500,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	152.250,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	152.250,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	26.250,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	26.250,00
TOTAL	R\$	178.500,00

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 6º - O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$-428.439,12 (Quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e doze centavos), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-884.390,86 (oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e noventa reais e oitenta e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$-1.312.829,98 (Um milhão, trezentos e doze mil, oitocentos e vinte e nove reais e noventa e oito centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e transferências, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	426.439,12
Receita Patrimonial	R\$	44.313,39
Transferências Correntes	R\$	381.600,73
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00

RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.000,00
Transferência de Capital	R\$	2.000,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	884.390,86
TOTAL	R\$	1.312.829,98

§ 2º - a Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$	1.097.579,98
16 – HABITAÇÃO URBANA	R\$	215.250,00
TOTAL	R\$	1.312.829,98

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0008-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	1.307.829,98
0303-PENHA MAIS ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	5.000,00
TOTAL	R\$	1.312.829,98

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	1.120.667,72
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.120.667,72
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	192.162,26
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	192.162,26
TOTAL	R\$	1.312.829,98

DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

Artigo 7º - O Orçamento do Fundo Rotativo Habitacional, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$-45.810,17(Quarenta e cinco mil, cento e oitenta reais e dezessete centavos), as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-163.189,83 (Cento e sessenta e tres mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e tres centavos) e fixa a Despesa em R\$-209.000,00 (Duzentoe nove mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e transferências, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	630,00
Receita Patrimonial	R\$	105,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00

RECEITAS DE CAPITAL	R\$	45.180,17
Amortização de Empréstimos	R\$	35.180,17
Transferência de Capital	R\$	10.000,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	163.189,83
TOTAL	R\$	209.000,00

§ 2º - a Despesa do Fundo Rotativo Habitacional será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

0016-HABITAÇÃO	R\$	30.500,00
0028-ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	178.500,00
TOTAL	R\$	209.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000-OPERAÇÕES ESPECIAIS	R\$	178.500,00
0008-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA – ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	30.500,00
TOTAL	R\$	209.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	63.000,00
3.2.00.00.00.00-JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	52.500,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	10.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	146.000,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	20.000,00
4.6.00.00.00.00-AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	126.000,00
TOTAL	R\$	209.000,00

DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Artigo 8º - O Orçamento do Fundo Municipal de Turismo, para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$-5.783,00 (Cinco mil, setecentos e oitenta e três reais) as transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$-784.267,00 (setecentos e oitenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais), e fixa a Despesa em R\$-790.050,00 (Setecentos e noventa mil e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências e alienação de bens, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	3.783,00
Receita Patrimonial	R\$	1.158,00
Transferências Correntes	R\$	2.100,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	2.000,00
Transferência de Capital	R\$	2.000,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	784.267,00
TOTAL	R\$	790.050,00

§ 2º - A Despesa do Fundo Municipal de Turismo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

0023-COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	790.050,00
TOTAL	R\$	790.050,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0015-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - TURISMO	R\$	786.050,00
0301-PENHA MAIS TURISMO	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	790.050,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	730.300,00
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS	R\$	21.000,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	709.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	59.750,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	59.750,00
TOTAL	R\$	790.050,00

DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Artigo 9º - O Orçamento da Fundação Municipal de Esportes de Penha, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$-3.675,00 (Tres mil, seiscentos e setenta e cinco reais) as transferências Financeiras do tesouro Municipal em R\$-561.950,00 (Quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta reais), e fixa a Despesa em R\$-565.625,00 (Quinhentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas, transferências e operações de crédito, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$	2.625,00
Receita Patrimonial	R\$	525,00
Transferências Correntes	R\$	1.575,00
Outras Receitas Correntes	R\$	525,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.050,00
Transferência de Capital	R\$	1.050,00
TRANSFÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	561.950,00
TOTAL	R\$	565.625,00

§ 2º- A Despesa da Fundação Municipal de Esportes será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

0023-COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	786.050,00
0027-TURISMO	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	790.050,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0015-PENHA MAIS GESTÃO ADMINISTRATIVA - TURISMO	R\$	786.050,00
0301-PENHA MAIS TURISMO	R\$	4.000,00
TOTAL	R\$	790.050,00

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$	730.300,00
3.1.00.00.00.00-PESSOAL E ENCARGOS	R\$	21.000,00
3.3.00.00.00.00-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	709.300,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	59.750,00
4.4.00.00.00.00-INVESTIMENTOS	R\$	59.750,00
TOTAL	R\$	790.050,00

Artigo 10 - Os recursos de Reserva de Contingência são destinados exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, transformando-se em exclusiva reserva do fundo destinado ao atendimento de situações eminentemente emergenciais, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art.5º, Portaria STN nº 163/2001, art.8º.

Artigo 11 - O Executivo está autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior, apurado no Balanço Patrimonial, por fonte de recurso.

Parágrafo Único: Excluem-se desses limites, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 12 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de dotação orçamentária de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, inclusive da Prefeitura Municipal de Penha para seus Fundos e Fundação, poderá ser feita por Decreto do Executivo Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Artigo 13 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 14 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 15 - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Artigo 16 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de Convênios, Operações de Crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir recursos a entidades privadas, beneficiando somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, médico, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Artigo 18 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Governo Federal, Estadual e com entidades sem fins lucrativos, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2015.

Artigo 19 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

Penha, 10 de dezembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO RERRATIFICAÇÃO 82/2014 – PP 45/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO REABERTURA DO PRAZO DE ENTREGA DOS ENVELOPES

Fica alterada a data limite para entrega dos envelopes e alterado o Anexo I - Descrição dos Itens da Licitação para o Processo de Licitação 82/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 82/2014 - Pregão Presencial 45/2014.

Objeto: Aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores Novos, e a contratação de empresa para prestação de serviços de recauchutagem, recapagem e vulcanização de pneus.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h15min do dia 06 de Janeiro de 2015, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 08h30min do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais condições do Edital permanecem inalteradas. Edital na íntegra encontra-se no Site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br>, ou pode ser solicitado pelo e-mail compras@peritiba.sc.gov.br. Outras informações podem ser solicitadas pelo telefone (49) 3453-1122.

Município de Peritiba - SC em 11 de Dezembro de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 308/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 308/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato AQUISIÇÃO de troféus e medalhas,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 196/2014

EMPRESA CONTRATADA: COMERCIAL DIRLEI LTDA,

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DATA DO CONTRATO: 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 311/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 311/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA BRINQUEDOTECA DO CRAS,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 200/2014

EMPRESA CONTRATADA: AMM COMERCIO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA,

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.203,00 (dois mil duzentos e três reais).

DATA DO CONTRATO: 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

DECRETO Nº 4.120, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.120, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 1.808 de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado a proceder suplementação na dotação da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3190-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0101 R\$ 70.000,00

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional

0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental

3191-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0101 R\$ 19.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil reais):

02 - Poder Executivo

02.06 - Secretaria de Transportes e Obras

02.06.26 - Transporte

02.06.26.782- Defesa Civil

02.06.26.782.2601 - Estradas Vicinais

02.06.26.782.2601.2042 - Manutenção Secretaria Transp e Obras

3190.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100 R\$ 70.000,00

02 - Poder Executivo

02.05 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

02.05.10 - Saúde

02.05.10.605- Abastecimento

02.05.10.605.1003 - Agua Potável

02.05.10.605.1003.1006 - Ampli. Do Sistema de Aguas

4490.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100 R\$ 3.000,00

02 - Poder Executivo

02.05 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

02.05.10 - Saúde

02.05.10.608- Promoção da Produção Agropecuária

02.05.10.608.2001 - Assistência ao Produtor Rural

02.05.10.608.2001.1013 - Aquisição Veículos Maquinas e Implementos Rurais

4490.0000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0100 R\$ 16.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,

09 DE DEZEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.808, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.808, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto no valor de R\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

02 - Poder Executivo

0203 - Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 - Educação

0203.12.361 - Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
3190-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0101 R\$ 70.000,00

02 - Poder Executivo
0203 - Secretaria de Educação e Cultura
0203.12 - Educação
0203.12.361 - Ensino Fundamental
0203.12.361.1201 - Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032 - Manutenção das atividades do Ensino Fundamental
3191-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0101 R\$ 19.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 89.000,00 (Oitenta e nove mil reais):

02 - Poder Executivo
02.06 - Secretaria de Transportes e Obras
02.06. 26 - Transporte
02.06.26.782- Defesa Civil
02.06.26.782.2601 - Estradas Vicinais
02.06.26.782.2601.2042 - Manutenção Secretaria Transp e Obras
3190.0000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0100 R\$ 70.000,00

02 - Poder Executivo
02.05 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
02.05.10 - Saúde
02.05.10.605- Abastecimento
02.05.10.605.1003 - Agua Potável
02.05.10.605.1003.1006 - Ampli. Do Sistema de Aguas
4490.0000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0100 R\$ 3.000,00

02 - Poder Executivo
02.05 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
02.05.10 - Saúde
02.05.10.608- Promoção da Produção Agropecuária
02.05.10.608.2001 - Assistência ao Produtor Rural
02.05.10.608.2001.1013 - Aquisição Veículos Maquinas e Implementos Rurais
4490.0000 - Aplicações Diretas
Fonte: 0100 R\$ 16.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
09 DE DEZEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 365, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 365, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 041/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 041/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de equipamentos para a Unidade de Saúde do Município de Pinheiro Preto e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I - W&Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.968.162/0001-31, nos seguintes itens e respectivos preços unitários: item 01 (R\$ 9.460,00), item 03 (R\$ 120,00), item 04 (R\$ 120,00);

II - CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.258.209/0001-15, nos seguinte item e preço unitário: item 02 (R\$ 1.750,00).

III - METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, no seguinte item e preço unitário: item 05 (R\$ 317,50)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
01 DE DEZEMBRO DE 2014
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 2.688, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.688, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE POMERODE PARA O EXERCÍCIO DE 2015 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

HORST LEMKE, Presidente da Câmara Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 46, Parágrafo 7º da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Pomerode para o exercício financeiro de 2015 no montante de R\$ 117.165.000,00 (Cento e Dezesete Milhões e Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais), compreendendo:

I - Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, inclusive fundações, autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados da Administração Pública Municipal direta e indireta, bem como os fundos, autarquias e fundações, instituídos e mantidos pelo Poder Público; e

III - o orçamento de investimentos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita Orçamentária é estimada em R\$ 117.165.000,00 (Cento e Dezesete Milhões e Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais), sendo:

I - R\$ 106.087.000,00 (Cento e Seis Milhões e Oitenta e Sete Mil Reais) referente ao Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 11.078.000,00 (Onze Milhões e Setenta e Oito Mil Reais) referente ao Orçamento de Seguridade Social.

Art. 3º As Receitas são decorrentes da arrecadação de tributos, de contribuições, de transferências constitucionais e outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente e discriminadas nos Demonstrativos da Lei nº 4.320/64, de forma consolidada, com o seguinte desdobramento:

DA CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES	R\$	108.745.464,00
Receita Tributária	R\$	16.494.908,00
Receita de Contribuições	R\$	3.387.780,00
Receita Patrimonial	R\$	4.959.611,72

Receita de Serviços	R\$	5.887.700,00
Transferências Correntes	R\$	75.569.594,28
Outras Receitas Correntes	R\$	2.445.870,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$	4.083.200,00
Receita de Contribuições Intra-Orçamentárias	R\$	3.725.700,00
Receita de Serviços Intra-Orçamentárias	R\$	357.500,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	R\$	10.495.064,00
Dedução da Receita de Transferências Correntes	R\$	10.495.064,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$	14.831.400,00
Operações de Crédito	R\$	9.500.000,00
Alienação de Bens	R\$	32.000,00
Amortizações de Empréstimos	R\$	0,00
Transferências de Capital	R\$	5.299.400,00
TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	117.165.000,00

Parágrafo Único. Integrará a esta Lei, a estimativa da Receita Orçamentária de cada órgão da administração direta e indireta, individualizado, na forma dos demonstrativos da Lei nº 4.320/64.

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º A Despesa Orçamentária é o mesmo valor da Receita Orçamentária, e está fixada em R\$117.165.000,00 (Cento e Dezesete Milhões e Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais), sendo:

I - R\$ 106.087.000,00 (Cento e Seis Milhões e Oitenta e Sete Mil Reais) referente ao Orçamento Fiscal; e

II - R\$ 11.078.000,00 (Onze Milhões e Setenta e Oito Mil Reais) referente ao Orçamento de Seguridade Social.

Art. 5º A Despesa Orçamentária será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, consolidado e individualizado, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira (consolidado):

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

0100 - CÂMARA MUNICIPAL	R\$	3.634.000,00
0200 - GABINETE DO PREFEITO	R\$	1.648.840,00
0300 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$	542.600,00
0400 - SECRETARIA DE GOVERNO	R\$	307.100,00
0500 - SEC. PLANEJAMENTO E DESENV. DA CIDADE	R\$	2.201.665,00
0600 - SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	R\$	13.700.466,61
0700 - SEC. DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREEND.	R\$	27.574.190,00
0800 - SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$	19.620.419,39
0900 - SEC. DESENV. RURAL E MEIO AMBIENTE	R\$	1.295.149,00
1000 - SECRET. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	450.100,00
1100 - SECRETARIA DE SAÚDE	R\$	13.108.744,00
1200 - SECRET. DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE	R\$	2.482.912,00
1300 - SECRET. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.436.400,00
1400 - FUND. PROMOT. DE EVENTOS, ESP. E LAZER	R\$	1.122.100,00

1500 - SERV. AUTÔN. MUNIC. DE ÁGUA E ESGOTO	R\$	8.173.000,00
1600 - FUNDO DE APOSENT. E PENSÃO DE PO	R\$	7.202.590,00
1700 - DIVISÃO DE ESPORTE	R\$	200.000,00
1800 - FUNDO MUNIC. PARA A CRIANÇA E ADOLESC.	R\$	450.000,00
1900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	6.499.514,00
2100 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	R\$	539.800,00
7799 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FAP	R\$	3.875.410,00
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	117.165.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	53.648.133,58
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	495.000,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$	33.363.603,13
DESPESAS DE CAPITAL		
4.4.00.00 - Investimentos	R\$	24.432.853,29
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	R\$	0,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	R\$	1.250.000,00
7.7.99.99 - Reserva de Contingência - FAP	R\$	3.875.410,00
9.9.99.99 - Reserva de Contingência - Prefeitura	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	117.165.000,00

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento de intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos (dotações não orçadas ou orçadas a menor), conforme abaixo:

I - Intempéries	R\$	80.000,00
II - Dotações não orçadas ou orçadas a menor	R\$	20.000,00
III - Dotações não orçadas ou orçadas a menor - FAP	R\$	3.875.410,00
TOTAL	R\$	3.975.410,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de riscos fiscais, especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao Funcionamento e Manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades Gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 7º O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estejam programadas no Plano Plurianual 2014-2017.

Art. 9º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 40% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou estimativa de excesso de arrecadação, por fonte de recurso (destinação de recurso), observada a tendência do exercício;

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas; e

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10º A Secretaria da Administração e Fazenda poderá, modificar, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, mantidas as normas constitucionais e legais, através do sistema informatizado de execução orçamentária, as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesas dentro do mesmo projeto ou atividade, bem como a modalidade de aplicação e o identificador de uso (IDUSO) das destinações de recursos.

Art. 11º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 12º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 13º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 14º Fica o Poder Executivo autorizado a designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa.

DOS PRECATÓRIOS JUDICIAIS

Art. 15º Tendo em vista o disposto no art. 100, § 5º, da Constituição Federal, os precatórios judiciais enviados pelo Poder Judiciário para serem incluídos na proposta orçamentária de 2015, correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade. Neste sentido, seguem especificados a seguir os precatórios judiciais previstos no orçamento para o próximo exercício:

I - Número do Processo: 050.05.000299-6/004

Número do Precatório: 0002804-96.2013.8.24.0500

Data da Expedição do Precatório: 01/10/2013

Nome do Beneficiário: Anita Henkels

Valor a ser Pago: R\$ 38.508,05

Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

II - Número do Processo: 0000783-55.2012.5.12.0052

Número do Precatório: 0010143-05.2014.5.12.0000

Data da Expedição do Precatório: 10/04/2014

Nome do Beneficiário: Fabrício Giovani da Silva
Valor a ser Pago: R\$27.852,69
Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

III - Número do Processo: 050.99.000055-9/003
Número do Precatório: 0001491-66.2014.8.24.0500
Data da Expedição do Precatório: 01/06/2014
Nome do Beneficiário: Guiomar Ehler
Valor a ser Pago: R\$1.095.675,18
Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

IV - Número do Processo: 050.97.000269-6/005
Número do Precatório: 0001578-22.2014.8.24.0500
Data da Expedição do Precatório: 01/06/2014
Nome do Beneficiário: Construtora Triunfo Ltda.
Valor a ser Pago: R\$4.686.703,80
Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

V - Número do Processo: 050.97.000269-6/006
Número do Precatório: 0001579-07.2014.8.24.0500
Data da Expedição do Precatório: 01/06/2014
Nome do Beneficiário: Eduardo Kotkiewicz Coimbra
Valor a ser Pago: R\$ 468.670,38
Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

VI - Número do Processo: 050.00.00.001581-4/006
Número do Precatório: 0001581-74.2014.8.24.0500
Data da Expedição do Precatório: 01/06/2014
Nome do Beneficiário: Renato Wolff
Valor a ser Pago: R\$ 24.294,23
Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

VII - Número do Processo: 050.00.001581-4/005
Número do Precatório: 0001580-89.2014.8.24.0500
Data da Expedição do Precatório: 01/06/2014
Nome do Beneficiário: Momento Engenharia de Construção Civil Ltda.
Valor a ser Pago: R\$ 242.942,28
Unidade ou órgão Responsável pelo Débito: Secretaria de Administração e Fazenda

Art. 16º O total dos precatórios previstos para pagamento para o exercício de 2015, perfaz o total de R\$ 6.584.646,61 (Seis Milhões e Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil e Seiscentos e Quarenta e Seis Reais e Sessenta e Um Centavos), dificultando significativamente a elaboração orçamentária, pois representa aproximadamente 16% (dezesseis por cento) dos Recursos Ordinários do Município.

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 17º Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 18º O Poder Executivo poderá oferecer em garantia dos empréstimos contraídos nos termos da Lei, o produto da arrecadação de quaisquer das receitas transferidas do orçamento do estado, inclusive cotas-partes de Fundos Federais.

Art. 19º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir

custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 20º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, seja informada à Câmara Municipal de sua efetivação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar e adequar o Plano Plurianual para o quadriênio de 2014 a 2017, de acordo com a presente Lei e seus anexos, para promover a compatibilidade entre as respectivas peças orçamentárias.

Art. 22º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Município de Pomerode, 10 de Dezembro de 2014.

HORST LEMKE

Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 035/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 035/2014 ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 053/2014.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 004/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS LTDA EPP.

Objeto: RECUPERAÇÃO DO CALÇAMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS COM PARALELEPÍPEDOS OU LAJOTAS DE CONCRETO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS VIAS MUNICIPAIS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO, EM CONFORMIDADE COM OS MEMORIAIS DESCRITIVO E QUANTITATIVO ANEXOS AO EDITAL.

Valor Aditivo - 25% - R\$53.984,75 (cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 25%, conforme planilha anexa, em virtude do aumento de problemas em diversas ruas do Município, compreendendo a recuperação de paralelepípedos e lajotas de concreto, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 035/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 28 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 2890, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2890, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013 DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.681 de 04/12/2014 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional especial suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente de Pomerode por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, na importância de R\$ 11.566,00 (Onze Mil e Quinhentos e Sessenta e Seis Reais), por destinação de recursos, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNIC. P/ A CRIANÇA E ADOLESCENTE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal p/ a Criança e Adolescente de Pomerode

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manut. de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 0300000 - Recursos Ordinários R\$ 11.566,00

Parágrafo Único. Altera a redação do objetivo do projeto/atividade do Fundo Municipal para a Criança e Adolescente de Pomerode incluindo "Contribuição Social" para a Associação Cultural Musical Grupo Txai, inscrita no CNPJ nº 08.830.805/0001-74, na importância de R\$11.566,00 (Onze Mil e Quinhentos e Sessenta e Seis Reais).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2891, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2891, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL - CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.682 de 04/12/2014 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por conta do excesso de arrecadação por destinação de recursos, na importância de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 0012.0365.0040.2016 - Subv. Social p/ o C. E. I. Nossa Sra. de Fátima

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1010000 - Rec. de Imp. e de Transf. de Imp.-Educ..R\$ 55.000,00

TOTAL R\$ 55.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2892, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2892, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.689 de 10/12/2014 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por conta do excesso de arrecadação por destinação de recursos, na importância de R\$ 33.764,15 (Trinta e Três Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Quinze Centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0004.0122.0020.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: 44500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários R\$ 33.764,15

TOTAL R\$ 33.764,15

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2893, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2893, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, SUPLEMENTA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E POR CONTA DA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO TOTAL E PARCIAL DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.691 de 10/12/2014 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º. Anula total e parcialmente dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente por destinação de recursos no valor de R\$ 48.784,16 (Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezesesseis Centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários R\$ 37.784,16

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 8.500,00

Elemento: 44900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 2.500,00

TOTAL R\$ 48.784,16

Art. 2º. Abre crédito adicional especial suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente por destinação de recursos, na importância de R\$ 48.784,16 (Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezesesseis Centavos), por conta da anulação parcial e total de que trata o artigo 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários R\$ 37.784,16

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 48.784,16

Art. 3º Abre crédito adicional especial e suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, na importância de R\$ 17.000,00 (Cento e Sete Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 3000000 - Recursos Ordinários R\$ 86.048,50

Elemento: 44500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 3000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.951,50

TOTAL R\$ 107.000,00

Art. 4º Abre crédito adicional especial suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente por conta do excesso de arrecadação, na importância de R\$ 15.764,00 (Quinze Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro

Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1770000 - Fia Imposto de Renda R\$ 4.800,00

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 10.964,00

TOTAL R\$ 15.764,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 270, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 270, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

EXTINGUE E ALTERA O NÚMERO DE VAGAS DOS CARGOS DO ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 02 DE MAIO DE 1994 JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ficam alteradas para 04 (quatro) o número de vagas para o cargo de Servente; 40 (quarenta) o número de vagas para o cargo de Auxiliar de Operações II, 05 (cinco) o número de vagas para o cargo de Leiturista; 08 (oito) o número de vagas para o cargo de Motorista; 10 (dez) o número de vagas para o cargo de Escriturário; 15 (quinze) o número de vagas para o cargo de Encanador, no Anexo I da Lei Complementar nº 18, de 02 de maio de 1994.

Art. 2º. Os cargos de Técnico Laboratorista, padrão 6, Oficial Administrativo, padrão 7 e Operador de Máquinas, Padrão 5 nível 1,2,3 - todos da Lei Complementar nº 18, de 02 de maio de 1994 - serão considerados extintos.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aprovação deste projeto de lei correrão por conta de dotações orçamentárias própria, suplementada se necessário.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO ÚNICO DE PESSOAL - CARGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE

PADRÃO E NÍVEIS	CARGOS	VAGAS
1	Servente	04
1,2,3	Auxiliar de Serviços Gerais	02
	Auxiliar de Operações II	40
2	Auxiliar de Operações	08
1,2,3		
3	Auxiliar Administrativo	02
1,2,3	Leiturista	05
4	Encanador	15
1,2,3	Motorista	08
	Pedreiro	02
5	Escriturário	10
1,2,3	Auxiliar Técnico	02
	Operador de Máquinas	01
6	Assistente Técnico	01
1,2,3	Técnico Laboratorista	01
	Operador de ETA/ETE	08
	Técnico em Contabilidade	01
7	Oficial Administrativo	01
1,2,3		
8	Engenheiro Civil	01
1,2,3	ou Sanitarista Químico	01

LEI ORDINÁRIA Nº 2.689, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.689, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por conta do excesso de arrecadação por destinação de recursos, na importância de R\$ 33.764,15 (Trinta e Três Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Quinze Centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0004.0122.0020.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elemento: 44500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 33.764,15

TOTAL R\$ 33.764,15

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2014, ao Centro de Convivência Pommern Heim, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.539/0001-24, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$33.764,15 (Trinta e Três Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Quinze Centavos).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a assistência aos idosos Pomerodenses, promovendo qualidade de vida física e mental.

Art. 3º O Centro de Convivência Pommern Heim, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.690, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.690, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA A EXTENSÃO E PONTO FINAL DA VIA PÚBLICA DENOMINADA RUA ERICH DORN, NO BAIRRO WUNDERWALD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o ponto final da Rua Erich Dorn, via pública localizada de forma transversal a Rua Dr. Wunderwald, possuindo as seguintes coordenadas geográficas (S) 26º 43' 12,21" (W) 49º 09' 05,01", com 12,00m (doze metros) de gabarito total, partindo do lado par da Dr. Wunderwald, passando a ter uma extensão de 265,50 m (duzentos e sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros).

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento da presente lei, inclusive, a instalação de placas indicativas e de sinalização e demais providências.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando o artigo 1º da Lei 1994 de 16 de agosto de 2007.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.691, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.691, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2013, SUPLEMENTA POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E POR CONTA DA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO TOTAL E PARCIAL DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular total e parcialmente dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente por destinação de recursos no valor de R\$ 48.784,16 (Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezesseis Centavos), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários R\$ 37.784,16

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 8.500,00

Elemento: 44900000 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 2.500,00

TOTAL R\$ 48.784,16

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente por destinação de recursos, na importância de R\$ 48.784,16 (Quarenta e Oito Mil e Setecentos e Oitenta e Quatro Reais e Dezesseis Centavos), por conta da anulação parcial e total de que trata o artigo 1º desta Lei, conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários R\$ 37.784,16

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 11.000,00

TOTAL R\$ 48.784,16

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente por conta do superávit financeiro do exercício de 2013, na importância de R\$ 107.000,00 (Cento e Sete Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 3000000 - Recursos Ordinários R\$ 86.048,50

Elemento: 44500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 3000000 - Recursos Ordinários R\$ 20.951,50

TOTAL R\$ 107.000,00

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal para a Criança e Adolescente por conta do excesso de arrecadação, na importância de R\$ 15.764,00 (Quinze Mil e Setecentos e Sessenta e Quatro Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 18 - FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade Orçamentária: 001 - Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 008.0243.0160.2046 - Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 33500000 - Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1770000 - Fia Imposto de Renda R\$ 4.800,00

Vínc. p/ Fonte Recursos: 1780000 - Fia Demais Recursos R\$ 10.964,00

TOTAL R\$ 15.764,00

Art. 5º Altera a redação do objetivo do projeto/atividade do Fundo Municipal para a Criança e Adolescente de Pomerode incluindo "Contribuição Social para a ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA, inscrita no CNPJ nº 04.317.627/0001-21, no valor de R\$71.996,16; ASSOCIAÇÃO RECREATIVA MÓVEIS PORATH, inscrita no CNPJ nº 01.780.910/0001-05, no valor de R\$8.698,50; PEAL - ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS E ASSISTENCIAIS, inscrita no CNPJ nº 08.889.308/0005-75, no valor de R\$14.135,00; GRUPO ESCOTEIRO POMERANO-90/SC, inscrito no CNPJ nº 16.550.464/0001-01, no valor de R\$8.095,00; ASSOCIAÇÃO FORMIGUEIRO ESPORTE CLUBE, inscrita no CNPJ nº 13.813.601/0001-65, no valor de R\$13.088,00; ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA SOCIAL AO ESPORTE AMADOR DE POMERODE - ADEPOMER - CULTURAL E PROMOTORA DE EVENTOS, inscrita no CNPJ nº 14.606.955/0001-00, no valor de R\$25.160,00; e APAAC - ASSOCIAÇÃO POMERODENSE DE APOIO A ARTE E A CULTURA DA CAPOEIRA, inscrita no CNPJ nº 20.909.754/0001-76, no valor de R\$30.375,50.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.692, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.692, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO GRUPO FOLCLÓRICO ALPINO GERMÂNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2014, ao Grupo Folclórico Alpino Germânico, inscrito no CNPJ sob nº 79.364.097/0001-71, com sede à Rua XV de Novembro, 525, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 3.360,00 (Três Mil e Trezentos e Sessenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando divulgar a cultura por meio de apresentações e exposições de diversos gêneros artísticos.

Art. 2º O Grupo Folclórico Alpino Germânico, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.693, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.693, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.
INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a SEMANA DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, a ser comemorada, anualmente, na primeira semana do mês de setembro, tendo o dia 1º de setembro como referência principal da programação.

Parágrafo Único. O evento instituído neste artigo passa a integrar o calendário oficial do município.

Art. 2º Constituem os principais objetivos da Semana do Profissional de Educação Física:

I - expor, trocar e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre as mais variadas questões de educação física, através de planejamento, programação e realização de campanhas educativas, cursos, exposições, pesquisas, publicações, reuniões e seminários;

II - conscientizar a importância da prática de atividades físicas regularmente, de forma sistematizada e orientada, independente de idade e da atividade profissional das pessoas;

III - contribuir para a valorização do profissional de educação física.

Art. 3º Durante a referida semana, a Administração Municipal através das Secretarias Municipais de Educação e Formação Empreendedora, de Saúde e de Turismo, Cultura e Esporte, Secretaria da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode, promoverão as atividades mencionadas no Inciso I do artigo anterior, com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância das atividades físicas e esportivas.

Parágrafo Único. A Administração Municipal poderá firmar parcerias com empresas e entidades privadas para a elaboração e execução da programação anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 156/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 156/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT9292	54486413A	21/10/2002	55680	181 * XIX	127.69
LXR9167	54488203A	13/12/2002	69120	232	53.20
LYA4125	54487653A	12/12/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBF5672	54488201A	13/12/2002	65560	230 * I	191.53
MCT7889	54488202A	13/12/2002	51850	167	127.69
MEK8140	54488047A	07/12/2002	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 209/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 209/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYM7097	54488186A	17/01/2004	65990	230 * V	191.53

LYM7097	54488186A	17/01/2004	50100	162 * I	574.61
MDG2392	55599704A	11/01/2004	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 219/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 219/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX8320	54487334A	17/03/2004	69200	233	127.69
LYB8858	54487447A	26/03/2004	65990	230 * V	191.53
LYZ1256	55599710A	17/03/2004	54520	181 * VIII	127.69
MAY7585	55600260A	30/03/2004	72340	250 * I * a	85.12
MAY7585	55600259A	30/03/2004	62110	218 * I * a	127.69
MBZ2105	55600256A	30/03/2004	62110	218 * I * a	127.69
MDM4711	54487335A	25/03/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 223/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 223/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACD9044	54487133A	06/04/2004	57200	186 * I	127.69
BOD8450	54487137A	08/04/2004	51850	167	127.69
CIA5295	55599575A	16/04/2004	57380	186 * II	191.53
LYL3447	54487144A	12/04/2004	73400	252 * IV	85.12
LYY1668	54487138A	08/04/2004	51850	167	127.69
LZK9944	54487297A	02/05/2004	60500	208	191.53
MAS7637	54487139A	08/04/2004	51850	167	127.69
MBA3550	55599689A	19/04/2004	60500	208	191.53
MBN8817	54487534A	05/05/2004	61220	214 * I	191.53
MBZ0671	54487449A	19/04/2004	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 256/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 256/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBA5758	54487540A	20/09/2004	69200	233	127.69
MBG1445	55600013A	21/10/2004	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 283/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 283/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAY9404	55600662A	24/04/2005	59320	203 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 300/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 300/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZB3345	55600031A	23/10/2005	53800	181 * I	85.12
LZJ7878	55600032A	23/10/2005	58190	193	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 302/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 302/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACC4557	55600828A	22/10/2005	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 362/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 362/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DDW7177	55600888A	17/03/2006	62200	218 * I * b	574.61
MBP6777	54488346A	04/08/2006	70300	244 * I	191.54
MCN0023	55601088A	22/08/2006	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 452/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 452/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBL3090	55190987B	28/03/2007	73400	252 * IV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 466/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 466/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI4633	55191613B	09/05/2007	61220	214 * I	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 75/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 75/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC3987	55561206	01/10/2000	69120	232	53.20
LXC3987	55561205	01/10/2000	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXC3987	55561204	01/10/2000	50100	162 * I	574.61
LXJ9104	55558986	12/10/2000	51850	167	127.69
LYC3279	55542572	01/10/2000	51690	165	957.69
LZA9973	55558984	12/10/2000	73580	252 * V	85.12
LZB6344	55542575	03/10/2000	62380	218 * II * a	127.69
LZH6540	55541885	30/08/2000	55250	181 * XV	85.12
LZI2461	55541835	06/10/2000	50100	162 * I	574.61
LZK9462	55542579	03/10/2000	62380	218 * II * a	127.69
LZU1343	55542570	26/09/2000	70300	244 * I	191.53
MAO7631	55558981	05/10/2000	62380	218 * II * a	127.69
MAT6842	55558979	05/10/2000	62380	218 * II * a	127.69
MCD9770	55559728	17/09/2000	57380	186 * II	191.53
MCD9770	55559728	17/09/2000	50100	162 * I	574.61
MCD9770	55559729	17/09/2000	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 76/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 76/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU7371	55561207	28/10/2000	65300	228	127.69
LZH9708	55542585	28/10/2000	70480	244 * II	191.53
MAG7472	55542591	31/10/2000	66370	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.762 440/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.762 440/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABK9099	8762044101	30/07/2014	74550	218 * I	85.12
ACF2088	8762044005	01/08/2014	56732	183	85.12
AEB8205	8762044150	04/08/2014	74630	218 * II	127.69
AMG2103	8762043647	13/07/2014	74550	218 * I	85.12
ANU2696	8762043337	10/07/2014	74550	218 * I	85.12
ANU2696	8762044302	07/08/2014	74550	218 * I	85.12
AUH3407	8762043625	16/07/2014	74550	218 * I	85.12
AUQ2589	8762044200	05/08/2014	74550	218 * I	85.12
AWW0325	8762043932	26/07/2014	56732	183	85.12
BBP0319	8762044226	06/08/2014	74630	218 * II	127.69
CDB8311	8762044315	09/08/2014	74550	218 * I	85.12
DDQ1433	8762044258	07/08/2014	74550	218 * I	85.12
DOS1962	8762044043	28/07/2014	74550	218 * I	85.12
DRK2874	8762044308	08/08/2014	74550	218 * I	85.12

DTZ5954	8762044237	07/08/2014	74550	218	*	I	85.12
DWT9728	8762045665	29/08/2014	74550	218	*	I	85.12
EQW4403	8762045689	27/08/2014	74550	218	*	I	85.12
EQW4403	8762044425	08/08/2014	74550	218	*	I	85.12
GMQ2262	8762044059	30/07/2014	74550	218	*	I	85.12
IMP3826	8762044173	04/08/2014	74630	218	*	II	127.69
JNX3262	8762044305	08/08/2014	74550	218	*	I	85.12
JNX3262	8762044291	06/08/2014	74550	218	*	I	85.12
KRC9651	8762044453	07/08/2014	74550	218	*	I	85.12
LBG4547	8762044076	02/08/2014	74550	218	*	I	85.12
LCX1111	8762044000	29/07/2014	56732	183			85.12
LWS7768	8762043492	18/07/2014	74550	218	*	I	85.12
LXV6849	8762043332	12/07/2014	74550	218	*	I	85.12
LYD1512	8762044426	09/08/2014	74630	218	*	II	127.69
LYK3121	8762043970	01/08/2014	74550	218	*	I	85.12
LYM2783	8762043447	06/07/2014	74550	218	*	I	85.12
LYM5905	8762044293	06/08/2014	74550	218	*	I	85.12
LYV6874	8762044178	04/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MAF3237	8762045635	26/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MAL8292	8762044193	05/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MAT1431	8762042970	05/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MBE9025	8762044255	07/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MBG7971	8762044262	07/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MBU4449	8762044246	07/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MBW9989	8762044256	07/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MBX8013	8762043196	03/07/2014	74630	218	*	II	127.69
MCB6984	8762044035	27/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MCU1675	8762044186	04/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MCU4636	8762044361	03/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MDN6467	8762044210	06/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MER7897	8762044136	28/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MES0358	8762044045	29/07/2014	74630	218	*	II	127.69
MEW7941	8762043242	10/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MEZ2735	8762044446	05/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MFJ2870	8762044121	28/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MFP6916	8762044272	03/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MGA1796	8762044414	04/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MGA5977	8762044314	09/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MGT9633	8762044132	28/07/2014	74630	218	*	II	127.69
MGU3934	8762044084	02/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MHC9124	8762043973	01/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MHG6393	8762043978	02/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MHL4051	8762043984	02/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MHW5168	8762044454	08/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MIA6133	8762044088	29/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MIA8531	8762045726	26/08/2014	56732	183			85.12
MIC9258	8762043960	29/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MII4431	8762044402	08/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MIJ0156	8762044195	05/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MIJ2422	8762044318	09/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MIL0999	8762043027	29/06/2014	74550	218	*	I	85.12
MIN8430	8762044125	30/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MIS0313	8762044282	05/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MIV9272	8762044170	04/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MIX9597	8762045563	25/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MIZ8480	8762044230	07/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MJA0295	8762044360	03/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MJG5858	8762044409	09/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MJV3218	8762044215	06/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MJW5284	8762044433	06/08/2014	60503	208			191.53
MJY7945	8762043030	01/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MJY8274	8762043999	29/07/2014	56732	183			85.12
MJZ5549	8762044034	27/07/2014	74550	218	*	I	85.12

MKE7425	8762044391	06/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MKF1145	8762044452	07/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MKH7117	8762044247	07/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MKO0162	8762044284	05/08/2014	74630	218	*	II	127.69
MKS3754	8762044120	27/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MKW0073	8762044017	27/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MKY8676	8762044098	28/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MLD9172	8762044107	31/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MLJ7760	8762043217	03/07/2014	74550	218	*	I	85.12
MLT3901	8762044221	06/08/2014	74550	218	*	I	85.12
MLW6403	8762044006	01/08/2014	60503	208			191.53
MLY5581	8762044320	07/08/2014	60503	208			191.53
MYJ4780	8762045347	17/08/2014	60503	208			191.53
NFC6576	8762044298	07/08/2014	74550	218	*	I	85.12
NYF7367	8762045588	28/08/2014	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 291/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 291/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KHA1284	55600814A	07/08/2005	51690	165
LXS7427	55600056A	16/08/2005	50100	162 * I
MAG4591	55601035A	23/08/2005	50100	162 * I
MAR0975	55599792A	11/08/2005	73580	252 * V
MAR4860	55601034A	21/08/2005	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 337/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 337/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CNU0634	55601820A	16/07/2006	55500	181 * XVIII
LYC7070	55601358A	11/02/2006	55500	181 * XVIII
LYI1093	55601285A	11/03/2006	51690	165
LZP2223	55601612A	16/07/2006	55500	181 * XVIII
MF19940	55601357A	11/02/2006	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVENBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 379/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 379/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBI3096	55601860A	08/11/2006	55680	181 * XIX
MDD9121	55601962A	22/11/2006	51850	167
MDN9456	55601948A	11/11/2006	70480	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 422/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 422/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAT7273	55190998B	31/03/2007	51850	167
LYW6050	55190599B	19/03/2007	51850	167
LYZ5179	55601442A	01/03/2007	51850	167
LZX1970	55190967B	22/03/2007	74550	218 * I
MAI2281	55190491B	04/04/2007	55500	181 * XVIII
MBH1732	55190955B	19/03/2007	51850	167
MCA7802	55191155B	12/04/2007	74550	218 * I
MEU0099	55190843B	10/04/2007	54520	181 * VIII
MIN2540	55190530B	08/03/2007	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 460/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 460/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWR4503	55191434B	28/06/2007	65990	230 * V
LXH6998	55191435B	28/06/2007	69120	232
LXH6998	55191436B	28/06/2007	65990	230 * V
LXH6998	55191904B	28/06/2007	50450	162 * V
LXH6998	55191903B	28/06/2007	65560	230 * I
LXP8280	55191702B	05/06/2007	50100	162 * I
LXP8280	55191701B	05/06/2007	65990	230 * V
LYV2832	55191813B	04/07/2007	65990	230 * V
LZT8599	55191519B	30/05/2007	65560	230 * I
LZV4203	55191028B	27/06/2007	69120	232
MBW6052	55191030B	05/07/2007	65990	230 * V
MBY9849	55191956B	01/07/2007	50530	162 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 527/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 527/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMX0576	55255828B	04/01/2008	66370	230 * IX
AMX0576	55255910B	04/01/2008	65560	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.762 435/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.762 435/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AXB8131	8762046194	09/09/2014	74550	218 * I
FBR9599	8762046718	30/09/2014	74550	218 * I
GMV2938	8762045660	28/08/2014	74550	218 * I
ICD7341	8762046557	21/09/2014	74550	218 * I
IKU6252	8762045462	27/08/2014	74550	218 * I
IOL7445	8762046452	19/09/2014	74550	218 * I
IQU5061	8762045558	29/08/2014	74550	218 * I
KZU3746	8762046688	28/09/2014	74550	218 * I
LXM0259	8762046521	25/09/2014	74550	218 * I
LXV5066	8762045598	30/08/2014	74550	218 * I
LXY5818	8762045700	28/08/2014	74550	218 * I
LYD6353	8762046529	26/09/2014	74630	218 * II
LZG9751	8762046632	23/09/2014	74550	218 * I
MAP3342	8762046738	28/09/2014	74550	218 * I
MBR2319	8762045411	25/08/2014	74550	218 * I
MBY1215	8762046577	25/09/2014	74550	218 * I
MCR2931	8762046578	26/09/2014	74550	218 * I
MCS5923	8762046697	29/09/2014	74550	218 * I
MCW3855	8762046733	29/09/2014	74550	218 * I
MCW8924	8762046543	27/09/2014	74630	218 * II
MDM7022	8762046590	21/09/2014	74550	218 * I
MDU2892	8762046672	23/09/2014	74550	218 * I
MDZ1129	8762046648	27/09/2014	74550	218 * I
MEB2133	8762045747	28/08/2014	74550	218 * I
MFD5431	8762046727	28/09/2014	74550	218 * I
MFE9493	8762046732	28/09/2014	74550	218 * I
MFL8146	8762045663	29/08/2014	74550	218 * I
MFS3904	8762046735	28/09/2014	74550	218 * I
MGC8215	8762045610	25/08/2014	74550	218 * I
MGM7546	8762046720	28/09/2014	74550	218 * I
MGX3893	8762045550	29/08/2014	74630	218 * II
MHB1616	8762046603	23/09/2014	74550	218 * I
MHG6491	8762045560	29/08/2014	74550	218 * I
MHL0031	8762046595	22/09/2014	74550	218 * I
MHR5177	8762046503	22/09/2014	74550	218 * I
MHR5177	8762046692	29/09/2014	74550	218 * I
MHS9119	8762046709	29/09/2014	56732	183
MHY3406	8762046701	30/09/2014	74550	218 * I
MHZ3725	8762046673	23/09/2014	56732	183
MID6359	8762045719	31/08/2014	74630	218 * II
MIQ9716	8762045487	27/08/2014	74550	218 * I

MIS7580	8762046714	28/09/2014	74550	218	*	I
MIW2500	8762046645	27/09/2014	74550	218	*	I
MIX2439	8762045586	28/08/2014	74550	218	*	I
MJH6598	8762046658	27/09/2014	74550	218	*	I
MJI3753	8762046646	27/09/2014	74550	218	*	I
MJX3644	8762046611	25/09/2014	74550	218	*	I
MJX9508	8762045416	25/08/2014	74550	218	*	I
MJY8648	8762046655	24/09/2014	74550	218	*	I
MKG1356	8762046725	28/09/2014	74550	218	*	I
MKJ7844	8762045418	25/08/2014	74550	218	*	I
MKP1649	8762045572	27/08/2014	74550	218	*	I
MKP9981	8762046535	26/09/2014	74630	218	*	II
MKT0181	8762045606	31/08/2014	74550	218	*	I
MKV8004	8762045743	27/08/2014	74550	218	*	I
MLD0325	8762046508	22/09/2014	74550	218	*	I
MLE6087	8762046544	27/09/2014	60503	208		
MML3565	8762046546	21/09/2014	74550	218	*	I
MUK9757	8762046731	29/09/2014	74550	218	*	I
OJV3567	8762044876	18/08/2014	74550	218	*	I
OQT2867	8762045657	27/08/2014	74550	218	*	I


TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2014 - ANEXO Nº 01

	EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 002/2014		
	RUA ESPÍRITO SANTO - Estaca OPP à 31+7,64m		
	CUSTO TOTAL PAVIMENTAÇÃO:		R\$ 225.695,52
	VALOR REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 0252242-37/2008		R\$ 146.950,00
	PARCELA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:		R\$ 78.745,52

ANEXO Nº 01

Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

	Nome do Proprietário	Endereço Rua Espírito Santo Nº	Registro do Imóvel	Área do Imóvel (m²)	Nº do Cadast. Imob.	Valor do Imóvel Antes da Execução da Obra (R\$)	Valor do Imóvel Depois da Execução da Obra (R\$)	Valorização do Imóvel (R\$)	Fração de Valorização	Valor da Contribuição de Melhoria
1	Adriano Kohls	314	Mat. 7676	377,60	183.660	R\$ 175.050,00	R\$ 194.500,00	R\$ 19.450,00	0,0195	R\$ 1.532,90
2	Albino da Silva	325	Mat. 7710	380,80	183.903	R\$ 198.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 22.000,00	0,0220	R\$ 1.733,88
3	Alceni Neves Duarte	95	Mat. 7698	404,00	148.012	R\$ 180.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
4	Aldanei da Silva	S/N	Mat. 7675	466,00	51.020	R\$ 108.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000,00	0,0120	R\$ 945,75
5	Albir Heibel	209	Mat. 7704	440,00	183.954	R\$ 180.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
6	Alvaro Licio Raimondi	295	Mat. 7708	464,00	183.911	R\$ 180.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
7	Alward Horney	S/N	Mat. 7662	388,00	50.890	R\$ 77.000,00	R\$ 97.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
8	Alward Horney	588	Mat. 7692	449,28	183.814	R\$ 117.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 13.000,00	0,0130	R\$ 1.024,56
9	Alward Horney	S/N	Mat. 7724	27,356,66	51.101	R\$ 360.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 40.000,00	0,0400	R\$ 3.152,50
10	Anderson F. Krueger	455	Mat. 7715	522,20	183.857	R\$ 108.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000,00	0,0120	R\$ 945,75
11	Antonia da Silva Duarte	199	Mat. 7703	434,00	183.962	R\$ 162.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 18.000,00	0,0180	R\$ 1.418,63
12	Artur Bellamino	385	Mat. 7713	395,20	183.873	R\$ 171.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 19.000,00	0,0190	R\$ 1.497,44
13	Carlos A. Walz	191	Mat. 7702	428,00	183.970	R\$ 225.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 25.000,00	0,0250	R\$ 1.970,31
14	Carlos C. Falk	25	Mat. 7694	473,97	51.322	R\$ 225.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 25.000,00	0,0250	R\$ 1.970,31
15	Claudinei P. Flech	520	Mat. 7689	438,72	183.784	R\$ 144.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 16.000,00	0,0160	R\$ 1.261,00
16	Cleverson Bernardo	S/N	Mat. 7674	460,00	51.012	R\$ 103.500,00	R\$ 115.000,00	R\$ 11.500,00	0,0115	R\$ 906,34
17	Delvis C. Beck	96	Mat. 7665	406,00	183.571	R\$ 180.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
18	Doraci B. Krueger	86	Mat. 7664	400,00	183.563	R\$ 162.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 18.000,00	0,0180	R\$ 1.418,63
19	Doraci E. da Silva	S/N	Mat. 7709	376,00	51.179	R\$ 135.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 15.000,00	0,0150	R\$ 1.182,19
20	Dolir Machado	512	Mat. 7688	435,20	183.776	R\$ 157.500,00	R\$ 175.000,00	R\$ 17.500,00	0,0175	R\$ 1.379,22
21	Dorvalino F. Ganda	252	Mat. 7673	454,00	183.652	R\$ 168.300,00	R\$ 170.000,00	R\$ 1.700,00	0,0017	R\$ 133,98
22	Ederson D. Willenborg	76	Mat. 7663	394,00	183.555	R\$ 180.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
23	Elio Androczevecz	251	Mat. 7706	452,00	183.938	R\$ 99.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 11.000,00	0,0110	R\$ 866,94
24	Eliseu Trapp	349	Mat. 7711	385,60	183.890	R\$ 153.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 17.000,00	0,0170	R\$ 1.339,81
25	Ema Heinz	165	Mat. 7701	422,00	183.989	R\$ 270.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 30.000,00	0,0300	R\$ 2.364,38
26	Erna W. Spredemann	200	Mat. 7670	436,00	183.628	R\$ 207.000,00	R\$ 230.000,00	R\$ 23.000,00	0,0230	R\$ 1.812,69

27	Ernesto Flech	393	Mat. 7714	400,00	R\$ 183.865	R\$ 126.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 14.000,00	0,0140	R\$ 1.103,38
28	Fabiano P. Ewald	277	Mat. 7707	458,00	R\$ 183.920	R\$ 126.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 14.000,00	0,0140	R\$ 1.103,38
29	Fernando C. dos Santos	S/N	Mat. 7682	406,40	R\$ 183.725	R\$ 108.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000,00	0,0120	R\$ 945,75
30	Flavia Matias	326	Mat. 7677	382,40	R\$ 183.679	R\$ 153.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 17.000,00	0,0170	R\$ 1.339,81
31	Flora Bendheim	S/N	Mat. 7695	386,00	R\$ 51.314	R\$ 108.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 12.000,00	0,0120	R\$ 945,75
32	Gessi Pain	S/N	Mat. 7687	431,68	R\$ 88.501	R\$ 90.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 10.000,00	0,0100	R\$ 788,13
33	Hilário Ponchielli	147	Mat. 7700	416,00	R\$ 183.997	R\$ 148.500,00	R\$ 165.000,00	R\$ 16.500,00	0,0165	R\$ 1.300,41
34	Iair Jantara	459	Mat. 7686	424,64	R\$ 183.768	R\$ 140.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 20.000,00	0,0200	R\$ 1.576,25
35	Iolanda Hoe	1273	Mat. 7661	492,45	R\$ 183.547	R\$ 225.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 25.000,00	0,0250	R\$ 1.970,31
36	Ivonei Ribeiro	85	Mat. 7697	398,00	R\$ 184.020	R\$ 126.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 14.000,00	0,0140	R\$ 1.103,38
37	Ivonei Pereira Machado	150	Mat. 7667	418,00	R\$ 183.598	R\$ 189.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 21.000,00	0,0210	R\$ 1.655,06
38	Janete A. Carneiro Behling	77	Mat. 7696	392,00	R\$ 184.039	R\$ 171.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 19.000,00	0,0190	R\$ 1.497,44
39	João Zanona	170	Mat. 7668	424,00	R\$ 183.601	R\$ 153.000,00	R\$ 170.000,00	R\$ 17.000,00	0,0170	R\$ 1.339,81
40	José Salvador Sinhuri	454	Mat. 7685	421,12	R\$ 183.750	R\$ 144.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 16.000,00	0,0160	R\$ 1.261,00
41	Josemar da Silva	376	Mat. 7680	396,80	R\$ 183.709	R\$ 99.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 11.000,00	0,0110	R\$ 866,94
42	Luiz Carlos Steffens	346	Mat. 7678	387,20	R\$ 183.687	R\$ 148.500,00	R\$ 165.000,00	R\$ 16.500,00	0,0165	R\$ 1.300,41
43	Maria Apª Correia	552	Mat. 7691	445,76	R\$ 183.806	R\$ 112.500,00	R\$ 125.000,00	R\$ 12.500,00	0,0125	R\$ 985,16
44	Maria de Lourde Lourenço	126	Mat. 7666	412,00	R\$ 183.580	R\$ 144.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 16.000,00	0,0160	R\$ 1.261,00
45	Maria E. das Graças Duarte	534	Mat. 7690	442,24	R\$ 183.792	R\$ 126.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 14.000,00	0,0140	R\$ 1.103,38
46	Marlindo Guarnieri	684	Mat. 7717	550,70	R\$ 183.830	R\$ 135.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 15.000,00	0,0150	R\$ 1.182,19
47	Marlindo Guarnieri	S/N	Mat. 7718	500,22	R\$ 88.579	R\$ 31.500,00	R\$ 35.000,00	R\$ 3.500,00	0,0035	R\$ 275,84
48	Mauricio Folmer	461	Mat. 7716	527,70	R\$ 183.849	R\$ 130.500,00	R\$ 145.000,00	R\$ 14.500,00	0,0145	R\$ 1.142,78
49	Município de Pomerode	S/N	Mat. 7719	410,56	R\$ 88.447	R\$ 49.500,00	R\$ 55.000,00	R\$ 5.500,00	0,0055	R\$ 433,47
50	Município de Pomerode	S/N	Mat. 7720	428,16	R\$ 88.498	R\$ 72.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 8.000,00	0,0080	R\$ 630,50
51	Oneide José Zanatta	446	Mat. 183733	414,08	R\$ 183.733	R\$ 128.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 12.000,00	0,0120	R\$ 945,75
52	Oneide José Zanatta	446	Mat. 7684	417,60	R\$ 183.741	R\$ 162.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 18.000,00	0,0180	R\$ 1.418,63
53	Orlandina C. dos Santos	390	Mat. 7681	401,60	R\$ 183.717	R\$ 126.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 14.000,00	0,0140	R\$ 1.103,38
54	Município de Pomerode	S/N	Mat. 7721	1.545,82	R\$ 51.110	R\$ 40.500,00	R\$ 45.000,00	R\$ 4.500,00	0,0045	R\$ 354,66
55	Município de Pomerode	S/N	Mat. 7723	1.545,82	R\$ 51.110	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	0,0050	R\$ 394,06
56	Município de Pomerode	S/N	Mat. 7722	1.752,40	R\$ 88.595	R\$ 63.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 7.000,00	0,0070	R\$ 551,69
57	Sebastião de O. Duarte	361	Mat. 7712	390,40	R\$ 183.881	R\$ 99.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 11.000,00	0,0110	R\$ 866,94
58	Sebastião de Ramos	210	Mat. 7671	442,00	R\$ 183.636	R\$ 171.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 19.000,00	0,0190	R\$ 1.497,44
59	Solacia Ewald	190	Mat. 7669	430,00	R\$ 183.610	R\$ 144.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 16.000,00	0,0160	R\$ 1.261,00
60	Sonia Hoelgtgebaum Fiedler	235	Mat. 7705	446,00	R\$ 183.946	R\$ 139.500,00	R\$ 155.000,00	R\$ 15.500,00	0,0155	R\$ 1.221,59
61	Valdeir Batista Fydryzewski	230	Mat. 7672	448,00	R\$ 183.644	R\$ 130.500,00	R\$ 145.000,00	R\$ 14.500,00	0,0145	R\$ 1.142,78
62	Walimir Wilhelm	121	Mat. 7699	410,00	R\$ 184.004	R\$ 148.500,00	R\$ 165.000,00	R\$ 16.500,00	0,0165	R\$ 1.300,41
63	Wanderlei Antonio Zanatta	S/N	Mat. 7679	392,00	R\$ 183.695	R\$ 144.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 16.000,00	0,0160	R\$ 1.261,00
TOTAL								R\$ 999.150,00	1,00	R\$ 78.745,52

ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

MAURÍCIO EDUARDO GORIGOITIA VEGA
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade

ANDRÉ LUIS AMORIM
Engº Civil Secretária de Planejamento e
Desenvolvimento da Cidade

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº002/2014 – RUA ESPÍRITO SANTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE**

CNPJ 83.102.251/0001-04

Fone (047) 3387-7258 - Fone Fax (047) 3387-7254

Rua XV de Novembro, 525 - Bairro Centro

89107-000 - POMERODE - SANTA CATARINA**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**
Nº002/2014 – RUA ESPÍRITO SANTO

O Município de Pomerode faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis localizados na **RUA ESPÍRITO SANTO** que, amparado na Lei Complementar Nº 192 de 25 de agosto de 2010, realizará o lançamento da Contribuição de Melhoria das Obras de **Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica** das vias públicas anteriormente nominadas, conforme os itens abaixo:

I – MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descritivo anexo descreve normas para a execução dos serviços de meio-fio, pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra: serviços de topografia, serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, obras de contenção.

Os serviços executados consistiram em:

- Terraplenagem;
- Implantação de Drenagem Pluvial;
- Execução de Base de Brita Graduada Simples [BGS] e Pavimentação Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente [CBUQ], com capacidade de suporte equivalente a carga pesada;
- Implantação de meio-fio de concreto;
- Reaterro de Meio-Fio;
- Sinalização Viária.

II – ORÇAMENTO DA OBRA

O custo total da obra foi de **R\$ 225.695,52**, conforme itens descritos abaixo:

- Terraplenagem e Drenagem Pluvial: R\$ 52.643,86
- Pavimentação Asfáltica: R\$ 173.051,66
- Sinalização Viária: 1.922,63

III – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha anexa), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á no limite da valorização do imóvel, conforme os índices contidos no Cadastro Imobiliário do Município, considerando a área de abrangência do imóvel coberta pela obra de pavimentação, aplicando-se o fator de absorção do benefício.

IV – FATOR RATEIO

O valor da Contribuição de Melhoria devida pelos proprietários lindeiros ou possuidores de imóvel localizado na via pública anteriormente nominada foi calculado com observância na valorização do imóvel.

V – PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE

O valor da Contribuição de Melhoria devida por cada proprietário lindeiro ou possuidores de imóvel localizado na via pública anteriormente nominada está indicado no Anexo Nº 1 deste Edital.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE**

CNPJ 83.102.251/0001-04

Fone (047) 3387-7258 - Fone Fax (047) 3387-7254

Rua XV de Novembro, 525 - Bairro Centro

89107-000 - POMERODE - SANTA CATARINA**VI – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA**

A área beneficiada pelas obras de drenagem pluvial e pavimentação asfáltica foi a **RUA ESPÍRITO SANTO**, compreendendo um total de 627,64 metros de extensão e 5.020,34 m² de área pavimentada. Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para esta via pública.

VII– IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

É lícito ao contribuinte impugnar qualquer dos elementos referidos neste Edital, desde que o faça até 30 [trinta] dias após a publicação do mesmo, sob a forma de Requerimento endereçado ao Sr. Prefeito Municipal.

VIII – FORMA DE PAGAMENTO

De acordo com “Arts. 428 à 443 da Lei Complementar Nº 192 de 25 de agosto de 2010, o contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria no prazo de 30 (trinta) dias quando à vista, com o desconto de 5% (cinco por cento), contados da data em que o contribuinte tiver consciência do lançamento, ou de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) vezes sem o desconto mencionado, porém corrigido monetariamente.”

Mais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração e Fazenda no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Pomerode, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

Pomerode, 10 de dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

MAURÍCIO E. GORIGOITIA VEGA

Sec. de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Sec. de Administração e Fazenda

Ponte Serrada

PREFEITURA

CONVÊNIO 09.2014

CONVÊNIO No 09/2014

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR E DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL.

Aos 24 dias do mês de novembro de 2014, o Município de Ponte Serrada, com sede na Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, Ponte Serrada-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.236/0001-01, representado pelo seu Prefeito o Senhor EDUARDO COPPINI, residente e domiciliado em Ponte Serrada-SC, portador da Carteira de identidade nº 17R1787186, SSI/SC e do CPF nº. 561.060.509-10, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt, no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral VALDEMIR CABRAL, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 837634, expedida pela SSP/SC e do CPF no 343650959, doravante denominada PMSC, com interveniência da Polícia Civil do Estado, estabelecida a Rua Álvaro de Carvalho, 220 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 1.743.696-6, SSP/SC e do CPF no 548.933.059-72, doravante denominada PCSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre o MUNICÍPIO e a SSP, para instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 06 (seis) câmeras de segurança no Município de Ponte Serrada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei no 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar no 284 de 28 de fevereiro de 2005, na IN 14/12 TCE e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal no 2.0176 de 17 de setembro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

I. O MUNICÍPIO fará repasse do montante que deve ser depositado na c/c específica nº 851735-5 Ag. 35823, Banco do Brasil, tendo como titular: FUNDO PARA MELHORIA SEGURANÇA PÚBLICA, inscrito sob o CNPJ nº 85.280.147.0001-35;

II. A SSP manterá os recursos da contra-partida oriundos do BN-DES em conta específica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I. Opinar sobre o projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de videomonitoramento urbano no Município de Ponte Serrada/SC;

II. Repassar o montante de R\$ 80.022,50 (oitenta mil e vinte e dois reais e cinquenta centavos), à SSP-SC, conforme planilha de

custos em anexo.

III. Responsabilizar-se pelos custos com manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos que fazem parte do sistema de videomonitoramento urbano do Município de Ponte Serrada/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de videomonitoramento e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Responsabilizar-se pelas obras necessárias para adequação de um ambiente no Quartel da Polícia Militar, onde será instalada a central de videomonitoramento;

VI. Responsabilizar-se pela contratação e instalação de energia elétrica, junto a concessionária local, para alimentação dos pontos de videomonitoramento;

VII. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com disponibilização de operadores de CFTV na sala de videomonitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de videomonitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Ponte Serrada/SC;

II. Responsabilizar-se pela aquisição, coordenação e instalação do sistema de videomonitoramento urbano de acordo com a CLÁUSULA PRIMEIRA;

III. Responsabilizar-se pela contratação de rede multimídia, em fibra óptica, para transmissão das imagens do sistema de videomonitoramento urbano e pelos custos mensais decorrentes;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de videomonitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Organização Policial Militar de Ponte Serrada, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas do repasse previsto na CLÁUSULA QUARTA, se dará na forma da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Ponte Serrada, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio com as testemunhas abaixo relacionadas.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA

Secretário de Estado da Segurança Pública

VALDEMIR CABRAL

Comandante Geral da Polícia Militar

ALDO PINHEIRO D'ÁVILA
Delegado Geral da Polícia Civil

DECRETO 632/2014

DECRETO Nº 632/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada e demais legislação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis pelos seguintes membros:

- Maurício Renan Mendes, Assessor;
- Altair Fazolo, Engenheiro Civil;
- Vanderlei Zanatta, Assessor;
- Genoir Bisatto, Secretário Municipal de Agricultura;
- Iosmar Rodrigues Galvão, Secretário Municipal de Transportes e Obras.

§1º Fica a Comissão Especial designada no caput do presente artigo encarregada de realizar avaliações na seguinte área: "Área de 12.828,72m² (doze mil oitocentos e vinte e oito e setenta e dois metros quadrados), do imóvel de propriedade do Sr. David Vicente Paglia e Tereza F. Paglia, parte integrante da matrícula nº 863, Registro R-5-863, do Livro 02-C, do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca".

§2º A Comissão Especial deverá apresentar relatório de avaliações, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data da publicação deste ato, para fins de análise sobre a viabilidade de aquisição da área para construção de obra pública.

Art. 2º Os servidores que não prestarem, em prazo hábil, ou prestarem incorretamente, as informações solicitadas pelas comissões de que trata este Decreto, serão administrativamente responsabilizados em processo administrativo a cargo da Unidade Administração responsável.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

EXTRATO 32- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 032/2014 - FMS PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2014 - FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM, DE FORMA PARCELADA, PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Recebimento de Envelopes: até as 09:50MIN do dia 07/01/2015.
Abertura: às 10h00min horas do dia 07/01/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre

Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de dezembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR 151/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2014. DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER CONCESSÃO DE IMÓVEL ATRAVÉS DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE PROCESSO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 18 da Lei Orgânica do Município, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, realizar concessão de direito real de uso, a quem se interessar, a título gratuito de uma área de terra com área de 8.680,34m², localizado no distrito industrial do município, registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC, sob a matrícula nº 887.

Parágrafo único - A concessão tem por objetivo o estímulo à implantação de empresa que venha gerar no mínimo 30 (trinta) empregos, sendo 15 (quinze) diretos e 15 (quinze) indiretos, e ainda tenha um investimento mínimo na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 2º - Para a seleção do interessado será realizado processo licitatório através de Concorrência Pública, nos termos da Lei de Licitações e Contratos, onde serão consignados detalhadamente às obrigações, os encargos, situações de reversão e prazo.

Parágrafo único - A empresa interessada vencedora da licitação terá que comprovar anualmente, durante o período que perdurar a concessão, o cumprimento dos encargos mínimos estabelecidos nesta Lei e os que se dispôs suportar, com período de carência de 12 (doze) meses.

Art. 3º - A alienação será efetuada respeitando o disposto no Art. 17, da Lei Federal nº 8.666/93 e demais disposições pertinentes à matéria, atendendo o interesse público de incremento da receita do Município, através do desenvolvimento empresarial, com a finalidade expressa para implantação de projeto empresarial para desdobramento e beneficiamento de madeira.

Art. 4º - Fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado conceder juntamente com a área a execução de infraestrutura necessária sobre a área concedida, compreendendo terraplenagem do imóvel e acesso.

Art. 5º - Fica vedado ao vencedor da licitação transferir o direito real de uso do imóvel concedido no todo ou em parte, a qualquer título.

Art. 6º - Após a realização da licitação deverá o Chefe do Poder Executivo a promover a inscrição da concessão de direito real de uso, nos termos da Lei e do Contrato Administrativo a ser firmado com a empresa vencedora da licitação.

Parágrafo único - As despesas decorrentes do registro e averbação à margem da matrícula do imóvel desta Concessão de Direito Real de Uso correrão por conta da licitante vencedora.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da Lei

PROCESSO 0108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0108/2014 PREGÃO PRESENCIAL
N.º 048/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM, DE FORMA PARCELADA, PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 07/01/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 07/01/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 10 de dezembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 009 /2014 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

RESOLUÇÃO Nº 009 /2014

Dispõe sobre o uso de recursos do FIA para o a implantação do serviço de família Acolhedora no município de Porto Belo - SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Porto Belo - SC, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal 1482/06, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações da Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Porto Belo - SC, conforme deliberação da reunião ordinária do dia vinte e oito (28) de dezembro de 2014 informa:

CONSIDERANDO a necessidade de fomentação social sobre o direito a convivência familiar e comunitária;

CONSIDERANDO a existência da Lei que cria o serviço Família Acolhedora, não implementada até o momento,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o uso de recurso do FIA - Fundo da Infância e Adolescência, no valor de R\$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais) para financiar o Projeto de fomentação social sobre o direito a convivência familiar e comunitária e promover a implantação do Serviço de Família Acolhedora, a realizar-se-á no período de 15 de dezembro de 2014 a outubro de 2015.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 10 de dezembro de 2014.

LAUDICEIA A C POLUCENO

Coordenadora Geral

CMDCA - Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 617/2014

DECRETO Nº 617, de 04 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	8	39.000,00
MODALIDADE	3350 – 104 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	12	1.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação, na Fonte 104.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

LEI Nº 4.292/2014

LEI Nº 4.292, de 04 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio da Câmara Municipal de Vereadores, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0100 – PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		

PROJETO	1031 – Construção/Aquisição/Reforma Sede Própria		
MODALIDADE	4590 – 100 – Aplicações Diretas	novo	600.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	0100 – PODER LEGISLATIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
PROJETO	1030 – Aquisição de Veículo e Equipamento para o Legislativo		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	01	89.700,00
PROJETO	1031 – Construção/Aquisição/Reforma Sede Própria		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	02	250.000,00
ATIVIDADE	2001 – Manutenção das Atividades Legislativas		
MODALIDADE	3190 – 100 – Aplicações Diretas	03	30.000,00
MODALIDADE	3191 – 100 – Aplicações Diretas – Operações Intraorçamentárias	04	60.000,00
MODALIDADE	3350 – 100 – Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos	05	50.000,00
MODALIDADE	3390 – 100 – Aplicações Diretas	06	120.300,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		600.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 04 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

PORTARIA Nº 038/2014

PORTARIA Nº 038, de 02 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 031, de 04 de maio de 2012;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento do Prefeito Municipal, embasado no Relatório Final da Comissão e respectivo parecer jurídico,

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a existência de tentativa de fraude ao Procedimento Licitatório nº 045/2012, previsto no artigo 298 do Código Penal Brasileiro, por parte do Microempreendedor Individual ANTONIO SÉRGIO CURIONI, com referência ao processo administrativo instaurado pela Portaria nº 031, de 04 de maio de 2012.

Art. 2º DECLARAR a inidoneidade do mesmo para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo período de 02 (dois) anos, conforme preceitua o Art. 87, Inc. III, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

1ª TERMO ADITIVO - REGINA COSTA SPINDOLA

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 352/2014, firmado em 15/10/2014, com término previsto para 14/11/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) REGINA COSTA SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 040.324.059-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 352/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 352/2014, iniciando-se a prorrogação em 14/11/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/11/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

REGINA COSTA SPINDOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

2ª TERMO ADITIVO - SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 247.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 144/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

2ª TERMO ADITIVO - MAIKOL RUDY REIBERG

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAIKOL RUDY REIBERG portador(a) do CPF nº 054.525.329-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 18/07/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário de Administração Interino

MAIKOL RUBY REIBERG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

CPF:.

Nome:.

CPF:.

2º TERMO ADITIVO - ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de julho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, portador(a) do CPF nº 928.659.849-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 102/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino

ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - IVETE PEREIRA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVETE PEREIRA, portador(a) do CPF nº 017.324.819-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 238/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

IVETE PEREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3º TERMO ADITIVO - MAIKOL RUDY REIBERG

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 18/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAIKOL RUDY REIBERG portador(a) do CPF nº 054.525.329-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/07/2014 e encerrando-se em 04/08/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/07/2014.
CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário de Administração Interino

MAIKOL RUDY REIBERG
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

3º TERMO ADITIVO - MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de

janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA, portador(a) do CPF nº 032.455.699-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 178/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 178/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MAISA ADRIANA CARVALHO FRANÇA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

3º TERMO ADITIVO - MARCIONEI MAIA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARCIONEI MAIA, portador(a) do CPF nº 048.818.639-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 164/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 164/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MARCIONEI MAIA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - MARGARET APARECIDA CARVALHO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARGARET APARECIDA CARVALHO, portador(a) do CPF nº 579.323.529-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 134/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 134/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARGARET APARECIDA CARVALHO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - MARIA BERNADETE BACK

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 12/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA BERNADETE BACK, portador(a) do CPF nº 725.496.299-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 12/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 12/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e

encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA BERNADETE BACK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - MICHELE DEOLA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014, firmado em 26/02/2014, com término previsto para 19/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DEOLA, portador(a) do CPF nº 042.181.269-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 223/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MICHELE DEOLA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - NEIVA WEISS

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS, portador(a) do CPF nº 988.573.209-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

NEIVA WEISS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - RAFAELLA TATIANI VOZNIAK

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 71/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAFAELLA TATIANI VOZNIAK, portador(a) do CPF nº 036.022.759-73, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 71/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 71/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RAFAELLA TATIANI VOZNIAK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 247.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 144/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 144/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA JUNIOR

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

JUNIOR, portador(a) do CPF nº 005.438.949-67, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 170/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 170/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 15/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA JUNIOR

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - TATIANE SANCHES

3ª Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE SANCHES, portador(a) do CPF nº 004.690.189-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 127/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TATIANE SANCHES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3ª TERMO ADITIVO - ZONEIDE DE SOUZA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZONEIDE DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 687.104.379-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 17/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ZONEIDE DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO - ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER, portador(a) do CPF nº 928.659.849-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 102/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 102/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSINEI RAQUEL ORLANDI LIMBERGER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO - SANDRA MARIA SESTREN

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA MARIA SESTREN, portador(a) do CPF nº 701.346.269-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 142/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 142/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA MARIA SESTREN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º TERMO ADITIVO - SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 247.562.029-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 143/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 143/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SERGIO CASSIMIRO DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4ª TERMO ADITIVO - IVETE PEREIRA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVETE PEREIRA, portador(a) do CPF nº 017.324.819-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 238/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	IVETE PEREIRA Contratado(a)
--	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

4ª TERMO ADITIVO - MAIKOL RUDY REIBERG

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 04/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MAIKOL RUDY REIBERG, portador(a) do CPF nº 054.525.329-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 168/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 168/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

MAIKOL RUDY REIBERG
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

4ª TERMO ADITIVO - MICHELE DEOLA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 223/2014, firmado em 26/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MICHELE DEOLA, portador(a) do CPF nº 042.181.269-92, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 209/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 223/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	MICHELE DEOLA Contratado(a)
--	--------------------------------

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:
---------------	---------------

4ª TERMO ADITIVO - NEIVA WEISS

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NEIVA WEISS, portador(a) do CPF nº 988.573.209-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

NEIVA WEISS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 122/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 122/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SOLANGE APARECIDA DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - TATIANE SANCHES

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE SANCHES, portador(a) do CPF nº 004.690.189-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 127/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TATIANE SANCHES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 459.209.749-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 132/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VENILDE TOMAZ DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4ª TERMO ADITIVO - ZONEIDE DE SOUZA

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ZONEIDE DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 687.104.379-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 17/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 17/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ZONEIDE DE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5ª TERMO ADITIVO - MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO, portador(a) do CPF nº 915.043.509-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5º TERMO ADITIVO - MONIQUE NOVAK

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MONIQUE NOVAK, portador(a) do CPF nº 075.114.879-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º

Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/12/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MONIQUE NOVAK

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

7ª TERMO ADITIVO - MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO, portador(a) do CPF nº 915.043.509-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 217/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 217/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4453, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4453, de 04 de dezembro de 2014.

"NOMEIA NICANOR GABRIEL ALEGRI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.

DECRETA:

Art. 1º-	Fica nomeado a partir de 04/12/2014, o senhor NICANOR GABRIEL ALEGRI, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do § 6º, do Art. 55 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/10/2010.
----------	--

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.

04 de dezembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4455, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4455, de 05 de dezembro de 2014.

"CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, POR PRAZO DETERMINADO".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica concedido por tempo determinado à Secretaria Municipal de Agricultura o veículo Ford/F140000, placas MBD 9005, cor vermelha, frota nº 200, chassi nº 9BFXK84F51B062706, ano 2001/2001, Renavam nº 762632941, patrimônio nº 9962 da Secretaria Municipal de obras e Serviços Urbanos.
	§ 1º- O veículo da Secretaria de Municipal de Obras e Serviços Urbanos descrito no caput deste artigo será cedido à Secretaria Municipal de Agricultura no período entre o dia 02 de dezembro de 2014 e o dia 23 de dezembro de 2014.
	§ 2º- O referido veículo poderá retornar à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º-	As despesas decorrentes do uso e manutenção do veículo cedido por este Decreto correrão à conta de dotação específica consignada no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Agricultura.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
05 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4456, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4456, de 05 de dezembro de 2014.
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e artigo 4º da Lei nº 4.020 de 19/02/2004,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Saúde, os seguintes membros eleitos e indicados por suas entidades:
	I - o Secretário Municipal de Saúde, como membro nato:
	- Luiz Carlos Zanis, membro titular; - Adalgisa Vendrami da Silva Feijó.
	II - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
	- Ivanir Schlemper Neves; - Irma Carolina Wojahn.
	III - representantes dos Prestadores de Serviços:
	a) Centro de Doenças Renais do Alto Vale do Itajaí:
	- Ercides Pfiffer, membro titular; - Leonardo Claudino Ribeiro, membro suplente.
	b) Hospital Samária:
	- Evandro Roza, membro titular; - Aldo Kaestner, membro suplente.
	IV - representantes dos Profissionais da Área de Saúde:
	a) Associação Brasileira de Odontologia Subseção de Rio do Sul:
	- Fabio Adriano da Silva, membro titular; - Pablo Leite, membro suplente.
	b) Associação Catarinense de Medicina Regional Médica Alto Vale:
	- Fabiola Dechamps, membro titular; - Leontino Ribeiro Neto, membro suplente.
	c) Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina (CRF/SC):
	- Stephanie Damgaard Kristenser, membro titular; - Elaine Tereza Harthmann, membro suplente.
	d) Conselho Regional de Enfermagem:
	- Ivania Travaglia, membro titular; - Bruna Valle, membro suplente.
	V - representantes dos Usuários:
	a) União das Associações de Bairros de Rio do Sul (UABRS):
	- Sueli Terezinha de Oliveira, membro titular; - Ingelore Christen de Oliveira, membro suplente.

	b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):
	- Jean Marcos Baumer, membro titular; - Gabriela Trettin Coelho Kayama, membro suplente.
	c) Associação das Senhoras Rotarianas de Rio do Sul (Casa da Amizade):
	- Edania Mara Rizzi, membro titular; - Neusa Mattê Pisetta, membro suplente.
	d) Loja Maçônica Luz da Vale:
	- Jorge Alberto Guirrat da Costa, membro titular; - Albino Nardelli, membro suplente.
	e) Loja Simbólica Palácio Olímpio de Oliveira:
	- José Eduardo Lobato Dagostini, membro titular; - Nilo Rafael Batista da Silva, membro suplente.
	f) Rotary Club de Rio do Sul:
	- Ivonir Ferrari, membro titular; - Leonir Carlos Kummer, membro suplente.
	g) Sindicato das Indústrias da Fiação, Tecelagem, Confecções e do Vestuário do Alto Vale do Itajaí:
	- Vitor Peron, membro titular; - Vitor Goetten de Lima, membro suplente.
	h) Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI):
	- Rosemeri Geremias Farias, membro titular; - Heloisa Pereira de Jesus, membro suplente.

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
05 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4457, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4457, de 08 de dezembro de 2014.
"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no Decreto nº 347/93,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitações, criada pelo Decreto nº 347/93, como titulares os servidores CARLOS ALBERTO LUTHARDT, matrícula nº 700.5-01, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Licitações, LUIZ HENRIQUE PIAZEIRA, matrícula nº 35305-03, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Compras e MARCON KLEINHEMPEL, matrícula nº 24554-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios. Como suplentes, BRUNA LIVRAMENTO, matrícula nº 3555.0-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, RÚBIA CRISTINA MOHR, matrícula nº 35191-01, nomeada para exercer o cargo de provimento efetivo de Contador e DIOVANA MAY MACHADO, matrícula nº 282740-1, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Integração do Sistema de Gestão.
----------	---

Art. 2º-	A Comissão será presidida pelo servidor CARLOS ALBERTO LUITHARDT e o mandato dos membros nomeados por este Decreto será até 31 de dezembro de 2015.
Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
08 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4458, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4458, de 08 de dezembro de 2014.

“DESIGNA PREGOEIRO E NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e no Decreto nº 080/2007, que regulamenta licitação na modalidade Pregão no Município,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica designado como Pregoeiro o Sr. MARCO AURÉLIO FERRARI, matrícula nº 182870-1, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Compras, como titular e o Sr. MARCON KLEINHEMPEL, matrícula nº 24554-03, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Processos Licitatórios, como suplente.
----------	---

Art. 2º-	Ficam nomeados para compor a Equipe de Apoio, os funcionários: MARILU ROSANE GIOVANELLA, matrícula nº 4480-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo I; DIEISON FERNANDO MARQUEZ, matrícula nº 35220-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo e PÂMELA PRISCILA EICHHOLZ, matrícula nº 3631201, ocupante do cargo em comissão Chefe de Divisão de Integração do Sistema de Gestão.
----------	---

Art. 3º-	O mandato do Pregoeiro bem como dos membros da Equipe de Apoio nomeados por este Decreto, será até 31 de dezembro de 2015.
----------	--

Art. 4º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.
08 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4460, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4460, de 08 de dezembro de 2014.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso II, do artigo 12, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/13,

DECRETA:

Art. 1º-	Ficam suplementadas até o limite de R\$ 39.768,02 (tinta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:
----------	---

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.071	Piso Básico Fixo - Pbf		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Operações entre Órgãos		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	23.000,00
1.111	Acessuas - Trabalho		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Operações entre Órgãos		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	7.268,02
50.03	PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmcc		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Operações entre Órgãos		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	9.500,00
	TOTAL	R\$	39.768,02

Art. 2º-	Em contrapartida as suplementações constantes no artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 39.768,02 (trinta e nove mil, setecentos e sessenta e oito reais e dois centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:
----------	---

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.071	Piso Básico Fixo - Pbf		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	23.000,00
1.111	Acessuas - Trabalho		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	7.268,02
50.03	PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.075	Piso Fixo de Média Complexidade - Pfmcc		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01520054	Convênios da União - Assistência Social	R\$	9.500,00
	TOTAL	R\$	39.768,02

Art. 3º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.
08 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR 291

LEI COMPLEMENTAR Nº 291, de 26 de novembro de 2014.
"ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 285, DE 22 DE AGOSTO DE 2014".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Altera o artigo 2º, da Lei Complementar nº 285, de 22 de agosto de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
	"Art. 2º Com fundamento no disposto na Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, o vencimento fixado em R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) com vigência a partir de junho de 2014, será pago em folha de pagamento do modo retroativo complementando o valor recebido no importe de R\$ 837,88 (oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) até R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais)." (NR)

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO
26 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul.

PORTARIA 1247/RH

PORTARIA Nº 1247/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir e convalidar a Portaria n. 1238/RH, de 05/12/2014, publicada no DOM dia 09/12/2014, referente Licença para Tratamento de Saúde da servidora CHEILA SIMONE NIEHUES, sendo o período correto da Licença: De 03/12/2014 a 23/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2014
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 1244/RH

PORTARIA N. 1244/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 021/2014, referente à servidora SOLANGE BRANGER, matrícula n. 614903, ocupante do cargo de Professor, para apurar os fatos relatados no Memorando SME/GAB N. 594/2014, emitido pela Secretaria Municipal de Educação e documentos em anexo, e também, o Afastamento Preventivo da respectiva servidora pelo prazo de 60 (sessenta dias) contados a partir de 11 de dezembro de 2014, com fundamento no Art. 189 da Lei Complementar n. 207/2010.

Parágrafo único - A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 157, incisos I, III, V, IX e XI da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 173, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- Elisandra Dias, matrícula n. 3517001, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal;
- José Luiz do Nascimento, matrícula n. 202001, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;
- Marcos Antônio Meira de Quadros, matrícula n. 2142302, ocupante do cargo de provimento efetivo Médico Veterinário.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 1246/RH

PORTARIA N. 1246/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- O Relatório Final do Comitê Técnico de Estágio Probatório de fls. 071 a 075, dos autos do Processo Administrativo n. 003/2014, em conformidade com o disposto nos artigos 23 e 24 da Lei

Complementar n. 207/2010 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 077 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o cumprimento da decisão exarada no Relatório Final do Comitê Técnico de Estágio Probatório, sendo a decisão unânime pela não exoneração da servidora DARLI MARIA DE ANDRADE, matrícula n. 1885734, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA Nº 1224/2014

PORTARIA Nº. 1224/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
DANIEL DA SILVA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
ELIZETE DE FÁTIMA BARBOSA	CE Willy Schleumer
JOÃO ADÃO MUNIZ	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
LUIZ CARLOS PADILHA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de dezembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

REGINA COSTA SPINDOLA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 352/2014, firmado em 15/10/2014, com término previsto para 23/12/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) REGINA COSTA SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 040.324.059-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 352/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 352/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/12/2014 e encerrando-se em 06/02/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/12/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

REGINA COSTA SPINDOLA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSILENE DUMKE PETRI - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº0731/2014, de 24 de julho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ROSILENE DUMKE PETRI, portador(a) do CPF nº 053.777.089-54, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 126/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 126/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT Secretário Municipal de Administração Interino	ROSILENE DUMKE PETRI Contratado(a)
--	---------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

SANDRA REGINA COSTA KRUEGER - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014, firmado em 10/03/2014, com término previsto para 11/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA COSTA KRUEGER, portador(a) do CPF nº 812.171.109-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2014, iniciando-se a prorrogação em 12/07/2014 e encerrando-se em 10/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/07/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT
Secretário Municipal de Administração Interino

SANDRA REGINA COSTA KRUEGER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SANDRA REGINA COSTA KRUEGER - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014, firmado em 10/03/2014, com término previsto para 10/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA REGINA COSTA KRUEGER, portador(a) do CPF nº 812.171.109-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2014, iniciando-se a prorrogação em 11/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/10/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA REGINA COSTA KRUEGER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA - 1º E 2º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2014, firmado em 21/07/2014, com término previsto para 27/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 732.617.699-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 325/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/08/2014 e encerrando-se em 10/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2014, firmado em 21/07/2014, com término previsto para 10/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 732.617.699-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 325/2014, iniciando-se a prorrogação em 11/10/2014 e encerrando-se em 05/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SANDRA TERESINHA RIBEIRO PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO CONCURSO 002/2014 - TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item “a”, da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO, nomeado (a) pela Portaria n. 1087/RH, de 07/10/2014, publicada no DOM na data de 13/10/2014, para exercer o cargo efetivo de COZINHEIRO, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 02/12/2014.

A presente republicação se dá em virtude da correção do cargo no Termo de Posse e Exercício, constante a publicação data de 05 de dezembro de 2014, que empossou o(a) servidor(a)

supramencionado(a). Os efeitos do Termo de Posse e Exercício, ora adequado, permanecem inalterados.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo. Rio do Sul, 05 de dezembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 774 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO No 774, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza pagamento de duas e meia diárias, inscrição e indenização de transporte a servidora

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de duas e meia diárias a servidora Juliana Eleotério Carvalho, no valor de R\$ 558,91 (quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), para participar do Curso “Licitações & Contratos com Formação e Habilitação de Pregoeiro” a ser realizado nos dias 15 e 16 de dezembro do corrente ano, tendo como local a Sede da SOCIESC, à rua Santa Catarina, 151, Bairro dos Estados, na cidade de Balneário Camboriú - SC.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais).

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Balneário Camboriú - SC, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 10 de dezembro de 2014.

JAIME SBORZ Presidente da Mesa	CARISO SÁVIO GIACOMINI Vice Presidente da Mesa
JANARA MAFRA 1ª Secretária	ZELI DA SILVA 2ª Secretária

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

CONTRATO Nº. 80/2014

CONTRATO Nº. 80/2014, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, O (A) DÉCIO MIRAGAIA FINARDI VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM GINECOLOGIA E OBSTETRICIA, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2013, publicado no DOM/SC nº. 1287, de 24/07/2013, pgs. 285.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº

154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, Décio Miragaia Finardi inscrito (a) no CPF / CNPJ sob nº XXX.083.209-XX, residente / localizado no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS, para prestar atendimento ambulatorial aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

Código	Descrição do Procedimento	Valor
0301010072	Consulta Médica em Atenção Especializada	30,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira será executado pelo (a) profissional médico (a) Décio Miragaia Finardi inscrito (a) no CPF sob nº XXX.083.209-XX com registro no conselho CRM sob o nº. 1243, e deverá ser executado nas dependências físicas do CAM (Centro de Atendimento a Mulher) do município de Rio do Sul.

CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as

razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 30,00 (trinta reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifiquem.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 2.080 - BLMAC - Manutenção da Gestão Plena (MAC)

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independarão de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos

administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é desde a sua assinatura até 31/12/2015, com renovação anual, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 08 de Dezembro de 2014.

Dr. Luiz Carlos Zanis Secretário Municipal de Saúde	Dr. Décio Miragaia Finardi
--	----------------------------

Testemunhas:

1) Luciane Araujo Mattana
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.569.600-XX

2) Fabíola kreusch
Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria
CPF XXX.134.899-XX

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 097/2014

DECRETO Nº 097 - DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 2.152,42 (Dois Mil Cento e Cinquenta e Dois Reais e Quarenta e Dois Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 08. ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 4.052 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Categoria Econômica 3.2 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.152,42

Fonte: 01.00

RED: 122

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 08. ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 4.052 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Categoria Econômica 4.6 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 2.152,42

Fonte: 01.00

RED: 124

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 08 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N.º 001 - CT 008/2014

TERMO ADITIVO N.º 001

CT Nº 008/2014.

O presente Termo Aditivo de Contrato altera normas em comum acordo entre as partes integrantes do CT0008/2014, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal, CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado MIGUEL CARLOS CORNELLI, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo do contrato de trabalho realização de Concurso Público, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, na forma do contrato.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas

as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 05 de dezembro de 2014.

Claudemir Cesca Miguel Carlos Cornelli
CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller Débora Baronchello
CPF 022.688.609-30 CPF 085.359.589-59

TERMO ADITIVO N.º 001 - CT 012/2014

TERMO ADITIVO N.º 001
CT Nº 0012/2014

O presente Termo Aditivo de Contrato altera normas em comum acordo entre as partes integrantes do CT0012/2014, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal, CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado EDUARDO MAURÍCIO SONDA, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo do contrato de trabalho até a data de 05 de Junho de 2015, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, na forma do contrato.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 05 de dezembro de 2014.

Claudemir Cesca Eduardo Maurício Sonda
CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller Débora Baronchello
CPF 022.688.609-30 CPF 085.359.589-59

TERMO ADITIVO N.º 002 - CT 005/2013

TERMO ADITIVO N.º 002
CT Nº 0005/2013.

O presente Termo Aditivo de Contrato altera normas em comum acordo entre as partes integrantes do CT0005/2013, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal, CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado SUELI TERESINHA CHAVES SIMOES, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo do contrato de trabalho até a alta do INSS.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos

legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 05 de dezembro de 2014.

Claudemir Cesca
CONTRATANTE

Sueli Teresinha Chaves Simões
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller Débora Baronchello
CPF 022.688.609-30 CPF 085.359.589-59

TERMO ADITIVO N.º 002 - CT 008/2013

TERMO ADITIVO N.º 002
CT Nº 0008/2013.

O presente Termo Aditivo de Contrato altera normas em comum acordo entre as partes integrantes do CT0008/2013, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal, CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado FRANCISCO ALVES, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo do contrato de trabalho até a alta do INSS.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 05 de dezembro de 2014.

Claudemir Cesca Francisco Alves
CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller Débora Baronchello
CPF 022.688.609-30 CPF 085.359.589-59

TERMO ADITIVO N.º 002 - CT 009/2013

TERMO ADITIVO N.º 002
CT Nº 0009/2013.

O presente Termo Aditivo de Contrato altera normas em comum acordo entre as partes integrantes do CT0009/2013, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal, CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado LUCIANE FÁTIMA SPINELLI DOS SANTOS, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo do contrato de trabalho até o vencimento da estabilidade provisória.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 05 de dezembro de 2014.

Claudemir Cesca	Luciane Fátima Spinelli dos Santos
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller	Débora Baronchello
CPF 022.688.609-30	CPF 085.359.589-59

TERMO ADITIVO N.º 002 - CT 013/2013

TERMO ADITIVO N.º 002

CT Nº 0013/2013

O presente Termo Aditivo de Contrato altera normas em comum acordo entre as partes integrantes do CT0013/2014, de um lado o Município de Salto Veloso/SC, por seu representante legal, CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE, e de outro lado ROSILENE DE FREITAS, denominada CONTRATADA, os quais fixam normas aditivas ao contrato supramencionado nos seguintes termos:

Cláusula Aditiva 1ª. Fica prorrogado o prazo do contrato de trabalho até a data 30 de Janeiro de 2015, podendo ser rescindido antes do prazo estipulado, na forma do contrato.

Cláusula Aditiva 2ª. O presente termo aditivo surtirá seus efeitos legais ao tempo de sua assinatura, por estarem assim acordadas as partes e preservadas todas as condições e direitos do contrato originário.

E por assim estarem certos e ajustados, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso (SC), 05 de dezembro de 2014.

Claudemir Cesca	Rosilene de Freitas
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rudinei Müller	Débora Baronchello
CPF 022.688.609-30	CPF 085.359.589-59

Santa Cecília

PREFEITURA

DECRETO Nº 960, DE 08 DEZEMBRO DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

DECRETO Nº 960, DE 08 DEZEMBRO DE 2014.

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO E AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, Prefeito Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 104, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no Artigo 8º e Artigo 13º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, (LRF),

DECRETA

Art. 1º. Ficam estabelecidos a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação pertinentes a execução orçamentária do Município de Santa Cecília para o exercício financeiro de 2015, de acordo com os quadros demonstrativos constantes dos Anexos I e II deste decreto, em cumprimento as normas fixadas pelo Artigo 8º e Artigo 13º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - (LRF).

Art. 2º. Ficam aprovados a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais constantes dos Anexos I e II deste Decreto, os quais fazem parte integrante e inseparável do mesmo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Santa Cecília, 08 dezembro 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

Este decreto foi publicado no átrio

Da Prefeitura Municipal na data de

08 dezembro 2015

TARSSO LUIZ RHODEN

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 052/2014 -
REGISTRO DE PREÇOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 23 de Dezembro de 2014 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção das atividades nas Unidades de Saúde Municipal no ano de 2015, através do Fundo Municipal de Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital, deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto a prefeitura municipal.

Santa Cecília, 10 de Dezembro de 2014.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000505/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MGS2369	55666210C	10/11/2012	
MGS2369	55666211C	10/11/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA - 283050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000501/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
LXF1474	55666089C		03/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento	5185-1	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO INACIO LUVISA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000500/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AFK8796		55666263C	06/10/2012
LZT0760		55666213C	11/11/2012
MKK1863		55666212C	11/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
5010-0	162 * I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000499/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
MBG0015	55666264C		19/10/2012
MBG0015	55666265C		19/10/2012
MDK2000	55666270C		07/11/2012
MDK2000	55666271C		07/11/2012
Infr./Desd. Enquadramento			
6599-2	230 * V		
6408-0	221		
5010-0	162 * I5118-0	164 c/c 162 * I	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO 2010-2011-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO
COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8424
000502/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infração	Infr./Desd.
AEG2130	54760746C	12/11/2012	
AEG2130	54760747C	12/11/2012	
AHT8041	55666121C	09/11/2012	
AHT8041	55666122C	09/11/2012	
BTM0520	55666091C	03/11/2012	
LZT0760	55666423C	11/11/2012	
LZT0760	55666424C	11/11/2012	
MCW0012	55666088C	26/10/2012	
MCW0012	55666267C	26/10/2012	
MCW0012	55666268C	26/10/2012	
MFH7965	55666126C	25/11/2012	
MFH7965	55666127C	25/11/2012	
MFH7965	55666273C	01/12/2012	
MFH7965	55666274C	01/12/2012	
MIS1080	54760750C	21/11/2012	
MIS1080	55666124C	21/11/2012	
MIS1080	55666125C	21/11/2012	
MKK1863	55666421C	11/11/2012	
Infr./Desd. Enquadramento			
5010-0	162 * I		
5118-0	164 c/c 162 * I		
5274-2	175		
6599-2	230 * V		
5045-0	162 * V		
5142-0	164 c/c 162 * V		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA CECILIA/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA PL Nº 95/2014 CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Aviso de Licitação fracassada PL nº 95/2014-Carta Convite

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul comunica que processo de licitação nº 95/2014-CV, que tem por objeto a Contratação de empresa para execução de serviços de mão-de-obra na construção de 2(duas) cabeceiras de Ponte na comunidade de Lajeado, no município de Santa Rosa do Sul/SC, tudo de conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo e cronograma físico financeiro, foi DECLARADA FRACASSADA, motivo: somente uma empresa participante na sessão Pública marcada para o dia 10/12/2014 às 14h:00min.

Santa Rosa do Sul, 10/12/2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Joelson Farias Pereira

Presidente da CPL

LEI Nº 969, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 969, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera o Art. 1º da Lei nº 958, de 16 de setembro de 2014 no que tange medidas e confrontações e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo primeiro da Lei nº 958, de 16 de setembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra rural, localizada na Estrada Geral do Caramujo na cidade de Santa Rosa do Sul-SC; com área ideal de 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), de propriedade de JOSÉ SOUZA DOS SANTOS, CPF nº 221.218.469-72, conforme matrícula nº 11.105, do Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio, atualmente registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 662; cuja área objeto de Desapropriação possui as seguintes medidas e confrontações:

“Norte: na extensão de 296,95 metros (linha 5-1) com azimute de 128º44’35” (graus, minutos e segundos), confrontando-se com terras de Auria Martins Espanhol.

Sul: na extensão de 116,65 metros (linha 3-4) com azimute de 308º52’45”, confrontando-se com terras de José Souza dos Santos e Loreni Souza dos Santos (na área remanescente).

Leste: na extensão de 91,58 metros (linha 1-2), com azimute de 267º24’23”, mais 141,81 metros (linha 2-3) com azimute de 273º50’03”; confrontando-se nestas duas linhas com a Estrada Geral Municipal do Caramujo.

Oeste: na extensão de 141,44 metros (linha 4-5), com azimute de 40º40’23”, confrontando-se com terras de José Souza dos Santos e Loreni Souza dos Santos (na área remanescente).

Todos os azimutes e distâncias, bem como área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM. Todas as coordenadas descritas abaixo estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no sistema UTM referenciadas ao Meridiano Central 51º WGr.

Coordenadas UTM dos Vértices:

Vértice 1: E 626586.8500 N 6775712.990

Vértice 2: E 626495.3600 N 6775708.850

Vértice 3: E 626353.8704 N 6775718.334

Vértice 4: E 626263.0603 N 6775791.554

Vértice 5: E 626355.2455 N 6775898.831”

Outros detalhes podem ser visto na planta topográfica em anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 09 de dezembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 143/2014

PORTARIA Nº 143/2014
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, ao servidor público municipal Sr. ADEMIR ANTONIO DETOFOL, matrícula nº 80/9, ocupante do cargo de Contador Geral, lotado na Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico, relativamente ao período aquisitivo 02/01/2013 a 01/01/2014, a serem gozadas no período de 10 de Dezembro de 2014 a 08 de Janeiro de 2015 .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 10 de Dezembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA
Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1268/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 343/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 343/2014
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 23 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES (JAQUETAS, JAPONAS DE INVERNO, CAMISETAS E CALÇAS) PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PERÍODO DE 06 MESES.

São Bento do Sul, 24 de novembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 363/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 363/2014
MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 23 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE 03 HORTAS COMUNITÁRIAS COM 03 ESTUFAS DE 234,50M² (BAIRRO SERRA ALTA, LENÇOL (LOTEAMENTO ALPESTRE) E MATO PRETO, AMPLIAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA EXISTENTE NO BAIRRO CENTENÁRIO COM A CONSTRUÇÃO DE 01 ESTUFA DE 234,50M² E AUMENTO DO CERCADO E REATIVAÇÃO DO VIVEIRO DE MUDAS. CONFORME PROCESSO Nº 71000.094383/2012-69 CONVÊNIO Nº 017/2012 SINCOV Nº 774229/2012 E ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 10 de dezembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

DECRETO Nº 778/2014

DECRETO Nº 0778, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.050,00 (sessenta e oito mil e cinquenta reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.025 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino - Salário Educação

(475) 4.4.90.51.00.00.00 158 - Obras e Instalações

R\$ 61.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(286) 3.3.90.30.00.00.00 152 - Material de Consumo

R\$ 2.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Projeto: 1.018 - Programa FHNIS

(18) 3.3.90.39.00.00.00 024 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 3.000,00

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(11) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 2.050,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.025 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino - Salário Educação

(471) 3.3.90.30.00.00.00 158 - Material de Consumo

R\$ 41.000,00

(473) 3.3.90.36.00.00.00 158 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 10.000,00

(476) 4.4.90.52.00.00.00 158 - Equip. Material Permanente

R\$ 10.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 - Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(289) 3.3.90.39.00.00.00 152 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 2.000,00

Órgão: 16 - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Unidade: 01 - Empresa Municipal de Habitação

Projeto: 1.018 - Programa FHNIS

(21) 4.4.90.52.00.00.00 024 - Equip. Material Permanente

R\$ 3.000,00

Atividade: 2.055 - Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB

(7) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 500,00

(9) 3.3.90.33.00.00.00 100 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 500,00

(10) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 450,00

(13) 3.3.90.47.00.00.00 100 - Obrig. Tribut. e Contributivas R\$ 500,00

(14) 3.3.90.91.00.00.00 100 - Sentenças Judiciais R\$ 100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 779/2014

DECRETO Nº 0779, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.041 - Horta Comunitária

(262) 3.3.90.39.00.00.00 024 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.041 - Horta Comunitária

(261) 3.3.90.36.00.00.00 024 - Outros Serv. Terc. PF

R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 780/2014

DECRETO Nº 0780, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.700,00 (quatorze mil e setecentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(454) 4.4.90.52.00.00.00 001 - Equip. Material Permanente

R\$ 7.900,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(218) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente

R\$ 1.800,00

Atividade: 2.030 - Manutenção e Melhorias em Vias Urbanos e Rurais

(197) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 5.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, será utilizado recursos proveniente das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações

R\$ 7.900,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(212) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 1.800,00

Atividade: 2.030 - Manutenção e Melhorias em Vias Urbanos e Rurais

(194) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo

R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 781/2014

DECRETO Nº 0781, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções nº 058/2014, nº 059/2014 e nº 060/2014, do Conselho Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 058, DE 21 DE MAIO DE 2014

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO GLOBAL

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 14 de maio de 2014,

RESOLVEU:

Art. 1º - Conceder autorização de funcionamento da Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica - do Colégio Global, localizado na Rua Bruno Fischer, nº 200 - Bairro Centro, São Bento do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de maio de 2014.

Sueli dos Santos Lima

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 059, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

CREDENCIA O COLÉGIO BOM JESUS SÃO JOSÉ PARA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 2893 de 19 de outubro de 2011 e em conformidade com a Resolução/CME nº 048/2012, faz saber que, em sessão plenária ocorrida no dia 05 de novembro de 2014,

RESOLVEU:

Art. 1º - Fica credenciado, como integrante do Sistema Municipal de Ensino, o Colégio Bom Jesus São José - etapa Educação Infantil, localizado na Rua Padre Fidélis Tomelin, nº 111 - Bairro Centro, São Bento do Sul.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.

Sueli dos Santos Lima

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 060, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE O COMÉRCIO, DOAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ALIMENTOS NOS ESPAÇOS ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

A Presidente do Conselho Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com art. 43 da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011, faz saber que, em sessão plenária extraordinária ocorrida no dia 10 de novembro de 2014, o Conselho Municipal de Educação,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, com ênfase em seu art. 1º;

CONSIDERANDO a Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos

alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 12.061, de 18 de dezembro de 2001, que dispõe sobre critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais, localizadas no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;

CONSIDERANDO a importância de uma alimentação equilibrada para o bom desenvolvimento físico e cognitivo do indivíduo, principalmente em idade escolar;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação e controle das opções de alimentos permitidos nos espaços das Unidades Escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de São Bento do Sul;

CONSIDERANDO a escola como ambiente propício e multiplicador de conhecimentos e bons hábitos;

RESOLVE:

Art. 1º. Proibir a comercialização de alimentos realizada por ambulantes, dentro do espaço escolar, durante os dias de aula.

Art. 2º. Priorizar o consumo de alimentos e bebidas saudáveis no espaço escolar no período dos 200 dias de aula, considerando, inclusive, as atividades pedagógicas externas promovidas pela Unidade Escolar, tais como passeios, visitas técnicas e festividades como Páscoa e Natal, sempre que possível.

Parágrafo Único - Excepcionalmente as festas e eventos promovidos para o público externo poderão oferecer lanches alternativos.

I - As comemorações de aniversários dos alunos da educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) poderão ocorrer bimestralmente ou semestralmente com oferta de alimentos saudáveis. Para as Unidades Escolares Municipais o cardápio será orientado pela Equipe de Nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Proibir o recebimento de doações para consumo, pela Unidade Escolar, de quaisquer gêneros alimentícios perecíveis ou não perecíveis, industrializados ou in natura, salvo mediante autorização escrita da Equipe de Nutricionistas da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - As escolas da Rede Privada vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino têm autonomia para receber doações desde que a equipe gestora autorize por escrito.

Art. 4º. Proibir a reutilização de restos de alimentos das cozinhas escolares, por qualquer pessoa, funcionário ou não, de modo que os mesmos sejam destinados à composteira ou ao lixo orgânico da Unidade Escolar.

Art. 5º. Todas as unidades escolares deverão promover continuamente a educação nutricional, garantida no Plano Político Pedagógico das Unidades Escolares.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de novembro de 2014.

Sueli dos Santos Lima
Presidente

DECRETO Nº 782/2014

DECRETO Nº 0782, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 644 DE 18 DE AGOSTO DE 2014 QUE DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE DESPESA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 644 de 18 de agosto de 2014 na forma que segue:

"Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, ficam reduzidas no montante de R\$ 14.978.199,37 (quatorze milhões, novecentos e setenta e oito mil e cento e noventa e nove reais e trinta e sete centavos), excluindo os valores das seguintes Dotações do Orçamento vigente, a seguir identificadas por Fonte de Recurso:

Fonte de Recurso: 001 – Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação

Órgão: 07
Secretaria de Educação

Unidade: 07.01
Secretaria de Educação

Proj./Ativ.: 2.021
Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino

(453) 44.90.51
Obras e Instalações
9.000,00

Fonte de Recurso: 0145 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais

Órgão: 09	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	
Unidade: 01	Obras e Serviços Urbanos	
Proj./Ativ.: 2.030	Manut. e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	
(195) 33.90.30	Material de Consumo	19.224,73

Art. 2º O desbloqueio da limitação de empenho das dotações orçamentárias relacionadas no artigo 1º, deu-se em virtude do restabelecimento das receitas nas fontes de recursos: Fonte de Recurso: 001 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação e Fonte de Recurso: 0145 - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 056/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 056/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Medicamentos de nº 010/2014, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, em 06 de FEVEREIRO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 3/2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 010/2014 a contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares, genéricos e fornecimento de medicamentos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste Município, conforme Revista ABC Farma, que não façam parte da Farmácia Básica;

Considerando que o valor estimado é insuficiente para atendimento da população, devido a um aumento não esperado na procura de medicamentos por pacientes do SUS, faz-se necessário aditivar o referido contrato conforme Cláusula Décima Segunda - Das Alterações, nos seguintes termos:

Fica incluso o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para pagamentos de acordo com o Contrato Original; Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 326/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 326/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 336/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e Sr. MAURÍCIO CELSO ZANELLA, em 17 de OUTUBRO de 2013, conforme Dispensa de Licitação nº 291/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 336/2013, que consiste na locação de um imóvel com área de 247,91 m2, e terreno com área de 450,84 m2, situado na Rua Jorge Zipperer, nº 451, para abrigar a Central de Atendimento de Trabalhos da Equipe de Iluminação Pública (COSIP);

Considerando o término do Contrato 336/2013 no dia 31 de outubro de 2014 e para a continuidade do bom funcionamento da COSIP, sendo que toda estrutura encontra-se montada para o bom atendimento da população, facilitando o acesso dos munícipes interessados por ser área central;

Considerando também conforme cláusula terceira que trata do reajuste contratual após 12 meses de contrato, o mesmo será reajustado pelo Índice IGP-M, acumulado até 10/2014 conforme cálculo em anexo, no percentual de 2,6586%.

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014. Fica alterado o valor mensal para R\$ 2.026,86 (dois mil vinte e seis reais e oitenta e seis centavos), totalizando R\$ 4.053,72 (quatro mil cinqüenta e três reais e setenta e dois centavos) para o período prorrogado com pagamentos de acordo com o Contrato original. Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2014.

Ass: NIVALDO BOGO, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

MAURÍCIO CELSO ZANELLA, como Locador.

PORTARIA Nº 7001/2014

PORTARIA Nº 7001, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Consolida Portaria nº 13908/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 13908, de 22 de outubro de 2012, que concedeu pensão por morte à ADELISE WEISS ZIGOWSKI e GABRIEL WEISS ZIGOWSKI, na condição de cônjuge e filho, respectivamente, do ex-servidor inativo OTÁVIO ZIGOWSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00038753, através da Decisão COE/CMG - 652/2014, de 11/11/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7002/2014

PORTARIA Nº 7002, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Consolida Portaria nº 3358/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3358, de 18 de setembro de 2013, que concedeu pensão por morte à JULIANA BALLATKA, DANIEL BALLATKA e FELIPE BALLATKA, na condição de filhos menores, do ex-servidor inativo ORIDES BALLATKA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00762443, através da Decisão GAC/AMF - 486/2014, de 18/11/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7003/2014

PORTARIA Nº 7003, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

Consolida Portaria nº 3357/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 3357, de 18 de setembro de 2013, que concedeu pensão por morte à IRES APARECIDA TIBES DE OLIVEIRA, na condição de companheira, do ex-servidor inativo ORIDES BALLATKA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00760742, através da Decisão GAC/HJN - 1162/2014, de 18/11/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7004/2014

PORTARIA Nº 7004, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
Consolida Portaria nº 14622/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 14622, de 17 de dezembro de 2012, que concedeu pensão por morte à MARIA ENEIR CORREA SCHPAK e MATHEUS SCHPAK, na condição de cônjuge e filho, do ex-servidor inativo ANTÔNIO DONIZETE SCHPAK, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00144510, através da Decisão GAC/AMF - 400/2014, de 07/11/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7005/2014

PORTARIA Nº 7005, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
Consolida Portaria nº 2328/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2328, de 15 de maio de 2013, que concedeu pensão por morte a MÁRIO ZEIDEMANN, na condição de cônjuge, da ex-servidora inativa JUSSARA SILVEIRA ZEIDEMANN, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00507508, através da Decisão GAC/HJN - 1056/2014, de 10/11/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7006/2014

PORTARIA Nº 7006, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
Consolida Portaria nº 0207/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 0207, de 18 de janeiro de 2013, que concedeu aposentadoria à ELIANE HEDWIGES MARETH FRAGOSO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, nº APE - 13/00201255, através da Decisão 4652/2014, de 15 de setembro de 2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7007/2014

PORTARIA Nº 7007, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.
Consolida Portaria nº 7195/2011

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 7195, de 27 de maio de 2011, que concedeu pensão por morte à JALADIR DE SOUZA LISBOA, na condição de ex-cônjuge, do ex-servidor inativo ALTAIR FERNANDO LINZMEYER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC, no processo nº PPA-13/00475541, através da Decisão GAC/LRH - 906/2014, de 07/11/2014.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de dezembro de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DAPREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7008/2014

PORTARIA Nº 7008, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Opera Remoção de Servidor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REMOVER, a partir de 02 de dezembro de 2014, a servidora KARINA RUECKL WELDT, ocupante do cargo de Recepcionista, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7009/2014

PORTARIA Nº 7009, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 25 de fevereiro de 2012, Abono de Permanência à servidora ROSANGELA OSZIKA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 7659, de 25 de novembro de 2014.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 7010/2014

PORTARIA Nº 7010, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Concede Abono de Permanência

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 13 de março de 2014, Abono de Permanência à servidora CACILDA TERESA FLEISCHMANN BECKERT, ocupante do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no Processo nº 6816, de 20 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 09 de dezembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 214 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 214 de 08 de dezembro de 2014.

"CONCEDE LICENÇA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art.1º- CONCEDER ao servidor EDMILSON PAULO DE MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de serviços de pedreiro, lotado nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta no artigo 98 da lei 228/2001 e do Processo nº 033/2014, de 02/12/2014.

Art. 2º-A licença a que se refere o artigo 1º é relativa ao triênio 2010/2013, com gozo de 22.12.2014 à 20.01.2015.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São João do Sul**PREFEITURA****LICITAÇÃO Nº 085/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 085/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 036/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, PARA VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE SÃO JOÃO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 07h 15 min do dia 22/12/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 07h 30 min do dia 22/12/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 10 de Dezembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim**PREFEITURA****PROCESSOS HOMOLOGADOS 2º SEMESTRE**

Prefeitura Municipal de São Joaquim

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2014

PROCESSO Nº 56/2014

HOMOLOGAÇÃO: 01/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Secretaria Municipal de Obras

CONTRATADO: KONRAD SUL COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 854.985,00 (oitocentos e cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2014

PROCESSO Nº 57/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de Caminhão com Caçamba e Implementos Agrícolas em conformidade com o contrato de repasse nº 2624.1010245-76/2013- MAPA Proposta nº 85232/2013 Sincov entre esta Prefeitura e a União Federal representado pela Caixa Economica Federal

CONTRATADO: ALTAIR FABRO & CIA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.598,00 (cinco mil quinhentos e noventa e oito reais)

CONTRATADO: VEPASA COMERCIAL DE VEICULOS LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 189.050,00 (cento e oitenta e nove mil e cinquenta reais)

CONTRATADO: VANDERLEI DE FREITAS - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.880,00 (onze mil oitocentos e oitenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

PROCESSO Nº 30/2014

HOMOLOGAÇÃO: 09/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de veículo para o Gabinete

CONTRATADO: LUSA COMERCIO DE VEICULOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais)

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2014

PROCESSO Nº 63/2014

HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação Mestre de Cerimônias Temporada de Inverno

CONTRATADO: ROGERIO DOS SANTOS RAMOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 900,06 (novecentos reais e seis centavos)
FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2014

PROCESSO Nº 64/2014

HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM

OBJETO: Locação do espaço CEP para o dia 01 de agosto referente ao Festival de Inverno.

CONTRATADO: PAROQUIA DE SAO JOAQUIM

VALOR DA DESPESA: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====
<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2014 PROCESSO Nº 65/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação do Grupo Vozes de Altitude para Festival de Inverno no dia 12 de julho de 2014.</p>

<p>CONTRATADO: LUANA TORTELLI PEREIRA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2014 PROCESSO Nº 66/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de Recital de piano para Festival de Inverno.</p>

<p>CONTRATADO: Camilla de Patta VALOR DA DESPESA: R\$ 500,00 (quinhentos reais) FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2014 PROCESSO Nº 67/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação do Grupo Timbre Serrano para o Festival de Inverno no dia 01 de agosto de 2014.</p>

<p>CONTRATADO: Ari Donizete Schlisting 02847106952 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.000,00 (dois mil reais) FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2014 PROCESSO Nº 68/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de Apresentação do Quarteto de Cordas</p>

<p>CONTRATADO: Sarah Matos Tives VALOR DA DESPESA: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014 PROCESSO Nº 60/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação de Mão de Obra referente à Prestação de serviços de manutenção da rede de Iluminação Pública</p>

<p>CONTRATADO: RAMALUZ LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 42.960,00 (quarenta e dois mil novecentos e sessenta reais)</p>
=====
<p>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2014 PROCESSO Nº 62/2014 HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação da empresa Moneytron Informatica Ltda para realizar serviços de Backup todos os programas da Prefeitura.</p>

<p>CONTRATADO: MONEYTRON INFORMÁTICA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.158,80 (dois mil cento e cinquenta e oito reais e oitenta centavos) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014 PROCESSO Nº 61/2014 HOMOLOGAÇÃO: 18/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de Gasolina para o veículo da Secretaria Municipal de Turismo, e Oleo Diesel S-10 para o Fundo Municipal de Educação</p>

<p>CONTRATADO: NAZARE DE FATIMA DUTRA CORREIA & CIA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais)</p>
=====
<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2014 PROCESSO Nº 58/2014 HOMOLOGAÇÃO: 23/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de Escavadeira Hidráulica conforme contrato de repasse nº 784933-2013, Câmara dos Deputados emenda 28570001 MAPA, proposta nº 047288/2013 Sincov, CAIXA processo nº 2624.1005190-20/2013 celebrado entre a Prefeitura e a União Federal representado pela Caixa Econômica Federal,</p>

<p>CONTRATADO: BMC HYUNDAI S.A VALOR DA DESPESA: R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil e reais)</p>
=====
<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2014 PROCESSO Nº 59/2014 HOMOLOGAÇÃO: 23/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição e Escavadeira Hidráulica em conformidade com o contrato de Repasse nº 792385-2013 PRONAT, MDA Proposta nº 82693/2013, CAIXA processo 2624.1009763-21/2013, celebrado entre a Prefeitura e a União Federal representado pela Caixa Econômica Federal</p>

<p>CONTRATADO: BMC HYUNDAI S.A VALOR DA DESPESA: R\$ 424.500,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais)</p>
=====
<p>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2014 PROCESSO Nº 72/2014 HOMOLOGAÇÃO: 24/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de Brita nº1 para Secretaria de Obras, para serem utilizadas em ruas e obras.</p>

<p>CONTRATADO: MACOFER MATERIAIS DE CONSTRUCAO FERNANDES LTDA - E VALOR DA DESPESA: R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 PROCESSO Nº 73/2014 HOMOLOGAÇÃO: 24/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de Asfalto à quente para Secretaria Municipal de Obras para serem utilizadas na Manutenção de ruas e obras.</p>

<p>CONTRATADO: BRITAGEM GASPAR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2014 PROCESSO Nº 74/2014 HOMOLOGAÇÃO: 24/07/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de Concreto Usinado FCK 30MPA para Secretaria Municipal de Obras para serem utilizadas na Manutenção de pontes, ruas e obras.</p>

<p>CONTRATADO: CONCRETOS CECCHINEL LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.</p>
=====
<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2014 PROCESSO Nº 69/2014 HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2014 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM OBJETO: Contratação da ORQUESTRA FILARMONICA SERRA CATARI-NENSE - OFSC para o Festival de Inverno.</p>

 CONTRATADO: ORQUESTRA FILARMONICA SERRA CATARINENSE
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014
 PROCESSO Nº 70/2014 HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação para Prestação de serviço técnicos profissionais continuados medicina ocupacional- PCMSO para os servidores da Prefeitura Municipal

CONTRATADO: SERHMOS ASSESSORIA E CONS. EM MEDICINA OCUPACIONAL
 VALOR DA DESPESA: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2014
 PROCESSO Nº 54/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Concessão de espaço dentro do Terminal Rodoviário Pedro Mattos

CONTRATADO: REUNIDAS S A TRANSPORTES COLETIVOS
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

CONTRATADO: NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014
 PROCESSO Nº 71/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Pneus, Camaras e Protetores de Aro para máquinas, caçambas e viaturas da Secretaria Municipal de Obras e Viação.

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 12.422,00 (doze mil quatrocentos e vinte e dois reais)

CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 154.070,00 (cento e cinquenta e quatro mil e setenta reais)

CONTRATADO: PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 79.280,00 (setenta e nove mil duzentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014
 PROCESSO Nº 75/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de mudas de árvores, arbustos, flores e gramas para utilização em projetos de paisagismo público e demais ações da SAMA

CONTRATADO: FLORICULTURA URSULA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 21.135,00 (vinte e um mil cento e trinta e cinco reais)

CONTRATADO: ISAIAS DA SILVA & CIA LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)

CONTRATADO: MARCELUS JACOB SANDESKI - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 19.747,50 (dezenove mil setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2014
 PROCESSO Nº 79/2014 HOMOLOGAÇÃO: 19/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação do sr. Raulino Lotin para prestação de serviço - Mão de obra especializada em mecânica pesada para Secretaria de Obras

CONTRATADO: RAULINO LOTIN
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 23/2014
 PROCESSO Nº 83/2014 HOMOLOGAÇÃO: 29/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para elaboração de Laudo Técnico.

CONTRATADO: COISARADA ELETRICIDADE LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 600,00 (seiscentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014
 PROCESSO Nº 77/2014 HOMOLOGAÇÃO: 29/08/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Medicamento de uso Veterinário

CONTRATADO: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 26.560,00 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014
 PROCESSO Nº 78/2014 HOMOLOGAÇÃO: 01/09/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material Elétrico para Iluminação Pública.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.845,00 (quatro mil oitocentos e quarenta e cinco reais)

CONTRATADO: SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 43.504,00 (quarenta e três mil quinhentos e quatro reais)

CONTRATADO: LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS
 VALOR DA DESPESA: R\$ 130.090,50 (cento e trinta mil noventa reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: ARMANDO LUCCA -EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 21.637,50 (vinte e um mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: GVC ELETRICIDADE LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 44.434,60 (quarenta e quatro mil quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014
 PROCESSO Nº 80/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/09/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de uma carregadeira compacta e acessórios para uso do SAMA.

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil e reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014
PROCESSO Nº 82/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/09/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição e instalação de tela anti-granizo

CONTRATADO: BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.814,00 (três mil oitocentos e quatorze reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2014
PROCESSO Nº 84/2014 HOMOLOGAÇÃO: 25/09/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para Diversas Secretarias

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.887,43 (um mil oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e três centavos)

CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.912,23 (quatro mil novecentos e doze reais e vinte e três centavos)

CONTRATADO: AQUIPEL SUPRIMENTOS P/ ESCR. INF. E PAPEL LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.707,10 (onze mil setecentos e sete reais e dez centavos)

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 339,73 (trezentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos)

CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.090,87 (um mil e noventa reais e oitenta e sete centavos)

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.042,59 (sete mil e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)

CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.582,26 (três mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos)

CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 578,38 (quinhentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2014
PROCESSO Nº 89/2014 HOMOLOGAÇÃO: 29/09/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contrato de programa a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de São Joaquim no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.635,00 (um mil seiscentos e trinta e cinco reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014
PROCESSO Nº 91/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/10/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Concessão de uso do Ginásio de Esportes Juraci Santos para apresentação do Espetáculo de Teatro Circense, da Companhia Holinger Mega Show.

CONTRATADO: Johnny Palacios Filho
VALOR DA DESPESA: R\$ 393,60 (trezentos e noventa e três reais e sessenta centavos)
FUNDAMENTO: Art. 25, CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014
PROCESSO Nº 85/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/10/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de Material de Higiene e Limpeza para Diversas Secretarias

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.171,41 (três mil cento e setenta e um reais e quarenta e um centavos)

CONTRATADO: MACEDO E GOMES LTDA ME - SUPERMULTI
VALOR DA DESPESA: R\$ 291,35 (duzentos e noventa e um reais e trinta e cinco centavos)

CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.672,22 (dois mil seiscentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos)

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.090,36 (três mil e noventa reais e trinta e seis centavos)

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.740,41 (cinco mil setecentos e quarenta reais e quarenta e um centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.023,23 (oito mil e vinte e três reais e vinte e três centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2014
PROCESSO Nº 90/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de empresa para locação de Software de Gerenciamento de rede .

CONTRATADO: ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO 03746414989
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.784,32 (três mil setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014
PROCESSO Nº 86/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Contratação de serviço de radiodifusão (Radios AM e FM), com abrangência em toda cidade de São Joaquim, localidade e região interiorana na cidade de São Joaquim.

CONTRATADO: RADIO DIFUSORA SAO JOAQUIM
VALOR DA DESPESA: R\$ 29.760,00 (vinte e nove mil setecentos e sessenta reais)

CONTRATADO: RADIO FM NEVASCA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014
 PROCESSO Nº 87/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Café, açúcar e água mineral para diversas secretarias

CONTRATADO: SUPERMERCADO RH LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 22.377,18 (vinte e dois mil trezentos e setenta e sete reais e dezoito centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2014
 PROCESSO Nº 94/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal "CIGA"

CONTRATADO: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.325,00 (dois mil trezentos e vinte e cinco reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014
 PROCESSO Nº 92/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de material de sinalização para o departamento de trânsito

CONTRATADO: GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 18.400,00 (dezoito mil quatrocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014
 PROCESSO Nº 96/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/11/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Secretaria Municipal de Obras

CONTRATADO: LUSA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 73.800,00 (setenta e três mil e oitocentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014
 PROCESSO Nº 93/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de Empresa para provimento de Processo Seletivo e Concurso Público da Prefeitura Municipal de São Joaquim.

CONTRATADO: INSTITUTO EDUCACIONAL TERRA DAS AGUAS LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014
 PROCESSO Nº 98/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/11/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Eletrodomésticos e Mobiliário para Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Agricultura

CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.913,50 (dois mil novecentos e treze reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.216,00 (três mil duzentos e dezesseis reais)

CONTRATADO: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA -
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.724,00 (cinco mil setecentos e vinte e quatro reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014
 PROCESSO Nº 101/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/11/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de utensílios e equipamentos para cozinha do CRAS e SAMA.

CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.916,20 (seis mil novecentos e dezesseis reais e vinte centavos)

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.703,40 (três mil setecentos e três reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LDTA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.243,46 (três mil duzentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos)

CONTRATADO: ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.479,85 (dois mil quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014
 PROCESSO Nº 103/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/12/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Asfalto quente (C.B.U.Q.) e Concreto Usinado FCK 30 MPA para Secretaria de Obras para serem utilizados na manutenção de pontes, ruas e obras.

CONTRATADO: SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 114.750,00 (cento e quatorze mil setecentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2014
 PROCESSO Nº 106/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/12/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de material de construção para diversas secretarias

CONTRATADO: LEÃO INDUSTRIAL CONSTRURA LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 89.750,00 (oitenta e nove mil setecentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: GT MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 478.593,94 (quatrocentos e setenta e oito mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e quatro centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014
 PROCESSO Nº 104/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/12/2014
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Pneus, camaras e protetores para Frotas das Secretarias Municipais

CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 14.712,00 (quatorze mil setecentos e doze reais)

----- CONTRATADO: BELLENZIER PNEUS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 82.640,00 (oitenta e dois mil seiscentos e quarenta reais)
----- CONTRATADO: COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 24.636,00 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e seis reais)
----- CONTRATADO: RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 90.864,00 (noventa mil oitocentos e sessenta e quatro reais)
----- CONTRATADO: GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 48.574,00 (quarenta e oito mil quinhentos e setenta e quatro reais)
----- CONTRATADO: CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA. VALOR DA DESPESA: R\$ 60.840,00 (sessenta mil oitocentos e quarenta reais)
=====
São Joaquim, 10/12/2014 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI Prefeito

Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014 PROCESSO Nº 28/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2014 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de equipamentos medico hospitalar.
----- CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR VALOR DA DESPESA: R\$ 7.411,28 (sete mil quatrocentos e onze reais e vinte e oito centavos)
----- CONTRATADO: METROMED - COM. DE MAT. MEDICOS HOSPITALARES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 7.106,00 (sete mil cento e seis reais)
----- CONTRATADO: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA ME - SUPRIDENTAL VALOR DA DESPESA: R\$ 8.170,00 (oito mil cento e setenta reais)
----- CONTRATADO: MAGNA MEDICA COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS MEDICO VALOR DA DESPESA: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)
----- CONTRATADO: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER VALOR DA DESPESA: R\$ 13.188,00 (treze mil cento e oitenta e oito reais)
----- CONTRATADO: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 17.462,10 (dezessete mil quatrocentos e sessenta e dois reais e dez centavos)
=====
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 PROCESSO Nº 29/2014 HOMOLOGAÇÃO: 12/08/2014 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de material odontologico para serem utilizadas nas UBSs, CEO e Unidade Central.
----- CONTRATADO: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA ME - SUPRIDENTAL VALOR DA DESPESA: R\$ 10.982,89 (dez mil novecentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos)

----- CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 48.390,20 (quarenta e oito mil trezentos e noventa reais e vinte centavos)
----- CONTRATADO: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 34.776,09 (trinta e quatro mil setecentos e setenta e seis reais e nove centavos)
----- CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - E VALOR DA DESPESA: R\$ 10.326,66 (dez mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos)
----- CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 11.704,24 (onze mil setecentos e quatro reais e vinte e quatro centavos)
----- CONTRATADO: PLASMEDIC - COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO VALOR DA DESPESA: R\$ 253,20 (duzentos e cinquenta e três reais e vinte centavos)
----- CONTRATADO: ACR MEDCAL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 10.157,96 (dez mil cento e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos)
=====
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014 PROCESSO Nº 30/2014 HOMOLOGAÇÃO: 18/08/2014 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de peças e mao de obra mecanica para os automoveis da frota do Fundo Municipal de Saúde.
----- CONTRATADO: SASSO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERV P/ VEICULOS LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 48.061,00 (quarenta e oito mil e sessenta e um reais)
=====
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014 PROCESSO Nº 31/2014 HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2014 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM OBJETO: Aquisição de medicamento que serão utilizados na farmacia basica da unidade Central, nas unidades de ESF e no CAPS Municipal.
----- CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR VALOR DA DESPESA: R\$ 6.670,00 (seis mil seiscentos e setenta reais)
----- CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMERCIO DEMEDICAMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 10.279,00 (dez mil duzentos e setenta e nove reais)
----- CONTRATADO: DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta reais)
----- CONTRATADO: CENTERMEDI COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 19.486,80 (dezenove mil quatrocentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos)
----- CONTRATADO: ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 11.765,00 (onze mil setecentos e sessenta e cinco reais)
=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
PROCESSO Nº 32/2014 HOMOLOGAÇÃO: 25/09/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de material de expediente para uso na SMS e Unidade Básica de Saúde.

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.199,80 (um mil cento e noventa e nove reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.061,30 (quatro mil e sessenta e um reais e trinta centavos)

CONTRATADO: AQUÍPEL SUPRIMENTOS P/ ESCR. INF. E PAPEL LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.472,40 (quatro mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 676,28 (seiscentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos)

CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinquenta centavos)

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 511,63 (quinhentos e onze reais e sessenta e três centavos)

CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.024,63 (dois mil e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos)

CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.676,00 (um mil seiscentos e setenta e seis reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014
PROCESSO Nº 33/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/10/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de Material de Higiêne e Limpeza

CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.046,73 (um mil e quarenta e seis reais e setenta e três centavos)

CONTRATADO: MACEDO E GOMES LTDA ME - SUPERMULTI
VALOR DA DESPESA: R\$ 124,92 (cento e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos)

CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 501,07 (quinhentos e um reais e sete centavos)

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.386,96 (um mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos)

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.587,24 (um mil quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.305,18 (cinco mil trezentos e cinco reais e dezoito centavos)

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2014
PROCESSO Nº 40/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Locação de sala de fisioterapia

CONTRATADO: ASS. BENEF. BENTO C. DO AMARAL-HOSPITAL.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2014
PROCESSO Nº 37/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/10/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Locação de imóvel para sede do CAPS.

CONTRATADO: MARINILCE DE FATIMA NUNES ALMEIDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014
PROCESSO Nº 35/2014 HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de equipamentos de odontologia para serem utilizadas nas UBSs e SMS.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais)

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA ME - SUPRIDENTAL
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais)

CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA - E
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.315,00 (um mil trezentos e quinze reais)

CONTRATADO: CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETER
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.985,00 (seis mil novecentos e oitenta e cinco reais)

CONTRATADO: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.470,00 (nove mil quatrocentos e setenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014
PROCESSO Nº 36/2014 HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de medicamento para UBSs, CAPS E UNIDADE CENTRAL .

CONTRATADO: PROSAUDE-DISTR. DE MEDICAMENTOS LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.024,00 (um mil e vinte e quatro reais)

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.840,00 (quatro mil oitocentos e quarenta reais)

CONTRATADO: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

 CONTRATADO: DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 9.130,00 (nove mil cento e trinta reais)

 CONTRATADO: CENTERMEDI COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 800,00 (oitocentos reais)

 CONTRATADO: ANGEOMED COM. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.191,00 (sete mil cento e noventa e um reais)

 CONTRATADO: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014
 PROCESSO Nº 34/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisicao de eletronico e mobiliario para as UBSs e SMS

 CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.684,90 (um mil seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos)

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 33.226,00 (trinta e três mil duzentos e vinte e seis reais)

 CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.525,00 (cinco mil quinhentos e vinte e cinco reais)

 CONTRATADO: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.303,00 (dez mil trezentos e três reais)

=====

São Joaquim, 10/12/2014
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
 Prefeito

Fundo Municipal de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014
 PROCESSO Nº 23/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/08/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de materiais para confecção de móveis para o CRAS.

 CONTRATADO: COMPENSADOS LAGES LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.030,50 (dezesseis mil trinta reais e cinquenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014
 PROCESSO Nº 25/2014 HOMOLOGAÇÃO: 20/08/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Combustível para Secretaria Municipal de Assistência Social

 CONTRATADO: POSTO CAMINHOS DA NEVE LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.600,00 (dez mil seiscentos reais)

 CONTRATADO: NAZARE DE FATIMA DUTRA CORREIA & CIA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 23.680,00 (vinte e três mil seiscentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014
 PROCESSO Nº 24/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/08/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de materiais para reforma do Prédio da Secretaria de Assistência Social e do Centro de Convivência do Idoso.

 CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.998,50 (seis mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014
 PROCESSO Nº 27/2014 HOMOLOGAÇÃO: 24/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material de Expediente

 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 983,05 (novecentos e oitenta e três reais e cinco centavos)

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 331,25 (trezentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)

 CONTRATADO: AQUIPEL SUPRIMENTOS P/ ESCR. INF. E PAPEL LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 786,31 (setecentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos)

 CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 118,87 (cento e dezoito reais e oitenta e sete centavos)

 CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 45,40 (quarenta e cinco reais e quarenta centavos)

 CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 177,45 (cento e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos)

 CONTRATADO: ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 135,71 (cento e trinta e cinco reais e setenta e um centavos)

 CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 166,78 (cento e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014
 PROCESSO Nº 31/2014 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de mantas de microfibra de casal tamanho 2,20m x 1,80m

 CONTRATADO: MACEDO E GOMES LTDA ME - SUPERMULTI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.681,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e um reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014
 PROCESSO Nº 28/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material de Higiêne e Limpeza

 CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.168,50 (quatro mil cento e sessenta e oito reais e cinquenta centavos)

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.520,30 (quatro mil quinhentos e vinte reais e trinta centavos)

 CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.519,50 (um mil quinhentos e dezenove reais e cinquenta centavos)

 CONTRATADO: SUPERMERCADO RH LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.717,00 (três mil setecentos e dezessete reais)

 CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
 VALOR DA DESPESA: R\$ 543,00 (quinhentos e quarenta e três reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014
 PROCESSO Nº 32/2014 HOMOLOGAÇÃO: 21/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de monitores para oficinas do CRAS

 CONTRATADO: ALICE APARECIDA AMARAL VITORIA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

 CONTRATADO: IVETE CHIODELI DE SOUZA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

 CONTRATADO: IARA DE FÁTIMA DA SILVA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

 CONTRATADO: CANTALICE IZABEL NUNES
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

 CONTRATADO: Stefani Jaqueline Costa
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.320,00 (um mil trezentos e vinte reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014
 PROCESSO Nº 34/2014 HOMOLOGAÇÃO: 05/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Abrigo/Casa Lar

 CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 44.244,12 (quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e quatro reais e doze centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014
 PROCESSO Nº 33/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Leite Integral Longa Vida

 CONTRATADO: SUPERMERCADO PIM PÃO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.350,00 (sete mil trezentos e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014
 PROCESSO Nº 29/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de material para reforma e pintura do prédio do CRAS e construção de garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.

 CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 9.090,60 (nove mil e noventa reais e sessenta centavos)

 CONTRATADO: MADEIREIRA SAO MATEUS LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.100,72 (oito mil e cem reais e setenta e dois centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014
 PROCESSO Nº 36/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material para oficinas do CRAS

 CONTRATADO: KARINHO COMERCIO DE ARMARINHO LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.984,50 (oito mil novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)

 CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 12.559,65 (doze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)

 CONTRATADO: L1 SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRES-
 SOS,
 VALOR DA DESPESA: R\$ 17.083,00 (dezessete mil e oitenta e três reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014
 PROCESSO Nº 30/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra para construção de três residências de atendimento social pela Diretoria de Habitação.

 CONTRATADO: EDERSON RODRIGUES WALTRICK 04577402998
 VALOR DA DESPESA: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014
 PROCESSO Nº 35/2014 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de mão de obra para pintura dos prédios do CRAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social .

 CONTRATADO: CHICO PINTURAS LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 39.300,00 (trinta e nove mil e trezentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014
 PROCESSO Nº 38/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para construção de rampa do prédio do CRAS e garagem da Secretaria Municipal de Assistência Social.

 CONTRATADO: EDERSON RODRIGUES WALTRICK 04577402998
 VALOR DA DESPESA: R\$ 22.759,30 (vinte e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos)

=====

São Joaquim, 10/12/2014
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
 Prefeito

Fundo Municipal de Educação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 68/2014

PROCESSO Nº 85/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de Canção e Arte para show artístico alusivo ao Festival de Inverno.

CONTRATADO: Lucimar Guimarães Goulart

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 69/2014

PROCESSO Nº 87/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação do Grupo Folclórico Alpino Germânico para apresentar-se no Festival de Inverno.

CONTRATADO: GRUPO FOLCLORICO ALPINO GERMANICO

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 70/2014

PROCESSO Nº 89/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da Associação Afro Joaquinense para apresentar-se no Festival de Inverno

CONTRATADO: ASSOCIACAO AFRO JOAQUINENSE

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 71/2014

PROCESSO Nº 83/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação do grupo de dança Alma da Serra para o Festival de inverno

CONTRATADO: ALCERI CHIODELI JUNIOR

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2014

PROCESSO Nº 84/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de Show Marca Joaquinense para o Festival de inverno

CONTRATADO: Flavio Ademar Arioli

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 73/2014

PROCESSO Nº 88/2014 HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação Show de Caio Meira e Martinez para o Festival de Inverno

CONTRATADO: ERTON LUIS DE OLIVEIRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2014

PROCESSO Nº 90/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação de serviço de sonorização e iluminação no dias 11 e 12 de julho para Festival de Inverno.

CONTRATADO: LIND GUIMAR MACHADO - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.780,00 (sete mil setecentos e oitenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/2014

PROCESSO Nº 91/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Locação do Centro de eventos Paroquial CEP ,para realização dos eventos dos dias 11 e 12 do Festival de Inverno.

CONTRATADO: PAROQUIA DE SAO JOAQUIM

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.000,00 (um mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2014

PROCESSO Nº 82/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da banda Big Time Orchestra para Apresentação no Festival de Inverno 2014

CONTRATADO: RC PRODUÇÕES EIRELI ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2014

PROCESSO Nº 86/2014

HOMOLOGAÇÃO: 04/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da Apresentação da cantora Shana Müller no Festival de Inverno.

CONTRATADO: QUEVEDO PRODUcoes LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2014

PROCESSO Nº 97/2014

HOMOLOGAÇÃO: 22/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação da Liga Atlético Região Serrana , para prestar serviço de arbitragem nos Jogos de Inverno

CONTRATADO: LIGA ATLETICA REGIAO SERRANA

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.318,56 (dezesesseis mil trezentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos)

FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

PROCESSO Nº 81/2014

HOMOLOGAÇÃO: 23/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Contratação para Prestação de Serviço de Transporte Escolar no Interior do Município.

CONTRATADO: ROMUALDO RAMA NUNES 03900299986

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.688,00 (dezessete mil seiscentos e oitenta e oito reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014

PROCESSO Nº 92/2014

HOMOLOGAÇÃO: 25/07/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

OBJETO: Aquisição de medalhas e troféus para eventos da Diretoria de Esportes

 CONTRATADO: MARCIO MIGUEL M.E. - RELOJ. E OTICA SANTINHO
 VALOR DA DESPESA: R\$ 9.611,60 (nove mil seiscentos e onze reais e sessenta centavos)
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014
 PROCESSO Nº 102/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/08/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Uniformes Esportivos para Diretoria de Esportes

 CONTRATADO: GL ESPORTES LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 25.608,00 (vinte e cinco mil seiscentos e oito reais)
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014
 PROCESSO Nº 106/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material de Expediente e inseticidas para a Diretoria de Cultura - MUSEU

 CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.615,50 (dois mil seiscentos e quinze reais e cinquenta centavos)
 =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2014
 PROCESSO Nº 111/2014 HOMOLOGAÇÃO: 09/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação da Empresa Maximus Espetáculos Ltda Me representado pelo sr. Adilson de Oliveira Freitas para ministrar Curso de Teatro

 CONTRATADO: MAXIMUS ESPETACULOS LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.840,00 (três mil oitocentos e quarenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014
 PROCESSO Nº 104/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Vidros e contratação de Mão de Obra para colocação dos mesmos nas escolas e CEIS da Rede Municipal de Ensino.

 CONTRATADO: ADMIR NUNES ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
 =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2014
 PROCESSO Nº 116/2014 HOMOLOGAÇÃO: 22/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação do Sr.Dalmir Sant'anna, para ministrar palestra aos professores da Rede Municipal de Ensino

 CONTRATADO: DALMIR SANT'ANNA TREINAMENTOS LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.740,00 (oito mil setecentos e quarenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014
 PROCESSO Nº 98/2014 HOMOLOGAÇÃO: 24/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material de Expediente para Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

 CONTRATADO: FLAVIO MATTOS NUNES - LOJAO 2000
 VALOR DA DESPESA: R\$ 34,00 (trinta e quatro reais)

 CONTRATADO: ORLEANS INFORMATICA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.659,86 (dois mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos)
 =====

CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 12.670,97 (doze mil seiscentos e setenta reais e noventa e sete centavos)
 =====

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.736,67 (três mil setecentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos)
 =====

CONTRATADO: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.672,41 (sete mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos)
 =====

CONTRATADO: AQUIPEL SUPRIMENTOS P/ ESCR. INF. E PAPEL LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 38.270,00 (trinta e oito mil duzentos e setenta reais)
 =====

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 9.911,50 (nove mil novecentos e onze reais e cinquenta centavos)
 =====

CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.627,61 (cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e um centavos)
 =====

CONTRATADO: KLEBER MACHADO E CIA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 415,08 (quatrocentos e quinze reais e oito centavos)
 =====

CONTRATADO: ATEKY INFORMATICA LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 8.344,42 (oito mil trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e dois centavos)
 =====

CONTRATADO: ELMO PAPELARIA LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.078,83 (cinco mil e setenta e oito reais e oitenta e três centavos)
 =====

CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais)
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2014
 PROCESSO Nº 112/2014 HOMOLOGAÇÃO: 26/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de material elétrico, hidráulico, alvenaria e pintura para serem utilizados nas Escolas e CEIS.

 CONTRATADO: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
 VALOR DA DESPESA: R\$ 138.872,22 (cento e trinta e oito mil oitocentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos)
 =====

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
 VALOR DA DESPESA: R\$ 176.638,88 (cento e setenta e seis mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos)
 =====

CONTRATADO: MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 19.329,60 (dezenove mil trezentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)

 CONTRATADO: SIGMA COMERCIO, REPRESENTACOES E TRANSPORTES LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 48.908,50 (quarenta e oito mil novecentos e oito reais e cinquenta centavos)
 =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2014
 PROCESSO Nº 121/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de veículos de trans-porte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino e demais entidades autorizadas, de acordo com a legislação específica vigente, na União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação, conforme especificações e quantitativos es- tabelados no Edital do Pregão Eletrônico no 63/2013, e nos respectivos termo de referência e proposta vencedora, independente de transcrição

 CONTRATADO: IVECO LATIN AMERICA LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 148.900,00 (cento e quarenta e oito mil e novecentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações.
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014
 PROCESSO Nº 110/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/09/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material Esportivo para a Diretoria de Esportes.

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 20.178,20 (vinte mil cento e setenta e oito reais e vinte centavos)
 =====

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LDTA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 28.256,00 (vinte e oito mil duzentos e cinquenta e seis reais)
 =====

CONTRATADO: GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 551,60 (quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos)
 =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 76/2014
 PROCESSO Nº 118/2014 HOMOLOGAÇÃO: 02/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Locação do CTG Minuano Catarinense para Confraternização do Evento de Formação Continuada para os Profissionais da Educação da Rede Municipal de São Joaquim

 CONTRATADO: C.T.G. MINUANO CATARINENSE
 VALOR DA DESPESA: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014
 PROCESSO Nº 105/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de material mobiliário e eletrodomestico para as escolas e Ceis.

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 62.883,60 (sessenta e dois mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)
 =====

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LDTA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 15.279,67 (quinze mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos)

 CONTRATADO: SANDRO VILMAR PIRES-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.531,00 (seis mil quinhentos e trinta e um reais)
 =====

CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 27.497,00 (vinte e sete mil quatrocentos e noventa e sete reais)
 =====

CONTRATADO: NORMELIA LOTTERMANN - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 10.600,00 (dez mil seiscentos reais)
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014
 PROCESSO Nº 99/2014 HOMOLOGAÇÃO: 08/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Produtos de higiene e Limpeza para o Fundo Municipal de Educação Cultura e Esporte

 CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 104.697,90 (cento e quatro mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa centavos)
 =====

CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 63.597,44 (sessenta e três mil quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)
 =====

CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LDTA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 61.010,16 (sessenta e um mil e dez reais e dezesseis centavos)
 =====

CONTRATADO: SUPERMERCADO RH LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 109.712,63 (cento e nove mil setecentos e doze reais e sessenta e três centavos)
 =====

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
 VALOR DA DESPESA: R\$ 17.658,20 (dezesete mil seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)
 =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 78/2014
 PROCESSO Nº 126/2014 HOMOLOGAÇÃO: 13/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação da Sra. Deise Daniele Godinho Pires para prestar Serviço de transporte Escolar em caráter emergencial

 CONTRATADO: DEISE DANIELE GODINHO PIRES
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.383,92 (dois mil trezentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XI da Lei de Licitações.
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014
 PROCESSO Nº 113/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de serviço de Impermeabilização para o Ginásio de Esportes Juraci Santos

 CONTRATADO: ANKA SOLUÇÕES EM ISOLAMENTOS LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais)
 =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014
 PROCESSO Nº 107/2014 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte de atletas e equipe esportiva dentro do Estado de Santa Catarina

 CONTRATADO: NEVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais)

 CONTRATADO: TRANSFLORIPA TRANSPORTES LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014
 PROCESSO Nº 120/2014 HOMOLOGAÇÃO: 20/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de Serviço de Transporte Escolar no Interior do Município

 CONTRATADO: DEISE DANIELE GODINHO PIRES
 VALOR DA DESPESA: R\$ 19.989,20 (dezenove mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 80/2014
 PROCESSO Nº 130/2014 HOMOLOGAÇÃO: 22/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação do Sr. Joaquim Pereira Moraes para prestar serviço de transporte escolar no Interior do Município.

 CONTRATADO: JOAQUIM PEREIRA MORAES
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 84/2014
 PROCESSO Nº 139/2014 HOMOLOGAÇÃO: 27/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação do sr. Ricardo Alexandre da Rosa para realizar transporte escolar no interior do município

 CONTRATADO: RICARDO ALEXANDRE DA ROSA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.865,00 (sete mil oitocentos e sessenta e cinco reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2014
 PROCESSO Nº 131/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Locação do Espaço do CTG Minuano Catarinense para Evento da Secretaria da Educação dia 31/10/2014

 CONTRATADO: C.T.G. MINUANO CATARINENSE
 VALOR DA DESPESA: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014
 PROCESSO Nº 117/2014 HOMOLOGAÇÃO: 28/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de materiais para instrumentos musicais, que serão utilizados na Escola de Música

 CONTRATADO: PHILHARMONIE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 11.338,70 (onze mil trezentos e trinta e oito reais e setenta centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014
 PROCESSO Nº 114/2014 HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Utensílios de Cozinha para Escolas e Creches

 CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 15.108,60 (quinze mil cento e oito reais e sessenta centavos)

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 29.340,50 (vinte e nove mil trezentos e quarenta reais e cinquenta centavos)

 CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 37.193,90 (trinta e sete mil cento e noventa e três reais e noventa centavos)

 CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 16.542,00 (dezesesseis mil quinhentos e quarenta e dois reais)

 CONTRATADO: ADL COMERCIAL EIRELI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.640,00 (treze mil seiscentos e quarenta reais)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2014
 PROCESSO Nº 132/2014 HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de Serviço de Sonorização para 2º Seminário da Educação Infantil e 2º Festival de Talentos do Ensino Fundamental

 CONTRATADO: CLAUDIO TRAMONTIN ROSSO
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014
 PROCESSO Nº 115/2014 HOMOLOGAÇÃO: 03/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Grama Sempre Verde (pronta para plantio), para Diretoria de Esportes.

 CONTRATADO: CLEIMAR ZAMPRONIO DE NOVAIS 05551920917
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais)

=====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2014
 PROCESSO Nº 134/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação do Instrumentista Marcio Roque para Apresentação da Associação do Coral de São Joaquim na Igreja Matriz no Evento Natal de Altitude Catarinense

 CONTRATADO: MARCIO ROQUE
 VALOR DA DESPESA: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014
 PROCESSO Nº 127/2014 HOMOLOGAÇÃO: 06/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Material de Expediente e Esportivo Pedagógico do PDDE 2014 para Escolas e CEIs

 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.075,41 (três mil e setenta e cinco reais e quarenta e um centavos)

 CONTRATADO: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.569,14 (cinco mil quinhentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos)

 CONTRATADO: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.429,70 (dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e setenta centavos)

 CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITORIO LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 11.897,50 (onze mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 83/2014
 PROCESSO Nº 136/2014 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de Empresa Agleise Marilan Souza para prestar serviço de Sonorização e Iluminação - Natal de Altitude Catarinense.

 CONTRATADO: AGLEISE MARILAN SOUZA
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014
 PROCESSO Nº 128/2014 HOMOLOGAÇÃO: 10/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Enxoval e Acessórios para CEIS

 CONTRATADO: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.872,00 (um mil oitocentos e setenta e dois reais)

 CONTRATADO: BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 14.360,00 (quatorze mil trezentos e sessenta reais)

 CONTRATADO: REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.690,00 (cinco mil seiscentos e noventa reais)

 CONTRATADO: QUERENCIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 31.510,00 (trinta e um mil quinhentos e dez reais)

 CONTRATADO: G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014
 PROCESSO Nº 124/2014 HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de serviço de Pintura e pequenos reparos com materiais inclusos, para a escola Jurema Hugen Palma

 CONTRATADO: EJSC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA CONSTR. CIVIL LTD
 VALOR DA DESPESA: R\$ 19.995,00 (dezenove mil novecentos e noventa e cinco reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014
 PROCESSO Nº 122/2014 HOMOLOGAÇÃO: 14/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de Tonner para as Escolas e CEIS para o início do ano letivo de 2015.

 CONTRATADO: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA. EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.296,30 (cinco mil duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos)

 CONTRATADO: GUILHERME AMARAL CARDOSO- ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 2.436,00 (dois mil quatrocentos e trinta e seis reais)

 CONTRATADO: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.443,50 (três mil quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 5/2014
 PROCESSO Nº 125/2014 HOMOLOGAÇÃO: 18/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para fechamento de muro e conclusão de um banheiro do Centro de Educação Infantil José Diomar Rodrigues Padilha.

 CONTRATADO: EJSC EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA CONSTR. CIVIL LTD
 VALOR DA DESPESA: R\$ 22.850,13 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais e treze centavos)

=====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 85/2014
 PROCESSO Nº 144/2014 HOMOLOGAÇÃO: 27/11/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação da Empresa Debora Andrade Schuermann, para prestar serviço de Transporte Escolar no Interior do Município em caráter emergencial

 CONTRATADO: DEBORA ANDRADE SCHUERMANN 10565301977
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.630,00 (seis mil seiscentos e trinta reais)
 FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 7/2014
 PROCESSO Nº 137/2014 HOMOLOGAÇÃO: 03/12/2014
 CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de Empresa para ampliação e reforma da Escola Básica Municipal Domingos Pereira Portela

 CONTRATADO: SERRA SUL ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 142.275,92 (cento e quarenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

=====

São Joaquim, 10/12/2014
 HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
 Prefeito

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 215/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 215/2014 - IN 014/2014 - Processo 204/2014 - Contratado: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A. Objeto: Fornecimento de 30 (trinta e seis) assinaturas do Jornal Diário Catarinense - de segunda a sexta-feira, e 06 (seis) assinaturas de segunda a domingo. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da Autorização de Fornecimento. Valor: R\$24.002,40 - vinte e quatro mil, dois reais e quarenta centavos. Data da Assinatura do Contrato: 18 de setembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 245/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 245/2014 - TP 024/2014 - Processo 271/2014 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação do CEI São Luiz, Compreendendo as salas de biblioteca, informática, lavanderia, despensa e direção - Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir da sua assinatura e o prazo de execução dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$152.826,39 - cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos. Data da Assinatura do Contrato: 24 de novembro de 2014.

CONTRATO/CT: Nº 250/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 250/2014 - TP 023/2014 - Processo 270/2014 - Contratado: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa para execução da reforma e ampliação do CEI José Nitro - Serraria, compreendendo refeitório / pátio coberto, direção, sala de professores, lavanderia, playground - Serraria, no Município de São José/SC. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da sua assinatura e o prazo de execução dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da assinatura da Autorização de Execução de Serviços. Valor: R\$235.348,75 - duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos. Data da Assinatura do Contrato: 26 de novembro de 2014.

EDITAL 001/2014/SMR

EDITAL 001/2014/SMR

Edital de Lançamento do IPTU e Taxas Adjetas à Propriedade relativas ao Exercício de 2015.

O Secretário Municipal da Receita, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 66 da Lei Orgânica do Município (Lei nº 2.132, de 04/04/90), combinado com os artigos 48, 240 e 244, inciso I, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 21, de 20/12/05), torna público o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) - incidente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município - e a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCRS), relativos ao exercício de 2015, atualizados com o índice de 6,5872% correspondente ao IPCA acumulado do período de novembro/2013 a outubro /2014, sendo que a NOTIFICAÇÃO dos lançamentos aos contribuintes se dará pela entrega dos Carnês do IPTU relativos ao exercício de 2015, a partir de 02/01/2015, pelos Correios, pela Prefeitura na sua sede Administrativa ou em postos de entrega nos bairros onde houver a inexistência dos serviços do Correio ou ainda pelo site: www.pmsj.sj.gov.br. Não recebendo a NOTIFICAÇÃO até a data limite de 31/01/2015, o contribuinte deverá requerê-la junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal. Caso o requerimento não seja feito, o contribuinte será considerado notificado para todos os efeitos legais. DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL - Ficam também notificados os contribuintes que, em face da atualização cadastral operada pela empresa Geomais, serão lançadas as atualizações prediais em consonância com levantamento geo-referenciado de todas as propriedades que se encontrem desatualizadas junto ao cadastro imobiliário da PMSJ. DO PAGAMENTO - Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos: (a) integralmente em cota única com vencimento em 12/02/2015 ou em duas parcelas, com a primeira em 12/02/2015 e a segunda em 12/03/2015, com desconto de 30%, e mais o desconto de 10%, sobre o saldo remanescente para os contribuintes que se encontrarem adimplentes até a data de publicação deste edital (12/12/2014). O contribuinte que optar pelo pagamento em duas parcelas com desconto e não o fizer estritamente nas respectivas datas de vencimento perderá o direito aos referidos descontos; (b) em 11 (onze) parcelas mensais e consecutivas, sem desconto, vencendo-se a primeira em 12/02/2015 e a última em 12/12/2015. DO ATRASO NO PAGAMENTO - O não pagamento do IPTU e da TCRS nas datas previstas neste Edital sujeita o contribuinte, na forma da Lei, à atualização monetária, multa, juros de mora, antecipação das parcelas vencidas e inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial. DA RECLAMAÇÃO - O contribuinte poderá, até o vencimento da quota única ou primeira parcela, apresentar Reclamação para contestar os dados e/ou valores que serviram de base para o cálculo do IPTU e da TCRS lançados, junto ao Centro de Atendimento ao Cidadão localizado na Sede da Prefeitura Municipal sito à Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Praia Comprida (Av. Beira Mar), CEP: 88103-790, São José/SC. A Reclamação somente suspende a exigibilidade do crédito tributário, na parte questionada. A suspensão se extingue com a decisão administrativa. A suspensão acima referida refere-se ao imposto lançado integralmente, não abrangendo os descontos previstos para pagamento em cota única. O desconto de 30% + 10% somente aproveita àquele que efetuar o pagamento integral em 12/02/2015 ou em duas parcelas em 12/02/2015 e 12/03/2015.

São José, 10 de dezembro de 2014
FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS
Secretário Municipal da Receita

PORTARIA Nº 1.727 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.727 de 10 de dezembro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 26.859/2014, relativo a ato disciplinar da servidora A.C.G.S., matrícula nº 36.817, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patricia Ana Marques e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 10 de dezembro de 2014

Daniela da Silva Fraga

Secretária Municipal da Educação Interina

PORTARIA Nº 1.728 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.728 de 10 de dezembro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 26.858/2014, relativo a ato disciplinar do servidor V.A.B., matrícula nº 37.437, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patricia Ana Marques e Terezinha de Souza para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 10 de dezembro de 2014

Daniela da Silva Fraga

Secretária Municipal da Educação Interina

PORTARIA Nº 33 REGULAMENTA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS – TÁXI

PORTARIA Nº. 32/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais, com suporte na Lei nº 12.468 de 26 de agosto de 2011, que regulamenta a profissão de taxista e no Decreto nº 27.179 de 15 de maio de 2008, que regulamenta o Serviço Público de Transporte Individual Remunerado de Passageiros - Táxi:

CONSIDERANDO QUE:

- O Serviço Público de Transporte Individual Remunerado de Passageiros -TÁXI é um serviço público de transporte individual de passageiros é de relevante importância para a Comunidade Josefense;

- Por tratar-se de um serviço essencial é necessário que haja o controle e a fiscalização em benefício dos taxistas;

- O Poder Público deve zelar pela segurança do profissional taxista, bem como os munícipes de uma forma geral, devendo assim tomar medidas que assegurem tal direito do profissional em questão;

- As medidas tomadas em relação aos Serviços Públicos, no caso em especial, ao transporte de TÁXI devem ser reavaliados periodicamente, com objetivo de torná-lo sempre melhor dentro da realidade vigente;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer o prazo de validade do cadastro dos condutores de Táxi, tanto dos Permissionários/Autorizatórios, quanto dos Auxiliares, até o dia 31 de dezembro do ano em curso;

Art. 2º. De igual forma, ocorrerá o prazo para a renovação do cadastro dos condutores de Táxi, tanto dos Permissionários/Autorizatórios, quanto dos Auxiliares, do dia 1º de janeiro a 31 de janeiro do ano subsequente,

Art. 3º. Por determinação legal, qualquer pessoa que esteja operando um TÁXI deverá possuir cadastro devidamente atualizado, sob as penas da lei;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues

Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA Nº 013/2014/ASSGP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 013/2014/ASSGP

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 62, da Lei Orgânica do Município de São José,

RESOLVE:

I - FICA HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Público - Edital 005/2014 destinado à formação de cadastro reserva de professores, auxiliares de ensino e auxiliares de sala para atuação na Educação Básica, nos níveis do ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos que serão admitidos em caráter temporário no ano letivo de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 4.670 de 15 de setembro de 2008; Lei Municipal nº 4.744 de 20 de fevereiro de 2009; Lei Municipal nº 4.908 de 17 de dezembro de 2009 e lei Municipal nº 5.353 de 03 de dezembro de 2013, após decorrido o respectivo prazo para os recursos, conforme listagem anexa.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1.725/2014/SME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.725/2014/SME

DIVULGA O RESULTADO DO ESCALONAMENTO DE USUFRUTO DE LICENÇA-PRÊMIO PARA O ANO LETIVO DE 2015.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na Legislação Municipal, CONSIDERANDO os critérios estabelecidos pela Portaria nº 1.641/2014, para o usufruto do benefício da licença-prêmio;

RESOLVE:

I - Divulgar o resultado das licenças-prêmios deferidas para o ano letivo de 2015.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	ESTABELECIMENTO	MESES	INÍCIO GOZO
Nadir Alcides Ramos	21666-6	Auxiliar de Sala	CEI Santo Antônio	03 meses	18/setembro
Cibele Schmidt	13844-4	Auxiliar de Sala	CEI Prof. Ma. Minervina S. Cunha	03 meses	02/março
Janaina Vieira	16512-3	Professor	CEI Prof. Ma. Minervina S. Cunha	03 meses	03/agosto
Fernanda C. de Souza Garcia	2755-3	Professor	CEI Maria de Lourdes Bott Philippi	01 mês	01/setembro

Sandra Regina Leite	13980-7	Professor	CEI Maria de Lourdes Bott Philippi	03 meses	18/setembro
Rosilene Fernandes Pires	13648-4	Auxiliar de Sala	CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira	01 mês	01/maio
Karla Pereira Carpes	13853-3	Professor	CEI Lício Mauro Ferreira da Silveira	03 meses	23/abril
Cristina Miranda Ribeiro	13736-7	Aux. de Ensino	CEI São Francisco de Assis	03 meses	11/fevereiro
Nerzi Maria de Souza	10892-8	Professor	CEI São Francisco de Assis	03 meses	18/setembro
Kátia R. P. de Carvalho Rosa	13861-4	Auxiliar de Sala	CEI Nossa Senhora Aparecida	03 meses	18/setembro
Carmem Lúcia M. Laureano	10785-9	Professor	CEI Nossa Senhora Aparecida	03 meses	19/setembro
Rosane Machado	25833-4	Auxiliar de Sala	CEI Profª Ana Sperandio Battisti	03 meses	11/fevereiro
Miriane Fernandes M. da Silva	21605-4	Professor	CEI Profª Ana Sperandio Battisti	03 meses	11/fevereiro
Luciana Pontes Vidal Fidalgo	22450-2	Professor	CEI Profª Ana Sperandio Battisti	03 meses	18/setembro
Angelita Stupp	13920-3	Auxiliar de Sala	CEI São Judas Tadeu	01 mês	23/junho
Syomara Dalva Machado	13914-9	Aux. de Ensino	CEI São Judas Tadeu	01 mês	03/agosto
Michelle de Souza Oliveira	21704-2	Auxiliar de Sala	CEI Profª Regina T. de O. Bastos	03 meses	18/setembro
Jaqueline Muller	22439-1	Professor	CEI Vida Nova	03 meses	11/fevereiro
Deyse Rosa do Nascimento	21681-0	Auxiliar de Sala	CEI Manoel Cunha	03 meses	11/fevereiro
Sandra Regina Francisco	2723-5	Professor	CEI Santa Inês	03 meses	18/setembro
Luzicléia Merize	1185-1	Professor	CEI Santa Inês	03 meses	18/setembro
Rosileia Pontes	1805-8	Professor	CEI Santa Inês	03 meses	11/fevereiro
Claudia Regina Machado	13855-0	Auxiliar de Sala	CEI Araci Oliveira da Silva	02 meses	01/abril
Gisele Maria Cordeiro	13907-6	Auxiliar de Sala	CEI Araci Oliveira da Silva	01 mês	23/novembro
Francine Shaeffer	25840-7	Auxiliar de Sala	CEI Araci Oliveira da Silva	01 mês	23/junho
Andréia Edy de Andrade	13963-7	Professor	CEI Antônio de Quadros	03 meses	18/setembro
Simone Patrícia Rodrigues	21670-4	Auxiliar de Sala	CEI Antônio de Quadros	01 mês	03/agosto

Ildete de Oliveira Santos Farias	1800-7	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	03 meses	11/fevereiro
Fabiana A. Martins da Silva	1795-7	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	01 mês	03/agosto
Rita de Cácia Garcia	2716-2	Professor	CEI Bom Jesus de Iguape	03 meses	18/setembro
Catarina Maria da Cunha	3328-6	Professor	CEI Flor de Nápolis	02 meses	18/outubro
Erida Luisa Perfeito da Cruz	10860-0	Professor	CEI Jardim Pinheiros	01 mês	03/agosto
Daili Bona	10763-8	Professor	CEI Jardim Pinheiros	01 mês	03/agosto
Silvana Maria de Souza	13614-0	Auxiliar de Sala	CEI Jardim Pinheiros	03 meses	11/fevereiro
Alessandra de Souza Siqueira	10807-3	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	18/setembro
Gesiel Jacinto da Rocha	21648-8	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	11/fevereiro
Letice Boz	10804-9	Professor	CM Maria Luiza de Melo	01 mês	03/agosto
Luciana Delpizzo Miranda	1646-2	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	11/fevereiro
Lucineide Jeski Souza	1307-2	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	18/setembro
Lurdes Agostini	1629-2	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	11/fevereiro
Margarida Maria Morelli Matos	27685	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	18/setembro
Maria Elena da Silva Will	15140-8	Or. Educacional	CM Maria Luiza de Melo/CEM Maria Hortência Pereira Furtado	03 meses	18/setembro
Nézio P. de Andrade Júnior	1856-2	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	11/fevereiro
Rosana Machado	1640-3	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	18/setembro
Rosele Coelho Martins	1413-3	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	18/setembro
Tânia Fátima M. Cardoso	1440-0	Professor	CM Maria Luiza de Melo	03 meses	18/setembro
Tathiane Tavares Fonseca Gil	10.820-0	Professor	CM Maria Luiza de Melo/EBM Ver. Albertina Krummel Maciel	03 meses	08/abril
Roberta Silvano	21752-2	Professor	CEM Antonio Francisco Machado	03 meses	11/fevereiro
Kátia Regina Corrêa Clarinda	13711-1	Aux. de Ensino	CEM Antônio Francisco Machado	03 meses	11/fevereiro

Ângela Maria de Sousa Peixer	13958-0	Sup. Escolar	CEM Antônio Francisco Machado	01 mês	03/agosto
Kathlen Bica Franco	10816-2	Professor	CEM Antônio Francisco Machado	03 meses	03/agosto
Márcia Lídia da Silva	13601-8	Professor	CEM Araucária	03 meses	22/setembro
Lilian Maria Brito Espíndola	15191-2	Sup. Escolar	CEM Araucária/CEM Luar	03 meses	23/setembro
Maria Luiza Coutinho Vieira	13693-0	Aux. de Ensino	CEM Araucária	03 meses	22/setembro
Fabiana Carmem Carneiro	22453-7	Professor	CEM Escola do Mar	01 mês	01/setembro
Carolina Gerlach Martins	15204-8	Professor	CEM Gov. Vilson Kleinubing	03 meses	18/setembro
Graziela Patrícia M. Andrade	10791-3	Professor	CEM Gov. Vilson Kleinubing	03 meses	18/setembro
Rosângela da Silva Pedro	13774-0	Professor	CEM Gov. Vilson Kleinubing	01 mês	01/outubro
Simone Faoro dos Santos	10811-1	Professor	CEM Gov. Vilson Kleinubing	03 meses	03/agosto
Suzana Dias Maciel	10887-1	Or. Educacional	CEM Gov. Vilson Kleinubing	01 mês	30/março
Viviana Paula Perego	21614-3	Professor	CEM Interativo/CEM Maria Iracema Martins de Andrade	03 meses	13/abril
Geórgia Martins da Costa	21765-4	Or. Educacional	CEM Interativo/CEM Morar Bem	03 meses	09/fevereiro
Jussara Melo	15181-0	Sup. Escolar	CEM Interativo	02 meses	21/setembro
Gleise Cristiane de Souza	21757-3	Aux. de Ensino	CEM Jardim Solemar	03 meses	11/fevereiro
Ethel Mary Ulisséa Becari	13895-9	Professor	CEM Luar/EBM Ver. Albertina Krummel Maciel	03 meses	20/abril
Vanessa Luiz	13602-6	Professor	CEM Luar/CEM Maria Iracema Martins de Andrade	03 meses	03/agosto
Giseli R. Lunardi de Bona	13493-7	Professor	CEM Luar	03 meses	11/fevereiro
Deise Mara Estevão	22464-2	Professor	CEM Maria Iracema M. de Andrade	03 meses	11/fevereiro
Andréa Folk	24498-8	Professor	CEM Maria Iracema M. de Andrade	03 meses	20/abril

Zaidir Tavares Fonseca	3104-6	Professor	CEM Maria Iracema Martins de Andrade	02 meses	20/maio
Marlene de Almeida Lucca	13872-0	Aux. de Ensino	CEM Maria Iracema M. de Andrade	03 meses	03/agosto
Helena Lohmann	13591-7	Professor	CEM Maria Iracema Martins de Andrade/CEM Jardim Solemar	03 meses	03/agosto
Valmir Moraes Vendramini	21598-8	Professor	CEM Maria Iracema Martins de Andrade/CEM Santa Ana	03 meses	18/setembro
Gertrudes Otilia da Silva	21736-0	Aux. de Ensino	CEM Maria Iracema M. de Andrade	03 meses	22/setembro
Elisa de O. dos Santos Pauli	21620-8	Professor	CEM Renascer	03 meses	21/setembro
Glauco Antônio Schuck	21647-0	Professor	CEM Santa Ana	03 meses	11/fevereiro
Albina Aparecida Stockmann	13622-0 24513-5	Professor Aux. de Ensino	CEM Vila Formosa	03 meses	18/setembro
Cecília Gonçalves de Souza	13595-0	Professor	CEM Vila Formosa	03 meses	11/fevereiro
Fabíola Aparecida Sezerino	21771-9	Sup. Escolar	EBM Prof. Altino Corsino da Silva Flores	01 mês	03/agosto
Marcos Antônio de Simas	1607-1	Professor	EBM Prof. Altino Corsino da Silva Flores	03 meses	09/fevereiro
Maria Aparecida Otto	21764-6	Or. Educacional	EBM Prof. Altino Corsino da Silva Flores	01 mês	01/setembro
Maria de Lourdes Araujo	1606-3	Professor	EBM Prof. Altino Corsino da Silva Flores	03 meses	16/março
Marisa Adelina Sheidt	3357-0	Professor	EBM Ver. Albertina Krummel Maciel	03 meses	18/setembro
Cleunice Mussato Barcelos	13706-5	Professor	EBM Ver. Albertina Krummel Maciel	03 meses	18/setembro
Zeli Aparecida Kogus	13961-0	Sup. Escolar	EEF Potecas	03 meses	11/fevereiro
Aroldo Vicente de Souza	1622-5	Professor	Escola Municipal do Meio Ambiente	02 meses	02/março
Carmem Lúcia L. Pereira da Costa	13848-7	Professor	EP Pref. Cândido Amaro Damásio	03 meses	21/setembro
Leontina do Nascimento Hech	1664-0	Professor	EP Pref. Cândido Amaro Damásio	03 meses	21/setembro

Gislaine Cunha Gonçalves	13941-6	Professor	EP Barreiros	01 mês	11/fevereiro
Ritinha Romano Nazário	13957-2	Professor	EP Barreiros	03 meses	11/fevereiro
Tatiani Araujo Silva	22458-8	Professor	EP Deolinda dos Santos Farias	03 meses	15/abril
Beth Yukiko Flores	13735-9	Professor	EP Campinas	03 meses	21/setembro
Alminda Bentinha Kuntze	14951-9	Professor	EP Campinas	03 meses	15/junho
Marcia Landerdhal	15217-0	Professor	EP Campinas	03 meses	21/setembro
Simone I. de Souza dos Passos	22448-0	Professor	EP Santo Antônio	03 meses	13/abril
Divani Weiss de Mattos	13561-5	Professor	EP Bela Vista	02 meses	09/fevereiro

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2015.

III - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

PORTARIA Nº 32/2014 - SSDST

PORTARIA Nº. 32/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004 e Decreto Municipal nº 2.058/2014, de 31 de janeiro de 2014 e Portaria nº 028/2014-SSDST, publicada em 10.11.2014,

CONSIDERANDO que:

- a) Foram deflagrados dois (02) processos administrativos por descumprimento aos deveres do servidor público, conforme determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei nº 2.248/91);
- b) A presente medida visa resguardar a pessoa do GM, a instituição Guarda Municipal, a Comissão Sindicante, entre outros, em face da posição ocupada por este;
- c) Os processos referidos encontram-se em fase de instrução, com conhecimento e acompanhamento do Interessado e seu Procurador Legal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conforme estabelece o art. 15, §2º, do Decreto Municipal nº 2058/2014, de 31 de janeiro de 2014, prorrogar a medida de afastamento preventivo do Guarda Municipal, matrícula nº 15.728, do cargo comissionado que exerce pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, pelos motivos acima expostos e, ainda, em razão dos processos em andamento, de todas as atividades exercidas por este.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PREGÃO PRESENCIAL 115/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 115/2014 - Processo nº 294/2014: Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de assistência à saúde, na segmentação ambulatorial hospitalar com obstetrícia, com preço mensal por usuário inscrito e coparticipação de 50% em consultas, exames e terapias, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com atendimento e cobertura na região da Grande Florianópolis, compreendidos os município de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas, utilizando-se de profissionais, clínicas, hospitais e laboratórios próprios, contratados ou referenciados, sob forma de plano privado de assistência à saúde. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/12/2014 às 07h45min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/12/2014 às 08h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014 - PROPOSTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014 - PROPOSTAS - Processo nº 265/2014 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura de quadras existentes dos CEM's Santa Anna (12,00 x 15,00 mts), Jardim Solemar (10,00 x 15,00 mts) Renascer5 (15,00 x 25,00 mts) e Morar Bem (20,00 x 30,00 mts) pertencentes à Secretaria de Educação do Município de São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: Lotes 1, 2 e 3 - 1ª TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; 2ª A & B LOPES PLANEJAMENTO EIRELI ME; e 3ª NATALINA MARIA STRAPAZZON EPP. Lote 4 - 1ª A & B LOPES PLANEJAMENTO EIRELI ME; 2ª TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; e 3ª NATALINA MARIA STRAPAZZON EPP. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2014 - Processo nº 261/2014. Fornecedor: DSM DISTRIB. DE MOVEIS E SUPLEMENTOS LTDA EPP. Objeto: Registro de preços para eventual

contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, de aparelhos de ar condicionado, com fornecimento de materiais necessários a realização dos serviços, pertencentes aos equipamentos sociais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social de São José/SC. Valor Total: R\$74.320,00 - setenta e quatro mil, trezentos e vinte reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2014 - Processo nº 262/2014. Fornecedor: DSM DISTRIB. DE MOVEIS E SUPLEMENTOS LTDA EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de condicionadores de ar destinados aos equipamentos sociais vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São José/SC. Valor Total: R\$219.416,00 - duzentos e dezenove mil, quatrocentos e dezesseis reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2014 - Processo nº 281/2014. Fornecedor: DODOTUR TRANSPORTES E VIAGENS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de transportes rodoviário destinados as atividades da Fundação Educacional de São José/SC - USJ. Valor Total: R\$17.076,60 - dezessete mil, setenta e seis reais e sessenta centavos.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2014 - Processo nº 239/2014: Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de óculos, pares de lentes e armações, destinadas as crianças e adolescentes com comprometimento visual da rede municipal de ensino do Município de São José/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014 - Processo nº 336/2014: Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia sanitária de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde e transporte e destinação final dos resíduos químicos, tóxicos e perigosos classe I, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Motivo: Em razão de alterações significativas a serem realizadas no memorial descritivo pertencente ao processo.

TERMO ADITIVO/TA Nº 118/2014-02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 118/2014-02 - TP 006/2014 - Processo 040/2014 - Contratado: ASTECA CONSTRUÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de execução da readequação, pintura, cobertura de quadra e instalação de elevador no bloco "A" do Colégio Municipal Maria Luiza de Melo, localizado no loteamento Kobrasol, bairro Campinas - de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização dos serviços. Valor: O valor do Contrato nº 118/2014, que inicialmente era de R\$1.030.031,04 (um milhão, trinta mil, trinta e um reais e quatro centavos), a partir deste termo vigorará com a importância de R\$1.239.430,98 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta reais e noventa e oito centavos). Data da assinatura: 24 de novembro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 162/2014-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 162/2014-01 - DL 024/2014 - Processo 190/2014 - Contratado: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para reforma emergencial (cobertura, pluviais e instalação elétrica) do CEM Altino Corsino da Silva Flores, em caráter emergencial. Valor: O valor total do contrato original, que era de R\$ 178.142,83 (cento e setenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos), a partir deste Termo Aditivo vigorará com a importância de R\$ 182.845,78 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos). Data da assinatura: 27 de novembro de 2014.

TERMO ADITIVO/TA Nº 259/2013-01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 259/2013-01 - PR 078/2013 - Processo 159/2013 - Contratado: ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: Prestação de serviços de mão de obra especializada (digitador, motorista, zelador, recepcionista e servente de limpeza em áreas de saúde), para atender a Secretaria de Saúde do Município de São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 259/2013 por mais 12 (doze) meses com efeitos a partir de 23/09/2014. Data da assinatura: 23 de setembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2014

AVISO DE MODIFICAÇÃO NA DATA DE REABERTURA PR N.º 008/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 029/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2014

A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática, conforme a quantidade e especificações contidas no Edital, (desktops e notebooks com garantia de três anos e assistência técnica com tempo de solução máximo de 7 (sete) dias e pacote de softwares, estabilizadores e pacote de softwares, estabilizadores e pacote de software para equipamentos existentes atualmente).

Após a decisão do dia 08 de dezembro ao Processo REP Nº.14/00211406 de Relatoria da Exma. Dra. Sabrina Iocken auditora do Tribunal de Contas de Santa Catarina, a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial as empresas que retiraram o instrumento convocatório, da REABERTURA do Pregão Presencial Nº. 08/2014.

O edital com as alterações e adequações realizadas estará disponível para acesso no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, e/ou fotocópia obtida na Diretoria de Administração.

Reabre-se o presente edital com data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 23/12/2014 às 8h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/12/2014 às 09h00min.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 10 de dezembro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.002, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.002, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o Calendário Fiscal dos Tributos Municipais para o exercício de 2015, atualiza o valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, com base no art. 102 da mesma Lei, considerando o interesse público, com amparo na Lei Municipal nº 298, de 18 de dezembro de 1979,

DECRETA:

Art. 1º Os tributos municipais, a serem lançados no exercício financeiro de 2015, obedecerão ao Calendário Fiscal constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Fica atualizada a expressão monetária UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, do período compreendido entre o mês de dezembro de 2013 a novembro de 2014, num percentual de 3,6543%, passando o valor real unitário de R\$ 90,00 (noventa reais) para R\$ 93,29 (noventa e três reais e vinte e nove centavos).

Parágrafo único. A Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM será utilizada na cobrança de todos os tributos previstos no Sistema Tributário Municipal vigente.

Art. 3º Fica revogado o Decreto 4.782, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.002, de 10 de dezembro de 2014).

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015

TRIBUTOS	VENCIMENTO
1. Taxas:	
1.1. Taxa pelo exercício do Poder de Polícia.	1.1. Isento.
1.2. Taxa pela prestação de serviços públicos.	1.2. Conforme requerimento do contribuinte (antes da prestação do serviço).
2. Impostos:	
2.1. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).	1ª parcela e parcela única: 10/03/2015; Demais parcelas: todo dia 10.
2.2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Variável (ISS).	15º dia do mês subsequente.
2.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza Fixo (ISS).	30º dia do mês; 28º dia do mês de fevereiro.

3. Restituições:

3.1. Manutenção/Conserto de Netbook's conforme Lei Municipal nº 2.131, de 07 de novembro de 2013.

30 dias após a emissão da Nota Fiscal ou parcelado em até 10 vezes.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.003, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.003, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

16.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
16.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
16.01.28.846.0000.0.001		
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	191	Aplicação Direta
		R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

16.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
16.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
16.01.28.846.0000.0.001		
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	190	Aplicação Direta
		R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.004, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.004, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 841,50 (oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), correspondente a 9,35 (nove vírgula trinta e cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado

na Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 10 de dezembro de 2014, pela Senhora Vanessa Garbin Sanagiotto, inscrita no CPF sob o nº 082.686.209-86.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a pessoa física que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2014.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.005, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.005, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034.3.3.90.0.00.00.00.00.0.1.0000	102	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034.4.4.50.0.00.00.00.00.0.1.0000	98	Trans. Inst. S. F. Lucrat.	R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.006, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 5.006, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
09.01	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034.4.4.90.0.00.00.00.00.0.3.0000	219	Aplicação Direta	R\$ 138.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de Dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.188, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.188, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 815.800,00 (oitocentos e quinze mil e oitocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP			
06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP			
06.01.04.122.4503.2.006.3.1.9	13	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
0.00.00.00.00.00.01.0000			

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.12.361.4505.2.012.3.3.9	48	Aplicação Direta	R\$ 40.000,00
0.00.00.00.00.00.01.0001			

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.12.361.4505.2.014.3.3.	54	Aplicação Direta	R\$ 80.000,00
90.00.00.00.00.00.01.0001			

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.12.365.4505.2.015.3.3.	73	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
90.00.00.00.00.00.01.0001			

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.2.034.3.1.9	97	Aplicação Direta	R\$ 120.000,00
0.00.00.00.00.00.01.0000			

10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA			
10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA			
10.01.20.606.4507.2.025.3.1.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	141	Aplicação Direta	R\$ 45.800,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
16.01.04.122.0000.0.002.3.1.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	189	Aplicação Direta	R\$ 25.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019.3.1.9 0.00.00.00.00.00.01.0002	08	Aplicação Direta	R\$ 370.000,00
13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.019.3.3.9 0.00.00.00.00.00.01.0002	10	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01.10.301.4506.2.021.3.3. 71.00.00.00.00.00.01.0002	28	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, e o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

02.00 GABINETE PREFEITO MUNICIPAL - GPM			
02.01 GABINETE PREFEITO MUNICIPAL - GPM			
02.01.04.122.4502.2.002.3.1.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	01	Aplicação Direta	R\$ 90.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP			
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP			
06.01.13.391.4503.1.069.3.3.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	29	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP			
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP			
06.01.13.391.4503.1.069.4.4.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	31	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.392.4511.2.061.3.3. 90.00.00.00.00.00.01.0000	82	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.392.4511.1.042.4.4.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	90	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.2.056.3.3.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	87	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.452.4511.2.060.3.3. 90.00.00.00.00.00.01.0000	107	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.452.4511.1.063.4.4.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	93	Aplicação Direta	R\$ 260.000,00

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.2.034.3.3.5 0.00.00.00.00.00.01.0000	98	Tranf. Isnt Priv	R\$ 120.000,00

10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA			
10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA			
10.01.20.606.4507.2.025.3.3.5 0.00.00.00.00.00.01.0000	142	Tranf. Isnt Priv	R\$ 45.800,00

10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA			
10.00 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SMAA			
10.01.26.782.4508.1.079.4.4.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	150	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
16.01.02.182.0000.0.003.3.1.9 0.00.00.00.00.00.01.0000	187	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000

Fone: (48) 3277-0122 - www.pmspa.sc.gov.br

Gabarito Oficial

Processo Seletivo - Edital nº 002/2014

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	D	A	D	A	C	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	A	C	B	A	C	B	D	B
21	22	23	24	25					
A	D	C	C	B					

Gabarito referente a todas as provas

São Pedro de Alcântara, 04/12/2014.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.189/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 3.189/2014, de 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 11079/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Jessica Jacobi;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Jessica Jacobi	Professora B	Professora C	B-2-I	C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.190/2014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 3.190/2014, de 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 11077/2014, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Roseli Marieta de Souza;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Roseli Marieta de Souza	Professora B	Professora C	B-3-I	C-3-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.191/2014 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.191/2014 de 9 de dezembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 23,04 (vinte e três reais e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.122.3013.2.334 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.92.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$. 23,04

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.122.3013.2.334 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 23,04

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.192/2014 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.192/2014 de 9 de dezembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.297,57 (um mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
05.02.12.364.3009.2.328 - Contribuição Bolsa a Estudantes Universitários
3.3.90.18.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 1.297,57

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0000 R\$ 1.297,57

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.193/2014 DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.193/2014 de 9 de dezembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.371 - Transporte Escolar - Ens. Fundamental
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0058 - Outros Serviços de Terceiros
- Pessoa Jurídica R\$ 5.360,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação - Recurso: 00.01.0058 R\$ 5.360,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 158/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº158/2014

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º062/2008, QUE ESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar n.º 062/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. Na execução das atribuições definidas no título anterior, os Órgãos integrantes da Administração Central contarão com a seguinte estrutura administrativa:

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS:

- a) Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças;
- b) Diretoria de Finanças;
- c) Diretoria de Planejamento;
- d) Diretoria de Informática;
- e) Diretoria de Recursos Humanos;
- f) Diretoria de Recursos Materiais;
- g) Diretoria de Tributação;
- h) Secretário de Gabinete;
- i) Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças.

III - SECRETARIA DE SAÚDE:

- a) Secretário de Saúde;
- b) Diretoria de Saúde;

c) Diretoria Administrativa;

d) Coordenador de Atenção Básica;

e) Assessor de Saúde;

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

a) Secretário de Obras e Serviços Urbanos;

b) Diretoria de Obras e Serviços Urbanos;

c) Diretoria Administrativa;

e) Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços Urbanos;

d) Diretoria de Planejamento Urbano;

VIII - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Secretário de Assistência Social;

b) Diretoria de Assistência Social;

c) Coordenador de CRAS;

e) Coordenador de CREAS;

d) Assessor de Assistência Social;

Art. 2º Mantém-se inalterados os demais incisos do art. 10, da Lei Complementar n.º062/2008.

Art. 3º O Anexo I e II da Lei Complementar n.º062/2008 passa a ser o constante da presente Lei Complementar.

Art. 4º Fica criada a Secretaria de Assistência Social bem como os cargos comissionados e funções gratificadas conforme Anexo II da presente Lei Complementar, que substitui aquele constante na Lei Complementar n.º062/2008.

Art. 5º A descrição dos cargos de Secretário de Assistência Social, Diretor de Finanças, Diretor de Saúde, Diretor de Assistência Social, Diretor de Obras e Serviços Urbanos, Coordenador do CRAS e Coordenador do CREAS será feita pelo Executivo Municipal, mediante Decreto.

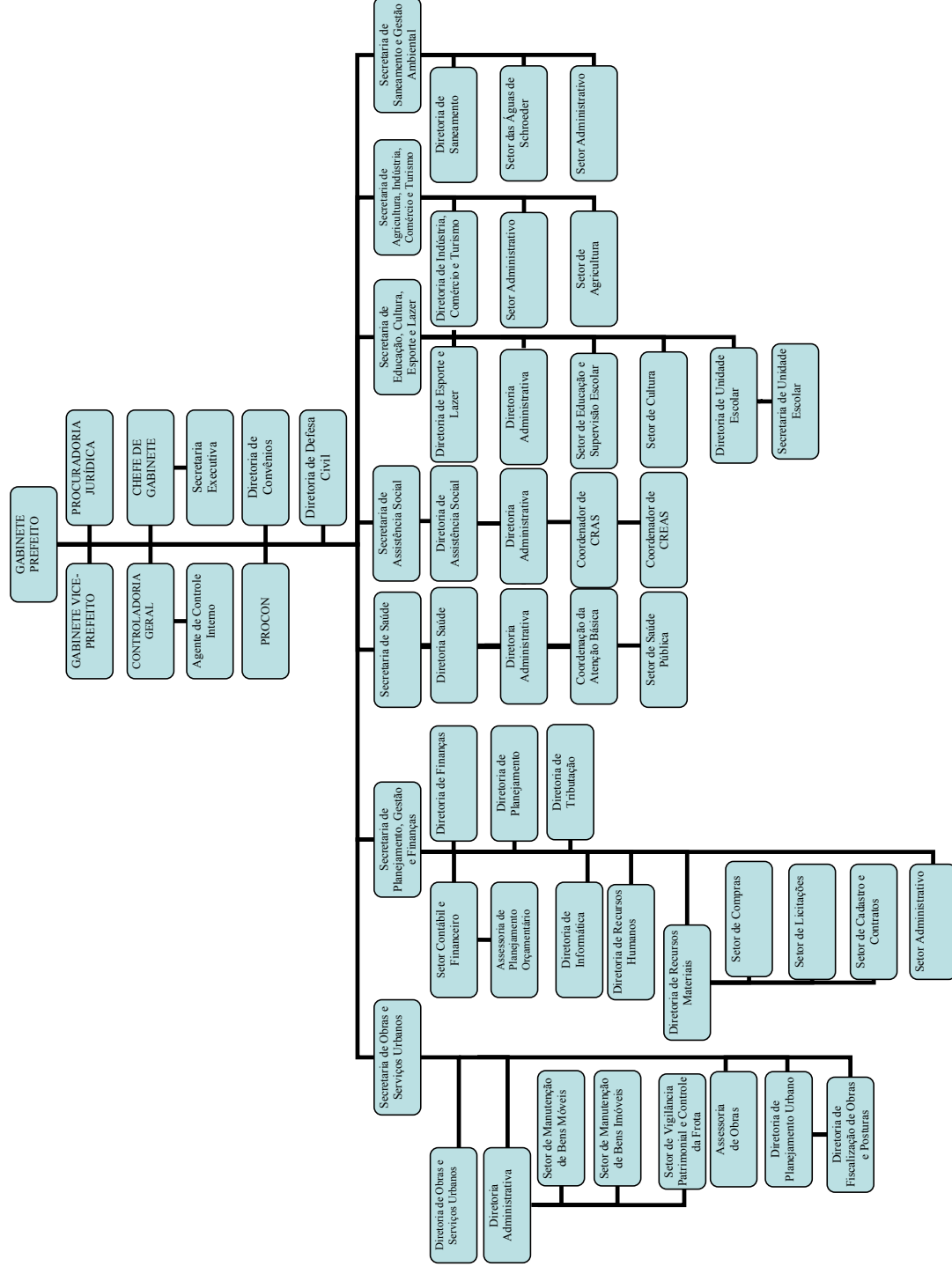
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



LEI COMPLEMENTAR Nº. 158/2014**ANEXO II****REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E
DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS**

FG-1	A	R\$ 220,68
	B	R\$ 441,06
	C	R\$ 662,06

FG-2	A	R\$ 331,02
	B	R\$ 662,05
	C	R\$ 993,08

FG-3	A	R\$ 441,36
	B	R\$ 882,73
	C	R\$ 1.324,10

FG-4	A	R\$ 624,58
	B	R\$ 1.249,16
	C	R\$ 1.873,74

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.324,10
2	R\$ 1.655,14
3	R\$ 2.714,41
4	R\$ 3.122,92

GABINETE DO PREFEITO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Procurador Municipal	01	4	FG-4
Controlador Municipal	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2
Secretário Executivo	01	2	FG-2
Agente de Controle Interno (Obrigatoriamente Servidor Efetivo)	01	-	FG-3
Diretor de Convênios	01	2	FG-2
Diretor do PROCON	01	2	FG-2
Secretário do PROCON	01	1	FG-1
Assessor Jurídico	01	3	FG-3
Diretor Municipal de Defesa Civil	01	2	FG-2
Secretário Executivo de Defesa Civil	01	1	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	01	Lei Específica	
Diretor de Finanças	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento	01	02	FG-2
Diretor de Informática	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Humanos	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Materiais	01	02	FG-2
Diretor de Tributação	01	02	FG-2
Secretário de Gabinete	01	01	FG-1
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças	14	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	01	Lei Específica	
Coordenador Administrativo	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Esporte e Lazer	01	02	FG-2
Diretor de Unidade de Ensino	12	02	FG-2
Orientador Escolar	06	02	FG-2
Supervisor Escolar	03	02	FG-2
Assessor de Cultura	04	01	FG-1
Assessor de Educação	08	01	FG-1
Assessor de Esporte e Lazer	04	01	FG-1
Secretário de Unidade de Ensino	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Saúde	01	Lei Específica	
Diretor de Saúde	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador da Atenção Básica	01	02	FG-2
Assessor de Saúde	10	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Assistência Social	01	Lei Específica	
Diretor de Assistência Social	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador de CRAS	01	01	FG-1
Coordenador de CREAS	01	01	FG-1
Assessor de Assistência Social	04	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	01	Lei Específica	
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento Urbano	01	02	FG-2
Assessor de Obras e Serviços Urbanos	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	01	Lei Específica	
Diretor de Indústria, Comércio e Turismo	01	02	FG-2
Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	05	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental	01	Lei Específica	
Diretor de Saneamento	01	02	FG-2
Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental	03	01	FG-1

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº.159/2014

FIXA A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a fixar a Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2015, em R\$168,02 (cento e sessenta e oito reais e dois centavos).

Parágrafo único. O reajuste do valor da Unidade Fiscal Municipal está baseado no percentual acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período de novembro do ano de 2013 a outubro do ano de 2014, correspondente a 6,34% (seis inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), conforme Lei Complementar nº. 057/2008.

Art. 2º Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.081/2014

LEI Nº2.081/2014

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO, OFICIALIZAÇÃO E DENOMINAÇÃO DAS RUAS 189 - ITÁLIA, 190 - SUÍÇA E 191 - NOVA ZELÂNDIA, SITUADAS NO LOTEAMENTO RESIDENCIAL ZILS, NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam oficialmente instituídas e classificadas as vias criadas por meio do Projeto de Loteamento Residencial Zils, matrícula nº. 25.507, aprovado em 13 de agosto de 2014, localizado na Rua 03 - Rua Barão do Rio Branco, distante 41,30m da Rua 109 - Rua Joinville, Centro-Sul, nos seguintes termos:

RUA	LOTEADOR	CLASSE	EXTENSÃO	GABARITO		
				LEITO	PASSEIO Lado esquerdo	PASSEIO Lado direito
189	Novo Zils Imóveis SPE Ltda.	1ª Classe	108,80m	10,00m	2,00m	2,00m
190	Novo Zils Imóveis SPE Ltda.	1ª Classe	108,80m	10,00m	2,00m	2,00m

191	Novo Zils Imóveis SPE Ltda.	1ª Classe	189,22m	10,00m	2,00m	2,00m
-----	-----------------------------	-----------	---------	--------	-------	-------

Art. 2º Fica igualmente o Poder Público Municipal autorizado a denominar as ruas abaixo discriminadas, situadas no Loteamento Residencial Zils, Centro-Sul, no Município de Schroeder, a saber:

Rua 189	Rua Itália
Rua 190	Rua Suíça
Rua 191	Rua Nova Zelândia

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.082/2014

LEI Nº2.082/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JARAGUÁ DO SUL, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade, R\$156.240,00 (cento e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse será efetivado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$13.020,00 (treze mil e vinte reais), a contar do mês de janeiro do ano de 2015, findando-se no mês de dezembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei

Orçamentária Anual - Exercício 2015, sob a seguinte dotação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer / Supervisão Escolar / Manutenção Educação Especial / Contribuições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.083/2014

LEI Nº2.083/2014

AUTORIZA A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE SCHROEDER - ABS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder público Municipal autorizado a conceder Contribuição no valor total de R\$18.000,00 (dezoito mil reais) à Associação dos Bananicultores de Schroeder - ABS.

§ 1º O valor anual total a ser despendido será dividido em 12 (doze) parcelas de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), com início em janeiro de 2015 e findando no dia 31 de dezembro de 2015;

§ 2º O beneficiário deverá prestar contas ao Município de Schroeder em até 15 (quinze) dias após o repasse;

§ 3º O repasse da parcela do mês subsequente está condicionado a prestação de contas da parcela anterior.

Art. 2º Os recursos repassados deverão ser utilizados conforme plano de aplicação mensal sendo definido posteriormente entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da Dotação Orçamentária - Contribuição, proveniente do Setor da Agricultura, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.084/2014

LEI Nº2.084/2014

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder autorizado a celebrar Convênio com o CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para a melhoria das condições de atividade da entidade, em prol dos idosos do Município.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder repassará à entidade R\$18.000,00 (dezoito mil reais), de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse será efetivado em 12 (dez) parcelas mensais e sucessivas, a contar do mês de janeiro do ano de 2015, findando-se no mês de dezembro do mesmo ano.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 4º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado, por igual período, sem alteração de valores, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

§ 5º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.085/2014

LEI Nº2.085/2014

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei

Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº. 12.435, de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº. 12.435, de 2011).

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico, elaborado por Assistente Social, que compõe as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS e CREAS - e/ou Assistente Social de referência, vinculado ao órgão gestor de Assistência Social.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme parágrafo único do Art. 2º desta lei.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 4º e se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social tendo duas ou mais vulnerabilidades preconizadas no SUAS, o Assistente Social, vinculado às equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS e CREAS - e/ou Assistente Social vinculado ao órgão gestor de Assistência Social, poderá conceder partir do estudo socioeconômico mediante emissão de parecer social com renda per capita familiar de até 1 salário mínimo vigente.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - situações de vulnerabilidade temporária: Transporte municipal/intermunicipal/estadual e interestadual, foto para documento, auxílio alimentação, higiene e limpeza;

IV - calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº. 12.435, de 2011).

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - necessidades recém nascido;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e será através do auxílio funeral, conforme art. 7º;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - comprovante de residência;

IV - comprovante de renda de todos os membros familiares;

V - documentos pessoais (CPF e RG) ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do Cadastro Único;

VI - carteirinha de pré-natal.

§ 2º O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 30º dia após o nascimento.

Parágrafo único. O valor conferido ao auxílio natalidade será de 2/3 salário mínimo vigente, em pecúnia ou enxoval - bens materiais.

Art. 7º O auxílio funeral atenderá:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - atestado de óbito;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - documentos pessoais (CPF e RG), ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito;

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral;

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer;

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de 2/3 salário mínimo vigente.

Art. 8º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação; e

c) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública; e

V- de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - documentos pessoais (CPF e RG), ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico.

§ 2º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo socioeconômico realizado.

Parágrafo único: O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de vulnerabilidade temporária será definido a partir da realização do estudo socioeconômico.

Art. 9º Para atendimento de vítimas de calamidade pública, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública:

I - comprovante de residência;

II - comprovante de renda de todos os membros familiares;

III - documentos pessoais (CPF e RG), ou cartão Bolsa Família, ou comprovante de inscrição do CadÚnico.

§ 2º O auxílio em situação de calamidades pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família, a partir do estudo socioeconômico realizado.

Parágrafo único. O valor conferido ou bens materiais concedidos em situações de calamidade pública será definido a partir da realização do estudo socioeconômico.

Art. 10. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 11. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 12. Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos (lentes e armação) e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 13. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 14. Fica revogada a Lei Ordinária n.º 1.696/2008.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n.º 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.086/2014

LEI Nº.2.086/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$104.189,12 (CENTO E QUATRO MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS, DOZE CENTAVOS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2014, no valor de até R\$104.189,12 (cento e quatro mil cento e oitenta e nove reais, doze centavos), como segue:

03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
04 – DIRETORIA DE PLANEJAMENTO			
04.122.3001.2.305 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00
3.3.50.41.00.00	00.01.0000	Contribuições	10.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
01 – UNIDADE DE ESPORTE E LAZER			
27.812.3010.2.330 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.189,12

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.122.3001.2.308 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
3.1.90.11.00.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.000,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
01 – UNIDADE DE OBRAS			
15.451.3003.2.311 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	7.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	14.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0000	Auxílio-Alimentação	6.500,00

06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
02 – UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS			
15.451.3003.2.369 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO URBANO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	22.000,00

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
01 – UNIDADE DE AGRICULTURA			
20.606.3004.2.312 – MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	20.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0000	Auxílio-Alimentação	2.000,00

07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
04 – UNIDADE DE TURISMO			
23.695.3006.2.315 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO TURISMO			
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	2.000,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0000	Material de Consumo	200,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros	300,00

Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos nos artigos anteriores serão utilizados como fontes de recursos os cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

01 – CÂMARA MUNICIPAL			
01 – CÂMARA DE VEREADORES			
01.031.3000.1.300 – CONSTRUÇÃO DE SEDE PRÓPRIA			
4.4.90.51.00.00	00.01.0000	Obras e Instalações	14.717,39

01 – CÂMARA MUNICIPAL			
01 – CÂMARA DE VEREADORES			
01.031.3000.2.301 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO			
3.1.90.11.00.00	00.01.0000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	50.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0000	Obrigações Patronais	15.189,09
3.3.90.39.00.00	00.01.0000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.282,64
3.3.90.92.00.00	00.01.0000	Despesas de Exercícios Anteriores	20.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
02 – UNIDADE DE EDUCAÇÃO			
12.365.3009.2.367 – MANUTENÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR			
3.3.90.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº.1989/2013 - LOA, a abrir créditos adicionais suplementares, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.800/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.800/2014, de 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Merilin Aline Raasch Steffens, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO ADITIVO Nº. A21/2014 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A21/2014 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 105/2014-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.104.117/0007-61, estabelecida Rodovia Presidente Dutra, Fazenda da Barra, na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 27.537-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Endrigo Leite Gomes, inscrito no CPF sob o nº. 065.435.129-54.

Considerando o Contrato nº. 105/2014-FMS, celebrado em 02 de setembro de 2014, decorrente Processo de Licitação nº. 61/2014-FMS, Pregão Presencial nº. 18/2014-FMS, para aquisição de veículos zero quilometro para transportes de pacientes para consultas e exames fora do domicílio (TFD), para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 57, §1º, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação da vigência do contrato até 30 de junho de 2015, visto que a empresa tem o prazo de 90 (noventa) dias úteis para a entrega dos objetos após o envio da ordem de compra/empenho, sendo que os mesmos foram enviados para a empresa no dia 19/11/2014, estando dentro dos prazos de entrega porém ultrapassariam a data de vigência do contrato.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente,

qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Décima Quarta "da vigência" no item 14.1, prorrogando-se até 30 de junho de 2015 a vigência do contrato.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 105/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 10 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.

Endrigo Leite Gomes

CPF nº 065.435.129-54

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Adriana Steilein

CPF nº. 078.273.439-10

2ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.179-34

TERMO ADITIVO Nº. A75/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A75/2014 - PMS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 56/2012 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.073.536/0001-64, com sede na Rua Otakar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89203-001, neste ato representada pelo senhor Odair José Mannrich, inscrito no CPF sob o nº 348.090.589-72 e Carteira de Identidade nº 8/R 592.121-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 56/2012-PMS, celebrado em 02 de maio de 2012, proveniente Modalidade de Concorrência nº 01/2012-PMS, Processo nº 29/2012-PMS, para contratação da empresa especializada em serviços de limpeza pública, do ramo de Engenharia Sanitária, para executar a Gestão dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos pelo município de Schroeder (SC), conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o disposto no Artigo 65, I, b, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação de aditivo, feita pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental Planejamento, de 25% para aditamento de 630 toneladas no item 01 para o ano de 2014, totalizando o valor de R\$ 185.509,80 (cento e oitenta e cinco mil quinhentos e nove reais e oitenta centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a partir deste a cláusula primeira "do objeto do contrato, e descrição", no item 01 para aditamento de 630 toneladas no valor total de R\$ 185.509,80 (cento e oitenta e cinco mil quinhentos e nove reais e oitenta centavos) e cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor total de R\$ 185.509,80 (cento e oitenta e cinco mil quinhentos e nove reais e oitenta centavos), alterando o valor do contrato inicial para R\$ 3.979.351,68 (Três milhões novecentos e setenta e nove mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE. ADITIVA- DA	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Coleta de resíduos sólidos compreendendo em todas etapas (coleta, transbordo e destinação final dos resíduos sólidos)	630	TON/ANO	294,46	185.509,80

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 56/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 10 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

SERRANA ENGENHARIA LTDA

Odair José Mannrich

CPF nº 348.090.589-72

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

ATA TOMADA DE PREÇOS 16/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 16/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 234/2014 Data do Processo: 20/11/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Engenharia Florestal ou Agronomia para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio Turismo do Município de Schroeder/SC, para o exercício de 2015.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 176/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Dezembro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55372014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 234/2014, Licitação nº 16/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e propostas, bem como os documentos para credenciamento a profissional KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo foi publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que a profissional KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO, está credenciada para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da profissional KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a profissional KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO apresentou a documentação de acordo com o exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da profissional KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO. Constatou-se vencedora a profissional KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO, com o valor total de R\$ 35.129,60. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a participante.

Participante: 10150 - KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	1.Analisar, autorizar, fiscalizar, vistoriar e emitir pareceres conclusivos sobre os requerimentos de: "Corte eventual de árvores "Corte de árvores isoladas "Corte de árvores que acarretam riscos à vida ou ao patrimônio "Aproveitamento de árvores mortas ou caídas "Transporte de produtos e subprodutos florestais "Averbação de Reserva legal As atividades estão embasadas segundo o Termo de Delegação de Atribuições de Gestão Florestal nº 0012/2013 entre FATMA e o Município de Schroeder, o qual apresenta as atividades licenciáveis no município de Schroeder pela Secretaria Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental. 2.Auxiliar e realizar cadastramento de uso e porte de motosserras no Cadastro Técnico Federal do IBAMA; 3.Atender a população para esclarecimentos de dúvidas; 4.Responder protocolos 5.Vistoriar e emitir pareceres sobre os protocolos para verificação de cursos d'água se natural ou artificial; 6.Emitir ofícios à FATMA sobre as autorizações emitidas; 7.Deferir ou indeferir processos	H	704,00		0,0000	49,90	35.129,60

Total do Participante -----> 35.129,60

Total Geral -----> 35.129,60

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 16/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 234/2014 Data do Processo: 20/11/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

KERLING FABIANE HORNBURG BAESSO	- - Representante
---------------------------------	-------------------------

ATA TOMADA DE PREÇOS 17/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 17/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 236/2014 Data do Processo: 21/11/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de construção de sala de aula na Escola Municipal Professor Emilio da Silva, através da União de módulos, totalizando a área construída de 43,2m², para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, ANEXO IX - Memorial e planta baixa, deste instrumento convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 177/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Dezembro de 2014, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 236/2014, Licitação nº 17/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. - EPP devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. - EPP, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. - EPP, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. - EPP. Constatou-se vencedora a empresa POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA. - EPP, com o valor total de R\$ 52.500,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a participante.

Participante: 13004 - POLIBOX SISTEMAS CONSTRUTIVOS LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SALA DE AULA MODULAR, COMPLETA E PRONTA PARA USO, PRODUZIDA ATRAVÉS DA UNIÃO DE TRÊS MÓDULOS DE 14,4 M², PERFAZENDO UM TOTAL DE 43,2 M². CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANTA BAIXA EM ANEXOS.	UN	1,00		0,0000	52.500,00	52.500,00

Total do Participante -----> 52.500,00

Total Geral -----> 52.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 17/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 236/2014 Data do Processo: 21/11/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ANDRÉ STOINSKI	- - Representante
----------------	-------------------------

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 203/2014

DECRETO Nº. 203/2014 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.

“CONSTITUI, E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 001/2014 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo nº001/2014, designando os seguintes membros para sua composição:

SALETE CERIZOLLI PRIOR - Presidente
ROSANGELA SENHOR - Secretário
LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2014.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre inscrições e estabelece normas relativas ao Processo Seletivo Simplificado, destinado ao preenchimento de vagas temporárias, na Prefeitura Municipal de Serra Alta, SC.

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro II, 830, Centro, Serra Alta, SC, CEP 89871-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Processo Seletivo de Provas Escritas e de Títulos, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal, visando atender as vagas de substituições, que venham ocorrer durante o exercício de 2015, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e demais disposições da legislação vigente. Este Processo Seletivo reger-se-á pela Lei Municipal nº 684/2005, pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, pelas normas estabelecidas neste Edital e demais legislação vigente e será executado pela empresa ASSESSORIA E

CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. As informações deste Processo Seletivo estarão disponíveis nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

1.2. O Processo Seletivo destina-se às vagas nos cargos constantes no Anexo I deste Edital.

1.2.1. O número de vagas, carga horária semanal, remuneração mensal e habilitação/requisitos mínimos para contratação, de cada cargo, estão descritas no Anexo I deste Edital.

1.2.2. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos deste Edital.

1.3. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a sua contratação, apenas a expectativa de ser admitido, dentro das vagas previstas e as que surgirem, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 15 de dezembro de 2014 a 9 de janeiro de 2015, somente pelo site www.assconpp.com.br.

2.2. O candidato deverá:

2.2.1. preencher o requerimento de inscrição, no site www.assconpp.com.br e enviá-lo via internet;

2.2.2. imprimir o boleto bancário e efetuar seu pagamento, de acordo com o valor previsto no item 2.3 deste Edital, até o dia 9 de janeiro de 2015, em qualquer agência bancária do território nacional.

2.3. Os valores para inscrição neste Processo Seletivo são os seguintes:

2.3.1. R\$ 20,00 (vinte reais) para os candidatos aos cargos que exijam alfabetização e ensino fundamental (séries iniciais) ou ensino fundamental completo;

2.3.2. R\$ 30,00 (trinta reais) para os candidatos aos cargos que exijam ensino médio completo;

2.3.3. R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os candidatos aos cargos que exijam nível médio (magistério) ou ensino superior completo.

2.4. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a aplicação da prova escrita deverá solicitar a condição especial no ato da inscrição, pelo site www.assconpp.com.br e levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local onde a prova estiver sendo realizada.

2.4.1. A amamentação acontecerá nos momentos necessários, sem a presença do acompanhante.

2.4.2. Não será concedido nenhum tipo de compensação em relação ao tempo de prova dedicado à amamentação.

2.4.3. A ausência do acompanhante para a guarda da criança impossibilitará a candidata de ausentar-se da prova escrita para amamentar.

2.5. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 2.3 deste Edital. O comprovante de pagamento é a confirmação da inscrição do candidato.

2.6. O candidato que efetuar o pagamento da inscrição com cheque sem provisão de fundos ou outra irregularidade que impossibilite sua compensação terá sua inscrição indeferida.

2.6.1. O Município de Serra Alta não devolverá o valor da inscrição paga em nenhuma hipótese.

2.7. As despesas relativas à participação neste Processo Seletivo são única e exclusivamente de responsabilidade dos candidatos.

2.8. O Município de Serra Alta e a empresa ASSCON-PP não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do boleto bancário.

2.9. O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste Edital, não terá sua inscrição homologada, e, em consequência, serão anulados todos os atos decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição neste Processo Seletivo implicará, desde logo, no conhecimento e na aceitação, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.11. Os documentos relativos à comprovação de escolaridade, formação, habilitação e requisitos mínimos exigidos para o exercício do cargo/função deverão ser apresentados e comprovados quando da convocação para a contratação do candidato.

2.12. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou fac-símile, e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.13. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.14. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente.

3. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. São reservadas às pessoas portadoras de deficiência, 5% das vagas, por cargo oferecido ou das que vierem a surgir no prazo de validade do processo seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

3.1.1. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5%, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.2. Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

3.3. O candidato portador de deficiência participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos deste Edital.

3.4. Na sua inscrição, o candidato portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.4.1. O candidato portador de deficiência visual que solicitar provas e o cartão-resposta com letras ampliadas receberá os mesmos com tamanho de letra correspondente à fonte 24 (vinte e quatro), sendo que a leitura e marcação de respostas no cartão-resposta será de sua responsabilidade.

3.5. A declaração de necessidades especiais, para efeito de inscrição e realização das provas, não substitui, em hipótese alguma, a avaliação para fins de aferição da compatibilidade ou não da deficiência física, que julgará a aptidão física e mental necessárias para exercer as atribuições do cargo.

3.6. O candidato portador de necessidades especiais, após realizar sua inscrição, impreterivelmente, até 9 de janeiro de 2015, deverá entregar à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, através de requerimento protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município de Serra Alta, SC:

3.6.1. atestado médico, cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital, que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID e a provável causa da mesma;

3.6.2. Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém declaração de que a deficiência não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo e declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

3.6.3. Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.6.4. O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, a exame perante comissão interdisciplinar credenciada pelo Município de Serra Alta, que verificará a existência da deficiência declarada na Ficha de Inscrição, bem como, de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

3.7. O candidato portador de deficiência que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de deficiência, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.8. A Homologação do Resultado Final deste Processo Seletivo ocorrerá em duas listas:

3.8.1. a primeira conterà a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência;

3.8.2. a segunda conterà somente a pontuação dos candidatos portadores de deficiência.

3.9. Não havendo candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante no Anexo IV deste Edital e estarão disponíveis sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

4.1.1. Somente será divulgada a relação das inscrições deferidas.

4.2. É de responsabilidade do candidato verificar a relação de inscrições homologadas para confirmar sua inscrição.

4.2.1. Caso a inscrição do candidato não tenha sido homologada, o mesmo não poderá realizar a prova.

5. DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1. Os candidatos habilitados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Serra Alta e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

6. DAS PROVAS

6.1. Este Processo Seletivo contemplará as seguintes etapas, de acordo com as especificações e disposições deste Edital:

Cargos	Provas a serem aplicadas
Professor de Artes	Prova Escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório e Prova de Títulos, de caráter classificatório
Professor de Educação Física	
Professor I – Educação Infantil	
Professor II – Séries Iniciais	
Professor III – Inglês	
Segundo Professor	
Agente de Saúde	Prova Escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório
Agente Educativo	
Auxiliar de Enfermagem	
Auxiliar de Serviços Gerais	
Coordenador do PETI (SCFV)	
Professor de Artesanato	

6.2. Todos os candidatos deverão realizar as provas nos mesmos dias, horários e locais, não podendo a mesma ser realizada individualmente ou em data, horário ou local que não seja o especificado neste Edital e em suas alterações posteriores.

7. DA PROVA ESCRITA

7.1. As provas escritas para todos os cargos incluem questões de Língua Portuguesa, Matemática e Raciocínio Lógico, Conhecimentos Gerais e Atualidades e Conhecimentos Específicos na área de atuação, conforme conteúdo programático constante no Anexo II deste Edital.

7.2. As provas escritas serão realizadas no dia 17 de janeiro de 2015, com início às 13h30min e término às 16h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC.

7.2.1. O fechamento dos portões ocorrerá às 13h20min, recomendando-se que o candidato esteja no local com a devida antecedência, munido de documento de identidade.

7.2.2. Sob hipótese alguma será permitido o acesso de candidatos que chegarem após as 13h20min, ou seja, o horário de fechamento dos portões.

7.2.3. A prova escrita será realizada em etapa única, com 3 (três) horas de duração, incluindo o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

7.3. A prova constará de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de respostas cada, sendo que apenas 1 (uma) alternativa estará correta, na forma abaixo:

Disciplina	Número de questões	Peso Individual	Peso Total
Língua Portuguesa	5	0,40	2,00
Matemática e Raciocínio Lógico	5	0,40	2,00
Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,40	2,00
Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
Total	25	-	10,00

7.4. Para a realização da Prova Escrita, o candidato deverá utilizar apenas caneta esferográfica, de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, o qual não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Para a entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar a cédula de identidade original ou carteira expedida pelo órgão de classe original.

7.6.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

7.6.2. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

7.6.3. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

7.6.4. Não será aceita cópia de documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo de documento.

7.6.5. Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida acima, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

7.6.6. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

7.7. No dia de realização das Provas Escritas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

7.8. Durante a realização das Provas Escritas é vedada consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como, o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato no Processo Seletivo.

7.8.1. Os telefones celulares e outros equipamentos eletrônicos serão entregues desligados aos fiscais da sala antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

7.9. Será atribuída nota zero às respostas de questão(ões) que contenha(m):

7.9.1. emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;

7.9.2. mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;

7.9.3. espaço(s) não assinalado(s) no cartão-resposta;

7.9.4. cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.9.5. É terminantemente proibida a inserção e qualquer forma de sinal ou marca, sobre os cartões-resposta, que possa ser interpretada como identificação de determinado candidato.

7.9.5.1. Se for constatada qualquer inserção de sinal ou marca no cartão-resposta o candidato será automaticamente desclassificado do processo seletivo.

7.10. No decurso da Prova Escrita, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

7.11. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da

sala de Prova Escrita após 60 (sessenta) minutos de seu início.

7.12. O candidato, ao encerrar a Prova Escrita e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de sala, o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova.

7.12.1. Caso o candidato não entregar o cartão-resposta ou o caderno de prova será eliminado automaticamente do Processo Seletivo.

7.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente, depois de haver rubricado envelope lacrado, contendo todas as provas e cartões-resposta daquela sala.

7.14. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local estabelecidos no Edital para todos os candidatos.

7.15. As provas escritas terão pontuação a seguinte pontuação:

7.15.1. para os cargos de Professor I - Educação Infantil, Professor II - Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor III - Inglês e Segundo Professor, de 0,00 a 9,00, utilizando-se 2 (duas) decimais após a vírgula;

7.15.2. para demais cargos, de 0,00 a 10,00, utilizando-se 2 (duas) decimais após a vírgula.

7.16. Serão considerados classificados apenas os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na Prova Escrita Objetiva.

7.17. O Gabarito e o Caderno de Provas serão divulgados a partir das 19 horas do dia 18 de janeiro de 2015 nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1. A apresentação de títulos tem como objetivo apurar a experiência e o aperfeiçoamento profissional do candidato, e servirá na ordem de classificação.

8.1.2. A Prova de Títulos possui caráter classificatório, e será aplicada a todos os candidatos aos cargos de Professor I - Educação Infantil, Professor II - Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor III - Inglês e Segundo Professor, na mesma data da prova escrita.

8.1.3. Somente serão computados os títulos dos candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova escrita. Os títulos dos demais candidatos não serão contabilizados.

8.2. A apresentação de títulos acontecerá no dia 17 de janeiro de 2015, com início às 15h30min e término previsto às 17h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC.

8.2.1. O candidato deverá comparecer no local de entrega dos títulos, portando cópias dos títulos que possui, acompanhados dos originais ou cópias autenticadas em cartório.

8.2.2. O candidato que estiver portando cópias dos títulos, acompanhados dos documentos originais, terá seus títulos validados por representante da empresa ASSCON-PP, no ato de entrega.

8.2.3. Os títulos poderão ser apresentados por procuração, com firma reconhecida em Cartório.

8.2.4. Os títulos que não antederem ao disposto neste item não serão contabilizados.

8.3. Serão considerados como títulos os certificados de cursos, reconhecidos pelo Ministério da Educação - MEC, concluídos até a data da prova, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, na forma abaixo:

Título	Pontuação
Pós-graduação	0,25
Mestrado	0,50
Doutorado	0,50

8.4. Os títulos serão juntados e relacionados em formulário próprio, colocados em envelope com a identificação externa do nome e número de inscrição do candidato, o qual será fechado e rubricado pelo candidato e representante da Empresa ASSCON-PP. A segunda via da relação dos títulos será entregue ao candidato, que servirá como comprovante de apresentação dos mesmos.

8.5. Comprovada, em qualquer tempo, a ocorrência de irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, será anulada a respectiva pontuação do candidato e, comprovada a culpabilidade do mesmo, será excluído do Processo Seletivo ou demitido do cargo que venha a ocupar em decorrência deste certame.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

9.2. A nota final:

9.2.1. para os cargos de Professor I - Educação Infantil, Professor II - Séries Iniciais, Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor III - Inglês e Segundo Professor será o resultado da nota obtida na prova escrita (sendo que somente serão classificados e considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00), acrescida da pontuação da Prova de Títulos;

9.2.2. para os demais cargos será o resultado da nota obtida na prova escrita (sendo que somente serão classificados e considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00).

9.3. Ocorrendo empate na classificação, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

9.3.1. idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

9.3.2. maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

9.3.3. maior nota na prova de Língua Portuguesa;

9.3.4. maior nota na prova de Matemática e Raciocínio Lógico.

9.3.5. se, mesmo assim, persistir o empate, o critério adotado será o sorteio em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

9.4. O não comparecimento do candidato na prova escrita objetiva, implicará na desclassificação do candidato neste Processo Seletivo.

9.5. A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no Anexo IV deste Edital e será divulgada nos meios oficiais de publicação e nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

9.5.1. Somente serão divulgados na Classificação Final, os nomes dos candidatos aprovados.

9.6. A lista dos aprovados, homologada pelo Prefeito Municipal, será publicada no dia 30 de janeiro de 2015, nos locais previstos no item 11.1 deste Edital.

9.7. Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas poderão enviar solicitação contendo, no mínimo, nome, CPF e data de nascimento, pelo e-mail assconpp@hotmail.com.

10. DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para todas as fases deste Processo Seletivo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da publicação do ato que deu causa, que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, no site www.assconpp.com.br, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos constantes do Anexo IV deste Edital.

10.1.1. Os recursos que não atenderem ao disposto neste item serão liminarmente indeferidos.

10.2. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile, protocolo, e-mail ou qualquer meio postal, sendo que os intempestivos serão desconsiderados e indeferidos.

10.3. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente.

10.4. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova objetiva.

10.5. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída, conforme se verificar ou não erros na conferência.

10.5.1. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.5.2. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer, coletivamente.

10.6. A Comissão Especial do Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões.

10.7. Não caberão recursos ou revisões adicionais.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. A lista de inscritos, os gabaritos e os cadernos de questões da prova escrita objetiva, a lista de classificados, suas respectivas homologações e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura de Serra Alta, SC, e nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

11.1.1. A homologação da lista dos aprovados, além dos locais anteriores, será publicada em jornal de circulação local, do Município de Serra Alta, SC.

11.1.2. O caderno de questões e o gabarito serão publicados apenas nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) comprovante de regularidade com as obrigações militares (em caso de candidato do sexo masculino);
- b) comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;
- c) comprovante da habilitação mínima exigida no Anexo I deste Edital;
- d) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.112/1990 e na legislação correspondente ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Serra Alta;
- e) declaração de bens;
- f) declaração de não acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição;
- g) laudo médico de saúde física e mental, a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Serra Alta;

- h) comprovante de residência atualizado;
- i) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação;
- j) outros documentos que se fizerem necessários.

12.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos do item 12.1 serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para a contratação.

12.3. O não cumprimento dos requisitos necessários impossibilitará a contratação do candidato.

12.4. O candidato convocado que não se apresentar no dia e horários determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá seu direito de preferência sobre os demais candidatos, sem prejuízo de sua classificação para novas eventuais convocações.

13. DO FORO JUDICIAL

13.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Modelo, SC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

14.2. Este Processo Seletivo será válido durante o ano de 2015.

14.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

14.4. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.5. Será excluído do certame, por ato da Comissão Especial do Processo Seletivo, o candidato que:

- 14.5.1. tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas, desde que devidamente comprovado;
- 14.5.2. for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- 14.5.3. for flagrado valendo-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- 14.5.4. ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.6. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Serra Alta, SC, designada pelo Decreto nº 203/2014, juntamente com a empresa ASSCON-PP.

14.7. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- 14.7.1. Anexo I - Dos Cargos, Vencimento Inicial e Habilitações Mínimas e Atribuições dos Cargos;
- 14.7.2. Anexo II - Conteúdo Programático;
- 14.7.3. Anexo III - Declaração Para Candidatos Portadores de Deficiência;
- 14.7.4. Anexo IV - Cronograma.

Serra Alta, SC, 8 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta, SC

ANEXO I
DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Cargos	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação/ Requisitos mínimos para contratação	Tipo de prova
Agente de Saúde	1	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Fundamental Completo	Prova Escrita
Agente Educativo	1	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Médio completo	Prova Escrita e de Títulos
Auxiliar de Enfermagem	1	40h	R\$ 1.057,27 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Fundamental completo, com curso de Auxiliar de Enfermagem ou superior	Prova Escrita
Auxiliar de Serviços Gerais	1	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Alfabetizado	Prova Escrita
Coordenador do PETI (SCFV)	1	40	R\$ 1.516,57 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino médio completo	Prova Escrita
Professor de Artes	1	20h	R\$ 1.105,74 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.	Prova Escrita e de Títulos
Professor de Educação Física	1	20h	R\$ 1.105,74 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.	Prova Escrita e de Títulos
Professor I – Educação Infantil	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio (magistério) ou pedagogia	Prova Escrita e de Títulos
Professor II – Séries Iniciais	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio (magistério) ou pedagogia	Prova Escrita e de Títulos
Professor III – Inglês	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena, com habilitação na área específica de atuação.	Prova Escrita e de Títulos
Professor de Artesanato	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio completo.	Prova Escrita
Segundo Professor	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura em Educação Especial ou pedagogia	Prova Escrita e de Títulos

ATRIBUIÇÕES/CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS CARGOS
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- Realização do Cadastramento das Famílias;
- Participação na realização do diagnóstico demográfico, perfil sócio econômico da comunidade, na identificação de traços culturais e religiosos das famílias e da comunidade, na descrição do perfil do meio ambiente da área de abrangência, na realização do levantamento das condições de saneamento básico e realização do mapeamento da sua área de abrangências;
- Realização do acompanhamento das micro- áreas de risco;
- Realização da programação das visitas domiciliares, elevando a sua frequência nos domicílios que apresentam situações que requeiram atenção especial;
- Atualização das fichas de cadastramento dos componentes das famílias;
- Execução da vigilância de crianças menores de 01 ano consideradas em situação de riscos;
- Acompanhamento de crescimento e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos;
- Promoção da imunização de rotina às crianças de gestantes, encaminhando ao serviço de referência ou criando alternativas de facilitação de acesso;
- Monitoramento das diarreias e promoção da reidratação oral, monitoramento das infecções respiratórias agudas com identificação de sinais de risco e encaminhamento dos suspeitos de pneumonia ao serviço de saúde de referência;
- Monitoramento das dermatoses e parasitoses em crianças;
- Orientação aos adolescentes e familiares na prevenção de DST/ AIDS e gravidez precoce;
- Identificação e encaminhamento das gestantes para o serviço de pré- natal na unidade de saúde de referência;
- Realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento das gestantes, priorizando atenção nos aspectos de desenvolvimento da gestação, seguimento de pré- natal, sinais e sintomas de riscos na gestação, nutrição, incentivo e preparo para o aleitamento materno, e preparo para o parto;
- Atenção de cuidados ao recém nascidos, cuidados no puerpério;
- Monitoramento dos recém nascidos e das puérperas;
- Realização de ações educativas para prevenção do câncer cérvico- uterino e de mama, encaminhamento as mulheres em idade fértil para realização dos exames periódicos nas unidades de saúde da referência;
- Realização de ações educativas sobre métodos de planejamento familiar;
- Realização de ações educativas referente ao climatério;
- Realização de atividades de educação nutricional nas famílias e na comunidade;
- Realização de atividades de educação em saúde bucal na família, com ênfase no grupo infantil;
- Busca ativa das doenças infecto- contagiosas;
- Apoio ao inquérito epidemiológicos ou investigação de surtos ou ocorrência de doenças de notificação compulsória;
- Supervisão dos eventuais componentes da família em tratamento domiciliar e dos pacientes com tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas;
- Realização de atividades de prevenção e promoção da saúde do idoso;
- Identificação dos portadores de deficiência psicológica com orientação aos familiares para o apoio necessário no próprio domicílio;
- Incentivo à comunidade na aceitação e inserção social dos portadores de deficiência psicofísica;
- Orientação às famílias e à comunidade para a prevenção e o controle de doenças endêmicas;
- Realização de ações educativas para preservação do meio ambiente;
- Realização de ações para a sensibilização das famílias e da comunidade para abordagem dos direitos humanos;
- Estimulação da participação comunitária para ações que visem a

melhoria da qualidade de vida na comunidade;
- Outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

AGENTE EDUCATIVO

- Acompanhar e auxiliar as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores;
- Participar de reuniões e planejamento a critério da escola;
- Participar de eventos e promoções desenvolvidos pela creche;
- Receber as crianças;
- Receber e transmitir recados;
- Executar atividades pertinentes ao cuidar/educar;
- Cumprir regras do regimento interno da creche;
- Desempenhar as demais atividades inerentes ao cargo.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

- Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos;
- Observar, reconhecer e descrever sintomas, ao nível de sua qualificação;
- Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina;
- Ministrando medicamentos por via oral e parental;
- Realizar controle hídrico;
- Fazer curativos;
- Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas;
- Efetuar o controle de pacientes e de comunicantes em doenças transmissíveis;
- Realizar teste e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico;
- Colher material para exames laboratorial;
- Prestar cuidados de enfermagem pré e pós-operatórios;
- Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde;
- Integrar a equipe de saúde.
- Participar de atividades de educação em saúde.
- Executar outras tarefas afins.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- Requisitar material necessário aos serviços.
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

COORDENADOR DO PETI (SCFV)

- Atuar nas unidades do PETI como Administrador;
- Fornecer aos profissionais de cada Unidade os subsídios necessários para a Implantação dos Projetos propostos, bem como auxiliar

na coordenação, execução e avaliação das atividades inerentes ao Programa;

- Manter a postura ética e profissional frente aos integrantes da equipe, a comunidade atendida e a sociedade como um todo;
- Zelar pela manutenção, utilização e conservação dos bens patrimoniais;
- Desenvolver um trabalho social junto às famílias atendidas, com o objetivo de melhorar suas condições de vida através de ações propostas pelo PETI.

PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS, PROFESSOR DE ARTES E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministrando os dias letivos e horas aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.
- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nas séries iniciais do ensino fundamental;
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- Participar do conselho de classe;
- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental;
- Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelo SAEDE e ou SAESP;
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela SED e FCEE;
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- Participar de capacitações na área de educação.

PROFESSOR III - INGLÊS

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministrando os dias letivos e horas aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as

famílias e a comunidade;

- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.
- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nas séries iniciais do ensino fundamental;
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- Participar do conselho de classe;
- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental;
- Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelo SAEDE e ou SAESP;
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela SED e FCEE;
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- Participar de capacitações na área de educação.

PROFESSOR DE ARTESANATO

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministras os dias letivos e horas aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.
- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nas séries iniciais do ensino fundamental;
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- Participar do conselho de classe;
- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental;
- Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelo SAEDE e ou SAESP;
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela SED e FCEE;

- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- Participar de capacitações na área de educação.

SEGUNDO PROFESSOR

- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- Ministras os dias letivos e horas aula estabelecidas, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.
- Planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nas séries iniciais do ensino fundamental;
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas;
- Participar do conselho de classe;
- Tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente, quando o educando estiver matriculado nas séries finais do ensino fundamental;
- Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pelo SAEDE e ou SAESP;
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela SED e FCEE;
- Sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial;
- Cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno;
- Participar de capacitações na área de educação.

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS DE PROFESSOR E HISTORIADOR

Língua Portuguesa (5 questões): Leitura, análise e interpretação de texto, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras.

Matemática e Raciocínio Lógico (5 questões): Conjuntos, noções de matemática financeira, juros simples e juros compostos, geometria, Trigonometria, progressão geométrica, progressão aritmética, análise combinatória, probabilidade, operações fundamentais

(números inteiros e fracionários), potenciação e radiciação, sistema de medidas (decimais e não decimais), conversão de unidades de medida; regra de três, porcentagem, equações de primeiro e segundo grau.

Conhecimentos Gerais e Atualidades (5 questões): Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias; Organização político-administrativa do Brasil; Agronegócios e a economia brasileira; Política, Economia, Contexto internacional; Neoliberalismo e globalização, Mercosul; Questões ambientais; Atualidades relativas ao Mundo, ao País, ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Serra Alta e Região.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (10 QUESTÕES)

AGENTE DE SAÚDE: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde princípios que regem sua organização. Visita domiciliar. Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos. Interpretação demográfica. Indicadores epidemiológicos Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde coletiva. Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Cuidados com o meio ambiente e saneamento básico. Noções sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis e infecção pelo HIV. Problemas clínicos prevalentes na atenção primária: noções de tuberculose, hanseníase, dengue, hipertensão e diabetes, diarreia e desidratação; Vacinas; Aparelho reprodutor masculino e feminino; gravidez e planejamento familiar. Condições de risco social: violência, desemprego, infância desprotegida, processos migratórios, analfabetismo, ausência ou insuficiência de infra-estrutura básica. Promoção da saúde, conceitos e estratégias; Pessoas com deficiência: abordagem, medidas facilitadoras de inclusão social e direitos legais. Programas Nacionais de Saúde: Saúde Mental, Assistência Farmacêutica; Saúde da Criança, Saúde da Mulher; Saúde do idoso e da pessoa com deficiência, Saúde Ambiental, Noções de ética e cidadania. Endemias. Atenção primária de saúde/atenção básica à saúde: estratégia de saúde da família; PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde); NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família); SAD (Serviço de Atendimento Domiciliar).

AGENTE EDUCATIVO: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Curativos: potencial de contaminação, técnicas de curativos. Princípios da administração de medicamentos: terapêutica medicamentosa, noções de farmacoterapia. Condutas do Técnico de Enfermagem na saúde mental: intervenções, sinais e sintomas. Doenças Sexualmente Transmissíveis: AIDS/SIDA, sífilis, gonorréia, uretrites, condiloma acuminado, linfogranuloma venéreo, cancro mole - Prevenção. Imunização: vacinas, acondicionamento, cadeia de frio (conservação), dosagens, aplicação, calendário de vacinação. Esterilização de material. Saneamento básico: esgoto sanitário, destino do lixo. Saúde da mulher: planejamento familiar, gestação (pré-natal), parto e

puerpério, prevenção do câncer de colo e mamas. Enfermagem materno-infantil: assistência de enfermagem no pré-parto, parto e puerpério e nas emergências obstétricas, e assistência de enfermagem em pediatria. Ética: princípios básicos de ética. Regulação do exercício profissional e relações humanas

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Noções de limpeza e higiene; Lixo Orgânico e Reciclagem; Classificação dos Resíduos sólidos; Noções de pré-preparo e preparo de alimentos; cocção de alimentos, Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc. Noções de Hierarquia; Equipamentos de Proteção Individual - EPIs. Relacionamento humano no trabalho. Noções de atendimento, comportamento, qualidade e responsabilidade no serviço público. Noções gerais sobre alvenaria, jardinagem, cultivo de plantas, preparação de argamassa, concreto, impermeabilizações, pisos e procedimentos executivos da construção civil em geral. Limpeza e higiene em geral; Remoção de lixo e detritos; Segurança e higiene do trabalho; Noções sobre materiais de construção; Noções sobre pintura e tintas; Noções sobre instalações elétricas prediais e redes de drenagem.

COORDENADOR DO PETI (SCFV): Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Legislação específica para atuação no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil); políticas públicas de proteção infantil e inclusão; Declaração dos Direitos da Criança; Medidas de proteção; Medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Conselho Tutelar; SUS - Sistema Único de Saúde.

PROFESSOR I - EDUCAÇÃO INFANTIL: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas.

PROFESSOR II - SÉRIES INICIAIS: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Concepção de infância. Processo de desenvolvimento infantil; a relação entre pensamento e linguagem.

PROFESSOR DE ARTES: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; História da arte universal e da arte brasileira. Arte e comunicação, arte e expressão. As artes visuais e suas linguagens. Teatro. Dança. Música. Cinema. Museus. Pluralidade cultural: códigos estético e artístico de diferentes culturas. As novas tecnologias de ensino da arte. Ensino da arte: interdisciplinaridade e interculturalidade.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina; Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Educação física no ensino fundamental; dimensões históricas da educação física; dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à educação e ao esporte; lazer e as interfaces com a educação física; esporte e a educação física; as questões de gênero aplicados à educação física; dimensões biológicas aplicadas à educação física e ao esporte; as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física; as diferentes tendências pedagógicas da educação física na escola; educação física escolar e cidadania; metodologia de ensino e avaliação na educação física escolar; crescimento e desenvolvimento motor; legislação de ensino.

PROFESSOR III - INGLÊS: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Compreensão de textos; estruturas gramaticais; substantivo (gênero e número), adjetivo (grau comparativo e superlativo), artigo definido e indefinido; pronome; frase verbal: verbo (modo, tempo, aspecto), o auxiliar, modal; advérbio e locução verbal, voz ativa e passiva; conjunção: coordenação, subordinação; discurso indireto; frase declarativa e frase interrogativa; preposição e locução prepositiva;

formação de palavras: composição e derivação; numerais cardinais e ordinais.

PROFESSOR DE ARTESANATO: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; Arte, arte popular, artesanato: a construção dessas categorias na relação com outros domínios sociais. A inserção do popular no universo artístico. A problemática das conexões: arte erudita e arte popular, arte e artesanato. A circularidade entre os diferentes níveis de cultura: erudita, popular e de massa. O artista popular: iniciação, trajetória e o processo de criação artística. A tradição familiar e os núcleos de produção artesanal. Arte popular: integração arte e vida; as matérias-primas existentes; as tecnologias; os processos; a produção; a circulação; o ciclo de vida dos produtos.

SEGUNDO PROFESSOR: Legislação municipal pertinente ao desempenho das atividades do cargo; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente; Teoria e prática da educação; função social e política da escola: gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar; projetos político-pedagógicos; a educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar; a organização da educação básica: diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; prática de ensino; avaliação escolar; interdisciplinaridade; currículo e cultura; tendências pedagógicas; características da educação especial e do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais A Educação Especial no Brasil. O Atendimento Educacional Especializado. Concepção de Inclusão. A Organização da Escola Inclusiva. A Inclusão dos Alunos com Necessidades Especiais. Os Desafios nas Políticas Educacionais. Portadores de Necessidades Especiais: Classificação e Caracterização. As Diferentes Necessidades Especiais. Atendimento Educacional Especializado e os Recursos Educacionais Especiais.

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
Nº da Inscrição:	
Cédula de Identidade:	
Cargo pretendido:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.6 do Edital de Processo Seletivo nº 1/2014, do Município de Serra Alta, SC, e para que surta os efeitos legais que:

- a deficiência que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo de descrito acima;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de deficiência para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Serra Alta, SC, _____ de _____ de 201__.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

CRONOGRAMA (sujeito a alterações)

O quê?	Quando?
Divulgação do Edital de Processo Seletivo	10.12.2014
Prazo para impugnação do Edital	11 e 12.12.2014
Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital	15.12.2014
Período de Inscrições	15.12.2014 a 9.1.2015
Prazo para pagamento do boleto bancário	9.1.2015
Divulgação da relação de inscritos	13.1.2015
Recursos quanto às inscrições indeferidas	14 e 15.1.2015
Homologação das inscrições	16.1.2015
Realização das Provas Escritas	17.1.2015, das 13h30min às 16h30min
Realização das Provas de Títulos	17.1.2015, das 15h30min às 17h30min
Divulgação dos Gabaritos e dos Cadernos de Provas	A partir das 19h do dia 18.1.2015
Recursos quanto às questões e gabarito das provas escritas	19 e 20.1.2015
Divulgação do Gabarito Final e Listagem Classificatória	26.1.2015
Recursos quanto à classificação	27 e 28.1.2015
Homologação do Resultado Final, após análise dos recursos	30.1.2015

EXTRATO EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2014

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Objeto: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro II, 830, Centro, Serra Alta, SC, CEP 89871-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Processo Seletivo de Provas Escritas e de Títulos, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal, visando atender as vagas de substituições, que venham ocorrer durante o exercício de 2015. O Processo Seletivo será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 15 de dezembro de 2014 a 9 de janeiro de 2015, somente pelo site www.assconpp.com.br.

Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargos	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação/Requisitos mínimos para contratação
Agente de Saúde	1	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Fundamental Completo
Agente Educativo	1	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Médio completo
Auxiliar de Enfermagem	1	40h	R\$ 1.057,27 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino Fundamental completo, com curso de Auxiliar de Enfermagem ou superior
Auxiliar de Serviços Gerais	1	40h	R\$ 757,15 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Alfabetizado
Coordenador do PETI (SCFV)	1	40	R\$ 1.516,57 + INCORPORAÇÃO R\$ 143,60	Ensino médio completo
Professor de Artes	1	20h	R\$ 1.105,74 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.
Professor de Educação Física	1	20h	R\$ 1.105,74 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena com habilitação na área específica de atuação.
Professor I – Educação Infantil	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio (magistério) ou pedagogia
Professor II – Séries Iniciais	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio (magistério) ou pedagogia
Professor III – Inglês	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura de graduação Plena, com habilitação na área específica de atuação
Professor de Artesanato	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Nível Médio completo
Segundo Professor	1	20h	R\$ 953,90 + INCORPORAÇÃO R\$ 71,80	Licenciatura em Educação Especial ou pedagogia

A íntegra do presente Edital está publicada nos sites www.assconpp.com.br e www.serraalta.sc.gov.br

Serra Alta, SC, 10 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta, SC

PORTARIA Nº 115/2014

PORTARIA Nº. 115/2014 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 061/2014 DA CONTRATAÇÃO DE PRISCILA WERNER PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, e de acordo com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 061/2014 de 22 de Abril de 2014, que dispõe sobre a contratação, DE PRISCILA WERNER PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

“Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	PRISCILA WERNER
CPF:	032466309-92
RG:	3.539.245
CARGO:	AUXILIAR DE ENFERMAGEM
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Saúde
GRUPO:	2 - SAL
NÍVEL:	22
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VIII, admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedida;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedida;
VIGÊNCIA:	(22/04/2014 até retorno da servidora em licença) “

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 116/2014

PORTARIA Nº 116/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e Lei Municipal 692/2006 de 13/04/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de KARINE ENGEL DA CUNHA, CPF 066.217.629-41 e RG 5.543.786 do Cargo de Professor de Educação Física, nível 62 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, referente à Portaria nº036/2014, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 10 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 118/2014

PORTARIA Nº 118/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e Lei Municipal 692/2006 de 13/04/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de VANUSA PRIOR, CPF 908.004.869-00 e RG 4.181.964 do Cargo de PROFESSOR (A) DE ARTESANATO 30 horas semanais, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, referente à Portaria nº101/2014, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 10 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 119/2014

PORTARIA Nº 119/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e Lei Municipal 692/2006 de 13/04/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de BRUNA LUIZA SPADA, CPF 072.436.199-59 e RG 5.789.530 do Cargo de Coordenador do PETI, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social referente à Portaria nº026/2014, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 10 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 117/2014

PORTARIA Nº 117/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; e alterações posteriores e Lei Municipal 692/2006 de 13/04/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público de SILVANA CRISTINA VICENZI ZAMIGNAN, CPF 811.727.619-49 e RG 2.433.487-1 do Cargo de Professor II, nível 61 do Grupo 6- MAG, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, referente à Portaria nº034/2014, percebendo o vencimento constante na Lei complementar 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores, vigentes no município de Serra Alta.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 10 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 159/2014

PORTARIA Nº. 159/2014

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias ao Servidor Público Municipal Sr. IVONIR TRINDADE DE VARGAS, Operador, Efetivo, Matrícula nº. 250/01, relativo ao período aquisitivo de Setembro de 2013 a Setembro de 2014, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 11 à 30 de Dezembro de 2014, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de dezembro de dois mil e quatorze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Timbó

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.680 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO N.º 3.680 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.

RENOVA a aprovação do desmembramento de área urbana, feita pelo Decreto nº 3.207/2013 de 31/07/2013.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, pelo Legislativo Ordinária pertinente e,

Considerando a prescrição do prazo estabelecido pelo art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19/12/79, após reexaminado o planejamento e a documentação apresentada pelo requerente.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica reaprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "OTTO LEO HENNINGS", cuja aprovação primeira se deu por força do Decreto nº 3.207/2013 de 31/07/2013, e em face da caducidade ocorrida por força do art. 18 da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, cujo imóvel é de propriedade de OTTO LEO HENNINGS, conforme matrícula nº 22.562, livro 2.

Parágrafo Único - Este decreto revalida o Decreto n.º 3.207/2013 de 31 de julho de 2013 e RATIFICA OS DEMAIS TERMOS em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 2º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 05 de dezembro de 2014.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

EXTRATO DA DISPENSA N.º 165 2014 PMT - SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COMPLEXO VIÁRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 165/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: dispensa a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO PARA EXECUÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA MALHA VIÁRIA CENTRAL - COMPLEXO VIÁRIO ROLANDO MULLER, NESTE MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, POR TOMADA DE PREÇO, N.º 111/2014 TER SIDO DESERTO, E O N.º 1 34/2014 TER SIDO FRACASSADO NO ITEM CITADO.

VALOR TOTAL: R\$ 25.359,72 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias consecutivos, a partir do recebimento da Ordem de serviço.

Timbó, 11 de dezembro 2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº FCT-043, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº FCT-043, de 27 de NOVEMBRO de 2014
Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Salete Rodrigues Gessner, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 03 de novembro do corrente.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal SALETE RODRIGUES GESSNER, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, pela Portaria nº FCT-032, de 03 de junho de 2014, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar de 03 de novembro do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação: 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 29 2014 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2014 - SAMAE
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, leva ao conhecimento dos interessados que no Edital de Pregão Presencial acima citado, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA A ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (E.T.A) E ATERRO SANITÁRIO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, ESPECIFICADOS NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE fica excluída a cláusula constante do subitem 7.3.4, letra "c".

Ainda, informa que fica acrescida a seguinte exigência em substituição:

1. Atestado de Capacidade Técnica, discriminando que o laboratório realizou análises de ecologia e e taxonomia e fitoplâncton.

Ao subitem 13.2 - DA EMPRESA VENCEDORA fica incluída a seguinte condição:

1. A licitante vencedora deverá apresentar certificado de acreditação do INMETRO ou a certificação da FATMA, nos termos previstos pelo artigo 21 da Portaria MS 2914/2011.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 12/01/2015 as 08h00min a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão ficará marcada para as 08h10min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 10 de dezembro de 2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 49/2014**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 49/2014 - Altera a Lei n.º 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Marcelo Luiz Ferrari

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que tem por objetivo alterar a Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013 - que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017, ante a necessidade de reprogramar as ações e projetos de modo a acompanharem os resultados.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 09 de dezembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no mesmo dia, em Sessão Ordinária.

No dia 10 de dezembro, essa Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária exarando seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

A matéria ora em comento está de acordo com as Leis n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e n.º 101/2000, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, vislumbrando-se, desta feita, que a proposição apresenta-se corretamente proposta.

III) CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Douglas Emanuel Marchetti

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 10 de Dezembro de 2014.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Membro

Marcelo Luiz Ferrari

Relator

PARECER COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 50/2014

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 50/2014 - Altera a Lei n.º 2.680, de 28 de outubro de 2013, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2014.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator: Vereador Marcelo Luiz Ferrari

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2014.

Narra à exposição de motivos do projeto que se faz necessária a adequação da LDO ante necessidade de se acrescentar valor de superávit e das alterações orçamentárias de diversas atividades da administração.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 09 de dezembro, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no mesmo dia, em sessão ordinária. No dia 10 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião extraordinária, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se que o presente projeto atende aos preceitos legais da Lei Federal n.º 4.320/64, que rege a contabilidade pública, e da Lei Complementar Federal n.º 101/00, que dispõe acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como atende o disposto no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal, sendo pertinente, portanto sua aprovação.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Douglas Emanuel Marchetti
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 10 de Dezembro de 2014.

Douglas Emanuel Marchetti	
Presidente	
Fabricio Dalcastagné	Marcelo Luiz Ferrari
Membro	Relator

PARECER COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI N.º 51/2014

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 51/2014 - Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2014, da Administração Direta e Indireta.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator: Vereador Marcelo Luiz Ferrari

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que Autoriza a anulação, suplementação de valores e abertura de crédito suplementar em dotações orçamentárias no orçamento-programa 2014, da Administração Direta e Indireta.

O projeto foi protocolizado nesta Secretaria Legislativa no dia 09 de dezembro corrente, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no mesmo dia, em sessão ordinária. No dia 10 de dezembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando o parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Como bem salientado na exposição de motivos, se fazem necessários ajustes para adequar à Lei Orçamentária Anual a fim de possibilitar o empenhamento correto das despesas. No caso concreto, a proposição visa anular crédito orçamentário no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de saldos existentes nas dotações dos órgãos da Administração Direta (Fundo Municipal de Turismo) e, à conta de tal anulação, abrir crédito suplementar do mesmo valor nas dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Indireta (Fundação Cultural de Timbó).

As alocações pretendidas neste projeto não encontram óbice quando se destaca a fonte e consequente destinação de recursos, estando em conformidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Timbó e, por conseguinte, com a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, que rege a contabilidade pública e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.
Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:
Vereador Douglas Emanuel Marchetti
Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 10 de Dezembro de 2014.

Douglas Emanuel Marchetti	
Presidente	
Fabricio Dalcastagné	Marcelo Luiz Ferrari
Membro	Relator

Treze Tílias**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2014**

EXTRATO DE CONTRATO 82/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: TECNO 200 INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de mobiliário e colchonetes para as creches em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico e nos respectivos termo de referência e proposta vencedora.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico 31/2013 / Registro de Preços.

Processo administrativo nº 23034.007211/2012/23

Fonte de recursos: FNDE

Dotação: 44.90.00.00.00.00

VIGÊNCIA: 12 meses contados a partir da data de assinatura.

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.850.00 (Quatro mil, oitocentos e cinquenta reais)

DATA ASSINATURA: 15/07/2014.

TREZE TÍLIAS, 02 de Novembro de 2014.

Tunápolis**PREFEITURA****PROCESSO 128.2014 LEILÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 128/2014

Edital de Leilão nº 04/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Leilão Público Presencial de Materiais e Equipamentos inservíveis para o Município.

Entrega das propostas a partir das 10h30min horas do dia 29/12/2014.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49)332-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 09 de Dezembro 2014

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo**PREFEITURA****DECRETO 62/2014**

DECRETO Nº 062/14, de 08 de Dezembro de 2014.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) assim classificados:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA - PLAMAS

10.302.0049.2.052 - MANUTENÇÃO DO PLAMAS

3.3.90.00.00.00.00.01.0080 (0001) - Aplicações Diretas
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0080 no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de dezembro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga**PREFEITURA****ERRATA EXTRATO DE CONTRATO N. 02/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ
Errata do Extrato do Termo Aditivo Contrato n.º 02/2014
Onde se lê: Valor Global do Aditivo: R\$ 12.968,11
Leia-se: Valor Global do Aditivo: R\$ 38.643,11
Publicado no DOM SC Nº 1627 de 02/12/2014.

LEI 2.696

LEI Nº 2.696, de 09 de dezembro de 2014.

Altera dispositivos da Lei nº 1.767/01, que estabelece a estrutura administrativa do Poder Executivo, e dá outras providências.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º A alínea 'f' do inciso IV do art. 1º da Lei nº 1.767, de 1º de março de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º...

...

IV - ...

...

...

...

f) Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Os arts. 21-A, 21-B e 21-C, da Lei nº 1.767, de 1º de março de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21-A. A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão responsável pela execução das atividades de supervisão dos serviços de assistência, promoção e recuperação social, habitação de natureza social e outras atividades que lhe são inerentes.

Art.21-B. São subordinados diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - Departamento de Desenvolvimento Social;

II - Departamento de Coordenação Comunitária.

Art. 21-C. São vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social;

I - Conselho Municipal de Assistência Social, criado pela Lei nº 1.557, de 14 de março de 1996;

II - Conselho Municipal de Entorpecentes, criado pela Lei nº 1.555, de 1º de março de 1996.

Art. 2º As despesas inerentes à execução desta lei correm às expensas do orçamento vigente do Município.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI 2.697

LEI Nº 2.697, de 09 de dezembro de 2014.

Dispõe sobre a Lei Municipal de Assistência Social e institui a Política Municipal de Assistência Social em Urussanga, na Perspectiva do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Do Órgão da administração municipal responsável pela coordenação da política municipal de assistência social

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Assistência Social é o Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. À Secretaria Municipal de Assistência Social compete:

- I - coordenar e articular as ações no campo da assistência social, no âmbito do Município;
- II - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social a Política Municipal de Assistência Social, suas normas gerais, bem como critérios de prioridade e de elegibilidade, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;
- III - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, de acordo com os princípios e diretrizes definidos na Política Municipal de Assistência Social;
- IV - elaborar e encaminhar a proposta orçamentária da assistência social;
- V - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social;
- VI - encaminhar à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social relatórios semestrais e anuais de atividades e de aplicação financeira dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;
- VII - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações de assistência social, nos limites de suas atribuições;
- VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro das entidades e organizações de assistência social abrangidas pelo Município;
- IX - formular política para qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;
- X - desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação das proposições para a área;
- XI - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas socioeconômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas;
- XII - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- XIII - elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social;
- XIV - operar os benefícios eventuais previstos na legislação relativa à assistência social.

Dos Princípios

Art. 3º. A Política de Assistência Social, no Município de Urussanga, reger-se-á pelos seguintes princípios democráticos:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Das Diretrizes da Assistência Social

Art. 4º. A organização da Assistência Social, no Município de Urussanga, tem as seguintes diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social:

I - descentralização político administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

IV - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

Dos Objetivos da Assistência Social

Art. 5º. A Política Pública de Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, objetivando:

I - prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

II - contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;

III - assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Dos Usuários da Assistência Social

Art. 6º. Constitui o público usuário da política de Assistência Social, os cidadãos e grupos de cidadãos que se encontrem em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

I - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade e sociabilidade;

II - perdas de ciclos de vida;

III - que apresentem identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;

IV - que estejam em desvantagem pessoal resultante de deficiências;

V - que sejam excluídos pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas;

VI - pelo uso de substâncias psicoativas;

VII - pelas diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, de grupos e de indivíduos;

VIII - pela inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;

IX - pelas estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Das Estratégias da Assistência Social

Art. 7º. A Política Municipal de Assistência Social, por meio do Poder Público, deverá adotar as seguintes estratégias:

I - desenvolvimento da capacidade gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social, redesenhando o modelo de gestão e capacitando gestores, conselheiros e trabalhadores da área e outros atores sociais;

II - fortalecimento dos conselhos, conferências e fóruns de assistência social, como espaço de democratização e garantia de participação popular no controle social;

III - efetivação de fontes de financiamento que garantam a sustentabilidade da Política Municipal de Assistência Social;

IV - construção de um Sistema de Informação com vistas à promoção de ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos da área, contribuindo para o exercício da cidadania;

VI - publicização dos padrões de qualidade estabelecidos para as políticas setoriais de atenção a família, criança, adolescente, idoso e pessoas com deficiência;

VII - Elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Assistência Social.

Da Gestão da Política Municipal de Assistência Social

Art. 8º. A gestão da Política Municipal de Assistência Social realizar-se-á de forma descentralizada, participativa e com primazia da responsabilidade do Estado na sua condução que se explicita nas seguintes diretrizes:

I - reestruturação do órgão da assistência social com capacidade técnica e gerencial adequadas à implantação do Sistema Único de Assistência Social, de acordo com a Norma Operacional Básica da Assistência Social;

II - estabelecimento e/ou revisão da Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social e Lei de Criação do Fundo Municipal de Assistência Social;

III - formulação do Plano Municipal de Assistência Social, de forma descentralizada e participativa, que explicita prioridades, estratégias e metas da política municipal de assistência social, com acompanhamento sistemático e aprovação do pleno do Conselho Municipal de Assistência Social;

IV - pactuação Anual e Plurianual do Plano Municipal de Assistência Social com o Conselho Municipal de Assistência Social, que operacionalize as políticas e diretrizes da área social definidas em conjunto com a sociedade por intermédio das instâncias de controle social;

VI - comando Único, com funções de articulação intersetorial, formulação da política de assistência social e gestão de benefícios, serviços, programas e projetos próprios, como forma de evitar a superposição de ações, desperdício de recursos e potencializar a interlocução com a sociedade.

VII - formulação da Política Municipal para qualificação sistemática de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Assistência Social e dos trabalhadores da área social;

VIII - articulação com outras políticas públicas de âmbito municipal com vistas à inclusão dos destinatários da assistência social;

IX - destinação de Recursos Financeiros para o custeio e efetivação do pagamento de benefícios eventuais, com previsão orçamentária no PPA, LDO e Orçamento anual da Assistência Social.

Da Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 9º. A Secretaria Municipal de Assistência Social tem por finalidade:

I - formular, coordenar e avaliar a política municipal de assistência Social, visando conjugar esforços dos setores governamental e da sociedade civil, no processo de desenvolvimento social do município;

II - realizar e consolidar pesquisas e sua difusão, visando a

promoção do conhecimento no campo da assistência social;

III - promover o fortalecimento das organizações da sociedade civil, como direito legítimo do exercício da cidadania;

IV - implantar e implementar um sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio dos Conselhos e das Conferências de Assistência Social realizadas a cada biênio; da publicização de dados e informações referentes às demandas e necessidades, da localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social; de canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetido a controle social, através de audiências públicas; mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais; conselhos paritários de monitoramento de direitos socioassistenciais; conselhos de gestão dos serviços;

V - prestar apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social e aos conselhos afins, em suas atividades específicas, com destinação de recursos físicos, financeiros e humanos para o exercício democrático do controle social;

VI - apoiar as associações de bairros e outras formas de organização que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida da população;

VII - garantir acesso aos direitos socioassistenciais a todos os que deles necessitarem;

VIII - promover as atividades de levantamento e cadastramento atualizando a força de trabalho no município;

IX - estabelecer um sistema de gestão de pessoas por meio, entre outros, da contínua capacitação de gestores e dos agentes operadores das ações de assistência social;

X - promover articulação de cobertura com as demais políticas sociais e econômicas, em especial as de Seguridade Social, integrando objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos em rede hierarquizada e territorializada, pela complexidade dos serviços e em parceria com organizações e entidades de assistência social;

XI - referenciar normas operacionais básicas que estabeleçam padrões de desempenho, padrões de qualidade e referencial técnico-operativo da Secretaria Municipal de Assistência Social;

XII - implantar um Sistema ascendente de planejamento através do Plano Anual e Plurianual de Assistência Social que detalhem a aplicação da Política Municipal de Assistência Social, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XIII - promover a defesa socioassistencial para acolhida de manifestação de interesses dos usuários, ações de preservação de seus direitos e adoção de medidas e procedimentos nos casos de violação aos direitos socioassistenciais pela rede de serviços e atenções;

XIV - promover articulação interinstitucional entre competências e ações com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, em específico com aqueles de defesa de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, entre outros.

Das Competências das Instâncias de Controle Social de Assistência Social

Art. 10. O Conselho Municipal de Assistência Social tem como principais atribuições:

I - deliberar e fiscalizar a execução da Política Municipal de Assistência Social e seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas na Conferência Municipal de Assistência Social que deverá acontecer a cada dois anos;

II - aprovar o PPA da área da Assistência e o Plano Municipal de Assistência Social anualmente;

III - apreciar e aprovar a proposta orçamentária para a área social e o plano de aplicação do fundo, com a definição dos critérios de partilha dos recursos, exercidas em cada instância em que estão estabelecidos;

IV - normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social, prestados pela rede socioassistencial, que inclui entidades governamentais e da sociedade civil, definindo

os padrões de qualidade de atendimento e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros.

Do Financiamento da Assistência Social

Art. 11. O financiamento da Assistência Social, no Município de Urussanga, dar-se-á da seguinte forma:

I - o Poder Executivo Municipal deverá investir, no mínimo, 3% (três por cento), do total da arrecadação anual, do Município de Urussanga, no Fundo Municipal de Assistência Social, em face da extrema relevância de, efetivamente, instituir-se o co-financiamento, em razão da demanda e exigência de recursos, para a execução da Política Municipal de Assistência Social.

Da Gestão dos Recursos da Assistência Social

Art. 12. A gestão dos recursos terá como referência os Planos Anual e Plurianual de Assistência Social, e será acompanhada sistematicamente pelo Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de demonstrativos orçamentários trimestrais, sem prejuízo dos órgãos de controle interno e externo.

Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 13. O Plano Municipal de Assistência Social será elaborado anualmente e será pactuado com o Conselho Municipal de Assistência Social, devendo conter, entre suas metas:

I - a reestruturação e reorganização da Secretaria de acordo com as diretrizes nacionais;

II - previsão de Financiamento para sustentabilidade da Secretaria de no mínimo 3% (três por cento), do total da arrecadação municipal;

III - apoio técnico e financeiro a serviços, programas e projetos de enfrentamento a pobreza em âmbito nacional;

IV - ações de fortalecimento do Conselho Municipal de Assistência Social com previsão de recursos alocados no Orçamento Municipal (LDO);

V - apoio a eventos, fóruns e conferências da assistência social e áreas afetas, com destinação de recursos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - construção e manutenção dos sistemas de informação, monitoramento e avaliação de impacto dos benefícios, serviços, programas e projetos de enfrentamento a pobreza.

VII - parcerias com universidades e núcleos de ensino e pesquisa e organizações congêneres para o desenvolvimento de estudos e pesquisas afetas a área da Assistência Social;

VIII - pactos regionais para programas de enfrentamento a pobreza;

IX - elaboração e publicização de indicadores e padrões sociais de qualidade para as políticas setoriais de atenção a família, criança, adolescente, idoso e pessoas com deficiência.

Da Informação, Do Monitoramento e Da Avaliação

Art. 14. A formulação e a implantação de sistemas de monitoramento, de avaliação e de informação, em assistência social, são providências urgentes e ferramentas essenciais a serem desenhadas para a consolidação da Política Municipal de Assistência Social e para a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em Urussanga, assim sendo, são objetivos deste sistema:

I - criação de sistema oficial de informação que possibilite a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a implementação da Política Municipal de Assistência Social;

II - implantação de gerência para acompanhamento dos planos de

monitoramento e avaliação da Secretaria Municipal de Assistência Social, que deverá ser coordenada por servidor efetivo da área social qualificado para o exercício da função e que seja submetido à aprovação do pleno do Conselho Municipal de Assistência Social, que deverá estabelecer critérios para escolha do postulante ao cargo, de acordo com as diretrizes da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos;

III - implantação de políticas articuladas de informação, monitoramento e avaliação que realmente promovam novos patamares de desenvolvimento da política de assistência social, das ações realizadas e da utilização de recursos, favorecendo a participação, o controle social e uma gestão otimizada da política;

IV - fortalecimento da democratização da informação, na amplitude de circunstâncias que perfazem a política de assistência social;

V - criação de sistemas de informação, que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social, e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial, com a definição de indicadores específicos de tal política pública;

VI - implantação de sistemáticas de monitoramento e avaliação e sistemas de informações para a área de planejamento institucional, onde aparecem como componente estrutural do sistema descentralizado e participativo, no que diz respeito aos recursos e sua alocação, aos serviços prestados e seus usuários;

VII - construção de ferramentas informacionais para a realização da política pública de Assistência Social em Urussanga, que efetivamente incida em níveis de visibilidade social, de eficácia e que resulte na otimização político-operacional necessária para a política pública;

VIII - maximização da eficiência, eficácia e efetividade das ações de assistência social;

IX - desenvolvimento de sistemáticas específicas de avaliação e monitoramento para o incremento da resolatividade das ações, da qualidade dos serviços e dos processos de trabalho na área da assistência social, da gestão e do controle social;

X - construção de indicadores de impacto, implicações e resultados da ação da política e das condições de vida de seus usuários;

XI - definição da informação, da avaliação e do monitoramento como setores estratégicos de gestão social, cessando com uma utilização tradicionalmente circunstancial e tão somente instrumental deste campo, o que é central para o ininterrupto aprimoramento da política de assistência social em Urussanga.

Art. 15. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá regulamentar, em âmbito local, a concessão e o valor dos benefícios eventuais estabelecidos pela legislação relativa à assistência social.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI 2.698

LEI Nº 2.698, de 09 de dezembro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de cessão de uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, e dá outras providências.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bens patrimoniais com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, sediado no Município de Urussanga, de um utilitário de marca I/M. BENZ, modelo CDI SPR TCA AMBULÂNCIA, cor vermelha, combustível diesel, ano de fabricação 2014 e modelo 2014, placa MLI 4719, chassi nº 8AC906633EE095246, Renavam nº 1027064849, com todos os equipamentos obrigatórios, adquiridos com recursos do FUNREBOM-PM.

Parágrafo Único. Os bens descritos no "caput", deste artigo destinam-se exclusivamente para a execução dos serviços de bombeiros.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 09 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos nove dias do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 100/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 100/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOZ0206	55935629	09/07/2002	69200	233	127.69
ICN3933	55935635	15/07/2002	60410	207	127.69
LXC8949	55935669	10/07/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LXE0055	55935819	09/07/2002	64080	221	85.12
LXQ0673	55935960	09/07/2002	60500	208	191.53
LYR6750	55935913	08/07/2002	69200	233	127.69
LYX8210	55935853	11/07/2002	50450	162 * V	191.53
MAD3122	55935636	15/07/2002	60500	208	191.53
MAG4530	55935668	06/07/2002	58350	195	127.69
MAG4530	55935668	06/07/2002	60500	208	191.53
MAG4530	55935668	06/07/2002	66530	230 * XI	127.69
MAS4126	55935956	06/07/2002	57380	186 * II	191.53
MBE8058	55935226	06/07/2002	65990	230 * V	191.53
MEY1740	55935642	20/07/2002	58350	195	127.69
MEY1740	55935642	20/07/2002	70300	244 * I	191.53
MEY1740	55935643	20/07/2002	70480	244 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 103/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 103/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR2334	55934539	01/08/2002	69200	233	127.69
LWT8456	55935648	27/07/2002	60500	208	191.53
LXV7175	55934538	29/07/2002	55410	181 * XVII	53.20
LYC2069	55935647	27/07/2002	60500	208	191.53
LYM7733	55935649	27/07/2002	60500	208	191.53
LYU5782	55935650	30/07/2002	69200	233	127.69
MBH7711	55936004	03/08/2002	52740	175	191.53
MBH7711	55936004	03/08/2002	51690	165	957.69
MBO0597	55936003	03/08/2002	51690	165	957.69
MBW8159	55935833	02/08/2002	55410	181 * XVII	53.20
MDM7610	55936002	30/07/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MFN0008	55935832	31/07/2002	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 108/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 108/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BHS4241	55935379	11/09/2002	69200	233	127.69
BYM3377	55934889	12/09/2002	69200	233	127.69
CGS0631	55935680	11/08/2002	54600	181 * IX	85.12
KNJ0550	55936016	13/09/2002	69200	233	127.69
LXZ1789	55936015	13/09/2002	73660	252 * VI	85.12

LYL1169	55934732	17/09/2002	53980	181 * II	53.20
LZM2197	55934888	12/09/2002	69200	233	127.69
MBA0360	55935690	10/09/2002	66370	230 * IX	127.69
MBA6401	55935691	13/09/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 112/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 112/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAP0934	55936023	04/10/2002	69200	233	127.69
MCP9320	55936028	08/10/2002	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 120/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 120/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIT6229	55936035	04/12/2002	69200	233	127.69
LWS9537	55936036	04/12/2002	69200	233	127.69
LXI5336	55935926	05/12/2002	69200	233	127.69
LXI8756	55936101	07/12/2002	51690	165	957.69
LYC0330	55935848	04/12/2002	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 136/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 136/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BPI5224	55935398	28/03/2003	69200	233	127.69
LYC8918	55934744	25/03/2003	55410	181 * XVII	53.20

LZN0932	55935943	26/03/2003	69200	233	127.69
MDA7980	55936061	28/03/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 142/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 142/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BVM2095	55936403	09/05/2003	69200	233	127.69
EDU4311	55936159	11/05/2003	60250	206 * IV	191.53
EDU4311	55936159	11/05/2003	65990	230 * V	191.53
LXG8806	55936202	02/05/2003	55410	181 * XVII	53.20
MBN0442	55935350	05/05/2003	69200	233	127.69
MBY1271	55935574	15/05/2003	65990	230 * V	191.53
MDK4882	55935702	17/05/2003	69120	232	53.20
MDK4882	55935702	17/05/2003	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 161/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 161/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CRE0392	55936273	16/09/2003	69200	233	127.69
LXA2517	55936169	16/09/2003	69200	233	127.69
MBV6020	55936318	19/09/2003	69200	233	127.69
MCT0600	55593819	15/09/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 168/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 168/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADU2228	55936092	17/11/2003	69200	233	127.69
AEY9938	55936086	05/11/2003	69200	233	127.69
LZN7357	55935722	20/11/2003	69120	232	53.20

MAN6535	55593849	06/11/2003	69200	233		127.69
MBY9640	55936428	13/11/2003	55410	181	* XVII	53.20
MCB8508	55593846	04/11/2003	69200	233		127.69
MCL0510	55934937	20/11/2003	66370	230	* IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 34/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 34/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BZC0129	55028456	26/03/1999	60500	208	191.53
HT805	55028264	28/03/1999	50100	162 * I	574.61
LWW2305	55028213	14/03/1999	70300	244 * I	191.53
LWW4248	55028318	15/02/1999	65990	230 * V	191.53
LWW4248	55028318	15/02/1999	50100	162 * I	574.61
LWZ7128	55027985	02/02/1999	50100	162 * I	574.61
LWZ8089	55026444	16/02/1999	52740	175	191.53
LXD2603	55028162	02/04/1999	70300	244 * I	191.53
LXF4355	55028459	03/04/1999	70300	244 * I	191.53
LXF4355	55028460	03/04/1999	65560	230 * I	191.53
LXF4355	55028459	03/04/1999	69120	232	53.20
LXT1038	55028028	14/03/1999	70300	244 * I	191.53
LXT4240	55028313	06/02/1999	70300	244 * I	191.53
LXW2970	55026817	29/01/1999	55250	181 * XV	85.12
LXW5983	55027747	09/04/1999	59910	206 * I	191.53
LXW5983	55027747	09/04/1999	50100	162 * I	574.61
LYJ2576	55027739	22/02/1999	53980	181 * II	53.20
LYL4366	55026823	14/02/1999	55250	181 * XV	85.12
LYU3808	55028338	02/06/1999	60500	208	191.53
LYX0873	55027743	16/03/1999	59910	206 * I	191.53
LYX8521	55026824	26/03/1999	69120	232	53.20
LZB8273	55028369	13/03/1999	60500	208	191.53

LZF2535	55028465	13/05/1999	59670	203 * V	191.53
LZK3878	55028334	13/05/1999	57620	188	85.12
LZN1276	55028501	01/05/1999	57380	186 * II	191.53
MAA6360	55026822	28/02/1999	69120	232	53.20
MAA8632	55027989	06/02/1999	70480	244 * II	191.53
MAB8439	55027990	14/02/1999	70300	244 * I	191.53
MAE6816	55028263	28/03/1999	50100	162 * I	574.61
MAH9854	55028164	18/04/1999	60500	208	191.53
MAP2050	55028337	02/06/1999	59670	203 * V	191.53
MBL8830	55028218	05/05/1999	59400	203 * III	191.53
MDY7390	55027440	28/02/1999	70300	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 36/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 36/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXX3990	55028340	14/06/1999	60500	208	191.53
LYS2619	55028341	26/06/1999	52070	169	53.20
LYX7314	55026829	06/06/1999	58350	195	127.69
LZW9766	55028385	20/05/1999	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 44/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 44/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOF6726	55934127	10/05/2000	73660	252 * VI	85.12
LXG9922	55026836	22/04/2000	69120	232	53.20
LXZ7535	55028539	02/05/2000	52070	169	53.20
LYI1415	55028480	08/06/2000	58350	195	127.69
LZZ0142	55934131	31/05/2000	60410	207	127.69
MAZ4447	55028532	06/04/2000	60500	208	191.53
MBQ0339	55934085	24/03/2000	73400	252 * IV	85.12
MDP7180	55934129	11/05/2000	73660	252 * VI	85.12
MEC0350	55028177	22/04/2000	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 448/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 448/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXQ6118	54964625B	09/01/2008	55410	181 * XVII	53.20
LXX5301	55679978B	30/04/2008	69200	233	127.69
LYJ9928	55680014B	16/05/2008	69200	233	127.69
LYQ2595	54964442B	07/12/2007	69200	233	127.69
LYV5667	54964150B	11/01/2008	69200	233	127.69
LYW4099	54964421B	26/11/2007	55410	181 * XVII	53.20
MAN0244	54964968B	28/02/2008	69200	233	127.69
MBA6280	54964489B	16/01/2008	69200	233	127.69
MCB8016	54963943B	25/10/2007	70300	244 * I	191.54
MCL6158	54964332B	13/12/2007	69200	233	127.69
MCN8756	54964660B	04/12/2007	69200	233	127.69
MCV4779	54964679B	25/01/2008	69200	233	127.69
MDR0436	55680183B	30/05/2008	50450	162 * V	191.54
MDR5989	54964338B	19/12/2007	69200	233	127.69
MEC8279	54964677B	16/01/2008	69200	233	127.69
MFP7649	54964573B	21/01/2008	55410	181 * XVII	53.20
MFY5580	54964902B	12/02/2008	69200	233	127.69
MGE0818	54964484B	02/01/2008	65480	229	85.13
MGG8038	54964593B	04/03/2008	55410	181 * XVII	53.20
MKF6170	54964713B	05/03/2008	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 73/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 73/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXM8691	55935467	01/01/2002	51690	165	957.69
LXX7539	55934676	14/01/2002	56730	183	85.12
LZO7392	55934675	02/01/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 83/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 83/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKQ1980	55934792	09/03/2002	64080	221	85.12
MBU5327	55934716	12/03/2002	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 451/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 451/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

COO3121	54594660C	22/08/2008	69200	233
KOM5370	54594806C	20/08/2008	60412	207
LYU4724	54595016C	13/08/2008	69200	233
LYY5196	54594661C	25/08/2008	69200	233
MFV1081	54594803C	05/08/2008	54600	181 * IX
MHP7510	54594616C	02/08/2008	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 662/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 662/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GPU8985	55456182C	08/07/2011	69200	233
LZL9674	55048158D	25/07/2011	55411	181 * XVII
MHF2343	55456318C	07/07/2011	52070	169
MHF2343	55456319C	07/07/2011	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 682/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 682/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DML6950	55048228D	20/09/2011	55414	181 * XVII
LXS3317	55048355D	21/09/2011	69200	233
LXV0716	55048088D	27/09/2011	69200	233
MAL9087	55455724C	21/01/2011	69200	233
MAU4563	55455864C	26/01/2011	69200	233
MCY0014	55048094D	27/09/2011	69200	233
MEJ2784	55048363D	27/09/2011	69200	233
MEP7851	55048089D	27/09/2011	69200	233
MGS8112	55048092D	27/09/2011	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 684/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 684/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIJ9127	55456390C	04/10/2011	69200	233
AIY2677	55048305D	25/10/2011	51851	167
BOY1834	55048264D	04/10/2011	69200	233
BWA0452	55048265D	04/10/2011	69200	233
DET6167	55048266D	04/10/2011	69200	233
DID9623	55456398C	10/10/2011	69200	233
EBC5876	55048369D	27/10/2011	55411	181 * XVII
IDB3747	55048234D	10/10/2011	69200	233
LXA0699	55048242D	19/10/2011	69200	233
LXF9756	55048010D	09/09/2011	69200	233
LZH2994	55048232D	10/10/2011	69200	233
MBL5947	55456416C	14/10/2011	69200	233
MCP9140	55048100D	21/10/2011	69200	233
MED8530	55456394C	10/10/2011	69200	233
MGG4412	55456417C	14/10/2011	69200	233
MGV6007	55048359D	27/09/2011	69200	233
MIP7641	55048258D	20/09/2011	55414	181 * XVII
MIR2696	55456400C	13/10/2011	50100	162 * I
MKD6010	55455987C	25/10/2011	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 897/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 897/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CDM3047	54756320E	18/10/2013	69200	233
LXE0147	54756597E	13/11/2013	59401	203 * III
MEK6998	54756638E	13/11/2013	65992	230 * V
MHG6185	54756641E	13/11/2013	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVENBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 983/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 983/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CSE5051	54759279E	08/10/2014	50450	162 * V
CSE5051	54759197E	08/10/2014	64080	221
DRN2641	54759049E	15/09/2014	73662	252 * VI
IGU3843	54759606E	01/10/2014	51851	167
LZN7902	54759256E	16/09/2014	50100	162 * I
LZN7902	54759255E	16/09/2014	65992	230 * V
MBO1535	54759111E	17/09/2014	51851	167
MDI9563	54758941E	23/09/2014	65992	230 * V
MET3379	55049075D	09/10/2014	51851	167
MFJ3628	54759257E	16/09/2014	66102	230 * VII
MHF5178	54759281E	10/10/2014	51691	165
MHS2473	55049499D	15/09/2014	57461	187 * I
MKB0926	54759612E	09/10/2014	51851	167
MKO5019	54759713E	08/10/2014	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

Vargem Bonita

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 088/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2014

CONTRATANTE: Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini.

CONTRATADA: AMMANN DO BRASIL - EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.143.836/0001-12 e Inscrição Estadual sob o nº. 0570304369, com sede à Av. Ely Correa, 2500 - Sítio do Sobrado - Gravataí - RS, neste ato representado pelo seu Representante Legal Sr. Gilvan Medeiros Pereira.

Nos termos do Processo Licitatório nº 028/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº. 022/2014 firmam o presente, mediante as Cláusulas estabelecidas na íntegra do instrumento Contratual.

OBJETO: Aquisição de um (01) Rolo Compactador de Solo - Vibratório, marca AMMANN, modelo ASC110HT, de fabricação nacional, ano de fabricação 2014, com as seguintes especificações: tração nas rodas e no cilindro, motor turbo de 4 cilindros movido a diesel, com potência de 160 HP; peso operacional de 15434 kg; Módulo dianteiro de operação do cilindro Liso com peso de 7.360 Kg; Impacto dinâmico total em amplitude alta de no 31.000 Kgf e em amplitude baixa de 18.000 Kgf; frequência de vibração em amplitude alta de 35HZ, com largura de rolagem de 2,13m, capacidade de subida de rampa de 60%, eixo traseiro com limitador de derapagem (patinagem); sistema de freios de serviço, emergência e estacionamento, cabinado de fábrica, com cabine fechada (rops/fops) e ar condicionado (quente e frio) e demais equipamentos de segurança exigidos pela legislação de trânsito, garantia de 01 (um) ano sem limite de horas. Pneus novos, tipo trator/agrícola 23.1x26 com no mínimo 12 lonas. Alarme sonoro de ré, sistema de iluminação com faróis de trabalho dianteiros e traseiros, caixa de ferramentas e espelhos retrovisores, e demais itens e características, obedecendo as especificações técnicas de cada marca e modelo, e de acordo com a Ficha Técnica específica da fábrica; (CONVÊNIO Nº 2014/TR 000018 - FUNDAM/SC).

Valor: R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil Reais).

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato.

Vargem Bonita, 30 de Abril de 2014.

Melânia Roman Meneghini
Prefeita Municipal de Vargem Bonita
CONTRATADA

Gilvan Medeiros Pereira
CONTRATADO

Videira

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N. 0651/14

Extrato do Contrato n. 0651/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSANE DE FATIMA GONÇALVES

CPF: 020.464.979-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILEI APARECIDA VAIS DIAS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 04 de novembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0658/14

Extrato do Contrato n. 0658/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIA DA SILVA

CPF: 061.532.209-32

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de novembro de 2014 a 30 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0662/14

Extrato do Contrato n. 0662/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MÁRCIO GONÇALVES DOS SANTOS

CPF: 025.092.309-21

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de novembro de 2014 a 31 de março de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0143/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0143/2014

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0651/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANE DE FATIMA GONÇALVES

CPF: 020.464.979-02

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 21 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 1496/14

PORTARIA nº 1.496/14

Revoga a Portaria nº 0825/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2014, a Portaria nº 0825/14, que designou ROQUE TREVIZZAN, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2014.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1498/14

PORTARIA nº 1498/14

Designa Roque Trevizzan para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar ROQUE TREVIZZAN, Trabalhador Braçal, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Limpeza de Passeios, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Videira, 04 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1503/14

PORTARIA nº 1.503/14

Revoga a Portaria nº 0500/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 30 de janeiro de 2015, a Portaria nº 0500/14, que designou SILVANA MATILDE DA SILVA DALLA COSTA, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2015.

Videira, 09 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1504/14

PORTARIA nº 1504/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 130/12, a vista do que consta no Processo Administrativo nº 20660/2014,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora JULIANA ROVEDA KUHL, Professora, a partir do dia 27 de novembro de 2014 até 26 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 27 de novembro de 2014.

Videira, 09 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 - FME

O Prefeito Municipal de Videira, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2014 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NOS CAMPEONATOS MUNICIPAIS DE FUTEBOL E FUTSAL, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até às 13:30 horas do dia 05/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 163/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE FARDAMENTOS PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até às 13:30 horas do dia 28/01/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 03/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DE APURAÇÃO DO RESULTADO GERAL DAS PROPOSTAS TÉCNICAS REFERENTE À CONCORRÊNCIA Nº 03/2014-PMV

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, às catorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1.366/2014, para apuração do resultado geral das propostas técnicas relativas à Concorrência nº 03/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PROFISSIONAIS AO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME LEI FEDERAL Nº 12.232/2010 E DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO §1º DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Não foi constatada a presença nesta reunião de nenhum dos membros efetivos da Subcomissão Técnica, bem como de seus possíveis substitutos, cujos nomes constam do resultado do sorteio publicado no DOM/SC em 23 de setembro de 2014.

Procedendo-se à identificação dos representantes credenciados, registrou-se a participação das seguintes empresas:

1) Foco Propaganda Ltda, neste ato representada por seu sócio administrador, o Sr. Osmar Wilhner;
2) Agência de Publicidade TIG Ltda, neste ato representada pelo Sr. Alencar Pedro Tiepo, através de carta de credenciamento;
3) Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda - ME, neste ato representada por seu procurador, o Sr. Anderson Sulchinski;
4) Vale Mais Comunicação Ltda, não representada neste ato;
Aberta a sessão foi comunicado que a Subcomissão Técnica concluiu os seus trabalhos no dia 26 de novembro de 2014, entregando à CPL a ata de julgamento dos quesitos e as planilhas com as pontuações no dia 1º de dezembro de 2014. Assim, tendo em vista as informações recebidas da Subcomissão Técnica, deu-se a abertura dos invólucros nº 2 (Proposta Técnica: via identificada do Plano de Comunicação Publicitária), em atendimento ao item 13.3 "b", sendo seu conteúdo visto pelos presentes. Ato contínuo, procedeu a Comissão ao cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do Plano de Comunicação Publicitária das empresas participantes, conforme 13.3 "c". De posse das informações enviadas pela Subcomissão Técnica, a CPL elaborou a planilha geral com a pontuação atribuída a cada um dos quesitos de cada proposta técnica, conforme tabela abaixo:

PROPOSTA TÉCNICA	Trilha	TIG	Foco	Vale Mais
7.2.1 Plano de Comunicação Publicitária 65 (sessenta e cinco)	58	54	54	46
7.2.1.1 – Raciocínio Básico 10 (dez)	08	09	07	06
7.2.1.2 – Estratégia de Comunicação Publicitária 25 (vinte e cinco)	21	20	22	16
7.2.1.3 – Idéia Criativa 20 (vinte)	19	15	15	14
7.2.1.4 – Estratégia de Mídia e Não Mídia 10 (dez)	10	10	10	10
7.2.2 Capacidade de Atendimento 15 (quinze)	10	15	15	15
7.2.3 Repertório 10 (dez)	10	10	10	10
7.2.4 Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação 10 (dez)	10	10	10	10

Após a elaboração da planilha geral, passou a CPL ao cálculo da Pontuação Técnica das licitantes, tendo sido apurada as seguintes notas:

LICITANTE	PONTUAÇÃO TÉCNICA	SITUAÇÃO
Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda - ME	88	CLASSIFICADA
Agência de Publicidade TIG Ltda	89	CLASSIFICADA
Foco Propaganda Ltda	89	CLASSIFICADA
Vale Mais Comunicação Ltda	81	CLASSIFICADA

Constatado o empate na pontuação técnica entre as empresas Agência de Publicidade TIG Ltda e Foco Propaganda Ltda, mesmo após a análise contida no item 7.5 para desempate, nos termos da alínea "f" do item 13.3 efetuou-se o sorteio, conforme previsto no item 7.6, obtendo-se a seguinte ordem de classificação:

LICITANTE	PONTUAÇÃO TÉCNICA	SITUAÇÃO
Agência de Publicidade TIG Ltda	89	1ª CLASSIFICADA
Foco Propaganda Ltda	89	2ª CLASSIFICADA
Agência Trilha Publicidade e Propaganda Ltda - ME	88	3ª CLASSIFICADA
Vale Mais Comunicação Ltda	81	4ª CLASSIFICADA

Ressalta-se que o referido sorteio obedece às formalidades do

edital, sendo que a classificação final será definida após a abertura das propostas de preços, analisando os itens 09 e 10 do edital, restando vencedor o proponente que obtiver a MAIOR MÉDIA PONDERADA (10.3). De acordo com o item 22.6 do edital, o julgamento das propostas técnicas será publicado no DOM/SC no dia 11/12/2014. Fica designada a data para abertura das propostas de preços para o dia 19/12/2014, às 14:00 hrs, desde que não haja interposição de recursos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais presentes.

Videira, 10 de dezembro de 2014.

INPREVID

FASM ALUGUEL 001/2012

FUNDO DE ASSISTENCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA - FASM
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2012

Objeto: locação de imóvel para sede do FASM
Locador: FASM
Locatário: JACIR JOSE FAVERO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica prorrogado pelo período de 01/01/2015 à 31/12/2015.

CLAUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 001/2012 - Locação de Imóvel continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento.

Videira, 16 de Dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do FASM

FASM BETHA 002/2011

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MEDICA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE VIDEIRA - FASM

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2011
Objeto: locação de Software de Contabilidade para uso do FASM
Locador: FASM
Locatário: Betha Sistemas Ltda

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 16 de dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do FASM

FASM SEGURANÇA 004/2011

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MEDICA DOS SERVIDORES PUBLICOS DE VIDEIRA - FASM

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2011
Objeto: Contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica
Contratado: ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 16 de dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do FASM

FASM SISTEMA INFORMATICA 003/2011

FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA - FASM
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2011
Objeto: Prestação de Serviço de Informática
Locador: FASM
Locatário: RODRIGO CHEROBIN

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2015 e encerrando-se em 31/12/2015, podendo ser prorrogado nos termos da Cláusula Sexta, mediante a assinatura de aditivos.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor fixado para a prestação de serviço de informática fica reajustado pela média do INPC acumulado no período janeiro/14 a dezembro/14, sendo que o montante a ser pago, deverá ser calculado após a publicação oficial do índice citado acima.

CLAUSULA TERCEIRA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 003/2011 - Prestação de Serviço de Informática, continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento.

Videira, 16 de dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do FASM

FASM UNIMED 001/2011

FUNDO DE ASSISTENCIA MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VIDEIRA - FASM
Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2011
Contratante: FASM
Contratada: UNIMED

CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica desde já prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01/01/2015 e encerrando-se em 31/12/2015, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante assinatura de aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas

expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Videira, 16 de dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do FASM

INPREVID ALUGUEL 002/2012

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2012
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2012

Objeto: locação de imóvel para sede do INPREVID
Locador: INPREVID
Locatário: JACIR JOSE FAVERO
CLÁUSULA PRIMEIRA: O contrato fica prorrogado pelo período de 01/01/2015 à 31/12/2015.
CLAUSULA SEGUNDA: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato nº 002/2012 - Locação de Imóvel continuam em vigor sem qualquer alteração e aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas por este instrumento.

Videira, 10 de Dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do INPREVID

INPREVID CONSULTORIA 002/2014

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2014
CARTA-CONVITE 001/2014

OBJETO: Contratação de Consultoria Previdenciária
CONTRATANTE: INPREVID
CONTRATADA: KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA

Cláusula Primeira - O prazo contratual fica prorrogado por mais 01 (um) ano, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado a critério das partes.

Cláusula Segunda: Todas as demais cláusulas, condições e obrigações do Contrato de Prestação de Serviços original, continuam em vigor sem qualquer alteração e a aqui ratificadas expressamente, respeitando-se tão somente as modificações introduzidas neste instrumento.

Videira, 10 de dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do INPREVID

INPREVID SEGURANÇA 004/2011

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2011
Objeto: Contratação de prestação de serviços de segurança eletrônica
Contratado: ONSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.
Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 10 de dezembro de 2014.
Vilso Vanz
Presidente do INPREVID

INPREVID SISTEMA CALCULO 01/2014

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID
CONTRATO INPREVID Nº 01/2014

Objeto: Aquisição de sistema de cálculo de aposentadorias e pensões
Contratado: COPPINI & CIA LTDA
Contratante: INPREVID

Cláusula Primeira - DA VIGÊNCIA
O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Videira, 10 de dezembro de 2014.
VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE VITOR MEIRELES

Aos 10 de Dezembro de 2014, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 14/2014, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 10/12/2014, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Aquisição de merenda escolar para alunos da rede municipal de ensino para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3044.9 - SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	ABACAXI	SÃO FRANCISCO	150,00	3,49	523,50
00002	UN	ACHOCOLATADO EM PO	NEILAR	300,00	5,45	1.635,00
00006	LI-TRO	AGUA DE COCO	SOCOCO/KEROCO-CO	50,00	6,59	329,50
00008	PA-COTE	AMEIXA PRETA SECA SEM CARO-CO PCT 100G	LA VIALE-TERA	50,00	2,69	134,50
00009	CAI-XA	AMIDO DE MILHO CAIXA COM 500 GRAMAS	JUREIA/MAIS CERTA	160,00	2,40	384,00
00010	PA-COTE	ARROZ INTEGRAL PARBOLIZADO PCT 1KG	URBANO/DALFOVO	500,00	3,37	1.685,00
00011	PA-COTE	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 5KG	DALVISO	400,00	9,05	3.620,00
00014	KG	BANANA BRANCA	SÃO FRANCISCO	800,00	2,62	2.096,00
00017	KG	BATATA DOCE	SÃO FRANCISCO	200,00	2,43	486,00
00018	UN	BEBIDA LACTEA 1L	LACTO-VALE	1.000,00	1,90	1.900,00
00019	PA-COTE	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER	DAIANA/PRODASA	1.000,00	2,48	2.480,00
00022	UN	CANELA EM PO	NEILAR	100,00	1,30	130,00
00026	KG	CEBOLA BRANCA	SÃO FRANCISCO	500,00	1,28	640,00

00028	UN	COLORAU pacote 100 gramas	APTI	180,00	0,63	113,40
00030	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO CONGELADO COM OSSO SEM TEMPERO	SEGALAS	1.200,00	5,40	6.480,00
00031	UN	CREME DE LEITE 200G	TIROL/PIRACAN-JUBA	200,00	1,14	228,00
00032	UN	DOCE DE LEITE	FRELLI	160,00	4,32	691,20
00034	PA-COTE	FARINHA DE MILHO OU FUBA TIPO GROSSA 5KG	ALTO VALE	250,00	7,89	1.972,50
00036	PA-COTE	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL 1KG	NORDESTE	200,00	2,24	448,00
00040	UN	FERMENTO DE BOLO EM PO QUIMICO LATA 100 GRAMAS	APTI	200,00	1,60	320,00
00042	PA-COTE	FLOCOS DE MILHO COM ACUCAR 250G	JOTA JOTA	500,00	4,05	2.025,00
00043	PA-COTE	Gelatina (Emb 1Kg)	NEILAR	200,00	5,81	1.162,00
00044	UN	GOIABADA 1KG	STELA DARA	100,00	5,43	543,00
00045	KG	ISCAS DE GADO - ACEM	MENETRINA	600,00	13,90	8.340,00
00047	KG	LARANJA LIMA	SÃO FRANCISCO	700,00	3,30	2.310,00
00049	LI-TRO	LEITE ZERO LACTOSE 1L	PIRACAN-JUBA/TIROL	100,00	3,89	389,00
00051	KG	MACA FUJI	SÃO FRANCISCO	2.500,00	3,12	7.800,00
00055	UN	MANTEIGA 200G	TIROL/FRIMESA	100,00	4,15	415,00
00057	UN	MARGARINA CREMOSA COM SAL 500G	PRIME	300,00	1,36	408,00
00058	PA-COTE	MASSA COM OVOS TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO OU FITILHOS 500G	ROSANE	300,00	2,97	891,00
00060	PA-COTE	MILHO PARA PIPOCA TIPO PREMIUM 500G	SINHA	150,00	2,09	313,50
00063	UN	MUCILON MULTICEREAIS LATA 400GR	NESTLE	80,00	10,43	834,40
00064	UN	OLEO DE SOJA	SINHA/COAMO	600,00	2,50	1.500,00
00066	DU-ZIA	OVOS DE GALINHA	LOCKS	600,00	3,28	1.968,00
00068	KG	PEPINO SALADA	SÃO FRANCISCO	100,00	2,37	237,00
00070	KG	PIMENTAO VERDE	SÃO FRANCISCO	50,00	4,97	248,50

00071	UN	PIMENTA EM PO	SEVENHA- NI/NEILAR	100,00	1,62	162,00
00073	PA- COTE	POLVILHO AZEDO	PINDUCA/ SEVENHA- NI	200,00	3,36	672,00
00074	PA- COTE	PO PARA PUDIM COM SABOR BAU- NILHA	APTI/NEI- LAR	300,00	3,74	1.122,00
00075	PA- COTE	PO MISTURA PARA BOLO SABORES	NOSDES- TE/NEI- LAR	200,00	2,00	400,00
00077	UN	REPOLHO	SÃO FRANCIS- CO	300,00	1,30	390,00
00078	PA- COTE	SAL REFINADO	MARFIM/ CRUZEIRO	200,00	0,99	198,00
00079	KG	TOMATE CLASSE MEDIA	SÃO FRANCIS- CO	700,00	3,97	2.779,00
00081	UN	VINAGRE DE ALCOOL FRASCO 900ML	HEING	200,00	1,13	226,00

Total do Fornecedor: 61.630,00 (SESSENTA E HUM MIL E SEISCENTOS E TRINTA REAIS)

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003	UN	ACUCAR BAUNILHA	APTI	200,00	1,05	210,00
00004	PACO- TE	ACUCAR REFINADO EMB 5KG	ALTO ALEGRE	300,00	8,58	2.574,00
00005	PACO- TE	ACUCAR MASCAVO 500G	GUIMARAES	150,00	4,15	622,50
00007	PACO- TE	ALHO PACOTE 100 GRAMAS	KALUNQUE	200,00	1,50	300,00
00012	UN	AVEIA EM FLOCOS FINOS 200G	APTI	200,00	1,80	360,00
00013	PACO- TE	BATATA PALHA 400G	VISCONTI	200,00	8,65	1.730,00
00015	KG	BANANA CATURRA	CATURRA	3.000,00	1,40	4.200,00
00016	KG	BATATA INGLESA-CLASSE 2 - TIPO ESPECIAL	INGLESA	1.500,00	1,84	2.760,00
00021	UN	CAFE EMB.500GR	RIOSUL/ OURO/ VALERIA	500,00	5,19	2.595,00
00023	KG	CARNE BOVINA MOIDA SEM GORDURA- TIPO 1	SCHLUTER/ SEGALAS/ LON	1.500,00	12,20	18.300,00
00025	KG	CARNE BOVINA SEM OSSO / PATINHO	SEGALAS/ VERDI	500,00	15,14	7.570,00
00027	KG	CENOURA-CLASSE-1- CATEGORIA 1	CLASSE	500,00	2,20	1.100,00
00029	UN	COUVE FLOR	FLOR	500,00	3,10	1.550,00
00033	PACO- TE	FARINHA DE MANDIOCA ESPECIAL TIPO 1 GRUPO SECA-EXTRA FINA CLASSE BRANCA	MOLINARI/ PINDUCA/ SON	150,00	3,64	546,00

00035	PACO- TE	FARINHA DE TRIGO EMB. 5KG	OGLIARI/ BEATRIZ/ SULD	600,00	8,09	4.854,00
00037	UN	FARINHA LACTEA 400G	NESTLE	80,00	11,10	888,00
00038	KG	FEIJAO PRETO	RAINHA DO LAR/ URBANO	100,00	3,65	365,00
00039	KG	FEIJAO VERMELHO	RAINHA DO LAR	100,00	7,10	710,00
00041	UN	FERMENTO DE PAO INSTANTANEO EMBALAGEM 500GRAMAS	FLESH- MANN/ ELITE	80,00	8,25	660,00
00046	KG	LARANJA	BRANCA	1.300,00	1,55	2.015,00
00048	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	TERRA VIVA/BOM GOSTO	800,00	26,60	21.280,00
00050	KG	LINGUICA MISTA	SCHLUTER/ LON- TRESNSE	500,00	13,50	6.750,00
00052	PACO- TE	MACARRAO PARAFUSO 1KG	NOR- DESTE/ OGLIARI	400,00	2,99	1.196,00
00053	PACO- TE	MACARRAO PARAFUSO TRICOLORE 1KG	NOR- DESTE/ OGLIARI	300,00	3,42	1.026,00
00054	KG	MAMAO FORMOSA	FORMOSA	800,00	3,30	2.640,00
00056	KG	MARACUJA	AROMA	100,00	9,95	995,00
00059	KG	MELANCIA	RAJADA	500,00	1,45	725,00
00061	UN	MISTURA PARA PAO DE QUEIJO EMBALAGEM 1KG	APTI	100,00	10,59	1.059,00
00062	UN	MORANGO BD 300G	VERMELHO	800,00	3,83	3.064,00
00065	PACO- TE	OREGANO	APTI	100,00	4,14	414,00
00067	KG	PEITO DE FRANGO SEM OSSO	SEGALAS	800,00	8,55	6.840,00
00069	KG	PERNIL SUINO SEM PELE	LACTO VALE	400,00	11,95	4.780,00
00072	UN	POLPA DE FRUTA 200G	DA FRUTA	200,00	4,20	840,00
00076	PACO- TE	QUEIJO PRATO FATIADO DE PRIMEIRA QUALIDADE 500G	SCHOTTEN/ LAC- TO VALE	500,00	8,65	4.325,00
00080	KG	VAGEM	VERDE	100,00	2,33	233,00

Total do Fornecedor: 110.076,50 (CENTO E DEZ MIL E SETENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Total da Licitação: 171.706,50 (CENTO E SETENTA E HUM MIL E SETECENTOS E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a

diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada

(requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 14/2014 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 10 de Dezembro de 2014.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP

ERLEI JOSE CHIQUITO

Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP

TIAGO LUIZ FOSSA

Contratada

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - Edital 005/2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, TORNA PÚBLICO:

O presente Edital de Homologação do Resultado Final no Processo Seletivo objeto do Edital nº 005/2014, de 22 de outubro de 2014, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 10 de dezembro de 2014.

Lourival Lunelli

Prefeito Municipal

Página 1 de 4

ANEXO ÚNICO**PROFESSOR / ARTES - HABILITADO**

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	28	ANASTACIA SANTA-NA GONCALVES	5232665-9	1,20	0,80	0,00	0,40	2,40	4,46	5,00	3,07
2	22	ROZANE DA SILVA	2628826	0,40	0,80	0,40	0,40	2,00	6,00	0,00	2,60

PROFESSOR / ARTES - SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL

Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772	1,20	0,80	0,80	0,80	3,60
31	MARINA DE OLIVEIRA	4.342.986	1,20	1,20	0,40	0,80	3,60

PROFESSOR / EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	14	WAGNER DE BRITO	5405544	3,6	1,2	1,2	2	8	0,88	1,00	5,88
2	19	CRISTINA RENGEL	49358979	3,2	0,8	1,6	0,8	6,4	0,40	0,00	4,56
3	20	FRANCIELE DINIZ VENDRAMI	6.033.061	2,8	0,8	1,6	1,2	6,4	0,20	0,00	4,52
4	23	HUERLON SARTOR	5720260	2	0,8	0,8	0,8	4,4	1,00	0,00	3,28

PROFESSOR / EDUCAÇÃO FÍSICA - AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
5	ARTUR SANTANA GONCALVES	5232379

PROFESSOR / EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	16	PATRICIA HOBOLD ZALASKO	5.307.320	3,20	1,20	1,60	0,80	6,80	9,98	6,00	7,36
2	17	VERA LUCIA TIBES DE MELLO	3272226	3,20	1,20	1,60	1,20	7,20	5,88	10,00	7,22

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
3	2	GRACIELI MONDINI	5.412.061-6	3,60	1,60	1,20	2,00	8,40	4,46	3,00	7,07
4	18	LEONIRCE RINALDI FAUSTO	3353726	3,20	0,40	0,80	0,80	5,20	9,98	10,00	6,64
5	9	CIRLEI FAUSTO	5.797.133	4,00	0,80	0,80	0,40	6,00	10,00	4,00	6,60
6	11	LUCIANE MEIRE DAL-PRA DA SILVA	4.187.907-4	3,60	0,80	1,20	0,80	6,40	10,00	1,00	6,58
7	15	PATRICIA TILLMANN	5529335	3,60	0,40	1,20	1,20	6,40	8,78	3,00	6,54
8	1	ELAINE CRISTINA BENINCA	4088650	2,80	1,60	1,60	1,20	7,20	4,48	1,00	6,04
9	24	ISABEL BORGHESANG MORGHENROTH	3.394.958	3,20	1,60	1,20	0,80	6,80	4,58	1,00	5,78

10	31	MARINA DE OLIVEIRA	4.342.986	2,00	1,20	0,40	0,80	4,40	8,34	10,00	5,75
11	7	ALINI NEILI MASOTE	4744056	2,40	0,80	1,60	0,40	5,20	9,42	2,00	5,72
12	27	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	2026454	2,80	1,20	1,60	0,00	5,60	8,08	1,00	5,64
13	26	MARCIA QUESINSKI	4.311.855	2,40	1,20	1,60	0,80	6,00	4,30	5,00	5,56
14	22	ROZANE DA SILVA	2628826	2,00	0,80	0,40	0,40	3,60	10,00	0,00	4,52

PROFESSOR / EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	29	MIRIAN CARLA BERKENBROCK	1897184	3,20	1,60	1,20	1,60	7,60	2,20	1,00	5,86
2	10	DENY ELEN DOS SANTOS	48369233	3,20	1,20	1,20	0,80	6,40	1,20	0,00	4,72
3	4	ROSIMERI LUZIA SCHUTZE MAIBERG	5181346	2,80	0,40	1,60	1,20	6,00	2,20	0,00	4,64
4	30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772	2,40	0,80	0,80	0,80	4,80	1,10	3,00	3,88
5	25	VACLA BELA CAM- LEM	4794911	2,00	0,80	0,00	0,80	3,60	0,20	0,00	2,56

PROFESSOR / EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
5	ARTUR SANTANA GONCALVES	5232379

*Class = Classificação Final;

*Insc = Número de Inscrição;

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*TS = Nota do Tempo de Serviço;

*NF = Nota Final;

Xavantina

PREFEITURA

CONTRATO Nº 117/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ELIZANDRA FATIMA GRANOSKI MEI.

Contrato nº: 117/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO PROFISSIONAL, NA ÁREA CONTÁBIL, ATENDENDO A CONTABILIDADE DA PREFEITURA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM CARGA HORÁRIA DE 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS, PREFERENCIALMENTE EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE DESTA PREFEITURA, EM SUBSTITUIÇÃO AO AFASTAMENTO DA TITULAR MARTA MARIA CAON SUZANA, PELO PERÍODO DE SUAS FÉRIAS.

Data da Assinatura: 28/11/2014.

Vigência: 20/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

CONTRATO Nº 118/2014 PMVX

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: VALENTINA TRANSPORTE FRETAMENTO LTDA.

Contrato nº: 118/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, EM REGIME DE FRETAMENTO, DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO.

Data da Assinatura: 03/12/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor do Aditivo: R\$ 5.304,00 (cinco mil trezentos e quatro reais).

CONTRATO Nº 119/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE ESCOLAR EIRELI ME.

Contrato nº: 119/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, EM REGIME DE FRETAMENTO, DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO.

Data da Assinatura: 03/12/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor do Aditivo: R\$ 469,80 (quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos).

CONTRATO Nº 120/2014 PMVX

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: ADD ELÉTROMECAÂNICA LTDA ME.

Contrato nº: 120/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ILUMINAÇÃO NATALINA PARA RUAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 09/12/2014.

Vigência: 31/03/2015.

Valor do Contrato: R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais).

DECRETO 111/2014

DECRETO Nº 111/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que nas datas de 25 de Dezembro e 01 de Janeiro de cada ano calendário comeram-se festividades do Natal e a Passagem para um novo, como o deste de 2015;

Considerando que tais datas comemorativas são precedidas de preparos e encontro com familiares;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nos setores públicos municipais, nos dias 24, 26, 31 de Dezembro de 2014 e dia 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 01 de Dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 112/2014

DECRETO Nº 112/2014

DISPÕE SOBRE A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 2º, § 1º da Lei nº 816/2002;

Considerando o Decreto nº 143/2013, onde fixou o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, em R\$ 1,93 (um real e noventa e três centavos), para o Exercício de 2014;

Considerando que o IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses, (11/2014), fechou em 3,0361%, em anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica estipulada a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, no valor de R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos), para vigorar no Exercício de 2015, com fundamento no art. 2º, § 1º da Lei Municipal nº 816/2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 04 de Dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1412

LEI Nº 1412, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA
PARA O EXERCÍCIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º O Orçamento do Município de Xavantina, do Poder Executivo, para o exercício financeiro de 2015, estima à receita em R\$ 17.610.420,00 (dezessete milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e vinte reais), fixa a despesa em R\$ 14.222.420,00 (quatorze milhões, duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte reais) e as transferências financeiras em R\$ 3.338.000,00 (três milhões, trezentos e trinta e oito mil reais).

Art. 2º O Orçamento do Poder Legislativo, estima transferências recebidas do tesouro municipal, e fixa as despesas em R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada, composto pelo Fundo Municipal de Saúde, estima a receita em R\$ 1.665.000,00, (um milhão, seiscentos e sessenta e cinco mil reais), mais R\$ 2.538.000,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil reais) de transferências do tesouro municipal, e fixa despesa em R\$ 4.203.000,00 (quatro milhões duzentos e três mil reais).

Art. 4º O valor total consolidado do Orçamento do Município para as receitas e despesas perfaz o montante de R\$ 19.275.420,00 (dezenove milhões, duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e vinte reais).

Art. 5º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei nº 1.397 de 21 de outubro de 2014, a qual dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária - LDO 2015.

Art. 6º A despesa total fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 8º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e art. 130, § 4º, I, da Lei Orgânica Municipal, mediante ato do Poder Legislativo, autorizado a:

I - abrir crédito suplementar, tendo como fonte de recursos o remanejamento de dotações orçamentárias, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores;

II - realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra dentro do mesmo programa;

III - realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro de um mesmo programa;

IV - realizar a reabertura de créditos orçamentários relativos a convênios firmados e não aplicados no exercício anterior.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta Lei, considera-se como respectiva dotação orçamentária o somatório das dotações de uma mesma categoria econômica definida para o exercício de 2015.

Art. 9º A utilização das dotações com origem de recursos em

convênios ou operações de crédito fica condicionada ao ingresso de recursos no orçamento municipal.

Art. 10 Os recursos de convênio não previstos no orçamento da receita, o seu excesso e rendimentos de aplicação financeira, poderão independentemente do valor, serem utilizados como fonte de recursos para abertura, mediante Lei, de créditos adicionais suplementares e especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante lei específica, operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis.

Art. 12 Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para saneamento e habitação.

Art. 13 Fica o Poder Executivo, mediante lei específica, autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos, bem como a oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 14 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta e com as entidades previstas na Lei nº 1.397 de 21 de outubro de 2014, obedecido disposto no art. 20 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 15 Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencente à mesma subfunção.

Art. 16 O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, na Lei nº 1.397 de 21 de outubro de 2014, a qual dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária - LDO 2015.

Art. 17 Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças manter, durante o exercício e na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 18 Ficam atualizados os anexos da Lei nº 1.313 de 27 de agosto de 2013 do Plano Plurianual - PPA 2014/2017, e da Lei nº 1.397 de 21 de outubro de 2014, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, com base nos valores desta Lei.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015.

Xavantina, SC, 02 de Dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1413

LEI Nº 1413, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR GASTOS COM A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS 51 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Xavantina a efetuar gastos na ordem de até R\$ 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais), para a realização das Festividades Alusivas aos 51 Anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de Xavantina (3ª ExpoXavantina), a serem realizadas no período de 30 de janeiro à 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do orçamento municipal vigente no Exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 09 de Dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1414

LEI Nº 1414, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recurso financeiro, mediante celebração de convênio para ASSOCIAÇÃO COMERCIAL-INDUSTRIAL DE XAVANTINA - ACIX, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Praça Rio Branco, s/nº, na cidade de Xavantina, SC, devidamente inscrita no CNPJ nº 02.216.238/0001-84, do valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), para estabelecimento de convênio e realização de concurso de vitrines e fachadas, com objetivo de incentivar e valorizar o comércio local.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 20 da Lei Orgânica Municipal e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias dos orçamentos do Município do Exercício de 2014.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 09 de Dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 162/2014

PORTARIA Nº 162/2014

EXONERA ESTAGIÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o termo de compromisso de estagio firmado entre o Município de Xavantina, a Universidade do Contestado - UNC, Campus Concórdia e a estagiaria Andressa Caroline Triaca;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Estagiária Pública Municipal, Srta. Andressa Caroline Triaca, a contar da data de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Dezembro 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 163/2014

PORTARIA Nº 163/2014

EXONERA ESTAGIÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o termo de compromisso de estagio firmado entre o Município de Xavantina, a UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC e o estagiario Darlan Perondi;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Estagiário Público Municipal, Sr. Darlan Perondi, a contar da data de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Dezembro 2014.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 164/2014

PORTARIA Nº 164/2014

EXONERA ESTAGIÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o termo de compromisso de estagio firmado entre o Município de Xavantina, a UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC e o estagiário João Octavio Simon de Souza;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Estagiário Público Municipal, Sr. João Octavio Simon de Souza, a contar da data de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Dezembro 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 165/2014

PORTARIA Nº 165/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CARATER TEMPORARIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e,

Considerando o fim do ano letivo e consequentemente o termino dos contratos temporários;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os Servidores Públicos Municipais de caráter temporário, ocupantes do cargo de Professor, relacionados no anexo único desta portaria, a contar da data de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Dezembro de 2014.

MAURO JUNES POLETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO ÚNICO

Servidor	Cargo
Adriane Regina da Silva Gabiatti	Professor de Educação Especial 40h
Alexsandra Babinski	Professor 20h
Aline Vasconcelo Battisti	Professor Normalista 20h
Carla Leila da Rocha Hermes	Professor 20h
Cleide Seghetto	Professor 20h
Dilce Terezinha Bergamin Benck	Professor 20h
Edivani Talaska	Professor Normalista 20h
Eliane Aparecida Neves Burin	Professor 20h
Gabriela Brandelero	Professor de Educação Física 20h
Gustavo Luiz de Oliveira Guimarães	Professor de Musica 10h
Gustavo Luiz de Oliveira Guimarães	Professor de Musica 20h
Iracema Menegoto Fasolo	Professor 20h
Joane Camila Schiavini Nicodem	Professor 20h
Juciane Fatima Moretto	Professor Normalista 20h
Julcini Mariza Molozzi	Professor Normalista 20h
Julcini Mariza Molozzi	Professor Normalista 20h
Juliana Siqueira	Professor Normalista 20h
Juliana Siqueira	Professor Normalista 20h
Leonilde Maria Geremia Gandolfi	Professor 20h
Lorivanda Testa Camera	Professor de Educação Física 10h
Lorivanda Testa Camera	Professor Normalista 10h
Marcia Veronica Hilleshein Seghetto	Professor Normalista 20h
Marilice Lorenzetti	Professor Normalista 20h
Nelize Forest Testa	Professor 20h
Regina Maria Betiatto Forest	Professor Normalista 20h
Rosane Simoni Betiatto	Professor Normalista 20h
Samara Siqueira	Professor Normalista 20h
Sheila Wilk da Veiga	Professor 20h
Simone Poganski Ferrari	Professor 20h
Sueli Tortelli Trevisan	Professor 20h
Tereza Simoni Zanandréa	Professor Normalista 20h
Thais Luana Triaca	Professor 10h

PORTARIA 166/2014

PORTARIA Nº 166/2014

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DE CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº782/02, e;

Considerando o requerimento da Servidora Pública Municipal, Sra. Luciana Maier, contratada em caráter temporário, solicitando a própria exoneração;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal, contratada em caráter temporário, SRA. LUCIANA MAIER, ocupante do cargo de Enfermeira Nível Superior, com carga horária de 40 horas/semanais, a contar da data de 15 de Dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 04 de Dezembro 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PP 62/2014 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2014 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 23/12/2014.

Abertura: dia 23/12/2014, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 11 de dezembro de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 022/2014 SOCIAL

MUNICÍPIO DE XAXIM - SC
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DESTINADA AO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade: Inexigibilidade nº 022/2014 - Processo Licitatório n. 218/2014.

Objeto: Contratação de palestra show natalino para o público da assistência social para o encerramento das atividades.

Contratado: Motiva Treinamentos Ltda - ME

CNPJ: 13.578.407/0001-42

Valor: 5.000,00 (cinco mil reais).

Fundamentação Legal: Lei 8666/93 art. 25 inciso III e alterações posteriores.

Xaxim SC, 10 de dezembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 110 - PM

MUNICÍPIO DE XAXIM
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 110/2014 - REGISTRO DE
PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 217/2014

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de material de expediente, pedagógico e artesanato para as Escolas e os Centros de Educação Infantil da Rede de Ensino Municipal para o ano de 2015. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até as 08h:30min do dia 30 de dezembro de 2014, procedendo a abertura as 08h45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 10 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

AVISO DE PREGÃO 112/2014 SAUDE

MUNICÍPIO DE XAXIM
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 112/2014 - REGISTRO DE
PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 220/2014

O Município de Xaxim - SC através do Fundo Municipal de Saúde comunicam que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preços de quilometragem para serviços de transporte rodoviário com veículo tipo Van e Micro-ônibus pelo período de 12 meses, a ser utilizado pelos pacientes quando em tratamento de saúde fora do domicílio e para internamentos nos hospitais da região. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 15h: 30min do dia 29 de dezembro de 2014, procedendo a abertura as 16h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site

www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 10 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso
Prefeito

DECRETO 469

DECRETO 469/2014

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, e;

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado aos adolescentes autores de ato infracional;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sendo aprovado pela Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, a qual trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei Federal nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória nos municípios a elaboração e a implementação do Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento, junto aos mais diversos órgãos e equipamentos públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE estabelece a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo Princípio da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, devendo ser observada uma lógica completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do garantismo que, tanto na forma da lei quanto da Constituição

Federal é assegurado, indistintamente, em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infantojuvenil, tanto no plano

individual quanto no coletivo, requer o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública e da sociedade civil organizada;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, por força do disposto na própria Lei Federal nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, exige uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando,

inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes, como Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO não ser correto delegar, exclusivamente, ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS a responsabilidade pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em razão da execução das medidas nele previstas, pois embora a área da assistência social seja muito importante, tanto no processo de elaboração do Plano, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve igualmente ficar a cargo de outros setores da administração como dos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que desta forma, precisam ser chamados a participar, formando uma comissão intersetorial, encarregada de elaborar um esboço do Plano Municipal;

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva e exige uma a definição de uma comissão intersetorial responsável por esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em audiência pública,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo no Município de Xaxim, conforme segue:

I - Ana Maria Zanchet - Representante do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS do Município de Xaxim;

II - Giana Cristina Bellei - Representante do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Município de Xaxim;

III - Michele Rossett do Prado - Representante do Conselho Tutelar do Município de Xaxim;

IV - Edimar Baggio - Representante governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

V - Caroline Reginatto - Representante da sociedade civil no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

VI - Sonia Priori - representante da Secretaria Municipal de Educação;

VII - Cleri Sotilli - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

VIII - Ediane Folle - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

IX - Ivania Ines Zanetti - Representante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

XI - Clemente Stalen Michels - Representante do Corpo de Bombeiros;

XII - Daniela da Silva - Representante da Casa da Cultura;

XIII - Cezare Zim Neto - Representante da Secretaria Municipal do Esporte.

Art. 2º O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado com apoio da comissão municipal com assessoria de

empresa contratada mediante licitação.

Art. 3º A Comissão Intersectorial tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, bem como de encaminhá-lo, até o dia 31 de Dezembro de 2014, para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º Os membros da Comissão Intersectorial não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº. 459/2014 de 24 de novembro de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de dezembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do Município

Zortéa

PREFEITURA

LEI Nº 507/2014 - AUTORIZA CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO

LEI Nº 0507/2014 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO JOSÉ FRANCESCKI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, até o valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), no âmbito do programa/linha de financiamento Pró-transporte, PAC Pavimentação e Qualificação de Vias urbanas, destinados à pavimentação e qualificação das vias urbanas municipais, nos termos da legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL autorizada a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pró-solvendo, as receitas e cotas do Fundo de Participação dos Municípios a que se refere o art 1º da Constituição Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 10 de dezembro de 2014.
PAULO JOSÉ FRANCESCKI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 10 de dezembro de 2014.

PAULO CESAR BELOTO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Consórcios

CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 24/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

Aviso de Licitação nº 24/2014

Pregão Presencial nº 10/2014 - Registro de Preços

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que fará realizar no dia 23 de dezembro de 2014, às 14 horas, licitação na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço, objetivando o registro de preços de combustíveis, conforme especificações constantes no Edital, disponível no endereço www.ciga.sc.gov.br.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 08h30min do dia 12/12/2014.
- Final do recebimento das propostas: 13h50min do dia 23/12/2014.
- Limite para impugnação ao edital: 18h00min do dia 19/12/2014.
- Abertura da sessão pública do pregão presencial: 14h00min do dia 23/12/2014.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- E-mail: ciga@ciga.sc.gov.br
- Site: www.ciga.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88.070-101

Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

CIMCATARINA

AA0055_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS PNEUS EDITAL CH. 0014_2014 - BELLENZIER

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 00014/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 0001/2014.

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0055/2014, TERMO DE ANÁLISE 0058/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: BELLENZIER PNEUS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
168	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ASSURANCE

168	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA COMFORTRED
-----	--	----------	--------------------

Fraiburgo SC, 09 de dezembro de 2014.

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

AA0056_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS PNEUS EDITAL CH. 0001_2014 - BELLENZIER

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0056/2014, TERMO DE ANÁLISE 0059/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: BELLENZIER PNEUS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
30	PNEU 205/55R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT GRIP

Fraiburgo SC, 09 de dezembro de 2014.

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

AA0057_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS PNEUS EDITAL CH. 0006_2014 - BELLENZIER

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 0001/2014.

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0057/2014, TERMO DE ANÁLISE 0060/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de

produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: BELLENZIER PNEUS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
150	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	AMORTRAC

Fraiburgo SC, 09 de dezembro de 2014.

ELÓI RONNAU Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
LUIZ FERNANDO RALDI Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
NÁDIA DE LORENZI Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

AA0058_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS PNEUS EDITAL CH. 0014_2014 - JOAÇABA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0014/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº 0001/2014
PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0058/2014, TERMO DE ANÁLISE 0061/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: JOAÇABA PNEUS LTDA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
167	PNEU 185/55R15 TIPO A, INDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PHANTON
168	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PHANTON
168	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION

Fraiburgo SC, 10 de dezembro de 2014.

ELÓI RONNAU Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
LUIZ FERNANDO RALDI Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

AA0059_2014 - ATESTADO DE APROVAÇÃO MARCAS PNEUS EDITAL CH. 0014_2014 - MODELO PNEUS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 00014/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 0001/2014.

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0059/2014, TERMO DE ANÁLISE 0063/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: MODELO PNEUS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
167	PNEU 185/55R15 TIPO A, INDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
168	PNEU 205/60R15 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIGESTONE	POTENZA GIII

Fraiburgo SC, 10 de dezembro de 2014.

ELÓI RONNAU Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
LUIZ FERNANDO RALDI Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013
NÁDIA DE LORENZI Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

CIS NORDESTE

EDITAL 01/2014 - CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PÚBLICOS

EDITAL Nº 001/2014

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o inciso II do Art. 37 da Constituição Federal, Lei nº 11.107/2005, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.017/2007, Art. 34, § 2º do Contrato de Consórcio Público, firmado em 10 de Dezembro de 2013, Resoluções nº 17/2014, 18/2014 e 27/2014 torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Concurso Público visando seleção de candidatos para os empregos públicos permanentes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, com quantitativos, especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. ENTIDADE EXECUTORA DO CONCURSO

1.1. O presente Concurso Público será realizado e executado sob responsabilidade do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, com sede na Rua Max Colin, nº 1.843 - Bairro América, CEP 89.204-635 - Joinville - SC.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Concurso Público destina-se ao preenchimento de 05 vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do concurso, conforme Quadros do item 4 deste Edital.

2.2. A seleção para os empregos públicos do CISNORDESTE/SC constará das seguintes etapas:

a) Prova Escrita de Conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos;

b) Prova de Títulos, de caráter classificatório, para as funções de Nível Superior e Nível Médio, classificados na Prova Escrita de Conhecimentos, que obtiverem nota maior ou igual a 25 (vinte e cinco) pontos.

2.3. O concurso público será realizado no município de Joinville/SC.

2.4. Este concurso público, para todos os efeitos, tem validade de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação de sua homologação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do CISNORDESTE/SC.

2.5. Após o preenchimento das vagas indicadas, os candidatos aprovados e classificados poderão ser contratados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do concurso.

2.6. O candidato aprovado no concurso e que vier a ser contratado terá exercício na sede do CISNORDESTE/SC.

3. CRONOGRAMA PREVISTO

Publicação do Edital	11/12/2014
Inscrições	05/01/2015 a 04/02/2015
Solicitação de isenção de taxa de inscrição e de condições especiais para realização da prova	05/01/2015 a 19/01/2015
Resultado dos Pedidos de Isenção e de condições especiais para realização da prova	23/01/2015
Recurso quanto aos Pedidos de Isenção e condições especiais para realização da prova indeferidos	23/01/2015
Divulgação do resultado dos recursos da isenção	26/01/2015 a 27/01/2015
Último dia para pagamento da taxa de inscrição	04/02/2015
Relação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	09/02/2015
Pedido de Revisão quanto a inscrições indeferidas	10/02/2015 a 11/02/2015
Relação definitiva das inscrições deferidas e indeferidas	13/02/2015
Aplicação das provas objetivas	15/03/2015
Divulgação do Gabarito Provisório das Provas Objetivas	16/03/2015
Pedidos de revisão quanto às questões formuladas e/ou dos gabaritos divulgados	17/03/2015 a 18/03/2015
Divulgação do Gabarito Definitivo das Provas Objetivas, da Classificação Preliminar antes da avaliação dos títulos e Convocação para apresentação de Títulos	27/03/2015
Entrega dos Títulos	03/04/2015
Divulgação da avaliação de títulos e Classificação Preliminar	08/04/2015
Pedido de Revisão quanto à pontuação obtida na Prova de Títulos	09/04/2015 a 10/04/2015
Divulgação do Resultado final preliminar do Concurso	15/04/2015

Recurso contra o Resultado final do Concurso	16/04/2015
Homologação do Resultado Final	20/04/2015

4. DOS EMPREGOS PÚBLICOS, DAS VAGAS, DA HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO MENSAL.

4.1. Os empregos públicos, as vagas, os requisitos mínimos de formação profissional, a carga horária semanal de trabalho e o valor da remuneração estão relacionados nos quadros que seguem:

4.1.1. EMPREGO PÚBLICO DE NÍVEL SUPERIOR

Denominação	Habilitação Profissional	Vagas	Carga Horária Semanal	Salário Inicial
Contador	Bacharel em Contabilidade, com registro no órgão de classe competente	01	20h	R\$ 2.519,16
Controlador Interno	Ensino Superior Completo	CR*	20h	R\$ 2.519,16
Administrador	Bacharel em Administração, com registro no órgão de classe competente	CR*	40h	R\$ 3.553,52

4.1.2. EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO

Denominação	Habilitação Profissional	Vagas	Carga Horária Semanal	Salário Inicial
Técnico em Contabilidade	Ensino Técnico em Contabilidade e registro no órgão de classe competente.	01	40h	R\$ 2.519,16
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio Completo	01	40h	R\$ 1.365,65
Apoio Logístico	Ensino Médio Completo	01	40h	R\$ 1.095,87
Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo	01	40h	R\$ 1.701,85
Motorista	Ensino Médio Completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria "B"	CR*	40h	R\$ 1.701,85

4.1.3. EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Denominação	Habilitação Profissional	Vagas	Carga Horária Semanal	Salário Inicial
Zelador	Ensino Fundamental	CR*	40 h	R\$ 858,64

* CR = Cadastro de Reserva

4.2. Como o número máximo de vagas por função é de apenas 1 (uma) vaga, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, havendo lista única de classificados. Ressalvando-se, contudo, sua preferência, como critério de desempate, conforme item 8.4, alínea a deste Edital.

4.3. Para os contratados às vagas com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas haverá pagamento de auxílio alimentação, no valor de R\$ 484,00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais) mensais.

4.4. Os documentos referentes à Habilitação Profissional/Requisito Mínimo deverão ser apresentados no ato da contratação do

candidato.

4.5. As atribuições dos empregos públicos são as previstas no Anexo II, parte integrante do presente Edital.

5. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

5.1. DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1.1. A taxa de inscrição a ser paga em moeda corrente em favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, por nível de ensino será de:

NÍVEL DE ENSINO	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO
Nível Superior	R\$ 100,00
Nível Médio	R\$ 70,00
Nível Fundamental	R\$ 40,00

5.1.2. O candidato, após efetuar o pagamento da taxa de inscrição, não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a devolução da importância recolhida.

5.1.3. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da inscrição, exceto para o candidato doador de sangue amparado pela Lei nº 10.567/97, ou que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135/2007 ou for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

5.2. DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

5.2.1. O candidato interessado na isenção de pagamento da inscrição para realização da prova que se enquadrar em pelo menos uma das hipóteses previstas no item 5.1.3 deste Edital deverá requerer a isenção por escrito, conforme modelo do Anexo IV, pessoalmente ou através de procurador especialmente constituído, no período de 05 de janeiro de 2015 a 19 de janeiro de 2015 (data de protocolo de entrega) na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC.

5.2.2. No requerimento deverão constar os seguintes dados: nome completo, número da Cédula de Identidade e do CPF, data de nascimento, endereço, devendo ser anexado o comprovante que demonstra sua situação especial.

5.2.3. O documento para comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedido por entidade oficial, ou credenciada coletora, devendo constar às datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses anteriores à data final das inscrições.

5.2.4. Tratando-se de hipótese de equiparação ao doador de sangue, a comprovação far-se-á mediante documento expedido por entidade oficial, ou credenciada coletora, devendo ser informado à data de início da atuação na campanha para doador de sangue na entidade, com minucioso relato das atividades desenvolvidas e com declaração de que o interessado faz jus aos benefícios da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997.

5.2.5 No caso do pedido de isenção fundamentar-se na inscrição nos programas sociais ou baixa renda, deverá o interessado comprovar a inscrição no CadÚnico, apresentando seu Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo programa e/ou a renda familiar, conforme critérios definidos pelo Decreto nº 6.135/2007, juntamente com cópia autenticada ou cópia simples acompanhada da original para autenticação da Carteira de Trabalho e Previdência Social que comprove a renda declarada.

5.2.6. O resultado dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos será divulgado no dia 23 de janeiro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

5.2.7. O candidato que tiver seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido deverá efetuar sua inscrição pessoalmente na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, até as 16h30min do dia 04

de fevereiro de 2015, seguindo todos os procedimentos, exceto ao que se refere ao pagamento da taxa de inscrição.

5.2.8. O não cumprimento pelo candidato de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará no indeferimento do pedido de isenção.

5.3. DA INSCRIÇÃO

5.3.1. A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que serão tomadas pela Comissão do Concurso Público.

5.3.2. Após a entrega da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de função.

5.3.3. A inscrição será realizada pelo candidato, pessoalmente ou por intermédio de procurador com poderes específicos, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, em dias úteis entre 05 de janeiro de 2015 e 04 de fevereiro de 2015, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, devendo entregar:

- a) a Ficha de Inscrição - Anexo III - preenchida corretamente e sem rasuras;
- b) o comprovante de depósito da taxa de inscrição, no valor indicado no item 5.1.1, na conta abaixo indicada:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA

CNPJ 03.222.337/0001-31

Banco do Brasil

Ag. 3160-7

Conta Corrente nº 8730-0

c) fotocópia de documento oficial de identificação e CPF (frente e verso);

d) Laudo médico emitido a, no máximo, 30 (trinta) dias, atestando e identificado a necessidade de condições especiais para a realização da prova objetiva, se necessário;

e) Requerimento para liberação de acompanhante às provas, responsável pela guarda da(s) criança(s), no caso de candidata lactante.

5.4. DA VALIDADE E DO INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

5.4.1. Ao candidato só será permitida a inscrição para um dos empregos públicos identificados nos quadros do item 4. Caso o candidato efetue mais de uma inscrição, será considerada válida a mais recente.

5.4.2. A relação das inscrições deferidas e indeferidas será divulgada no dia 09 de fevereiro de 2014, através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

5.5. DA ASSINATURA NO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

5.5.1. O candidato, ou seu representante legal, munido de procuração com firma reconhecida - Anexo VII -, ao assinar a Ficha de Inscrição, indica que leu e que concorda, mesmo que tacitamente, com as normas do Edital do presente Concurso Público.

5.5.2. É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento da Ficha de Inscrição.

5.6. DA ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

5.6.1. Em caso de mudança de endereço após a inscrição, é responsabilidade do candidato comunicar à Comissão do Concurso, por escrito, através de correspondência com Aviso de Recebimento ou pessoalmente, através de declaração de endereço, no endereço da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC

6. DAS ETAPAS DO CONCURSO

6.1. O Concurso Público objeto deste Edital constará, conforme o emprego público ao qual concorre o candidato, de etapas de caráter classificatório e/ou eliminatório:

6.1.1. Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os níveis;

6.1.2. Prova de Títulos, para os empregos públicos de Nível Superior e Nível Médio, de caráter classificatório.

6.2. DAS PROVAS

6.2.1. A Prova Objetiva para todos os níveis será aplicada no município de Joinville, na Faculdade Anhangüera de Joinville - Unidade 1, localizada na Rua Presidente Campos Sales, nº 850 - Bairro Glória, no dia 15 de março de 2015, com início às 09h00min e término às 12h00min.

6.2.2. A Prova Objetiva, para todos os níveis, constará de 30 (trinta) questões, subdivididas em 05 (cinco) alternativas de resposta, de "a" a "e", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Área	Quantidade de Questões	Peso	Total
Língua Portuguesa	06	1	6
Matemática	06	1	6
Conhecimentos Gerais/Informática	03	1	3
Conhecimentos Específicos	15	2	30
Pontuação Máxima			45

6.2.3. O conteúdo programático das disciplinas está especificado no Anexo I deste Edital, de acordo com o emprego público para o qual candidato esteja concorrendo.

6.2.4. O conteúdo programático de cada emprego público contemplará a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.

6.2.5. DO ACESSO AO LOCAL DAS PROVAS

6.2.5.1. O acesso aos locais onde será realizada a prova objetiva do presente Concurso Público será fechado, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local de realização da prova com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

6.2.5.2. O candidato que chegar ao local de realização da prova após o fechamento dos portões terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do concurso. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

6.2.5.3. A comissão do concurso se reserva o direito de atrasar o horário de início das provas por motivos fortuitos ou de força maior.

6.2.6. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.2.6.1. O candidato somente poderá realizar a Prova Objetiva mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial, Carteira Profissional, Carteira Nacional de Habilitação ou credencial de órgão de classe com validade em todo território nacional, em original ou fotocópia autenticada.

6.2.6.2. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.2.6.3. Para a realização da Prova Objetiva o candidato receberá o caderno de questões e o cartão resposta.

6.2.6.4. É de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento do cartão resposta de acordo com as instruções dele constantes, não podendo ser substituído em caso de marcação errada ou rasura.

6.2.6.5. Para preencher o cartão resposta o candidato deverá usar apenas caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

6.2.6.6. A prova objetiva terá duração máxima de 3h00min (três horas).

6.2.6.7. O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado de posse, mesmo que desligado, de qualquer tipo de

relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e será impedido de fazer a outra prova, se ainda houver, e, com isso, será automaticamente eliminado do concurso.

6.2.6.8. Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de bonés, chapéus e similares, bem como, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc e a realização de quaisquer tipos de consultas.

6.2.6.9. Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização das provas e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISONORDESTE/SC não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos e documentos durante o concurso, nem por danos neles causados.

6.2.6.10. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, importando a ausência na sua eliminação do Concurso Público.

6.2.6.11. Não haverá, igualmente, realização de prova fora do horário ou do local previamente marcado.

6.2.6.12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para esta finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

6.2.7. DA SAÍDA DA SALA

6.2.7.1. O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização da prova antes de transcorridas 01h00min (uma hora) do seu início.

6.2.7.2. O candidato que necessitar ausentar-se da sala de prova durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

6.2.7.3. O caderno de provas poderá ser levado, pelo candidato, que permanecer em sala até o final do horário da prova.

6.2.7.4. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e o cartão resposta devidamente preenchido e assinado, com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

6.2.7.5. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova somente poderão entregar o material de prova e retirar-se da sala ao final do horário da prova, quando deverão assinar à Ata, bem como lacrar o envelope contendo os cartões de respostas, assinando também o lacre do envelope.

6.3. DA PROVA ESPECIAL PARA PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

6.3.1. O candidato portador de necessidades especiais que precisar de prova especial (ampliada, ou em braille), ou que necessitar de tratamento diferenciado (auxílio de um leitor, ou sala especial), deverá requerê-lo, até o dia 19 de janeiro de 2015, à comissão do concurso, por escrito, comprovando com laudo médico, sua necessidade.

6.3.2. O candidato portador de deficiência visual que requerer a prova em braille deverá transcrever as respostas das questões da prova objetiva em braille, devendo levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo utilizar-se de soroban.

6.3.3. O candidato portador de deficiência visual que requerer prova ampliada receberá todo material de prova (caderno de prova e cartão resposta personalizado) ampliado com fonte Arial, tamanho 26.

6.3.4. O candidato portador de necessidades especiais que precisar de tempo adicional para a realização da prova deverá requerê-lo, por escrito, com justificativa acompanhada de parecer médico emitido por especialista da área de sua necessidade especial, até o dia 19 de janeiro de 2015, à Comissão do Concurso.

6.3.5. O candidato usuário de aparelho auricular deverá comprovar sua necessidade através de laudo médico, para poder fazer uso do aparelho auditivo no dia da prova.

6.4 DA PROVA DE TÍTULOS

6.4.1. O concurso de títulos, de caráter classificatório, é exclusivo para os empregos públicos de nível superior e médio.

6.4.2. Os candidatos aprovados na prova objetiva serão convocados, através do site www.cisamunesc.org.br e publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/> para apresentação dos títulos.

6.4.3. A prova de títulos consistirá na valoração de títulos, conforme quadro abaixo:

TÍTULOS	PONTOS
Curso superior concluído, para os empregos de nível médio e fundamental, desde que pertinente às atribuições da função.	3
Curso superior em andamento, para os empregos de nível médio e fundamental, desde que pertinente às atribuições da função, com comprovante de frequência, emitido a menos de 30 (trinta) dias pela instituição de ensino	2
Cursos de atualização e aperfeiçoamento na área da função à qual concorre, com carga horária, por curso, acima de 30 (trinta) horas, limitados a 5 (cinco) cursos.	1 ponto cada, limitado a 5 pontos
Especialização na área de conhecimento da graduação requerida para atuação na função, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) - Certificado devidamente registrado pelo órgão competente, acompanhado do Histórico Escolar.	3
Mestrado na área de conhecimento da graduação requerida para atuação na função. Diploma devidamente registrado pelo órgão competente, acompanhado do Histórico Escolar.	4
Doutorado em área de conhecimento da graduação requerida - Diploma devidamente registrado pelo órgão competente, acompanhado do Histórico Escolar.	5
Produção Acadêmico-Científica: Publicação de Livro na área específica.	4

6.4.4. No cômputo dos pontos, os títulos já considerados para pontuação ou que sejam requisitados como escolaridade mínima para a função não serão somados.

6.4.5. Os comprovantes de conclusão de curso deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecidos pelo MEC.

6.4.6. Os documentos comprobatórios da titulação do candidato deverão ser apresentados na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min na data provável do dia 03 de abril de 2015, em fotocópia autenticada ou simples, desde que apresentado o original para autenticação pela comissão do concurso, acompanhados de 01 (uma) via do Anexo V devidamente preenchida e assinada.

6.4.7. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, a entrega dos comprovantes de títulos depois da data designada para apresentação dos mesmos.

6.4.8. Os títulos poderão ser entregues da seguinte forma:

- presencialmente, pelo próprio candidato, munido de documento de identificação com foto;
- por procurador, com procuração com assinatura do candidato reconhecida em cartório e com poderes para representá-lo; ou
- via SEDEX, com aviso de recebimento AR, com data máxima de postagem em 31 de março de 2015, endereçado a:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC
COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014
Rua Max Colin, nº 1.843
Bairro América, CEP 89.204-635
Joinville - SC

6.4.9. Não serão aceitos títulos postados em data posterior a especificada no item 6.4.8, alínea c.

6.4.10. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC - não se responsabiliza por extravios, greve, atrasos do correio.

6.4.11. Os documentos entregues como títulos não serão devolvidos aos candidatos.

6.4.12. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC fará o recebimento e conferência dos documentos, protocolizando recebimento dos mesmos, não havendo qualquer tipo de avaliação no local.

6.4.13. Não haverá reprodução de cópias no local de entrega dos títulos.

6.4.14. O preenchimento correto do formulário de relação de títulos é de inteira responsabilidade do candidato.

6.4.15. Os documentos representativos de títulos, que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão avaliados.

6.4.16. Se o nome do candidato, nos documentos apresentados para a prova de títulos, for diverso do nome que constar no Requerimento de Inscrição, deverá ser anexado o comprovante da alteração do nome (Certidão de Casamento ou de Divórcio, ou de retificação do respectivo registro civil), sob pena de invalidação da pontuação ao candidato.

6.4.17. Comprovada, a qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação.

6.4.18. Não serão aceitos como títulos, certificados que não declinarem a respectiva carga horária no mesmo.

6.5. DA AVALIAÇÃO DAS PROVAS PARA OS EMPREGOS PÚBLICOS DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL.

6.5.1. A pontuação da prova objetiva será calculada pelo somatório da multiplicação do número de acertos do candidato pelo peso de cada questão, conforme item 6.2.2.

6.5.2. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

6.5.3. Será atribuída nota zero (0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor for diferente de azul ou preta ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

6.5.4. A prova objetiva de conhecimentos para todos os níveis será avaliada na escala de 0 (zero) a 45 (quarenta e cinco), sendo as notas expressas em números inteiros.

6.5.5. O Gabarito Provisório referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado no dia 16 de março de 2015 no site www.cisamunesc.org.br e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

6.5.6. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o Formulário de Pedido de Revisão ou Recurso, entregando-o à comissão do concurso, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC - até o dia 18 de março de 2015.

6.5.7. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC e no Anexo VI deste Edital.

6.5.8. O gabarito oficial definitivo, após avaliação de eventuais recursos, será publicado juntamente com a classificação preliminar (antes da avaliação dos títulos) e convocação para apresentação dos títulos, na data provável de 27 de março de 2015.

7. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

7.1. Será eliminado do concurso o candidato que:

- a) apresentar-se para a realização da prova sem documento de identidade.
- b) apresentar-se após o horário estabelecido para o início da prova.
- c) não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado.
- d) ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal, ou antes de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala.
- e) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos.
- f) estiver portando ou fazendo uso de relógio ou de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (beep, pager, telefone celular, calculadora, etc.), ainda que desligados.
- g) utilizar de meios ilícitos para a execução da prova.
- h) não entregar o cartão resposta.
- i) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
- j) descumprir qualquer item deste Edital;
- k) não preencher os requisitos de qualificação exigidos pelo Edital.
- l) não apresentar os documentos exigidos por ocasião da posse.
- m) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente.
- n) não obter a pontuação mínima na prova objetiva, conforme item 8.1 deste Edital.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Será considerado aprovado na prova objetiva de conhecimentos o candidato que obtiver nota igual ou superior a 25 (vinte e cinco).

8.2. A pontuação para todos os empregos públicos será calculada através da soma aritmética dos pontos obtidos na prova objetiva, conforme definido no quadro do item 6.2.2, com os pontos obtidos na prova de títulos, conforme definido no quadro do item 6.4.3.

8.3. A classificação ocorrerá separadamente, por função, em ordem decrescente da pontuação total obtida.

8.4. Em caso de empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, por ordem de eliminação:

- a) portador de deficiência física, com capacidade e condições para o exercício da função;
- b) maior idade;
- c) maior pontuação na prova de títulos;
- d) maior pontuação na prova de conhecimentos específicos.

9. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

9.1. É admitido pedido de revisão quanto:

- a) ao indeferimento da inscrição;
- b) ao conteúdo e à elaboração das questões da prova;
- c) à pontuação obtida na Prova de Títulos;
- d) ao gabarito preliminar divulgado.

9.2. Os pedidos de revisão relativos ao item 9.1 deverão ser interpostos pelo candidato, até 2 (dois) dias úteis contados da ocorrência do evento, conforme modelo do Anexo VI, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

9.3. Os pedidos de revisão de questões de prova poderão ser feitos também, até 30 (trinta) minutos após o encerramento da prova, na coordenação local.

9.4. Somente serão apreciados os pedidos de revisão expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.5. Todos os pedidos de revisão de questões de prova, regulares,

serão analisados e os pareceres com as justificativas serão divulgados no site www.cisamunesc.org.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos sobre os pedidos de revisão de questões.

9.6. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

9.7. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9.8. Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.9. Nos termos do presente Edital, em virtude da natureza do concurso, poderão ser concedidas vistas das provas, mas em nenhuma hipótese revisão ou nova correção das provas, após o prazo recursal.

9.10. É admitido recurso quanto:

- a) ao não deferimento do pedido de revisão previsto no item 9.1, alínea "a";
- b) à classificação final.

9.11. O recurso relativo ao item 9.10, alíneas "a" e "b" deverá ser interposto, no primeiro dia útil após a publicação e ciência do respectivo aviso ou ato, junto à comissão do concurso, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

9.12. Somente serão apreciados os pedidos de revisão e de recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justificam, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, emprego público pretendido no Concurso Público e o endereço completo para correspondência.

9.13. O pedido de revisão ou de recurso interposto fora do respectivo prazo ou em desacordo com as previsões deste Edital não será conhecido, sendo observada, para cômputo de prazo, a data do respectivo protocolo.

9.14. Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso ou recurso de recurso.

10. DO RESULTADO FINAL

10.1. O Resultado Final do Concurso será publicado no site www.cisamunesc.org.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/> e será efetuada por emprego público, devendo conter as seguintes informações: Emprego Público, número de inscrição, número de identidade, nome, pontuação e classificação.

10.2. A data prevista para a divulgação do Resultado final preliminar é 15 de abril de 2015.

10.3. A referida lista poderá sofrer alterações em função de possíveis recursos ou pedidos de revisão que não possuam seu processo totalmente concluído.

10.4. A classificação final dos candidatos aprovados, para cada função, obedecerá à ordem decrescente da pontuação final, de acordo com a nota obtida na prova objetiva, acrescida da pontuação de títulos, observado os limites estabelecidos neste Edital, sendo o resultado final do concurso homologado na data provável de 20 de abril de 2015.

11. DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. As nomeações obedecerão à ordem de classificação final constante da homologação do concurso.

11.2. Os candidatos aprovados, com classificação posterior ao número de vagas determinadas no item 4 deste Edital, bem como para aqueles identificados pela sigla "CR" nos quantitativos dos quadros do item 4 comporão o Cadastro de Reserva, sendo convocados para contratação, na ordem de classificação da lista de cada função, para as vagas que vierem a surgir durante o prazo

de validade deste Concurso.

12. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

12.1. Os candidatos aprovados (classificados dentro dos limites das vagas) serão convocados para admissão, por emprego público, pela ordem rigorosa de classificação e necessidade de preenchimento das vagas oferecidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC.

12.2. Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Concurso, o candidato que não comparecer na data especificada na convocação para preenchimento da vaga para o qual foi classificado.

12.3. A convocação será efetuada da seguinte forma:

- a) diretamente, mediante comparecimento espontâneo na sede do CISNORDESTE/SC, para ciência do candidato;
- b) carta Registrada, enviada no endereço constante da Ficha de Inscrição, assinalando prazo para comparecimento;
- c) publicação no site www.cisamunesc.org.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, com endereço eletrônico <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

12.4. Caso haja desistência ou ampliação do número de vagas oferecidas, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC promoverá tantas admissões quanto se fizerem necessárias, durante o período de validade do Concurso, para preenchimento de vagas, observando-se a ordem rigorosa de classificação na função.

12.5. Somente serão admitidos os candidatos convocados que apresentarem exame médico admissional satisfatório realizado por médico do trabalho a ser designado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC e informado ao candidato no ato da convocação.

12.6. Não serão admitidos, em qualquer hipótese, pedidos de reconsideração ou recurso do julgamento obtido nos exames médicos.

12.7. Os candidatos aprovados no concurso público, convocados para a admissão e que apresentarem corretamente toda a documentação necessária, serão contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), através de contrato experimental de 90 (noventa) dias, período em que o empregado será submetido à avaliação, em face da qual se definirá a conveniência ou não da sua permanência no quadro de pessoal.

12.8. Para admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos (original e fotocópia):

- a) documento de Identidade e CPF;
- b) comprovante de quitação do serviço militar, para candidatos do sexo masculino;
- c) comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (comprovante da última votação ou certidão do cartório eleitoral);
- d) comprovante de estado civil;
- e) certidão de nascimento dos filhos com até 16 anos;
- f) atestado de capacidade e condições para o exercício da função, emitido a menos de 30 (trinta) dias, caso o candidato tenha necessidades especiais;
- g) Certificado ou Diploma de exigência do emprego público ao qual concorreu;
- h) registro no órgão de classe competente, quando exigido como qualificação especial;
- i) Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B", para a função de motorista ;
- j) folhas corridas da Justiça Comum, Estadual e Federal, expedida por órgãos de jurisdição local de residência do candidato, nos últimos 05 anos;
- k) relação de bens (atualizada);
- l) declaração informando que não ocupa outro ou emprego público;
- m) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- n) comprovante de residência;
- o) 02 (duas) fotos 3x4;
- o) outros documentos requeridos para cumprimento de obrigações legais.

12.9. O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da

documentação prevista ou a não comprovação dos requisitos para a admissão no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados supervenientemente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público.

12.10. O candidato contratado será remunerado de conformidade com o salário mensal vinculado à função para a qual efetuou sua inscrição, conforme Quadros do item 4 deste Edital.

12.11. O contrato de trabalho terá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais ou 20 (vinte) horas semanais, no caso da função de Contador e Controlador Interno, podendo variar de acordo com a necessidade e interesse do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC - CISNORDESTE/SC, sendo que o contratado será remunerado pelo número de horas semanais trabalhadas, à proporção dos valores e cargas horárias estabelecidos no item 4 deste Edital.

13. DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

13.1. O Concurso Público terá validade por 02 (dois) anos a contar da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC - CISNORDESTE/SC.

13.2. A aprovação no Concurso Público assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade, sendo o número de vagas preenchido de acordo com as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC - CISNORDESTE/SC.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. A inscrição no concurso público importa na declaração de entendimento e aceitação quanto às regras previstas neste Edital.

14.2. Em hipótese alguma será devolvida a importância depositada pelo candidato para participar do concurso, bem como, os documentos por ele entregues no ato da inscrição.

14.3. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes da Ficha de Inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos, falsificados ou inexatos determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes em qualquer época, além de sujeitar o candidato às penalidades cabíveis.

14.4. São de inteira responsabilidade do candidato os dados preenchidos na Ficha de Inscrição. Portanto, antes de confirmar sua inscrição, o candidato deverá revisar a ficha de inscrição prevista no Anexo III deste Edital, verificando a exatidão das informações nela contidas.

14.5. O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC - CISNORDESTE/SC - não se responsabiliza por quaisquer cursos ou publicações destinados à preparação de candidatos ao concurso.

14.6. O candidato poderá ser antecipadamente notificado para providenciar os documentos necessários para sua possível contratação, sem que isso gere qualquer tipo de compromisso ou vínculo com o Consórcio Público ou com os municípios consorciados.

14.7. Caso o candidato não queira ou esteja impedido de exercer a função para a qual for convocado, será eliminado da lista classificatória deste Concurso.

14.8. Em caso de alteração de endereço ou telefone do candidato é de sua responsabilidade a atualização dos mesmos junto à Diretoria Executiva do Consórcio Público, sob pena de, uma vez não localizado no momento da convocação, ser desclassificado, considerando-se a falta de atualização de seus contatos como renúncia tácita à vaga.

14.9. O processo seletivo de que trata este Edital será realizado pela comissão especial nomeada pela Resolução nº 17/2014, de 19 de agosto de 2014, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 27/2014, de 28 de novembro de 2014.

14.10. O presente edital e/ou suas retificações (caso ocorram) poderão ser impugnados, através de petição fundamentada, instruída com documentos e encaminhada ao Presidente do Consórcio

Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC - CISNORDESTE/SC, em até 02 (dois) dias úteis da publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, veiculado eletronicamente no endereço <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

14.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de SC - CISNORDESTE/SC.

14.12. São partes integrantes do presente Edital:

Anexo I - Conteúdo Programático;

Anexo II - Atribuições dos Empregos Públicos

Anexo III - Ficha de Inscrição

Anexo IV - Requerimento de isenção da taxa de inscrição

Anexo V - Protocolo de entrega de títulos

Anexo VI - Formulário de Pedido de Revisão ou Recurso

Anexo VII - Modelo de Procuração

Anexo VIII - Modelo de Requerimento - Pessoas com necessidades especiais.

14.13. O candidato terá acesso à íntegra deste Edital e demais publicações relevantes através do site www.cisamunesc.org.br e <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>.

15. DO FORO JUDICIAL

15.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o de Joinville, Santa Catarina.

Joinville, 10 de dezembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

PREFEITO DE MASSARANDUBA

PRESIDENTE DO CISNORDESTE/SC

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR

FUNÇÕES: CONTADOR, CONTROLADOR INTERNO E ADMINISTRADOR.

1. PORTUGUÊS (6 questões)

Leitura e análise de texto: compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, vocabulário. Morfologia: classes de palavras, classificação, formação, flexão, ajuste e harmonia nas frases. Ortografia (de acordo com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, divisão silábica, crase, grafia das palavras. Princípios informativos da língua: uso dos sinais de pontuação, uso dos porquês, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal. Sintaxe: análise sintática.

2. MATEMÁTICA (6 questões)

Matemática Financeira. Análise Combinatória. Números Complexos. Polinômios. Probabilidade. Sistemas Lineares. Funções. Geometria Espacial. Fatorial. Números Binominais.

3. CONHECIMENTOS GERAIS E INFORMÁTICA (3 questões)

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como: desenvolvimento sustentável, ecologia, tecnologia, energia, política, economia, sociedade, relações internacionais, educação, segurança e artes e literatura e suas vinculações históricas. Conceitos básicos relacionados a hardware, software, operação de microcomputadores e de periféricos em rede local. Ambiente Windows e suas funcionalidades: introdução, ícones, atalhos de teclado, janelas, arquivos, pastas, programas, impressão. Conceitos básicos de intranet e internet e utilização de ferramentas de navegação: browsers, correio eletrônico, grupos de discussão, segurança em rede e na internet. Armazenamento de dados e realização de cópia de segurança (backup), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, proteção de equipamentos e de

sistemas de informática. Editores de texto e planilhas eletrônicas.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A) CONTADOR

Contabilidade Pública: Conceito, objeto, objetivo, campo de atuação. Variações Patrimoniais: Variações Ativas e Passivas, Orçamentárias e Extraorçamentárias; Portaria STN nº 437/2012. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: conceito; estrutura básica. Estrutura das contas, características das contas. Contabilização dos Principais Fatos Contábeis: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos, liberação financeira, realização da receita e despesa. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - Aprovadas pelas Resoluções do CFC nos. 1.128/08 a 1.137/08. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 5ª. Edição. Orçamento Público: Tipos e Técnicas Orçamentárias. Princípios Orçamentários. Leis Orçamentárias: PPA, LDO, LOA, Orçamento Fiscal. Conceituação e classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. Execução da receita e da despesa orçamentária. Créditos Adicionais. Restos a Pagar. Composição e Estrutura do Orçamento Público na Atualidade. Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores; Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores; Lei Complementar nº 101/2000 e alterações posteriores; Lei nº 8.080/90; Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

B) CONTROLADOR INTERNO

Administração Pública: Administração Direta e Indireta - Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, Consórcios Públicos. Princípios Aplicáveis à Administração Pública. Agente Público: Classificação. Poderes do administrador Público: Poder vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar, poder de polícia. Atos administrativos: Requisitos ou elementos, mérito do ato administrativo, classificação, atributos, extinção. Controle da Administração Pública: formas de controle, origem do controle, momento de exercício e aspecto controlado. Processo Administrativo: Aspectos gerais. Bens Públicos: Classificação e características. Contabilidade Pública: Conceito, objeto, objetivo, campo de atuação. Variações Patrimoniais: Variações Ativas e Passivas, Orçamentárias e Extraorçamentárias; Portaria STN nº 437/2012. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: conceito; estrutura básica. Estrutura das contas, características das contas. Contabilização dos Principais Fatos Contábeis: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos, liberação financeira, realização da receita e despesa. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - Aprovadas pelas Resoluções do CFC nos. 1.128/08 a 1.137/08. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - 5ª. Edição. Orçamento Público: Tipos e Técnicas Orçamentárias. Princípios Orçamentários. Leis Orçamentárias: PPA, LDO, LOA, Orçamento Fiscal. Conceituação e classificação da receita e da despesa orçamentária brasileira. Execução da receita e da despesa orçamentária. Créditos Adicionais. Restos a Pagar. Composição e Estrutura do Orçamento Público na Atualidade. Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores; Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores; Lei Complementar nº 101/2000 e alterações posteriores; Lei nº 8.080/90; Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

C) ADMINISTRADOR

Introdução: Objetivos Políticos. Auditoria e Responsabilidade. Habilidades Administrativas. Administrando Empresas Públicas. Sistema de Controle: Sistema de Controle Gerencial e Sistema de Informação. Administração Geral: Funções administrativas. Organização: missão, propósitos, objetivos, estratégias. Mudança organizacional. Clima organizacional. Organização, Sistemas e Métodos. Estrutura organizacional: tamanho, tecnologia, ambiente,

estratégia, complexidade, formalização, centralização, descentralização, departamentalização, organograma. Administração de Recursos Humanos: Liderança. Metas. Média Gerência. Comunicação. Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal. Controle e auditoria de Recursos Humanos. Administração Financeira e Orçamentária: Finanças públicas. Teoria do Gasto Público. Receita Pública e Tributação. Sistema tributário nacional e federalismo fiscal. Proposta orçamentária: Elaboração, discussão, votação e aprovação. Regimes orçamentários: competência de exercício e de caixa. Orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias. Receita orçamentária: classificação econômica, estágios (lançamento, arrecadação e recolhimento), competência tributária e repartição das receitas tributárias. Despesa orçamentária: classificação institucional, econômica e funcional programática, estágios (empenho, liquidação e pagamento). Adiantamento ou suprimento de fundos. Créditos adicionais: espécies e recursos para sua cobertura. Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores; Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores; Lei Complementar nº 101/2000 e alterações posteriores; Lei nº 8.080/90; Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

NÍVEL MÉDIO

FUNÇÕES: TÉCNICO EM CONTABILIDADE, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, APOIO LOGÍSTICO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, MOTORISTA

1. PORTUGUÊS (6 questões)

Leitura e análise de texto: compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, vocabulário. Morfologia: classes de palavras, classificação, formação, flexão, ajuste e harmonia nas frases. Ortografia (de acordo com o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa): acentuação gráfica, divisão silábica, crase, grafia das palavras. Princípios informativos da língua: uso dos sinais de pontuação, uso dos porquês, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal. Sintaxe: análise sintática.

2. MATEMÁTICA (6 questões)

Matemática Financeira. Análise Combinatória. Números Complexos. Polinômios. Probabilidade. Sistemas Lineares. Funções. Geometria Espacial. Fatorial. Números Binominais.

3. CONHECIMENTOS GERAIS E INFORMÁTICA (3 questões)

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como: desenvolvimento sustentável, ecologia, tecnologia, energia, política, economia, sociedade, relações internacionais, educação, segurança e artes e literatura e suas vinculações históricas. Conceitos básicos relacionados a hardware, software, operação de microcomputadores e de periféricos em rede local. Ambiente Windows e suas funcionalidades: introdução, ícones, atalhos de teclado, janelas, arquivos, pastas, programas, impressão. Conceitos básicos de intranet e internet e utilização de ferramentas de navegação: browsers, correio eletrônico, grupos de discussão, segurança em rede e na internet. Armazenamento de dados e realização de cópia de segurança (backup), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, proteção de equipamentos e de sistemas de informática. Editores de texto e planilhas eletrônicas.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A) TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Contabilidade Geral: Entidade contábil, patrimônio, escrituração contábil, estrutura patrimonial e de resultados, plano de contas, operações contábeis, variações patrimoniais, apuração do resultado, demonstrações financeiras, princípios fundamentais de contabilidade. Contabilidade de Custo: Terminologia e classificação dos custos, sistemas de acumulação e custeamento, material direto, mão-de-obra direta, critérios de rateio. Contabilidade Pública: Administração pública, orçamento público, princípios orçamentários, receita pública, despesa pública, desempenho da despesa, adiantamentos, regimes contábeis, prática de escrituração, patrimônio público, créditos adicionais, dívida pública, elaboração dos

balanços públicos e demonstração das variações patrimoniais. Ética Profissional. Normas Brasileiras de Contabilidade. Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores; Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores; Lei Complementar nº 101/2000 e alterações posteriores; Lei nº 8.080/90; Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

B) AUXILIAR ADMINISTRATIVO, APOIO LOGÍSTICO, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

Administração Geral. Departamentalização: conceitos, tipos e princípios. Delegação de poderes: centralização e descentralização. Funções essenciais da organização: técnica, financeira, segurança, contábil, administrativa, operações e pessoal. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Tipos de liderança. Motivação. Comunicação. Manuais, regulamentos, normas organizacionais. Atividades de Protocolo e Registro: Serviço de protocolo e arquivo: tipos de arquivo, acessórios do arquivo, fases do arquivamento: técnicas, sistemas e métodos. Protocolo: recepção, classificação, registro e distribuição de documentos. Expedição de correspondência: registro e encaminhamento. Redação Oficial: qualidades de linguagem, formas de tratamento (pronomes, empregos e abreviaturas) e documentos (ata, ofício, edital, memorando, requerimento e relatório). Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores; Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores; Lei Complementar nº 101/2000 e alterações posteriores; Lei nº 8.080/90; Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

B) MOTORISTA.

Legislação (Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento). Sinais de trânsito; regulamento de trânsito; teorias sobre mecânica; uso de veículos e conservação. Noções sobre mecânica. Motores a explosão e a combustão. Motores a diesel e a gasolina. Sistema de distribuição de correntes. Defeitos mais frequentes em veículos; Direção defensiva; Primeiros Socorros; Meio ambiente e cidadania; Legislação de trânsito. Mecânica Básica. Higiene e Segurança no trabalho; Ética e trabalho. Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC.

NÍVEL FUNDAMENTAL

FUNÇÃO: ZELADOR

1. PORTUGUÊS (6 questões)

Interpretação de texto; Sinônimos e antônimos; Sentido próprio e figurado das palavras; Ortografia oficial; Acentuação Gráfica; Pontuação; Substantivo e adjetivo: Emprego de pronomes, preposições e conjunções; Concordância verbal e nominal; Crase; Regência.

2. MATEMÁTICA (6 questões)

Números inteiros: operações e propriedades. Números racionais: representação fracionária e decimal. Operações e propriedades. Razão e proporção. Porcentagem. Regra de três simples. Sistema métrico: medidas de tempo, comprimento, superfície e capacidade.

3. CONHECIMENTOS GERAIS (3 questões)

Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural. Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil; Cidadania: Conhecimentos básicos sobre política, direitos humanos, meio-ambiente e saúde.

4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A) ZELADOR

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Cuidados elementares com o patrimônio. Guarda e armazenagem de materiais e utensílios. Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos. Manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente às atividades a serem desenvolvidas. Relacionamento humano no trabalho. Importância da disciplina no trabalho.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS EMPREGOS PÚBLICOS

CONTADOR: supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

CONTROLADOR INTERNO: realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno, prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio, instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

ADMINISTRADOR: apoiar tecnicamente projetos e atividades desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões, para aperfeiçoar a qualidade do processo gerencial; participar da análise e acompanhamento do orçamento e de sua execução físico-financeira, efetuando comparações entre as metas programadas e os resultados atingidos, desenvolvendo e aplicando critérios, normas e instrumentos de avaliação; propor, executar e supervisionar análises e estudos técnicos, realizando pesquisas, entrevistas, observação local, utilizando organogramas, fluxogramas e outros recursos, para implantação ou aperfeiçoamento de sistemas e métodos, instrumentos, rotinas e procedimentos administrativos; elaborar, rever, implantar e avaliar, regularmente, instruções e manuais de procedimentos, coletando e analisando informações para racionalização e atualização de normas e procedimentos; elaborar critérios e normas de padronização, especificação, compra, guarda, estocagem, controle e alienação, baseando-se em levantamentos e estudos, para a correta administração dos sistemas de materiais; elaborar e aplicar critérios, planos, normas e instrumentos para recrutamento, seleção, treinamento e demais aspectos da administração de pessoal, dando orientação técnica, acompanhando, coletando e analisando dados, redefinindo metodologias, elaborando formulários, instruções e manuais de procedimentos, participando de comissões, ministrando aulas e palestras a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes a sua área de atuação; realizar estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Consórcio; realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE: responsabilizar-se pela organização dos serviços de contabilidade, em geral, realizando lançamento contábil, verificando e confirmando o fechamento diário, emitindo notas de empenho, levantamento da despesa contabilizada, bem como acompanhar as receitas transferidas, buscando fornecer elementos necessários ao controle e apresentação da situação econômica e financeira do consórcio.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO: executar os serviços de complexidade mediana relativos a suporte operacional nas atividades administrativas, tais como almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, processos de compras e licitações, contratos, controle de documentos de

pessoal, recursos humanos, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

APOIO LOGÍSTICO: receber, registrar, protocolar, despachar, classificar e arquivar documentos e volumes; redigir correspondências de natureza simples; realizar serviços de digitação, datilografia e controle diversos; recepcionar pessoas procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber recados e encaminhá-los a pessoas ou setores procurados; requisitar serviços de reprografia; transmitir e receber fax e e-mail.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: coordenar, acompanhar e controlar a execução das atividades da área, distribuindo os trabalhos, orientando quanto à forma de realizá-los, analisando os resultados e inserindo alterações, a fim de atender prazos e padrões de qualidade; participar da elaboração do orçamento do consórcio, realizando levantamento dos projetos a serem executados no período, materiais, instrumentos, equipamentos e mão-de-obra a ser empregada, projetando e calculando desembolso a cada mês, consolidando em planilhas e apresentando para aprovação da Diretoria, a fim de possibilitar a previsão de necessidades para o período; elaborar e implantar normas, procedendo ao levantamento, verificando a viabilidade de implantação através da repercussão nas áreas, criando instrumentos de controle e prestando orientação, a fim de padronizar procedimentos; elaborar estudos sobre atividades da área, verificando fluxo de rotinas, praticidade e eficácia, alterando e acompanhando novos procedimentos, a fim de aumentar a qualidade dos serviços prestados; prestar assessoramento técnico, organizando e coordenando trabalhos, instruindo empregados, acompanhando resultados e cumprimento de objetivos, a fim de otimizar procedimentos; emitir pareceres em assuntos relacionados com seu campo de atividade, analisando problemas, verificando variáveis e implicações, consultando normas, bibliografia pertinente, a fim de possibilitar uma solução adequada a questão; efetuar o controle e planejamento dos programas e sistemas, controle de dados, informações, relatórios, análises de interesse da unidade e atividades específicas a nível médio; executar outras tarefas compatíveis com as previstas no emprego.

MOTORISTA: Vistoria o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento; recebe os passageiros parando o veículo junto aos mesmos ou esperando-os em pontos determinados e auxiliando-os no embarque, para conduzi-los aos locais devidos; dirige o veículo acionando os comandos e observando a sinalização e o fluxo do trânsito; zela pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente para garantir a segurança dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos; controla a carga e descarga das mercadorias, comparando-as aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando a sua arrumação no veículo, para evitar acidentes; zela pela manutenção do veículo, providenciando limpeza, ajustes e reparos necessários, para assegurar suas condições de funcionamento; pode efetuar reparos de emergência no veículo, bem como lavar o mesmo; pode dirigir outros veículos de transporte em caráter profissional; auxilia nos trabalhos de carga e descarga do veículo.

ZELADOR: executar tarefas de zeladoria, limpeza em geral; varrer espanar, lavar, encerar e lustar as dependências, móveis, utensílios e instalações diversas; mantendo-lhes as condições de higiene e conservação. Prepara café e chá; servindo-os quando solicitado. Zela pela conservação dos ambientes. Zela pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e utensílios diversos. Faz a limpeza de jardins e outras áreas externas fazendo a coleta do material. Responsável pelo destino adequado dos resíduos.

ANEXO III

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nº INSCRIÇÃO: _____

Emprego Público/Função: _____

Nome do Candidato: _____

RG:	Data de Emissão:	Órg. Emissor/UF:
CPF:	Sexo: () Masculino () Feminino	
Data de Nascimento:	Nacionalidade:	
Naturalidade:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	
UF:	CEP:	
Telefones:		
Email:		

Candidato necessita de algum tipo de adaptação ou atendimento especial para realização da prova objetiva:

() Não

() Sim. Preencher Anexo VIII.

Data: ____/____/2015.

Assinatura do Candidato

OBS: Juntar documentos indicados no item 5.3.3 do Edital

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014 - CISNORDESTE

Nº INSCRIÇÃO: _____ Emprego

Público/Função: _____ Data Insc: _____

Nome do Candidato: _____

Assinatura Membro da Comissão

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF _____, nascido em ____/____/____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____, município _____, UF _____, requeiro, com fundamento no item 5.2.1 do Edital de Concurso Público nº 01/2014 - CISNORDESTE/SC, a isenção de pagamento da taxa de inscrição no referido concurso, tendo em vista que me enquadrando na condição de _____

_____ (preencher com uma das opções abaixo)

1. doador de sangue amparado pela Lei nº 10.567/97

2. membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007.

O presente requerimento é instruído com _____

_____ (preencher com uma das opções abaixo)

1. documento para comprovação da condição de doador de sangue expedido por entidade oficial, ou credenciada coletora, contendo as datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), considerando o período de 12 meses

anteriores à data final das inscrições ou documento comprovando a condição de equiparado a doador de sangue. (hipóteses de isenção dos itens 5.2.3 e 5.2.4 do Edital) ou

2. Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo programa CadÚnico e/ou comprovante de renda familiar e cópia autenticada ou cópia simples acompanhada da original para autenticação da Carteira de Trabalho e Previdência Social que comprove a renda declarada. (hipótese de isenção do item 5.2.5 do Edital). Termos em que, pede deferimento.

Joinville (SC), ____ de ____ de 2015.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V

PROTOCOLO DE ENTREGA DE TÍTULOS
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2014

*IMPRIMIR EM 2 VIAS

NOME: _____

CPF: _____

EMPREGO PÚBLICO/FUNÇÃO: _____

QUADRO DE VALORAÇÃO DE TÍTULOS

TÍTULOS	PONTOS	TÍTULOS ENTREGUES (PONTOS)
Curso superior concluído, para os empregos de nível médio e fundamental, desde que pertinente às atribuições da função.	3	
Curso superior em andamento, para os empregos de nível médio e fundamental, desde que pertinente às atribuições da função, com comprovante de frequência, emitido a menos de 30 (trinta) dias pela instituição de ensino	2	
Cursos de atualização e aperfeiçoamento na área da função à qual concorre, com carga horária, por curso, acima de 30 (trinta) horas, limitados a 5 (cinco) cursos.	1 ponto cada, limitado a 5 pontos	
Especialização na área de conhecimento da graduação requerida para atuação na função, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta horas) - Certificado devidamente registrado pelo órgão competente, acompanhado do Histórico Escolar.	3	
Mestrado na área de conhecimento da graduação requerida para atuação na função. Diploma devidamente registrado pelo órgão competente, acompanhado do Histórico Escolar.	4	
Doutorado em área de conhecimento da graduação requerida - Diploma devidamente registrado pelo órgão competente, acompanhado do Histórico Escolar.	5	
Produção Acadêmico-Científica: Publicação de Livro na área específica.	4	

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Conferência do Fiscal de Recebimento dos Títulos: _____

CIS/AMAUC

ATA 027.03.2014 - ORDINÁRIA

ATA Nº 027. 03.2014 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATA-RINENSE - CIS AMAUC

Às oito horas e trinta minutos do dia três do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, tendo como local o auditório da AMAUC, situado na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar, Edifício Mirage Offices, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeito e Vice-Prefeitos dos Municípios que integram o CIS AMAUC, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 32 - frente, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do CIS AMAUC, conforme Edital de Convocação 3/2014 de 20 de novembro de 2014. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Valdir Zanella - Prefeito do Município de Ipumirim e Presidente do CIS Amauc, saudou e agradeceu a presença de todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo solicitou ao Diretor Administrativo do CIS AMAUC, senhor Roberto Kurtz Pereira, para secretariar a reunião.

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. Lida e aprovada a ata da reunião anterior, realizada no dia 25 do mês de fevereiro de 2014.

2. ORDEM DO DIA. 1. Assinatura do Termo de Cessão de Uso de computadores relativos do Projeto dos Complexos Reguladores, sob a responsabilidade da Gerência de Saúde - SDR Concórdia. Os Prefeitos presentes assinaram o Termo de Cessão de Uso de computadores, que foram adquiridos com recursos da Portaria GM/MS 2907/2009. O ato contou com a presença do senhor Paulo Pastore - Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Concórdia, e a da senhora Lurdes Mariza Foscarini - Gerente de Saúde da SDR de Concórdia.

2 - Apresentação do Relatório de Atividades e do Balancete até novembro/2014: O Diretor Administrativo disponibilizou a todos os presentes cópia do Balancete encerrado em 30 de novembro e explicou que a prestação de contas relativa ao exercício de 2014, bem como o relatório de atividades do ano será apresentada na primeira reunião ordinária do CIS Amauc no próximo ano, conforme determina o Estatuto Social. Frisou que mensalmente o CIS Amauc envia o balancete mensal e o relatório de atividades aos Prefeitos e Contadores.

3 - Pedido de Desligamento do Município de Arvoredo: A senhora Janete Paravizzi Bianchin - Prefeita de Arvoredo e o senhor Airton Cauduro - Vice-Prefeito, usaram a palavra para esclarecer os motivos do desligamento do CIS AMAUC, da AMAUC e do Consórcio Lambari, conforme os pedidos formais e autorizações legislativas anteriormente encaminhadas para as direções das respectivas entidades. Ressaltaram o motivo que pesou sobremaneira na decisão é a distância entre o Município de Arvoredo até a sede do CIS AMAUC, em Concórdia. Disseram que foi uma decisão difícil, pois o Município de Arvoredo nasceu na AMAUC e sempre foi muito bem atendido pela equipe técnica da Associação, do CIS AMAUC e do Consórcio Lambari. Aproveitaram para agradecer a todos pelos anos de convivência e reiteraram à disposição para continuarem unidos na busca do fortalecimento do municipalismo brasileiro.

4. Apreciação do Orçamento para 2015. Em decorrência da desfiliação do Município de Arvoredo a partir do ano de 2015, a proposta orçamentária do CIS AMAUC foi readequada. Para a manutenção do CIS AMAUC, visando apenas o ressarcimento de despesas bancárias e administrativas, foi aprovado o repasse anual no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) de cada município, podendo ser pago em duas parcelas, uma no mês de março e a outra no mês de agosto.

5. Assinatura do Contrato de Rateio para 2015. O Diretor Administrativo apresentou a minuta do contrato de rateio para o ano de 2015, que além do repasse antes aprovado, consta os valores previstos para reembolso dos exames e consultas mensais que cada município utilizar. Também apresentou a minuta do contrato de rateio relativo às despesas com a contratação de nutricionistas dos Municípios

de Piratuna, Alto Bela Vista e Peritiba. As minutas foram aprovadas por unanimidade e autorizada a formalização dos contratos.

6. Eleição do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal para 2015. Para apresentação das chapas o Presidente suspendeu a reunião por dez minutos. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o recebimento de apenas uma chapa, que passou a denominar de chapa única, com a seguinte composição: CONSELHO DELIBERATIVO. Presidente: Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, CPF nº 612.781.069-87; Vice-Presidente: Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, CPF nº 825.056.329-87; Secretário: Claudirlei Dorini - Prefeito de Piratuba, CPF nº 568.259.789-34; 2º Secretário: Emerson Ari Reichert - Prefeito de Ipirá, CPF nº 758.846.159-49. CONSELHO FISCAL. Titulares: Valdir Zanella, Prefeito de Ipumirim, CPF nº 094.020.989-68; João Girardi- Prefeito de Concórdia, CPF nº 219.467.959-68; Pedro Ari Parizotto - Prefeito de Lindóia do Sul, CPF nº 295.216.619-68; Cátia Tessmann Reichert - Prefeita de Alto Bela Vista, CPF nº 017.160.299-45; Leide Mara Bender - Prefeita de Itá, CPF nº 674.496.629-49; Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, CPF nº 844.823.549-53. Suplentes: Laci Grigolo - Prefeita de Seara, CPF nº 982.428.739-68; Claudio Sartori - Prefeito de Presidente Castello Branco, CPF nº 196.385.159-53; Aldair Antonio Rigo, Prefeito de Paial, CPF nº 486.325.979-49; Mauro Junes Poletto - Prefeito de Xavantina, CPF 827.815.679-49 e Mauri Ricardo de Lima - Prefeito de Irani - CPF nº 634.879.699-04. Tendo em vista o registro de apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa antes mencionada, para a Gestão 2015.

7. ASSUNTOS GERAIS. 7.1. Ratificação da Diretoria Administrativa do CIS AMAUC e suas atribuições. A assembleia, na forma do inciso VI, do art. 13, do Estatuto Social, aprovou a continuidade do cargo Diretor Administrativo ser exercido pelo senhor Roberto Kurtz Pereira, funcionário da AMAUC. O Diretor deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira do CIS Amauc, especialmente as disposições previstas no art. 20 e seus incisos do Estatuto Social, bem como outras tarefas inerentes ao cargo. A Assembleia também determinou ao atual Presidente do CIS Amauc a edição de resolução de ratificação do Diretor Administrativo nos termos antes aprovado. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2015.

7.2. Possibilidade do Presidente eleito constituir procurador. O senhor Kleber Mércio Nora - Prefeito de Jaborá, na condição de Presidente eleito para a Gestão 2015, solicitou à Assembleia Geral que lhe seja concedida autorização, nos termos do inciso III, do art. 15 do Estatuto Social, para constituir procurador, caso julgar necessário durante sua gestão, com o objetivo de delegar à outra pessoa as atribuições previstas no inciso IV do art. 15, ou seja, a movimentação bancária, especialmente efetuar pagamentos on line, através do gerenciador eletrônico (token), em conjunto com o Diretor Administrativo. A intenção é delegar esta atribuição à senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene - secretária administrativa da AMAUC. O Presidente eleito argumentou que a Diretoria e os demais Prefeitos possuem os meios necessários para fiscalização e controle administrativo e financeiro do CIS AMAUC e que a delegação dos pagamentos facilita a todos, especialmente ao Presidente, pois em função de seus compromissos no cargo de Prefeito nem sempre está disponível para atender todas as demandas do consórcio. A solicitação foi autorizada por unanimidade dos Prefeitos presentes, ficando a cargo do Presidente eleito adotar a medida, caso julgar necessária.

7.3. Pronunciamento do atual Presidente. O senhor Valdir Zanella aproveitou a oportunidade para informar que no ano de 2014 foi registrado importante crescimento de clínicas e profissionais credenciados junto ao CIS AMAUC. Disse que da forma como está se procedendo em pouco tempo o CIS AMAUC poderá contar com a série histórica, o que possibilitará receber contrapartida financeira do Governo Federal. Citou como exemplo o Consórcio Intermunicipal de Saúde com sede em Lajes. Em razão de que a reunião do CIS AMAUC ocorreu paralelamente com a assembléia da

AMAUC, não houve orador inscrito. Esgotada a pauta, o Presidente agradeceu o apoio recebido de todos os colegas e, em especial, o trabalho e a dedicação dos funcionários da AMAUC. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia. Para constar, solicitou a mim _____ Roberto Kurtz Pereira - Diretor Administrativo, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

VALDIR ZANELLA
Presidente

CIS/AMOSC

RESOLUÇÃO Nº 06/2014

RESOLUÇÃO Nº 06/2014

PEDRO BORSOI, Prefeito Municipal de Guatambu, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 17 e 27 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2014 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC no valor de R\$ 1.320.000,00 (um milhão, trezentos e vinte mil reais), conforme descrição a seguir:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01.01 - Secretaria Administrativa
Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades do CIS-AMOSC
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados
Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
R\$ 1.300.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas provenientes do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2014.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 28 de novembro de 2014.
PEDRO BORSOI
Prefeito de Guatambu
Presidente do CIS-AMOSC

CPIMMOC

ATA DA ASSEMBLEIA DE PREFEITOS 05/12/14

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, a partir das nove horas, na sede da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOQ, reuniram-se em assembleia os Prefeitos dos Municípios, Água Doce - Novelli Sganzerla, Capinzal- Andevir Isganzella, Catanduvas - Gisa Aparecida Giacominn, Erval Velho - Walter Kucher Junior, Lacerdópolis - Hilário Chiamolera, Luzerna- Moises Diersmann, Tangará - Euclides Cruz e Ouro- Vitor João Faccin, e demais presentes. O Presidente do CPIMMOC - Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado o Sr. Vitor João Faccin Prefeito do Município de Ouro iniciou dando as boas vindas, após a leitura da pauta da reunião seguiu passando a palavra Sr. Elton Magrinelli, que procedeu com as seguintes explanações: sobre os serviços de consultoria ambiental para os Municípios, destacou a oportunidade de atendermos todas as necessidades de adequação em cada um dos Municípios, além organizar toda gestão ambiental, acrescentou que através deste trabalho podemos incluir o Inventário de resíduos, a implantação das ações do PMGIRS, incluindo captação de recursos, a elaboração das políticas públicas na área ambiental e as demandas pontuais relacionadas as inconformidades ou emergências ambientais, além da educação ambiental. Citando que através do Consórcio poderão possibilitar o contrato dos técnicos para compor a equipe mínima (técnicos ambientais e consultoria jurídica), oferecer a estrutura como os computadores, veículos e manutenção e prestarmos consultoria para implantação, capacitação e estruturação administrativa no Consórcio e nos Municípios. Apresentou o levantamento feito com base nos números repassados pela FATMA e em projeções próprias, que os Municípios devem ter uma arrecadação em torno de 400 ou 500 mil Reais por ano, com as taxas do Licenciamento, sem considerar que podem vir a ter receitas extras com multas e captação de recursos tornando então o processo sustentável, aberto o momento para que os presentes se posicionarem, todos foram favoráveis em aderirem ao sistema integrado através do CPIMMOC. Passando para sequencia da pauta foi apresentado pelo Sr. Vanderlei R. Picinini que apresentou o Balancete do Exercício de dois mil e quatorze, bem como o Orçamento para o Exercício de 2015 (dois mil e quinze) sendo os valores orçados pelo Consórcio CPIMMOC um total de R\$ 532.000,00 (quinhentos e trinta e dois mil reais) estando contemplados três grandes projetos a Implantação do SUASA Regional (Inspeção Sanitária); os Licenciamentos Ambientais para os Municípios e o Projeto de Resíduos Sólidos Integrados. O valor para a manutenção do Consórcio de R\$ 220,000,00 (duzentos e vinte mil reais) é fixo e já esta definido no Contrato de Rateio para 01/2015, cujo valor mensal de cada Município é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), sendo assinados o Contrato de Rateio referente aos mesmos nesta mesma data. Quanto aos outros valores dos projetos acima citados conforme sua implantação será feito novo Contrato Administrativo para os Municípios aderirem aos serviços, estando os mesmos somente alocados no orçamento por força da legislação mas não necessariamente implica na obrigatoriedade do repasse ou adesão, isso fica da vontade do Município sendo este aprovado por todos os Gestores Municipais presentes. Dentre outros assuntos foi explanado pelo Sr. Réges Chimello Assessor Territorial de Gestão Social, qual a finalidade do Território da Cidadania Meio Oeste Contestado, as deliberações da Plenária ocorrida no dia 24 de setembro de dois mil e quatorze, sendo dentre outros assuntos citados ficou o compromisso dos Entes Públicos e das Entidades da Sociedade Civil encaminharem os representantes dos municípios para a composição do Colegiado Territorial reforçando a importância da participação de todos os Municípios envolvidos para as deliberações e discussões do PROINF, e Ações para o Território para o ano de dois mil e quinze, logo após foi entregue aos senhores prefeitos o relatório

da terceira etapa concluída dos serviços da Elaboração do Plano Diretor e colocando que devido a vários fatores os trabalhos irão até maio de dois mil e quinze. Foi comunicado aos presentes que a Licitação de Medicamento acontecerá no dia dezoito de dezembro, para que o início da entrega de medicamento aos municípios seja no início do ano, conforme ficou acertado. Nada havendo mais a declarar, encerrou-se a sessão, agradecendo a presença de todos.

